JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Camara Municipal de Alto Garças 4
Camara Municipal de Apiacás 4
Camara Municipal de Araputanga 7
Camara Municipal de Cáceres 7
Camara Municipal de Canarana 9
Camara Municipal de Curvelândia 10
Camara Municipal de Diamantino 10
Camara Municipal de Poconé 10
Camara Municipal de Porto Estrela 11
Camara Municipal de Santo Antônio do Leste 11
Camara Municipal de São José do Povo 12
Camara Municipal de São José do Rio Claro 12
Camara Municipal de Terra Nova do Norte 13
Camara Municipal de União do Sul 14
Camara Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 14
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé 15
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 16
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 17
Prefeitura Municipal de Acorizal 17
Prefeitura Municipal de Água Boa 18
Prefeitura Municipal de Alto Garças 18
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 22
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 23
Prefeitura Municipal de Apiacás 30
Prefeitura Municipal de Araguaiana 30
Prefeitura Municipal de Araputanga 32
Prefeitura Municipal de Arenápolis 33
Prefeitura Municipal de Aripuanã 33
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 35
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 36
Prefeitura Municipal de Cáceres 37
Prefeitura Municipal de Campinápolis 40
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 41
Prefeitura Municipal de Campo Verde 52
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 55
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 58
Prefeitura Municipal de Canarana 66
Prefeitura Municipal de Carlinda 70
Prefeitura Municipal de Castanheira 116
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 116
Prefeitura Municipal de Cláudia 151
Prefeitura Municipal de Cocalinho 161
Prefeitura Municipal de Colíder 162
Prefeitura Municipal de Colniza 164
Prefeitura Municipal de Comodoro 166
Prefeitura Municipal de Confresa 167
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 168
Prefeitura Municipal de Curvelândia 170
Prefeitura Municipal de Denise 173
Prefeitura Municipal de Diamantino 174
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 176

Prefeitura Municipal de General Carneiro 177
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 177
Prefeitura Municipal de Itanhangá 177
Prefeitura Municipal de Itiquira 177
Prefeitura Municipal de Jaciara 180
Prefeitura Municipal de Jangada 180
Prefeitura Municipal de Juara 181
Prefeitura Municipal de Juscimeira 182
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 183
Prefeitura Municipal de Luciara 183
Prefeitura Municipal de Matupá 184
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 187
Prefeitura Municipal de Nobres 187
Prefeitura Municipal de Nortelândia 188
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 190
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 221
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 224
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 225
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 226
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 248
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 261
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 266
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 266
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 267
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 268
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 268
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 269
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 272
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 288
Prefeitura Municipal de Paranatinga 299
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 300
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 300
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 303
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 303
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 303
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 304
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 304
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 306
Prefeitura Municipal de Poxoréu 307
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 307
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 308
Prefeitura Municipal de Rio Branco 309
Prefeitura Municipal de Rondolândia 314
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 315
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 315
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 315
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 316
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 317
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 318
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 331
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 333
Prefeitura Municipal de São José do Povo 334
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 334
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 338
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 339
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 344
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 351
Prefeitura Municipal de Tesouro 353
Prefeitura Municipal de Torixoréu 353
Prefeitura Municipal de União do Sul 355
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 375
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 375
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 388

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2017

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2017

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS PARA ATENDER A ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS**.

CONTRATADA:S. A. L. P. LIBERATO-ME CNPJ/MF Nº 09.281.500/0001-13

VALOR ADITADO R$ 62.820,00 (Sessenta e dois mil, oitocentos e vinte reais).

VIGENCIA: 10/05/2019

Cuiabá (MT) 10 de Maio de 2018.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2017

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2017

OBJETO: **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS**.

CONTRATADA:TODAY TOUR VIAGENS E TURISMO CNPJ/MF Nº **03.945.624/0001-70**

PRAZO ADITADO: 12 (DOZE) MESES, OU SEJA ATÉ 30/05/2019

Cuiabá (MT) 30 de Maio de 2018.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO DO CONTRATO 015/2017

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO DO CONTRATO 015/2017

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE DADOS FINANCEIRO E FISCAIS E DEMOGRÁFICOS DOS MUNICÍPIOS DE MATOGROSSO. ALÉM DO SUPORTE VIA TELEFONE OU PRESENCIAL FORNECIMENTO DE DADOS COMO ENVIO QUINZENAL DE "CLIPPING" COM A PAUTA DO CONGRESSO NACIONAL (CÂMARA DOS DEPUTADOS E SENADO FEDERAL) COM OS PROJETOS DE LEI QUE SÃO DE INTERESSE DOS MUNICÍPIOS**, para atender as necessidades da AMM.

CONTRATADA:Fiscaldata Serviços de Informática LTDA CNPJ N° 11.475.125/0001-94

VALOR ADITADO: R$ 66.000,00 (Sessenta e Seis mil reais)

VIGENCIA: 26/06/2019

Cuiabá (MT) 26 de Junho de 2018.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO A ARP Nº 021/2017

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO A ARP Nº 021/2017

OBJETO: **A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS – AMM, COM SISTEMA ÚNICO ESPECIALIZADO EM GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE COMBUSTÍVEL E MANUTENÇÃO VIA WEB COM UTILIZAÇÃO DE CARTÕES MAGNÉTICOS OU COM CHIP, PARA ATENDER OS VEÍCULOS DA AMM**.

CONTRATADA:SAGA COMERCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA CNPJ N° 05.870.713/0001-20

VALOR ADITADO: R$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais).

Cuiabá (MT) 30 de Maio de 2018.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

ATO N.º 006/2018

ATO N.º 006/2018

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 18 Parágrafo III da Lei Orgânica do Município combinado com o art. 27, II, "D" do Regimento Interno desta Casa de Leis.

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar a servidora: **Dejanira Alves de Lima**, brasileira, solteira, Portadora da Cédula de Identificação RG nº 353.151 SSP/MT, e inscrita no CPF/MF sob n.º 325.651.601-78, residente e domiciliada nesta cidade de Alto Garças, do cargo de auxiliar/Agente Administrativo, da Câmara Municipal de Alto Garças-MT, a partir do dia 30 de junho de 2018; em razão de sua aposentadoria.

Art. 2º - Este **Ato** entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros até a data de 30/06/2018.

Edifício Sede do Poder Legislativo, Gabinete da Presidência, em 29 de junho de 2018.

JORGE HENRIQUE CARVALHO KONRADPresidenteWILSON PEREIRA DA SILVA 1º SecretárioJOSÉ PETRÍLIO G. BORGES 2º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE APIACÁS

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
PORTARIA Nº 035/2018

PORTARIA Nº 035/2018

SUMULA: "Dispõe sobre a homologação do Edital Complementar nº 002, ao Edital de Abertura do Processo Seletivo Programa Jovem Aprendiz nº. 001/2018, da Câmara Municipal de Apiacás, e dá outras providências".

A Senhora **Regina Pizoli da Silva**, Presidente da Câmara Municipal de Apiacás Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Homologar o Edital Complementar nº 002 desta data, que trata das inscrições deferidas a concorrerem ao certame previsto no Edital de Processo Seletivo Programa Jovem Aprendiz nº 001/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Câmara Municipal de Apiacás/MT, 29 de Junho de 2018.

REGINA PIZOLLI DA SILVA

Vereadora – Presidente

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002

PROCESSO SELETIVO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ Nº 001/2018

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002

APRESENTAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

A Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização, nomeada pela Portaria nº 29/2018 de 05 de junho de 2018, em cumprimento ao que determina o Edital de Abertura desse Processo Seletivo, Edital nº 001/2018, e ainda,

Considerando que nenhum candidato requereu atendimento especial por tratar-se de Portador de Necessidades Especiais PNE, e também nenhum candidato requereu atendimento especial por qualquer outro motivo conforme determina o Edital de Abertura no subitem 3.2;

Resolve esta Comissão, apresentar a relação dos candidatos com inscrições "**DEFERIDAS**" para a participação das provas conforme determina o Edital de abertura nº 001/2018.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. As provas serão realizadas no dia 08 de julho de 2018:

a) Os candidatos de todos os níveis de escolaridade realizarão a prova objetiva (múltipla escolha) na **Escola Municipal Centro de Promoção Educacional**, sito à Av. Brasil – Bairro Bom Jesus – Apiacás MT.

b) Os Portões da Escola serão abertos às 07:30 horas e fechado impreterivelmente às 07:50 horas;

c) Para a realização das provas, os candidatos deverão atender ao exigido no item 18.4, no que tange a identificação pessoal;

1.2. Os candidatos deverão comparecer no local das provas com antecedência mínima de 30 minutos para identificação das salas de provas.

2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. As inscrições constantes no Anexo I deste Edital encontram-se **DEFERIDAS** para os candidatos participarem regularmente do certame.

2.2. As inscrições estão disponibilizadas em Ordem de Escolaridade, Cargo e Alfabética, para melhor visualização dos candidatos,

3. Editais Complementares serão publicados no site: www.camaraapiacas.mt.gov.br

Apiacás MT, 29 de junho de 2018.

Onivar Moura Paz

Comissão Examinadora do Processo de Seleção do Programa Menor Aprendiz

N.º	NOME CANDIDATO	ESCOLARIDADE
1	AMANDA GOMES GUIDARINI	NIVEL FUNDAMENTAL
2	ANA KARLA BATISTA	NIVEL FUNDAMENTAL
3	BIANCA DOS SANTOS BENITES	NIVEL FUNDAMENTAL
4	BRUNA DE SOUZA MOREIRA	NIVEL FUNDAMENTAL
5	CAMILE BARBOZA DE ARAUJO	NIVEL FUNDAMENTAL
6	CAROLINE BARBOSA DE SOUZA	NIVEL FUNDAMENTAL
7	CELINE CATHERINE WICHINHESKI PALMIEIRI	NIVEL FUNDAMENTAL
8	DEBORA ANTUNES MARTINS GONÇALVES	NIVEL FUNDAMENTAL
9	ELYZ CRISTYNE FERNANDES BACKES	NIVEL FUNDAMENTAL
10	EMILY CRISTINA DE JESUS MENDONÇA	NIVEL FUNDAMENTAL
11	ERIQUE RAMIRO DA HORA SILVA	NIVEL FUNDAMENTAL
12	GUILHERME DA SILVA HINQUEL	NIVEL FUNDAMENTAL
13	GUSTAVO MOREIRA DA SILVA	NIVEL FUNDAMENTAL
14	HELLEN VICTORIA DA SILVA KUTIENSKY	NIVEL FUNDAMENTAL
15	IGOR BARBOSA SOARES	NIVEL FUNDAMENTAL
16	ISABELE TAYNARA CARDOSO BRUNO	NIVEL FUNDAMENTAL
17	JAQUELINE JULIANE GONÇALVES	NIVEL FUNDAMENTAL
18	JOÃO VITOR HOTHOVOLPHO	NIVEL FUNDAMENTAL
19	JUAN LIMA GRATÃO	NIVEL FUNDAMENTAL
20	KELLY CAROLINE BIALESKI MELO	NIVEL FUNDAMENTAL
21	KEMELI SILVA DE OLIVEIRA	NIVEL FUNDAMENTAL
22	LAIZA KAILAYNE DA SILVA	NIVEL FUNDAMENTAL
23	LUCAS GABRIEL SIQUEIRA COLODEL	NIVEL FUNDAMENTAL
24	LUCIANO DA SILVA MAIA	NIVEL FUNDAMENTAL
25	LUIZ OTAVIO GIMENEZ MENDONÇA	NIVEL FUNDAMENTAL
26	MARIA EDUARDA GOMES COSTA	NIVEL FUNDAMENTAL
27	MATHEUS SCORSATTO HORY DOS SANTOS	NIVEL FUNDAMENTAL
28	MAYCON DOUGLAS AZEVEDO COSTA	NIVEL FUNDAMENTAL
29	MICAEL ALMEIDA CAVALCANTE	NIVEL FUNDAMENTAL
30	MURILLO PIZZOLI DA SILVA LOPES	NIVEL FUNDAMENTAL
31	NICAELLY PASSARELLO SANTANA	NIVEL FUNDAMENTAL
32	PAMELA GONÇALVES	NIVEL FUNDAMENTAL
33	RAYKE JOSÉ NETTO COSTA	NIVEL FUNDAMENTAL
34	REBECA MARTINS DE LIMA	NIVEL FUNDAMENTAL
35	RICARDO DE SOUZA DA LUZ	NIVEL FUNDAMENTAL

36	RIQUELME DOS SANTOS ALMEIDA	NIVEL FUNDAMENTAL
37	SABRINA GABRIELE OLIVEIRA ELOI	NIVEL FUNDAMENTAL
38	SAIMON EVANDER OLIVEIRA ELOI	NIVEL FUNDAMENTAL
39	SANDRO AUGUSTO GUIDARINI	NIVEL FUNDAMENTAL
40	SERGIO RANGEL MOREIRA DA SILVA	NIVEL FUNDAMENTAL
41	TATIELE KAROLINE SOARES CASTRO	NIVEL FUNDAMENTAL
42	THIAGO HENRIQUE PISETTA	NIVEL FUNDAMENTAL
43	WANDY SOARES CREMONEZZI	NIVEL FUNDAMENTAL
44	WENDEL DIOGO MARCHILITS ACORDI	NIVEL FUNDAMENTAL
45	ADRIANA RAYZA LIMA NAVA	NIVEL MÉDIO
46	ADRIELE DA SILVA GONÇALVES	NIVEL MÉDIO
47	ALYNE MENESES DIETRICH	NIVEL MÉDIO
48	AMANDA MOREIRA LOPES	NIVEL MÉDIO
49	ANDERSON DA SILVA ALBERTO	NIVEL MÉDIO
50	ANDRÉ LUCAS CAMPOS COSTA	NIVEL MÉDIO
51	BRUNA SOARES NEPOMUCENO	NIVEL MÉDIO
52	BRUNA TABOZA DA COSTA	NIVEL MÉDIO
53	BRUNA VITÓRIA FERREIRA	NIVEL MÉDIO
54	BRUNO DA SILVA FERREIRA	NIVEL MÉDIO
55	CARLOS HENRIQUE STANKEWIZ BALEEIRO	NIVEL MÉDIO
56	CARLOS MANOEL ANTUNES DOS SANTOS	NIVEL MÉDIO
57	CAROLINE MATOS ZAGLI	NIVEL MÉDIO
58	CAROLINE SILVA DOS SANTOS	NIVEL MÉDIO
59	CHARLENE DA SILVA BATISTA	NIVEL MÉDIO
60	CICERO APARECIDO DA SILVA JUNIOR	NIVEL MÉDIO
61	CLAUDIA VITORIA SOUZA DA SILVA	NIVEL MÉDIO
62	DAIRANE BONFIN GUERART	NIVEL MÉDIO
63	EDUARDA GONÇALVES RIBEIRO	NIVEL MÉDIO
64	EDUARDO DE FREITAS ROCHA DA SILVA	NIVEL MÉDIO
65	EDUARDO DE MOURA LIMA	NIVEL MÉDIO
66	EMANUELE OLIVEIRA DOS SANTOS	NIVEL MÉDIO
67	ERIK EDUARDO DA SILVA DE SOUZA	NIVEL MÉDIO
68	FELIPE DA SILVA SANTANA	NIVEL MÉDIO
69	FELIPE KLEIN DA SILVA	NIVEL MÉDIO
70	FELIPE SOUZA DA SILVA	NIVEL MÉDIO
71	FHELYPE SIAN LEMBRANZI	NIVEL MÉDIO
72	GEDERSON DE SOUZA FLORENCIO	NIVEL MÉDIO
73	GILDEONE LEMES DA SILVA	NIVEL MÉDIO
74	IZABELA APARECIDA SPERANDIO SOUTO	NIVEL MÉDIO
75	JAIANE CAROLINE FERREIRA MELO	NIVEL MÉDIO
76	JOANA RIBEIRO DE LIMA	NIVEL MÉDIO
77	JOÃO FERNANDO STANKEWICZ BALIEIRO	NIVEL MÉDIO
78	JOICE BUFFON DE LIMA	NIVEL MÉDIO
79	JOSÉ MARCOS PIZOLLI JUNIOR	NIVEL MÉDIO
80	JOSIEL CALIXTO JUNIOR	NIVEL MÉDIO
81	KALEU DOS SANTOS DA SILVA	NIVEL MÉDIO
82	KATHRIN VITORIA TEIXEIRA DE ASSUNÇÃO	NIVEL MÉDIO
83	KAYLANE NASCIMENTO DE OLIVEIRA	NIVEL MÉDIO
84	KECILLY DE ARAUJO DE SOUZA	NIVEL MÉDIO
85	KELLY CRISTINE ALVES DA SILVA	NIVEL MÉDIO
86	KELLY DE SOUZA ROMANO	NIVEL MÉDIO
87	KELVIN SAMUEL DE OLIVEIRA SILVA	NIVEL MÉDIO
88	KLEBSON JOSÉ NUNES FRAZÃO	NIVEL MÉDIO
89	LEIDE LAURA ARAGÃO AZEVEDO	NIVEL MÉDIO
90	LEIDIANE BRUNA BIALESKI	NIVEL MÉDIO
91	LIZIANE SILVEIRA MITKUS	NIVEL MÉDIO
92	LORRAYNE CRISTINA SANTOS DA SILVA	NIVEL MÉDIO
93	LUANA NATIELE KALINSKI BATISTA	NIVEL MÉDIO
94	LUCAS ALVES DE OLIVEIRA	NIVEL MÉDIO
95	MANOELE TEREZA DA SILVA SAMNIOTTO	NIVEL MÉDIO
96	MATEUS DE SOUZA DA SILVA	NIVEL MÉDIO
97	MATEUS HENRIQUE DA SILVA	NIVEL MÉDIO
98	MATHEUS LOPES DA SILVA	NIVEL MÉDIO
99	MICAELY PEREIRA DO NASCIMENTO	NIVEL MÉDIO
100	MIKELE TEIXEIRA MENDES	NIVEL MÉDIO
101	MILENA TEIXEIRA MENDES	NIVEL MÉDIO
102	MIRELLI APARECIDA DA SILVA ALBERTO	NIVEL MÉDIO
103	NATHALI CRISTINE TEIXEIRA	NIVEL MÉDIO
104	NATHALLY MICAELE SMANIOTHO DE CAMPOS	NIVEL MÉDIO
105	PAULO GABRIEL BIALESKI	NIVEL MÉDIO
106	PAULO RICARDO KLEIN DA SILVA	NIVEL MÉDIO
107	PEDRO HENRIQUE CAMPOS COSTA	NIVEL MÉDIO
108	PEDRO LUCAS HOTHOVOLPHO	NIVEL MÉDIO
109	PEDRO LUIS VIEIRA CAIO	NIVEL MÉDIO
110	QUESIA DE JESUS DE OLIVEIRA	NIVEL MÉDIO
111	RAQUEL MARTINS DE LIMA	NIVEL MÉDIO
112	RAYSSA ZORTEA DOS SANTOS	NIVEL MÉDIO

113	RENATA CRISTINA GOMES ARAUJO	NIVEL MÉDIO
114	RODRIGO NUNES DOS SANTOS	NIVEL MÉDIO
115	RYAN SANTANA SILVA	NIVEL MÉDIO
116	SAMUEL DA CUNHA DEQUIQUE	NIVEL MÉDIO
117	SANDY REGINA GOMES PIZOLLI	NIVEL MÉDIO
118	SIMONE CORREIA DE ARAUJO	NIVEL MÉDIO
119	TAIS HARMATIUK MOCELIN	NIVEL MÉDIO
120	THALICE KETLEN MORALI DA SILVA	NIVEL MÉDIO
121	THIAGO FERNANDES MARCOSSI	NIVEL MÉDIO
122	VALDENICE DA SILVA CATULINO	NIVEL MÉDIO
123	VANDO DA CONCEIÇÃO SILVA	NIVEL MÉDIO
124	VITOR AUGUSTO FERREIRA MELO	NIVEL MÉDIO
125	WALISSON DA SILVA VIEIRA	NIVEL MÉDIO
126	WALLISON RODRIGUES BARACHO	NIVEL MÉDIO
127	WILLAN RODRIGUES BARACHO	NIVEL MÉDIO
128	YAN FELIPE FEITOZA DOS SANTOS	NIVEL MÉDIO
129	YASMIN DA MOTA NEU	NIVEL MÉDIO

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
PORTARIA Nº 23/2018

PORTARIA Nº 23/2018

Dispõe sobre o expediente da Câmara Municipal de Araputanga no mês de julho de 2018, e dá outras providências.

José Vicente de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o recesso parlamentar no período de 01 de julho a 31 de julho de 2018, conforme dispõe o art. 18 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Torna-se público que, durante o recesso parlamentar entre os dias 01 de julho a 31 de julho de 2018, o expediente (atendimento ao público) da Câmara Municipal de Araputanga ficará limitado seu horário de funcionamento das 13h00m às 17h00m.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete da Presidência, 29 de junho de 2018.

José Vicente de Carvalho

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
LEI Nº 2.664 DE 29 DE JUNHO DE 2018

"Dispõe sobre a Concessão de Estágios no âmbito da Administração pública Municipal e dá outras providências."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES/MT*, no uso de suas atribuições legais, especificamente a prevista no § 8º do artigo 53 da Lei Orgânica Municipal, e artigo 24, inciso I, alínea "v", do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cáceres/MT, promulga a Lei n° 2.664, de 28 de junho de 2018, referente ao Projeto de Lei n° 14, de 16 de fevereiro de 2018, cujo veto parcial proferido pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal Francis Maris Cruz, foi rejeitado em Sessão Ordinária desta Câmara Municipal de Cáceres/MT, ocorrida no dia 18 de junho de 2018, e que é a seguinte:*

Art. 1º Os Órgãos da Administração Pública Municipal poderão aceitar, como estagiários, estudantes do ensino técnico profissionalizante, superior e pós-graduando, regularmente matriculados em Instituições Públicas de Ensino, e Instituições Particulares reconhecidas pelo MEC e órgãos públicos conveniados com o Município de Cáceres - MT.

Parágrafo único. O estágio será desenvolvido em órgãos da Administração Direta, Indireta, Autarquias e Fundações Públicas Municipais, sob a coordenação da Secretaria municipal vinculada ao estágio, observada a lei federal nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 2º O estágio será realizado e desenvolvido mediante Termo de Compromisso celebrado entre alunos e Administração Municipal, com a interveniência obrigatória da instituição de ensino, observadas as seguintes condições:

I – celebração de convênio entre a Administração Municipal e a instituição de ensino;

II – assinatura do Termo de Compromisso pelo aluno ou por seu responsável, quando menor de 18 anos, pela Administração Municipal, e pela instituição de ensino, observada a idade mínima de 16 anos;

Art. 3º São requisitos para a concessão do estágio:

I – matrícula e frequência regular do estudante em curso de ensino superior, pós graduação ou de técnico profissionalizante;

II – celebração de termo de compromisso entre o estudante, a Prefeitura e a instituição de ensino na qual o estudante estiver regularmente matriculado;

Art. 4º Fica vedada a concessão de estágio ao candidato que:

I – estiver cursando somente dependências;

Art. 5º Ao estagiário será concedida uma bolsa-estágio, com valor fixado de acordo com a legislação municipal específica, na seguinte conformidade:

a) R$700,00 (setecentos reais) - para o estudante de ensino superior, pós-graduando e técnico profissionalizante;

Art. 5º-A. O Estagiário de que trata esta lei fará jus ao Auxílio Transporte, com valor a ser fixado por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º A carga horária, duração e jornada do estágio, a serem cumpridas pelo estagiário, devem ser compatíveis com a jornada escolar do aluno, definidas de comum acordo entre a Instituição de Ensino, a parte concedente de estágio e o estagiário ou seu representante legal, de forma a não prejudicar suas atividades escolares, respeitadas a legislação em vigor.

Parágrafo único. A carga horária do estágio supervisionado não poderá exceder a jornada diária de 6 horas, perfazendo 30 horas semanais, e de 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos.

Art. 7º O prazo de concessão será de 01 (um) ano, renovado por igual e sucessivo período, e a quantidade de vagas a serem disponibilizadas, na Administração Municipal, será correspondente a necessidade e oportunidade administrativa e financeira, podendo chegar até 10% (dez por cento) do quadro de pessoal efetivo de regulamentação do Poder Executivo.

§ 1º Para efeitos desta lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de servidores e empregados públicos existentes na administração pública municipal direta, autárquica e fundacional.

§ 2º Quando o cálculo do porcentual disposto no caput deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

Art. 8º É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a um ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deve ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º O recesso poderá ser gozado pelo estagiário em até 2 (dois) períodos de 15 (quinze) dias.

Art. 9º Fica assegurado as pessoas portadoras de deficiências o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio, de que trata esta lei.

Art. 10. Ocorrerá o término do estágio:

I – Automaticamente, ao término de seu prazo;

II – A qualquer tempo, de acordo com a conveniência e interesse da parte concedente do estágio;

III – A pedido do estagiário;

IV – Pela interrupção ou término do curso realizado na instituição de ensino a que pertença o estagiário.

V – pelo não comparecimento injustificado por mais de 02 (dois) dias consecutivos ou não, no período de um mês;

VI – por má conduta do estagiário.

Parágrafo único. A interrupção voluntária do curso pelo aluno, bem como sua conclusão, devem ser informados, imediatamente, pela instituição de ensino e pelo agente de integração, ao órgão da administração pública municipal ao qual o estagiário estiver vinculado, sob pena de corresponsabilidade em eventual ação judicial.

Art. 11. Caberá as Instituições Públicas de Ensino e Instituições Particulares selecionar os candidatos, observando-se as normas e critérios estabelecidos no regulamento do programa.

Art. 12. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta dos recursos consignados no orçamento Municipal, junto à Unidade Orçamentária de cada Secretaria Municipal.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres – MT, 29 de junho de 2018.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 86/2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,*

CONSIDERANDO *o Art. 69, §§1º e 2º e o Art. 73, §1º, ambos da Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997, que "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Cáceres. ";*

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a servidora **EMANUELLE EVELLINN DOS PASSOS ANICETO**, matrícula nº 546-1, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, **30 (trinta) dias de gozo de férias,** relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a partir do dia 02 de julho de 2018, devendo retornar as suas atividades normais no dia 01 de agosto de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 26 de junho de 2018.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

Alvasir Ferreira de Alencar

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 85/2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,*

CONSIDERANDO *o Art. 69, §§1º e 2º e o Art. 73, §1º, ambos da Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997, que "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Cáceres. ";*

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a servidora **TATHIANE BACELLAR ARAUJO**, matrícula nº 550-1, ocupante do cargo de Assessora de Gabinete, **30 (trinta) dias de gozo de férias,** relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a partir do dia 09 de julho de 2018, devendo retornar as suas atividades normais no dia 08 de agosto de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 26 de junho de 2018.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

Alvasir Ferreira de Alencar

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 84/2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,*

CONSIDERANDO *o Art. 69, §§1º e 2º e o Art. 73, §1º, ambos da Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997, que "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Cáceres. ";*

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a servidora **FERNANDA MIRAGE MANARA**, matrícula nº 553-1, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, **30 (trinta) dias de gozo de férias,** relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a partir do dia 16 de julho de 2018, devendo retornar as suas atividades normais no dia 15 de agosto de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 26 de junho de 2018.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

Alvasir Ferreira de Alencar

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 83/2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,*no uso de suas prerrogativas legais e regimentais;*

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor abaixo indicado para desenvolverem suas atividades durante as sessões parlamentares, em conformidade com a Portaria nº 47/2018, nos termos do artigo 1º, §3º e artigo 5º, IV, da Lei nº 2. 595 de 02 de agosto de 2017, a partir da data de 25 de junho de 2018:

MATRÍCULA	SERVIDOR (A)
151-1	MARIO CESAR VIEGAS MUNIZ

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 25 de junho de 2018.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

Alvasir Ferreira de Alencar

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 87/2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para atuarem como Fiscal/ Suplente do Contrato abaixo, nos termos do Artigo 67 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93 e estrito atendimento à Súmula nº 005 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, atribuindo-lhe os mais amplos poderes para o acompanhamento e fiscalização do referido instrumento:

CONTRATO	EMPRESA/ CNPJ	OBJETO	FISCAL	SUPLENTE
014/2018	JESUINA DOS SANTOS – ME/ CNPJ 09. 108.953/ 0001-42	Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Publicação e Divulgação de Ações, Eventos e Atos Administrativos em Jornal Impresso, realizados pelo Poder Legislativo Municipal de Cáceres-MT.	Nágila Pessoa da Costa	Darlan Brunel de Carvalho

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, com seus respectivos efeitos a data do início de vigência do contrato.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 26 de junho de 2018.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

Alvasir Ferreira de Alencar

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 88/2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,*

CONSIDERANDO *o Art. 69, §§1º e 2º e o Art. 73, §1º, ambos da Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997, que "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Cáceres. ";*

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder ao servidor **CHARLES FINNEY DALBEM BARBOSA**, matrícula nº 539-1, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, **30 (trinta) dias de gozo de férias,** relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a partir do dia 23 de julho de 2018, devendo retornar as suas atividades normais no dia 22 de agosto de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 29 de junho de 2018.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

Alvasir Ferreira de Alencar

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA

CÂMARA
PORTARIA Nº 14/2018

DE 28 DE JUNHO DE 2018

"Dispõe sobre concessão de licença médica a servidora e dá outras providências. "

O Senhor **EDERSON PORSCH**, Presidente da Câmara Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o artigo 19, inciso II do Regimento Interno;

CONSIDERANDO, a apresentação de atestado médico;

CONSIDERANDO, a apresentação de laudo fornecido pela junta médica do município;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Licença Médica** por 60 dias a Servidora **Zelma Moreira da Silva,** com base ao artigo 74, § 3º da Lei Complementar nº 028/ 2002.

Art. 2º - Essa Portaria tem efeitos retroativos a partir de 11/06/2018.

Sala da Presidência, 28 de junho de 2018.

EDERSON PORSCH

Presidente

CÂMARA
ATO DO PRESIDENTE Nº 006/2018

ATO DO PRESIDENTE Nº 006/2018

DE 29 DE JUNHO DE 2018

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base no que dispõe o Art. 19 do Regimento Interno:

"Dispõe sobre o Horário de Funcionamento e a Escala de Revezamento da Equipe de Servidores da Câmara Municipal de Canarana – MT, em época de Recesso Legislativo."

Art. 1°. No Recesso Legislativo que acontece no período de 1° a 31 de julho, previsto no Art. 135 do Regimento Interno, realizar-se-á atendimento ao público, com horário reduzido das 13hs30min às 17hs00min.

Art. 2°. No referido Recesso Legislativo, haverá revezamento da equipe dos servidores da Câmara Municipal, sendo que a primeira equipe trabalhará dos dias 02 a 16 de Julho, e a segunda, dos dias 17 a 31 de Julho.

Art. 3°. Este ato não se aplica aos Cargos de Serviços Essenciais.

Gabinete da Presidência, 29 de Junho de 2018.

Ederson Porsch

Presidente

CÂMARA
PORTARIA N° 16/2018

DE 28 DE JUNHO DE 2018

"Dispõe sobre a concessão de adiantamento de 13º salário a servidora da Câmara Municipal".

O presidente da Câmara Municipal de Canarana/MT, senhor Ederson Porsch, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas;

RESOLVE:

***Art. 1º** - Fica a Contabilidade da Câmara Municipal autorizada a adiantar o 13º salário da Servidora **SANDRA CRISTINA SCHMIDT**, portadora do RG nº 1386406-8 – 4 SSP/ MT e CPF nº 010.281.231-40, conforme Lei Complementar 028/2002 de 23 dezembro de 2002.*

***Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação por afixação em local de costume, tendo válidos seus efeitos a partir de 02/07/ 2018 revogadas as disposições em contrário.*

Sala da Presidência, 28 de junho de 2018.

EDERSON PORSCH

Presidente

CÂMARA
PORTARIA N° 15/2018

DE 28 DE JUNHO DE 2018

"Dispõe sobre a concessão de adiantamento de 13º salário a servidora da Câmara Municipal".

O presidente da Câmara Municipal de Canarana/MT, senhor Ederson Porsch, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas;

RESOLVE:

***Art. 1º** - Fica a Contabilidade da Câmara Municipal autorizada a adiantar o 13º salário da Servidora **ENI TEREZINHA DA SILVA**, portadora do RG nº 5059547009 SSP/RS e CPF nº 727.244.800-82, conforme Lei Complementar 028/2002 de 23 dezembro de 2002.*

***Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação por afixação em local de costume, tendo válidos seus efeitos a partir de 02/07/ 2018 revogadas as disposições em contrário.*

Sala da Presidência, 28 de junho de 2018.

EDERSON PORSCH

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

CAMARA MUNICIPAL
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 002/2018

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2018

***OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de execução orçamentária e contabilidade pública com responsabilidade técnica contábil para a Câmara Municipal de Curvelândia.*

CONTRATADO:

FASPEL CONTABILIDADE E INFORMATICA LTDA

CNPJ Nº:

14.722.241/0001-59

ENDEREÇO:

Rua Niterói, nº 740, Bairro Jardim Popular

CIDADE:

São José dos Quatro Marcos - MT

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)

VALOR MENSAL: R$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais), por 12 (doze) meses.

Prazo: 01 de Julho de 2018 à 30 de Junho de 2019**.**

Fundamento legal: Art. 24, II da Lei nº 8.666/93 atualizada pela Lei Municipal nº 1.396 de 21/12/2016 e a Lei Estadual nº 10.534, de 13/04/2017 e Lei Municipal nº105/2017.

Tendo em vista o que consta dos autos, tudo ratifico e, por consequência lógica, determino a contratação direta da empresa, para que produza todos os efeitos legais.

Considerando o Parecer Jurídico favorável à contratação direta com fulcro no art. 24, II da Lei nº 8.666/93, e LC municipal nº 105/2017 cujo ao teor aderimos na íntegra;

RESOLVO,

RATIFICAR a justificativa apresentada, em cumprimento ao que dispõe o art. 26 da Lei nº 8.666/93, determinando sua publicação na imprensa oficial como condição de sua eficácia.

Curvelândia– MT, 28 de Junho de 2018

ROBERTO SERENINI

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA Nº. 052/2018

PORTARIA Nº. 052/2018

DECLARAR PONTO FACULTATIVO NO DIA 02 DE JULHO DE 2018 E TRANSFERE A SESSÃO ORDINÁRIA PARA O DIA 03 DE JULHO DE 2018.

Ver. Jozenil Costa Lube, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018

RESOLVE:

Art. 1° - Declarar ponto facultativo desta Egrégia Casa de Leis, no dia 02 de Julho de 2018 (segunda-feira) jogo do Brasil x México.

Art. 2º - Transfere a Sessão Ordinária para o dia 03 de julho de 2018 (terça-feira), que se realizará no horário regimental.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino 29 de junho de 2018.

Ver. Jozenil Costa Lube

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 029/2018

P O R T A R I A No 029/2018.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, vereador **ADEMIR APARECIDO ZULLI**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a **BENEDITO NORBERTO DA SILVA,** funcionário da Câmara Municipal de Poconé-MT., 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes ao período 2015/2016, a partir de 01 de julho de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 28 de junho de 2018.

Vereador Ademir Aparecido Zulli

Presidente

Vereador Raonny Arruda Falcão

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
PORTARIA N. 015/2018

PORTARIA Nº 015/ 2018

Dispõe sobre a Concessão de Férias Regulamentares a Servidora da Câmara Municipal de Porto Estrela- MT.

O Sr. Denisson Pedroso Brilhadori, Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

CONSIDERANDO o requerimento e o deferimento do pedido de1/3 férias do Servidora abaixo supramencionado,

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder 1/3 de Férias regulamentares de 20 dias, a servidora efetivo desta Casa de Leis, cargo de Auxiliar LegislativoSrª. **Rosimara Rodrigues da Silva**, referente ao período aquisitivo serem gozadas a partir de **11/07/2018 a 30/07/2018**, referente o exercício 2017.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se e

Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 29 de Junho de 2018

Denisson Pedroso Brilhadori.

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
PORTARIA N. 014/2018

PORTARIA Nº 014/ 2018

Dispõe sobre o Recesso da Câmara Municipal de Porto Estrela- MT.

O Sr. Denisson Pedroso Brilhadori, Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

CONSIDERANDO recesso com base no Art. 7º. do Regimento Interno Municipal de Porto Estrela.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder o recesso parlamentar 30 dias, aos vereadores desta Casa de Leis, referente ao período de **30/06/2018 a 01/08/2018 Agosto**.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se e

Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 28 de Junho de 2018

Denisson Pedroso Brilhadori.

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

CÂMARA DE SANTO ANTONIO DO LESTE

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

№ 007/2018

A câmara Municipal de Santo Antonio do Leste - MT. Através do seu presidente, o Vereador **EUCLIDES CECATTO**, em cumprimento aos dispositivos Constitucionais e legais e também da Resolução 003/93 do TCE-MT. Torna Públicos o seguinte ato:

ATO ADMINISTRATIVO

Art. 1º Determina que a servidora Guelly Urzeda de Mello receba em seu salário o aumento correspondente a duas referencias salariais correspondente ao exercício de 2017, em janeiro de 2017 calcular para referencia 116 ela apresentou o diploma de conclusão de curso e não foi recebido o aumento, e duas referencias no exercício de 2018 em Março referencia 118, passando a partir desta data regularizar os cálculos de salários, ferias, décimo terceiro e demais adicionais que seja necessário na folha de pagamento, conforme a Lei 257-2008 Plano de Cargos e salários da Câmara Municipal de Santo Antonio do Leste, deverá ser recalculado o salário mensal com as devidas perdas inflacionaria, a servidora em Março deste ano completou um total de 320 horas, passou pela analise de desempenho e tem o direito de ser aumentado 4 referencias em seu salário, sendo duas referente ao ano anterior.

O qual se encontra devidamente publicada conforme preceituação constante no artigo 106 da Lei Orgânica do Município, ficando à disposição dos munícipes e a quem mais interessar possa a partir desta data 27 de junho de 2018, na Secretaria da CÂMARA MUNICIPAL, em horário de expediente.

O qual será devidamente publicada nas vias de publicação oficial deste órgão, como de costume, também, via mural em locais públicos desta cidade.

Gabinete do presidente da Câmara Municipal de Santo Antonio do Leste - MT, ao 27 dia do mês de junho de dois mil e dezoito

Euclides Cecatto

Presidente

CÂMARA DE SANTO ANTONIO DO LESTE

EXTRATO DE CONTRATO DE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 001/2018

Órgão: Câmara Municipal de Santo Antonio do Leste

Objeto: O objeto do presente Contrato é serviços técnicos profissionais de natureza contábil, Orçamentária e financeira e Patrimonial, na secretaria da Câmara sob responsabilidade exclusiva do contador JOÃO VIEIRA DE JESUS 59294442187 com inscrição no CRC-MT 012043/O-3, visando o cumprimento da lei nº4320/64 a lei federal nº 6404/76 e suas alterações, legislação aplicada a contabilidade ao setor publico, lei de responsabilidade fiscal e legislação do tribunal de contas do estado de Mato Grosso, durante o período contratado com a Câmara Municipal de Santo Antonio do Leste - MT

Elemento de Despesa: Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Justificativa: A Câmara precisa de um profissional para atender a contabilidade em virtude do contador efetivo estar afastado, existe a necessidade da contratação de outro contador para o exercício de 2018.

Fundamento Legal: Identificação e descrição do dispositivo legal da Lei 8.666/1993.

Contratado: João Vieira de Jesus

CNPJ nº: 28.195.869/0001-58

Prazo de execução: de 25/04/2018 a 25/12/2018

Valor: R$ 18. 960,00 (dezoito mil novecentos e sessenta Reais)

Pagamento: 08 parcelas mensais

Dotação: 3.390.39.00.00.00.00

Santo Antonio do Leste, 28 de junho de 2018.

Tereza guerra dos Santos

Sec. Geral

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N°. 011/2.018

Dispõe sobre, Concessão de Férias ao Funcionário **EZEQUIEL ALVES DE SOUZA** e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, Vereador **PAULO ALVES DE PAULA**, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

ARTIGO 1° - Conceder férias ao funcionário **EZEQUIEL ALVES DE SOUZA,** ocupante do cargo de vigia,no período de 01 (primeiro) de julho de 2. 018 a 30 (trinta) de julho de 2.018.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

São José do Povo, 29 de junho de 2.018.

PAULO ALVES DE PAULA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

Registrado nesta Secretaria e publicada

Por afixação, no lugar público de costume,

Na data supra.

_____

_____

Rua João Francisco Duarte, 715 – Centro – CEP 78.773-000 – Fone/Fax (66) 3494-1199

CNPJ: 32.972.440/0001-05 – E-mail: câmara_sjp@hotmail.com

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2018

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2018. A Câmara Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, e a Empresa ÁGILI SOFTWARES BRASIL LTDA. OBJETO: Empresa Especializada em conversão, Implantação , Treinamento, Fornecimento de Licenças de Uso (Locação) e Assistência Técnica em: Sofware de Contabilidade Pública Gerencial, Tesouraria, Orçamento e Geração de Informações para o APLIC/ TCE-MT, em conformidade com a Lei 4.320/64. LRF e normativas do TCE-MT, Software de Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Software de Compras, e Licitações, software de Patrimônio Público, Software de Almoxarifado, Software de protocolo e Processo, Software de Frotas, Software para Portal de Transparência e Provimento de Data Center. Data: 14/6/2018. Vencimento:14/06/2019 Dotação: Rubrica: 01.031.0001.2001 – 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.Valor:R$ 36. 000,00 (Trinta e seis mil reais).

Câmara Municipal de São José do Rio Claro-MT, 15 de junho de 2018. Valdemar Messias dos Santos – Presidente.

CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE
BALANCETE FINANCEIRO 05-2018

ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE
CNPJ: 3.130.309/0001.94
TRAVESSA LUCAS AUXILIO TONIAZZO - 0000206 - CENTRO
Telefone (066)3534-1108
legislativo@camaraterranovadonorte.mt.gov.br

Data : 18/06/2018
Hora : 08:52:41

Balancete Financeiro (Mod. Anexo Nº 13) Exercício 2018

(Ate Maio /2018)

Receita				Despesa			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
ORCAMENTARIA				ORCAMENTARIA			
				LEGISLATIVA	557.436,79		
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES				TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA		557.436,79	
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL				INTERFERENCIAS FINANCEIRAS			
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS				Egressos Realizados			
				TOTAL DE INTERF. FINANCEIRAS			
INTERFERENCIAS FINANCEIRAS							
Ingressos Realizados	525.000,00			EXTRA-ORCAMENTARIA			
TOTAL DE INTERF. FINANCEIRAS		525.000,00		RESTOS A PAGAR 2017 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS	2.823,81		
				DEPOSITOS - I.N.S.S	11.553,24		
EXTRA-ORCAMENTARIA				DEPOSITOS - I.R.R.F	10.721,14		
DESPESA ORCAM.DO EXERCICIO A PAGAR	35.668,30			DEPOSITOS - IRRF TERCEIROS - MF	240,00		
DEPOSITOS - I.N.S.S	11.553,24			DEPOSITOS - PREVITER	10.843,63		
DEPOSITOS - I.R.R.F	10.721,14			DEPOSITOS - PENSAO ALIMENTICIA	1.875,00		
DEPOSITOS - IRRF TERCEIROS - MF	240,00			CREDITO CONSIGNADO EM FOLHA	14.913,25		
INSS - A COMPENSAR	4.698,08			CREDITO CONSIGNADO EM FOLHA BB	7.886,72		
DEPOSITOS - PREVITER	10.843,63			TOTAL DA DESPESA EXTRA-ORCAM.		60.856,79	
DEPOSITOS - PENSAO ALIMENTICIA	1.875,00						
CREDITO CONSIGNADO EM FOLHA	14.913,25			SALDO P/O EXERCICIO SEGUINTE			
CREDITO CONSIGNADO EM FOLHA BB	7.886,72			CAIXA			
TOTAL DO EXTRA-ORCAMENTARIO		98.399,36		BANCOS - CONTAS MOVIMENTO	5.105,78		
				BANCOS - CONTAS VINCULADAS			
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR				APLICACOES FINANCEIRAS			
CAIXA				TOTAL DISPONIVEL		5.105,78	
BANCOS - CONTAS MOVIMENTO							
BANCOS - CONTAS VINCULADAS							
APLICACOES FINANCEIRAS							

Emissão: 18/06/2018 08:52:50 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE
CNPJ: 3.130.309/0001.94
TRAVESSA LUCAS AUXILIO TONIAZZO - 0000206 - CENTRO
Telefone (066)3534-1108
legislativo@camaraterranovadonorte.mt.gov.br

Data : 18/06/2018
Hora : 08:52:41

Balancete Financeiro (Mod. Anexo Nº 13) Exercício 2018

(Ate Maio /2018)

TOTAL DISPONIVEL							
Total			**623.399,36**	**Total**			**623.399,36**

ADELAR MARCANTE
PRESIDENTE

KLAYTON ANTONIO FIDELEX
1 SECRETARIO

ELIZANDRO ROSSI
CONTADOR CRC - MT013076/O-9

Homologado

CAMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Câmara Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 01 de 22/01/2018, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e nos termos do Decreto nº 593, de 12/01/2010 e Decreto Federal nº 7892 de 23/01/2013, torna público para conhecimento dos interessados, que obteve a devida autorização do órgão gerenciador (ÁGILI SOFWARES BRASIL LTDA), e que fará ADESÃO à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de Nº 01/2018, proveniente do PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018 realizado pela Câmara Municipal de Arenápolis - Estado de Gestão de Mato Grosso, que teve como vencedora a empresa ÁGILI SOFTWARES BRASIL – LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 26.804.377/0003-59, com endereço na Av. Natalino João Brescansin, nº 499, centro, na cidade de Sorriso /MT – CEP: 78.890-000, cujo objeto é o Registro de Preços para Licenciamento e Manutenção de Softwares, sendo que a Câmara Municipal de União do Sul – MT aderiu aos itens 1,2,3,4 e 5 (Contabilidade Pública Gerencial, Tesouraria, Orçamento e Geração de Informações para o APLIC/TCE-MT, Software de Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Software de Compras e Licitações, Software de Patrimônio Público e Software de Almoxarifado) da Ata de Registro de Preços 01/2018, da Câmara Municipal de Arenápolis/MT.

Publique-se – Afixe-se.

União do Sul, MT, 29 de junho de 2018

JOSELI MARIA SCAPINI BULLA

Presidente da CPL

Portaria 01/2018

CAMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE
P O R T A R I A N º 0 0 9 / 2 0 1 8

"DEFINE A ESCALA DE TRABALHO DOS FUNCIONARIOS NO RECESSO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS TRINDADE"

FLAVIO FERREIRA DE SOUZA, Presidente do Poder Legislativo municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º - Define a escala **de trabalho dos Funcionários no recesso da Câmara Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade de 01 a 31 julho de 2018**, (CONFORME ANEXO).

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZOITO.

ANEXO I – PORTARIA Nº 009/2018

ESCALA DE TRABALHO DOS FUNCIONARIOS NO RECESSO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS TRINDADE

02 A 06 DE JULHO DE 2018 E 16 A 20 DE JULHO DE 2018 E DIA 30 E 31 JULHO DE 2018.

1. CELIA REGINA ALVES AMARAL **2.** JULIANA FRAZÃO DE ALMEIDA **3.** RENILDA GONÇALVES DE ALMEIDA **4.** OSVALDO CARVALO DE MELO **5.** DELAMARES BONFIN DE MORAES

09 A 13 DE JULHO DE 2018 E 23 A 27 DE JULHO DE 2018.

1. SANDER MARCIO FERNANDES LEITE **2.** SIRLENE APARECIDA COELHO **3.** KELLY REGINA CRUZ DE FRANÇA **4.** VALDENIR FERNANDES LEITE 5. SIBELLY CHRISTINA RIBEIRO ASSUNÇÃO

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZOITO.

FLAVIO FERREIRA DE SOUZA

PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ

EXTRATO DO CONTRATO 006/2018

Extrato do **Contrato 006/2018**, Contratante**:** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ-CISVAG. Contratado: VIVIANE IDALO ANDRADE-ME. Objeto: Constitui objeto do presente termo o Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de atendimento médico: realização de consultas e exames ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé, conforme Plano de Ações,com pagamento dos procedimentos a pessoas jurídicas, conforme quantidades mensais executadas, pelo período de 12 (doze) meses, mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da Lei nº 8.666/93, e suas alterações e no que couber e de acordo com os critérios, termos e condições fundamentadas no Termo de Referência e estabelecidas no **Edital de Credenciamento 001/2018**, bem como no **Projeto Básico/Anexo I**; Valor global de **R$ 97.680,00 (noventa e sete mil seiscentos e oitenta reais).**Data: 14-06-2018.

EXTRATO DO CONTRATO 007/2018

Extrato do **Contrato 007/2018**, Contratante**:** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ-CISVAG. Contratado: M. PEREIRA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA. Objeto: Constitui objeto do presente termo o Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de atendimento médico: realização de consultas e exames ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé, conforme Plano de Ações,com pagamento dos procedimentos a pessoas jurídicas, conforme quantidades mensais executadas, pelo período de 12 (doze) meses, mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da Lei nº 8.666/93, e suas alterações e no que couber e de acordo com os critérios, termos e condições fundamentadas no Termo de Referência e estabelecidas no **Edital de Credenciamento 001/2018**, bem como no **Projeto Básico/Anexo I**; Valor global de **R$ 117.000,40 (cento e dezessete mil reais)**, correspondente a doze meses**, correspondente** a doze meses; O valor estimado para o corrente exercício é de**: : R$ 68.250,00** (sessenta e oito mil duzentos e cinquenta reais)Data: 14-06-2018.

EXTRATO DO CONTRATO 002/2018

Extrato do **Contrato 002/2018**, Contratante**:** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ-CISVAG. Contratado: CENTRO DE OTORRINOLARINGOLOGIA BORTOLI EIRELI. Objeto: Constitui objeto do presente termo o Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de atendimento médico: realização de consultas e exames ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé, conforme Plano de Ações,com pagamento dos procedimentos a pessoas jurídicas, conforme quantidades mensais executadas, pelo período de 12 (doze) meses, mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da Lei nº 8.666/93, e suas alterações e no que couber e de acordo com os critérios, termos e condições fundamentadas no Termo de Referência e estabelecidas no **Edital de Credenciamento 001/2018**, bem como no **Projeto Básico/Anexo I**; Valor global de **R$ 64.740,00** (Sessenta e quatro mil setecentos e quarenta reais), correspondente a doze meses; O valor estimado para o corrente exercício é de**: R$ 37.765,00** (trinta e sete mil setecentos e sessenta e cinco reais). Data: 14-06-2018.

EXTRATO DO CONTRATO 005/2018

Extrato do **Contrato 005/2018**, Contratante**:** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ-CISVAG. Contratado: CLÍNICA E MICROCIRURGIA DE OLHOS LTDA EPP. Objeto: Constitui objeto do presente termo o Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de atendimento médico: realização de consultas e exames ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé, conforme Plano de Ações,com pagamento dos procedimentos a pessoas jurídicas, conforme quantidades mensais executadas, pelo período de 12 (doze) meses, mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da Lei nº 8.666/93, e suas alterações e no que couber e de acordo com os critérios, termos e condições fundamentadas no Termo de Referência e estabelecidas no **Edital de Credenciamento 001/2018**, bem como no **Projeto Básico/Anexo I**; Valor global de **R$ 110.582,40 (cento e dez mil quinhentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos), correspondente** a doze meses; O valor estimado para o corrente exercício é de**: : R$ 73.666,40** (setenta e três mil seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos).Data: 14-06-2018.

EXTRATO DO CONTRATO 004/2018

Extrato do **Contrato 004/2018**, Contratante**:** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ-CISVAG. Contratado: O. J. DA SILVA & DA SILVA LTDA ME I. Objeto: Constitui objeto do presente termo o Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de atendimento médico: realização de consultas e exames ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé, conforme Plano de Ações,com pagamento dos procedimentos a pessoas jurídicas, conforme quantidades mensais executadas, pelo período de 12 (doze) meses, mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da Lei nº 8.666/93, e suas alterações e no que couber e de acordo com os critérios, termos e condições fundamentadas no Termo de Referência e estabelecidas no **Edital de Credenciamento 001/2018**, bem como no **Projeto Básico/Anexo I**; Valor global de **R$ 89.605,20** (Oitenta e nove mil seiscentos e cinco reais e vinte centavos), correspondente a doze meses; O valor estimado para o corrente exercício é de**: : R$ 52.269,70** (cinquenta e dois mil duzentos e sessenta e nove reais e setenta centavos). Data: 14-06-2018.

EXTRATO DO CONTRATO 003/2018

Extrato do **Contrato 003/2018**, Contratante**:** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ-CISVAG. Contratado: SOUZA JUNIOR & CIA LTDA EPP I. Objeto: Constitui objeto do pre-

sente termo o Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de atendimento médico: realização de consultas e exames ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé, conforme Plano de Ações,com pagamento dos procedimentos a pessoas jurídicas, conforme quantidades mensais executadas, pelo período de 12 (doze) meses, mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da Lei nº 8.666/93, e suas alterações e no que couber e de acordo com os critérios, termos e condições fundamentadas no Termo de Referência e estabelecidas no **Edital de Credenciamento 001/2018**, bem como no **Projeto Básico/Anexo I**; Valor global de **R$ 47.580,00** (Quarenta e cinco mil quinhentos e oitenta reais), correspondente a doze meses; O valor estimado para o corrente exercício é de**: R$ 27.755,00** (vinte e sete mil setecentos cinquenta e cinco reais). Data: 14-06-2018.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 17 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 17 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018

Dispõe sobre a **8ª convocação** de candidatos aprovados e/ou classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 1/2018 do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia (CISA), e dá outras providências.

A Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia (CISA), no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto do Consórcio, e:

Considerando o atendimento aos princípios constitucionais, em especial à Legalidade, à Impessoalidade e à Publicidade;

Considerando o interesse público e a necessidade da Gestão do Consórcio;

Considerando a divulgação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2018, via do Edital Complementar nº 9, de 20 de fevereiro de 2018;

Considerando a publicação do Edital Complementar nº 9 em 21/02/2018, no Diário Oficial Municipal, Edição 2.921 – ANO XIII – Páginas 14-22, disponível no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/;

Considerando o disposto na Resolução nº 13, de 21 de fevereiro de 2018, que **homologou** o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 1/2018;

Considerando a publicação da Resolução nº 13/2018 no Diário Oficial Municipal em 22/02/2018, Edição 2.922 – ANO XIII – Página 15, disponível no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/;

RESOLVE:

Art. 1º CONVOCAR para apresentação da documentação e vinculação contratual, os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 1/2018, na forma do **Anexo I**.

Art. 2º Os candidatos convocados na forma do presente Edital deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos do CISA - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia, na Rua da Saudade, s/nº - Bairro Vila São José, **até o dia 14 de julho de 2018**, no horário oficial de Brasília, das **08:00hs às 11:00hs e das 14h às 17h.**

§ 1º Nos termos do *caput* deste artigo, os candidatos deverão apresentar a documentação exigida no Edital de Abertura e Editais Complementares do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2018, relacionadas no **Anexo II** a este Edital;

§ 2º O não cumprimento das exigências estipuladas no *caput* e § 1º deste artigo, implicará na perda do direito à contratação e de qualquer outro direito inerente ao Processo Seletivo Simplificado nº 01/2018, conforme Edital de Abertura.

Art. 3º As demais condições constam dos Editais de Abertura e Complementares, da Resolução nº 13/2018 de Homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2018 e demais legislação aplicável.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia – MT, 29 de junho de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia (CISA)

ANEXO I AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 17 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2018

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

NOME	CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA	LOCAL (LOTAÇÃO)	CLASSIFICAÇÃO
KEILA AGUIAR ARAÚJO	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	CISA	10ª

ANEXO II AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 17 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2018

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS

1. Ter, no ato da contratação, idade mínima de 18 (dezoito) anos; **2.** Original e cópia de documento oficial de identificação com fotografia RG; **3.** Original e cópia do Cadastro Pessoa Física (CPF); **4.** Original e cópia de Título de Eleitor; **5.** Original e cópia da Carteira de Trabalho; **6.** Original e cópia do comprovante de votação na última eleição, podendo ser substituído por Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no site www.tse.jus.br ou no Cartório Eleitoral; **7.** Original e cópia de do Comprovante de quitação com o serviço militar (para candidatos do sexo masculino); **8.** Original e cópia de Certidão de Casamento ou Certidão de Nascimento; **9.** Original e cópia de Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos; **10.** Original e cópia do Cartão PIS/PASEP; **11.** Original e cópia de Diploma ou Certificado, que comprove o nível de escolaridade exigido para a função; **12.** Original e cópia do Histórico Escolar correspondente ao Diploma ou Certificado exigido para a função; **13.** Documentos do Conselho de Classe, no caso de profissões regulamentadas, apresentando: **13.1.** Original e cópia de Registro no Conselho da respectiva categoria; e **13.2.** Certidão de Regularidade expedida pelo respectivo Conselho. **14.** Declaração acerca da acumulação ou não de cargo, emprego ou função pública, sendo: **14.1.** Declaração de NAO ACUMULAÇÃO de cargo/função/emprego público, na forma do **ANEXO XI** ao Edital de Abertura; ou **14.2.** Declaração de ACUMULAÇÃO de até dois cargos/funções/empregos públicos, nos termos e condições de acumulação amparada pela Constituição Federal (legalmente acumuláveis e com compatibilidade de horário), na forma do **ANEXO XII** ao Edital de Abertura; **15.** Declaração de bens e valores, na forma do **ANEXO XIII** ao Edital de Abertura; **16.** Comprovante de residência, sendo válidas faturas de consumo de Cartão de Crédito, Água, Telefone, Energia Elétrica ou outro documento expedido por instituição pública; **17.** Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), na forma do **ANEXO X** ao Edital de Abertura; **18.** Documento que comprove conta corrente ou poupança.

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2018

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2018

A Comissão de Licitação do Consórcio **Intermunicipal de Saúde do Araguaia-MT** torna público aos interessados o resultado da Licitação nº 014/2018 de Dispensa de licitação n° 008/2018 –Prestação de serviçode profissional MÉDICO PLANTONISTA, devidamente capacitado para atender as necessidades do Hospital Regional do Araguaia, com a realização de 05 (cinco) plantões de 12 horas cada.” Sendo contratado empre-

sa **MARCIO ALVES DUARTE - ME ,** inscrita no CNPJ sob nº 04.604.522/0001-53, com o valor global de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

São Félix do Araguaia – MT, em 08 de Junho de 2018.

_____

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Presidente do CISA

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
EXTRATOS DOS TERMOS DE ADITIVOS

EXTRATO DO I TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 009/2017

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: JOSÉ BAZAN JUNIOR – ME **CNPJ:** 13.374.709/0001-07

OBJETO: Prorrogar o quantitativo total do Contrato n.º 009/2017, previsto em sua Cláusula 4ª, visando a continuidade da prestação dos serviços médicos de **CONSULTA GINECOLOGIA GERAL, PROCEDIMENTO BARTOLINECTOMIA, PROCEDIMENTO OOFORECTOMIA, PROCEDIMENTO SLING,** no Município de Itiquira e **Consultas de Ginecologia Geral**, no Município de Rondonópolis, aos pacientes dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento da prorrogação as vantagens são de interesse público.

DO VALOR: R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 combinado com o artigo §1º do artigo 2º da Lei 10.192/2001 e demais atinentes à matéria.

VIGÊNCIA: 28/06/2.018 a 31/08/2.018 **DOTAÇÃO:** 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO II TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 021/2017

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: CLÍNICA MÉDICA FADUL E CUNHA LTDA. **CNPJ:** 17.843.519/0002-15

OBJETO: Prorrogar o quantitativo total do Contrato n.º 021/2017, previsto em sua Cláusula 4ª, visando a continuidade da prestação dos serviços médicos especializados na realização de **CONSULTA NEUROLOGISTA PEDIATRA**, para atender no Município de Rondonópolis, aos pacientes dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento da prorrogação as vantagens são de interesse público.

DO VALOR: R$423.000,00 (quatrocentos e vinte e três mil reais);

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 combinado com o artigo §1º do artigo 2º da Lei 10.192/2001 e demais atinentes à matéria.

VIGÊNCIA: 28/06/2.018 a 31/08/2.018 **DOTAÇÃO:** 33.90.39.00.00.00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

AVISO DE RESULTADO JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO PP 003/2018

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2018

PREGÃO PRESENCIAL 003/2018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL-MT através do Senhor **Clodoaldo Monteiro da Silva** Prefeito Municipal com suas atribuições legais torna público o resultado do julgamento do Recurso Administrativo impetrado pela a empresa PRIMAVERA DIESEL LTDA - inscrita no CNPJ nº 00.183.277/0001-05, após análise dos fatos e diligencia das documentações apresentada pela a empresa DU KAREKA AUTO POSTO LTDA inscrita no CNPJ nº 24.538.615/0001-34 e da empresa PRIMAVERA DIESEL LTDA .” Submetida a decisão do Gestor Municipal juntamente com a Assessoria Jurídica Municipal as empresas PRIMAVERA DIESEL LTDA inscrita no CNPJ nº 00.183.277/0001-05 e a empresa DU KAREKA AUTO POSTO LTDA estão INABILITADAS**, encontra-se no auto processual todas as documentações inerentes ao ato.**

Acorizal 29 de junho de 2018.

Clodoaldo Monteiro da Silva

Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 001-2018

EXTRATO DA Ata de Registro de Preços nº 001/2018

Pregão Presencial nº 001/2018

Processo Administrativo: 010/2018 Pregão Presencial 001/2018; Ata de Registro de Preços 001/2018 Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO SULFATO ALUMUNIO ISENTO GRANULADO E DICLORO ISOCIANURICO PARA TRATAMENTO DE ÁGUA, QUE SERÃO UTILIZADOS NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO ACORIZAL -MT, conforme especificações constantes no Anexo I.** Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Acorizal –MT. Detentor da Ata: **INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA ,** devidamente inscrita no CNPJ : 10.717.170/0001-45 Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 26 de junho de 2018 Data de Assinatura: 26 de junho de 2018. Preços registrados:

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS QUIMICOS

ITEM	CODIGO TCEMT	UND.FORNEC.	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUANT	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	241179-2	1879	DICLORO ISOCIANURICO DE SODIO GRANULADO	Balde com 10 quilos	3.700 quilos	CMT	R$ 16,00 (dezesseis reais)	R$ 59.200,00 (cinquenta e nove mil e duzentos reais)
2	59890-9	399	SULFATO DE ALUMINIO FERROSO	Saco com 25 quilos	4.900 quilos	SUALL	R$ 5,00(cinco reais)	R$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais)

Acorizal MT, 26 de junho de 2018

Clodoaldo Monteiro da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto 3161/2018; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 07/06/2018 licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 010/2018, que teve como vencedores as empresas: CMC Produtos Hospitalres Ltda-ME, CNPJ: 13.470.384/0001-58, Ret Farma Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda-ME, CNPJ: 12.313.826/0001-90, Maxllab Produtos Diagnosticos e Pesquisas Ltda-EPP, CNPJ: 04.724.729/0001-61.

Água Boa, 29 de junho de 2018.

Ivania Cezira Volpi

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 003

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003

MUNICÍPIO - AGUA BOA - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00003, de 29 de Junho de 2018.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)

Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Intimação Fiscal (ITR)
EDUARDO ALVES DE MOURA	199.547.007-49	9191/00010/2018

Beatriz Regina Stein Zandoná

Fiscal de Tributos

PLANEJAMENTO E FINANCAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0512018

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 051/2018

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto 3.161/2018; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 29/06/2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 051/2018, que teve como vencedora a empresa: WOLNEY DOMINGOS DE QUEIROZ, CNPJ: 27.808.881/0001-28.

Água Boa - MT, 29 de junho de 2018.

Marcos da Silva

Pregoeiro

PLANEJAMENTO E FINANCAS
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 056/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 056/2018.

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto Municipal nº 3.161/2018, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, que será regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho e 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 056/2018.

OBJETO Registro de preço para Futura e Eventual Contratação de Empresa para prestação de Serviços de dedetização interna e externa.

REALIZAÇÃO: 17/07/2018.

INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: 08h00min, horário local.

INICIO DO CERTAME: 08h30min, horário local.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br e no e-mail: pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 29 de junho de 2018.

Marcos da Silva Pregoeiro

PLANEJAMENTO E FINANCAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 050/2018

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 050/2018

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto 3.161/2018; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 28/06/2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 050/2018, que teve como vencedora a empresa: EMERSON LEMOS DE MORAES, CNPJ: 19.508.862/0001-58.

Água Boa - MT, 29 de junho de 2018.

Marcos da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 005/2018 - CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Dispõe sobre a **APROVAÇÃO DE CADASTROS DE BENEFICIÁRIOS – CADASTRO DE RESERVA – PARA O PROGRAMA HABITACIONAL MINHA CASA MINHA VIDA - ENTIDADES".**

O CONSELHO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO DE ALTO GARÇAS, no uso de suas atribuições, em Reunião Extraordinária realizada no dia 27 de junho de 2018;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica **aprovado,** por unanimidade, os nomes dos beneficiários que compõem o **CADASTRO DE RESERVA** para o **PROGRAMA HABITACIONAL MINHA CASA MINHA VIDA - ENTIDADES**: Marcos Cândido Ribeiro, CPF 965.818.751-04; Fabíula Gonçalves de Lima, CPF 043.195.771-16; Elise Patrícia de Assis, CPF 358.980.838-12; Erica Aldi Nogueira dos Santos Barpp, CPF 017.096.361-65; Girlene Cordeiro Araújo, CPF 580.597.251-49; Jainara Mara Brito, CPF 046.245.981-05; Gedália Alencar Santos, CPF 037.687.213-61; Naiara Marques Resende, CPF 045.

112.481-25; Adriano Cavalcante dos Santos, CPF 116.438.664-60; Edvânia da Silva Santos, CPF 081.414.974-05; Marcia Ferreira Felix dos Santos, CPF 083.307.014-25; Maria Jeane Silva Brito, CPF 883.880.503-20; Poliana Teixeira Weber, CPF 026.399.071-07; Aline da Silva Feitosa, CPF 036.783.161-90; Cassia Dalila Araújo Silva, CPF 038.788.331-21; Maria Augustinha Borges, CPF 201.730.751-34; Ana Cristina Galdino da Silva, CPF 057.797.261-83; Jaíme Aureliano de Abreu, CPF 061.538.911-28; Auseni Gomes de Oliveira, CPF 580.560.251-20; Lucia Rosa de Miranda, CPF 580.523.641-91; Mayanne Gomes Martins, CPF 042.266.361-12; Cleide Macário de Souza, CPF 060.797.314-52; Silvia Maria de Almeida, CPF 580.624.241-20; Francijane de Souza Martins, CPF 007.657.361-36; Eugrena Florenço de Barros, CPF 009.444.111-18; Lourdes Pereira dos Santos Souza, CPF 018.979.998-60; Olecy Batista Pereira Freitas, CPF 982.839.281-04; Neidiany Borges Barbosa, CPF 004.571.621-80; Tailane Machado Nascimento, CPF 062.576.555-95; Valdenice Rodrigues Mendes, CPF 026.380.201-92; Pricila Lopes da Silva, CPF 010.280.291-28; Ilcilene Fraga Silva, CPF 024.042.191-46; Rosângela Martins Faria, CPF 989.086.851-20; Eunice Gonçalves de Lima, CPF 024.042.929-00; Maria Helena Rodrigues de Jesus, CPF 022.371.601-47; Suellen dos Santos Silva, CPF 037.696.751-00; Ivanilda de Souza, CPF 580.539.991-15; Ludmila Portela de Aguiar, CPF 611.532.803-96; Marcilene Felix dos Santos, CPF 063.253.471-02; Maria da Silva Santos, CPF 580.558.191-49; Elizandra Maria de Araújo Souza, CPF 052.102.361-02; Monike Fernanda da Silva, CPF 088.307.574-11; Elisnab Souza Mesquita, CPF 031.588.171-28; Edneide Nazário da Silva, CPF 055.515.194-81; Lucimar Cândida Dionísio Pereira, CPF 995.718.971-91; Siliane de Souza Vieira, CPF 985.107.621-04; Maria Aparecida Duarte, CPF 810.572.371-91; Michelle Pereira da Silva, CPF 034.673.361-83; Edilaine Soares Oliveira, CPF 055.668.091-03; Leticia Mendes Barbosa, CPF 016.615.211-00; Tania Maria Alves Almeida, CPF 362.627.061-00; Cleonice Rodrigues Oliveira, CPF 013.446.061-80; Devani da Silva Mendes, CPF 831.037.751-72; Genilda Jatobá da Silva, CPF 927.210.014-81; Eliane Silveira de Souza, CPF 021.030.881-82; Greicilene Gonçalves dos Reis, CPF 580.539.991-15; Marinês dos Santos Godoy, CPF 836.265.659-04; Adrielle Cristina Nogueira de Almeida, CPF 047.985.181-06; Ramonielle Alves de Lima, CPF 052.746.711-10; Janaína Agostinha de Souza, CPF 032.258.091-95; Maria Josielma Marques dos Santos da Silva, CPF 021.911.891-48; Luciana da Silva, CPF 900.226.611-15; Islaine Pereira Moraes, CPF 061.591.651-19; Raryna Teixeira Carmo, CPF 062.990.191-07; Marlene Marques Ferraz, CPF 910.454.791-87; Jannia Martins Teixeira, CPF 016.688.733-11; Marcia Alves dos Santos, CPF 838.127.411-72; Nivaldo Divino Barbosa, CPF 452.099.871-91; Lucilene Jesus da Silva Novaes, CPF 010.081.411-51; Walteína Ferreira Sousa, CPF 053.470.581-29; Vilmar dos Santos Cardoso, CPF 630.523.341-15; Juliana Nunes Araújo, CPF 026.810.041-10; Claudiana de Souza, CPF 018.741.241-32; Reinaldo Ferreira Franco, CPF 027.778.681-90; Denise Souza Barbosa, CPF 041.110.781-09; Carmem Pivante de Freitas, CPF 038.994.261-85; Elda Barbosa de Souza, CPF 014.750.471-69; Jessica Diniz Ramos Silva, CPF 033.359.671-43; Gislayne Ferreira Barros, CPF 045.150.391-05; Ivanilde Lemos Costa, CPF 496.101.711-68; Damilla Rezende de Almeida, CPF 022.871.651-93; Suzane Carvalho de Oliveira, CPF 047.958.191-65; Cecília Cordeiro Vaes, CPF 025.768.541-33; Renata Aparecida Cândida, CPF 065.144.151-05; Joaquim Pereira da Silva, CPF 458.405.551-34; Maria Lucilene de Almeida, CPF 029.256.101-61; Suzany Pereira de Moraes, CPF 018.968.011-37; Diogo Júnior Ferraz Braz, CPF 061.381.711-79; Fernanda Batista dos Santos, CPF 044.419.521-12; Maria Irany Ribeiro, CPF 535.401.741-68; Francidalva de Souza Almeida, CPF 019.197.733-04; Vanuza Alves de Almeida, CPF 002.274.371-52; Aguivan Clei Rocha, CPF 054.528.114-86; Lariane Guimarães Vasco, CPF 021.843.921-03; Luciana Cristina Pereira, CPF 008.292.861-44; Karielle Souza da Silva, CPF 050.335.991-27; Marcelle Souza, CPF 062.961.191-27; João Augustinho Borges, CPF 960.605.651-15; Lorena Mendonça Dal Piva, CPF 056.064.261-02; Samantha Weber Venero, CPF 060.781.521-30; Solange Araújo de Oliveira, CPF 602.477.493-11; Adeilson Medeiros dos Santos, CPF 065.045.756.-16; Catiele Almeida e Silva, CPF 042.936.951-41; Ademair Oliveira da Silva Guilherme, CPF 580.596.441-49; Neusélia Boaventura da Silva, CPF 931.124.161-04; Edcleia de Souza Rodrigues, CPF 604.392.093-07; Vera Lúcia Fernandes da Silva, CPF 031.871.151-60; Fagner França da Silva, CPF 038.831.353-64; Maria Gerliane de Souza, CPF 059.075.343-62; Edicleia Guilherme dos Santos, CPF 006.982.581-50; Cleia Almeida de Oliveira, CPF 010.405.683-51; Bianca da Silva Souza, CPF 055.131.961-58; Cristina Araújo da Silva, CPF 055.651.211-16; Carina Fernanda da Conceição Oliveira, CPF 054.236.071-32; Pábola da Silva Araújo, CPF 019.175.801-93; Regina Célia Monteiro Silva, CPF 013.991.333-57; Ellen Cândida dos Santos, CPF 033.505.271-16; Edna Maria Ferreira Pinheiro, CPF 612.291.363-47; Renata Soares de Souza Clask, CPF 030.357.881-54; Keith Costa Galvão, CPF 049.951.243-06; Leonice Souza de Jesus, CPF 046.227.001-74; Lucilene Costa Ferreira, CPF 004.065.491-50; Jeane Silva Lopes, CPF 030.035.121-61; Luciana Sena da Silva, CPF 039.773.001-21; Dayane Rodrigues Pássaros, CPF 021.665.671-00; Edilaine Soares Oliveira, CPF 055.668.091-03; Alexneia Weber Padilha, CPF 030.357.881-54; Regiele Ferreira Araújo, CPF 012.156.411-84; Ana Carolina da Mata Teles, CPF 062.635.391-27; Elaine Eusébio Ferreira, CPF 030.332.071-03; Weila Neves Soares, CPF 008.001.011-38; Lucimar Beatriz Brito, CPF 017.449.371-17; Ana Márcia Bueno, CPF 018.170.571-03; Diose Xavier Barros, CPF 011.028.911-00; Ivanete Araújo Gonçalves, CPF 003.056.882-00; Valdinei Roberto Pereira, CPF 261.102.958-09; Núbia Claudia de Castro, CPF 054.585.611-63; Patrícia de Oliveira Barbosa, CPF 012.471.431-55; Bráulio Jatobá da Silva, CPF 051.476.374-43; Nilvânia Barbosa dos Santos, CPF 061.907.981-95; Naura Estefânia da Silva Souza, CPF 061.904.251-60; Ormezinda Batista Pereira da Silva, CPF 487.491.411-04; Elidiana Sales Nogueira, CPF 075.062.409-47; Daniele Caroline Cavalcanti, CPF 043.733.901-77; Cristina Borges de Oliveira, CPF 045.301.071-75; Danieli Cristina Venâncio Boti, CPF 038.018.911-94.

ARTIGO 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Alto Garças - MT, 27 de junho de 2018.

Elionis Resende Machado Costa

Presidente do CMH

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 004/2018 - CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Dispõe sobre a **APROVAÇÃO DE CADASTROS DE BENEFICIÁRIOS PARA O PROGRAMA HABITACIONAL MINHA CASA MINHA VIDA - ENTIDADES".**

O CONSELHO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO DE ALTO GARÇAS, no uso de suas atribuições, em Reunião Extraordinária realizada no dia 27 de junho de 2018;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica **aprovado,** por unanimidade, os nomes dos 101 (cento e um) beneficiários para o **PROGRAMA HABITACIONAL MINHA CASA MINHA VIDA - ENTIDADES**: Beneficiários com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos: Idalino Gomes Malaquias, CPF 276.364.291-87; José Maximiano Cândido, CPF 580.573.401-00; Nilza Alves Joaquina de Souza, CPF 055.986.141-97; Nilton Rodrigues Machado, CPF 065.826.301-30; Maria Braz Rodrigues, CPF 283.882.321-34; Nirça Borges Mendonça, CPF 513.749.861-00; Albertino Sivirino de Oliveira, CPF 241.950.731-20; Evaldo Francisco dos Santos, CPF 137.074.501-04; Amaro Crisóstomo Dionísio, CPF 201.850.301-49; Nelson Schimidt, CPF 163.071.350-34; Juramy Batista da Silva, CPF 283.877.671-15; Leobina Antunes de Almeida, CPF 030.354.621-27; Nemésio Cordeiro de Lima CPF 325.666.701-53; Odilon Taciano de Macedo, CPF 017.711.681-10; Lourdes Cadore Longo, CPF 833.547.869-49; Maria Auxiliadora da Silva, CPF 396.492.881-04; Jubelina Raimunda da Conceição, CPF 458.526.691-72. Be-

neficiários com BPC ou portadores de necessidades especiais: Juliana Pereira Marques, CPF 035.965.271-98; Solange Fraga de Carvalho, CPF 020.489.011-07; Miracy Jacinto Pereira, CPF 282.360.761-72; Dayevelling Cristina Carmo de Araújo, CPF 053.984.461-69; Eva Santos da Silva, CPF 580.760.771-68; Osmar Ribeiro dos Santos, CPF 627.907.650-49; Almeri Batista Ribeiro, CPF 009.682.081-00; Paulo Cézar Ribeiro da Silva, CPF 774.872.061-49; Aluísio Rodrigues da Silva, CPF 184.438.748-80; Ana Maria dos Santos, CPF 014.303.011-63; Luciene Costa Silva, CPF 022. 500.341-41; Adriana Pereira da Silva, CPF 844.782.171-49; Célia Karla Ribeiro, CPF 019.977.051-41; Núbia Martins de Oliveira Dutra, CPF 044.691. 621-83; Maria Aparecida Souza de Jesus, CPF 030.332.061-31; Adriele Martins, CPF 020.236.571-99; Marlene das Mercedes Silva, CPF 302.459. 868-55. Demais beneficiários: Valéria Souza Cavalcante, CPF 030.332. 151-22; Valdineia Cardoso Alcântara, CPF 020.561.871-59; Camila Nogueira de Souza, CPF 030.357.801-70; Maria Aparecida Nogueira, CPF 005.495.101-17; Olga Gomes da Silva Amaral, CPF 486.668.311-20; Maria Vanuza Souza Cavalcante, CPF 740.508.771-04; Franciele Batista de Assis, CPF 043.733.891-60; Aline Inácio Moraes, CPF 020.833.231-65; Juliana da Silva, CPF 078.121.554-47; Francisco das Chagas Souza da Silva, CPF 016.868.533-78; Roseni Gomes da Silva, CPF 014.595.231-21; Cristiano Viana da Silva, CPF 458.538.351-49; Rozângela Aparecida Prates, CPF 026.078.111-80; Vanessa de Souza Cavalcante, CPF 038.564. 911-80; Luciana Vasco Vieira, CPF 036.594.301-02; Vera Lúcia dos Santos Teodoro, CPF 036.631.351-79; Iane Maria Loebens, CPF 959.920. 570-72; Danielle Moraes Borges Queiroz, CPF 060.274.431-89; Maria Janete dos Santos Padilha, CPF 580.503.961-34; João Batista dos Santos, CPF 510.020.004-91; Bianca Nascimento Soares, CPF 061.978.571-38; Rosemar Gonçalves e Silva, CPF 042.719.651-54; Laura Gonçalves da Silva, CPF 030.304.271-02; Marcia Moraes Cajango, CPF 080.321. 946-65; Monica Medeiros dos Santos, CPF 016.997.061-23; Eliana Maria Oliveira, CPF 029.261.411-06; Tainã Steffany Vieira, 053.429.221-60; Maria Helena dos Anjos Oliveira, CPF 913.587.601-87; Josefa Ferreira de Oliveira, CPF 919.443.501-44; Alvaro Talison Gottems de Oliveira, CPF 022.775.831-54; Regiane Barbosa da Silva, CPF 038.032.981-64; Lucilene Almeida Cajango, CPF 019.897.351-93; Maridete dos Santos Coelho, CPF 011.286.755-36; Elza Cajango de Almeida, CPF 017.868.371-02; Elizabeth Souza Barbosa, CPF 415.802.571-00; João Bosco Pereira Gomes, CPF 458.404.401-59; Queli Cristina Borges de Oliveira, CPF 016. 671.261-21; Tatiane Machado da Silva, CPF 016.608.541-30; Juliana Jesus Barbosa, CPF 030.419.461-14; Karolaine da Silva David, CPF 060. 950.831-84; Camila Gomes de Souza, CPF 016.109.871-10; Alessandra Queiroz da Silva Nogueira dos Santos, CPF 021.540.031-33; Cláudia Almeida de Oliveira, CPF 016.840.233-51; Valdecy Antonio de Carvalho, CPF 046.370.474-63; Suênia Guimarães de Souza, CPF 088.943.444-10; Roseni Teixeira Barbosa, CPF 580.566.101-20; Jaqueline Soares Borges, CPF 010.488.021-08; Selma de Oliveira, CPF 791.491.111-91; Marcia Brito Arruda, CPF 522.616.461-00; Valdinete Alves Vanderlei, CPF 087.409. 434-88; Jessica Mayara Mesquita Soares, CPF 038.346.591-50; Graciela Couto Barros, CPF 016.877.031-83; Cleide Souza da Silva, CPF 030. 297.261-77; Cristiane Azevedo da Silva Santos, CPF 065.211.579-90; Roseli Firmino da Silva, CPF 142.514.668-01; Maria Conceição Machado Lima, CPF 049.843.031-66; Lucia Maria da Silva, CPF 945.193.401-44; Juliana de Miranda Rocha, CPF 062.716.031-06; Claudiceia Gomes Caine, CPF 382.061.388-97; Eunice Ribeiro da Silva, CPF 580.585.671-91; Natália Sousa Santos, CPF 058.518.191-89; Mariana Alvejânia de Jesus, CPF 281.904.686-63; Leidyane Barbosa de Souza, CPF 039.079.841-02; Claudeline da Conceição Ferreira, CPF 065.937.444-76; Maria Aline da Conceição Ferreira, CPF 065.596.964-42; Laura Rodrigues de Oliveira, CPF 013.111.751-30; Edna Aureliano de Abreu, CPF 045.928.461-41.

ARTIGO 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Alto Garças - MT, 27 de junho de 2018.

Elionis Resende Machado Costa

Presidente do CMH

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 026 DE 16 DE MAIO DE 2018

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 36.000,01 (trinta e seis mil e um centavos) em favor da Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1131 de 22 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 36.000,01 (trinta e seis mil e um centavos)**, destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.058	3.3.90.35.00.00.00.00	36.000,01
TOTAL		**36.000,01**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.057	3.3.90.14.00.00.00.00	1.000,00
2.057	3.3.90.39.00.00.00.00	3.000,00
2.058	3.3.90.33.00.00.00.00	4.000,00
2.126	3.3.90.39.00.00.00.00	5.000,00
2.038	3.3.90.33.00.00.00.00	2.500,00
2.039	3.3.90.30.00.00.00.00	5.000,00
2.039	3.3.90.14.00.00.00.00	6.000,00
2.040	3.3.90.30.00.00.00.00	9.500,01
TOTAL		**36.000,01**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 16 de Maio de 2018.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2018

O MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS, Estado Mato Grosso, por intermédio de seu Presidente e Membros da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados o resultado do processo supracitado, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E MEIO-FIO E SARJETAS, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL." Sagrando-se vencedora a empresa CONSTRUTORA AMIL LTDA, com o valor total de R$ 2.032.066,33 (dois milhões trinta e dois mil sessenta e seis reais e trinta e três centavos). Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail licitacao-ag2017-2020@hotmail.com, pelo site www.altogarcas.mt.gov.br ou pelo telefone (66) 3471-2450/3471-1155. Alto Garças - MT, 26 de junho de 2018. Rudinei Mayer Kruger – Presidente.

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DECRETO N° 017/2018

ONDE SE LÊ:

"Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 210.250,00 (duzentos e dez mil, duzentos e cinquenta reais) em favor da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, e, dá outras providências".

LEIA-SE:

"Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 427.652,04 (quatrocentos e vinte e sete mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e quatro centavos) em favor da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria de Educação e dá Outras Providências".

ONDE SE LÊ:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 210.250,00 (duzentos e dez mil, duzentos e cinquenta reais),** destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.011	3.3.90.39.00.00.00.00	150.000,00
2.118	3.3.90.36.00.00.00.00	250,00
2.118	3.1.90.04.00.00.00.00	60.000,00
TOTAL		**210.250,00**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
1.012	4.4.90.51.00.00.00.00	150.000,00
1.041	4.4.90.52.00.00.00.00	250,00
2.118	3.1.90.11.00.00.00.00	60.000,00
TOTAL		**210.250,00**

LEIA-SE:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 427.652,04 (quatrocentos e vinte e sete mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e quatro centavos),** destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.011	3.3.90.39.00.00.00.00	150.000,00
2.118	3.3.90.36.00.00.00.00	250,00
2.118	3.1.90.04.00.00.00.00	60.000,00
2.072	3.3.90.30.00.00.00.00	5.000,00
2.038	3.3.90.30.00.00.00.00	6.100,00
2.118	3.3.90.39.00.00.00.00	20.000,00
2.011	3.1.90.04.00.00.00.00	52.000,00
2.031	3.1.90.04.00.00.00.00	20.000,00
2.038	3.1.90.04.00.00.00.00	34.000,00
2.040	3.1.90.04.00.00.00.00	25.000,00
2.120	3.1.90.04.00.00.00.00	30.000,00
2.074	3.1.90.11.00.00.00.00	25.302,04
TOTAL		**427.652,04**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
1.012	4.4.90.51.00.00.00.00	150.000,00
1.041	4.4.90.52.00.00.00.00	250,00
2.118	3.1.90.11.00.00.00.00	60.000,00
2.118	3.3.90.39.00.00.00.00	6.100,00
2.038	3.3.90.35.00.00.00.00	20.000,00
2.072	33909300000000	5.000,00
2.011	33903500000000	52.000,00
2.031	31901100000000	20.000,00
2.038	33903900000000	59.000,00
2.086	33903000000000	10.000,00
2.061	33903000000000	5.302,04
2.086	33903900000000	10.000,00
2.038	33903900000000	30.000,00
TOTAL		**427.652,04**

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 29 de Junho de 2018.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 037 DE 28 DE JUNHO DE 2018

"Declara horário de funcionamento especial nas REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, no dia 02 de JULHO DE 2018, DATA DE jogo da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo FIFA 2018."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que cabe ao Chefe do Poder Executivo fixar o horário de funcionamento das repartições públicas municipais;

Considerando a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo Fifa 2018;

Considerando a necessidade de regulamentar o horário de funcionamento das repartições públicas municipais nos dias em que são realizados os jogos da Seleção Brasileira:

Considerando a classificação da Seleção Brasileira de Futebol para a fase de Oitavas de Final, da Copa do Mundo FIFA 2018, onde enfrentará a Seleção de Futebol do México, em data de 02 de Julho de 2018, às 11:00 horas (horário de Brasília);

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado horário de funcionamento especial nos órgãos e unidades administrativas do Poder Executivo no dia **02 de julho de 2018**, segunda-feira - (Brasil x México), com expediente de trabalho das **14:00 horas às 18:00 horas.**

Art. 2º – Caso a Seleção Brasileira de Futebol venha a avançar para as demais etapas da Copa do Mundo, o horário especial de expediente será estipulado em novo decreto.

Art. 3º – O disposto no artigo anterior não se aplica, às unidades que funcionam ininterruptamente que prestam serviços essenciais e de interesse público.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 28 de Junho de 2018.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 035 DE 27 DE JUNHO DE 2018

Define os parâmetros de priorização para seleção da demanda dos beneficiários das unidades habitacionais a serem edificadas nos termos da legislação de regência do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades do Ministério das Cidades.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, o cumprimento dos dispositivos emanados do Ministro de Estado de Cidades, que dispõe sobre os parâmetros de priorização e o processo de seleção dos benefciários do Programa Minha Casa Minha Vida, modalidade entidades.

DECRETA:

Art.1º. A hierarquização e seleção da demanda dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades atenderão primeiramente aos critérios nacionais, a saber:

a) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;

b) famílias de que façam parte pessoas portadoras de necessidades especiais; e,

c) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar.

Art. 2º. Complementando os critérios nacionais para a seleção da demanda dos beneficiários, o Conselho Municipal de Habitação aprovou o presente e ratifica os seguintes critérios locais adicionais hierarquizados por este Município, como segue:

a) que os beneficiários sejam eleitores no Município, caracterizando assim, seu vínculo legal com o Município;

b) que residam a mais de 02 (dois) anos no Município;

c) terão prioridade os integrantes de cadastros anteriores promovidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º. Do total das unidades habitacionais será feita reserva de 3% (três por cento), para atendimento aos idosos, em cumprimento ao que dispõe o inciso I, do artigo 38, da Lei Federal nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do Idoso).

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 27 de Junho de 2018.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 144 DE 22 DE JUNHO DE 2018

"Dispõe sobre fiscal de obra e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Garças**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso X da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o servidor ANTONIO EDSON PEREIRA, Engenheiro Civil, como fiscal da obra "**ALAMBRADOS NO CAMPO FUTEBOL DIANARY RIBEIRO,**" da Secretaria Municipal de Esportes, Laser, Cultura e Turismo, objeto do Contrato Administrativo nº 88/2016, que tem como contratada a empresa MAURO CABRAL – ME.

Art. 2º - Esta Portaria produzirá seus efeitos legais retroativamente à data de 28 de Abril de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças - MT, em 22 de Junho de 2018.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças - MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TOMADA DE PREÇOS N. 005/2018.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 070/2018.

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de seu Presidente e Membros da Comissão Permanente de Licitação, torna público e comunica aos interessados na licitação em epígrafe, que após análise detalhada do Recurso Administrativo interposto pela empresa **S. A. LIMA CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP**, sob o CNPJ nº 13.908.247/0001-52, decide julgar por conhecer o recurso e julgá-lo improcedente, mantendo a decisão proferida pelo Presidente da CPL no dia 12/06/2018, tendo em vista que a decisão da Comissão de Licitação foi submissa a legislação vigente. Informamos ainda, que o inteiro teor do Julgamento dos Recursos Administrativos encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, pelo site www.altogarcas.mt.gov.br ou pelo telefone (66) 3471-2450/3471-1155. Alto Garças - MT, 26 de junho de 2018. Rudinei Mayer Kruger – Presidente.

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 145 DE 22 DE JUNHO DE 2018

"Dispõe sobre fiscal de obra e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Garças**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso X da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o senhor **ALLEF FERREIRA DE OLIVEIRA**, Engenheiro Civil, como fiscal da obra de Manutenção do Pronto Atendimento Municipal, no município de Alto Garças – MT, Contrato nº 036/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 18 de Maio de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças - MT, em 22 de Junho de 2018.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018

Processo Administrativo nº: 00003475/2018

RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria 160/2018, por determinação do EXMA. Sra. Prefeita do Município de Alto Paraguai-MT, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação, **Onde se Lê:** data 06 de Julho de 2018 às 10:00 **Lê se à:** data 16 de Julho de 2018, às 9:00 horas**, nas dependências da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, sito à Avenida Presidente Médici, n° 470, Centro, Alto Paraguai-MT**, na modalidade **Tomada de Preço**, do tipo **MENOR PREÇO**, obedecendo ao regime de empreitada por **PREÇO Item**, objetivando a contratação de empresa especializada que ofereça a proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal para prestação do serviço de **Construção de Ponte em Concreto, sobre o Rio Paraguai, Etapa II da Rodovia do Peixe, EXTENSÃO 30,50M E LARGURA 8,80M, no Município de Alto Paraguai,** em conformidade com as condições estabelecidas no edital, seus anexos, os projetos estarão disponíveis através de CD no Setor de Licita-

ção da Prefeitura que estarão disponíveis aos interessados, a partir desta publicação. **Informações/Contato: Setor de** Licitações Prefeitura Municipal de Alto Paraguai - Fone: 65 3396-1566 ou 3396-1468 - E-mail: licitacao@altoparaguai.mt.gov.br - Atendimento: 13:00 às 17:00 hs. - Retirada Edital: www.altoparaguai.mt.gov.br – Ano: 2018.

Hiosiani Vanni Massarolo

Presidente da CPL

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 099/2018 REF. PROCESSO DE DISPENSA N. 015/2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 099/2018

REF. PROCESSO DE DISPENSA N. 015/2018

O **MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO,** Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.648.532/0001-28, com sede administrativa na Av. Presidente Médici, nº 470, Jardim Planalto, na cidade de Alto Paraguai-MT, neste ato representado pela Prefeita Municipal **Diane Vieira de Vasconcellos Alves,** neste instrumento doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** em conformidade com o processo na modalidade de **DISPENSA N. 015/2018** publicada **no JORNAL DIÁRIO OFICIAL DA AMM do dia 18 de junho de 2018**, **RESOLVE** contratar o preço da empresa **FCK – ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ 11.422.746/0001-00**

DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato Administrativo "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇAO DE PROJETO EXECUTIVO DA PONTE DE CONCRETO SOBRE O RIO PARAGUAI NA RODOVIA DO PEIXE ETAPA 2 NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI -MT, em conformidade Processo de Dispensa n. 015/2018. Compreende o objeto da presente contração:

ESTUDOS HIDROLÓGICOS;

PROJETO DE TERRAPLANAGEM DO ATERRO DE ACESSO;

PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA.

DO PREÇO

O preço do presente Contrato é R$ 33.000,00 (TRINTA E TRÊS MIL REAIS), conforme proposta do CONTRATADO que foi classificada e declarada como vencedora no processo de DISPENSA N. 015/2018

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação de obras e serviços de engenharia correrão por conta da seguinte dotação do Orçamento Público Municipal:

140/100 – 05.002.04.122.0003.2014.3390.39

146/100/124 – 05.002.15.451.0014.1013.3390.39

191/100/130 – 05.002.26.782.0017.1012.3390.39

196/100/130 – 05.002.26.782.0017.2019.3390.39

DA VIGENCIA

A vigência do Contrato será de 30(TRINTA) DIAS, contados a partir da Assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço, PRAZO FINAL 21/07/2018

DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO

O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pelo servidor JONAS BOTAN brasileiro, engenheiro municipal, portador do CPF N. : 032.253.241-83, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato. Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstancias que incidam especificamente no art. 78 e 88 da Lei 8666/93 que trata das Sanções Administrativas para o caso de inadimplemento contratual e cometimento de outros atos ilícitos.

Alto Paraguai-MT, 21 de junho de 2018.

DIANE VIEIRA DE V. ALVES **PREFEITA MUNICIPAL**	**FCK ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA** **CNPJ 11.422.746/0001-00**
FISCAL: _____ **JONAS BOTAN** **ENGENHEIRO CIVIL**	**CONTRATADO**
TESTEMUNHAS:	

GILBERT DE SOUZA LIMA EDEMILSON RODRIGUES TANAN

CPF: 551.388.881.53 CPF:571.628.401.91

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO 091/2018

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI – MT, REPRES. PREFEITA MUNICIPAL DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**

CONTRATO ADMINISTRATIVO 091/2018

CONTRATADO: **JADSON CHAVES DO NASCIMENTO, CPF N. 007.668. 781-39**

OBJETO: **SERVIÇOS DE APOIO I - VIGIA CRAS**

PRAZO: **05/06/2018 A 04/06/2019**

VALOR: **R$ 954,00 + 30% DE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE**

DOTAÇÃO: **701 – 08.002.08.244.006.2064.3190.04**

SECRETÁRIA ASSITENCIA SOCIAL, RESP. SEC. ROBINSON WALERIO DYSARZ

FISCAL DO CONTRATO: KAPLICE DE ARAUJO MACHADO

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO N. 090/2018

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI – MT, REPRES. PREFEITA MUNICIPAL DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**

CONTRATO N. 090/2018

CONTRATADO: **ZENILDA IZIDORO DE MORAIS, CPF N. 841.584. 761-00**

OBJETO: **RECEPCIONISTA – CRAS, em conformidade com PROCESSO SELETIVO N. 001/2018**

PRAZO: **05/06/2018 A 04/06/2019**

VALOR: **R$ 954,00**

DOTAÇÃO: **701 – 08.002.08.244.006.2064.3190.04**

SECRETÁRIA ASSITENCIA SOCIAL, RESP. SEC. ROBINSON WALERIO DYSARZ

FISCAL DO CONTRATO: KAPLICE DE ARAUJO MACHADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

PORTARIA 217/2018

CONSIDERANDO o disposto no artigo 148 do Estatuto do Servidor Publico, bem como a necessidade de criar Comissão de Investigação Disciplinar, a fim de instruir os processos administrativos disciplinares do município de Alto Taquari-MT, que visam garantir o bom andamento dos serviços públicos;

RESOLVE:

1. Fica criada a Comissão de Investigação Preliminar com os seguintes membros:

I- Eliana Barbosa da Silva - Presidente

II- Angelita Felipe Nunes - Secretária

III- Cleberson Ribeiro- Membro

2. A Comissão Disciplinar acima deverá observar os parágrafos 1º e 2º, do artigo 148 do Estatuto do Servidor Público;

Após, deve ser tipificada a infração disciplinar, onde será formulada a indicação do servidor em processo administrativo disciplinar, especificando os fatos contra ele imputados e as respectivas provas, obedecendo-se, em todo o possível, ao disposto no art. 41 do Código de Processo Penal.

Em seguida, o processo terá que seguir o rito especificado no artigo 151 do Estatuto do servidor Público Municipal.

A Comissão deve cumprir o determinado no artigo 152 do Estatuto do Servidor Publico, ou seja, não exceder a 60(sessenta) dias o prazo de conclusão do processo administrativo, observando inclusive, os parágrafos 1º e 2º do referido artigo.

3. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

FABIO MAURI GARBUGIO

Prefeito Municipal

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018

Edital Nº 02/2018

Em cumprimento às determinações do Senhor FÁBIO MAURI GARBUGIO – Prefeito do Município de Alto Taquari – Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal e Lei Municipal nº 921/2017, a Comissão Organizadora de Concurso nomeada pela Portaria nº 171/2018 de 22 de maio de 2018,RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO

1º - A relação nominal dos candidatos que solicitaram a isenção da taxa de inscrição no Concurso público N.º 001/2018, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital de Abertura Nº 01/2018.

2º - Os candidatos que tiveram suas solicitações de isenção da taxa de inscrição DEFERIDAS terão suas inscrições automaticamente homologadas.

SOLICITAÇÕES DEFERIDAS:

INSCRICAO	CARGO	NOME	RG
676073	PROCURADOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO	ARYANNE MONIZE DA COSTA	17321832
676252	PROCURADOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO	CARLA BIANCA ALVES OMELLI	1766159
676839	PROCURADOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO	EDIMA FARIAS DE OLIVERIA	4745144
676348	PROCURADOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO	GERSON ALVES CAMPOS	17712645
676203	PROCURADOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO	JOAO PEDRO GUIMARAES SOUZA	5990134
676152	PROCURADOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO	JOSÉ FRANCISCO GUTIERRI CASTILHO	409311674
676340	PROCURADOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO	KASSIA REJANE DA SILVA MAIA	21339104
676552	PROCURADOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO	RAQUEL DE FARIA GIANELLI	18735576
676049	PROCURADOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO	REGINALDO BEZERRA BARBOSA	640097
676371	PROCURADOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO	VALQUIRIA DA SILVA	15985008
676056	PROCURADOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO	VERÔNICA SANTANA FERREIRA	23940743
676350	PROCURADOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO	VICTOR LUIZ MARTINS DE ALMEIDA	23092203
676399	PROCURADOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO	WENDER SOARES CANEDO	26617137
676785	PROCURADOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO	ZILDA DA PENHA BERNARDO	8109036

3º - Os candidatos que tiveram suas solicitações de isenção da taxa de inscrição INDEFERIDAS poderão pagar o boleto bancário correspondente no prazo estabelecido no cronograma do edital de Abertura.

SOLICITAÇÕES INDEFERIDAS: MOTIVO: FALTA DE DOCUMENTOS

INSCRICAO	CARGO	NOME	RG
676608	PROCURADOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO	AILTON SIQUEIRA DE ABREU	14310970
676742	PROCURADOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO	BIANCA GUIMARÃES SOUSA	6189217
676704	PROCURADOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO	EDUARDO SANTOS DE PAULA	19151411
676115	PROCURADOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO	ELLEN KARINE MARTINEZ DOS SANTOS	1845074
676727	PROCURADOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO	FABIANO RODRIGUES TISCHER	5659101
676320	PROCURADOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO	KANANDA ALVES RODRIGUES	25974416
676808	PROCURADOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO	SUELLEM MONIQUE LAGE DOS SANTOS	1843595-5

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Alto Taquari, Estado do Mato Grosso, em 29 de Junho de 2018.

FÁBIO MAURI GARBUGIO

Prefeito Municipal

MICHELLE ARANTES MANCINE

Presidente da Comissão Especial de Concurso Público

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 096/2018

DECRETO Nº. 096/2018

"Decreta horário de funcionamento especial nos dias que menciona e da outras providências".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, Fábio Mauri Garbugio, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc..

.

CONSIDERANDO os jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018;

DECRETA:

Art.1º - Fica decretado horário de funcionamento especial das 7:30h às 11h no período matutino, e das 14:00h às 17:00h no período vespertino, em virtude dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais, em:

I - 02 de julho de 2018, segunda-feira, em virtude do jogo do Brasil x México;

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari–MT, em 28 de junho de 2018.

Fábio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 092/2018.

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, FABIO MAURI GARBUGIO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, por Lei, e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno

do Município, no âmbito do Poder Executivo e Legislativo e administrações diretas e indiretas.

DECRETA:

Artigo 1º – Fica aprovada a ***Instrução Normativa 01/2018 do Controle de Transporte de Pacientes do Município de Alto Taquari*** – Regulamentando os procedimentos a serem adotados pela Secretaria Municipal de Saúde, a Central de Regulação e aos motoristas a ela vinculados.

Artigo 2º – Caberá a Secretaria Municipal de Saúde, apoiar o Sistema de Controle Interno na divulgação da presente Instrução Normativa ora aprovada.

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Taquari, 27 de Junho de 2018.

FABIO MAURI GARBUGIO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 090 AO 094/2018-RH

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 090/2018-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ALINE BATISTA* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Monitora de Educação Infantil.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: Ministrar atividades educacionais às crianças das creches, centros de educação infantil e contra turno social monitorando as tarefas educacionais; Fazer o acompanhamento das atividades didático pedagógicas; Promover, nos horários determinados, a higiene corporal e bucal das crianças, dando banho, trocando fraldas e roupas, entre outras, relacionadas aos serviços de creche; Auxiliar o Professor Regente nas atividades pedagógicas, dentro e fora da sala de aula; Zelar pelo material sob sua responsabilidade, bem como confeccionar materiais destinados a recreação e decoração do local de trabalho; Participar de cursos de treinamento determinados pelo Departamento Municipal de Educação, de forma a aperfeiçoar seu desempenho profissional; Colaborar e participar de festas, eventos comemorativos e demais atividades extras promovidas pela instituição; Cooperar e co-participar nas atividades de recreação dos alunos, acompanhando e assistindo os alunos no horário destinado ao recreio e outras atividades extra-classe desenvolvidas nos centros de educação infantil; Dar apoio aos professores no que concerne a projetos e atividades a que se propõem realizar; Executar tarefas de apoio administrativo sempre que solicitado; Ajudar na distribuição de merenda, auxiliando na alimentação, orientando os alunos quanto ao hábito correto de comportar-se durante as refeições; Observar a entrada e saída de alunos nos diferentes turnos, objetivando preservar a ordem e organização escolar; Controlar a utilização dos banheiros; Manter limpo e arrumado o local de trabalho orientando e/ou colaborando com a limpeza das salas, brinquedos, materiais e utensílios utilizados, arrumando e/ou orientando a arrumação dos brinquedos e dos móveis; Zelar pela segurança das crianças e dos adolescentes; Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 30 horas semanais, no CEI “Profª Maria Alta Medeiros de Oliveira”.

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 19 (dezenove) dias, com início em 12 (doze) de janeiro de 2018 e término em 30(trinta) de janeiro de 2018, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 004/2017/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 04 de junho de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 091/2018-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ANA LÚCIA DA CRUZ SANTOS* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 aulas semanais, na Escola Municipal “Profª Elzinha Lizardo Nunes”.

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 07 (sete) meses e17 (dezessete) dias, com início em 04 (quatro) de junho de 2018 e término em 21 (vinte e um) de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 003/2017/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 04 de junho de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 092/2018-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *BRUNO PAULINO SOARES* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professor de Educação Física.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 10 aulas semanais, no Projeto Social de Basquete.

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 06 (seis) meses e 17 (dezessete) dias, com início em 04(quatro) de junho de 2018 e término em 21 (vinte e um) de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 003/2017/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 04 de junho de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 093/2018-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *SUELI DE FÁTIMA FAVARO* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 14 aulas semanais, na “Educação Basica”.

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 06 (seis) meses e 17 (dezessete) dias, com início em 04 (quatro) de junho de 2018 e término em 21 (vinte e um) de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 003/2017/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 04 de junho de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 094/2018-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ALESSANDRA MARTINS SILVA* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Monitora de Educação Infantil.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: Ministrar atividades educacionais às crianças das creches, centros de educação infantil e contra turno social monitorando as tarefas educacionais; Fazer o acompanhamento das atividades didático pedagógicas; Promover, nos horários determinados, a higiene corporal e bucal das crianças, dando banho, trocando fraldas e roupas, entre outras, relacionadas aos serviços de creche; Auxiliar o Professor Regente nas atividades pedagógicas, dentro e fora da sala de aula; Zelar pelo material sob sua responsabilidade, bem como confeccionar materiais destinados a recreação e decoração do local de trabalho; Participar de cursos de treinamento determinados pelo Departamento Municipal de Educação, de forma a aperfeiçoar seu desempenho profissional; Colaborar e participar de festas, eventos comemorativos e demais atividades extras promovidas pela instituição; Cooperar e co-participar nas atividades de recreação dos alunos, acompanhando e assistindo os alunos no horário destinado ao recreio e outras atividades extra-classe desenvolvidas nos centros de educação infantil; Dar apoio aos professores no que concerne a projetos e atividades a que se propõem realizar; Executar tarefas de apoio administrativo sempre que solicitado; Ajudar na distribuição de merenda, auxiliando na alimentação, orientando os alunos quanto ao hábito correto de comportar-se durante as refeições; Observar a entrada e saída de alunos nos diferentes turnos, objetivando preservar a ordem e organização escolar; Controlar a utilização dos banheiros; Manter limpo e arrumado o local de trabalho orientando e/ou colaborando com a limpeza das salas, brinquedos, materiais e utensílios utilizados, arrumando e/ou orientando a arrumação dos brinquedos e dos móveis; Zelar pela segurança das crianças e dos adolescentes; Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 30 horas semanais, no CEI “Profª Maria Alta Medeiros de Oliveira”.

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 05 (cinco) mes e 18 (dezoito) dias, com início em 19 (dezenove) de junho de 2018 e término em 07 (sete) de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 004/2017/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 19 de junho de 2018.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 084 AO 89/2018-RH.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 084/2018-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *DÂMALA ALINE FREITAS PAULA* OBJETO

02.1 – – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Monitora de Educação Infantil.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: Ministrar atividades educacionais às crianças das creches, centros de educação infantil e contra turno social monitorando as tarefas educacionais; Fazer o acompanhamento das atividades didático pedagógicas; Promover, nos horários determinados, a higiene corporal e bucal das crianças, dando banho, trocando fraldas e roupas, entre outras, relacionadas aos serviços de creche; Auxiliar o Professor Regente nas atividades pedagógicas, dentro e fora da sala de aula; Zelar pelo material sob sua responsabilidade, bem como confeccionar materiais destinados a recreação e decoração do local de trabalho; Participar de cursos de treinamento determinados pelo Departamento Municipal de Educação, de forma a aperfeiçoar seu desempenho profissional; Colaborar e participar de festas, eventos comemorativos e demais atividades extras promovidas pela instituição; Cooperar e co-participar nas atividades de recreação dos alunos, acompanhando e assistindo os alunos no horário destinado ao recreio e outras atividades extra-classe desenvolvidas nos centros de educação infantil; Dar apoio aos professores no que concerne a projetos e atividades a que se propõem realizar; Executar tarefas de apoio administrativo sempre que solicitado; Ajudar na distribuição de merenda, auxiliando na alimentação, orientando os alunos quanto ao hábito correto de comportar-se durante as refeições; Observar a entrada e saída de alunos nos diferentes turnos, objetivando preservar a ordem e organização escolar; Controlar a utilização dos banheiros; Manter limpo e arrumado o local de trabalho orientando e/ou colaborando com a limpeza das salas, brinquedos, materiais e utensílios utilizados, arrumando e/ou orientando a arrumação dos brinquedos e dos móveis; Zelar pela segurança das crianças e dos adolescentes; Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 30 horas semanais, no CEI “Profª Maria Alta Medeiros de Oliveira”.

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 07 (sete) meses e 19 (dezenove) dias, com início em 02 (dois) de maio de 2018 e término em 21 (vinte e um) de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado na forma da Lei..

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 004/2017/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 02 de maio de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 085/2018-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *JANAÍNA DE ALMEIDA PANIAGO* OBJETO

02.1 – – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Monitora de Educação Infantil.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: Ministrar atividades educacionais às crianças das creches, centros de educação infantil e contra turno social monitorando as tarefas educacionais; Fazer o acompanhamento das atividades didático pedagógicas; Promover, nos horários determinados, a higiene corporal e bucal das crianças, dando banho, trocando fraldas e roupas, entre outras, relacionadas aos serviços de creche; Auxiliar o Professor Regente nas atividades pedagógicas, dentro e fora da sala de aula; Zelar pelo material sob sua responsabilidade, bem como confeccionar materiais destinados a recreação e decoração do local de trabalho; Participar de cursos de treinamento determinados pelo Departamento Municipal de Educação, de forma a aperfeiçoar seu desempenho profissional; Colaborar e participar de festas, eventos comemorativos e demais atividades extras promovidas pela instituição; Cooperar e co-participar nas atividades de recreação dos alunos, acompanhando e assistindo os alunos no horário destinado ao recreio e outras atividades extra-classe desenvolvidas nos centros de educação infantil; Dar apoio aos professores no que

concerne a projetos e atividades a que se propõem realizar; Executar tarefas de apoio administrativo sempre que solicitado; Ajudar na distribuição de merenda, auxiliando na alimentação, orientando os alunos quanto ao hábito correto de comportar-se durante as refeições; Observar a entrada e saída de alunos nos diferentes turnos, objetivando preservar a ordem e organização escolar; Controlar a utilização dos banheiros; Manter limpo e arrumado o local de trabalho orientando e/ou colaborando com a limpeza das salas, brinquedos, materiais e utensílios utilizados, arrumando e/ou orientando a arrumação dos brinquedos e dos móveis; Zelar pela segurança das crianças e dos adolescentes; Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 30 horas semanais, no CEI "Profª Maria Alta Medeiros de Oliveira".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 07 (sete) meses e 19 (dezenove) dias, com início em 02 (dois) de maio de 2018 e término em 21 (vinte e um) de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 004/2017/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 02 de maio de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 086/2018-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: SHEILA ROSALVES FERNANDES CARRIJO OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de **Professor**.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 16 aulas semanais na Escola Municipal "Profª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 07 (sete) meses e 19 (dezenove) dias, com início em 02 (dois) de maio de 2018 e término em 21 (vinte e um) de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 003/2017/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 02 de maio de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 087/2018-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *LAIS PASSOS DOS SANTOS* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de **Agente de Serviço Público**.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: executar serviços de zeladoria nos prédios públicos, promovendo a limpeza e conservação, vigiando o cumprimento do regulamento interno para assegurar o asseio, ordem e segurança do prédio e o bem-estar de seus ocupantes; providenciar serviços de manutenção em geral, como pequenos reparos ou consertos de instalações elétricas, bombas, caixa d'água, extintores, visando assegurar condições de funcionamento e segurança das instalações; preparar a terra, arando, adubando, irrigando e efetuando outros tratos necessários, para proceder ao plantio de flores, árvores, arbustos e outras plantas ornamentais; efetuar a podagem das plantas e árvores, aparando-as em épocas determinadas, com tesouras e instrumento apropriados para assegurar o desenvolvimento adequado das mesmas; executar tarefas na construção civil, escavando valas, transportando e misturando materiais e trabalhando na montagem e desmontagem de armações, para auxiliar a edificação ou reforma de prédios, estradas, pontes e outras obras, sob orientação do pedreiro ou do mestre-de-obras; efetuar a carga e descarga de materiais, servindo-se das próprias mãos ou utilizando carrinho de mão e ferramentas manuais, para possibilitar a utilização ou remoção daqueles materiais; escavar valas e fossas, extraindo terra e pedras, utilizando pás, picaretas e outras ferramentas, para permitir a execução de fundações, o assentamento de canalização ou obras similares; auxiliar nos serviços de armazenagem de materiais leves e pesados, tais como cal, cimento, areia, tijolos e outros, acondicionando-os em prateleiras ou pátios dos almoxarifados, para assegurar o estoque dos mesmos; auxiliar nos serviços de jardinagem, aparando gramas, preparando a terra, plantando sementes e mudas, podando árvores, visando conservar, cultivar e embelezar canteiros em geral; efetuar limpeza e conservação de áreas verdes, praças terrenos baldios e outros logradouros públicos, carpindo, limpando, lavando, varrendo, transportando entulhos visando melhorar o aspecto do município; efetuar limpeza e conservação nos cemitérios e jazigos, bem como auxilia na preparação de sepulturas, abrindo e fechando covas, para permitir o sepultamento dos cadáveres; auxiliar o motorista nas atividades de carregamento, descarregamento e entrega de materiais e mercadorias, valendo-se de esforço físico e/ou outros recursos, visando contribuir para a execução dos trabalhos; auxiliar na preparação de rua para a exe-

cução de serviços de pavimentação, compactando o solo, esparramando terra, pedra, para manter a conservação dos trechos desgastados ou na abertura de novas vias; auxiliar nas instalações e manutenções elétricas, fornecendo materiais necessários e utilizando ferramentas manuais, para estruturar a parte geral das instalações; apreender animais soltos em vias públicas tais como cavalo, vacas, cachorro, cabritos, etc., lançando-os e conduzindo-os ao local apropriado, para evitar acidentes e garantir a saúde da população; auxiliar no assentamento de tubos de concreto, transportando-os e segurando-os para garantir a correta instalação; zelar pela conservação das ferramentas, utensílios e equipamentos de trabalho, recolhendo-os e armazenando-os nos locais adequados; auxilia nos serviços de armazenagem de materiais leves e pesados, tais como cal, cimento, areia, tijolos e outros, acondicionando-os em prateleiras ou pátios dos almoxarifados, para assegurar o estoque dos mesmos; auxiliar nos serviços de jardinagem, aparando gramas, preparando a terra, plantando sementes e mudas, podando árvores, visando conservar, cultivar e embelezar canteiros em geral; reúnir ou amontoar a poeira, fragmentos e detritos, empregando ancinho e outros instrumentos para recolhe-los; recolher os montes de lixo, despejando-os em latões, cestos e outros depósitos apropriados, para facilitar a coleta e o transporte; obedecer as escalas de serviços estabelecidas, atendendo às convocações para a execução de tarefas compatíveis com a sua habilidade; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 40 horas semanais, no CEI “Maria Alta Medeiros de Oliveira”

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 07 (sete) meses, e 29 (vente e nove) dias, com início em 02 (dois) de maio de 2018 e término em 31 (trinta e um) de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 002/2017/SMEC/MT

LOCAL E DATA: 02 de maio de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 088/2018-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *MAGNEIDE BARBOSA MADUREIRA SOUZA* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Monitora de Educação Infantil.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: Ministrar atividades educacionais às crianças das creches, centros de educação infantil e contra turno social monitorando as tarefas educacionais; Fazer o acompanhamento das atividades didático pedagógicas; Promover, nos horários determinados, a higiene corporal e bucal das crianças, dando banho, trocando fraldas e roupas, entre outras, relacionadas aos serviços de creche; Auxiliar o Professor Regente nas atividades pedagógicas, dentro e fora da sala de aula; Zelar pelo material sob sua responsabilidade, bem como confeccionar materiais destinados a recreação e decoração do local de trabalho; Participar de cursos de treinamento determinados pelo Departamento Municipal de Educação, de forma a aperfeiçoar seu desempenho profissional; Colaborar e participar de festas, eventos comemorativos e demais atividades extras promovidas pela instituição; Cooperar e co-participar nas atividades de recreação dos alunos, acompanhando e assistindo os alunos no horário destinado ao recreio e outras atividades extra-classe desenvolvidas nos centros de educação infantil; Dar apoio aos professores no que concerne a projetos e atividades a que se propõem realizar; Executar tarefas de apoio administrativo sempre que solicitado; Ajudar na distribuição de merenda, auxiliando na alimentação, orientando os alunos quanto ao hábito correto de comportar-se durante as refeições; Observar a entrada e saída de alunos nos diferentes turnos, objetivando preservar a ordem e organização escolar; Controlar a utilização dos banheiros; Manter limpo e arrumado o local de trabalho orientando e/ou colaborando com a limpeza das salas, brinquedos, materiais e utensílios utilizados, arrumando e/ou orientando a arrumação dos brinquedos e dos móveis; Zelar pela segurança das crianças e dos adolescentes; Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 30 horas semanais, no CEI “Profª Maria Alta Medeiros de Oliveira”.

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 07 (sete) meses e 19 (dezenove) dias, com início em 02 (dois) de maio de 2018 e término em 21 (vinte e um) de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 004/2017/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 02 de maio de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 089/2018-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *GABRIELA CARVALHO DOS SANTOS* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de **Professora de Educação Física**.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as

determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 09 aulas semanais, no CEI "Profª Maria Alta Medeiros de Oliveira".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 07 (sete) meses e 19 (dezenove) dias, com início em 02 (dois) de maio de 2018 e término em 21 (vinte e um) de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 003/2017/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 02 de maio de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 148/2018

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES NO MÊS DE JUNHO/2018 À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias regulamentares aos Servidores:

Nome: (1235) JOSÉ DE RIBAMAR RODRIGUES DA LUZ PASSOS

Cargo Efetivo: (224) Coletor de Lixo

Lotação: Secretaria Municipal de Urbanismo

Período Aquisitivo: 16/03/2017 à 15/03/2018.

Nome: (1240) JOSÉ SERGIO RODRIGUES DA LUZ PASSOS

Cargo Efetivo: (268) Serviços Gerais

Lotação: Secretaria Municipal de Urbanismo

Período Aquisitivo: 01/04/2017 à 31/03/2018.

Nome: (1566) MARCOS BALBINO MARTINS

Cargo Nomeação: (408) Diretor de Departamento II

Lotação: Secretaria Municipal de Administração

Período Aquisitivo: 17/04/2015 à 16/04/2016.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Cumpra-se,

Publica-se

Apiacás-MT. 01 de Junho 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 146/2018

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDOR PÚBLICO DO RESPECTIVO CARGO DO CONCURSO PÚBLICO".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 010/2008 às Servidoras:

Nome: (1141) IVONE HOISSA TEIXEIRA

Cargo Efetivo: (368) Analista Tributaria

Lotação: Secretaria Municipal de Administração

Período Aquisitivo: 01/07/2010 à 30/06/2015

Período de Concessão: 01/06/2018 à 30/06/2018.

Nome: (36) PATRICIA ALEXANDRA SIAN

Cargo Efetivo: (240) Técnica Agrícola

Lotação: Secretaria Municipal de Agricultura

Período Aquisitivo: 03/09/2006 à 02/09/2011

Período de Concessão: 01/06/2018 à 29/08/2018.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás-MT, 01 de Junho de 2018.

ADALTO JOSE ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 32/2018 ARAGUAIANA MT, 28 DE JUNHO DE 2018.

Decreto nº 32/2018 Araguaiana MT, 28 de Junho de 2018.

"**DECLARA PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS O DIA QUE MENCIONA**"

O Srº. **Getúlio Dutra Vieira Neto**, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município;

"CONSIDERANDO as necessidades de Planejamento das atividades, para uma melhor prestação municipal, considerando a Participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018;

DECRETA:

Art. 1º - Fica **Decretado Ponto Facultativo** nos órgãos da Administração Pública Municipal, nos dias em que o Brasil jogar na copa do mundo de 2018**.**

Parágrafo Único - Fica estabelecido **Ponto Facultativo** no dia em que o jogo for no **Período Matutino** e horário de Expediente das **07h às 12h**, nos dias em que o jogo for no **Período Vespertino**.

Art. 2º - O disposto neste DECRETO não se aplica aos Plantões necessários às atividades de caráter essencial, tais como: Saúde, Coleta de Lixo, Manutenção e Distribuição de Água.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana MT, 28 de Junho de 2018.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 31/2018 ARAGUAIANA MT, 27 DE JUNHO DE 2018.

Decreto nº 31/2018 Araguaiana MT, 27 de Junho de 2018.

"**Dispõe sobre a alteração do horário de expediente nas Repartições Públicas Municipais e da outras providencias**"

O **Sr.Getúlio Dutra Vieira Neto**, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando, a constante queda de receita e aumento das demandas sociais em áreas essenciais (Saúde, Educação e Assistência Social);

Considerando, a revisão da folha de pagamento para evitar eventuais distorções e falhas, levando em conta os gastos com pessoal que ultrapassa o limite de Alerta;

Considerando, a recuperação do equilíbrio financeiro e orçamentário da despesa e receita para um resultado positivo da execução orçamentária 2018;

Considerando, a necessidade de designar servidor ou comissão para controle dos gastos públicos, afim de reduzir a despesa em patamares condizentes com a fonte de receitas para comportar os compromissos e obrigações legais e constitucionais durante o decorrer do exercício financeiro 2018.

DECRETA:

Art. 1º Ficar alterado horário de funcionamento do expediente dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta, situados no âmbito do Município de Araguaiana - MT, a partir de **01/07/2018** até **31/07/2018**, será das **7:00 às 12:00 horas**, em caráter excepcional e temporário.

§ 1º Durante e jornada fixa no caput deverão ser desenvolvidas as atividades consideradas internas e de atendimento ao público.

§ 2º O horário de que trata este artigo aplicar-se-á a todos aqueles que, indistintamente, executem atividades laborais no âmbito dos órgãos da Administração Direta.

Art. 2º O servidor público, com carga horária de trabalho de 40 e 30 horas semanais, excepcional e temporariamente, terão a jornada diária de trabalho com inicio às 07:00 horas e término às 12:00 horas.

Art. 3º A inobservância deste Decreto implicará ao servidor e a seu superior imediato as sanções previstas na legislação especifica.

Art. 4º O disposto neste Decreto não se aplica a servidor público e empregado público que desempenha suas funções:

I – em regime de plantão;

II – em regime de escala;

III – em unidade escolar;

IV – em unidades assistenciais à saúde com atendimento 24 horas.

Art. 5º Os Secretários Municipais deverão ajustar seus contratos de serviços, gestão, convênio e termos de parceria e cooperação técnica ao horário de funcionamento do expediente disposto neste Decreto.

Parágrafo único, Os serviços de caráter essenciais, nas áreas da Educação, Saúde, Departamento de Água e Esgoto, e de Vigilância, funcionarão de acordo com as atividades funcionais contínuas a serem estabelecidas pelo Secretário Municipal de cada pasta.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Araguaiana – MT, 27 de Junho de 2018.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2018.

Extrato do Contrato Nº 13/2018.

Contratante: Município de Araguaiana – MT

Contratado: Maria Madalena Miranda Rodrigues – ME.

Objeto: contratação de empresa especializada em fornecimento de refeições tipo self-service e marmitex, para atender as necessidades deste município, conforme especificações constantes neste termo de referencia.

Prazo: O prazo de execução do presente Contrato é de 07 (sete) meses.

Valor: R$ R$44.000,00 (Quarenta e Quatro Mil Reais).

Data: 04/06/2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 33/2018 ARAGUAIANA MT, 28 DE JUNHO DE 2018.

Decreto nº 33/2018 Araguaiana MT, 28 de Junho de 2018.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do **CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO** de Araguaiana-MT, e dá outras providencias"

O Srº. **Getúlio Dutra Vieira Neto, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso**, usando das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, DECRETA.

Art. 1° – Ficam Nomeados os membros abaixo, para comporem o CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO do município de Araguaiana – MT.

Representante da Prefeitura Municipal

Titular: Fagner Ricardo Pereira Goveia

RG: 217511 SSP/MT CPF: 027482101-07

Tel: (66) 98451-3934

Endereço: Rua São Paulo, s/n Bairro Saveco

Suplente: Irisvan Dutra Vieira

RG: 11129298 SSP/MT CPF: 855.340.721-72

Tel: (66) 98439.5031

Endereço: Rua Marechal Rondon Bairro: Centro Antigo.

Representante da Secretaria de Assistencia Social

Titular: Pedro Luiz Costa Rezende

RG: 4600222 DGPC-MT CPF: 002.790.791-09

Tel:(66)98443-7203

Rua Eurico Teixeira s/n Bairro São José

Suplente: Gessika Camila Vieira Luz

RG: 19903979 SSP/MT CPF: 025.109.471-50

Tel: (66) 98405-4893 e Email: kamyllinhavieira@hotmail.com

Rua João Briene, s/nº

Representante da Secretaria de Finanças

Titular: Edivan da Silva Menezes

R.G. nº 11335351-SSP/MT C.P.F. nº 836.261.581-87

Tel: (66) 98441-9519

Endereço: Rua São Paulo, s/n Bairro Saveco.

Suplente: Valdinei Sérgio Muniz Albertoni

RG: 15312054 SSP/MT CPF: 936.908.861-04

Tel: (66) 98446-8175

Endereço: Rua São Paulo Bairro: Saveco

Representante do Poder Legislativo

Titular: Carlos de Souza Oliveira

RG: 833 753 SSP/MT CPF: 545.787.791-49

Tel: (66) 98461-1423

Endereço: Av. Inocêncio Dias Bairro: Jd. Jardim Urânia II.

Suplente: Davi Tenório de Oliveira

RG: 284 668 SSP/MT CPF: 304 807 951-34

Tel: (66) 98412-2121

Endereço: Av. Dr. José Morbeck.

Representante do Departamento de Fiscalização

Titular: Alaor Neto Gomes Reis

RG. 733818 SSP/MT CPF: 568.115.781-49

Tel: (66)98432-4872

Rua Otávio Dutra, s/nº

Suplente: Lidiane Elias Cesar

RG. 1598474-4 SS/MT CPF. 021337601-64

Bairro São José, Cel: (66)984513934 email: lidianacesar@outlook.com

Representante do Departamento de Engenharia

Titular: Getônio Dias Guirra

RG: 1168477-1 SJ/MT CPF: 109.381.251-68

Tel: (66) 992396679

Rua Laurindo Sobreira Amaral, 828 – Dermat – Barra do Garças/MT.

Art. 3º – Este decreto entra em vigor na data de sua afixação, revogando suas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana MT, 28 de Junho de 2018

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

GABINETE - DEPTO JURIDICO
DECRETO MUNICIPAL Nº 33/2018

DECRETO MUNICIPAL Nº 33/2018

REVOGA O DECRETO MUNICIPAL Nº 29/2018 E DISPÕE SOBRE O PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS NO PERÍODO DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO FIFA 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga/MT, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Araputanga:

CONSIDERANDO a participação da Seleção Brasileira de Futebol a Copa do Mundo FIFA 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas do município de Araputanga/MT no período de jogos da Seleção Brasileira de Futebol durante a Copa do Mundo FIFA 2018, ressalvados os serviços essenciais.

Art. 2º - O funcionamento das repartições públicas municipal durante a atuação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018 será da seguinte forma:

I – O funcionamento se dará das 07hrs às 09h30min e funcionamento normal no período vespertino no dia 02 de julho de 2018.

II – O funcionamento se dará das 07hrs às 12hrs nos dias em que a Seleção Brasileira de Futebol atuar no período vespertino.

Parágrafo Único: No caso do inciso I, os serviços de transporte escolar, bem como outros essenciais, a critério da Administração Pública terão seu funcionamento normal, não podendo sofrer interrupções ou prejuízos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário, especificamente o Decreto Municipal nº 29/2018.

Art. 4º - Publique-se, registra-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado do Mato Grosso, aos vinte e seis (26) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 192/2018

DESIGNAR O SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 079/2018, ORIUNDO DO PREGÃO Nº 015/2018, CUJO OBJETO É O CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO AS ÁREAS: JURÍDICA, PATRIMÔNIO, LICITAÇÃO, CONTRATOS, CONVÊNIOS, RECURSOS HUMANOS E TRIBUTAÇÃO, ASSIM COMO SUPORTE NAS DEFESAS JUNTO AOS ÓRGÃOS FISCALIZADORES RELATIVOS A APONTAMENTOS TÉCNICOS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear a servidora da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, Srª. Sandra Rosa Campos, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do CONTRATO ADMINISTRATIVO 079/2018, oriundo do PREGÃO Nº 015/2018, com a empresa P.C. REBULI CONSULTORIA, ASSESSORIA E EVENTOS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ: 26.753.300/0001-35.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e oito (28) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 189/2018

CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO NOS TERMOS DO ARTIGO 102º, PARAGRAFO ÚNICO, DA LEI MUNICIPAL Nº135/92 (RJU) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder Licença Prêmio nos termos do art. 102, Parágrafo Único, da Lei 135/92 (RJU – Regime Jurídico Único) a servidora **MARILENE DE OLIVEIRA CHAGAS RIBEIRO**, matrícula nº 1559, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 08/08/2011 à 07/08/2016, **por um período de 90 (noventa) dias.**

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir de 25/06/2018, revogando as disposições em contrário**.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e oito (28) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 188/2018

CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO NOS TERMOS DO ARTIGO 102º, PARAGRAFO ÚNICO, DA LEI MUNICIPAL Nº135/92 (RJU) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder Licença Prêmio nos termos do art. 102, Parágrafo Único, da Lei 135/92 (RJU – Regime Jurídico Único) a servidora **ZÉLIA DIAS DA SILVA**, matrícula nº 155, ocupante do cargo efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 01/08/2010 à 31/07/2015, **por um período de 90 (noventa) dias, com efeitos a partir de 02/07/2018.**

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e oito (28) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 190/2018

CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO NOS TERMOS DO ARTIGO 102º, PARAGRAFO ÚNICO, DA LEI MUNICIPAL Nº135/92 (RJU) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder Licença Prêmio nos termos do art. 102, Parágrafo Único, da Lei 135/92 (RJU – Regime Jurídico Único) ao servidor **CLAUDIO AVELINO PEREIRA**, matrícula nº 1616, ocupante do cargo efetivo de Apoio Administrativo Educacional, lotado na Escola Municipal Prof. Cleusa Braga Hortêncio, referente ao período aquisitivo de 19/09/2011 à 18/09/2015, **por um período de 90 (noventa) dias, com efeitos a partir de 02/07/2018.**

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e oito (28) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE LICITACAO DESERTA - MODALIDADE PREGAO PRESENCIAL Nº 035/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UM) ÔNIBUS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT.

O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT, através de sua Pregoeira e equipe de apoio, torna público a todos os interessados que o **PREGÃO PRESENCIAL 035/2018**, cujo objeto acima identificado, foi declarado **DESERTO** por falta de participantes.

Arenápolis- MT, 28 de junho de 2018.

REGINA LUCIA DE SOUZA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
QUARTO ADITIVO Nº. 091/2018

AO CONTRATO N° 193/2017 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO TEMPORÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE DESTE MUNICÍPIO; CLINICA MEDICA ARIPUANA LTDA- ME**;** ADITIVO DE PRAZO E VALOR GLOBAL DE R$ 31.500,00; VIGENCIA 1º/07/2018 A 30/07/2018.

GABINETE DO PREFEITO
QUARTO ADITIVO Nº. 094/2018

AO CONTRATO N° 197/2017 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO TEMPORÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE DESTE MUNICÍPIO; ALICE MENDES DE SOUZA NEVES LUDKE EIRELI - EPP; ADITIVO DE PRAZO E VALOR GLOBAL DE R$ 35.100,00; VIGENCIA 1º/07/2018 A 30/07/2018.

GABINETE DO PREFEITO
QUARTO ADITIVO Nº. 093/2018

AO CONTRATO N° 195/2017 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO TEMPORÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE DESTE MUNICÍPIO; HELDER WAGNER BARROS SARAIVA - ME**;** ADITIVO DE PRAZO E VALOR GLOBAL DE R$ 35.080,00; VIGENCIA 1º/07/2018 A 30/07/2018.

GABINETE DO PREFEITO
QUARTO ADITIVO Nº. 092/2018

AO CONTRATO N° 194/2017 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO TEMPORÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE DESTE MUNICÍPIO; P W S SOARES - ME; ADITIVO DE PRAZO E VALOR GLOBAL DE R$ 20.440,00; VIGENCIA 1º/07/2018 A 30/07/2018.

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeiro, nomeado pela Portaria **9.859/2018**, comunica a **RETIFICAÇÃO NO TERMO DE REFERENCIA DO EDITAL** do Pregão Presencial n° 032/2018, que tem como objeto contratação de empresa para prestação de serviços médico em plantões sobre avisos, clinica cirúrgica, auxilio cirurgia, partos, exame admissionais e demissional e pericia destinado a atender as necessidades do hospital municipal santo antônio e contratação de serviços médicos ambulatorial na área de clinico geral para atendimento de 40 horas semanais para atender a unidade básica de saúde jardim planalto, em atendimento a secretaria municipal de saúde.

Onde Se Lê: Considerando a necessidade de manter a equipe completa para evitas corte de recursos. Sendo que a equipe da referida UBS é composta por 01 enfermeira, 01 dentista, 03 técnicos de enfermagem, 01 recepcionista, 01 do Departamento Administrativo, 02 motorista, 02 zeladora e um auxiliar de dentista.

Vimos solicitar a contratação de serviços médicos para Unidade Básica de Saúde do Distrito da Conselvan, para atender uma populaça de aproximadamente 6.000 mil pessoas que moram no distrito e nas áreas rurais, considerando que o distrito da Conselvan esta em uma distancia de 80 km de Cidade de Aripuanã e não temos Hospital e todos os atendimentos são feitos na UBS.

Também ter a necessidade de atendimentos noturnos em feriados e finais de semana em algum atendimento de Urgência e Emergência e se necessário encaminhar para Hospital Municipal Santo Antônio.

A empresa ganhadora da prestação de serviços devera estar a disposição para eventuais urgência e emergência no período noturno, feriados e final de semana, tendo em vista que o distrito não temos hospital então esses atendimentos são feitos na unidade de Saúde, assim se for necessário a contratação de serviço medico emergencial.

Considerando que a falta de atendimento nas Unidades da Saúde da Família sobrecarregará o atendimento no Hospital Municipal, sendo assim necessitamos a contratação de 01 profissional para prestação de serviço médico ambulatorial 40 horas semanais na área de clinica geral para atendimento na Unidade Básica de Saúde da Família do Jardim Planalto, por 06(seis) meses até que possam destinar 01 novo profissional, do Programa Mais Médicos para referida unidade.

Considerando que a estratégia Saúde da Família de atendimento a população do nosso município, a necessidade de manter o atendimento de rotina a população, em seu território.

Leia-se: Considerando o período chuvoso onde a população fica mais exposta ao risco de contrair doenças.

Considerando o Inciso II do artigo 24 da lei N.8.666/1993, que dispõem sobre contratação.

Considerando que o município aderiu a Estratégia Saúde da Família de atendimento a população em geral.

Considerando a necessidade de manter o atendimento na Atenção Básica de rotina a população, em seu território.

Considerando que o profissional, do Programa Mais Médico solicitou desligamento do nosso município e do programa.

Considerando que teremos um período mínimo de 05 meses sem médicos na Unidade da Saúde da Família do Jardim Planalto, até que seja destinado um novo médico para atendimento na unidade, com publicação de novo edital para o mais médico previsto para o mês de setembro.

Considerando que a falta de atendimento nas Unidades da Saúde da Família sobre carregará o atendimento no Hospital Municipal, que hoje esta com um médico a menos que o normal.

Solicitamos a licitação de 01 profissional médico para a contratação de prestação de serviço médicos ambulatoriais 40 horas semanais na área de Clinica Geral para atendimento na Unidade Básica de Saúde da Família do Jardim Planalto, por 04(quatro) meses até que possam destinar 01novo profissional, do Programas Mais Médicos, para referida unidade suprindo assim esta necessidade urgente, pois se trata do bairro com população mais vulnerável da sede do município.

Considerando que saúde é um direito do Cidadão e um dever do Estado, e que a missão da Secretaria Municipal de Saúde atua de forma transparente, objetiva e resolutiva através de ações individuais e coletivas de promoção, prevenção e recuperação de saúde da população proporcionando o seu acesso no âmbito Municipal e Regional.

Considerando a distancia do Município (250 km) da referência mais próxima.

Considerando a necessidades da população, vimos solicitar o processo licitatório da prestação de serviços Médicos Hospitalares e Ambulatoriais para o Hospital Municipal Santo Antonio, para mantermos o atendimento a população em serviços ambulatoriais, emergências, ultrassonografias, cirurgias, plantões, sobreavisos, plantão eventual.

Por esse motivo se faz necessária o processo licitatório que possa abranger todas as necessidades desta secretaria e da população em geral que necessita de serviços médicos de qualidade.

ONDE SE LÊ: vigência contratual deverá ser de **06 (seis) meses**.

LEIA-SE: vigência contratual deverá ser de **04 (quatro) meses**.

“ As demais cláusula fica inalterada”

Aripuanã-MT, 29 de Junho de 2018.

DANIEL BOTONI

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.159/2018

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Parecer Jurídico Favorável n° 226/2018, e requerimento Deferido pelo Prefeito.

RESOLVE:

RECONHECER, o dia **07/03/2005**, como a data de ingresso da funcionária Srª. **SUZANA DE MORAES,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1. 587.707-8 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 006.318.531-89, ocupante do Cargo de Carreira de **FISCAL TRIBUTÁRIO**,*lotada na Secretaria Municipal de Finanças*, para fins de vantagem pessoal: direito a Licença Prêmio (art. 97, da LC 001/99) e Licença sem Remuneração para Tratar de Interesse Particular (art. 100, da LC 001/99, alterado pela LC 062/2011).

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 28 dias de junho de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.160/2018

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Parecer Jurídico Favorável n° 285/2018, e requerimento Deferido pelo Prefeito.

RESOLVE:

RECONHECER, o dia **1°/12/2007**, como a data de ingresso da funcionária a Srª. **CLAUDIA MARIA TSCHA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 000701575 SSP/RO e inscrita no CPF sob o nº. 663.368.802-49, ocupante do cargo de Carreira de **ANALISTA ADMINISTRATIVO**,*lotada na Secretaria Municipal de Administração***, para fins de vantagem pessoal:** direito a Licença Prêmio (art. 97, da LC 001/99) e Licença sem Remuneração para Tratar de Interesse Particular (art. 100, da LC 001/99, alterado pela LC 062/2011).

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 28 dias de junho de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO TERMO DE CONTRAT0 Nº 061/2018

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado:, **JULIETE SANTOS DE ALMEIDA MATOS**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.349.411 SDS/PE, CPF nº 055.422.114-45

DO OBJETO - O presente contrato tem por objeto a prestação de Serviços de Técnico de Nível Superior: Compreende a categoria funcional de Psicologia com as atribuições de executar atividades na sua dimensão técnico-profissional e que requeiram escolaridade de nível superior vinculada ao perfil profissional do Sistema Único de Assistência Social exigido para ingresso; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurando individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública.

Valor: R$ 10.782,00 (Dez Mil Setecentos e Oitenta Dois Reais)

Processo Licitatório: DISPENSA nº.: 08/2018

Dotação Orçamentária: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.001.0.0.08.244.6110.2.033 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL : **3.3.90.36.00.00**. Outros Serv. de Ter. –

Pessoa Física.

Vigência: 09/06/2018 e término previsto para **07/09/2018.**.

Responsável Jurídico: SAULO ALMEIDA ALVES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO - CONCORRENCIA PUBLICA Nº. 01/2017

O Município de Barra do Bugres, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a sessão pública de abertura do envelope de proposta de preço da licitação modalidade CONCORRÊNCIA PUBLICA 01/2017, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE 02(DUAS) ESCOLAS DO PROGRAMA PROINFANCIA FNDE. A sessão de reabertura fica marcada para o dia 03 de julho de 2018, as 08h00min, no Departamento de Licitação.

Barra do Bugres-MT, 29 de junho de 2018.

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Comissão permanente de licitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO PUBLICAÇAO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018 – SRP

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES – MT**, através da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres - MT., situada à Praça Ângelo Masson nº.:1000 – Centro – Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ sob nº.:03.507.522/0001-72, nesse ato representada pelo Prefeito Municipal Sr.**RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS,** publicada no DIÁRIO , bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da Empresa **EXTRA MAQUINAS S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº 19.293.141/0002-22, estabelecida à Avenida Miguel Sutil nº 4001, Sala 02 , Bairro Areão , na cidade de Cuiaba/MT, Representa a CONTRATADA o seu procurador o Sr. **DANILO RODRIGUES DE ALMEIDA**, portador da cédula de Identidade RG nº 50.950752 SSP/MSPT, inscrito no CPF nº 069.645.388-60, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às

normas constantes da Lei n° 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto N° 3.931 de 19 de setembro de 2001, Decretos Municipais Nº 004/2007 e 060/2011 e em conformidade com as disposições a seguir.

- DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto o registro de preços com validade para 12 (doze) meses, prorrogável nos termos da lei, para **AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO NOVO 0 KM DENOMINADO TOCO PARA ATENDER O CONVENIO SICONV Nº842813/2017 FIRMADO COM A SUDECO, conforme especificações constantes no Anexo I d**este edital do edital.

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	01	un	**CAMINHÃO NOVO 0 KM DENOMINADO TOCO, TRAÇÃO 4X2, C**OMBUSTIVEL DIESEL, DIRECAO HIDRAULICA, POTENCIA MINIMA DE 185 CV, AR CONDICIONADO, MODELO 2018, G A R A N T I A M I N I M A D E 1 2 M E S E S , DEMAIS ITENS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELO CONTRAN. ASSISTENCIA TÉCNICA AUTORIZADA NO ESTADO DE MATO GROSSO.	FORD **MODELO** CARGO C1419	R$ 205. 000,00	**R$ 205. 000,00**

CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o **valor global de R$ 205.000,00 (Duzentos e Cinco Mil Reais)** de acordo com a proposta.

Validade: 12 (doze) meses.

Barra do Bugres - MT, 29 de Maio de 2018.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

Contratante

EXTRA MAQUINAS S/A

DANILO RODRIGUES DE ALMEIDA

Contratada

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº: 10/2018 – SRP

O município de Barra do Bugres - MT, torna público O RESULTADO do pregão presencial 10/2018 SRP – AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO NOVO 0 KM DENOMINADO TOCO PARA ATENDER O CONVENIO SICONV Nº842813/2017 FIRMADO COM A SUDECO. Licitante vencedor: EXTRA MÁQUINAS S/A inscrita no CNPJ sob o nº 19.293.041/0002-22 com o valor de R$ 205.500,00 (Duzentos e Cinco Mil e Quinhentos Reais).

Barra do Bugres – MT, 26 de junho de 2018.

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Pregoeiro oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº.:06/2018

O município de Barra do Bugres – MT, torna público, o Resultado do procedimento licitatório na modalidade - Tomada de preço nº.:06/2018, "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE RECIPIENTES PARA RESIDUOS SOLIDOS COM RECURSOS DA FUNASA**". Licitante vencedor: **MARCIO SOUZA FARIA EIRELI ME** inscrita no CNPJ nº.20.151.547/0001-03, com o valor global de **R$495.791,58** (Quatrocentos e noventa e cinco mil e setecentos e noventa e um reais e cinquenta e oito centavos).

Barra do Bugres/MT, 28 de junho de 2018.

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2018 – TP 004/2018

O Município de Barra do Garças – MT, torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratada, **CONSTRUTORA CHAPADENSE LTDA**, que tem por objetivo **prorrogar o prazo de execução** do **Lote 13** do contrato original até a data de **30 de Agosto de 2018**. Barra do Garças - MT, 29 de Junho de 2018.

EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2018 – TP 004/2018

O Município de Barra do Garças – MT, torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratada, **CONSTRUTORA CHAPADENSE LTDA**, que tem por objetivo **prorrogar o prazo de execução** do **Lote 08** do contrato original até a data de **30 de Agosto de 2018**. Barra do Garças - MT, 29 de Junho de 2018.

EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2018 – TP 004/2018

O Município de Barra do Garças – MT, torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratada, **CONSTRUTORA CHAPADENSE LTDA**, que tem por objetivo **prorrogar o prazo de execução** do **Lote 04** do contrato original até a data de **30 de Agosto de 2018**. Barra do Garças - MT, 29 de Junho de 2018.

EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2018 – TP 004/2018

O Município de Barra do Garças – MT, torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratada, **CONSTRUTORA CHAPADENSE LTDA**, que tem por objetivo **prorrogar o prazo de execução** do **Lote 03** do contrato original até a data de **30 de Agosto de 2018**. Barra do Garças - MT, 29 de Junho de 2018.

EXTRATO 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 088/2017 – DL 031/2017

O Município de Barra do Garças – MT, torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratada, **CONSTRUTORA NETO & SANTOS LTDA**, que tem por objetivo **prorrogar o prazo de execução** do contrato original até a data de **31 de Setembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 29 de Junho de 2018.

CONTRATO N° 074/2018 PREGÃO PRESENCIAL N° 036/2018

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **NEVES VEÍCULOS EIRELE - EPP,** Objeto: Aquisição de veículo tipo camionete, Chevrolet S10, flex, cabine dupla,

4X2, zero quilômetro, ano 2018. Valor Global: R$ 103.700,00. **Validade: 29 de Junho 2018. Vigência: 29 de Junho de 2019**. Barra do Garças - MT, 29 de Junho de 2018.

PORTARIA Nº 13.851 DE 22 DE JUNHO DE 2018.

"Dispõe sobre nomeação de servidores desta municipalidade para atuarem

como fiscal e suplente no contrato que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso,

Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

R e s o l v e:

Artigo 1º – Designar a servidora, **Larisse Christina Garcia dos Santos** portadora do RG nº 261.7803 SSP/DF e CPF nº 009.177.681-32, Matrícula Funcional nº 11704, para acompanhamento e fiscalização Do contrato referente à Contratação de empresa para: Lote 01: Adequação e manutenção da estrada vicinal Jaó/Carpa, e do Lote 02: Construção da ponte de concreto armado de 50 metros sobre o Rio Corrente - Tomada de Preços 009/2018.

Artigo 2º - Designar a servidora, **Alba Marcia Ferreira Leal**, portadora do RG nº 904698/SSP/MT e CPF nº 569.096.401-87, Matrícula Funcional nº 101**,** para proceder como suplente do fiscal de contrato acima citado.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT 22 de junho de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.837 DE 19 DE JUNHO DE 2018.

"Dispõe sobre nomeação de servidores desta municipalidade para atuarem como fiscais nos contratos de obra/serviços que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso,

Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

R e s o l v e:

Artigo 1º – Designar a servidora, **Maria Laurinda Lemos, CPF: 896.865. 501-82, RG: 4195589 DEPC-GO, e matricula funcional nº 11.443** para proceder à fiscalização da **Contratação de empresa para regularizar pendencias de pesquisa pós-ocupação e regularização fundiária do Projeto Habitacional "Wilmar Peres de Farias",** proveniente da Carta Convite n° 004/2018.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 19 de junho de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2018 – TP 004/2018

O Município de Barra do Garças – MT, torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratada, **CONSTRUTORA CHAPADENSE LTDA**, que tem por objetivo **prorrogar o prazo de execução** do **Lote 12** do contrato original até a data de **30 de Agosto de 2018**. Barra do Garças - MT, 29 de Junho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE SUB-ROGAÇÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES N°. 03/2016-SSAAP

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO Nº 03/2017-SSAAP

CONTRATANTE: **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL**

CONTRATADO: CONTROL-ANÁLISES DE ÁGUA E EFLUENTES LTDA

OBJETO: – Aditar o **PRAZO DA VIGÊNCIA AO CONTRATO DE SUB-ROGAÇÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES Nº 003/2016-PGM** celebrado entre o Município de Cáceres/MT, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos sendo esta SUB-ROGANTE/CEDENTE, tendo como SUB-ROGADO/CESSIONÁRIO o Serviço Municipal de Água e Esgoto, Drenagem e Resíduos Sólidos do Município de Cáceres/MT-SAEC, que em conformidade com a Lei N.º 2.520 de 12 de Fevereiro de 2016, alterou a denominação para **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL,** e Interveniente Anuente a Empresa CONTROL-ANÁLISES DE ÁGUA E EFLUENTES LTDA, referente ao CONTRATO DE SUB-ROGAÇÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES Nº 003/2016-PGM, **PARA MAIS 12 (DOZE) MESES A CONTAR DE 27/06/2018 a 26/06/2019.**.

ÓRGÃO UNIDADE: 18.001

FUNÇÃO PROGRAMATICA:17.512.1007.2211

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39

FONTE: 100 – REC ORDINÁRIOS

Cáceres- 25 de junho de 2018

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 307 DE 27 DE JUNHO DE 2018.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 27488, de 25 de junho de 2018;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor **REINALDO SEBASTIÃO DIAS DE CARVALHO**, para responder pela Gerência Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência Social, em substituição a titular **CRISTIANE MALHO ABBADE GOUVEIA SEBASTIÃO** que se encontra em gozo de férias, no período de 02 de julho a 31 de julho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de junho de 2018

ELIANE BATISTA

Secretária Municipal de Assistência Social

Afixado em: 27.06.18

CONTRATO DE RATEIO Nº 02/2018

Dispõe a entrega de recursos pelo Município de Cáceres - MT ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso - CISOMT, para a manutenção das atividades do Consórcio.

Pelo presente instrumento, de um lado, denominado **CONTRATANTE: Município de CACERES MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede administrativa a Avenida Brasil, COC - Centro Operacional de Cáceres, bairro Jardim celeste, número 119 inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº. 03.214.145/0001-83, neste ato representando pelo Sr Francis Maris Cruz, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, residente e domiciliado Rua Riachuelo, SN, na cidade de Cáceres - MT, portador da Cédula de Identidade n. º 8.020.161-1 e do CPF n.º 103.605.221.49 e de outro lado, denominado **CONTRATADO**: **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso - CISOMT**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, nº. 490, bairro Jardim Santa Rosa, São José dos Quatro Marcos - MT, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 01.870.663/0001-20, representado neste ato pelo seu Presidente Sr. **RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 631.107.411-72 e RG sob o nº. 961924 SSP/MT, residente e domiciliado na Avenida São Paulo, nº. 185, Centro, no Município de São José dos Quatro Marcos - MT, firmam o presente instrumento que é regido pelas seguintes cláusulas:

Clausula Primeira – DO OBJETO - O presente instrumento tem por objeto o rateio dos custos com a manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso e o cumprimento dos objetivos fixados no Estatuto do CISOMT, em cumprimento às exigências da Lei Federal n. 11.107/05.

Cláusula Segunda – DA CONTRIBUIÇÃO -O Contratante contribuirá obrigatoriamente com o valor mensal correspondente a 1,00 (Um Real) por habitante de seu município, cujo valor será apurado da seguinte forma: multiplica-se o valor ajustado (R$ 1,00) pelo número de habitantes conforme a última divulgação do CENSO-IBGE em 2010, o qual o município de Cáceres corresponde a 91.271 (noventa e um mil e duzentos e setenta e um) habitantes conforme Quantidade estimada pelo IBGE para o ano de 2018.

Cláusula Terceira – DOS RECURSOS – O valor global do presente Contrato para o exercício de 2018 está fixado em R$ 1.095.252,00 (Um milhão e noventa e cinco mil duzentos e cinquenta e dois reais)**,** que serão repassados em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R$: 91.271,00 (noventa e um mil e duzentos e setenta e um real).

Cláusula Quarta – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – As despesas decorrentes deste ato, correrá a conta do orçamento vigente programado para o corrente exercício de 2018, **em Dotação Orçamentária própria do Município**, como segue:

06 - Secretaria Municipal de Saúde

2047 – CONTRIBUIÇÃO AO CISOMT- CONSÓRCIO INTERMUN SAÚDE DE MATO GROSSO

3.1.71.70.00.00 – 283.461,40 (duzentos e oitenta e três mil e quatrocentos e sessenta e um real e quarenta centavos)

3.3.71.70.00.00 – 758.138,60 (setecentos e cinquenta e oito mil cento e trinta e oito reais e sessenta centavos)

4.4.71.70.00.00 – 53.652,00 (cinquenta e três mil e seiscentos e cinquenta e dois reais)

Cláusula Quinta– FORMA DE PAGAMENTO - Os pagamentos serão feitos mediante autorização de débito em conta, a ser realizado até o dia dez de cada mês, em favor da conta corrente n° 34.801-5, da Agência 2505-4 de titularidade do Consórcio Intermunicipal de Saúde Oeste do Mato Grosso - CISOMT, no Bando do Brasil S/A.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA - A vigência deste Contrato será até 31/12/2018.

Cláusula Sétima – O CISOMT fornecerá as informações necessárias para que sejam consolidadas, na conta do Município consorciado, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude deste contrato, de forma que possam ser contabilizadas em suas contas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Parágrafo Único. O CISOMT não poderá aplicar os recursos entregues por meio deste contrato, inclusive os oriundos de transferências ou operações de crédito, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas, nos termos do Art. 15, do Decreto Federal n. 6.017/07.

Clausula Oitava–O atraso no pagamento previsto na Cláusula Segunda acarretará na suspensão dos serviços médicos adquiridos pelo CISOMT, além de tomadas de medidas de cobrança administrativas (abertura de processo administrativo, inscrição no CADIN, entre outras providências) e judiciais, da seguinte forma:

I - Em caso de inadimplência por parte do consorciado, passados vinte dias da data do pagamento do valor mensal e continuando da contribuição sem que este tenha sido efetuado, haverá a incidência de multa mensal de 2% (dois por cento) sobre o valor inadimplido;

II - Havendo inadimplência pelo período de dois meses continuados, além da aplicação da multa precitada, o CISOMT poderá suspender o atendimento médico-hospitalar aos usuários oriundos do Município Consorciado que estiver em estado de inadimplência, sem prejuízo de eventual responsabilização judicial e exclusão do mesmo pelo Conselho de Prefeitos, nos termos do artigo 18, IX e XI, bem como do Capítulo XII do Estatuto Social do CISOMT.

Clausula Nona – Do total de procedimentos médicos (consultas, exames e outros serviços existentes) contratados pelo CISOMT, o Contratante terá direito ao percentual de consultas igual ao percentual de sua população representa na totalidade dos entes consorciados.

Parágrafo Único. Caso haja necessidade de um número de serviços maior do aquele a que tem direito, poderá solicitar agendamento extra, que será concedido nas seguintes condições:

I - Solicitação, por escrito, da especialidade médica pretendida e o número de procedimentos;

II - O pedido será analisado e autorizado pela Secretaria Executiva do CISOMT no prazo de 48(quarenta e oito) horas;

III - O contratante não terá direito aos agendamentos de procedimentos extras, caso esteja inadimplente com as obrigações previstas na Cláusula Segunda;

IV - O CISOMT fará o pagamento dos procedimentos diretamente ao profissional que executar os serviços e emitirá documento de arrecadação correspondente ao número de procedimentos executados, até o limite autorizado, devendo o Município pagar imediatamente após o recebimento;

V – A solicitação por escrito, mencionada na alínea “a”, e o documento de arrecadação emitida, constituirá instrumento de adendo ao presente contrato para todos os fins de direito.

Clausula Décima - Todos os procedimentos médicos disponibilizados pelo CISOMT, agendamentos e forma de execução, serão disciplinados por normativo do CISOMT.

Cláusula Décima Primeira – Aplicam-se ao presente contrato as disposições da Lei n. 11.107/05 e seu Decreto n. 6.017/07, aos casos omissos no presente instrumento.

Cláusula Décima Segunda – Fica responsável pela fiscalização do andamento do presente contrato a Sra Silvia Pereira de Jesus Ortiz.

Cláusula Décima Terceira – As partes elegem o foro da Comarca de São José dos Quatro Marcos – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios, oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem firmes e contratados, firmam o presente instrumento de um só teor, na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram e dão fé.

Cáceres – MT, 29 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE CÁCERES

CNPJ: 03.214.145/0001-83

CPF n.º 103.605.221.49

RG: 8.020.161-1

Prefeito do Município de Cáceres

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE O OESTE DE MATO GROSSO

CNPJ: 01.870.663/0001-20

Ronaldo Floreano dos Santos

RG: 961924 SSP/MT

Presidente CISOMT

Testemunhas:

_____

CPF:

_____

CPF:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N° 38-2018

Interessada: Prefeitura Municipal

Objeto: Registro de preço visando aquisição de **MATERIAIS DE INFORMATICA**, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Cáceres, nas quantidades e especificações detalhadas no Anexo I, do Termo de Referência.

Realização: 17 de julho de 2018 às 09:00 horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma http://bll.org.br/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 29 de junho 2018.

RONALDO DE LIMA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 286/2018

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 02/2018

PROC.ADMINISTR/PROTOCOLO N° 20/2018

PROMOTORA:

ÁGUAS DO PANTANAL–Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-MT

OBJETO:

Pregão Eletrônico com Registro de Preços para**contratação de empresa especializada no fornecimento de** geomembrana de PEAD na quantidade e especificação detalhada no item 1.2 - DETALHAMENTO DO OBJETO do Termo de Referência, parte integrante do presente Edital (Anexo I) com a finalidade de atender as demandas do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, no município de Cáceres/MT.

PLATAFORMA:

BLL-BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES - www.bllcompras.org.br

DATA:

12 de julho de 2018, às 15:00 horas, horário de Brasília-DF

OBSERVAÇÃO:

A pasta contendo o Edital norteador e seus Anexos poderão ser obtidos na Autarquia Municipal **ÁGUAS DO PANTANAL – Serviços de Saneamento Ambiental** de Cáceres, Estado de Mato Grosso, em sua sede, localizada na Rua Antônio João, nº 100 - Centro - CEP 78200-000 – Fones (65) 3223-6900 – 3223-6500, na cidade de CÁCERES-MT, ou baixada no site www.aguasdopantanal.eco.br**.**

LOCAL E DATA:

Cáceres, 29 de junho de 2018.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 51//2018 PREGÃO ELETRÔNICO N° 21-2018 COM REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: SECRETARIA M. DE SAÚDE

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Administração torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Objeto: Registros de Preço para futura e eventual aquisição materiais e odontológico, visando atender as equipes de Saúde Bucal pertencentes ao município de Cáceres - MT. As quantidades constantes do anexo único são estimativas para o consumo anual nas respectivas unidades de saúde, conforme termo de referência.

Empresa Vencedora: **SALVI LOPES & CIA. LTDA CNPJ 82.478.140/0001-34**.

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	UND	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL	MARCA
01	04	Avental, borracha plumbífera, 60 cm, 76 cm, com eqüivalência de 0,50mm de chumbo, c/ protetor de tireóide.	UN	R$467,47	R$1.869,88	N-MARTINS
04	2000	luva cirúrgica, látex natural, 7,50, estéril, comprimento mínimo de 28cm, lubrificada c/ pó bioabsorvível, atóxica, descartável, anatômico, conforme norma abnt c/ abertura asséptica	PARES	R$1,09	R$2.180,00	MAXITEX
05	1000	alginato, tipo II pó, presa normal, pacote com 420 gramas.	GRAMAS	R$14,44	R$14.440,00	MAQUIRA

09	50	Moldeira odontológica, aço inoxidável, p/ moldagem, dentados total, nº 1, superior, adulto, lisa.	UN	R$23,25	R$1.162,50	TECNODENTE
23	100	Bandeja, aço inoxidável, lisa, cerca de 20 x 10 x 1 cm, esterilizável.	UN	R$26,29	R$2.629,00	GOLGRAN
24	100	Pinça odontológica, aço inoxidável, cerca de 17 cm, 317, clínica, p/ algodão, autolavável.	UN	R$10,02	R$1.002,00	CASSIFLEX
25	100	Brunidor odontológico, aço inoxidável, nº 29, acabamento em restaurações de amálgama.	UN	R$7,17	R$717,00	CASSIFLEX
28	30	Cureta periodontal, aço inoxidável, gracey, nº 11-12, cabo oco.	UN	R$31,41	R$942,30	CASSIFLEX
33	50	Tesoura, aço inoxidável, 17 cm, reta romba, mayo stille.	UN	R$40,99	R$2.049,50	ABC
35	100	Porta-agulha, aço inoxidável, mayo hegar, 15 cm.	UN	R$33,59	R$3.359,00	ABC
43	30	Hipoclorito de sódio, solução aquosa, até 2,5% de cloro ativo.	LITRO	R$3,09	R$92,70	CICLOFARMA

Perfazendo o valor total de R$ **Valor Total R$30.443,88(Trinta mil, quatrocentos e quarenta e três reais e oitenta e oito centavos).**

_____

MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT

Secretário Municipal de Saúde

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Empresa: **SALVI LOPES & CIA. LTDA CNPJ 82.478.140/0001-34**.

Representante: VINCIUS LOPES SALVI, RG nº 1.0865451-1, CPF nº 078.204.279-14

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 DE Junho de 2018.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

PORTARIA 286-2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.209 DE 25 DE JUNHO DE 2018

LEI Nº 1.209 DE 25 DE JUNHO DE 2018

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte:

Art.1º. Fica aberto no Orçamento Programa vigente, Lei Municipal nº **1.191/2017 – Lei Orçamentária Anual**, um Credito Adicional Suplementar no valor de **R$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais)** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão	09 – Sec. De Obras e Serviços Públicos
Unid. Orç.	010 – Gab. Sec. E Departamento de Obras e Serviços
Função	15 – Urbanismo
Sub-Função	451 – Infra-Estrutura Urbana
Programa	0008 – Infraestrutura Urbana e Rural com Qualidade
Proj. /Ativ.	1.054 – Implantação/construção e Ampliação de Galerias Pluviais
Elemento	4490510000 – Obras e Instalações
Valor R$	**150.000,00**
Fonte	**124**

Art. 2º. Para amparar o Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes de Excesso de Arrecadação por rubrica, nos termos do artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei 4.320/64, proveniente do Termo de Convênio:

Termo	Objeto	Valor Repasse
Convenio nº 2039/2017 - SECID	EXECUÇÃO DE DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS ATRAVÉS DE BUEIROS CELULARES	150.000,00

Art.3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1.179/2017 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e na Lei Municipal nº. 1.178/2017, que dispõe do PPA - Plano Plurianual 2018/2021, afim de compatibilizar as Metas Físicas e Financeiras integrantes desta Lei.

Art. 4. Esta Lei entrara em vigor na data da sua publicação

Art. 5º. Revogam –se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis – MT, em 25 de junho de 2018.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 1.210 DE 25 DE JUNHO DE 2018

LEI N.º 1.210 DE 25 DE JUNHO DE 2018

Altera a redação da Lei Municipal n.º 653 de 18 de fevereiro de 2004, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Campinápolis/MT e, dá outras providências.

JEOVAN FARIA, Prefeito de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A redação da Lei Municipal n. 653 de 18 de fevereiro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 64. A organização administrativa do PREVI-CAMP compreenderá os seguintes órgãos:

I - Conselho Curador, com funções de deliberação superior;

II - Conselho Fiscal, com função de fiscalização orçamentária de verificação de contas e de julgamento de recursos;

III - Comitê de Investimento, com função de auxiliar o processo decisório quanto à execução da política de investimentos dos recursos previdenciários;

_____

Art. 69-B. O Comitê de Investimentos será composto por 03 (três) membros entre os segurados da Previdência, a serem nomeados pelo Prefeito, todos os direito a voto. Havendo o número superior a três segurados capacitados, certificados, nesta Lei mencionada, estes serão escolhidos em

Assembleia dos segurados por votação. Ficam definidas as seguintes atribuições:

I – analisar a conjuntura, cenários e perspectivas de mercado;

II – traçar estratégias de composição de ativos e sugerir alocação com base noscenários;

III – avaliar as opções de investimentos e estratégias que envolvam compra, venda e/ou renovação dos ativos das carteiras do PREVI-CAMP;

IV - avaliar riscos potenciais;

V - analisar e sugerir políticas e estratégias de investimentos ao Gestor do PREVI-CAMP;

VI - propor alterações na Política de Investimentos.

§ 1º Os membros do Comitê de Investimentos terão mandatos de 03 (três) anos, podendo ser renovados por igual período.

§ 2º O Presidente do Comitê será escolhido por votação dos segurados em Assembleia nas duas hipóteses previstas no caput deste artigo, e, exercerá seu mandato durante o período de validade do Comitê.

§ 3º Os membros do comitê de investimento, necessariamente, deverão estar aprovados em exame de certificado por entidade autônoma com reconhecimento e capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, nos termos da Portaria n. 519/2011 atualizada; caso não haja o número de servidores suficientes com tal qualificação, e enquanto perdurar essa situação, admitir-se-à, excepcionalmente, que somente a maioria dos membros do comitê estejam aprovados por referido exame.

§ 4º O Comitê de Investimentos se reunirá ordinariamente, pelo menos 03 (três) vezes ao ano, ou por convocação extraordinária do Presidente do Comitê, cabendo-lhes especificamente realizar estudos quanto a destinação da aplicação dos recursos previdenciários, de forma a auxiliar na execução da política de investimentos.

§ 5º As decisões referentes a destinação da aplicação dos recursos previdenciário deverão ser registradas em atas e arquivadas junto as demais decisões emitidas pelo Conselho Curador.

§ 6º Os membros do Comitê de Investimentos receberão na forma de *jeton* o valor de R$ 800,00 (oitocentos reais), por comparecimento nas reuniões, limitado a 03 (três) reuniões anuais ordinárias, sendo devido a partir da publicação esta Lei.

§ 7º Quando houver reunião extraordinária convocada pelo Presidente do Comitê de Investimento, em situações de necessidade e urgência devidamente comprovada, os membros do Comitê de Investimentos participantes, também farão jus a *jeton*, limitada a 2 (duas) reuniões extraordinárias anuais.

§ 8º Os membros suplentes do Comitê de Investimentos, se houver, farão jus a percepção do *jeton,* somente quando estiver substituindo o membro titular.

§ 9º Os valores percebidos a título de *jeton*, não integram os vencimentos dos servidores para nenhum efeito.

§ 10 O valor de cada *jeton* será atualizado bienalmente, desde que remetidos para aprovação do Legislativo e homologado pelos Conselhos (Curador e Fiscal), respeitado o limite disponível para despesa administrativa.

Art. 2º As despesas decorrentes da obrigação proposta no artigo 69-B correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, sendo suportado pelo recurso da taxa de administração do PREVI-CAMP.

Art. 3º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, respeitado o disposto no artigo anterior.

Gabinete do Prefeito do Município de Campinápolis/MT, 25 de junho de 2018.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 013/2018

O Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n° 24.772.287/0001-36 solicita o comparecimento, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da publicação do presente EDITAL na imprensa oficial, dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, conforme disposições do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, homologado pelo Decreto Executivo nº 114, de 13 de setembro de 2017, a fim de assumirem sua respectiva função, nos termos que determina as Leis Municipais n° 1.544 de 19 de dezembro de 2012, que reestrutura o Regime Jurídico Administrativo de contratação temporária de pessoal, nº 1873 de 14 de julho de 2017, e suas alterações posteriores, conforme abaixo discriminado, por tempo determinado, para atender interesse público.

CONSIDERANDO: o Memorando nº 459 datado de 25 de junho de 2018, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde;

O não comparecimento do candidato no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.

Cargo: ENFERMEIRO(A) – CENTRO

CLASSIFICAÇÃO	***NOME***
6º	LARISSA JAYNE SOUZA DIAS

Os (as) candidatos (as) aprovados (as) acima relacionados (as) deverão comparecer à Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, no horário de 07h às 11h e de 13 às 15h, munidos dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2017, no prazo legalmente previsto.

Campo Novo do Parecis, aos 28 dias do mês de junho de 2018.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

CPF nº 929.162.010-68

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 02 ao Contrato 21/2017

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x *VETOR SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÕES LTDA*, inscrita no CNPJ sob n° 79.401.188/0001-30

Objeto: Fica incluída ao presente Contrato 01 (uma) Funcionária, para realizar o serviço de limpeza na Unidade de Saúde Básica Olenka, pelo período de **02 de julho de 2018 a 07 de maio de 2019***,* passando para**19 (dezenove) aquantidade total de funcionários** da Contratada a realizar o atendimento*,* nos termos do contrato.

Valor: R$ 42.115,79

Data:29/06/2018

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial n° 033/2017 eAta de Registro de Preços n° 064/2017,

Secretaria: *Secretaria de Saúde*

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 329 DE 29 DE JUNHO DE 2018

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA MARIA DE JESUS DOS SANTOS.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 328, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA MARINETE RODRIGUES DA CRUZ

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 327, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA ELISANDRA BARBOSA DA SILVA.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 115 DE 29 DE JUNHO DE 2018.

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1.902 de 21/12/2017.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 574.990,00 (Quinhentos e setenta e quatro mil e novecentos e noventa reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**	
002.15.451.0005.20128	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A INFRAESTRUTURA	
3390000000	APLICAÇÕES DIRETAS	9.000,00
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
001.10.301.0009.10045	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENÇÃO BÁSICA	
4490000000	APLICAÇÕES DIRETAS	565.890,00
001.10.301.0009.10046	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO NA ATENÇÃO BÁSICA	
4490000000	APLICAÇÕES DIRETAS	100,00
	TOTAL	**574.990,00**

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

002.15.452.0005.20043 MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL E CAPELA MORTUÁRIA

3390000000	APLICAÇÕES DIRETAS	9.000,00
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
001.10.301.0009.10045	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENÇÃO BÁSICA	
4490000000	APLICAÇÕES DIRETAS	100,00
001.10.301.0009.20087	AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DA AT	
4490000000	APLICAÇÕES DIRETAS	300.000,00
001.10.302.0010.10047	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
4490000000	APLICAÇÕES DIRETAS	265.890,00
	TOTAL	**574.990,00**

Art. 3º**.** As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 1.880, de 19 de julho de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018 –LDO, e a Lei Municipal nº 1.902, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2018 –LOA.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 29 de Junho de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 114 DE 29 DE JUNHO DE 2018.

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1.902 de 21/12/2017.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 70.000,00 (Setenta mil reais), destinado ao reforço das seguinte Dotação Orçamentária:

03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**	
001.04.122.0002.20009	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
3390000000	APLICAÇÕES DIRETAS	70.000,00
	TOTAL	**70.000,00**

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os Provenientes do Superávit Financeiro, de acordo com o Artigo 43, do §1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º**.** As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 1.880, de 19 de julho de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018 –LDO, e a Lei Municipal nº 1.902, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2018 –LOA.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 29 de Junho de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2017 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 028/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº. 1.544, de 19 de dezembro de 2012, que reestrutura o Regime Jurídico Administrativo de contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017.

CONSIDERANDO: o Memorando nº 833 datado de 26 de junho de 2018, proveniente da Secretaria Municipal de Educação.

C O N V O C A

O abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado, deverá comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar da data da publicação do Edital de Convocação na imprensa oficial, na Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura, no horário de 7h às 11h e de 13h às 15h, para assumir suas funções, na conformidade da Lei, munido dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 002/2017.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cargo: **AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA**

	CANDIDATO
63°	JOSE JAIME FERREIRA DA SILVA

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis, aos 28 dias do mês de junho de 2018.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

CPF nº 929.162.010-68

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PP 052 2018

AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 052/2018, destinado à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de filmagens, com utilização de drone, para atender as necessidades do Departamento de Comunicação, teve como vencedora a empresa: ANA PAULA DE OLIVEIRA DIAS 36683061840, com o valor total de R$ 21.980,00 (vinte e um mil, novecentos e oitenta reais).

Campo Novo do Parecis - MT, 29 de junho de 2018.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PP 064 2018

AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 064/2018, destinado à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamento e instrumentos musicais para atender as necessidades das Secretarias Municipais, teve como vencedoras as empresas: ELETRONICA BANDERANTES LTDA, com o valor total de R$ 16.887,00 (dezesseis mil, oitocentos e oitenta e sete reais), QUASAR BRASIL INSTRUMENTOS MUSICAIS EIRELI, com o valor total de R$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais).

Campo Novo do Parecis - MT, 29 de junho de 2018.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PP 066 2018

AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 066/2018, destinado à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de lubrificantes e aditivos para atender as necessidades das Secretarias Municipais, teve como vencedoras as empresas: E.M.PUERTA - ME, com o valor total de R$ 259.397,60 (duzentos e cinquenta e nove mil, trezentos e noventa e sete reais e sessenta centavos), M.C. COM. DE PROD. AUTOMOTIVOS LTDA, com o valor total de R$ 158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil reais).

Campo Novo do Parecis - MT, 29 de junho de 2018.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PP 073 2018

AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 073/2018, destinado à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção elétrica e tacógrafos com todos os materiais e peças necessárias para a execução dos serviços, para atender os veículos da frota da Prefeitura Municipal, teve como vencedora a empresa: P. S. BERGAMO - MANUTENCAO - EPP.

Campo Novo do Parecis - MT, 29 de junho de 2018.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
BALANCETE MAIO 2018

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000384 - CENTRO
Telefone (065)3382-1168
funsem@gmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle
Maio / 2018

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1	ATIVO								
1.1	ATIVO CIRCULANTE								
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA								
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL								
1.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDACAO								
1.1.1.1.1.01	CAIXA (F)			157.441,51	748.076,76	157.441,51	748.076,76		
1.1.1.1.1.06	CONTA UNICA RPPS								
1.1.1.1.1.06.01	BANCOS CONTA MOVIMENTO - RPPS (F)	58.549,23		1.263.078,98	7.566.641,40	913.450,80	7.671.372,45	408.177,41	
1.1.1.1.1.50	APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA								
1.1.1.1.1.50.01	TITULOS PUBLICOS (F)	159.338.985,16		306.017,32	10.757.111,92	1.093.401,34	4.949.348,97	158.551.601,14	
1.1.2	CREDITOS A CURTO PRAZO								
1.1.2.1	CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER								
1.1.2.1.1	CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER - CONSOLIDACAO								
1.1.2.1.1.05	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS A RECEBER								
1.1.2.1.1.05.99	OUTRAS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS A RECEBER (P)			624.935,44	2.463.534,22	624.935,44	2.994.895,84		
1.1.2.3	CREDITOS DE TRANSFERENCIAS A RECEBER								
1.1.2.3.3	CREDITOS DE TRANSFERENCIAS A RECEBER - INTER OFSS - UNIAO								
1.1.2.3.3.09	CREDITOS DECORRENTES DE OUTRAS TRANSFERENCIAS (P)			422.533,55	1.665.654,08	422.533,55	1.772.801,03		
1.1.3	DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO								
1.1.3.8	OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO								
1.1.3.8.1	OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAC								
1.1.3.8.1.09	CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALARIO MATERNIDADE PAGO (						415,19		
1.1.4	INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO								
1.1.4.9	(-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS								
1.1.4.9.1	(-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS - (								
1.1.4.9.1.01	(-) AJUSTE DE PERDAS COM TITULOS E VALORES MOBILIARIOS (P)			1.023.401,34	1.031.397,37	1.023.401,34	1.031.397,37		
1.1.5	ESTOQUES								
1.1.5.6	ALMOXARIFADO								
1.1.5.6.1	ALMOXARIFADO - CONSOLIDACAO								
1.1.5.6.1.01	MATERIAL DE CONSUMO (P)	754,80		1.750,38	7.516,86	1.883,03	7.880,11	622,15	
1.2	ATIVO NAO CIRCULANTE								
1.2.3	IMOBILIZADO								
1.2.3.1	BENS MOVEIS								
1.2.3.1.1	BENS MOVEIS - CONSOLIDACAO								
1.2.3.1.1.02	BENS DE INFORMATICA (P)	20.955,00		8.859,00	8.859,00			29.814,00	
1.2.3.1.1.03	MOVEIS E UTENSILIOS (P)	57.040,00			13.600,00	1.530,00	1.530,00	55.510,00	

Emissão: 29/06/2018 12:30:09 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000384 - CENTRO
Telefone (065)3382-1168
funsem@gmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1.2.3.1.1.99	DEMAIS BENS MOVEIS								
1.2.3.1.1.99.99	OUTROS BENS MOVEIS (P)	15.651,10		1.029,00	1.029,00			16.680,10	
1.2.3.2	BENS IMOVEIS								
1.2.3.2.1	BENS IMOVEIS - CONSOLIDACAO								
1.2.3.2.1.01	BENS DE USO ESPECIAL (P)	179.872,25						179.872,25	
1.2.3.2.1.04	BENS DOMINICAIS (P)	1.168.377,00						1.168.377,00	
1.2.3.8	(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS								
1.2.3.8.1	(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS - CONSOLIDAC								
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS (P)		30.496,36	593,47	593,47	1.052,87	4.400,06		30.955,76
1.2.3.8.1.02	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMOVEIS (P)		45.345,60			1.133,64	5.668,20		46.479,24
2	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO								
2.1	PASSIVO CIRCULANTE								
2.1.1	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR								
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR								
2.1.1.1.1	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDACAO								
2.1.1.1.1.01	PESSOAL A PAGAR								
2.1.1.1.1.01.01	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS								
2.1.1.1.1.01.01.01	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS (F)			31.902,28	210.367,35	31.902,28	210.367,35		
2.1.1.2	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR								
2.1.1.2.1	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR - CONSOLIDACAO								
2.1.1.2.1.01	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR								
2.1.1.2.1.01.01	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR (F)		5.044,84	647.070,70	3.009.484,20	642.025,86	2.875.142,75		
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO								
2.1.3.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO								
2.1.3.1.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOL								
2.1.3.1.1.01	FORNECEDORES NACIONAIS								
2.1.3.1.1.01.01	FORNECEDORES NAO PARCELADOS A PAGAR								
2.1.3.1.1.01.01.01	FORNECEDORES NAO PARCELADOS A PAGAR (F)			29.198,33	100.426,91	29.198,33	100.426,91		
2.1.4	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO								
2.1.4.1	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO								
2.1.4.1.1	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO - CONSOLIDACAO								
2.1.4.1.1.11	PIS/PASEP A RECOLHER								
2.1.4.1.1.11.01	PIS/PASEP A RECOLHER (F)			18.759,61	112.780,33	18.759,61	87.545,74		
2.1.8	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO								
2.1.8.1	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES								
2.1.8.1.1	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES - CONSOLIDACAO								
2.1.8.1.1.01	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES (F)					1.319,74	1.319,74		1.319,74
2.1.8.8	VALORES RESTITUIVEIS								

Emissão: 29/06/2018 12:30:09 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000384 - CENTRO
Telefone (065)3382-1168
funsem@gmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.1.8.8.2	VALORES RESTITUIVEIS - INTRA OFSS								
2.1.8.8.2.01	CONSIGNACOES - INTRA OFSS								
2.1.8.8.2.01.01	RPPS - RETENCOES - INTRA OFSS (F)			7.738,62	37.243,07	7.738,62	37.243,07		
2.1.8.8.2.01.03	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES - INTRA OFSS (F)		2.642,51	2.642,51	6.734,23	1.272,67	6.770,90		1.272,67
2.1.8.8.2.01.04	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - INTRA OFSS (F)		91.721,24	91.726,98	179.747,41	48.976,28	228.551,38		48.970,54
2.1.8.8.2.01.99	OUTROS CONSIGNATARIOS - INTRA OFSS (F)		43.274,89	108.883,45	478.721,22	102.131,52	480.975,35		36.522,96
2.1.8.9	OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO								
2.1.8.9.1	OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO - CONSOLIDACAO								
2.1.8.9.1.01	INDENIZACOES E RESTITUICOES								
2.1.8.9.1.01.04	RESTITUICOES DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS								
2.1.8.9.1.01.04.01	RESTITUICOES DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS (F)				556,14		556,14		
2.1.8.9.1.02	DIARIAS A PAGAR								
2.1.8.9.1.02.01	DIARIAS A PAGAR (F)				1.640,00		1.640,00		
2.2	PASSIVO NAO-CIRCULANTE								
2.2.7	PROVISOES A LONGO PRAZO								
2.2.7.2	PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS A LONGO PRAZO								
2.2.7.2.1	PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDA								
2.2.7.2.1.03	PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS								
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS CONCEDIDOS DO PLANO		39.314.728,35						39.314.728,35
2.2.7.2.1.04	PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER								
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS A CONCEDER DO PLANO		141.191.007,34						141.191.007,34
2.2.7.2.1.05	PLANO PREVIDENCIARIO - PLANO DE AMORTIZACAO								
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZACAO (P)	47.226.287,83						47.226.287,83	
2.3	PATRIMONIO LIQUIDO								
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS								
2.3.7.1	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS								
2.3.7.1.1	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDACAO								
2.3.7.1.1.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO						1.762.363,32		
2.3.7.1.1.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		21.302.862,11		1.762.363,32				21.302.862,11
2.3.7.1.2	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS								
2.3.7.1.2.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		607.391,71						607.391,71
2.3.7.1.3	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIAO								
2.3.7.1.3.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	126.840,29						126.840,29	
2.3.7.1.5	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICIPIO								
2.3.7.1.5.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO						1.117,88		
2.3.7.1.5.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.117,88			1.117,88			1.117,88	
3	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA								
3.1	PESSOAL E ENCARGOS								

Emissão: 29/06/2018 12:30:09 Página 3

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000384 - CENTRO
Telefone (065)3382-1168
funsem@gmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL								
3.1.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS								
3.1.1.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CONSC								
3.1.1.1.1.01	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS								
3.1.1.1.1.01.01	VENCIMENTOS E SALARIOS	74.601,89		20.462,39	95.064,28			95.064,28	
3.1.1.1.1.01.21	FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	52.120,88			52.120,88			52.120,88	
3.1.1.2	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS								
3.1.1.2.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS - CONSC								
3.1.1.2.1.01	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS								
3.1.1.2.1.01.01	VENCIMENTOS E SALARIOS	32.967,17		11.439,89	44.407,06			44.407,06	
3.1.1.2.1.01.21	FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	18.775,13			18.775,13			18.775,13	
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS								
3.1.2.2	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS								
3.1.2.2.1	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - CONSOLIDACAO								
3.1.2.2.1.01	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - RGPS	10.713,56			10.713,56			10.713,56	
3.2	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS								
3.2.1	APOSENTADORIAS E REFORMAS								
3.2.1.1	APOSENTADORIAS - RPPS								
3.2.1.1.1	APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDACAO								
3.2.1.1.1.99	OUTRAS APOSENTADORIAS	1.443.334,18		405.258,74	1.848.592,92			1.848.592,92	
3.2.2	PENSOES								
3.2.2.1	PENSOES - RPPS								
3.2.2.1.1	PENSOES - RPPS - CONSOLIDACAO								
3.2.2.1.1.01	PROVENTOS DE PENSOES	352.835,94		87.064,23	439.900,17			439.900,17	
3.2.9	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS								
3.2.9.1	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS - RPPS								
3.2.9.1.1	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS - RPPS - CONSOLIDACAO								
3.2.9.1.1.10	AUXILIO-DOENCA	382.092,40		134.774,31	516.866,71			516.866,71	
3.2.9.1.1.11	SALARIO MATERNIDADE	26.710,80		12.704,62	39.415,42			39.415,42	
3.2.9.9	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS								
3.2.9.9.1	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS - CONSOLIDACAO	17.430,01		2.223,96	19.653,97			19.653,97	
3.3	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO								
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO								
3.3.1.1	CONSUMO DE MATERIAL								
3.3.1.1.1	CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDACAO								
3.3.1.1.1.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	2.465,27		638,95	3.104,22			3.104,22	
3.3.1.1.1.20	MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	430,00			430,00			430,00	
3.3.1.1.1.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	815,32		1.244,08	2.059,40			2.059,40	

Emissão: 29/06/2018 12:30:09 Página 4

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000384 - CENTRO
Telefone (065)3382-1168
funsem@gmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.3.1.1.1.24	MATERIAL P/MANUT. E BENS IMOVEIS/INSTALACOES	1.055,00			1.055,00			1.055,00	
3.3.1.1.1.25	MATERIAL PARA MANUTENCAO DE BENS	550,00			550,00			550,00	
3.3.1.1.1.26	MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	621,49			621,49			621,49	
3.3.2	SERVICOS								
3.3.2.1	DIARIAS								
3.3.2.1.1	DIARIAS - CONSOLIDACAO								
3.3.2.1.1.01	DIARIAS PESSOAL CIVIL								
3.3.2.1.1.01.01	DIARIAS PESSOAL CIVIL - NO PAIS	1.640,00			1.640,00			1.640,00	
3.3.2.2	SERVICOS TERCEIROS - PF								
3.3.2.2.1	SERVICOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDACAO								
3.3.2.2.1.08	LIMPEZA E CONSERVACAO	2.331,60		916,52	3.248,12			3.248,12	
3.3.2.2.1.38	DESPESAS COM LOCOMOCAO			885,00	885,00			885,00	
3.3.2.3	SERVICOS TERCEIROS - PJ								
3.3.2.3.1	SERVICOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDACAO								
3.3.2.3.1.01	CONSULTORIA E ASSESSORIA	6.599,54		2.056,86	8.656,40			8.656,40	
3.3.2.3.1.02	PERICIAS	6.750,00		2.400,00	9.150,00			9.150,00	
3.3.2.3.1.06	MANUTENCAO E CONSERVACAO	2.740,00			2.740,00			2.740,00	
3.3.2.3.1.08	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO, ENERGIA ELETRICA, GAS E OUTROS.	2.879,46		1.033,41	3.912,87			3.912,87	
3.3.2.3.1.10	LOCACOES	7.391,01		4.927,33	12.318,34			12.318,34	
3.3.2.3.1.11	SERVICOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMACAO	16.352,87		3.068,90	19.421,77			19.421,77	
3.3.2.3.1.12	SERVICOS DE TRANSPORTE	99,75			105,00		5,25	99,75	
3.3.2.3.1.46	SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS	984,80		5,70	990,50			990,50	
3.3.2.3.1.51	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	1.059,85		350,43	1.410,28			1.410,28	
3.3.2.3.1.99	OUTROS SERVICOS TERCEIROS - PJ	4.549,53		1.849,53	6.399,06			6.399,06	
3.3.3	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO								
3.3.3.1	DEPRECIACAO								
3.3.3.1.1	DEPRECIACAO - CONSOLIDACAO								
3.3.3.1.1.01	DEPRECIACAO DE IMOBILIZADO								
3.3.3.1.1.01.01	DEPRECIACAO DE BENS MOVEIS	3.347,19		1.052,87	4.400,06			4.400,06	
3.3.3.1.1.01.02	DEPRECIACAO DE BENS IMOVEIS	4.534,56		1.133,64	5.668,20			5.668,20	
3.4	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS								
3.4.1	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS								
3.4.1.1	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA CONTRATUAL INTERNA								
3.4.1.1.5	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA CONTRATUAL INTERNA - INTER OFSS - MUNI								
3.4.1.1.5.02	ENCARGOS DA DIVIDA CONTR.INTERNA INTER OFSS - MUNICIPIO	586,69		66,27	663,91		10,95	652,96	
3.5	TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS								
3.5.1	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS								
3.5.1.2	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORCAME								

Emissão: 29/06/2018 12:30:09 Página 5

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000384 - CENTRO
Telefone (065)3382-1168
funsem@gmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.5.1.2.2	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORCAME								
3.5.1.2.2.02	TRANSFERENCIAS NAO FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE E								
3.5.1.2.2.02.04	DOACOES CONCEDIDAS DE BENS MOVEIS			936,53	936,53			936,53	
3.7	TRIBUTARIAS								
3.7.2	CONTRIBUICOES								
3.7.2.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS								
3.7.2.1.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS - CONSOLIDACAO								
3.7.2.1.1.02	PIS/PASEP	68.786,13		18.759,61	87.545,74			87.545,74	
3.9	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS								
3.9.7	VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISOES								
3.9.7.9	VPD DE OUTRAS PROVISOES								
3.9.7.9.1	VPD DE OUTRAS PROVISOES - CONSOLIDACAO	7.996,03		1.023.401,34	1.031.397,37			1.031.397,37	
3.9.9	DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS								
3.9.9.6	INDENIZACOES E RESTITUICOES								
3.9.9.6.1	INDENIZACOES E RESTITUICOES - CONSOLIDACAO	556,14			556,14			556,14	
4	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA								
4.2	CONTRIBUICOES								
4.2.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS								
4.2.1.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS - RPPS								
4.2.1.1.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS - RPPS - CONSOLIDACAO								
4.2.1.1.1.02	CONTRIBUICAO DO SEGURADO AO RPPS								
4.2.1.1.1.02.01	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR - RPPS		957.967,72			320.857,88	1.278.825,60		1.278.825,60
4.2.1.1.1.02.02	CONTRIBUICAO DO APOSENTADO - RPPS		21.295,18			6.624,29	27.919,47		27.919,47
4.2.1.1.1.02.03	CONTRIBUICAO DE PENSIONISTA - RPPS		546,28			136,57	682,85		682,85
4.2.1.1.2	CONTRIBUICOES SOCIAIS - RPPS - INTRA OFSS								
4.2.1.1.2.01	CONTRIBUICOES PATRONAIS AO RPPS								
4.2.1.1.2.01.01	CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO - RPPS		1.871.537,17			626.845,63	2.498.382,80		2.498.382,80
4.2.1.1.2.03	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA PARA AMORTIZACAO DO DEFICIT ATUARIAL		307.423,27			102.967,20	410.390,47		410.390,47
4.4	VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS								
4.4.5	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS								
4.4.5.2	REMUNERACAO DE APLICACOES FINANCEIRAS								
4.4.5.2.1	REMUNERACAO DE APLICACOES FINANCEIRAS - CONSOLIDACAO		4.957.294,76			304.697,58	5.261.992,34		5.261.992,34
4.6	VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS								
4.6.1	REAVALIACAO DE ATIVOS								
4.6.1.9	REAVALIACAO DE OUTROS ATIVOS								
4.6.1.9.1	REAVALIACAO DE OUTROS ATIVOS - CONSOLIDACAO		555,40				555,40		555,40
5	CONTROLES DA APROVACAO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO								
5.1	PLANEJAMENTO APROVADO								

Emissão: 29/06/2018 12:30:09 Página 6

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000384 - CENTRO
Telefone (065)3382-1168
funsem@gmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
5.1.1	PPA - APROVADO								
5.1.1.1	APROVACAO INICIAL DO PPA	115.035.692,09						115.035.692,09	
5.2	ORCAMENTO APROVADO								
5.2.1	PREVISAO DA RECEITA								
5.2.1.1	PREVISAO INICIAL DA RECEITA								
5.2.1.1.1	PREVISAO INICIAL DA RECEITA BRUTA	23.600.000,00			23.600.000,00			23.600.000,00	
5.2.2	FIXACAO DA DESPESA								
5.2.2.1	DOTACAO ORCAMENTARIA								
5.2.2.1.1	DOTACAO INICIAL								
5.2.2.1.1.01	CREDITO INICIAL	23.600.000,00			23.600.000,00			23.600.000,00	
5.3	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR								
5.3.1	INSCRICAO DE RP NAO PROCESSADOS								
5.3.1.1	RP NAO PROCESSADOS INSCRITOS	46.533,48			46.533,48			46.533,48	
5.3.1.2	RP NAO PROCESSADOS - EXERCICIOS ANTERIORES	2.202,97						2.202,97	
5.3.1.7	RP NAO PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO						46.533,48		
5.3.2	INSCRICAO DE RP PROCESSADOS								
5.3.2.1	RP PROCESSADOS - INSCRITOS	159.576,04			159.576,04			159.576,04	
5.3.2.7	RP PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO						159.576,04		
6	CONTROLES DA EXECUCAO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO								
6.1	EXECUCAO DO PLANEJAMENTO								
6.1.1	EXECUCAO DO PPA								
6.1.1.1	PPA A ALOCAR EM LEIS ORCAMENTARIAS ANUAIS		91.435.692,09		23.600.000,00				91.435.692,09
6.1.1.2	PPA ALOCADO EM LEIS ORCAMENTARIAS ANUAIS		19.038.730,58	551.515,25	5.112.860,87		23.600.076,20		18.487.215,33
6.1.1.3	PPA EXECUTADO		4.561.269,42		76,20	551.515,25	5.112.860,87		5.112.784,67
6.2	EXECUCAO DO ORCAMENTO								
6.2.1	EXECUCAO DA RECEITA								
6.2.1.1	RECEITA A REALIZAR		14.845.427,05	1.362.129,15	10.116.702,10		23.600.000,00		13.483.297,90
6.2.1.2	RECEITA REALIZADA		8.754.572,95			1.362.129,15	10.116.702,10		10.116.702,10
6.2.2	EXECUCAO DA DESPESA								
6.2.2.1	DISPONIBILIDADES DE CREDITO								
6.2.2.1.1	CREDITO DISPONIVEL		19.038.730,58	551.515,25	5.112.860,87		23.600.076,20		18.487.215,33
6.2.2.1.3	CREDITO UTILIZADO								
6.2.2.1.3.01	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR		2.023.011,07	720.613,08	3.259.023,83	551.515,25	5.112.937,07		1.853.913,24
6.2.2.1.3.02	CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDACAO			27.925,33	83.771,85	27.925,33	83.771,85		
6.2.2.1.3.03	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR		5.044,84	725.657,92	3.259.023,83	720.613,08	3.259.023,83		
6.2.2.1.3.04	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO		2.533.213,51		76,20	725.657,92	3.258.947,63		3.258.871,43
6.3	EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR								
6.3.1	EXECUCAO DE RP NAO PROCESSADOS								

Emissão: 29/06/2018 12:30:09 Página 7

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000384 - CENTRO
Telefone (065)3382-1168
funsem@gmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
6.3.1.1	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR		33.354,39	1.273,00	16.655,06		46.533,48		32.081,39
6.3.1.2	RP NAO PROCESSADOS EM LIQUIDACAO			1.273,00	16.655,06	1.273,00	16.655,06		
6.3.1.3	RP NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR			1.273,00	16.655,06	1.273,00	16.655,06		
6.3.1.4	RP NAO PROCESSADOS PAGOS		15.382,06			1.273,00	16.655,06		16.655,06
6.3.1.7	RP NAO PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO								
6.3.1.7.1	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRICAO NO EXERCICIO				46.533,48				
6.3.2	EXECUCAO DE RP PROCESSADOS								
6.3.2.1	RP PROCESSADOS A PAGAR				159.576,04		159.576,04		
6.3.2.2	RP PROCESSADOS PAGOS		159.576,04				159.576,04		159.576,04
6.3.2.7	RP PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO				159.576,04				
7	CONTROLES DEVEDORES								
7.1	ATOS POTENCIAIS								
7.1.2	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS								
7.1.2.3	OBRIGACOES CONTRATUAIS								
7.1.2.3.1	OBRIGACOES CONTRATUAIS - CONSOLIDACAO								
7.1.2.3.1.02	CONTRATOS DE SERVICOS	318.761,55			264.929,02		39.699,40	318.761,55	
7.2	ADMINISTRACAO FINANCEIRA								
7.2.1	DISPONIBILIDADES POR DESTINACAO								
7.2.1.1	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS								
7.2.1.1.1	RECURSOS ORDINARIOS	104.079.048,27					24.926,06	104.079.048,27	
7.2.1.1.2	RECURSOS VINCULADOS	57.924.275,30		1.726.537,81	19.071.753,88	1.387.810,00	9.961.523,09	58.263.003,11	
7.2.1.1.3	RECURSOS EXTRAORCAMENTARIOS	415,19						415,19	
7.9	OUTROS CONTROLES								
7.9.1	RESPONSABILIDADE POR VALORES, TITULOS E BENS								
7.9.1.2	RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TITULOS E BENS								
7.9.1.2.1	CONTROLE DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDIDOS	1.405,00			1.405,00		215,16	1.405,00	
8	CONTROLES CREDORES								
8.1	EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS								
8.1.2	EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS								
8.1.2.3	EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS								
8.1.2.3.1	EXECUCAO DE OBRIGACOES -CONSOLIDACAO								
8.1.2.3.1.02	CONTRATOS DE SERVICOS								
8.1.2.3.1.02.01	A EXECUTAR		298.532,35	9.938,31	69.866,91		264.929,02		288.594,04
8.1.2.3.1.02.02	EXECUTADOS		20.229,20			9.938,31	30.167,51		30.167,51
8.2	EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA								
8.2.1	EXECUCAO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINACAO								
8.2.1.1	EXECUCAO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS								
8.2.1.1.1	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS								

Emissão: 29/06/2018 12:30:09 Página 8

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000384 - CENTRO
Telefone (065)3382-1168
funsem@gmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
8.2.1.1.1.01	RECURSOS DISPONIVEIS PARA O EXERCICIO		157.198.485,45	1.939.325,25	15.099.310,02	1.726.537,81	19.072.245,27		156.985.698,01
8.2.1.1.1.02	RECURSOS DE EXERCICIOS ANTERIORES				415,19				
8.2.1.1.2	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EI								
8.2.1.1.2.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EI		2.056.365,46	721.886,08	3.275.678,89	551.515,25	5.112.937,07		1.885.994,63
8.2.1.1.2.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EI			29.198,33	100.426,91	29.198,33	100.426,91		
8.2.1.1.3	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR L								
8.2.1.1.3.01	COMPROMETIDA POR LIQUIDACAO		5.044,84	726.930,92	3.435.254,93	721.886,08	3.275.678,89		
8.2.1.1.3.02	COMPROMETIDA POR CONSIGNACOES/RETENCOES		137.638,64	210.991,56	702.445,93	161.438,83	754.860,44		88.085,91
8.2.1.1.4	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS UTILIZADA		2.606.204,37		76,20	776.483,65	3.382.764,22		3.382.688,02
8.9	OUTROS CONTROLES								
8.9.1	EXECUCAO DE RESPONSABILIDADE POR VALORES, TITULOS E BENS								
8.9.1.2	EXECUCAO DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TITULOS								
8.9.1.2.1	EXECUCAO DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDIDOS								
8.9.1.2.1.01	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A COMPROVAR		550,00		869,16		1.405,00		550,00
8.9.1.2.1.02	ADIANTAMENTOS A APROVAR				778,80		778,80		
8.9.1.2.1.03	ADIANTAMENTOS APROVADOS		778,80				778,80		778,80
8.9.1.2.1.05	ADIANTAMENTOS EM INDADIMPLENCIA				201,00				
8.9.1.2.1.06	ADIANTAMENTOS CANCELADOS		76,20				76,20		76,20
	Total de Grupo:	**535.519.044,62**	**535.519.044,62**	**15.794.200,82**	**174.850.139,49**	**15.794.200,82**	**174.850.139,49**	**537.166.897,05**	**537.166.897,05**
	Total Geral:	**535.519.044,62**	**535.519.044,62**	**15.794.200,82**	**174.850.139,49**	**15.794.200,82**	**174.850.139,49**	**537.166.897,05**	**537.166.897,05**

Wilson Leal Miranda
Diretor Executivo/Gestor Financeiro

Marcos da Cunha Rufino
Presidente do Conselho Curador

Geissimar Joyce Veiga Mendes
Contadora

Emissão: 29/06/2018 12:30:09 Página 9

Homologado

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 145/2018

PORTARIA Nº 145/2018

O Diretor Executivo do FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1ª Declarar ponto facultativo no âmbito do FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis-MT, no dia 02.07.2018 (segunda – feira), virtude do jogo Brasil x México.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis - MT, 29 de Junho de 2018.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo –FUNSEM

Portaria 1.115/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 082/2018

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, UTENSÍLIOS E UTILIDADES**, na modalidade pregão (presencial) **n° 082/2018** a se realizar no dia **16/07/2018, as 08hr30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 29 de junho de 2018.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 202/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: MANUPA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS LTDA, CNPJ 03.093.776/0001-91

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETA 150 CC, CARRO 1.0 E PICK-UP CABINE SIMPLES E DUPLA - PREGÃO Nº 061/2018.

VIGÊNCIA: 29/06/2018 À 29/06/2019

LOTE 03

DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/ MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
VEÍCULO DE PASSEIO TIPO PICK-UP CABINE SIMPLES.	05	CHEVROLET MONTANA LS 1.4	R$ 57. 200,00	R$ 286. 000,00
Especificações: - Novo (zero quilômetro); - Ano de fabricação/modelo 2018 ou superior; - Com motorização mínima de 1.4 a 1.6;- Bicombustível/flex; - Ar condicionado; - Retrovisores externos com regulagem interna;- Direção hidráulica ou elétrica; - Câmbio manual de no mínimo 5 velocidades a frente e 1 a				

ré;- 02 portas laterais; - Pintura na cor Branca; - Com tapete de borracha;- Com rádio AM/FM e entrada USB; - Protetor de caçamba e cárter; - Com lona marítima;- Trava antifurto para estepe e rodas;- Com 02 (duas) chaves;- Registrado e emplacado no DETRAN;- Com Certificado de Registro e Licenciamento Veicular (CRLV) em nome da Prefeitura Municipal de Campo Verde;- Com manuais do proprietário, de manutenção e de garantia.

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$ 286.000,00 (duzentos e oitenta e seis mil reais).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

CAMPO VERDE, 29 DE JUNHO DE 2018.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 201/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: REAVEL VEÍCULOS EIRELI, CNPJ 30.260.538/0001-04

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETA 150 CC, CARRO 1.0 E PICK-UP CABINE SIMPLES E DUPLA - PREGÃO Nº 061/2018.

VIGÊNCIA: 29/06/2018 À 29/06/2019

LOTE 02

DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/ MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
VEÍCULO DE PASSEIO TIPO SEDAN, MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.0	05 UND	RENAULT LOGAN AUTHENTIQUE	R$ 48.999,80	R$ 244.999,00
Especificações: - Novo (zero quilômetro); - Pintura na cor Branca; - Ano de fabricação/ modelo 2018 ou superior; - Com motorização mínima de 1.0; - Câmbio manual de no mínimo 5 velocidades a frente e 1 a ré;- Airbag duplo (motorista e passageiro); - Bicombustível/flex; - Direção hidráulica ou elétrica; - Alarme e trava elétrica; - Limpador e lavador de para-brisas; - Desembaçador do vidro traseiro; - Ar condicionado; - Retrovisores externos com regulagem interna;- Com 04 portas laterais;- Com tapete de borracha;- Com rádio AM/FM e entrada USB;- Com 02 (duas) chaves;- Protetor de cárter;- Todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN;- Com garantia mínima de 12 meses sem limite de quilometragem;-- Registrado e emplacado no DETRAN;-Com Certificado de Registro e Licenciamento Veicular (CRLV) em nome da Prefeitura Municipal de Campo Verde;- Com manuais do proprietário, de manutenção e de garantia.				

LOTE 04

DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/ MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
VEÍCULO DE PASSEIO TIPO PICK-UP CABINE DUPLA.	05 UND	RENAULT OROCH EXPRESS	R$ 67.799,80	R$ 338.999,00
Especificações: - Novo (zero quilômetro); - Pintura na cor Branca; - Ano de fabricação/ modelo 2018 ou superior; - Com motorização mínima de 1.0; - Câmbio manual de no mínimo 5 velocidades a frente e 1 a ré;- Airbag duplo (motorista e passageiro) - Bicombustível/flex; - Direção hidráulica ou elétrica; - Alarme e trava elétrica; - Limpador e lavador de para-brisas; - Desembaçador do vidro traseiro; - Ar condicionado; - Retrovisores externos com regulagem interna; - Com 04 portas laterais;- Com tapete de borracha;- Com rádio AM/FM e entrada USB;- Com 02 (duas) chaves; - Protetor de cárter;- Todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN;- Com garantia mínima de 12 meses sem limite de quilometragem;-- Registrado e emplacado no DETRAN;-Com Certificado de Registro e Licenciamento Veicular (CRLV) em nome da Prefeitura Municipal de Campo Verde;- Com manuais do proprietário, de manutenção e de garantia.				

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$ 583.998,00 (QUINHENTOS E OITENTA E TRÊS MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

CAMPO VERDE, 29 DE JUNHO DE 2018.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, homologado em 29 de Janeiro de 2018, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, para comparecer(em), no prazo de **05 (cinco) dias** na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde/ MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Supervisão de Recursos Humanos, a fim de apresentar(em) os documentos exigidos para a efetiva contratação, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

II - As contratações dos candidatos convocados abaixo terão prazo determinado de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogados por igual período, a critério da administração, em conformidade com a Lei Municipal N.º 2.317 de 09 de Novembro de 2017, que autorizou a realização do Processo Seletivo;

III - O distrato das contratações originadas desta convocação dar-se-ão por solicitação do CANDIDATO ou da PREFEITURA MUNICIPAL, de forma expressa, com antecedência previa de 15 (quinze) dias. A rescisão efetuar-se-á imediatamente: a) quando terminados os motivos que fundamentam a contratação; b) em hipótese de inadimplemento de qualquer cláusula e/ou condição contratual; c) quando houver paralisação sem justa causa das atividades profissionais por mais de 2 (dois) dias consecutivamente, considerando-se uma única vez dentro do período de vigência do contrato; d) por conveniência ou necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL; e) a anulação acontecerá quando o instrumento estiver em desacordo com a legislação que fundamenta as contratações;

IV - O(s) candidato(s) que deixar(em) de comparecer no prazo acima indicado será preterido do direito de posse, implicando na desistência da vaga.

Campo Verde/MT, 02 de Julho de 2018.

Cargo:**029 - Fiscal**

Colocação	Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final
2	0000002050	NATANAEL SILVA AZEVEDO	17/12/1994	63,00

Cargo:**035 - Dentista**

Colocação	Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final
4	0000002610	VALQUIRIA FERNANDA ERMISDORFF DE SOUZA	11/07/1979	73,00

Cargo:**036 - Enfermeiro**

Colocação	Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final
6	0000000817	ELISMAR DUARTE	10/04/1981	70,00

Cargo:**053 - Professor - Ensino Fundamental II - Língua Portuguesa**

Colocação	Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final
6	0000001192	FRANCIELE MARIA SOUZA CIRILO	18/06/1986	73,00

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 033/2018, DE 29/06/2018, PARA LIMPEZA DOS LOTES VAZIOS E SUJOS, NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE (MT), NO PRAZO MÁXIMO DE 05(CINCO) DIAS.

Campo Verde (MT), 29/06/2018.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 033/2018, DE 29/06/2018, PARA LIMPEZA DOS LOTES VAZIOS E SUJOS, NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE (MT), NO PRAZO MÁXIMO DE 05(CINCO) DIAS.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

A Titular da Secretaria Municipal de Fazenda , nos termos do Decreto º 023/2016, de 23/03/2016, artigo 20, § 1º, 2º e 3º, da Lei complementar nº 45/2014, de 19/12/2014, artigo 331, Tabela de Serviço - VI, § Único, e da Lei complementar nº 018/2009, que altera o artigo 26 da lei complementar nº 001/1994, de 19/12/1994, item XXVII; **NOTIFICA**, os sujeito(s) passivo(s), abaixo relacionados, para que procedam a LIMPEZA DOS LOTES ETERRENOS BALDIOS, no prazo máximo de 05 (CINCO) dias, a contar da publicação deste edital.

O não atendimento ao disposto neste EDITAL, e no prazo previsto, A Prefeitura, executará a limpeza dos respectivos lotes e terrenos baldios, e em sequência efetuará a cobrança de taxa de limpeza ao valor de 2,31 [dois, vírgula trinta e uma] (UPF/CV), por M² [metro quadrado] de cada lote, além de multas ao valor de 05 (CINCO) UPF/MT, por lote, aos proprietários, ficando os mesmos, sujeitos à inscrição em dívida ativa e a imediata execução judicial.

O presente EDITAL intima os sujeito(s) passivo(s), a comparecerem, em dia útil, no horário normal de atendimento, na sede da Secretaria Municipal de Fazenda, deste município, no prazo de **05 (CINCO**) dias, a contar desta publicação, para recurso ou defesa da referida notificação.

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita à intimação no 05 (quinto) dia após a publicação deste Edital.

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

NOME

CPF/CNPJ

Nº DA NOTIFICAÇÃO

DADOS DO IMÓVEL

JOSÉ AMBRÓZIO SOBRINHO

797.777.328-72

433/2018

Quadra: 26 Lote: 04 - Bairro: Estação da Luz - Cidade: Campo Verde (MT) - Área: 450,00 M²

MARIA CÉLIA GIRARD DE PELEBO

104.785.742-15

434/2018

Quadra: 26 Lote: 06 - Bairro: Estação da Luz - Cidade: Campo Verde (MT) -Área: 450,00 M²

VALTENIR ANTÔNIO LARANJEIRA

314.632.151-34

435/2018

Quadra: 18 Lote: 10 - Bairro: Estação da Luz - Cidade: Campo Verde (MT) -Área: 450,00 M²

MARIA AUXILIADORA DA CRUZ CERVELIN

846.178.021-34

436/2018

Quadra: 18 Lote: 11 - Bairro: Estação da Luz - Cidade: Campo Verde (MT) - Área: 450,00 M²

TITULAR DO ÓRGÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

NOME:

PATRÍCIA ALVES DA SILVA

PORTARIA:

410/2014

CARGO:

SECRETÁRIA MUNICIPAL

SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO

(SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA)

NOME:

MÁRCIO R. DA SILVA

MATRÍCULA:

4364

CARGO:

FISCAL MUNICIPAL

DATA DE AFIXAÇÃO:

02/07/2018

DATA DE DESAFIXAÇÃO:

07/07/2018

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO Nº 079/2018

AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO Nº 079/2018

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público a retificação do pregão (presencial) nº **079/2018**:

Onde se lê: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA.**

Leia sê: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA.**

Tendo em vista que não há a necessidade de Republicar o Edital com alteração de prazo, uma vez que a alteração a ser produzida no edital, não afetará a formulação das propostas a serem apresentadas. Campo Verde, 29 de junho de 2018.

Ana Carolina S. Braga Blume

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO Nº 061/2018

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do PREGÃO Nº 061/2018 - *Registro de preço para futura e eventual aquisição de motocicleta 150 cc, carro 1.0 e pick-up cabine simples e dupla:* a empresa MOTO CAMPO PRIMAVERA LTDA, CNPJ 04.074.612/0002-60, sagrou-se vencedora do lote 01 com R$ 50.000,00; REAVEL VEÍCULOS EIRELI, CNPJ 30.260.538/0001-04, foi a vencedora do lote 02 e 04 totalizando R$ 583.998,00; e MANUPA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS LTDA, CNPJ 03.093.776/0001-91, vencedora do lote 03 com R$

286.000,00. Campo Verde, 29 de junho de 2018. Ana Carolina S. Braga Blume – Pregoeira.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

DANIEL FERRAZZO , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 09 da QUADRA 04, LOCALIZADO NA AV MATO GROSSO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 200/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: MOTO CAMPO PRIMAVERA LTDA, CNPJ 04.074.612/0002-60

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETA 150 CC, CARRO 1.0 E PICK-UP CABINE SIMPLES E DUPLA - PREGÃO Nº 061/2018.

VIGÊNCIA: 29/06/2018 À 29/06/2019

LOTE 01

DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
VEICULO TIPO MOTOCICLETA 150	05 UND	HONDA CG START 160 / 2018	R$ 10. 000,00	R$ 50. 000,00
Especificações: Nova (zero quilômetro); - Pintura na cor vermelha; - Ano de fabricação/modelo 2018 ou superior; - Cilindrada mínima de 150 cc; - Sistema de partida elétrica; - Motor 4 tempos; - Roda raiada;- Movida a gasolina ou Biocombustível (flex);- Injeção Eletrônica;- Freio a tambor;- Protetor de motor;- Com 02 (duas) chaves;- Registrado e emplacado no DETRAN;- Com Certificado de Registro e Licenciamento Veicular (CRLV) em nome da Prefeitura Municipal de Campo Verde;- Com manuais do proprietário, de manutenção e de garantia.				

RVALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

CAMPO VERDE, 29 DE JUNHO DE 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE "APOSTILAMENTO" DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2018.

DA ESPÉCIE: Manutenção do Equilíbrio econômico-financeiro.

DO OBJETO: Registro de preços para aquisição de alimentos perecíveis, conforme pregão presencial "SRP" 04/2018.

DO VALOR:

ITEM 16 – Beterraba - ótima qualidade, fresca, compacta e firme, isenta de enfermidade e sujidades, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida

Valor atual Registrado: R$ 2,40 (Dois Reais e Quarenta centavos).

Valor Reajustado: R$ 4,82 (Quatro Reais e oitenta e dois Centavos).

ITEM 28 Frango semi-processado em peca, congelado, coxa e sobrecoxa, com aspecto cor, cheiro e sabor próprios, sem manchas e parasitas, acondicionado em saco plástico polietileno, transparente atóxico, peso ente 200 a 250 gramas por unidade.

Valor atual Registrado: R$ 5,20 (Cinco Reais e Vinte centavos).

Valor Reajustado: R$ 6,98 (Seis Reais e Noventa e oito Centavos).

ITEM 29 – Frango semi-processado inteiro, congelado, com aspecto cor e cheiro próprio, sem manchas, acondicionado em saco plástico transparente e atóxico, peso 2,0 a 2,5 kg

Valor atual Registrado: R$ 5,20 (Cinco Reais e Vinte centavos).

Valor Reajustado: R$ 5,95 (Cinco Reais e Noventa e cinco Centavos).

ITEM 32– Cebola - branca, de primeira qualidade, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isenta de sujidades, parasitas e larvas, acondicionamento adequado, em saco de polietileno.

Valor atual Registrado: R$ 3,05 (Três Reais e Cinco Centavos).

Valor Reajustado: R$ 7,40 (Sete Reais e Quarenta Centavos).

ITEM 33– Cenoura de primeira, sem rama, fresca, compacta e firme, sem lesões de origem sem rachaduras, sem danos físicos e mecânicos, devendo ser bem desenvolvidas, acondicionada em embalagem apropriada para entrega em saco plástico atóxico, peso por quilo.

Valor atual Registrado: R$ 2,80 (Dois Reais e oitenta centavos).

Valor Reajustado: R$ 3,60 (Três Reais e sessenta Centavos).

ITEM 48– Maça - vermelha grande, nacional, de primeira, apresentando tamanho, cor e conformação uniforme, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa intacta e firme.

Valor atual Registrado: R$ 3,98 (Três Reais e Noventa e oito centavos).

Valor Reajustado: R$ 4,98 (Quatro Reais e Noventa e oito Centavos).

ITEM 56– Queijo - tipo mussarela, embalado em plástico inviolável, selado a vácuo.

Valor atual Registrado: R$ 23,00 (Vinte e Três Reais).

Valor Reajustado: R$ 29,50 (Vinte e Nove Reais e Cinquenta Centavos).

ITEM 66– Repolho Branco in Natura, tamanho médio, folhas verdes firmes não murchas, sem cortes e defeitos, livre de insetos e danos aparentes.

Valor atual Registrado: R$ 3,00 (Três Reais).

Valor Reajustado: R$ 3,59 (Três Reais e Cinquenta e Nove Centavos).

ITEM 71– Tomate - salada, extra, graúdo, com polpa firme e intacta, isento de enfermidades material terroso e umidade externa anormal, livres de resíduos de fertilizantes sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica, rachaduras e cortes.

Valor atual Registrado: R$ 5,35 (Cinco Reais e Trinta e cinco centavos).

Valor Reajustado: R$ 6,35 (Seis Reais e Trinta e cinco Centavos).

ASSINAM: – JOSE ODIL DA SILVA Prefeito Municipal / CONTRATANTE, e a empresa NOVA AURORA COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME, CNPJ: 03.942.193/0001-98 /CONTRATADA

RESOLUÇÃO Nº 012/2018/CMS DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre Emenda Parlamentar Federal para Aquisição de Equipamentos/Material Permanente para Atenção Básica

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS DE JÚLIO, no uso de suas atribuições legais e considerando**:**

I. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990,** d*ispõe* sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

II. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990,** d*ispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e* sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

III. **Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011,** regulamenta e Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

IV. **Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012,** regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

V. **Portaria nº 3.134, de 17 de dezembro de 2013,** dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de investimento do Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e cria a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis para o SUS (RENEM) e o Programa de Cooperação Técnica (PROCOT) no âmbito do Ministério da Saúde;

VI. **Portaria nº 1.631, de 1 de outubro de 2015,** que aprova critérios e parâmetros para o planejamento e programação de ações e serviços de saúde no âmbito do SUS;

CONSIDERANDOas deliberações do Conselho Municipal de Saúde de acordo com a **6ª Reunião ordinária, realizada em 25 de junho de 2018**;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a proposta n.º 11381.070000/118001, referente a Emenda Parlamentar Federal nº 28250008, no valor de R$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta mil reais) do Deputado Federal Ságuas Moraes para Aquisição de Equipamentos/Material Permanente para Atenção Básica, para o Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, Região de Saúde Sudoeste Mato-grossense.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Campos de Júlio – MT, 25 de junho de 2018.

_____

Luciana Rossato Morais

Presidente

Conselho Municipal de Saúde

Homologação:

_____

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

RESOLUÇÃO N.º 012/2018/CMS DE 25 DE JUNHO DE 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE	**PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE Nº. DA PROPOSTA: 11381.070000/1180-01**

IDENTIFICAÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE		
CNPJ 11.381.070/0001-53	**NOME DO FUNDO DE SAÚDE** FUNDO MUNCIPAL DE SAUDE DE CAMPOS DE JULIO	
Endereço Completo VALDIR MASUTTI - BOM JARDIM	**EA** MUNICIPAL	**Tipo** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
CEP 78307000	**UF** MT	**Município** CAMPOS DE JULIO

TIPO DO RECURSO DA PROPOSTA
Recurso de Emenda Parlamentar 28250008 - R$ 150.000,00 - SÁGUAS MORAES

DADOS DA(S) UNIDADE(S) ASSISTIDA(S)			
Nome:	**USF 1 GOVERNADOR DANTE DE OLIVEIRA**		
Tipo Unidade:	**CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA**		
CNPJ:	01.614.516/0001-99	**CNES:**	**6824498**
Endereço:	RUA VOLMIR TABORDA CAMARA - CENTRO, CEP:78307000		
Nome:	**USF 2 SENADOR JONAS PINHEIRO**		
Tipo Unidade:	**CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA**		
CNPJ:	01.614.516/0001-99	**CNES:**	**6825060**
Endereço:	RUA NICO BARACAT - VILA NOVA, CEP:78307000		

OBJETO DA PROPOSTA
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA			
UNIDADE ASSISTIDA:	USF 1 GOVERNADOR DANTE DE OLIVEIRA	**CNES:**	6824498
INFORME A MOTIVAÇÃO DA AQUISIÇÃO SOLICITADA.			
DESGASTE DE VIDA ÚTIL DO EQUIPAMENTO E/OU MATERIAL PERMANENTE			
INDICAR O PAPEL DO MUNICÍPIO NO PDR.			
ADSCRITO			
INFORME A CAPACIDADE INSTALADA NO MUNICÍPIO, DISPONIBILIZADA PARA O SUS, REFERENTE AO ITEM SOLICITADO, CONSIDERANDO OS PARÂMETROS RECOMENDADOS NA PT GM/MS 1101, 12 DE JUNHO DE 2002, INCLUÍDO INFORMAÇÃO SOBRE OS MUNÍCIPIOS ADSCRITOS.			
OS EQUIPAMENTOS SÃO NECESSÁRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ESF/ESB E REALIZAR ATENDIMENTO EM LOCALIDADES AFASTADAS.			
INFORME A POPULAÇÃO ASSISTIDA RESIDENTE E REFERENCIADA.			
4000, 0			
INDICAR AS CONDIÇÕES DA ESTRUTURA FÍSICA ATUAL PARA INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO E/OU MATERIAL PERMANENTE SOLICITADO.			
EM CONDIÇÕES DE RECEBER O EQUIPAMENTO E/OU MATERIAL PERMANENTE			
EXISTEM PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO E EMISSÃO DE LAUDO?			
SIM			
INFORME A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS, DEPOIS DO PRAZO DE GARANTIA.			
SERVIÇO TERCEIRIZADO LOCAL			

JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA			
UNIDADE ASSISTIDA:	USF 2 SENADOR JONAS PINHEIRO	**CNES:**	6825060
INFORME A MOTIVAÇÃO DA AQUISIÇÃO SOLICITADA.			
DESGASTE DE VIDA ÚTIL DO EQUIPAMENTO E/OU MATERIAL PERMANENTE			
INDICAR O PAPEL DO MUNICÍPIO NO PDR.			
ADSCRITO			
INFORME A CAPACIDADE INSTALADA NO MUNICÍPIO, DISPONIBILIZADA PARA O SUS, REFERENTE AO ITEM SOLICITADO, CONSIDERANDO OS PARÂMETROS RECOMENDADOS NA PT GM/MS 1101, 12 DE JUNHO DE 2002, INCLUÍDO INFORMAÇÃO SOBRE OS MUNÍCIPIOS ADSCRITOS.			
OS EQUIPAMENTOS SÃO NECESSÁRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ESF/ESB E REALIZAR ATENDIMENTO EM LOCALIDADES AFASTADAS.			
INFORME A POPULAÇÃO ASSISTIDA RESIDENTE E REFERENCIADA.			
4000, 0			
INDICAR AS CONDIÇÕES DA ESTRUTURA FÍSICA ATUAL PARA INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO E/OU MATERIAL PERMANENTE SOLICITADO.			
EM CONDIÇÕES DE RECEBER O EQUIPAMENTO E/OU MATERIAL PERMANENTE			
EXISTEM PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO E EMISSÃO DE LAUDO?			
SIM			
INFORME A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS, DEPOIS DO PRAZO DE GARANTIA.			
SERVIÇO TERCEIRIZADO LOCAL			

EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE

UNIDADE ASSISTIDA: USF 1 GOVERNADOR DANTE DE OLIVEIRA
Ambiente: Ambiente Multidisciplinar da Atenção Básica

Nome do Equipamento	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
Manovacuômetro	1	1.600,00	1.600,00
Característica Física	**Especificação**		
TIPO	ANALÓGICO		
Especificação Técnica			

Nome do Equipamento	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
Balança Digital Portátil	1	1.300,00	1.300,00
Característica Física	**Especificação**		
MODO DE OPERAÇÃO	DIGITAL		
CAPACIDADE MÁXIMA DE PESAGEM	NO MÍNIMO 200 KG		
MATERIAL DE CONFECÇÃO	ESTRUTURA EM AÇO		
PESO LÍQUIDO DA BALANÇA	MÁXIMO 6 KG		
DISPLAY INTEGRADO	POSSUI		
TARA	POSSUI		
Especificação Técnica			

Nome do Equipamento	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
Oxímetro de Pulso	1	2.500,00	2.500,00
Característica Física	**Especificação**		
TIPO	PORTÁTIL (DE MÃO)		
SENSOR DE SpO2	01		
Especificação Técnica			

Nome do Equipamento	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
Dermatoscópio	1	2.600,00	2.600,00
Característica Física	**Especificação**		
AUMENTO	10 X		
ILUMINAÇÃO	LED		
Especificação Técnica			

Nome do Equipamento	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
BIPAP	1	5.500,00	5.500,00
Característica Física	**Especificação**		
ALARMES	POSSUI		
UMIDIFICADOR PERMANENTE	POSSUI		
MÁSCARA NASAL	POSSUI		
MÁSCARA FACIAL	NÃO POSSUI		
RISE TIME	POSSUI		
VENTILAÇÃO DE BACKUP	POSSUI		
PRESSÃO MÁXIMA	MÍNIMO DE 20 cmH2O		
Especificação Técnica			

Total	Qtd. Total	Valor Total (R$)
	5	**13500**

UNIDADE ASSISTIDA: USF 2 SENADOR JONAS PINHEIRO			
Ambiente: Unidades Móveis para Transporte de Equipes			
Nome do Equipamento	**Qtd.**	**Valor unitário (R$)**	**Valor total (R$)**
Veículo Pick-up Cabine Dupla 4x4 (Diesel)	1	120.000,00	120.000,00
Característica Física	**Especificação**		
FREIOS ABS E AIRBAG DUP	POSSUI		
ACESSÓRIOS2	NÃO POSSUI		
ACESSÓRIOS3	PROTETOR DE CAÇAMBA		
ACESSÓRIO 1	ESTRIBOS LATERAIS		
MOTORIZAÇÃO	MÍNIMO DE 140 CV		
CÂMBIO	MANUAL		
CAPACIDADE	05 LUGARES		
AR CONDICIONADO	POSSUI		
TRIO ELÉTRICO (TRAVA, VIDRO, ALARME)	POSSUI		
TIPO DE DIREÇÃO	HIDRÁULICA / ELÉTRICA		
Especificação Técnica			
Ambiente: Ambiente Multidisciplinar da Atenção Básica			
Nome do Equipamento	**Qtd.**	**Valor unitário (R$)**	**Valor total (R$)**
Consultório Odontológico Portátil	1	16.500,00	16.500,00
Característica Física	**Especificação**		
COMPRESSOR ISENTO DE ÓLEO	POSSUI		
FOCO REFLETOR PORTÁTIL	POSSUI		
SERINGA TRÍPLICE	POSSUI		
BANQUETA	POSSUI		
CADEIRA ODONTOLÓGICA	POSSUI		
SUGADOR	POSSUI		
EQUIPO	POSSUI		
Especificação Técnica			

Total	Qtd. Total	Valor Total (R$)
	2	**136.500,00**

QUANTIDADE E VALOR TOTAL DOS EQUIPAMENTOS APRESENTADOS	
QTD. TOTAL	**VALOR TOTAL (R$)**
7	**150.000,00**

DADOS BANCÁRIOS	
CÓDIGO	**BANCO**
104	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
AGÊNCIA	**NOME**
046434	CAMPOS DE JULIO
ENDEREÇO	
AV VALDIR MASSUTTI, S/N CENTRO CEP:78307000	

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE "APOSTILAMENTO" DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2018.

DA ESPÉCIE: Manutenção do Equilíbrio econômico-financeiro.

DO OBJETO: Registro de preços para aquisição de alimentos não perecíveis, conforme pregão presencial "SRP" 01/2018.

DO VALOR:

ITEM 22 –Biscoito amanteigado doce de farinha de trigo (enriquecida com ferro e ácido fólico), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, manteiga, leite em pó integral, amido de milho e/ou féculas de arroz ou mandioca, açúcar invertido, sal refinado, fermentos químicos (bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, pirosfosfato ácido de sódio), estabilizante lecitina de soja, aromatizantes pacote de 400 gramas

Valor atual Registrado: R$ 3,85 (Três Reais e oitenta e cinco centavos).

Valor Reajustado: R$ 4,79 (Quatro Reais e setenta e nove Centavos).

ITEM 26 Biscoito água e sal tipo cream cracker, de qualidade igual ou superior as marcas LIANE, Vitarella ou Dallas, 400 gramas.

Valor atual Registrado: R$ 2,45 (Dois Reais e Quarenta e cinco centavos).

Valor Reajustado: R$ 3,90 (Três Reais e Noventa Centavos).

ITEM 36 – Cereal infantil para complementar a alimentação de crianças a partir do 6º mês, e contem nutripro tect: uma combinação de nutrientes essenciais, com vitaminas e um tipo de ferro de melhor absorção, lata com no mínimo 400 gramas de sabores diversos

Valor atual Registrado: R$ 7,19 (Sete Reais e Dezenove centavos).

Valor Reajustado: R$ 8,73 (Oito Reais e Setenta e tres Centavos).

ITEM 73– Leite condensado, composto de leite integral, açúcar e lactose (tradicional), de consistência cremosa e textura homogênea, o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde acondicionada embalagem contendo 395 gramas

Valor atual Registrado: R$ 2,98 (Dois Reais e Noventa e oito Centavos).

Valor Reajustado: R$ 3,59 (Três Reais e Cinquenta e nove Centavos).

ITEM 76– Leite desnatado uht longa vida – 1lt**.**

Valor atual Registrado: R$ 2,59 (Dois Reais e cinquenta e Nove centavos).

Valor Reajustado: R$ 3,29 (Três Reais e vinte e nove Centavos).

ITEM 79– Leite integral UHT longa vida 1 litro.

Valor atual Registrado: R$ 2,59 (Dois Reais e cinquenta e Nove centavos).

Valor Reajustado: R$ 3,29 (Três Reais e vinte e nove Centavos).

ITEM 95– Óleo de soja refinado tipo I - Validade de no mínimo 06 meses em embalagem pet com 900 ml.

Valor atual Registrado: R$ 3,25 (Três Reais e Vinte e Cinco Centavos).

Valor Reajustado: R$ 3,34 (Três Reais e Trinta e Quatro Centavos).

ASSINAM: – JOSE ODIL DA SILVA Prefeito Municipal / CONTRATANTE, e a empresa NOVA AURORA COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME, CNPJ: 03.942.193/0001-98 /CONTRATADA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 04/2018

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, torna público que não compareceram interessados na sessão de julgamento da TOMADA DE PREÇOS nº 04/2018, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando selecionar a melhor proposta de empresa especializada para execução de obra de pavimentação asfáltica, calçamento e sinalização das vias urbanas, conforme projetos e planilhas, com abertura em 04/06/2018 as 08h00 (oito horas) do horário local., em estrita observância aos termos do edital e seus anexos. Por esta razão, fica remarcada a data de abertura para o dia 17/07/2017, às 08h00 (oito horas) do horário local, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Av. Valdir Masutti, nº 779W, Bom Jardim. Os interessados poderão retirar o edital e seus anexos (por meios digitais) na Prefeitura Municipal - MT, no Departamento de Licitações e Contratos, de segunda à sexta, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, ou no site www.camposdejulio.mt.gov.br. Permanecem inalteradas as demais disposições editalícias. Quaisquer informações, entrar em contato pelo telefone (65) 3387 – 2800 ou pelo e-mail: licitacao2@camposdejulio.mt.gov.br. Licitacao3@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 29 de junho de 2018.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 217/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA N. 217/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal **VANESSA LUCAS PEREIRA SANTOS,** matrícula 1840, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social.

PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS
15/05/2016 Á 14/05/2017
PERÍODO DO GOZO DE FERIAS
01/07/2018 À 30/07/2018

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 29 de junho de 2018.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 211/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA N. 211/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal, Sr. **ABADIO DE SOUZA COIMBRA,** matrícula 458, ocupante do cargo de vigilante, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS
01/01/2017 Á 31/12/2017
PERÍODO DO GOZO DE FERIAS
01/07/2018 À 30/07/2018

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 29 de Junho de 2018.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 212/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA N. 212/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal, Sr.ª **MARINES PEDROSA DOS SANTOS,** matrícula 681, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS
22/04/2016 Á 21/04/2017
PERÍODO DO GOZO DE FERIAS
01/07/2018 À 30/07/2018

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 29 de Junho de 2018.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 213/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA N. 213/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal, Sr. **ISRAEL FERREIRA LOPES,** matrícula 1852, ocupante do cargo de vigilante, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS
15/05/2016 Á 14/05/2017
PERÍODO DO GOZO DE FERIAS
01/07/2018 À 30/07/2018

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 29 de Junho de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 214/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA N. 214/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal, Sr.ª **TATYELLEN FERREIRA DIAS,** matrícula 1809, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS
06/02/2017 Á 05/02/2018
PERÍODO DO GOZO DE FERIAS
01/07/2018 À 30/07/2018

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 29 de Junho de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 215/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA N. 215/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal **JOANA D'ARC RIBEIRO DE SOUZA** matrícula 191, ocupante do cargo de ACS - Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS
01/06/2016 Á 31/05/2017
PERÍODO DO GOZO DE FERIAS
01/07/2018 À 30/07/2018

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 29 de Junho de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 226/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA N. 226/2018, de 29 de Junho de 2018.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1°. Nomear **JUCERLEI BONATTO**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1047478-1, emitido por SEJUS/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 770.870.891-53, para exercer o cargo de Fiscal da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 017/2018,** a presente ata de registro de preços tem por abjeto a futura e eventual contratação de empresa para a prestação de serviço de coleta, transporte e destinação de final de resíduos sólidos urbanos, não perigosos e entulhos nas ruas do DISTRITO DE PRIMAVERA DO FONTOURA no Município De Canabrava Do Norte - MT, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras, pelo período de 12 (doze) meses.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 29 de Junho de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 219/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA N. 219/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.”

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal,Sr.ª **PATRICIA DE OLIVEIRA SOUZA** matrícula 1847, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS
15/05/2016 Á 14/05/2018
PERÍODO DO GOZO DE FERIAS
01/07/2018 À 30/07/2018

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 29 de Junho de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 225/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA N. 225/2018, de 29 de Junho de 2018.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1°. Nomear **ROSANIA PEREIRA RAMOS**, brasileira, solteira, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 4880934, emitido por SSP/GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 025.236.521-61, para exercer o cargo de Fiscal da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 023/2018,** a presente ata de registro de preços tem por objeto a futura e eventual contratação de empresa para a prestação de serviço de locação de tendas, para atender as demandas das Secretaria Municipais de Canabrava do Norte –MT pelo período de 12 (doze) meses.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 29 de Junho de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 216/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA N. 216/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal **DIOMAR ALVES CORREIA** matrícula 455, ocupante do cargo de ACS - Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS
01/06/2016 Á 31/05/2017
PERÍODO DO GOZO DE FERIAS
01/07/2018 À 30/07/2018

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 29 de Junho de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.224/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA N.224/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais "frias" ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. **RUTH FERREIRA CAMPOS**, brasileira, divorciada, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1600469-8, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 021.678.781-50, para exercer o cargo de Fiscal da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 022/2018,** a presente ata de registro de preços tem por abjeto a futura e eventual contratação de pessoa jurídica, para a prestação de serviço de manutenção, instalação e configuração de computadores, roteadores, periféricos e rede de internet do Gabinete do Prefeito e das Secretarias municipais de Canabrava do Norte- MT, pelo período de 12(doze) meses.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 29 de Junho de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.223/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA N.223/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. **RUTH FERREIRA CAMPOS**, brasileira, divorciada, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1600469-8, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 021.678.781-50, para exercer o cargo de Fiscal do Contrato **CPL 003/2018,** o presente contrato tem por abjeto a aquisição de combustível, para atender os veículos da Frota municipal de Canabrava do Norte, para consumo previsto para 30 (trinta) dias o contrato celebrado entre Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa POSTO TIGRÃO – LTDA.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 29 de Junho de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 222/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA N. 222/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1°. Nomear **IURE FERREIRA PERES**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 238.769-05 emitido por SEJSP//MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 064.535.861-67, como Fiscal do Contrato, da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 024/2018,** que tem como objeto possível e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte Escolar na Zona Rural, neste município, por item e rota com valores por km, conforme constante no termo de referência – anexo I do edital, para atender as Demandas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 29 de Junho de 2018**.**

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 221/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA N. 221/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1°. Nomear **REINAIR DA HORA TRINDADE DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1467472-6, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 943.488.981-20, para exercer o cargo de Fiscal do Contrato **CPL 031/2018** o presente contrato tem por abjeto a **AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA TIPO A, PARA SIMPLES REMOÇÃO, 0 km, NA COR BRANCA, PARA O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE-MT, NOS TERMOS DA PROPOSTA ADJUDICADA NOS AUTOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2017, REALIZADO PELA PREFEITURA DE VILLA BELA DE SANTISSIMA TRINDADE/ MT,** o contrato celebrado entre Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA.**

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte-MT, em 29 de Junho de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 220/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA N. 220/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal,Sr.ª **SARA SILVA TRINDADE DE MEDEIROS,** matrícula 1923, ocupante do cargo de Secretária Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social.

PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS
01/01/2017 Á 31/12/2017
PERÍODO DO GOZO DE FERIAS
01/07/2018 À 30/07/2018

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 29 de Junho de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 218/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA N. 218/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal **HELENA MARIA DA SILVA BARBOSA,** matrícula 497, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social.

PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS
01/01/2017 Á 31/01/2017
PERÍODO DO GOZO DE FERIAS
01/07/2018 À 30/07/2018

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 29 de junho de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
PORTARIA Nº328/2018

De 21 de junho de 2018.

Altera Período de férias da servidora VALDIRENE SEVERINA GONZAGA e da outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º – Alterar período de gozo de férias da servidora Valdirene Severina Gonzaga agendada por meio da portaria n° 768/2017 de 18 de dezembro de 2017,para 05 de novembro de 2018 a 04 de dezembro de 2018.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será pagos 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 21 de junho de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº308/2018

20 de junho de 2018.

CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL **DAMIÃO NETO ALVES GUIMARÃES** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º – Conceder férias regulamentares para o Servidor Damião Neto Alves Guimarães,por um período de 30 dias,20dias serão usufruidas nos periodos abaixo descriminados,e 10 dias serão convertidos em abono pecuniário.

Gozo de 20 dias,02/07/2018 a 21/07/2018.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 28/01/2017 a 27/01/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 20 de junho de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº313/2018

De 20 de junho de 2018.

Exonerar Servidora a pedido.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar Raquel Lu de Lima Silva, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Assistência Administrativa,da Lei Complementar nº 156/2017, de 22 de março de 2017.Apartir de 03/04/2018.

2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação,com efeitos retroativos a 11/06/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 20 de junho de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal de Canarana

GABINETE
PORTARIA Nº 319/2018

20 de junho de 2018.

Dispõe sobre Licença Prêmio.

O Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, Sr. Fábio Marcos Pereira de Faria, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Cleidiane dos Santos Silva ocupante do cargo de Controladora Interna. Matricula n°5365 lotada na Secretaria Municipal de Gabinete, três (03) meses de Licença Prêmio por assiduidade, conforme dispõe legislação supramencionada, no período de 01 de dezembro de 2018 á 28 de fevereiro de 2019, relativo ao quinquênio de 2009 a 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana MT, 20 de junho de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº316/2018

20 de junho de 2018.

ALTERAR FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL **LUISA RODRIGUES** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º – Alterar férias regulamentares,agendada através da Portaria 016/2018 de 16 de janeiro de 2018, para a Servidora Luisa Rodrigues,por um período de 30 dias,20dias serão usufruidas nos periodos abaixo descriminados,e 10 dias serão convertidos em abono pecuniário.

Gozo de 20 dias,02/07/2018 a 21/07/2018.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 20 de junho de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº315/2018

20 de junho de 2018.

CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL **RAIMUNDO JOÃO SOARES BARROS** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º – Conceder férias regulamentares para o Servidor Raimundo João Soares Barros,por um período de 30 dias,20dias serão usufruidas nos periodos abaixo descriminados,e 10 dias serão convertidos em abono pecuniário.

Gozo de 20 dias,16/07/2018 a 04/08/2018.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 09/01/2016 a 08/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 20 de junho de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº318/2018

20 de junho de 2018.

CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL **MARIA DO SOCORRO PINHEIRO DOS SANTOS** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º – Conceder férias regulamentares para a Servidora Maria do Socorro Pinheiros dos Santos,por um período de 30 dias,20dias serão usufruidas nos periodos abaixo descriminados,e 10 dias serão convertidos em abono pecuniário.

Gozo de 10 dias,10/07/2018 a 19/07/2018.

Gozo de 10 dias, 10/09/2018 a 19/09/2019.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende A 15/06/2017 a 14/06/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 20 de junho de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.373 DE 26 DE JUNHO DE 2018

(Projeto de Lei nº034/2018 de autoria do Executivo).

Dispõe sobre a criação da verba denominada **Plantão de Fiscalização**, destinados exclusivamente aos servidores lotados na Secretaria de Finanças do Município de Canarana-MT e dá outras providências

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Fica criada a verba denominada “Plantão de Fiscalização” destinada exclusivamente aos servidores lotados na Secretaria de Finanças.

§ 1º Um plantão fiscal corresponderá a uma carga de 24 (Vinte e quatro) horas contínuas em serviço.

§ 2º Cada servidor da Secretaria de Finanças poderá perfazer durante o mês até 06 (seis) plantões de 24 (vinte e quatro) horas cada, em conformidade com a escala de plantões elaborada pela Secretaria de Finanças.

§ 3º O valor de cada plantão de 24 (vinte e quatro) horas será de R$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais).

Art.2º - O Servidor beneficiário da verba denominada plantão de fiscalização não terá direito a verba indenizatória criada pela Lei Municipal n. º 1. 215 de 04 de novembro de 2015.

Art.3º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta do Orçamento Anual do Município.

Art.4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, 26 de junho de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 306/2018

20 de junho de 2018.

CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL **NILSON LEHNEN** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor Nilson Lehnenpor um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 02 de julho de 2018 a 31 de julho de 2018.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende A 22/01/2017 a 21/01/2018.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 20 de junho de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 287/2018

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 287/2018, PUBLICADA NO TRIBUNAL DE CONTAS. NUMERO DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADUAL, 2.998 DO DIA 13/06/2018.

Onde se lê:

Art. 1° - Conceder férias regulamentares a servidora Gleicekele Rodrigues dos Santos por um periodo de 30 dias, a serem gozadas nos seguintes periódos:

15 dias,09 de julho de 2018 a 23 de julho de 2018.

15 dias,21 de dezembro de 2018 a 04 de janeiro de2018.

Leia-se:

Art. 1° - Conceder férias regulamentares a servidora Gleicekele Rodrigues Lima por um período de 30 dias, a serem gozadas nos seguintes períodos:

15 dias,09 de julho de 2018 a 23 de julho de 2018.

15 dias,21 de dezembro de 2018 a 04 de janeiro de2018.

SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 160/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO ao Contrato Nº 160/2017, firmado com a empresa**C.R.B. BARBOSA LUZ - ME., a conclusão de Escolas Indígenas Padrão FNDE no Município de Canarana-MT.**

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, por outro lado a empresa, **C.R.B. BARBOSA LUZ - ME**, inscrita no CNPJ

nº. 28.257.664/0001-50, localizada à Rua Planalto nº 923, Bairro Nova Canarana-MT, na cidade de Canarana-MT, por intermédio de seu representante legal devidamente constituído através do instrumento público de Procuração, Livro nº 0097-P, Fola 029, Translado 01, junto ao Cartório do Segundo Oficio do Município de Canarana-MT, o Sr **JOSÉ ABADIA BARBOSA**, brasileiro, solteiro, mestre de Obras, portador da Cédula de Identidade RG nº 0382946-4 SESP/MT e do CPF nº. 794.525.151-04, firmam o presente **ADITIVO AO CONTRATO 160/2017**, conforme decidido no Processo de Licitação na modalidade de **Tomada de Preços nº 005/2017**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 – Fazem parte do presente termo aditivo, independente de transição todos os elementos que compõem o processo de licitação na modalidade **Tomada de Preços nº 005/2017** e o contrato originário.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E ALTERAÇÃO

2.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do prazo de execução**, objeto do Contrato originário, a Cláusula Quarta – do Prazo da Execução da Obra, inciso 4.1, que tem por objeto a **conclusão de Escolas Indígenas Padrão FNDE no Município de Canarana-MT,** apenas para os itens**ITEM 01 – CONCLUSÃO DA ESCOLA ALDEIA REATA – 01 SALA; ITEM 02 – CONCLUSÃO DA EMEB TANGURO - ALDEIA ATSERERE – 01 SALA e ITEM 03 – CONCLUSÃO DA EMEB AGUA BRANCA - ALDEIA BELEM – 02 SALAS.**

2.2 - Fica acrescentada à Cláusula Quarta, inciso 4.1 do contrato originário o total de **90 (noventa) dias,** ficando o prazo de execução estendido até o **dia 10/08/2018**.

CLAUSULA TERCEIRA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Incisos II e III da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

3.2 – A presente prorrogação se justifica pelo fato de que o governo federal não vem repassando os recursos para a efetivação de medições, o que foi obrigado a diminuir o ritmo das obras, justificando assim a prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do **Contrato nº. 160/2018 e 1º termo aditivo**, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canarana-MT, 04 de Maio de 2018.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

Município de Canarana

CONTRATANTE

C.R.B. BARBOSA LUZ – ME

JOSÉ ABADIA BARBOSA

Procurador

CONTRATADA

MANOEL MESSIAS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Portaria nº 631/2017 de 05/09/2017

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 160/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato Nº 160/2017, firmado com a empresa**C.R.B. BARBOSA LUZ - ME., a conclusão de Escolas Indígenas Padrão FNDE no Município de Canarana-MT.**

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888. 448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, por outro lado a empresa, **C.R.B. BARBOSA LUZ - ME**, inscrita no CNPJ nº. 28.257.664/0001-50, localizada à Rua Planalto nº 923, Bairro Nova Canarana-MT, na cidade de Canarana-MT, por intermédio de seu representante legal devidamente constituído através do instrumento público de Procuração, Livro nº 0097-P, Fola 029, Translado 01, junto ao Cartório do Segundo Oficio do Município de Canarana-MT, o Sr **JOSÉ ABADIA BARBOSA**, brasileiro, solteiro, mestre de Obras, portador da Cédula de Identidade RG nº 0382946-4 SESP/MT e do CPF nº. 794.525.151-04, firmam o presente **ADITIVO AO CONTRATO 160/2017**, conforme decidido no Processo de Licitação na modalidade de **Tomada de Preços nº 005/2017**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 – Fazem parte do presente termo aditivo, independente de transição todos os elementos que compõem o processo de licitação na modalidade **Tomada de Preços nº 005/2017** e o contrato originário.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E ALTERAÇÃO

2.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do prazo de execução**, objeto do Contrato originário, a Cláusula Quarta – do Prazo da Execução da Obra, inciso 4.1, que tem por objeto a **conclusão de Escolas Indígenas Padrão FNDE no Município de Canarana-MT,** apenas para os itens**ITEM 01 – CONCLUSÃO DA ESCOLA ALDEIA REATA – 01 SALA; ITEM 02 – CONCLUSÃO DA EMEB TANGURO - ALDEIA ATSERERE – 01 SALA e ITEM 03 – CONCLUSÃO DA EMEB AGUA BRANCA - ALDEIA BELEM – 02 SALAS.**

2.2 - Fica acrescentada à Cláusula Quarta, inciso 4.1 do contrato originário o total de **90 (noventa) dias,** ficando o prazo de execução estendido até o **dia 12/05/2018**.

CLAUSULA TERCEIRA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Incisos II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

3.2 – A presente prorrogação se justifica pelo fato de excesso de chuvas no período o que ocasionou atraso na execução da obra, onde o ritmo diminuiu, justificando assim a prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do **Contrato nº. 160/2018**, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canarana-MT, 05 de Fevereiro de 2018.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

Município de Canarana

CONTRATANTE

C.R.B. BARBOSA LUZ – ME

JOSÉ ABADIA BARBOSA

Procurador

CONTRATADA

MANOEL MESSIAS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Portaria nº 631/2017 de 05/09/2017

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

GABINETE
PORTARIA Nº323/2018

De 21 de junho de 2018.

Antecipa Período de férias da servidora **Claudia Márcia G. Costa** e da outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º – Antecipar os primeiros 15 dias de férias da servidora Claudia Márcia G. Costa, agendada por meio da portaria n° 768/2017 de 18 de dezembro de 2017,para o seguinte periodo:

16 de julho de 2018 a 30 de julho de 2018.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será pagos 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 21 de junho de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº325/2018

De 21 de junho de 2018.

Altera Período de férias da servidora **LUANA PAULINE R. KUMMER** e da outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º – Alterar período de gozo de férias da servidora Luana Pauline R. Kummer agendada por meio da portaria n° 768/2017 de 18 de dezembro de 2017,para os seguintes periodos:

Os primeiros 10 (dez) dias,19 de novembro de 2018 a 30 de julho de 2018.

Os ultimos 20 (vinte) dias, 07 de janeiro de 2019 a 26 de janeiro de 2019.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será pagos 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 21 de junho de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2018

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, neste ato representado pela Prefeita Municipal, a Sra. **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade nº. 1165982-3 SSP/MT e do CPF n.º 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F Comunidade São Francisco, zona rural, município de Carlinda - MT, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ nº 14.595.725/0001-84, com endereço na Rua Gotardo Mazzarollo, nº 330, Centro, Barão de Cotegipe/RS, neste ato representada pela Sr.ª Jacilde Tonin, portadora do RG n.º 3058840814

SSP/RS e CPF n.º 931.959.580-15 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO ELTRÔNICO nº 001/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA, NA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A POPULAÇÃO E NO PRONTO ATENDIMENTO:**

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QNT	V. UNIT	V. TOTAL
36	51981	AMIODARONA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA COM 3ML, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	UND	HIPOLABOR	1.000	R$ 1,72	R$ 1.720,00
343	52098	NIFEDIPINO- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	BRAINFARMA	20.000	R$ 0,04	R$ 800,00
393	47419	PROPIONATO DE CLOBETASOL POMADA, BISNAGA 30G	UND	BRAINFARMA	2.000	R$ 5,39	R$ 10.780,00
							R$ 13.300,00

1.2A descrição detalhada, contendo as especificações dos produtos e suas peculiaridades estão discriminadas no Anexo I (Termo de Referência) deste Instrumento Convocatório e deverão ser minuciosamente observadas pelas licitantes.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de **28/06/2018 até 28/06/2019**.

2.2 - Nos termos do § 4º, do artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os objetos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados, em média, até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos solicitados, mediante apresentação de Nota Fiscal.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 O fornecimento dos medicamentos serão de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.1.1 A empresa vencedora deverá entregá-los nas quantidades e especificações contidas na solicitação da Secretaria competente.

4.2 Deverão ser entregues em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da requisição.

4.2.1 Em caso de emergência os mesmos deverão ser entregues em até 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da requisição. Para entregar os medicamentos na Farmácia básica municipal, sito Av. Antônio Castilho s/n Centro, Carlinda/MT - CEP: 78.587-000.

4.2.2 Somente serão aceitos os medicamentos que constarem em Nota fiscal o vencimento dos mesmos.

4.2.3 Prazo de validade dos medicamentos deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega.

4.2.4 Se o item for vendido em caixa, deverá constar na Nota Fiscal a quantidade dentro de cada caixa e a quantidade de caixas.

4.3 A ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da referida ata de registro.

4.3.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - **Do Município:**

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Entregar os medicamentos nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Fornecer os produtos nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

5.2.5 - **A**plicar o Coeficiente de Adequação de Preços – CAP, nos casos em que a regulamentação da CMED o exigir.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na entrega dos equipamentos após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso no fornecimento dos equipamentos;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "PROMITENTE FORNECEDORA", sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2018** a proposta da empresa **NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ nº 14.595.725/0001-84 classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda - MT, 28 de Junho de 2018.

MUNICÍPIO DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ nº 14.595.725/0001-84

EMPRESA

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2018

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, neste ato representado pela Prefeita Municipal, a Sra. **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade nº. 1165982-3 SSP/MT e do CPF n.º 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F Comunidade São Francisco, zona rural, município de Carlinda - MT, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **PONTAMED FARMACEUTICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.816.696/0001-54, estabelecida a Rua Franco Grilo, n.º 374, Colônia Dona Luzia, cidade de Ponta Grossa/PR, neste ato representada pelo Sr. Fernando Parucker da Silva portador do RG n. º 188.527 SSP/SC e CPF n.º 248.710.109-10 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO ELTRÔNICO nº 001/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA, NA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A POPULAÇÃO E NO PRONTO ATENDIMENTO:**

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UND	QNT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
19	10211	ACIDO VALPROICO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 250 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	10.000	BIOLAB-SANUS	R$ 0,27	R$ 2.700,00
21	10212	ACIDO VALPROICO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 500MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	25.000	BIOLAB-SANUS	R$ 0,52	R$ 13.000,00
26	42860	ALBENDAZOL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 400 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO MASTIGAVEL, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	8.000	GEOLAB	R$ 0,35	R$ 2.800,00
34	42706	AMINOFILINA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 24MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA COM 10 ML, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	UND	1.500	HIPOLABOR	R$ 0,80	R$ 1.200,00
55	42872	AZITROMICINA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 500 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	5.000	GEOLAB	R$ 0,48	R$ 2.400,00
56	42873	AZITROMICINA PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL 40 MG/ML, 600 A 900 MG + DILUENTE	UND	1.000	PRATI	R$ 5,73	R$ 5.730,00
75	51988	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5 MG/ML 20 ML	UND	500	PRATI	R$ 2,68	R$ 1.340,00
100	42713	CEFALOTINA SODICA - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 1G, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM AMPOLA/FRASCO-AMPOLA, SEM DILUENTE.	UND	1.000	BLAU	R$ 1,70	R$ 1.700,00
104	52004	CETAMINA, CLORIDRATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 50MG/ML, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM FRASCO-AMPOLA COM 10ML, VIA INTRAVENOSA.	UND	300	BIOCHIMICO	R$ 65,00	R$ 19.500,00
106	42715	CETOCONAZOL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 200 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	10.000	PRATI	R$ 0,14	R$ 1.400,00
113	52009	CILOSTAZOL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	30.000	BIOLAB-SANUS	R$ 0,41	R$ 12.300,00
114	26661	CIMETIDINA 200 MG (POR COMPRIMIDO)	UND	10.000	PRATI	R$ 0,14	R$ 1.400,00
135	43055	CLORIDRATO DE AMBROXOL XAROPE PEDIATRICO FRASCO 15MG/5ML, FRASCO 120 ML	UND	1.500	FARMACE	R$ 1,87	R$ 2.805,00
144	52020	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA SOLUÇÃO INJETÁVEL 2% COM VASOCONSTRITOR APRESENTAÇÃO AMPOLA 20 ML	UND	500	HYPOFARMA	R$ 2,38	R$ 1.190,00
146	42741	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA SOLUÇÃO INJETÁVEL 5MG/ML AMPOLA	UND	4.000	ISOFARMA	R$ 0,23	R$ 920,00
153	42749	CLORIDRATO DE PROMETAZINA SOLUÇÃO INJETÁVEL 25MG/ML	UND	12.000	SANVAL	R$ 1,64	R$ 19.680,00
174	26692	COMPLEXO B SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2ML	UND	12.000	HYPOFARMA	R$ 0,68	R$ 8.160,00
186	42905	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 2 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	20.000	GEOLAB	R$ 0,06	R$ 1.200,00
202	43077	DIOSMINA + HESPERIDINA - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 450 MG + 50 MG RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	20.000	BIOLAB-SANUS	R$ 0,36	R$ 7.200,00
204	20655	DIPIRONA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	200.000	PRATI	R$ 0,07	R$ 14.000,00
236	42782	FENITOINA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	UND	1.000	HIPOLABOR	R$ 1,99	R$ 1.990,00
267	43044	HALOPERIDOL- DECANOATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA DE PLASTICO DE 1 ML	UND	1.000	CRISTALIA	R$ 6,80	R$ 6.800,00
279	29726	IBUPROFENO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO ORAL (SEM CORANTE), FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL. FRASCO 30ML	UND	5.000	NATULAB	R$ 1,04	R$ 5.200,00
310	42963	LORATADINA 1MG/ML XAROPE FRASCO 100ML	UND	2.000	MARIOL	R$ 2,03	R$ 4.060,00
315	48772	MALEATO DE MIDAZOLAM 15 MG (POR COMPRIMIDO)	UND	10.000	CRISTALIA	R$ 1,05	R$ 10.500,00
320	48837	MELOXICAM 15MG COMPRIMIDO	UND	20.000	PHARLAB	R$ 0,10	R$ 2.000,00
347	43088	NISTATINA + OXIDO DE ZINCO POMADA DERMATOLOGICA 60 GR	UND	2.000	PRATI	R$ 5,84	R$ 11.680,00

359	42992	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO DE 75MG (POR COMPRIMIDO)	UND	5.000	RANBAXY	R$ 0,62	R$ 3.100,00
365	42816	OMEPRAZOL SÓDICO PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL 40 MG + DILUENTE, FRASCO-AMPOLA	UND	10.000	BLAU	R$ 4,76	R$ 47.600,00
384	20687	PREDNISONA 20 MG (POR COMPRIMIDO)	UND	20.000	SANVAL	R$ 0,18	R$ 3.600,00
410	42751	SERTRALINA, CLORIDRATO- CONCENTRAÇÃO 50 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, FORMA DE APRESENTAÇÃO COMPRIMIDO, VIA ORAL.	UND	20.000	GEOLAB	R$ 0,09	R$ 1.800,00
447	49118	TERBUTALINA SOLUÇÃO INJETAVEL 0,5 MG/ML, AMPOLA COM 1ML	UND	1.000	HIPOLABOR	R$ 2,13	R$ 2.130,00
							R$ 221.085,00

1.2A descrição detalhada, contendo as especificações dos produtos e suas peculiaridades estão discriminadas no Anexo I (Termo de Referência) deste Instrumento Convocatório e deverão ser minuciosamente observadas pelas licitantes.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de **28/06/2018 até 28/06/2019.**

2.2 - Nos termos do § 4º, do artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os objetos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados, em média, até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos solicitados, mediante apresentação de Nota Fiscal.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 O fornecimento dos medicamentos serão de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.1.1 A empresa vencedora deverá entregá-los nas quantidades e especificações contidas na solicitação da Secretaria competente.

4.2 Deverão ser entregues em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da requisição.

4.2.1 Em caso de emergência os mesmos deverão ser entregues em até 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da requisição. Para entregar os medicamentos na Farmácia básica municipal, sito Av. Antônio Castilho s/n Centro, Carlinda/MT - CEP: 78.587-000.

4.2.2 Somente serão aceitos os medicamentos que constarem em Nota fiscal o vencimento dos mesmos.

4.2.3 Prazo de validade dos medicamentos deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega.

4.2.4 Se o item for vendido em caixa, deverá constar na Nota Fiscal a quantidade dentro de cada caixa e a quantidade de caixas.

4.3 A ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da referida ata de registro.

4.3.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - **Do Município:**

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Entregar os medicamentos nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Fornecer os produtos nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

5.2.5 - **A**plicar o Coeficiente de Adequação de Preços – CAP, nos casos em que a regulamentação da CMED o exigir.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na entrega dos equipamentos após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso no fornecimento dos equipamentos;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2018** a proposta da empresa **PONTAMED FARMACEUTICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.816.696/0001-54 classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda - MT, 28 de Junho de 2018.

MUNICÍPIO DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

CNPJ sob o n.º 02.816.696/0001-54

EMPRESA

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2018

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, neste ato representado pela Prefeita Municipal, a Sra. **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade nº. 1165982-3 SSP/MT e do CPF n.º 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F Comunidade São Francisco, zona rural, município de Carlinda - MT, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ nº 02.520.829/0001-40, com endereço na BR-480, nº 180, Barão de Cotegipe/RS, neste ato representada pelo Sr. Odirlei Antonio Balestrin, portador do RG n.º 4093560251 SSP/RS

e CPF n.º 004.563.419-00 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO ELTRÔNICO nº 001/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA, NA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A POPULAÇÃO E NO PRONTO ATENDIMENTO:**

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UND	QNT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
11	42855	ACIDO ACETILSALICILICO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	30.000	SOBRAL	R$ 0,02	R$ 600,00
40	44675	AMOXICILINA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA PO PARA SUSPENSÃO ORAL, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO COM NO MÍNIMO 60 ML , VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	5.000	PRATI	R$ 3,80	R$ 19.000,00
89	43038	CARBAMAZEPINA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 200 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	30.000	TEUTO	R$ 0,08	R$ 2.400,00
99	18842	CEFALEXINA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SUSPENSÃO ORAL, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL. FRASCO COM 100ML	UND	4.000	ABL	R$ 8,80	R$ 35.200,00
155	3120	CLORIDRATO DE RANITIDINA 150MG APRESENTAÇÃO FORMA COMPRIMIDO VIA ORAL	UND	20.000	MEDQUIMICA	R$ 0,09	R$ 1.800,00
252	42930	FUROSEMIDA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 40 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM COMPRIMIDO, VIA ORAL.	UND	20.000	HIPOLABOR	R$ 0,03	R$ 600,00
254	52066	GABAPENTINA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 300 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	10.000	PRATI	R$ 0,44	R$ 4.400,00
275	42941	HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO+HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO SUSPENSÃO ORAL 35,6 MG+37MG/ML, FRASCO 100ML	UND	2.000	NATULAB	R$ 1,90	R$ 3.800,00
284	48773	ISOSSORBIDA MONONITRATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 20 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM COMPRIMIDO, VIA ORAL.	UND	10.000	ZYDUS	R$ 0,10	R$ 1.000,00
302	42958	LEVOTIROXINA - FORMA DE APRESENTAÇÃO EM COMPRIMIDO, CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 25 MCG.	UND	2.000	MERCK	R$ 0,10	R$ 200,00
303	42959	LEVOTIROXINA - FORMA DE APRESENTAÇÃO EM COMPRIMIDO, CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 50 MCG.	UND	1.000	MERCK	R$ 0,10	R$ 100,00
304	42957	LEVOTIROXINA SODICA - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 100 MCG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	1.000	MERCK	R$ 0,10	R$ 100,00
326	42971	METFORMINA, CLORIDRATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 850MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	25.000	PRATI	R$ 0,05	R$ 1.250,00
331	29746	METOPROLOL, SUCCINATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	5.000	ACCORD	R$ 0,42	R$ 2.100,00
332	29747	METOPROLOL, SUCCINATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 50 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	10.000	ACCORD	R$ 0,84	R$ 8.400,00
378	42380	PERMETRINA 10 MG/G 1% LOÇÃO, FRASCO COM 60ML	UND	2.000	NATIVITA	R$ 1,36	R$ 2.720,00
389	23071	PROPANOLOL, CLORIDRATO- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 40 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	20.000	OSORIO DE MORAIS	R$ 0,02	R$ 400,00
397	52124	RESINATO DE DICLOFENACO- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 15 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO ORAL, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM FRASCO CONTA-GOTAS COM 20 ML, VIA ORAL. REVESTIDO, FORMA DE APRESENTAÇÃO BLISTER, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	2.000	VITAMEDIC	R$ 3,54	R$ 7.080,00
413	43020	SINVASTATINA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 20 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	30.000	SANVAL	R$ 0,06	R$ 1.800,00
414	43022	SINVASTATINA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 40 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM COMPRIMIDO, VIA ORAL.	UND	10.000	SANVAL	R$ 0,12	R$ 1.200,00
							R$ 94.150,00

1.2A descrição detalhada, contendo as especificações dos produtos e suas peculiaridades estão discriminadas no Anexo I (Termo de Referência) deste Instrumento Convocatório e deverão ser minuciosamente observadas pelas licitantes.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de **28/06/2018 até 28/06/2019**.

2.2 - Nos termos do § 4º, do artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os objetos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados, em média, até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos solicitados, mediante apresentação de Nota Fiscal.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 O fornecimento dos medicamentos serão de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.1.1 A empresa vencedora deverá entregá-los nas quantidades e especificações contidas na solicitação da Secretaria competente.

4.2 Deverão ser entregues em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da requisição.

4.2.1 Em caso de emergência os mesmos deverão ser entregues em até 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da requisição. Para entregar os medicamentos na Farmácia básica municipal, sito Av. Antônio Castilho s/n Centro, Carlinda/MT - CEP: 78.587-000.

4.2.2 Somente serão aceitos os medicamentos que constarem em Nota fiscal o vencimento dos mesmos.

4.2.3 Prazo de validade dos medicamentos deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega.

4.2.4 Se o item for vendido em caixa, deverá constar na Nota Fiscal a quantidade dentro de cada caixa e a quantidade de caixas.

4.3 A ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da referida ata de registro.

4.3.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - **Do Município:**

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Entregar os medicamentos nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Fornecer os produtos nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

5.2.5 - **A**plicar o Coeficiente de Adequação de Preços – CAP, nos casos em que a regulamentação da CMED o exigir.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na entrega dos equipamentos após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso no fornecimento dos equipamentos;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "PROMITENTE FORNECEDORA", sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2018** a proposta da empresa **DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ nº 02.520.829/0001-40 classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda - MT, 28 de Junho de 2018.

MUNICÍPIO DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,

CNPJ nº 02.520.829/0001-40

EMPRESA

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2018

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, neste ato representado pela Prefeita Municipal, a Sra. **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade nº. 1165982-3 SSP/MT e do CPF n.º 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F Comunidade São Francisco, zona rural, município de Carlinda - MT, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **SMC FARMACEUTICA LTDA – EPP**, CNPJ n° 29.036.138/0001-22, com endereço na R. Sabia, n° 759, Bairro Universitário, Lajeado/RS, neste ato representada pela Sr.ª Simone Sandra Rossini de Conto, portadora do RG n.7069545775 SSP/PC RS e CPF n. º773.112.800-87 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO ELTRÔNICO nº 001/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA, NA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A POPULAÇÃO E NO PRONTO ATENDIMENTO:**

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UND	QNT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
189	23032	DIAZEPAM- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	50.000	SANTISA	R$ 0,07	R$ 3.500,00
							R$ 3.500,00

1.2A descrição detalhada, contendo as especificações dos produtos e suas peculiaridades estão discriminadas no Anexo I (Termo de Referência) deste Instrumento Convocatório e deverão ser minuciosamente observadas pelas licitantes.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de **28/06/2018 até 28/06/2019**.

2.2 - Nos termos do § 4º, do artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os objetos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados, em média, até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos solicitados, mediante apresentação de Nota Fiscal.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 O fornecimento dos medicamentos serão de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.1.1 A empresa vencedora deverá entregá-los nas quantidades e especificações contidas na solicitação da Secretaria competente.

4.2 Deverão ser entregues em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da requisição.

4.2.1 Em caso de emergência os mesmos deverão ser entregues em até 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da requisição. Para entregar os medicamentos na Farmácia básica municipal, sito Av. Antônio Castilho s/n Centro, Carlinda/MT - CEP: 78.587-000.

4.2.2 Somente serão aceitos os medicamentos que constarem em Nota fiscal o vencimento dos mesmos.

4.2.3 Prazo de validade dos medicamentos deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega.

4.2.4 Se o item for vendido em caixa, deverá constar na Nota Fiscal a quantidade dentro de cada caixa e a quantidade de caixas.

4.3 A ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da referida ata de registro.

4.3.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - **Do Município:**

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Entregar os medicamentos nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Fornecer os produtos nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

5.2.5 - **A**plicar o Coeficiente de Adequação de Preços – CAP, nos casos em que a regulamentação da CMED o exigir.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na entrega dos equipamentos após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso no fornecimento dos equipamentos;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2018** a proposta da empresa **SMC FARMACEUTICA LTDA – EPP**, CNPJ n° 29. 036.138/0001-22 classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda - MT, 28 de Junho de 2018.

MUNICÍPIO DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

SMC FARMACEUTICA LTDA – EPP,

CNPJ n° 29.036.138/0001-22

EMPRESA

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2018

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, neste ato representado pela Prefeita Municipal, a Sra. **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade nº. 1165982-3 SSP/MT e do CPF n.º 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F Comunidade São Francisco, zona rural, município de Carlinda - MT, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **GOLDENPLUS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ nº 17.472.278/0001-64, com endereço na Rua Gotardo Mazzarolo, nº 16, Centro, Barão de Cotegipe/RS, neste ato representada pelo Sr. Marcelo Marostica, portador do RG n.º 1076099215 SSP/RS e CPF n.º 820.347.290-72 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO ELTRÔNICO nº 001/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA, NA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A POPULAÇÃO E NO PRONTO ATENDIMENTO:**

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UND	QNT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
72	48753	BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA 10 MG/ML FRASCO 20 ML	UND	1.000	HIPOLABOR	R$ 7,55	R$ 7.550,00
76	17220	BROMOPRIDA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 4 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO ORAL COM 20 ML, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	1.200	MARIOL	R$ 0,94	R$ 1.128,00
94	42883	CARVEDILOL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 12,5 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	20.000	NOVA QUIMICA	R$ 0,16	R$ 3.200,00
95	42884	CARVEDILOL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	10.000	NOVA QUIMICA	R$ 0,16	R$ 1.600,00
96	42885	CARVEDILOL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 3,125 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, FORMA DE APRESENTAÇÃO BLISTER, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	20.000	NOVA QUIMICA	R$ 0,11	R$ 2.200,00
97	42886	CARVEDILOL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 6,25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	20.000	NOVA QUIMICA	R$ 0,10	R$ 2.000,00
107	52005	CETOCONAZOL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 20MG/G - 2%, FORMA FARMACEUTICA CREME, FORMA DE APRESENTAÇÃO BISNAGA COM 30G., VIA DE ADMINISTRAÇÃO VIA TOPICA.	UND	2000	SOBRAL	R$ 1,87	R$ 3.740,00
145	52021	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA SOLUÇÃO INJETÁVEL 2% SEM VASOCONSTRITOR APRESENTAÇÃO FRASCO COM 20ML	UND	2.000	HYPOFARMA	R$ 2,34	R$ 4.680,00

148	42746	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA SOLUÇÃO INJETÁVEL 2MG/ML, FRASCO 2 ML	UND	15.000	HYPOFARMA	R$ 0,69	R$ 10.350,00
182	10228	DEXAMETASONA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 1MG/G (0,1%) FORMA FARMACEUTICA CREME, FORMA DE APRESENTAÇÃO BISNAGA DE 10G, VIA TOPICO.	UND	10.000	SOBRAL	R$ 0,80	R$ 8.000,00
187	42753	DIAZEPAM - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 10 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	UND	3.000	SANTISA	R$ 0,52	R$ 1.560,00
190	52040	DICLOFENACO DIETILAMONIO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 11,6 MG/G, FORMA FARMACEUTICA GEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO BISNAGA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO TOPICA.	UND	1.000	SOBRAL	R$ 3,08	R$ 3.080,00
205	46675	DIPIRONA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO ORAL, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	100.000	SOBRAL	R$ 0,69	R$ 69.000,00
242	42929	FLUCONAZOL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 150MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	10.000	MEDQUIMICA	R$ 0,30	R$ 3.000,00
264	42798	GLICOSE - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 50%, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA DE PLASTICO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA.	UND	2.000	SAMTEC	R$ 0,24	R$ 480,00
329	42974	METOCLOPRAMIDA SOLUÇÃO ORAL 4 MG/ML, FRASCO 20 ML	UND	3.600	MARIOL	R$ 0,97	R$ 3.492,00
379	23069	PERMETRINA LOÇÃO 5% 50MG/G, FRASCO COM 60ML	UND	1.000	MULTILAB	R$ 2,38	R$ 2.380,00
418	52134	SORO FISIOLOGICO 0,9% 100ML SISTEMA FECHADO	UND	5.000	EQUIPLEX	R$ 2,04	R$ 10.200,00
419	26880	SORO FISIOLOGICO 0,9% 250ML SISTEMA FECHADO	UND	20.000	FRESENIUS	R$ 2,34	R$ 46.800,00
420	26881	SORO FISIOLOGICO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	UND	30.000	FRESENIUS	R$ 2,79	R$ 83.700,00
422	46684	SORO GLICOFISIOLOGICO 0,9% + 0,5% 500ML SISTEMA FECHADO	UND	7.000	EQUIPLEX	R$ 3,70	R$ 25.900,00
423	46685	SORO GLICOFISIOLOGICO 0,9% + 0,5% 250ML SISTEMA FECHADO	UND	3.000	EQUIPLEX	R$ 2,67	R$ 8.010,00
424	42833	SORO GLICOSADO 5% 250ML SISTEMA FECHADO	UND	2.000	EUROFARMA	R$ 2,89	R$ 5.780,00
425	42834	SORO GLICOSADO 5% 500ML SISTEMA FECHADO	UND	3.000	EUROFARMA	R$ 3,44	R$ 10.320,00
426	42835	SORO RINGER LACTATO DE SÓDIO 500ML SISTEMA FECHADO	UND	3.000	EUROFARMA	R$ 3,10	R$ 9.300,00
450	42849	TIBOLONA COMPRIMIDO 2,5 MG	UND	10.000	NOVA QUIMICA	R$ 0,56	R$ 5.600,00
							R$ 333.050,00

1.2A descrição detalhada, contendo as especificações dos produtos e suas peculiaridades estão discriminadas no Anexo I (Termo de Referência) deste Instrumento Convocatório e deverão ser minuciosamente observadas pelas licitantes.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de **28/06/2018 até 28/06/2019**.

2.2 - Nos termos do § 4º, do artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os objetos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados, em média, até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos solicitados, mediante apresentação de Nota Fiscal.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 O fornecimento dos medicamentos serão de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.1.1 A empresa vencedora deverá entregá-los nas quantidades e especificações contidas na solicitação da Secretaria competente.

4.2 Deverão ser entregues em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da requisição.

4.2.1 Em caso de emergência os mesmos deverão ser entregues em até 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da requisição. Para entregar os medicamentos na Farmácia básica municipal, sito Av. Antônio Castilho s/n Centro, Carlinda/MT - CEP: 78.587-000.

4.2.2 Somente serão aceitos os medicamentos que constarem em Nota fiscal o vencimento dos mesmos.

4.2.3 Prazo de validade dos medicamentos deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega.

4.2.4 Se o item for vendido em caixa, deverá constar na Nota Fiscal a quantidade dentro de cada caixa e a quantidade de caixas.

4.3 A ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da referida ata de registro.

4.3.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - **Do Município:**

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Entregar os medicamentos nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Fornecer os produtos nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

5.2.5 - **A**plicar o Coeficiente de Adequação de Preços – CAP, nos casos em que a regulamentação da CMED o exigir.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na entrega dos equipamentos após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso no fornecimento dos equipamentos;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2018** a proposta da empresa **GOLDENPLUS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ nº 17.472.278/0001-64 classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda - MT, 28 de Junho de 2018.

MUNICÍPIO DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GOLDENPLUS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,

CNPJ nº 17.472.278/0001-64

EMPRESA

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2018

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, neste ato representado pela Prefeita Municipal, a Sra. **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade nº. 1165982-3 SSP/MT e do CPF n.º 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F Comunidade São Francisco, zona rural, município de Carlinda - MT, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **RINALDI E COGO LTDA**, CNPJ n° 07.269.677/0001-79, com endereço na Rua Almirante Barroso, n° 2337, Centro, Toledo/PR, neste ato representada pelo Sr. Edson Jose Rinaldi, portador do RG n.º 6331588-5 SESP/PR e CPF n.º 865.677.729-72 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO ELTRÔNICO nº 001/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA, NA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A POPULAÇÃO E NO PRONTO ATENDIMENTO:**

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UND	QNT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
39	48748	AMOXICILINA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 250MG/5ML, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO COM 150 ML , VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	10.000	PRATI	R$ 6,09	R$ 60.900,00
41	42868	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 500 MG + 125MG RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM COMPRIMIDOS, VIA ORAL.	UND	21.000	E.M.S	R$ 1,57	R$ 32.970,00
67	51986	BRINZOLAMIDA 10MG/ML - 1%, SOLUÇÃO OFTALMICA 5ML	UND	30	NOVARTIS	R$ 75,21	R$ 2.256,30
134	43056	CLORIDRATO DE AMBROXOL XAROPE ADULTO FRASCO 30MG/5ML, FRASCO 120 ML	UND	1.500	FARMACE	R$ 1,95	R$ 2.925,00
142	52018	CLORIDRATO DE EPINEFRINA 1 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL	UND	1.000	HIPOLABOR	R$ 2,39	R$ 2.390,00
177	52035	DAPAGLIFLOZINA 10MG	UND	2.000	ASTRAZENICA	R$ 6,39	R$ 12.780,00
201	42910	DINIDRATO DE ISOSSORBIDA 5MG SUBLINGUAL (POR COMPRIMIDO)	UND	2.000	SANVAL	R$ 0,24	R$ 480,00
230	29694	ESTRIOL 1MG/G CREME VAGINAL 50G	UND	1.000	SANVAL	R$ 20,70	R$ 20.700,00
265	52070	GLIMEPIRIDA 4MG	UND	1.000	E.M.S	R$ 0,22	R$ 220,00
305	49117	LIDOCAINA SPRAY 100MG/ML, FRASCO 50 ML	UND	200	HIPOLABOR	R$ 57,90	R$ 11.580,00
							R$ 147.201,30

1.2A descrição detalhada, contendo as especificações dos produtos e suas peculiaridades estão discriminadas no Anexo I (Termo de Referência) deste Instrumento Convocatório e deverão ser minuciosamente observadas pelas licitantes.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de **28/06/2018 até 28/06/2019**.

2.2 - Nos termos do § 4º, do artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os objetos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados, em média, até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos solicitados, mediante apresentação de Nota Fiscal.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 O fornecimento dos medicamentos serão de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.1.1 A empresa vencedora deverá entregá-los nas quantidades e especificações contidas na solicitação da Secretaria competente.

4.2 Deverão ser entregues em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da requisição.

4.2.1 Em caso de emergência os mesmos deverão ser entregues em até 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da requisição. Para entregar os medicamentos na Farmácia básica municipal, sito Av. Antônio Castilho s/n Centro, Carlinda/MT - CEP: 78.587-000.

4.2.2 Somente serão aceitos os medicamentos que constarem em Nota fiscal o vencimento dos mesmos.

4.2.3 Prazo de validade dos medicamentos deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega.

4.2.4 Se o item for vendido em caixa, deverá constar na Nota Fiscal a quantidade dentro de cada caixa e a quantidade de caixas.

4.3 A ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da referida ata de registro.

4.3.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - **Do Município:**

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Entregar os medicamentos nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Fornecer os produtos nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

5.2.5 - **A**plicar o Coeficiente de Adequação de Preços – CAP, nos casos em que a regulamentação da CMED o exigir.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na entrega dos equipamentos após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso no fornecimento dos equipamentos;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2018** a proposta da empresa **RINALDI E COGO LTDA**, CNPJ n° 07.269.677/0001-79 classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda - MT, 28 de Junho de 2018.

MUNICÍPIO DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RINALDI E COGO LTDA

CNPJ n° 07.269.677/0001-79

EMPRESA

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2018

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, neste ato representado pela Prefeita Municipal, a Sra. **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade nº. 1165982-3 SSP/MT e do CPF n.º 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F Comunidade São Francisco, zona rural, município de Carlinda - MT, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.847.837/0001-10, estabelecida a Avenida B, n.º 293, Bairro Jardim Santo Antônio, cidade de Goiânia/GO, neste ato representada pelo Sr. Anderson Rodrigues Silva, portador do RG n. º 3596404 SPTC/GO e CPF n.º 905.113.361-87, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8. 666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO ELTRÔNICO nº 001/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA, NA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A POPULAÇÃO E NO PRONTO ATENDIMENTO:**

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UND	QNT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
12	42857	ACIDO ACETILSALICILICO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 500 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	5.000	IMEC	R$ 0,05	R$ 250,00
13	51973	ACIDO ACETILSALICILICO TAMPONADO CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	5.000	E.M.S	R$ 1,81	R$ 9.050,00
17	51974	ACIDO TRANEXAMICO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 250MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	UND	3000	E.M.S	R$ 0,83	R$ 2.490,00
20	51975	ACIDO VALPROICO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA XAROPE, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO SOLUÇÃO ORAL.	UND	300	HIPOLABOR	R$ 4,14	R$ 1.242,00
23	11961	AGUA BORICADA 3% - FRASCO 100 ML, ANTISSÉPTICO TÓPICO	UND	1.000	RIOQUIMICA	R$ 2,35	R$ 2.350,00
28	51977	ALFAEPOETINA HUMANA RECOMBINANTE 4000UI FRASCO AMPOLA 1 ML	UND	200	CHRON EPIGEN	R$ 39,76	R$ 7.952,00
31	51978	ALPRAZOLAM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 2 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	5.000	E.M.S	R$ 0,60	R$ 3.000,00
32	51979	ALPRAZOLAM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,5 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	3.000	E.M.S	R$ 0,17	R$ 510,00

33	51980	ALPRAZOLAM- CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO DE LIBERACAO PROLONGADA,VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	3.000	E.M.S	R$ 0,29	R$ 870,00
53	42313	ATROPINA, SULFATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 0,25 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA DE 1 ML, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	UND	1500	ISOFARMA	R$ 0,34	R$ 510,00
54	44715	AZATIOPRINA 50 MG COMPRIMIDO	UND	3.000	CRISTALIA	R$ 1,44	R$ 4.320,00
62	51985	BENZILPENICILINA PROCAINA + BENZILPENICILINA POTASSICA 300.000 + 100.000UI PÓ PARA SOLUÇÃO INJETAVEL	UND	500	BLAU	R$ 5,80	R$ 2.900,00
66	30368	BISACODIL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 5MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO OU DRAGEA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	1.500	SOBRAL	R$ 0,21	R$ 315,00
82	51993	BUPROPIONA, CLORIDRATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 150 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	15.000	E.M.S	R$ 1,84	R$ 27.600,00
84	51996	CALCITROL 0,25 MCG COMPRIMIDO	UND	1.500	GERMED	R$ 1,19	R$ 1.785,00
111	48825	CICLOSPORINA 50 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	2.000	E.M.S	R$ 5,10	R$ 10.200,00
131	26670	CLORETO DE POTASSIO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 19,1%, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM AMPOLA (10)ML.	UND	1.000	SAMTEC	R$ 0,23	R$ 230,00
132	42897	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL, FRASCO COM NO MÍNIMO 20ML	UND	1.500	MARIOL	R$ 0,99	R$ 1.485,00
133	52016	CLORETO DE SÓDIO 100MG/ML (10%) SOLUCAO INJ, FRASCO AMPOLA DE 10ML	UND	1.000	SAMTEC	R$ 0,87	R$ 870,00
140	46878	CLORIDRATO DE DORZOLAMIDA 2% + MALEATO DE TIMOLOL 0,5% SOLUCAO OFTALMICA, FRASCO 10 ML	UND	200	BRAINFARMA	R$ 30,50	R$ 6.100,00
143	52019	CLORIDRATO DE ETILEFRINA SOLUÇÃO INJETÁVEL 10MG/ML	UND	2.000	UNIAO QUIMICA	R$ 1,35	R$ 2.700,00
147	52022	CLORIDRATO DE MIDAZOLAM SOLUÇÃO INJETÁVEL 1MG/ML	UND	500	HIPOLABOR	R$ 1,52	R$ 760,00
196	42909	DIGOXINA 0,05 MG/ML (ELIXIR), FRASCO COM 60ML	UND	250	PRATI	R$ 8,03	R$ 2.007,50
207	48760	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + SULFATO DE GENTAMICINA, 064MG/G + 1MG/G, POMADA 30G	UND	500	COSMED	R$ 30,75	R$ 15.375,00
214	52050	DULOXETINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 30 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA DE LIBERACAO RETARDADA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	1.500	E.M.S	R$ 2,35	R$ 3.525,00
221	30405	ENTACAPONA 200MG, COMPRIMIDO	UND	300	E.M.S	R$ 6,48	R$ 1.944,00
250	48768	FUROATO DE MOMETASONA 400 MCG POR CAPSULA INALATÓRIA (COM REFIL DE 30 CAPSULAS)	UND	600	COSMED	R$ 53,30	R$ 31.980,00
258	52068	GLICAZIDA 60 MG COMPRIMIDO	UND	5.000	SERVIER	R$ 1,35	R$ 6.750,00
259	42935	GLICEROL ENEMA 120MG/ML, FRASCO COM 120ML	UND	500	JP	R$ 6,08	R$ 3.040,00
263	8202	GLICOSE - CONCENTRAÇÃO /DOSAGEM DE 25%, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO INJETAVEL, EM AMPOLA COM 10 ML, VIA PARENTERAL.	UND	2.000	SAMTEC	R$ 0,23	R$ 460,00
266	26790	GLUCONATO DE CALCIO 10% INJETAVEL, FRASCO-AMPOLA DE PLASTICO DE 10ML	UND	200	ISOFARMA	R$ 1,72	R$ 344,00
276	52073	HIDROXIDO FERRICO, SACARATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 20MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA.	UND	500	CLARIS	R$ 6,11	R$ 3.055,00
283	52077	INSULINA HUMANA NPH HUMULIN N 100UI/ML	UND	200	ASPEN	R$ 31,25	R$ 6.250,00
288	52079	ISOSSORBIDA, DINITRATO CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 5 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRAÇÃO SUBLINGUAL	UND	5.000	E.M.S	R$ 1,18	R$ 5.900,00
293	52083	LAMOTRIGINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	2.000	RANBAXY	R$ 0,44	R$ 880,00
294	48832	LATANOPROSTA 50 MCG FRASCO 2,5 ML OFTALMICO	UND	100	GEOLAB	R$ 26,60	R$ 2.660,00
298	20675	LEVODOPA+ CARDIDOPA - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 250 MG + 25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	5.000	CRISTALIA	R$ 0,89	R$ 4.450,00
322	48827	MESALAZINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 400 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	5.000	BRAINFARMA	R$ 2,18	R$ 10.900,00
323	48828	MESALAZINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 800 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	1.500	BRAINFARMA	R$ 1,15	R$ 1.725,00
330	29748	METOPROLOL, SUCCINATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	5.000	ACCORD	R$ 1,55	R$ 7.750,00
333	52092	METOTREXATO 2,5 MG	UND	100	BLAU	R$ 0,80	R$ 80,00
341	48840	NAPROXENO 250 MG (POR COMPRIMIDO)	UND	2.000	UNIAO QUIMICA	R$ 0,78	R$ 1.560,00
350	52100	NITRATO DE MICONAZOL CREME 2% BISNAGA 10G	UND	5.000	PRATI	R$ 1,97	R$ 9.850,00
357	42990	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO DE 25MG (POR COMPRIMIDO)	UND	5.000	RANBAXY	R$ 0,31	R$ 1.550,00
367	43108	OXCARBAZEPINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 300 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	2.000	RANBAXY	R$ 0,67	R$ 1.340,00
368	30435	OXCARBAZEPINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 600 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	6.000	RANBAXY	R$ 1,39	R$ 8.340,00
377	42822	PERMANGANATO DE POTÁSSIO COMPRIMIDO 100 MG	UND	2.000	MARIOL	R$ 0,42	R$ 840,00
380	43048	PIROXICAM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	30.000	GEOLAB	R$ 0,20	R$ 6.000,00
386	47019	PREGABALINA 150 MG COMPRIMIDO	UND	5.000	RANBAXY	R$ 1,37	R$ 6.850,00
387	52119	PREGABALINA 75 MG, COMPRIMIDO	UND	5.000	RANBAXY	R$ 0,62	R$ 3.100,00
392	46393	PROPIONATO DE CLOBETASOL CREME 0,5MG/ML, BISNAGA 30G	UND	2.000	BRAINFARMA	R$ 5,00	R$ 10.000,00

398	30442	RISPERIDONA 1MG (POR COMPRIMIDO)	UND	30.000	RANBAXY	R$ 0,11	R$ 3.300,00
399	42825	RISPERIDONA 2MG (POR COMPRIMIDO)	UND	30.000	RANBAXY	R$ 0,15	R$ 4.500,00
404	52127	ROSUVASTATINA CALCICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	5.000	RANBAXY	R$ 1,06	R$ 5.300,00
405	26545	ROSUVASTATINA CALCICA- CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	10.000	RANBAXY	R$ 0,51	R$ 5.100,00
411	46876	SILDENAFILA 50 MG (POR COMPRIMIDO)	UND	12.000	BRAINFARMA	R$ 0,55	R$ 6.600,00
412	42757	SIMETICONA 75MG/ML GOTAS 10 ML	UND	5.000	NATULAB	R$ 0,81	R$ 4.050,00
421	52135	SORO GLICERINADO A 12%, FRASCO CONTENDE 120ML A 500ML, PARA ENEMA	UND	1.000	JP	R$ 6,14	R$ 6.140,00
437	46690	SULFATO DE NEOMICINA + BACITRACINA, 5MG + 250UI, BISNAGA 15 G	UND	10.000	SOBRAL	R$ 1,65	R$ 16.500,00
445	43049	TENOXICAM 20 MG (COMPRIMIDO)	UND	20.000	UNIAO QUIMICA	R$ 0,78	R$ 15.600,00
453	52141	TRAZODONA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	1.500	APSEN	R$ 7,44	R$ 11.160,00
455	20697	VARFAFINA SÓDICA 5MG (POR COMPRIMIDO)	UND	15.000	TEUTO	R$ 0,13	R$ 1.950,00
							R$ 326.194,50

1.2A descrição detalhada, contendo as especificações dos produtos e suas peculiaridades estão discriminadas no Anexo I (Termo de Referência) deste Instrumento Convocatório e deverão ser minuciosamente observadas pelas licitantes.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de **28/06/2018 até 28/06/2019**.

2.2 - Nos termos do § 4º, do artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os objetos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados, em média, até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos solicitados, mediante apresentação de Nota Fiscal.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 O fornecimento dos medicamentos serão de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.1.1 A empresa vencedora deverá entregá-los nas quantidades e especificações contidas na solicitação da Secretaria competente.

4.2 Deverão ser entregues em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da requisição.

4.2.1 Em caso de emergência os mesmos deverão ser entregues em até 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da requisição. Para entregar os medicamentos na Farmácia básica municipal, sito Av. Antônio Castilho s/n Centro, Carlinda/MT - CEP: 78.587-000.

4.2.2 Somente serão aceitos os medicamentos que constarem em Nota fiscal o vencimento dos mesmos.

4.2.3 Prazo de validade dos medicamentos deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega.

4.2.4 Se o item for vendido em caixa, deverá constar na Nota Fiscal a quantidade dentro de cada caixa e a quantidade de caixas.

4.3 A ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da referida ata de registro.

4.3.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - **Do Município:**

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Entregar os medicamentos nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Fornecer os produtos nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

5.2.5 - **A**plicar o Coeficiente de Adequação de Preços – CAP, nos casos em que a regulamentação da CMED o exigir.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na entrega dos equipamentos após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso no fornecimento dos equipamentos;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "PROMITENTE FORNECEDORA", sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2018** a proposta da empresa **CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.847.837/0001-10 classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda - MT, 28 de Junho de 2018.

MUNICÍPIO DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA,

CNPJ sob o n.º 07.847.837/0001-10

EMPRESA

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº.227/2018

SÚMULA: "DECRETA PONTO FACULTATIVO EM TODAS AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT, NO DIA 02 DE JULHO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO os jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018;

CONSIDERANDO a necessidade de planejamento das atividades e o não prejuízo da efetividade, eficiência e eficácia na prestação de serviços públicos dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO a Portaria nº 841/2018-PRES do TJ/MT, que "Declara ponto facultativo no âmbito da Justiça Estadual de Mato Grosso";

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.535/2018 do Governo do Estado de Mato Grosso, que "Decreta ponto facultativo e horário de funcionamento especial nos dias que menciona, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual".

D E C R E T A:

Art. 1º -Fica decretado ponto facultativo em virtude dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais, em:

§1º - 02 de julho de 2018, segunda-feira, em virtude do jogo do Brasil x México.

Art. 2º -O Pronto Atendimento terá seu funcionamento normal.

Art. 3º -Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 28 de junho de 2018.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 177/2018

SÚMULA: "ENCERRA CEDÊNCIA DA SERVIDORA NELMA BETANIA NASCIMENTO SICUTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO a informação da servidora NELMA BETANIA NASCIMENTO SICUTO do seu pedido de exoneração do cargo Comissionado de Secretaria Municipal de Assuntos Estratégicos de Alta Floresta/MT(Decreto n.º 170/2018), na data de 07 de junho de 2018;

CONSIDERANDO queo Decreto n.º 170/2018-AF de exoneração do cargo comissionado no ente cessionário tem vigência na data de 30 de maio de 2018;

CONSIDERANDO que se encontra em atestado médico protocolado no Município de Alta Floresta/MT, pelo período de 90(noventa) dias, desde a data de 28 de março de 2018;

CONSIDERANDO a impossibilidade da servidora retornar ao efetivo exercício de suas atividades até o término do atestado na data de 25 de junho de 2018.

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica encerrada a cedência da servidora **NELMA BETANIA NASCIMENTO SICUTO,** do cargo comissionado na Prefeitura do Município de Alta Floresta/MT, a partir de 30 de maio de 2018, conforme Decreto de n.º 170/2018 - AF.

Artigo 2º- Retorna a servidora na função do cargo de **PROCURADORA JURÍDICA** lotada no Gabinete da Prefeita, a partir da data de 26 de junho de 2018.

Artigo 3º- Determina ao Departamento de Recursos Humanos, em caso de continuidade de atestado médico encaminhar a servidora diretamente para o PREVCAR – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Carlinda – MT, para Perícia Médica Oficial.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

Artigo 5º - Revogam se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de junho de 2018

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2018

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, neste ato representado pela Prefeita Municipal, a Sra. **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade nº. 1165982-3 SSP/MT e do CPF n.º 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F Comunidade São Francisco, zona rural, município de Carlinda - MT, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ nº 03.652.030/0001-70, com endereço na BR-480, nº 795, Centro, Barão de Cotegipe/RS, neste ato representada pelo Sr. Luiz Eduardo Razzia Giacomel, portador do RG n. º 2088025172 SSP/RS e CPF n.º027.189.970-01 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8. 666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO ELTRÔNICO nº 001/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA, NA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A POPULAÇÃO E NO PRONTO ATENDIMENTO:**

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UND	QNT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
4	42702	ACETATO DE BETAMETASONA+FOSFATO DISSODICO DE BETAMETASOA SUSPENSÃO INJETÁVEL (3MG/ML + 3MG/ML) FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA COM 1 ML, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	AMPOLA COM 1 ML	3.000	UNIAO QUIMICA	R$ 5,08	R$ 15.240,00
15	42858	ÁCIDO FÓLICO CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 0,2MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 30 ML CONTA-GOTAS	UND	500	ARESE	R$ 5,60	R$ 2.800,00
16	42859	ÁCIDO FÓLICO CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 5MG (POR COMPRIMIDO) FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	30.000	NATULAB	R$ 0,05	R$ 1.500,00
35	6540	AMINOFILINA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 100MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, FORMA DE APRESENTAÇÃO COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	30.000	HIPOLABOR	R$ 0,06	R$ 1.800,00
38	42867	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	40.000	BRAINFARMA	R$ 0,04	R$ 1.600,00
42	42869	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 50 MG/ML + 12,5 MG/ML RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA PO PARA SUSPENSÃO ORAL, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO COM 75 ML, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	5.000	SANDOZ	R$ 34,90	R$ 174.500,00
44	42709	AMPICILINA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 1G + DILUENTE, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM FRASCO AMPOLA, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, VALIDADE POR UNIDADE, PRAZO DE VALIDADE MINIMO DE 24 MESES.	UND	1.500	BLAUSIGUEL	R$ 4,10	R$ 6.150,00
47	51982	ANLODIPINO, BESILATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 5 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	50.000	GEOLAB	R$ 0,03	R$ 1.500,00
48	29643	ANLODIPINO, BESILATO-CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	50.000	GEOLAB	R$ 0,08	R$ 4.000,00
49	29636	ATENOLOL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	10.000	PRATI	R$ 0,07	R$ 700,00
50	51983	ATENOLOL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	20.000	PRATI	R$ 0,03	R$ 600,00
51	42871	ATENOLOL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 50 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	30.000	PRATI	R$ 0,04	R$ 1.200,00
63	10222	BENZOATO DE BENZILA - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 0,25ML/ML, FORMA FARMACEUTICA EMULSAO, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO TOPICA, FRASCO COM 80ML	UND	500	PHARMASCIENCE	R$ 3,50	R$ 1.750,00
68	51987	BROMAZEPAM- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 3 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	15.000	BRAINFARMA	R$ 0,12	R$ 1.800,00
69	48751	BROMAZEPAM- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 6 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	2.000	BRAINFARMA	R$ 0,21	R$ 420,00
85	51997	CAPTOPRIL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	40.000	GEOLAB	R$ 0,02	R$ 800,00
86	51998	CAPTOPRIL- CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO.	UND	10.000	PHARLAB	R$ 0,05	R$ 500,00
88	42358	CARBAMAZEPINA 20MG/ML - 2% (XAROPE), FRASCO 100 ML	UND	200	UNIAO QUIMICA	R$ 12,09	R$ 2.418,00
91	51999	CARBONATO DE CALCIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1250 MG +CLORANFENICOL 200UI FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	20.000	VITAMED	R$ 0,09	R$ 1.800,00
92	52000	CARBONATO DE CALCIO + COLECALCIFEROL 600MG + 200UI COMPRIMIDO	UND	2.000	VITAMED	R$ 0,09	R$ 180,00
105	29921	CETOCONAZOL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 20 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SHAMPOO, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM FRASCO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO VIA TOPICA. FRASCO 100 ML	UND	1000	NATIVITA	R$ 4,48	R$ 4.480,00
112	52008	CILOSTAZOL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 50 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DEADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	30.000	EUROFARMA	R$ 0,29	R$ 8.700,00
116	52010	CINARIZINA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	15.000	BRAINFARMA	R$ 0,08	R$ 1.200,00
117	26663	CINARIZINA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 75 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	8.000	BRAINFARMA	R$ 0,11	R$ 880,00
119	30383	CIPROFIBRATO- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM COMPRIMIDO, VIA ORAL.	UND	20.000	BRAINFARMA	R$ 0,34	R$ 6.800,00
120	42888	CIPROFLOXACINO- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 500 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	20.000	GEOLAB	R$ 0,19	R$ 3.800,00
124	43076	CLINDAMICINA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 300 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA OU COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	3.000	UNIAO QUIMICA	R$ 0,90	R$ 2.700,00
125	29668	CLOMIPRAMINA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 25 MG, FORMA FARMACEUTICA DRAGEA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	10.000	GERMED	R$ 0,81	R$ 8.100,00
126	52012	CLONAZEPAM- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 0,5 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	5.000	GEOLAB	R$ 0,06	R$ 300,00
129	30385	CLOPIDOGREL, BISSULFATO- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 75 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	10.000	MELCON	R$ 0,36	R$ 3.600,00
139	30091	CLORIDRATO DE BIPERIDENO- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 2MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM COMPRIMIDO, VIA ORAL.	UND	30.000	CRISTALIA	R$ 0,16	R$ 4.800,00
141	42733	CLORIDRATO DE DOXICICLINA COMPRIMIDO 100MG	UND	5.000	PHARLAB	R$ 0,15	R$ 750,00
152	52023	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG COMPRIMIDO	UND	10.000	CRISTALIA	R$ 0,10	R$ 1.000,00
156	52025	CLORIDRATO DE RANITIDINA 150MG/10ML APRESENTAÇÃO XAROPE FRASCO COM 150ML + COPO DOSADOR	UND	500	NATIVITA	R$ 4,40	R$ 2.200,00
158	30391	CLORIDRATO DE TIORIDAZINA 100 MG (POR COMPRIMIDO)	UND	5.000	UNIAO QUIMICA	R$ 0,77	R$ 3.850,00
159	30390	CLORIDRATO DE TIORIDAZINA 50 MG (POR COMPRIMIDO)	UND	15.000	UNIAO QUIMICA	R$ 0,41	R$ 6.150,00
161	42752	CLORIDRATO DE TRAMADOL SOLUÇÃO INJETÁVEL 50MG/ML	UND	8.000	HIPOLABOR	R$ 0,50	R$ 4.000,00
166	52030	CLORIDRATO METOCLOPRAMIDA 10 MG (POR COMPRIMIDO)	UND	20.000	HIPOLABOR	R$ 0,09	R$ 1.800,00

167	52031	CLORPROMAZINA 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETAVEL, AMPOLA COM 5 ML, INJETAVEL.	UND	2.000	HYPOFARMA	R$ 1,08	R$ 2.160,00
169	42901	CLORPROMAZINA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 25MG (NA FORMA DE CLORIDRATO), FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM COMPRIMIDO, VIA ORAL.	UND	3.000	CRISTALIA	R$ 0,21	R$ 630,00
170	42900	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	6.000	UNIAO QUIMICA	R$ 0,22	R$ 1.320,00
181	20652	DEXAMETASONA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 0,1MG/ML FORMA FARMACEUTICA ELIXIR, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	1.500	FARMACE	R$ 1,32	R$ 1.980,00
193	42755	DICLOFENACO SODICO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 75MG/ML, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM AMPOLA 3 ML, VIA INTRAMUSCULAR.	UND	20.000	FARMACE	R$ 0,49	R$ 9.800,00
194	52042	DICLOFENACO SODICO - 50 MG, COMPRIMIDO, VIA ORAL.	UND	50.000	VITAMED	R$ 0,03	R$ 1.500,00
195	29683	DIGOXINA - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 0,25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	50.000	PHARLAB	R$ 0,05	R$ 2.500,00
197	48763	DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 50 MG +10 MG RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	3.000	UNIAO QUIMICA	R$ 0,18	R$ 540,00
215	42914	ENALAPRIL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 10MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	15.000	MED QUIMICA	R$ 0,04	R$ 600,00
216	42915	ENALAPRIL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 20MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	30.000	MED QUIMICA	R$ 0,04	R$ 1.200,00
217	52051	ENALAPRIL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 5MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	10.000	CIMED	R$ 0,05	R$ 500,00
218	52052	ENANTATO DE NORESTISTERONA + VALERATO DE ESTRADIOL (50 + 5 MG)ML AMPOLA	UND	300	MABRA	R$ 8,90	R$ 2.670,00
225	52058	ESCITALOPRAM, OXALATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDOS, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM COMPRIMIDOS REVESTIDOS, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	3.000	BRAINFARMA	R$ 0,30	R$ 900,00
235	20707	FENITOINA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	15.000	CRISTALIA	R$ 0,22	R$ 3.300,00
238	10235	FENOBARBITAL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	25.000	UNIAO QUIMICA	R$ 0,09	R$ 2.250,00
244	42792	FLUNARIZINA 10 MG (POR COMPRIMIDO)	UND	10.000	BRAINFARMA	R$ 0,07	R$ 700,00
268	29826	HALOPERIDOL- DECANOATO CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 1MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	5.000	CRISTALIA	R$ 0,11	R$ 550,00
269	43042	HALOPERIDOL- DECANOATO CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 5MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	20.000	UNIAO QUIMICA	R$ 0,12	R$ 2.400,00
273	29715	HIDROCORTISONA, ACETATO CREME 1% BISNAGA 30G	UND	10.000	UNIAO QUIMICA	R$ 5,00	R$ 50.000,00
278	20670	IBUPROFENO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 300 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	30.000	MULTILAB	R$ 0,16	R$ 4.800,00
290	42951	IVERMECTINA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 6 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	15.000	VITAMEDIC	R$ 0,21	R$ 3.150,00
291	52081	LACTULOSE 667MG/ML XAROPE, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL. FRASCO 100 ML	UND	1.000	PHARMACIENCE	R$ 5,53	R$ 5.530,00
299	52085	LEVOMEPROMAZINA 40 MG/ML, FRASCO DE 20 ML	UND	100	CRISTALIA	R$ 9,49	R$ 949,00
301	52087	LEVONORGESTREL+ETINILESTRADIOL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 0,15 MG + 0,03 MG RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	42.000	MABRA	R$ 0,03	R$ 1.260,00
311	52088	LORAZEPAN 2 MG COMPRIMIDO	UND	1.000	GERMED	R$ 0,11	R$ 110,00
312	42965	LOSARTANA, POTASSICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMNISTRACAO ORAL.	UND	30.000	GEOLAB	R$ 0,03	R$ 900,00
317	20559	MALEATO DE TIMOLOL 5 MG/ML – 0,5%, SOLUÇÃO AFTALMICA, FRASCO DE 5ML	UND	50	BRAINFARMA	R$ 1,25	R$ 62,50
319	23042	MEBENDAZOL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 100MG/5ML(2%), FORMA FARMACEUTICA SUSPENSÃO, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO, VIA ORAL.	UND	2.000	NATULAB	R$ 1,05	R$ 2.100,00
342	39561	NIFEDIPINO 20 MG (POR COMPRIMIDO)	UND	35.000	GEOLAB	R$ 0,05	R$ 1.750,00
346	42986	NISTATINA CREME VAGINAL 25.000UI/G, BISNAGA 60G	UND	3.000	PRATI	R$ 4,00	R$ 12.000,00
348	42807	NISTATINA CREME VAGINAL 100.000 UI BISNAGA 60G	UND	5.000	GREEN PHARMA	R$ 3,58	R$ 17.900,00
351	46681	NITRATO DE MICONAZOL LOÇÃO 2% , FRASCO COM 30 ML	UND	500	PHARMACIENCE	R$ 3,50	R$ 1.750,00
358	42991	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO DE 50MG (POR COMPRIMIDO)	UND	5.000	RAMBAXY	R$ 0,51	R$ 2.550,00
362	42814	ÓLEO MINERAL 100 ML (POR FRASCO)	UND	1.000	PHARMACIENCE	R$ 1,95	R$ 1.950,00
363	42995	OMEPRAZOL - 20 MG, CAPSULA, VIA, ORAL.	UND	120.000	PHARLAB	R$ 0,07	R$ 8.400,00
371	13030	PARACETAMOL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 200 MG/ML,, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO COM 20ML, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	2.000	ZYDUS	R$ 0,06	R$ 120,00
372	42996	PARACETAMOL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 500 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	160.000	HIPOLABOR	R$ 0,04	R$ 6.400,00
374	42997	PASTA D"ÁGUA (ÓXIDO DE ZINCO Á 25%), LIQUIDA, COM NO MÍNIMO 100G	UND	600	FARMAX	R$ 5,09	R$ 3.054,00
388	48776	PROMETAZINA 25 MG (POR COMPRIMIDO)	UND	15.000	CRISTALIA	R$ 0,10	R$ 1.500,00
390	52120	PROPATILNITRATO 10 MG	UND	500	SANKYO	R$ 0,38	R$ 190,00
407	52129	SAIS PARA REIDRATACAO ORAL - COMPOSICAO CITRATO DE SODIO+ CLORETO DE POTASSIO + CLORETO DE SODIO+GLICOSE, CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM	UND	2.000	PHARMACIENCE	R$ 0,47	R$ 940,00

		2,16 MG/ML+ 4,68 MG/ML + 0,98 MG/ML + 20 MG/ML RESPECTJVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO ORAL, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.					
409	42827	SECNIDAZOL 1G (POR COMPRIMIDO)	UND	2.000	PHARLAB	R$ 0,53	R$ 1.060,00
428	42840	SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL 500 MG/ML	UND	2.000	NOVA FARMA	R$ 4,80	R$ 9.600,00
440	46673	SULFATO FERROSO 300MG (POR COMPRIMIDO)	UND	30.000	PHARMASCIENCE	R$ 0,68	R$ 20.400,00
441	20694	SULFATO FERROSO 40 MG FE++ (POR COMPRIMIDO)	UND	40.000	PHARMACIENCE	R$ 0,03	R$ 1.200,00
444	52139	TARTARATO DE METOPROLOL 100 MG, COMPRIMIDO	UND	5.000	MULTILAB	R$ 0,28	R$ 1.400,00
449	43033	TIAMINA, CLORIDRATO DE 300MG (POR COMPRIMIDO)	UND	5.000	HIPOLABOR	R$ 0,20	R$ 1.000,00
460	48769	ZOLPIDEM, HEMITARTARATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	1.000	ZYDUS	R$ 0,80	R$ 800,00
							R$484.693,50

1.2A descrição detalhada, contendo as especificações dos produtos e suas peculiaridades estão discriminadas no Anexo I (Termo de Referência) deste Instrumento Convocatório e deverão ser minuciosamente observadas pelas licitantes.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de **28/06/2018 até 28/06/2019**.

2.2 - Nos termos do § 4º, do artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os objetos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados, em média, até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos solicitados, mediante apresentação de Nota Fiscal.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 O fornecimento dos medicamentos serão de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.1.1 A empresa vencedora deverá entregá-los nas quantidades e especificações contidas na solicitação da Secretaria competente.

4.2 Deverão ser entregues em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da requisição.

4.2.1 Em caso de emergência os mesmos deverão ser entregues em até 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da requisição. Para entregar os medicamentos na Farmácia básica municipal, sito Av. Antônio Castilho s/n Centro, Carlinda/MT - CEP: 78.587-000.

4.2.2 Somente serão aceitos os medicamentos que constarem em Nota fiscal o vencimento dos mesmos.

4.2.3 Prazo de validade dos medicamentos deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega.

4.2.4 Se o item for vendido em caixa, deverá constar na Nota Fiscal a quantidade dentro de cada caixa e a quantidade de caixas.

4.3 A ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da referida ata de registro.

4.3.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - **Do Município:**

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Entregar os medicamentos nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Fornecer os produtos nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

5.2.5 - **A**plicar o Coeficiente de Adequação de Preços – CAP, nos casos em que a regulamentação da CMED o exigir.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na entrega dos equipamentos após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso no fornecimento dos equipamentos;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou com-

plementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "PROMITENTE FORNECEDORA", sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2018** a proposta da empresa **CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ nº 03.652.030/0001-70classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda - MT, 28 de Junho de 2018.

MUNICÍPIO DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ nº 03.652.030/0001-70

EMPRESA

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, neste ato representado pela Prefeita Municipal, a Sra. **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade nº. 1165982-3 SSP/MT e do CPF n.º 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F Comunidade São Francisco, zona rural, município de Carlinda - MT, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.889.035/0001-02, estabelecida a Rua Rubens Derks, n.º 105, Bairro Industrial, cidade de Erechim/RS, neste ato representada pelo Sr.ª Briani Bender portadora do RG n.º 7105416304 SSP/RS e CPF n.º 020.572.130-30 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8. 666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO ELTRÔNICO nº 001/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA, NA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A POPULAÇÃO E NO PRONTO ATENDIMENTO:**

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UND	QNT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
1	43053	ACEBROFILINA - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM ADULTO 50MG/5ML, FRASCO 120ML, FORMA FARMACEUTICA XAROPE, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO, VIA ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	2000	CIMED	R$ 3,58	R$ 7. 160,00
2	43052	ACEBROFILINA – CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM PEDIATRICO 25MG/5ML, FRASCO 120 ML FORMA FARMACEUTICA XAROPE, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO, VIA ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	1000	PRATI	R$ 3,20	R$ 3. 200,00
3	51969	ACETADO DE PREDNISOLONA 10MG/ML SOLUÇÃO AFTALMICA	FRASCO	200	GEOLAB	R$ 17,48	R$ 3. 496,00
6	51971	ACETILCISTEINA - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 600 MG, FORMA FARMACEUTICA GRANULADO, FORMA DE APRESENTAÇÃO ENVELOPE COM 5G, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	500	GEOLAB	R$ 0,90	R$ 450,00
8	51972	ACICLOVIR - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 50MG/G (5%)- FORMA FARMACEUTICA CREME, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM BISNAGA COM 10G, VIA TOPICA.	UND	1000	PRATI	R$ 2,52	R$ 2. 520,00
9	42854	ACICLOVIR- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 200 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	3. 000	CIMED	R$ 0,26	R$ 780,00
10	48746	ACICLOVIR- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 400 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	5. 000	MERCK	R$ 1,90	R$ 9. 500,00
14	42703	ACIDO ASCORBICO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 100MG/ML, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM AMPOLA 5 ML, VIA PARENTERAL.	UND	10. 000	SANTISA	R$ 0,50	R$ 5. 000,00
18	42704	ACIDO TRANEXAMICO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA COM 5ML, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA.	UND	1. 000	BLAU	R$ 4,30	R$ 4. 300,00
22	51976	ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS - ACIDO CAPRILICO, CAPROICO, LAURICO E LINOLEICO, VITAMINA A, VITAMINA E, LECITINA DE SOJA LOCAO, FRASCO COM 100 ML. (OLEO DE GIRASSOL)	UND	800	NUTRIEX	R$ 2,20	R$ 1. 760,00
24	42705	AGUA DESTILADA - CONCENTRACAO/DOSAGEM ÁGUA DESTILADA ESTERIL, E APIROGENICA, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO ACONDICIONADA EM RECIPIENTE PLASTICO COM 10 ML, VIA DE ADMINISTRAÇÃO VIA DE ADMINISTRAÇÃO INJETAVEL.	UND	50. 000	FARMACE	R$ 0,12	R$ 6. 000,00
25	42861	ALBENDAZOL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 40 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SUSPENSÃO ORAL, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO C/10ML, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	4. 000	PRATI	R$ 1,00	R$ 4. 000,00
27	42863	ALENDRONATO DE SODIO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 70 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	4. 000	ELOFAR	R$ 0,25	R$ 1. 000,00
29	42864	ALOPURINOL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 100MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	10. 000	PRATI	R$ 0,04	R$ 400,00
30	42865	ALOPURINOL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 300MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	5. 000	PRATI	R$ 0,15	R$ 750,00
37	42866	AMIODARONA, CLORIDRATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 200 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, FORMA DE APRESENTAÇÃO COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	7. 000	GEOLAB	R$ 0,32	R$ 2. 240,00
43	9375	AMOXICILINA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 500 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA OU COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	50. 000	PRATI	R$ 0,15	R$ 7. 500,00
45	42707	AMPICILINA SODICA - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 500 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM COMPRIMIDO, VIA ORAL.	UND	3. 000	PRATI	R$ 0,20	R$ 600,00
46	42708	AMPICILINA SODICA - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 50MG/ML, FORMA FARMACEUTICA PO PARA SUSPENSÃO ORAL, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM FRASCO COM 60 ML + DILUENTE, VIA ORAL.	UND	1. 500	PRATI	R$ 3,40	R$ 5. 100,00
52	51984	ATORVASTATINA CALCICA 20 MG CAPSULA	UND	20. 000	CIMED	R$ 0,27	R$ 5. 400,00
57	30366	BACLOFENO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	7. 000	TEUTO	R$ 0,10	R$ 700,00
60	46866	BENZILPENICILINA BENZATINA - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 1.200.000UI, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA, SEM DILUENTE, VIA INTRAMUSCULAR.	UND	15. 000	TEUTO	R$ 9,90	R$ 148. 500,00
61	46867	BENZILPENICILINA BENZATINA - 600.000UI, PO PARA SOLUÇÃO INJETAVEL, FRASCO-AMPOLA SEM DILUENTE, PARENTERAL.	UND	7. 000	TEUTO	R$ 8,00	R$ 56. 000,00
70	42878	BROMETO DE IPRATRÓPIO SOLUÇÃO INALANTE 0,25 MG/ML FRASCO 20ML	UND	500	TEUTO	R$ 0,73	R$ 365,00
71	48752	BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA 10 MG (POR COMPRIMIO)	UND	20. 000	UNIAO QUIMICA	R$ 0,43	R$ 8. 600,00
81	52183	BUPIVACAINA, CLORIDRATO HIPERBARICA - BUPIVACAINA 0.5% + GLICOSE 8%, AMPOLA 4ML, EMBALAGEM ESTERIL INDIVIDUALIZADA, INJETAVEL.	UND	200	HIPOLABOR	R$ 4,97	R$ 994,00

83	42711	BUTILBROMETRO DE ESCOPOLAMINA 4MG/ML + DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML SOLUÇÃO, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA COM 5 ML VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	UND	40.000	HIPOLABOR	R$ 1,22	R$ 48.800,00
98	39530	CEFALEXINA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 500 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA OU COMPRIMIDO OU DRAGEA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	50.000	TEUTO	R$ 0,32	R$ 16.000,00
102	42714	CEFTRIAXONA SÓDICA PÓ PARA SOLUÇAO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 1G	UND	20.000	TEUTO	R$ 1,63	R$ 32.600,00
108	52006	CICLOBENZAPRINA, CLORIDRATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	30.000	CIMED	R$ 0,20	R$ 6.000,00
109	52007	CICLOBENZAPRINA, CLORIDRATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 5 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	15.000	CIMED	R$ 0,14	R$ 2.100,00
115	42717	CIMETIDINA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 150 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	UND	5.000	TEUTO	R$ 0,69	R$ 3.450,00
121	30384	CITALOPRAM- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 20 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	20.000	TEUTO	R$ 0,15	R$ 3.000,00
127	26668	CLONAZEPAM- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 2 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	30.000	GEOLAB	R$ 0,05	R$ 1.500,00
128	42894	CLONAZEPAM- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 2,5 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO ORAL, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	6.000	GEOLAB	R$ 1,86	R$ 11.160,00
130	52013	CLORANFENICOL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 1 G, FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO-AMPOLA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	UND	1.000	BLAU	R$ 1,83	R$ 1.830,00
136	42718	CLORIDRATO DE AMIODARONA SOLUÇÃO INJETÁVEL 50 MG/ML	UND	1.000	HIPOLABOR	R$ 1,90	R$ 1.900,00
149	42747	CLORIDRATO DE PETIDINA SOLUÇÃO INJETÁVEL 50MG/ML	UND	3.000	UNIAO QUIMICA	R$ 2,00	R$ 6.000,00
157	42750	CLORIDRATO DE RANITIDINA SOLUÇÃO INJETÁVEL 25MG/ML AMPOLA COM 2ML	UND	10.000	FARMACE	R$ 0,37	R$ 3.700,00
168	42902	CLORPROMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 20 ML	UND	500	CRISTALIA	R$ 5,30	R$ 2.650,00
183	52037	DEXAMETASONA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 4 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	10.000	TEUTO	R$ 0,18	R$ 1.800,00
184	52038	DEXAMETASONA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 4MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA 2,5ML, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	UND	20.000	TEUTO	R$ 0,50	R$ 10.000,00
185	42907	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 0,4MG/ML, EM CORANTE, FORMA FARMACEUTICA XAROPE, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM FRASCO COM 100ML, VIA ORAL.	UND	7.000	HIPOLABOR	R$ 0,90	R$ 6.300,00
191	52041	DICLOFENACO POTASSICO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 25 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO INTRAMUSCULAR.	UND	3.000	TEUTO	R$ 0,68	R$ 2.040,00
192	42754	DICLOFENACO POTASSICO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 50 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	15.000	CIMED	R$ 0,05	R$ 750,00
198	48762	DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 25 MG/ML + 5 MG/ML RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL. FRASCO DE 20 ML	UND	1.000	CIFARMA	R$ 3,00	R$ 3.000,00
199	52043	DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 50 MG/ML + 50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO INTRAMUSCULAR.	UND	8.000	UNIAO QUIMICA	R$ 1,33	R$ 10.640,00
206	42759	DIPIRONA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA 2ML, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL. CONCENTRACAO.	UND	30.000	SANTISA	R$ 0,35	R$ 10.500,00
209	52047	DOPAMINA, CLORIDRATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 5 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	UND	500	TEUTO	R$ 1,48	R$ 740,00
210	48766	DORZOLAMIDA, CLORIDRATO + TIMOLOL, MALEATO- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM20 MG/ML+ 5 MG/ML RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO OFTALMICA, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO OFTALMICA. FRASCO 5 ML (	UND	150	TEUTO	R$ 18,75	R$ 2.812,50
211	10078	DOXAZOSINA, MESILATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 2G, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	7.000	MERCK	R$ 0,14	R$ 980,00
212	52048	DOXAZOSINA, MESILATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 4G, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	7.000	MERCK	R$ 0,36	R$ 2.520,00
223	52056	ERITROMICINA, ESTOLATO DE 50 MG/ML PARA SUSPENSÃO ORAL 60 ML,	UND	200	PRATI	R$ 5,34	R$ 1.068,00
226	48845	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 20 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL. (BUSCOPAM SIMPLES)	UND	20.000	HIPOLABOR	R$ 0,90	R$ 18.000,00
227	42920	ESPIRONOLACTONA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	10.000	HIPOLABOR	R$ 0,41	R$ 4.100,00
228	42921	ESPIRONOLACTONA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	20.000	ASPEN PHARMA	R$ 0,15	R$ 3.000,00
229	42767	ESPIRONOLACTONA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 50 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	7.000	HIPOLABOR	R$ 0,23	R$ 1.610,00
233	42924	ESTROGÊNIOS CONJUGADOS 0,625 MG (POR COMPRIMIDO)	UND	5.000	MABRA	R$ 0,97	R$ 4.850,00
239	42927	FENOBARBITAL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 40 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO ORAL, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL. FRASCO 20ML	UND	200	CRISTALIA	R$ 2,99	R$ 598,00
240	52061	FINASTERIDA - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 5MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	7.000	MERCK	R$ 0,40	R$ 2.800,00
243	52062	FLUMAZENIL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 0,1 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA.	UND	500	TEUTO	R$ 16,30	R$ 8.150,00
245	43040	FLUOXETINA, CLORIDRATO- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 20 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	50.000	TEUTO	R$ 0,04	R$ 2.000,00

249	42796	FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 4MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL. AMPOLA DE 2,5 ML	UND	15.000	TEUTO	R$ 0,50	R$ 7.500,00
251	42797	FUROSEMIDA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 10 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	UND	7.000	SANTISA	R$ 0,36	R$ 2.520,00
253	52065	GABAPENTINA - 400 MG	UND	3.000	PRATI	R$ 0,50	R$ 1.500,00
255	52067	GENTAMICINA SULFATO 80MG, AMPOLA COM 2 ML SOLUÇÃO INJETAVEL	UND	10.000	SANTISA	R$ 0,79	R$ 7.900,00
256	43083	GINKGO BILOBA 80MG (CÁPSULA)	UND	40.000	CIMED	R$ 0,13	R$ 5.200,00
257	29707	GLIBENCLAMIDA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	20.000	MEDQUIMICA	R$ 0,02	R$ 400,00
272	43086	HIDROCLOROTIAZIDA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	30.000	TEUTO	R$ 0,02	R$ 600,00
280	42948	IBUPROFENO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 600 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	30.000	PRATI	R$ 0,12	R$ 3.600,00
289	42949	ITRACONAZOL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA,VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	10.000	GEOLAB	R$ 0,80	R$ 8.000,00
292	52082	LAMOTRIGINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	3.000	TEUTO	R$ 0,42	R$ 1.260,00
309	42964	LORATADINA 10MG (POR COMPRIMIDO)	UND	8.000	CIMED	R$ 0,04	R$ 320,00
321	52089	MEMANTINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	3.000	TEUTO	R$ 0,30	R$ 900,00
325	42970	METFORMINA 500MG (POR COMPRIMIDO)	UND	5.000	PRATI	R$ 0,06	R$ 300,00
334	52094	METRONIDAZOL - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 100MG/G, FORMA FARMACEUTICA GEL VAGINAL, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM BISNAGA, VIA VAGINAL. BISNAGA 50G	UND	3.000	PRATI	R$ 3,99	R$ 11.970,00
335	44701	METRONIDAZOL - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 250 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	7.000	PRATI	R$ 0,12	R$ 840,00
339	42377	MICONAZOL, NITRATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 2%, FORMA FARMACEUTICA CREME VAGINAL, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM BISNAGA, VIA ENDOVAGINAL. BISNAGA 80G	UND	5.000	PRATI	R$ 4,79	R$ 23.950,00
344	46678	NIMESULIDA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	30.000	CIMED	R$ 0,05	R$ 1.500,00
345	42806	NIMESULIDA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO CONTA-GOTAS, VIA ORAL. FRASCO 15ML	UND	10.000	VITAMEDIC	R$ 1,42	R$ 14.200,00
349	42985	NISTATINA SUSPENSÃO ORAL 100.000 UI/ML, FRASCO 50 ML	UND	1.000	PRATI	R$ 3,75	R$ 3.750,00
356	52107	NORETISTERONA 0,35 MG COMPRIMIDO	UND	5.000	BIOLAB	R$ 0,18	R$ 900,00
360	30432	OLANZAPINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	5.000	GEOLAB	R$ 1,38	R$ 6.900,00
361	48774	OLANZAPINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	5.000	GEOLAB	R$ 1,11	R$ 5.550,00
366	52111	OXCARBAZEPINA - CONCENTRACAO DE 60MG/ML(6%), FORMA FARMACEUTICA EM SUSPENSAO, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM FRASCO COM 100ML, VIA ORAL.	UND	20	UNIAO QUIMICA	R$ 24,79	R$ 495,80
369	52113	PANTOPRAZOL 40 MG 1 CAPS	UND	2.000	PRATI	R$ 0,22	R$ 440,00
370	13031	PARACETAMOL 750 MG (POR COMPRIMIDO)	UND	100.000	ZYDUS	R$ 0,07	R$ 7.000,00
383	46683	PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO 3MG/ML XAROPE FRASCO 100ML SOLUÇÃO ORAL	UND	1.000	PRATI	R$ 5,99	R$ 5.990,00
385	29795	PREDNISONA 5 MG COMPRIMIDO	UND	10.000	VITAMEDIC	R$ 0,08	R$ 800,00
391	52121	PROPILTIOURACIL 100 MG	UND	900	BIOLAB	R$ 0,63	R$ 567,00
394	48833	QUETIAPINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	1.500	TEUTO	R$ 0,37	R$ 555,00
395	52122	QUETIAPINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 200 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	1.500	GEOLAB	R$ 0,75	R$ 1.125,00
396	52123	QUETIAPINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	1.500	GEOLAB	R$ 0,18	R$ 270,00
427	42838	SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL 100 MG/ML	UND	3.000	BLAU	R$ 2,49	R$ 7.470,00
429	42842	SULFADIAZINA DE PRATA PASTA 1%, POTE COM 400G	UND	200	PRATI	R$ 24,94	R$ 4.988,00
430	46686	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG/ML + 8 MG/ML RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA SUSPENSAO ORAL, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO COM 100 ML, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	5.000	TEUTO	R$ 1,60	R$ 8.000,00
431	46687	SULFAMETOXAZOL, COMPOSIÇÃO ASSOCIADO À TRIMETOPRIMA, CONCENTRAÇÃO 400MG 80MG. COMPRIMIDO	UND	15.000	PRATI	R$ 0,09	R$ 1.350,00
435	42844	SULFATO DE GENTAMICINA SOLUÇÃO INJETÁVEL 40MG/ML	UND	5.000	SANTISA	R$ 0,68	R$ 3.400,00
436	46689	SULFATO DE MORFINA SOLUÇÃO INJETÁVEL 10MG/ML	UND	2.000	HIPOLABOR	R$ 1,80	R$ 3.600,00
439	42847	SULFATO DE SALBUTAMOL AEROSSOL 100 MCG/DOSE FRASCO COM 200DOSES + APLICADOR	UND	300	TEUTO	R$ 6,44	R$ 1.932,00
443	48779	TARTARATO DE BRIMONIDINA 2MG/ML-0,2%, SOLUÇÃO OFTALMICA 5ML	UND	100	GEOLAB	R$ 13,75	R$ 1.375,00
446	42848	TENOXICAM, PÓ LIOFILIZADO P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL 20 MG, FRASCO-AMPOLA	UND	20.000	UNIAO QUIMICA	R$ 3,69	R$ 73.800,00
452	48831	TRAVOPROSTA 0,04 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO COM 2,5ML	UND	500	GEOLAB	R$ 15,00	R$ 7.500,00
457	52143	VERAPAMIL, CLORIDRATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 80 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	UND	3.000	PRATI	R$ 0,08	R$ 240,00

							R$765.721,30

1.2A descrição detalhada, contendo as especificações dos produtos e suas peculiaridades estão discriminadas no Anexo I (Termo de Referência) deste Instrumento Convocatório e deverão ser minuciosamente observadas pelas licitantes.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de **28/06/2018 até 28/06/2019.**

2.2 - Nos termos do § 4º, do artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os objetos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados, em média, até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos solicitados, mediante apresentação de Nota Fiscal.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 O fornecimento dos medicamentos serão de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.1.1 A empresa vencedora deverá entregá-los nas quantidades e especificações contidas na solicitação da Secretaria competente.

4.2 Deverão ser entregues em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da requisição.

4.2.1 Em caso de emergência os mesmos deverão ser entregues em até 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da requisição. Para entregar os medicamentos na Farmácia básica municipal, sito Av. Antônio Castilho s/n Centro, Carlinda/MT - CEP: 78.587-000.

4.2.2 Somente serão aceitos os medicamentos que constarem em Nota fiscal o vencimento dos mesmos.

4.2.3 Prazo de validade dos medicamentos deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega.

4.2.4 Se o item for vendido em caixa, deverá constar na Nota Fiscal a quantidade dentro de cada caixa e a quantidade de caixas.

4.3 A ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da referida ata de registro.

4.3.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - **Do Município:**

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Entregar os medicamentos nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Fornecer os produtos nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

5.2.5 - **A**plicar o Coeficiente de Adequação de Preços – CAP, nos casos em que a regulamentação da CMED o exigir.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na entrega dos equipamentos após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso no fornecimento dos equipamentos;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2018** a proposta da empresa **INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º **12.889.035/0001-02** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda - MT, 28 de Junho de 2018.

MUNICÍPIO DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTO LTDA

CNPJ n.º 12.889.035/0001-02

EMPRESA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP N.º 047/2018

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro torna público que fará licitação **PREGÃO PRESENCIAL n.º 47/2018**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** objetivando **O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS E FRETES** para atender a necessidade dos diversos setores das Secretarias do Município de Castanheira - M**T**. Com sessão no dia 13/07/2018 às 08:00 horas. Maiores informações pelo fone 66 3581 1521, pelo e-mail:prefeituracastanheira@gmail.com ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br

Castanheira - MT, 02 de Julho de **2017**.

WILSON VIEIRA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

DECRETO Nº 6/2017

DECRETO Nº 6/2017

DE SEGUNDA-FEIRA, 23 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA PROVIDÊNCIAS.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Municipal de CHAPADA DOS GUIMARAES, Estado GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1694/2016, e consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de CHAPADA DOS GUIMARAES - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 2.578.434,26 (DOIS

MILHOES E QUINHENTOS E SETENTA E OITO MIL E QUATROCENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS), nas dotações orçamentárias:

04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS**	
001.04.123.0004.2010	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	50.000,00
3390910000	SENTENÇAS JUDICIAIS	60.000,00
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	50.836,61
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	65.000,00
	SUBTOTAL	**225.836,61**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**	
001.12.122.0007.2019	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	7.500,00
002.12.361.0008.1105	AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS - TRANSPORTE ESCOLAR	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	220.500,00
003.12.361.0008.2043	MANUTENÇÃO DO ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	
0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	4.000,00
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	27.000,00
	SUBTOTAL	**259.000,00**
08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS**	
001.15.451.0013.2061	MANUTENÇÃO DE RUAS, AVENIDAS, CALÇADAS, MEIO FIOS E BUEIR	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
001.15.451.0013.2063	MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, LAGOS E PARQUES PUBLICOS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	10.000,00
001.25.451.0016.2071	MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
	SUBTOTAL	**120.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
001.10.122.0021.2117	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	126.386,84
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	307.000,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	189.000,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	934.500,00
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	24.000,00
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	46.440,81
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	18.500,00
001.10.301.0022.2120	MANUTENÇÃO DOS PSF´S (PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA)	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	26.520,00
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	200.750,00
001.10.303.0024.2131	MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA MUNICIPAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	90.000,00
	SUBTOTAL	**1.963.097,65**

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

002.08.122.0028.2137 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.500,00
005.08.122.0027.2135	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	5.000,00
	SUBTOTAL	**10.500,00**
	TOTAL	**2.578.434,26**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**	
001.04.122.0003.2005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	50.000,00
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	400,00
	SUBTOTAL	**50.400,00**

04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS**	
001.04.123.0004.1158	MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA TRIBUTÁRIA - INVESTIMENTO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	50.000,00
001.04.123.0004.2010	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	60.000,00
001.04.123.0004.2012	MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA TRIBUTARIA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	2.436,61
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	30.000,00
001.04.123.0004.2039	REESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO MUNICIPAL DE IMÓVEIS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	3.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	15.000,00
001.04.123.0004.2075	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - SECRETARIA DE FINANÇAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	10.000,00
	SUBTOTAL	**175.436,61**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**	
001.12.122.0007.1013	AQUISIÇÃO DE EQUIP. MATERIAIS PERMANENTES - EDUCAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00

001.12.122.0007.2019	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	7.500,00
002.12.361.0008.1014	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE - ENSINO F	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.500,00
002.12.361.0008.1105	AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS - TRANSPORTE ESCOLAR	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	190.000,00
003.12.361.0008.2043	MANUTENÇÃO DO ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	
0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	4.000,00
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	15.000,00
003.12.365.0009.2045	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%	
0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	12.000,00
	SUBTOTAL	**259.000,00**

8 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS

001.15.451.0016.2074 CONSTRUÇÃO DE OBRAS PARA ACESSIBILIDADE

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	3.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	926,00
001.15.512.0016.2072	MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	5.000,00
001.26.451.0014.2067	REEST. E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS MUNICIPAIS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
001.26.451.0015.1034	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS CAMINHÕES E VEÍCULO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	71.074,00
	SUBTOTAL	**120.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
001.10.122.0021.2117	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	20.000,00
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	500,00
001.10.122.0021.2118	MANUTENÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	3.500,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	10.500,00
001.10.122.0021.2119	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	500,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	270,00
001.10.122.0021.2220	REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	15.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	15.000,00
001.10.301.0022.1063	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - PSFS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	90.000,00
001.10.301.0022.1139	CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	10.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	109.500,00
001.10.301.0022.2120	MANUTENÇÃO DOS PSF´S (PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA)	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	24.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	15.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	45.000,00
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	250,00
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	250,00
001.10.301.0022.2121	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	20.000,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	1.500,00
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	20.000,00
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	20.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	10.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	20.000,00
001.10.301.0022.2122	MANUTENÇÃO DA ACADEMIA DE SAÚDE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	15.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	10.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	20.000,00
001.10.301.0022.2123	MANUTENÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	10.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	10.000,00
001.10.301.0022.2199	REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	20.000,00
001.10.302.0023.1068	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - HOSPITA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
001.10.302.0023.1069	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - UNID. R	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00

4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10. 000,00
001.10.302. 0023.1071	AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	169. 000,00
001.10.302. 0023.1072	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMAN-UPA 24 HORAS	

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50. 000,00
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	200. 000,00
001.10.302. 0023.1073	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - CAPS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10. 500,00
001.10.302. 0023.1138	CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24HO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	30. 000,00
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	63. 000,00
001.10.302. 0023.2124	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	3. 000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	173. 386,84
001.10.302. 0023.2125	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE REABILITAÇÃO	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	46. 440,81
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	15. 000,00
001.10.302. 0023.2127	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 H	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	50. 000,00
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	50. 000,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	150. 000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	150. 000,00
001.10.302. 0023.2129	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	20. 000,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	100. 000,00
001.10.303. 0024.1076	ADEQUAÇÃO E REFORMA DA FARMÁCIA MUNICIPAL	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	7. 000,00
	SUBTOTAL	**1.963. 097,65**
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.122. 0027.2135	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10. 500,00
	SUBTOTAL	**10. 500,00**
	TOTAL	**2.578. 434,26**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO CHAPADA DOS GUIMARAES - MT.

AOS TREZE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação

no lugar público de costume na data supra.

DECRETO Nº 55/2017

DECRETO Nº 55/2017

DE QUARTA-FEIRA, 1 DE NOVEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

PROVIDÊNCIAS.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA,

Municipal de CHAPADA DOS GUIMARAES, Estado

GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

especialmente a Lei Municipal n.º 1694/2016, e

consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de CHAPADA

DOS GUIMARAES - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 2.195.008,25 (DOIS MILHOES E CENTO E NOVENTA E CINCO MIL E OITO REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS), nas dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122. 0002.2003	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	62. 779,51
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	10. 066,40
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	1. 323,17
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	4. 615,87
	SUBTOTAL	**78. 784,95**
03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**	
001.04.122. 0003.2005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	61. 491,33
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	8. 072,71
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	6. 058,72
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	52. 519,67
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1. 250,00
	SUBTOTAL	**129. 392,43**
04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS**	
001.04.123. 0004.1008	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE - FINANÇAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3. 073,53
001.04.123. 0004.2010	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	3. 105,13
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	4. 351,88

	SUBTOTAL	**10. 530,54**

05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORCAMENTO**	
001.04.121.0005.2013	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	409,81
	SUBTOTAL	**409,81**
06	**SECRETARIA MUNIC.AGRICULTURA E ASSUNTOS FUNDIARIOS**	
001.20.122.0039.2017	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ASSUNTOS FUN	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	33.056,04
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	2.660,52
	SUBTOTAL	**35.716,56**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**	
001.12.122.0007.2019	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	20,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	29.000,00
002.12.365.0009.2033	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	71.536,46
002.12.365.0009.2035	MANUTENÇÃO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR R. PRÓPRIO - EN	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	43.585,90
002.12.367.0010.2040	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	2.119,49
003.12.361.0008.2042	REMUNERAÇÃO DO MAGISTERIO FUNDEB 60% - ENS. FUNDAMENTA	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	32.761,11
003.12.361.0008.2043	MANUTENÇÃO DO ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	
0.1.19.000000	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	2.420,51
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	186,15
003.12.365.0009.2044	REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO FUNDEB 60% - ENS. INFANTIL	
0.1.18.000000	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MA	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	7.947,10
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	8.037,10
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	884,08
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	794,08
003.12.365.0009.2045	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	2.350,33
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	2.260,33
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	258,53
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	168,53
	SUBTOTAL	**204.329,70**

8 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS

001.04.452.0012.2059 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	43.002,12
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	4.575,60
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	7.192,77
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	63.244,03
001.15.451.0014.2207	MANUTENÇÃO DE BALSAS	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	7.600,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	1.797,00
001.26.451.0014.2067	REEST. E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS MUNICIPAIS	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	112.799,34
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	7.650,00
001.26.451.0014.2068	MANUTENÇÃO DE PONTE DE MADEIRA	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	6.600,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	95.528,74
001.26.451.0015.2070	MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E VEÍCULOS	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	13.566,73
	SUBTOTAL	**363.556,33**
09	**SECRETARIA MUN. TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIETE**	
001.04.122.0017.2076	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E MEIO AMB	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	43.369,32
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	3.675,70
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	91.400,00
	SUBTOTAL	**138.445,02**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
001.10.122.0021.2117	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	690,20
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	35.841,32
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	81.794,50
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	57.278,04
001.10.301.0022.1063	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - PSFS	
0.1.14.000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	14.710,00
001.10.301.0022.2120	MANUTENÇÃO DOS PSF´S (PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA)	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	112.600,42
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	253.988,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	1.000,00
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	21.159,87
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	4.611,20
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	7.954,96
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	65.318,44
001.10.301.0022.2121	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	1.761,66
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	51.850,64

3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	5.344,03
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3.056,69
001.10.301.0022.2123	MANUTENÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	41,81
001.10.302.0023.2124	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	70.846,83
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	13.400,30
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	9.482,24
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	22.347,21
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	14.655,00
001.10.302.0023.2125	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE REABILITAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	2.431,42
001.10.302.0023.2126	MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
001.10.302.0023.2129	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	700,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	198.794,68
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	977,05
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	15.976,36
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	42.505,68
001.10.303.0024.2131	MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA MUNICIPAL	

0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3.423,78
001.10.304.0025.2132	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	15.399,46
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	7.270,00
001.10.305.0026.2134	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3.357,00
	SUBTOTAL	**1.144.568,79**
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.122.0027.2135	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	51.061,85
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	2.740,93
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	18.206,35
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.330,51
002.08.122.0028.2137	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	7.445,01
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	2.084,47
003.08.244.0029.2138	MANUTENÇÃO DO CRAS	
0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	5.405,00
	SUBTOTAL	**89.274,12**
	TOTAL	**2.195.008,25**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.2003	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	672,00
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	500,00
001.04.122.0002.2004	DESENVOLVER CAMPANHAS DE MARKETING E PUBLICIDADE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	1.520,00
001.04.122.0002.2015	MANUTENÇÃO DO PROCON	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1.805,00
001.04.122.0002.2160	MANUTENÇÃO DO SINE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	118,87

SUBTOTAL	**4.615,87**

3 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO

001.04.122.0003.2006 REALIZAÇÃO DO CONCURSO PUBLICO

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	80.000,00
001.04.122.0003.2008	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
001.04.122.0003.2009	REALIZAÇÃO DE FESTA DO DIA DA CRIANÇA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	3.107,89
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	370,71
001.04.122.0003.2180	MANUTENÇÃO DA CASA DOS CONSELHOS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	3.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	19.000,00
	SUBTOTAL	**149.478,60**
04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS**	
001.04.123.0004.2010	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.520,26
001.04.123.0004.2012	MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA TRIBUTARIA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		

3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	625,31
	SUBTOTAL	**7. 145,57**
06	**SECRETARIA MUNIC.AGRICULTURA E ASSUNTOS FUNDIARIOS**	
001.20.122. 0039.2017	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ASSUNTOS FUN	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	10. 000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	11. 800,00
001.20.128. 0039.2048	CAPACITAÇÃO TÉCNICA DE SERVIDORES	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	2. 950,00
001.20.606. 0039.1022	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTE AGRICULTURA	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10. 000,00
	SUBTOTAL	**34. 750,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**	
001.12.122. 0007.2019	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	11. 000,00
002.12.361. 0008.1015	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	185. 000,00
002.12.361. 0008.2026	MANUTENÇÃO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR PNATE - ENS. FU	
0.1.15.000000	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5. 000,00
002.12.361. 0008.2027	MANUTENÇÃO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR SEDUC - ENS. FU	
0.1.22.000000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS - EDUCACAO	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	100. 138,20
002.12.364. 0011.2041	APOIO AOS ALUNOS DE NÍVEL SUPERIOR DO MUNICÍPIO	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3350410000	CONTRIBUICOES	12. 536,46
3350410000	CONTRIBUICOES	48. 219,28
002.12.365. 0009.1016	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE - CRECHES	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20. 000,00
002.12.365. 0009.1017	AQUISICAO DE EQUIP. MAT. PERMANENTE-ENS. INFANTIL	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20. 000,00
002.12.365. 0009.2033	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL	
0.1.15.000000	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA	
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	1. 000,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	1. 000,00
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	1. 000,00
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	1. 000,00
002.12.365. 0009.2034	MANUTENÇÃO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR PNATE - ENS. INF	
0.1.15.000000	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	10. 000,00
002.12.365. 0009.2036	MANUT. PROG. TRANSP. ESCOLAR SEDUC - ENS. INFANTIL	
0.1.22.000000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS - EDUCACAO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	16. 678,50
003.12.361. 0008.2042	REMUNERAÇÃO DO MAGISTERIO FUNDEB 60% - ENS. FUNDAMENTA	
0.1.18.000000	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MA	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	91. 069,87
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	45. 705,39
003.12.361. 0008.2043	MANUTENÇÃO DO ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	86. 976,22
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	27. 392,19
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
SUBTOTAL		**693.716,11**

8 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS

001.04.452.0012.2059 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	60. 792,77
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	26. 123,90
001.15.451. 0013.2064	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE LIMPEZA PUBLICA	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	485,00
001.15.451. 0016.2205	MANUTENÇÃO E EDUC. AMBIENTAL DA COLETA SELETIVA DE LIXO	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	98. 504,29
001.26.451. 0014.2068	MANUTENÇÃO DE PONTE DE MADEIRA	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	11. 933,73
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	60. 931,03
001.26.451. 0015.2070	MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E VEÍCULOS	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	56. 230,71
	SUBTOTAL	**315. 001,43**
09	**SECRETARIA MUN. TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIETE**	
001.04.122. 0017.2076	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E MEIO AMB	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390470000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	500,00
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	500,00
001.04.122. 0017.2077	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SITE DE TURISMO, CULTURA E M	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	2. 000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2. 000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	5. 000,00
001.04.128. 0017.2078	CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	2. 000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	531,79
002.04.695. 0018.2093	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5. 000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5. 000,00

3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	5.000,00
002.04.695.0018.2094	CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROJETO DE MARKETING LOCAL	

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	3.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	14.000,00
002.04.695.0018.2095	REALIZAÇÃO DE FEIRAS DE TURISMO (FAMTUR)	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	3.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	4.800,00
002.04.695.0018.2096	PROJETO DE SINALIZAÇÃO DE PONTOS TURISTICOS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	3.000,00
002.04.695.0018.2185	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	2.400,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	3.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	4.000,00
002.04.695.0019.2208	REALIZAÇÃO DE FESTA DO CARNAVAL NO MUNICÍPIO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	2.500,00
3390310000	PREM CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIF DESPORT E OUTRAS	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.500,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	38.272,00
002.04.695.0019.2209	FORTALECIMENTO AO TURISMO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	10.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	10.000,00
003.13.392.0019.1056	CONSTRUÇÃO DO CENTRO - PONTO DE CULTURA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	4.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	1.000,00
003.13.392.0019.2098	TRANSFERÊNCIA A INSTITUIÇÃO PRIVADA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3350410000	CONTRIBUICOES	15.000,00
003.13.392.0019.2100	INCENTIVO A DIFUSÃO E EVENTOS CULTURAIS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	900,00

3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	2.000,00
003.13.392.0019.2101	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROJETO - BANDA NA PRAÇA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	3.000,00
003.13.392.0019.2103	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO - VIVA O SEU BAIRRO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
003.13.392.0019.2105	REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	3.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	7.000,00
004.18.541.0020.2113	MANUTENÇÃO E VALORIZAÇÃO DO HORTO FLORESTAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	4.000,00
	SUBTOTAL	**221.903,79**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
001.10.122.0021.1061	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - SEC. SA	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	200,00
001.10.122.0021.2117	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	51.296,23
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	30.000,00
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	44.728,33
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	45.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	3.953,76
001.10.301.0022.1063	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - PSFS	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.840,00
001.10.301.0022.1065	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - SAÚDE B	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.583,00
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	180,00
001.10.301.0022.2120	MANUTENÇÃO DOS PSF´S (PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA)	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	41.422,00
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	64.000,00
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	14.309,64
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	80.483,89
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	450,00

3390910000	SENTENÇAS JUDICIAIS	250,00
3390910000	SENTENÇAS JUDICIAIS	35,00
001.10.301.0022.2121	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	18.158,34
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	10.968,54
001.10.301.0022.2199	REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS		

3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	1.630,24
001.10.302.0023.1068	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - HOSPITA	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11.636,86
001.10.302.0023.1070	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - LABORA	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
001.10.302.0023.1073	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - CAPS	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17.914,13
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.065,87
001.10.302.0023.1075	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - C. DE ES	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
001.10.302.0023.2124	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	70.709,75
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	5.168,16
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	1.000,00
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	10.435,16
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.824,39
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	21.535,52
001.10.302.0023.2125	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE REABILITAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	18.464,48
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	8.513,92
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	7.732,49
001.10.303.0024.1077	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - FARMÁC	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.520,00
001.10.303.0024.2131	MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA MUNICIPAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	41,81
001.10.304.0025.1078	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - VG. SAN	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.900,00
001.10.305.0026.1079	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - VG. AMB	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.664,86
	SUBTOTAL	**630.616,37**
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.122.0027.2135	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	14.950,00
3390470000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	330,51
001.08.122.0027.2181	MANUTENÇÃO DO PREVI CIDADE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	4.500,00
001.08.128.0027.2136	QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	4.500,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	1.500,00
002.08.122.0028.2137	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	20.500,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	4.000,00
003.08.244.0029.1084	CONSTRUÇÃO DE CRAS	
0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	500,00
003.08.244.0029.2138	MANUTENÇÃO DO CRAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1.000,00
003.08.244.0029.2141	MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS F.M.A.S	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	9.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	1.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	9.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	1.000,00
3390480000	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	1.000,00
3390480000	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	16.000,00
003.08.244.0029.2142	MANUTENÇÃO DO PROG. DE PROTEÇÃO ESPECIAL	
0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	1.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	4.000,00
3390480000	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	8.000,00
3390480000	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	2.000,00
	SUBTOTAL	**137.780,51**
	TOTAL	**2.195.008,25**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO CHAPADA DOS GUIMARAES - MT.

AO HUM DIA DO MÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação

no lugar público de costume na data supra.

DECRETO Nº 53/2017

DECRETO Nº 53/2017

DE TERÇA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

PROVIDÊNCIAS.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA,

Municipal de CHAPADA DOS GUIMARAES, Estado

GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

especialmente a Lei Municipal n.º 1694/2016, e

consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de CHAPADA

DOS GUIMARAES - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 1.964.976,15 (UM MILHAO

E NOVECENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL E NOVECENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E QUINZE CENTAVOS), nas

dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.1004	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MATERIAIS PERMANENTES - GABIN	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.800,00
001.04.122.0002.2003	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	51.370,45
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	9.552,75
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	1.037,45
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	40.400,00
	SUBTOTAL	**113.160,65**
03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**	
001.04.122.0003.2005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	66.348,92
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	2.719,47
001.04.122.0003.2007	REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	1.521,40
	SUBTOTAL	**70.589,79**
06	**SECRETARIA MUNIC.AGRICULTURA E ASSUNTOS FUNDIARIOS**	
001.20.122.0039.2017	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ASSUNTOS FUN	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	34.102,36
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	270,28
	SUBTOTAL	**34.372,64**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**	
003.12.361.0008.2043	MANUTENÇÃO DO ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	
0.1.19.000000	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	162.138,73
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	16.784,28
003.12.365.0009.2044	REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO FUNDEB 60% - ENS. INFANTIL	
0.1.18.000000	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MA	
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	45.664,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	134.891,49
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	14.183,83
003.12.365.0009.2045	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%	
0.1.19.000000	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)	
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	11.434,15
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	27.250,12
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	2.861,50
	SUBTOTAL	**415.208,10**

8 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS

001.04.452.0012.2059 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	48.523,80
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	5.255,36
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	284,66
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	46.560,00
001.26.451.0014.2067	REEST. E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS MUNICIPAIS	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	2.450,00
001.26.451.0015.2070	MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E VEÍCULOS	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
	SUBTOTAL	**113.073,82**
09	**SECRETARIA MUN. TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIETE**	
001.04.122.0017.2076	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E MEIO AMB	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	38.847,83
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	3.191,17
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	89.593,05
	SUBTOTAL	**131.632,05**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
001.10.122.0021.2117	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	814,20
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	350,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	64.964,37
001.10.301.0022.2120	MANUTENÇÃO DOS PSF´S (PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA)	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	54.846,97
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	250.070,07
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	21.968,78

3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	66.100,00
001.10.301.0022.2121	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	1.980,96
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	58.749,87
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	6.207,92
001.10.302.0023.1068	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - HOSPITA	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.500,00
001.10.302.0023.1073	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - CAPS	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.980,00
001.10.302.0023.2124	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	48.969,30
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	117.855,53
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	9.878,56
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	31.120,00
001.10.302.0023.2125	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE REABILITAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	22.864,64
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	2.092,75
001.10.302.0023.2129	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	182.720,01
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	16.373,26
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	35.000,00
001.10.304.0025.2132	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	1.235,89
	SUBTOTAL	**1.006.643,08**
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.122.0027.2135	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	48.466,76
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	2.410,67
002.08.122.0028.2137	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	2.067,54
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	4.100,00
004.08.243.0030.2148	APOIO ADMINISTRATIVO A AÇÕES DO F.M.D.C.A	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	3.851,05
005.08.241.0031.2151	APOIO ADMINISTRATIVO A AÇÕES DO FUNDO M. A PESSOA IDOSA	
0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	19.400,00
	SUBTOTAL	**80.296,02**
	TOTAL	**1.964.976,15**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.2003	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
001.04.122.0002.2015	MANUTENÇÃO DO PROCON	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	9.000,00
001.04.122.0002.2160	MANUTENÇÃO DO SINE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	1.800,00
	SUBTOTAL	**30.800,00**
03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**	
001.04.122.0003.2009	REALIZAÇÃO DE FESTA DO DIA DA CRIANÇA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	1.521,40
	SUBTOTAL	**1.521,40**

5 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORCAMENTO

001.04.121.0005.2014 ELABORAÇÃO, REFORMULAÇÃO DAS PEÇAS DE PLANEJAMENTO

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	67.765,00
	SUBTOTAL	**67.765,00**
06	**SECRETARIA MUNIC.AGRICULTURA E ASSUNTOS FUNDIARIOS**	
001.20.122.0039.2017	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ASSUNTOS FUN	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	28.214,82
3390470000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	500,00
001.20.128.0039.2048	CAPACITAÇÃO TÉCNICA DE SERVIDORES	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
001.20.601.0006.1025	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO FEIRA MUNICIPAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	20.000,00
001.20.601.0006.2058	MANUTENÇÃO DA FEIRA MUNICIPAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	9.785,18
001.20.606.0039.1023	AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA	
0.1.24.000000 TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS - OUTROS (NAO RELACIONADOS A EDUCACAO/SAUDE/ASS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.000,00
	SUBTOTAL	**65.500,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**	
001.12.122.0007.2019	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	74.000,00

002.12.365.0009.2034	MANUTENÇÃO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR PNATE - ENS. INF	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	110.000,00
002.12.365.0009.2035	MANUTENÇÃO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR R. PROPRIO - EN	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	10.000,00
002.12.365.0009.2037	MANUTENÇÃO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAE QSE - ENS. INFAN	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	10.000,00
002.12.367.0010.1018	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE - ED. ESPEC	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
002.12.367.0010.2040	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	15.451,78
003.12.361.0008.2042	REMUNERAÇÃO DO MAGISTERIO FUNDEB 60% - ENS. FUNDAMENTA	
0.1.18.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MA		
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	250.000,00
003.12.361.0008.2043	MANUTENÇÃO DO ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	100.000,00
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	24.000,00

3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	3.000,00
003.12.365.0009.2044	REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO FUNDEB 60% - ENS. INFANTIL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	31.000,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	123.500,00
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	40.000,00
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	20.000,00
003.12.365.0009.2045	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	62.500,00
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	15.000,00
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	21.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	9.600,00
003.12.367.0010.2046	REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO FUNDEB 60% - ED. ESPECIAL	
0.1.18.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MA		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	8.000,00
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	2.000,00
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	2.000,00
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	8.000,00
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	5.000,00
	SUBTOTAL	**994.051,78**

8 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS

001.15.451.0013.2063 MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, LAGOS E PARQUES PUBLICOS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	1.240,00
001.15.451.0013.2064	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE LIMPEZA PUBLICA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	1.210,00
001.15.451.0016.2205	MANUTENÇÃO E EDUC. AMBIENTAL DA COLETA SELETIVA DE LIXO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	10.284,66
	SUBTOTAL	**12.734,66**
09	**SECRETARIA MUN. TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIETE**	
001.04.122.0017.2076	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E MEIO AMB	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1.593,05
003.13.392.0019.2100	INCENTIVO A DIFUSÃO E EVENTOS CULTURAIS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	100,00
003.13.392.0019.2103	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO - VIVA O SEU BAIRRO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	3.000,00

3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	7.000,00
003.13.392.0019.2104	MANUTENÇÃO DA BANDA DE MÚSICA LOCAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	3.000,00
003.13.392.0019.2105	REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	2.900,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	3.000,00
003.13.392.0019.2108	MANUTENÇÃO DA SALA DE MEMÓRIA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	3.000,00
003.13.392.0019.2109	MANUTENÇÃO DA FEIRA DOS ARTESÕES	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	3.000,00
003.13.392.0019.2110	MANUTENÇÃO DO ESPAÇO - PALCO MUNICIPAL DE EVENTOS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	3.000,00
003.13.392.0019.2186	MANUTENÇÃO DO CONSELHO DE CULTURA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		

3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	2.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	1.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	2.000,00
004.18.541.0020.2112	IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	3.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	7.000,00
	SUBTOTAL	**89.593,05**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
001.10.122.0021.1061	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - SEC. SA	

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.503,10
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	945,00
001.10.122.0021.1062	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - CENTRAL DE REGULAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.500,00
001.10.122.0021.2117	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	49.561,27
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	350,00
001.10.302.0023.1070	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - LABORA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
001.10.302.0023.1073	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - CAPS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.500,00
001.10.302.0023.1075	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - C. DE ES	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
001.10.302.0023.2124	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	15.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	17.355,89
001.10.303.0024.1077	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - FARMÁC	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	560,00
001.10.304.0025.1078	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - VG. SAN	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100,00
001.10.305.0026.1079	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - VG. AMB	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	375,00
001.10.305.0026.1080	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - VG. EPID	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
	SUBTOTAL	**145.750,26**

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

001.08.122.0027.2181 MANUTENÇÃO DO PREVI CIDADE

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	5.500,00
001.08.128.0027.2136	QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		

3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	7.500,00
003.08.244.0029.2143	APOIO E TRANSF. A INSTITUICOES SEM FINS LUCRATIVOS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3350410000	CONTRIBUICOES	100.000,00
003.08.244.0029.2144	IMPLANTACAO E MANUTENCAO DO CREAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	18.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	3.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	7.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	10.000,00
3390480000	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	5.000,00
3390480000	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	5.000,00
003.08.244.0029.2145	MANUT. DE PROJETO DE QUALIFICACAO E CAPACITACAO	
0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	9.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	4.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	1.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	9.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	1.000,00
003.08.244.0029.2146	MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	
0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	1.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	1.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	3.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	2.000,00
3390480000	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	25.000,00
3390480000	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	10.000,00
003.08.244.0029.2147	IMPLANT. E MANUT. DO CENTRO DE VALORIZAÇÃO A MULHER	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	9.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	4.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	1.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	4.000,00

3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	1.000,00
003.08.244.0029.2182	MANUTENÇÃO DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	3.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	5.000,00
003.08.244.0029.2183	REABILITAÇÃO DE CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	1.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	3.851,05
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	2.148,95
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	1.000,00
004.08.243.0030.2148	APOIO ADMINISTRATIVO A AÇÕES DO F.M.D.C.A	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	4.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	4.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	1.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	1.000,00
004.08.243.0030.2149	APOIO E TRANSF. A INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3350410000	CONTRIBUICOES	15.000,00
004.08.243.0030.2150	MANUTENÇÃO DO ABRIGO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	1.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	4.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	20.000,00
005.08.241.0031.1087	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO - CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA MELH	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.000,00
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
005.08.241.0031.1095	IMPLANTAÇÃO DA ACADEMIA DA MELHOR IDADE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	18.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	2.000,00
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00
005.08.241.0031.2151	APOIO ADMINISTRATIVO A AÇÕES DO FUNDO M. A PESSOA IDOSA	
0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS		
3390060000	BENEFICIO MENSAL AO DEFICIENTE E AO IDOSO	5.000,00
3390060000	BENEFICIO MENSAL AO DEFICIENTE E AO IDOSO	2.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	1.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	2.000,00
005.08.241.0031.2152	APOIO E TRANSF. A INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3350410000	CONTRIBUICOES	15.000,00
005.08.241.0031.2153	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA A PESSOA IDOSA	
0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	4.400,00
006.08.242.0033.2164	APOIO AS AÇÕES DO FUNDO M. DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	
0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS		
3390060000	BENEFICIO MENSAL AO DEFICIENTE E AO IDOSO	2.000,00
3390060000	BENEFICIO MENSAL AO DEFICIENTE E AO IDOSO	6.000,00
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	3.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	800,00
006.08.242.0033.2165	APOIO E TRANSF. A INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3350410000	CONTRIBUICOES	15.000,00
	SUBTOTAL	**486.200,00**

12 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

001.08.812.0032.2166 FOMENTO E APOIO ESPORTE EQUESTRE

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390310000	PREM CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIF DESPORT E OUTRAS	3.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	400,00
001.27.122.0032.2154	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	19.000,00
3390470000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	500,00
3390910000	SENTENÇAS JUDICIAIS	500,00
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	500,00
001.27.812.0032.1089	CONSTRUÇÃO DE CAMPOS DE FUTEBOL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	8.000,00
001.27.812.0032.2155	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESPORTE E LAZER	

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	7.160,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	13.000,00
001.27.812.0032.2156	REALIZAÇÃO DE TORNEIOS ESPORTIVOS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	8.000,00
	SUBTOTAL	**71.060,00**
	TOTAL	**1.964.976,15**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO CHAPADA DOS GUIMARAES - MT.

AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação

no lugar público de costume na data supra.

DECRETO Nº 45/2017

DECRETO Nº 45/2017

DE SEGUNDA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

PROVIDÊNCIAS.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA,

Municipal de CHAPADA DOS GUIMARAES, Estado

GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

especialmente a Lei Municipal n.º 1694/2016, e

consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de CHAPADA

DOS GUIMARAES - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 1.945.460,80 (UM MILHAO

E NOVECENTOS E QUARENTA E CINCO MIL E QUATROCENTOS E SESSENTA REAIS E OITENTA CENTAVOS), nas

dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.2003	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	56.279,14
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	9.543,46
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	7.000,00
3390910000	SENTENÇAS JUDICIAIS	85.000,00
	SUBTOTAL	**157.822,60**
03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**	
001.04.122.0003.1006	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE - ADMINIST	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.384,00
001.04.122.0003.2005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	52.602,65
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	5.466,59
	SUBTOTAL	**68.453,24**
04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS**	
001.04.123.0004.2162	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA PÚBLICA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4690710000	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	71.000,00
	SUBTOTAL	**71.000,00**
05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORCAMENTO**	
001.04.121.0005.2013	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.480,00
	SUBTOTAL	**5.480,00**
06	**SECRETARIA MUNIC.AGRICULTURA E ASSUNTOS FUNDIARIOS**	
001.20.122.0039.2017	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ASSUNTOS FUN	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	36.060,21
	SUBTOTAL	**36.060,21**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**	
001.12.122.0007.2019	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	500,00
002.12.306.0040.2031	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ALIMENTAR - PNAE CREC	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
003.12.361.0008.2043	MANUTENÇÃO DO ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	
0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	181.192,82
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	17.733,06
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
003.12.365.0009.2044	REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO FUNDEB 60% - ENS. INFANTIL	
0.1.18.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MA		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	44.594,65
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	155.635,87
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	14.961,14
003.12.365.0009.2045	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%	
0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	26.762,78
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	2.933,82
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.022,80
	SUBTOTAL	**454.836,94**

8 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS

001.04.452.0012.2059 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	22.899,66
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	4.658,59
001.25.451.0016.2071	MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	26.700,00
	SUBTOTAL	**54.258,25**
09	**SECRETARIA MUN. TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIETE**	
001.04.122.0017.2076	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E MEIO AMB	

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	47.258,58
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	1.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	70.000,00
	SUBTOTAL	**118.258,58**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
001.10.122.0021.2117	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	24.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	65.000,00
001.10.301.0022.2120	MANUTENÇÃO DOS PSF´S (PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA)	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	43.048,75
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	257.065,32
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	10.992,30
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	80.005,04
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	10.000,00
001.10.301.0022.2121	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	44.132,66
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	4.427,40
001.10.302.0023.2124	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	86.276,57
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	129.610,00
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	9.428,08
001.10.302.0023.2125	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE REABILITAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	22.865,02
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	2.894,87
001.10.302.0023.2129	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES MEDICAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	52.211,75
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	15.715,52
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	31.000,00
	SUBTOTAL	**888.673,28**
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.122.0027.2135	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	50.453,69
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	3.249,06
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	20.000,00
001.08.128.0027.2136	QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	

0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	310,00
002.08.122.0028.2137	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	9.000,00
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	2.204,95
005.08.241.0031.2153	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA A PESSOA IDOSA	
0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	5.400,00
	SUBTOTAL	**90.617,70**
	TOTAL	**1.945.460,80**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.2003	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
001.04.122.0002.2004	DESENVOLVER CAMPANHAS DE MARKETING E PUBLICIDADE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
	SUBTOTAL	**10.000,00**

3 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO

001.04.122.0003.1007 REFORMA DO PACO MUNICIPAL

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

001.04.123.0004.2012	MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA TRIBUTARIA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	6.000,00
001.04.123.0004.2039	REESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO MUNICIPAL DE IMÓVEIS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
001.04.123.0004.2075	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - SECRETARIA DE FINANÇAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	5.000,00
001.04.123.0004.2162	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA PÚBLICA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3290210000	JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	5.000,00
	SUBTOTAL	**71.000,00**
05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORCAMENTO**	
001.04.121.0005.2013	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		

3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	5.480,00
	SUBTOTAL	**5.480,00**

6 SECRETARIA MUNIC.AGRICULTURA E ASSUNTOS FUNDIARIOS

001.20.122.0039.2018 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	3.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	7.000,00
001.20.122.0039.2049	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	25.000,00
001.20.128.0039.2048	CAPACITAÇÃO TÉCNICA DE SERVIDORES	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	7.000,00
001.20.601.0006.2058	MANUTENÇÃO DA FEIRA MUNICIPAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
	SUBTOTAL	**112.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**	
001.12.122.0007.2019	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.000,00

4490510000	OBRAS E INSTALACOES	20.000,00
001.04.122.0003.1110	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE CASA DO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.384,00
001.04.122.0003.2005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	3.000,00
001.04.122.0003.2008	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
	SUBTOTAL	**30.384,00**
04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS**	
001.04.123.0004.2010	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.000,00
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	31.000,00

3390470000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	500,00
001.12.128.0007.2021	CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA AOS PROFESSORES	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	500,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	3.000,00

3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	18.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	2.000,00
001.12.128.0007.2179	CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
002.12.361.0008.2029	MANUTENÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS NAS ESCOLAS	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	13.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.522,80
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	8.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	2.000,00
002.12.365.0009.1016	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE - CRECHES	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
002.12.365.0009.1017	AQUISICAO DE EQUIP. MAT. PERMANENTE-ENS. INFANTIL	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
002.12.365.0009.2033	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1.000,00
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	2.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	1.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	118.864,00
002.12.367.0010.2040	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	500,00
003.12.361.0008.2043	MANUTENÇÃO DO ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
	SUBTOTAL	**209.886,80**

8 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS

001.15.451.0016.2073 CONSTRUÇÃO DE OBRAS PARA ACESSIBILIDADE

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	7.000,00

001.15.451.0016.2074	CONSTRUÇÃO DE OBRAS PARA ACESSIBILIDADE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
001.26.451.0015.2069	MANUTENÇÃO DE GARAGEM E OFICINA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	14.700,00
	SUBTOTAL	**26.700,00**
09	**SECRETARIA MUN. TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIETE**	

001.04.122.0017.2076	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E MEIO AMB	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.000,00
002.04.695.0018.1050	CONSTRUÇÃO DO CALÇADÃO DA GASTRONOMIA	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	4.000,00
002.04.695.0018.1054	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	19.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	1.000,00
003.13.392.0019.1056	CONSTRUÇÃO DO CENTRO - PONTO DE CULTURA	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	15.000,00
003.13.392.0019.1058	CONSTRUÇÃO DA FEIRA DOS ARTESÕES	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	19.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	1.000,00
004.18.541.0020.2113	MANUTENÇÃO E VALORIZAÇÃO DO HORTO FLORESTAL	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	7.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	3.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	1.000,00
004.18.541.0020.2187	MANUTENÇÃO DO CONSELHO DO MEIO AMBIENTE	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	2.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	1.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	4.000,00
004.18.541.0020.2210	MANUTENÇÃO DE AÇÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	10.000,00
004.18.541.0020.2211	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE ÁREAS VERDES E PAR	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
004.18.541.0020.2212	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DA BACIA HID	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	10.000,00
004.18.541.0020.2213	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	3.000,00
004.18.541.0020.2214	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	5.000,00
	SUBTOTAL	**131.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
001.10.122.0021.2117	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
0.1.14.000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS	
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	100,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	350,00
001.10.301.0022.2121	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL	
0.1.14.000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	7.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	3.000,00
001.10.301.0022.2123	MANUTENÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMILIA - NASF	
0.1.14.000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1.641,81
001.10.301.0022.2199	REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
001.10.302.0023.2124	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
0.1.14.000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS	
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1.550,00
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	100,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	10.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	31.000,00
001.10.302.0023.2125	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE REABILITAÇÃO	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1.000,00
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	10.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	10.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	6.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	4.000,00
001.10.302.0023.2126	MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	8.358,19
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	20.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	20.000,00
001.10.305.0026.1079	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - VG. AMB	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
	SUBTOTAL	**186.100,00**
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.122.0027.2135	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	10,00
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	300,00
003.08.244.0029.1083	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	

0.1.21.000000 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS ASSISTÊNCIA SOCIAL		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	1.000.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	7.000,00
003.08.244.0029.1084	CONSTRUÇÃO DE CRAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	19.500,00
005.08.241.0031.2153	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA A PESSOA IDOSA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
005.08.241.0031.2184	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	3.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	7.000,00
	SUBTOTAL	**1.046.810,00**

12 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

001.08.812.0032.1090 CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

4490510000	OBRAS E INSTALACOES	5.000,00
001.08.812.0032.2166	FOMENTO E APOIO ESPORTE EQUESTRE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	400,00

001.27.812.0032.1091	CONSTRUÇÃO DE MINI ESTÁDIOS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	20.000,00
001.27.812.0032.1108	REFORMA DE MINI ESTÁDIO E QUADRAS COBERTAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	8.700,00
001.27.812.0032.2156	REALIZAÇÃO DE TORNEIOS ESPORTIVOS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390310000	PREM CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIF DESPORT E OUTRAS	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
001.27.812.0032.2157	APOIO AS MODALIDADES ESPORTIVAS NO MUNICÍPIO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	15.000,00
001.27.812.0032.2158	APOIO AO PROGRAMA ATLETA CHAPADENSE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
3390310000	PREM CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIF DESPORT E OUTRAS	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	10.000,00
001.27.812.0032.2159	APOIAR E INTEGRAR OS PNE´S EM ATIVIDADES ESPORTIVAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
3390310000	PREM CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIF DESPORT E OUTRAS	3.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	2.000,00
	SUBTOTAL	**116.100,00**
	TOTAL	**1.945.460,80**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO CHAPADA DOS GUIMARAES - MT.

AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação

no lugar público de costume na data supra.

DECRETO Nº 35/2017

DECRETO Nº 35/2017

DE SEGUNDA-FEIRA, 10 DE JULHO DE 2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

PROVIDÊNCIAS.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA,

Municipal de CHAPADA DOS GUIMARAES, Estado

GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

especialmente a Lei Municipal n.º 1694/2016, e

consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de CHAPADA DOS GUIMARAES - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 3.778.726,45 (TRES

MILHOES E SETECENTOS E SETENTA E OITO MIL E SETECENTOS E VINTE E SEIS REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS), nas dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.2003	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	64.243,89
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	12.479,18
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	40.000,00
001.04.122.0002.2004	DESENVOLVER CAMPANHAS DE MARKETING E PUBLICIDADE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	15.500,00
	SUBTOTAL	**132.223,07**
03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**	
001.04.122.0003.2005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	7.573,50
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	20.000,00
	SUBTOTAL	**27.573,50**
05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORCAMENTO**	

001.04.121.0005.2013	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	700,00
	SUBTOTAL	**700,00**
06	**SECRETARIA MUNIC.AGRICULTURA E ASSUNTOS FUNDIARIOS**	
001.20.122.0039.2017	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ASSUNTOS FUN	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	16.810,53
	SUBTOTAL	**16.810,53**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**	
002.12.306.0040.2031	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ALIMENTAR - PNAE CREC	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
002.12.361.0008.2025	MANUTENÇÃO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR R. PROPRIO - EN	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	25.000,00
002.12.361.0008.2027	MANUTENÇÃO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR SEDUC - ENS. FU	
0.1.22.000000 TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS - EDUCACAO		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	125.100,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	50.000,00
002.12.361.0008.2028	MANUTENÇÃO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR QSE - ENS. FUND	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	1.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	15.000,00
002.12.365.0009.2036	MANUT. PROG. TRANSP. ESCOLAR SEDUC - ENS. INFANTIL	
0.1.22.000000 TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS - EDUCACAO		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	15.900,00
003.12.361.0008.2043	MANUTENÇÃO DO ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	
0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	312.095,57
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	30.288,34
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	2.119,80
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	5.000,00
003.12.365.0009.2044	REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO FUNDEB 60% - ENS. INFANTIL	
0.1.18.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MA		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	51.306,21
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	171.370,34
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	30.430,11
003.12.365.0009.2045	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%	
0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	48.117,28
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	1.612,33
	SUBTOTAL	**900.339,98**

8 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS

001.04.452.0012.2059 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	8.058,14
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	108.500,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
001.10.302.0023.2124	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	164.512,68
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	260.387,60
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	8.766,81
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	72.500,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	7.736,20
001.10.302.0023.2125	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE REABILITAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	43.982,89
001.10.302.0023.2129	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	370.466,00
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	28.505,33
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	31.500,00
001.10.304.0025.2132	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	820,00
	SUBTOTAL	**1.832.190,57**
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.122.0027.2135	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	129.159,88
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	3.434,45
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	19.000,00
002.08.122.0028.2137	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	1.885,86
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	9.600,00
003.08.244.0029.2138	MANUTENÇÃO DO CRAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	16.000,00
	SUBTOTAL	**179.080,19**
	TOTAL	**3.778.726,45**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**	
001.04.122.0003.2006	REALIZAÇÃO DO CONCURSO PUBLICO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	20.000,00
	SUBTOTAL	**20.000,00**

001.15.451.0014.2207	MANUTENÇÃO DE BALSAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		

3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	2.496,00
001.26.451.0014.1033	CONSTRUÇÃO DE PONTES DE CONCRETO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	199.992,36
001.26.451.0014.2067	REEST. E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS MUNICIPAIS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	215.000,00
001.26.451.0015.2070	MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E VEÍCULOS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	61.200,00
	SUBTOTAL	**600.246,50**
09	**SECRETARIA MUN. TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIETE**	
001.04.122.0017.2076	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E MEIO AMB	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	87.662,11
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.900,00
	SUBTOTAL	**89.562,11**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
001.10.122.0021.2117	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	50,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	91.730,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	7.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	42.500,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	7.000,00
001.10.301.0022.1063	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - PSFS	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.000,00
001.10.301.0022.2120	MANUTENÇÃO DOS PSF´S (PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA)	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	136.045,32
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	283.732,76
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	31.461,39
3390480000	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	30.000,00
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	166.852,69
001.10.301.0022.2121	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	37.680,78
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	3.960,12
001.10.302.0023.2124	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	164.512,68
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	260.387,60
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	8.766,81
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	72.500,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	7.736,20
001.10.302.0023.2125	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE REABILITAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	43.982,89
001.10.302.0023.2129	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	370.466,00
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	28.505,33
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	31.500,00
001.10.304.0025.2132	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	820,00
	SUBTOTAL	**1.832.190,57**
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.122.0027.2135	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	129.159,88
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	3.434,45
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	19.000,00
002.08.122.0028.2137	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	1.885,86
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	9.600,00
003.08.244.0029.2138	MANUTENÇÃO DO CRAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	16.000,00
	SUBTOTAL	**179.080,19**
	TOTAL	**3.778.726,45**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**	
001.04.122.0003.2006	REALIZAÇÃO DO CONCURSO PUBLICO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	20.000,00
	SUBTOTAL	**20.000,00**

5 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORCAMENTO

001.04.121.0005.1009 AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
001.04.121.0005.2013	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	6.000,00
3390470000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	500,00
3390910000	SENTENÇAS JUDICIAIS	500,00
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	500,00
001.04.121.0005.2016	EXECUCAO DO PLANO DIRETOR	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	20.000,00
001.04.121.0005.2038	REGULAMENTAR A LEGISLAÇÃO DE PARCERIA PUBLICO / PRIVADO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		

3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	1.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	3.000,00
	SUBTOTAL	**84.500,00**
06	**SECRETARIA MUNIC.AGRICULTURA E ASSUNTOS FUNDIARIOS**	
001.20.122.0039.2017	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ASSUNTOS FUN	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	5.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.000,00
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	500,00
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	500,00
001.20.128.0039.2048	CAPACITAÇÃO TÉCNICA DE SERVIDORES	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	3.000,00
001.20.601.0006.1025	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO FEIRA MUNICIPAL	
0.1.24.000000 TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS - OUTROS (NAO RELACIONADOS A EDUCACAO/SAUDE/ASS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	2.000,00
001.20.601.0006.1120	CONSTRUÇÃO DE PEQUENA INDUSTRIA PARA PRODUÇÃO RURAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	9.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	1.000,00
001.20.601.0006.2204	REALIZAÇÃO DE ENCONTRO DA MULHER RURAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	5.000,00

001.20.602.0006.1027	CONSTRUÇÃO DE TANQUES PARA PESCA E AQUICULTURA	
0.1.24.000000 TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS - OUTROS (NAO RELACIONADOS A EDUCACAO/SAUDE/ASS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	2.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	20.000,00
001.20.604.0006.1028	CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE ABATEDOURO MUNICIPAL	
0.1.24.000000 TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS - OUTROS (NAO RELACIONADOS A EDUCACAO/SAUDE/ASS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	2.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	20.000,00
001.20.604.0006.2140	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SERV. DE INSPEÇÃO MUNICIPAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	3.000,00
001.20.606.0006.1026	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE AGRICULTURA FA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.000,00
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
001.20.606.0006.2050	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE AGROINDUSTRIA FAMILIAR	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	15.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	50.000,00

001.20.606.0006.2054	REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA E AMBIENTAL DA REGIÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	10.000,00
001.20.606.0006.2057	FOMENTO AO TURISMO RURAL E TECNOLOGICO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	10.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	30.000,00
001.20.606.0039.1023	AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
001.20.607.0006.2053	MANUT. DO PROGRAMA DE IRRIGAÇÃO PARA PEQUENOS PRODUTO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	3.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	7.000,00
	SUBTOTAL	**306.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**	

001.12.122.0007.2020	APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES ORGANIZADAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3350410000	CONTRIBUICOES	5.000,00
3350410000	CONTRIBUICOES	30.000,00
002.12.361.0008.1015	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	5.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	10.000,00
002.12.361.0008.1103	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS MUNICIPAIS	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	355.196,24
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	60.000,00
002.12.361.0008.1104	CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	2.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	736.000,00
002.12.361.0008.2024	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	10.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	10.000,00
002.12.361.0008.2026	MANUTENÇÃO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR PNATE - ENS. FU	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	15.000,00
002.12.364.0011.2041	APOIO AOS ALUNOS DE NÍVEL SUPERIOR DO MUNICÍPIO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3350410000	CONTRIBUICOES	39.244,26
002.12.365.0009.1094	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE CRECHES	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		

4490510000	OBRAS E INSTALACOES	35.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	93.000,00
002.12.367.0010.2040	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
0.1.15.000000	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	1.000,00
003.12.361.0008.2042	REMUNERAÇÃO DO MAGISTERIO FUNDEB 60% - ENS. FUNDAMENTA	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	5.000,00
003.12.365.0009.2045	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	76.500,00
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	10.000,00
003.12.367.0010.2047	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDEB 40%	

0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	7.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	8.000,00
	SUBTOTAL	**1.523.940,50**
08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS**	
001.04.452.0012.1029	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE - SEC. OBRA	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.592,00
001.04.452.0012.2059	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	3.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	742,70
3390470000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	500,00
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	500,00
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	500,00
001.15.451.0013.2061	MANUTENÇÃO DE RUAS, AVENIDAS, CALÇADAS, MEIO FIOS E BUEIR	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	585,35
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
001.15.451.0013.2062	MANUTENÇÃO DE GALERIAS PLUVIAS	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	550,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	15.000,00
001.15.451.0013.2063	MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, LAGOS E PARQUES PUBLICOS	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	10.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	5.000,00
001.15.451.0013.2064	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE LIMPEZA PUBLICA	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.054,00
001.15.451.0013.2065	SINALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE VIAS PUBLICAS	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	

3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	7.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	3.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	5.000,00
001.15.451.0014.2207	MANUTENÇÃO DE BALSAS	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	8.880,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	20.000,00

001.15.451.0016.1038	IMPLANTAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	1.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	10.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	6.000,00
001.15.451.0016.2073	CONSTRUÇÃO DE OBRAS PARA ACESSIBILIDADE	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	1.000,00
001.15.451.0016.2074	CONSTRUÇÃO DE OBRAS PARA ACESSIBILIDADE	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	11.074,00
001.15.451.0016.2205	MANUTENÇÃO E EDUC. AMBIENTAL DA COLETA SELETIVA DE LIXO	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	72.541,05
001.25.451.0016.1036	AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	1.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	2.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	7.000,00
001.25.451.0016.2071	MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	10.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	1.000,00
001.26.451.0014.2068	MANUTENÇÃO DE PONTE DE MADEIRA	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	1.800,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	18.200,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	94.549,26
001.26.451.0015.1034	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS CAMINHÕES E VEÍCULO	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	114.120,00
001.26.451.0015.1035	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA GARAGEM E OFICINA	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
001.26.451.0015.2069	MANUTENÇÃO DE GARAGEM E OFICINA	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
001.26.451.0015.2070	MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E VEÍCULOS	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	10.000,00
	SUBTOTAL	**490.188,36**

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
001.10.122.0021.1062	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - CENTRAL DE REGULAÇÃO	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00
001.10.122.0021.2117	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	3.100,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	50,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.500,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	7.500,00
3390470000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	500,00
001.10.122.0021.2118	MANUTENÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	4.500,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	500,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.500,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	3.500,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	500,00
001.10.122.0021.2119	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	2.500,00
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	500,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	4.500,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	1.500,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	230,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	4.500,00
001.10.301.0022.1065	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - SAÚDE B	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
001.10.301.0022.1067	CONSTRUÇÃO / CONCLUSÃO DA ACADEMIA DE SAÚDE	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	10.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	10.000,00
001.10.301.0022.2120	MANUTENÇÃO DOS PSF´S (PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA)	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1.000,00
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	170,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3.500,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.000,00
3390470000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	250,00
3390470000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	250,00
001.10.301.0022.2121	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1.000,00
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	27,59
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	11.500,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.000,00
001.10.302.0023.2124	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	2.500,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	900,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.000,00
001.10.302.0023.2125	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE REABILITAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
001.10.302.0023.2127	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 H	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	2.000,00
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	30.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	20.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	96.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	50.000,00
3390480000	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	12.000,00
3390480000	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	10.000,00
3390480000	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	18.000,00
001.10.302.0023.2128	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	2.000,00
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	15.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	20.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	50.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	80.000,00
001.10.302.0023.2129	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1.000,00
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.000,00

3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMO-CAO	1. 000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PES-SOA FISICA	8. 000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PES-SOA FISICA	15. 000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PES-SOA JURIDICA	20. 000,00
001.10.302. 0023.2130	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	20. 000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	30. 000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PES-SOA FISICA	11. 000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PES-SOA FISICA	9. 000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PES-SOA JURIDICA	60. 000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PES-SOA JURIDICA	20. 000,00
001.10.303. 0024.2131	MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA MUNICIPAL	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTE-MA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1. 000,00
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1. 000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	820,00
3390320000	MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	10. 000,00
3390320000	MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	190. 000,00
001.10.304. 0025.1078	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - VG. SAN	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5. 000,00
001.10.304. 0025.2132	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	20. 000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PES-SOA FISICA	10. 000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PES-SOA FISICA	10. 000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PES-SOA JURIDICA	30. 000,00
001.10.305. 0026.1080	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - VG. EPID	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTE-MA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5. 000,00
001.10.305. 0026.2133	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PES-SOAL CIVIL	27. 000,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PES-SOAL CIVIL	50. 000,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PES-SOAL CIVIL	23. 000,00
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	4. 000,00
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	3. 000,00
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1. 000,00
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1. 000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10. 000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMO-CAO	1. 000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMO-CAO	1. 000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PES-SOA FISICA	1. 000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PES-SOA FISICA	6. 000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PES-SOA FISICA	4. 000,00
001.10.305. 0026.2134	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓ-GICA	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTE-MA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	16. 000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10. 000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMO-CAO	1. 000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMO-CAO	1. 000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PES-SOA JURIDICA	5. 000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PES-SOA JURIDICA	5. 000,00
	SUBTOTAL	**1.305. 297,59**
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.122. 0027.1081	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE ASSIST. S	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3. 000,00
001.08.122. 0027.2135	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSIS-TÊNCIA SOCIAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	200,00
001.08.122. 0027.2218	MANUTENÇÃO DE PROGRAMA DE INCENTI-VO A ASSOCIAÇÕES DE B	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5. 000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PES-SOA FISICA	2. 000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PES-SOA JURIDICA	8. 000,00
001.08.128. 0027.2136	QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE SERVI-DORES	
0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIO-NAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMO-CAO	500,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PES-SOA FISICA	500,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PES-SOA JURIDICA	500,00
002.08.122. 0028.2137	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390470000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBU-TIVAS	500,00
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	500,00
005.08.241. 0031.1095	IMPLANTAÇÃO DA ACADEMIA DA MELHOR IDADE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANEN-TE	16. 000,00
	SUBTOTAL	**37. 200,00**

12 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

001.08.812.0032.2166 FOMENTO E APOIO ESPORTE EQUESTRE

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	1. 600,00
001.27.812. 0032.2157	APOIO AS MODALIDADES ESPORTIVAS NO MUNICÍPIO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10. 000,00
	SUBTOTAL	**11. 600,00**
	TOTAL	**3.778. 726,45**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO CHAPADA DOS GUIMARAES - MT.

AOS DEZ DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação

no lugar público de costume na data supra.

DECRETO Nº 28/2017

DECRETO Nº 28/2017

DE SEXTA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

PROVIDÊNCIAS.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA,

Municipal de CHAPADA DOS GUIMARAES, Estado

GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

especialmente a Lei Municipal n.º 1694/2016, e

consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de CHAPADA

DOS GUIMARAES - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 1.792.080,00 (UM MILHAO

E SETECENTOS E NOVENTA E DOIS MIL E OITENTA REAIS), nas dotações orçamentárias:

07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**	
002.12.361.0008.2027	MANUTENÇÃO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR SEDUC - ENS. FU	
0.1.22.000000 TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS - EDUCACAO		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	53.000,00
002.12.361.0008.2028	MANUTENÇÃO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR QSE - ENS. FUND	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	145.000,00
003.12.361.0008.2043	MANUTENÇÃO DO ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	
0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	140.000,00
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	5.000,00
003.12.365.0009.2045	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%	
0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	25.000,00
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	5.000,00
	SUBTOTAL	**373.000,00**

8 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS

001.04.452.0012.2059 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	48.000,00
001.15.451.0013.2064	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE LIMPEZA PUBLICA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	436.500,00
001.25.451.0016.2071	MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	45.000,00
001.26.451.0015.2070	MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E VEÍCULOS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00
	SUBTOTAL	**609.500,00**
09	**SECRETARIA MUN. TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIETE**	
001.04.122.0017.2076	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E MEIO AMB	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	47.000,00
	SUBTOTAL	**47.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
001.10.122.0021.2117	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	80,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	17.246,16
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	75.500,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	40.000,00
001.10.301.0022.2120	MANUTENÇÃO DOS PSF´S (PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA)	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	84.000,00
3390480000	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	20.000,00
3390910000	SENTENÇAS JUDICIAIS	15.000,00
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	60.000,00
001.10.302.0023.2124	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	90.000,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	66.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1.069,34
001.10.302.0023.2125	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE REABILITAÇÃO	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	684,50
001.10.302.0023.2129	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	180.000,00
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	16.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	15.000,00
	SUBTOTAL	**710.580,00**
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.122.0027.2135	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	29.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	16.000,00
005.08.241.0031.2153	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA A PESSOA IDOSA	
0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	7.000,00
	SUBTOTAL	**52.000,00**

	TOTAL	**1.792.080,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

7 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

002.12.361.0008.1104 CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

4490510000	OBRAS E INSTALACOES	8.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	145.000,00
002.12.365.0009.1094	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE CRECHES	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	15.000,00
003.12.361.0008.2043	MANUTENÇÃO DO ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	175.000,00
003.12.365.0009.2044	REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO FUNDEB 60% - ENS. INFANTIL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	19.000,00
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	10.000,00
003.12.365.0009.2045	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	5.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
003.12.367.0010.2046	REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO FUNDEB 60% - ED. ESPECIAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	10.000,00
	SUBTOTAL	**401.000,00**

8 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS

001.04.451.0012.2060 MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO E CAPELA MORTUÁR

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	10.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	20.000,00
001.15.451.0013.1030	CONSTRUÇÃO DE MEIOS FIOS, GUIAS E SARGETAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	30.000,00

001.15.451.0013.1031	CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	30.000,00
001.15.451.0013.1032	CONSTRUÇÃO DE GALERIAS FLUVIAIS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	50.000,00
001.15.451.0013.2061	MANUTENÇÃO DE RUAS, AVENIDAS, CALÇADAS, MEIO FIOS E BUEIR	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	30.000,00
001.15.451.0013.2063	MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, LAGOS E PARQUES PUBLICOS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	5.000,00
001.15.451.0016.1037	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	10.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	90.000,00
001.15.451.0016.1039	CONSTRUÇÃO DO NOVO CEMITÉRIO PÚBLICO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	80.000,00
4490610000	AQUISICAO DE IMOVEIS	40.000,00
001.15.451.0016.1123	CONSTRUÇÃO DE OBRAS PARA ACESSIBILIDADE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	20.000,00
001.15.451.0016.2073	CONSTRUÇÃO DE OBRAS PARA ACESSIBILIDADE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
001.15.451.0016.2205	MANUTENÇÃO E EDUC. AMBIENTAL DA COLETA SELETIVA DE LIXO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	10.000,00
001.15.451.0016.2206	MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE OPERAÇÃO DO LIXÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	5.000,00
001.15.512.0016.2072	MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
001.26.451.0014.2067	REEST. E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS MUNICIPAIS	

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO	66.500,00
SUBTOTAL	**596.500,00**

9 SECRETARIA MUN. TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIETE

002.04.695.0018.1048 REFORMA E ADEQUACAO DA PISCINA PUBLICA

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

4490510000	OBRAS E INSTALACOES	35.000,00
002.04.695.0018.1050	CONSTRUÇÃO DO CALÇADÃO DA GASTRONOMIA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	5.000,00
004.18.541.0020.2213	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	5.000,00
004.18.541.0020.2214	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00

	SUBTOTAL	**47.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
001.10.122.0021.2117	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	80,00
001.10.301.0022.2120	MANUTENÇÃO DOS PSF´S (PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA)	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	40.000,00
001.10.301.0022.2121	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	6.500,00
001.10.301.0022.2123	MANUTENÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	20.000,00
001.10.302.0023.1138	CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24HO	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	20.000,00
001.10.302.0023.2124	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	64.000,00
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	24.000,00
001.10.302.0023.2125	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE REABILITAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	5.000,00
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	5.000,00
001.10.302.0023.2127	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 H	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	20.000,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	25.000,00
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	50.000,00
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	50.000,00
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	25.000,00
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	25.000,00
001.10.302.0023.2128	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	20.000,00
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	10.000,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	30.000,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	50.000,00
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	20.000,00
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	10.000,00
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	10.000,00
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	10.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
001.10.303.0024.1076	ADEQUAÇÃO E REFORMA DA FARMÁCIA MUNICIPAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	10.000,00
001.10.303.0024.2131	MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA MUNICIPAL	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	5.000,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	30.000,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	30.000,00
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	5.000,00
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	5.000,00
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	3.000,00
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	2.000,00
001.10.305.0026.2133	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	1.000,00
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	2.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	5.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	10.000,00
001.10.305.0026.2134	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	3.000,00
	SUBTOTAL	**695.580,00**
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.122.0027.1081	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE ASSIST. S	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.000,00
001.08.122.0027.2135	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	45.000,00
	SUBTOTAL	**52.000,00**
	TOTAL	**1.792.080,00**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO CHAPADA DOS GUIMARAES - MT.

AOS DOIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação

no lugar público de costume na data supra.

DECRETO Nº 23/2017

DECRETO Nº 23/2017

DE QUINTA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

PROVIDÊNCIAS.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA,

Municipal de CHAPADA DOS GUIMARAES, Estado

GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

especialmente a Lei Municipal n.º 1694/2016, e

consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de CHAPADA

DOS GUIMARAES - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 940.700,00 (NOVECENTOS

E QUARENTA MIL E SETECENTOS REAIS), nas dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.2003	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	36.000,00

	SUBTOTAL	**36.000,00**
04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS**	
001.04.123.0004.2010	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	30.000,00

	SUBTOTAL	**30.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**	
001.12.122.0007.2019	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	15.000,00
002.12.361.0008.2026	MANUTENÇÃO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR PNATE - ENS. FU	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	70.000,00
002.12.361.0008.2028	MANUTENÇÃO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR QSE - ENS. FUND	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	100.000,00
003.12.361.0008.2043	MANUTENÇÃO DO ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	
0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	86.000,00
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	15.000,00
003.12.365.0009.2045	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%	

0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)

3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	23.200,00
003.12.367.0010.2047	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDEB 40%	
0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	5.000,00
	SUBTOTAL	**314.200,00**

8 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS

001.04.452.0012.2059 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
001.15.451.0014.2207	MANUTENÇÃO DE BALSAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	10.000,00
	SUBTOTAL	**110.000,00**
09	**SECRETARIA MUN. TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIETE**	
001.04.122.0017.1041	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - SECRET	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.000,00
001.04.122.0017.2076	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E MEIO AMB	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	47.000,00
	SUBTOTAL	**59.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
001.10.122.0021.1061	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - SEC. SA	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16.000,00
001.10.122.0021.2117	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	7.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	30.000,00
001.10.301.0022.2120	MANUTENÇÃO DOS PSF´S (PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA)	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	125.000,00
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	55.500,00
001.10.302.0023.2124	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	67.000,00
001.10.302.0023.2129	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	81.000,00
	SUBTOTAL	**381.500,00**
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
005.08.241.0031.2153	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA A PESSOA IDOSA	

0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	10.000,00
SUBTOTAL	**10.000,00**
TOTAL	**940.700,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.1005	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO - GABINETE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	36.000,00

	SUBTOTAL	**36.000,00**
05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORCAMENTO**	
001.04.121.0005.2013	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		

3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	35.000,00
001.04.121.0005.2014	ELABORAÇÃO, REFORMULAÇÃO DAS PEÇAS DE PLANEJAMENTO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	10.000,00
	SUBTOTAL	**45.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**	
001.12.122.0007.2019	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	15.000,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	86.000,00
002.12.306.0040.2023	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ALIMENTAR PNAE - ENSINO FUNDAM	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
002.12.365.0009.1094	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE CRECHES	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	7.000,00
003.12.361.0008.2043	MANUTENÇÃO DO ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	
0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	5.000,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	23.200,00
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1.000,00
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	1.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	15.000,00
003.12.365.0009.1020	AQUISICÃO DE EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE - ENS. INFA	
0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00

4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
003.12.365.0009.1021	AQUISICÃO DE EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE - CRECHE 4	
0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
003.12.365.0009.2045	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%	
0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1.000,00
003.12.367.0010.2047	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDEB 40%	
0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	500,00
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	500,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	13.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	3.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	9.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	3.000,00
	SUBTOTAL	**306.200,00**

8 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS

001.04.451.0012.2060 MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO E CAPELA MORTUÁR

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	10.000,00
001.04.452.0012.2059	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	50.000,00
001.26.451.0014.2067	REEST. E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS MUNICIPAIS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	20.000,00
	SUBTOTAL	**110.000,00**

9 SECRETARIA MUN. TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIETE

001.04.691.0017.2190 IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE MICRO CREDITO

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390350000	SERVICOS DE CONSULTORIA	4.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	10.000,00
002.04.695.0018.2084	MANUTENÇÃO DA PISCINA PUBLICA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	6.000,00
004.18.541.0020.2187	MANUTENÇÃO DO CONSELHO DO MEIO AMBIENTE	

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.000,00
004.18.541.0020.2211	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE ÁREAS VERDES E PAR	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	10.000,00
004.18.541.0020.2212	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DA BACIA HID	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
004.18.541.0020.2214	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	3.000,00
	SUBTOTAL	**59.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
001.10.122.0021.2117	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	4.500,00
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	500,00
001.10.301.0022.2120	MANUTENÇÃO DOS PSF´S (PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA)	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	76.500,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	4.000,00
001.10.301.0022.2121	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL	

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	12.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	3.000,00
001.10.301.0022.2122	MANUTENÇÃO DA ACADEMIA DE SAÚDE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	19.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
001.10.302.0023.1071	AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16.000,00
001.10.302.0023.1073	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - CAPS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	19.000,00
001.10.302.0023.2127	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 H	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	30.000,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	125.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	54.000,00
001.10.305.0026.2134	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390360000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	1.000,00
SUBTOTAL	**374.500,00**

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

003.08.244.0029.2142 MANUTENÇÃO DO PROG. DE PROTEÇÃO ESPECIAL

0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

3390480000 OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	10.000,00
SUBTOTAL	**10.000,00**
TOTAL	**940.700,00**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO CHAPADA DOS GUIMARAES - MT.

AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação

no lugar público de costume na data supra.

DECRETO Nº 22/2017

DECRETO Nº 22/2017

DE TERÇA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

PROVIDÊNCIAS.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA,

Municipal de CHAPADA DOS GUIMARAES, Estado

GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

especialmente a Lei Municipal n.º 1694/2016, e

consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de CHAPADA

DOS GUIMARAES - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 1.050.150,00 (UM MILHAO

E CINQUENTA MIL E CENTO E CINQUENTA REAIS), nas dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.2003	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	2.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.000,00
	SUBTOTAL	**4.000,00**
04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS**	
001.04.123.0004.2010	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	20.000,00
3390910000	SENTENÇAS JUDICIAIS	4.000,00
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	70.000,00
	SUBTOTAL	**94.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**	
002.12.361.0008.2028	MANUTENÇÃO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR QSE - ENS. FUND	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	140.000,00
002.12.367.0010.2040	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	119.000,00
003.12.361.0008.2043	MANUTENÇÃO DO ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	
0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	22.000,00
003.12.365.0009.2045	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%	
0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	15.000,00

	SUBTOTAL	**296.000,00**
08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS**	
001.26.451.0015.2070	MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E VEÍCULOS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00

	SUBTOTAL	**40.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
001.10.122.0021.2117	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	6.000,00
001.10.301.0022.2120	MANUTENÇÃO DOS PSF´S (PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA)	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		

3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	123.000,00
3390480000	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	3.000,00
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	74.000,00
001.10.301.0022.2121	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	45.000,00
001.10.302.0023.2124	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	93.000,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	49.000,00
001.10.302.0023.2129	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	157.987,99
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	41.512,01
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	7.000,00
	SUBTOTAL	**599.500,00**

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

001.08.128.0027.2136 QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1.000,00
003.08.244.0029.2138	MANUTENÇÃO DO CRAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
	SUBTOTAL	**6.000,00**
12	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**	
001.27.122.0032.2154	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
001.27.812.0032.2155	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESPORTE E LAZER	

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO	5.650,00
SUBTOTAL	**10.650,00**
TOTAL	**1.050.150,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.1003	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MATERIAIS PERMANENTES - PROCO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
001.04.122.0002.1004	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MATERIAIS PERMANENTES - GABIN	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
001.04.122.0002.1005	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO - GABINETE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
001.04.122.0002.1012	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MATERIAIS PERMANENTES - SINE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
001.04.122.0002.2003	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.000,00
3390470000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	500,00
001.04.122.0002.2015	MANUTENÇÃO DO PROCON	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
001.04.122.0002.2160	MANUTENÇÃO DO SINE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	2.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.000,00
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	2.000,00
	SUBTOTAL	**74.500,00**
03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**	
001.04.122.0003.2005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390910000	SENTENÇAS JUDICIAIS	500,00
	SUBTOTAL	**500,00**
04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS**	
001.04.123.0004.2012	MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA TRIBUTARIA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	20.000,00
	SUBTOTAL	**20.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC.AGRICULTURA E ASSUNTOS FUNDIARIOS**	
001.20.122.0039.2017	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ASSUNTOS FUN	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390910000	SENTENÇAS JUDICIAIS	500,00
	SUBTOTAL	**500,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**	
001.12.122.0007.2019	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390910000	SENTENÇAS JUDICIAIS	500,00
002.12.306.0040.2023	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ALIMENTAR PNAE - ENSINO FUNDAM	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
002.12.361.0008.1104	CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	119.000,00
002.12.361.0008.2025	MANUTENÇÃO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR R. PROPRIO - EN	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
003.12.361.0008.2043	MANUTENÇÃO DO ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	
0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	15.000,00
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	11.000,00
003.12.365.0009.2045	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%	

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	11.000,00
	SUBTOTAL	**296.500,00**

8 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS

001.04.452.0012.2059 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390910000	SENTENÇAS JUDICIAIS	500,00
001.15.451.0013.2064	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE LIMPEZA PUBLICA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
001.25.451.0016.1036	AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA	
0.1.24.000000 TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS - OUTROS (NAO RELACIONADOS A EDUCACAO/SAUDE/ASS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	20.000,00
	SUBTOTAL	**40.500,00**
09	**SECRETARIA MUN. TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIETE**	
001.04.122.0017.2076	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E MEIO AMB	

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390910000	SENTENÇAS JUDICIAIS	500,00
	SUBTOTAL	**500,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
001.10.122.0021.2117	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390910000	SENTENÇAS JUDICIAIS	500,00
001.10.301.0022.1139	CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAUDE	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	430.500,00
001.10.301.0022.2120	MANUTENÇÃO DOS PSF´S (PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA)	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	10.000,00
001.10.301.0022.2122	MANUTENÇÃO DA ACADEMIA DE SAÚDE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	21.000,00
001.10.301.0022.2123	MANUTENÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	24.000,00
001.10.302.0023.1071	AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
001.10.302.0023.1138	CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24HO	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	87.000,00
001.10.302.0023.2127	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 H	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390480000	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	3.000,00
001.10.303.0024.1076	ADEQUAÇÃO E REFORMA DA FARMÁCIA MUNICIPAL	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	3.000,00
001.10.305.0026.2133	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	5.000,00
001.10.305.0026.2134	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	1.000,00
	SUBTOTAL	**600.000,00**
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.122.0027.2135	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00

3390910000	SENTENÇAS JUDICIAIS	500,00
006.08.242.0033.2164	APOIO AS AÇÕES DO FUNDO M. DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	
0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1.000,00
	SUBTOTAL	**6.500,00**

12 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

001.08.812.0032.1090 CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

4490510000	OBRAS E INSTALACOES	5.000,00
001.27.812.0032.1108	REFORMA DE MINI ESTÁDIO E QUADRAS COBERTAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	5.650,00
	SUBTOTAL	**10.650,00**
	TOTAL	**1.050.150,00**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO CHAPADA DOS GUIMARAES - MT.

AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSETE.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação

no lugar público de costume na data supra.

DECRETO Nº 12/2017

DECRETO Nº 12/2017

DE QUARTA-FEIRA, 1 DE MARÇO DE 2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

PROVIDÊNCIAS.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA,

Municipal de CHAPADA DOS GUIMARAES, Estado

GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

especialmente a Lei Municipal n.º 1694/2016, e

consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de CHAPADA

DOS GUIMARAES - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 1.289.240,09 (UM MILHAO

E DUZENTOS E OITENTA E NOVE MIL E DUZENTOS E QUARENTA REAIS E NOVE CENTAVOS), nas dotações

orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.2003	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	34.000,00
	SUBTOTAL	**34.000,00**
03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**	
001.04.122.0003.2005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	20.000,00
	SUBTOTAL	**20.000,00**
04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS**	
001.04.123.0004.2010	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	20.000,00
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	13.200,00
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	6.931,53
	SUBTOTAL	**40.131,53**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**	
001.12.122.0007.2019	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	5.000,00
002.12.361.0008.2028	MANUTENÇÃO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR QSE - ENS. FUND	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
003.12.361.0008.2043	MANUTENÇÃO DO ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	

0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)

3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	14.000,00
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	2.000,00
003.12.365.0009.2045	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%	
0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	18.100,00
	SUBTOTAL	**69.100,00**

8 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS

001.04.452.0012.2059 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	65.000,00
001.15.451.0013.2062	MANUTENÇÃO DE GALERIAS PLUVIAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	3.000,00
001.15.451.0013.2063	MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, LAGOS E PARQUES PUBLICOS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	15.000,00
001.26.451.0015.2070	MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E VEÍCULOS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
	SUBTOTAL	**103.000,00**
09	**SECRETARIA MUN. TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIETE**	
001.04.122.0017.1041	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - SECRET	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
	SUBTOTAL	**15.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
001.10.122.0021.2117	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAUDE - SUS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	216.961,35
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	340.000,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	254.506,85
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	21.690,36
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	48.000,00
001.10.301.0022.2120	MANUTENÇÃO DOS PSF´S (PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA)	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	100.000,00
	SUBTOTAL	**981.158,56**

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

002.08.122.0028.2137 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3190040000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	20.000,00

005.08.241.0031.2153	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA A PESSOA IDOSA	
0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	1.200,00
	SUBTOTAL	**21.200,00**
12	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**	
001.27.812.0032.2155	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESPORTE E LAZER	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.650,00
	SUBTOTAL	**5.650,00**
	TOTAL	**1.289.240,09**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.1005	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO - GABINETE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	34.000,00
	SUBTOTAL	**34.000,00**

3 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO

001.04.122.0003.2006 REALIZAÇÃO DO CONCURSO PUBLICO

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	20.000,00

	SUBTOTAL	**20.000,00**
04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS**	
001.04.123.0004.1008	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE - FINANÇAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.931,53
001.04.123.0004.1158	MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA TRIBUTÁRIA - INVESTIMENTO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
001.04.123.0004.2012	MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA TRIBUTARIA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	13.200,00
	SUBTOTAL	**40.131,53**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**	
001.12.128.0007.2179	CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
002.12.361.0008.1103	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS MUNICIPAIS	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	244.803,76
002.12.361.0008.2024	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL	

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
002.12.365.0009.1094	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE CRECHES	
0.1.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACA		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	50.000,00
003.12.361.0008.1019	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE - FUNDEB 4	
0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00
003.12.361.0008.2042	REMUNERAÇÃO DO MAGISTERIO FUNDEB 60% - ENS. FUNDAMENTA	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	18.100,00
003.12.365.0009.2045	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%	
0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	14.000,00
	SUBTOTAL	**363.903,76**

8 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS

001.15.451.0013.1032 CONSTRUÇÃO DE GALERIAS FLUVIAIS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

4490510000	OBRAS E INSTALACOES	50.000,00
001.15.451.0016.1038	IMPLANTAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	3.000,00
	SUBTOTAL	**53.000,00**

9 SECRETARIA MUN. TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIETE

002.04.695.0018.1048 REFORMA E ADEQUACAO DA PISCINA PUBLICA

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

4490510000 OBRAS E INSTALACOES	15.000,00
SUBTOTAL	**15.000,00**

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

001.10.122.0021.1136 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO

0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
001.10.122.0021.2117	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.196,24
001.10.301.0022.2120	MANUTENÇÃO DOS PSF´S (PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA)	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	21.690,36
3390480000	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	40.000,00
001.10.301.0022.2121	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	150.000,00
001.10.301.0022.2123	MANUTENÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	16.000,00
001.10.302.0023.1071	AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.000,00
001.10.302.0023.2124	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	104.506,85
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	146.961,35
001.10.302.0023.2127	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 H	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3390480000	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	48.000,00
001.10.303.0024.2131	MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA MUNICIPAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	10.000,00
001.10.305.0026.2133	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL	
0.1.14.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	10.000,00
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	10.000,00
	SUBTOTAL	**712.354,80**
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.122.0027.2135	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	20.000,00
006.08.242.0033.2164	APOIO AS AÇÕES DO FUNDO M. DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	
0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS		
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	1.200,00

	SUBTOTAL	**21. 200,00**
12	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**	
001.27.122. 0032.2154	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390140000	DIARIAS PESSOAL CIVIL	2. 000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1. 000,00
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1. 000,00
001.27.812. 0032.1089	CONSTRUÇÃO DE CAMPOS DE FUTEBOL	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10. 000,00
001.27.812. 0032.1108	REFORMA DE MINI ESTÁDIO E QUADRAS COBERTAS	
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	5. 650,00
001.27.812. 0032.2157	APOIO AS MODALIDADES ESPORTIVAS NO MUNICÍPIO	

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390310000 PREM CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIF DESPORT E OUTRAS	10. 000,00
SUBTOTAL	**29.650,00**
TOTAL	**1.289. 240,09**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO CHAPADA DOS GUIMARAES - MT.

AO HUM DIA DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação

no lugar público de costume na data supra.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATO 038/2018

CONTRATADO: ALFA – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME - CNPJ: 13.731.784/0001-70

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA NOVA, ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO 2018, ZERO, COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: CHASSI ARTICULADO, EQUIPADA COM MOTOR 06 CILINDROS TURBO ALIMENTADO, COM POTÊNCIA LÍQUIDA MÍNIMA DE 118 HP, AROS DE 03 PEÇAS; FREIO EM BANHO DE ÓLEO, FREIO DE ESTACIONAMENTO, CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA NAS RODAS DIANTEIRAS, RIPPER TRASEIRO COM MÍNIMO DE 05 DENTES, TRANSMISSÃO COM NO MÍNIMO 06 VELOCIDADES A FRENTE E NO MÍNIMO 03 A RÉ, PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 14.300 KG, FARÓIS DE TRABALHO NOTURNO DIANTEIRO E TRASEIRO, LUZES INDICADORAS DE DIREÇÃO, BEM COMO TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E TRÁFEGO, CONFORME NORMAS DO DETRAN/CONTRAN. GARANTIA DE UM ANO SEM LIMITE DE HORAS, conforme ITEM 02 da Ata de Registro De Preços nº 026/2018 do Pregão Presencial Nº 016/2018, da Prefeitura Municipal de Canarana/MT

VALOR: R$ 549.000,00 (QUINHENTOS E QUARENTA E NOVE MIL REAIS)

DATA DE ASSINATURA: 29/06/2018

DATA DA VIGENCIA: 31/12/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
BALANCETE APLIC - PERÍODO JANEIRO A ABRIL DE 2018

Tribunal de Contas
Mato Grosso
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
Município: CLAUDIA
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
Exercício: 2018 Período: Janeiro a Abril

BALANCETE - APLIC

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
11000000000	**N**	**-**	**ATIVO CIRCULANTE**	**32.425.612,10**	**22.718.590,81**	**5.344.185,88**	**5.130.604,73**	**9.920.602,44**	**0,00**
11100000000	**N**	**-**	**CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**	**22.082.257,66**	**13.239.846,00**	**4.596.445,10**	**4.744.600,50**	**8.694.256,26**	**0,00**
11110000000	**N**	**-**	**CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL**	**22.082.257,66**	**13.239.846,00**	**4.596.445,10**	**4.744.600,50**	**8.694.256,26**	**0,00**
11111000000	**N**	**-**	**CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO**	**22.082.257,66**	**13.239.846,00**	**4.596.445,10**	**4.744.600,50**	**8.694.256,26**	**0,00**
11111190000	S	F	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS (F)	22.082.257,66	13.239.846,00	4.596.445,10	4.744.600,50	8.694.256,26	0,00
11200000000	**N**	**-**	**CRÉDITOS A CURTO PRAZO**	**9.310.840,31**	**9.309.086,02**	**372.610,80**	**372.099,88**	**2.265,21**	**0,00**
11210000000	**N**	**-**	**CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER**	**4.136.557,84**	**4.134.803,55**	**366.320,47**	**365.809,55**	**2.265,21**	**0,00**
11211000000	**N**	**-**	**CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - CONSOLIDAÇÃO**	**4.136.557,84**	**4.134.803,55**	**366.320,47**	**365.809,55**	**2.265,21**	**0,00**
11211010000	**N**	**-**	**IMPOSTOS**	**3.914.851,85**	**3.913.097,56**	**360.319,24**	**359.808,32**	**2.265,21**	**0,00**
11211010100	S	P	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA (P)	276.618,56	276.618,56	63.241,74	63.241,74	0,00	0,00
11211010500	S	P	IPTU (P)	71.310,32	71.310,32	3.214,82	3.214,82	0,00	0,00
11211010600	S	P	ITBI (P)	37.590,95	37.590,95	36.047,14	36.047,14	0,00	0,00
11211010700	S	P	ISS (P)	3.514.709,14	3.512.954,85	236.651,35	236.140,43	2.265,21	0,00
11211019900	S	P	OUTROS IMPOSTOS A RECEBER (P)	14.622,88	14.622,88	21.164,19	21.164,19	0,00	0,00
11211020000	**N**	**-**	**TAXAS**	**221.705,99**	**221.705,99**	**6.001,23**	**6.001,23**	**0,00**	**0,00**
11211020100	S	P	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA (P)	75.107,64	75.107,64	1.933,82	1.933,82	0,00	0,00
11211020200	S	P	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (P)	146.598,35	146.598,35	4.067,41	4.067,41	0,00	0,00
11220000000	**N**	**-**	**CLIENTES**	**52.530,10**	**52.530,10**	**6.290,33**	**6.290,33**	**0,00**	**0,00**
11221000000	**N**	**-**	**CLIENTES - CONSOLIDAÇÃO**	**52.530,10**	**52.530,10**	**6.290,33**	**6.290,33**	**0,00**	**0,00**
11221090000	S	P	OUTROS VALORES A RECEBER (P)	52.530,10	52.530,10	6.290,33	6.290,33	0,00	0,00
11230000000	**N**	**-**	**CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER**	**5.116.498,47**	**5.116.498,47**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
11231000000	**N**	**-**	**CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER - CONSOLIDAÇÃO**	**4.626.670,58**	**4.626.670,58**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
11231010000	S	P	CRÉDITOS DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS (P)	4.626.670,58	4.626.670,58	0,00	0,00	0,00	0,00
11233000000	**N**	**-**	**CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER - INTER OFSS – UNIÃO**	**442.616,40**	**442.616,40**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
11233010000	**N**	**-**	**CRÉDITOS DECORRENTES DA PARTICIPAÇÃO NAS RECEITAS DA UNIÃO**	**275.082,30**	**275.082,30**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
11233010200	S	P	COTA-PARTE DO FPM (P)	275.082,30	275.082,30	0,00	0,00	0,00	0,00
11233030000	S	P	CRÉDITOS DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIA DO SUS (P)	102.518,78	102.518,78	0,00	0,00	0,00	0,00
11233070000	**N**	**-**	**CRÉDITOS DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS**	**65.015,32**	**65.015,32**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
11233070100	S	P	FUNDEB (P)	65.015,32	65.015,32	0,00	0,00	0,00	0,00
11234000000	**N**	**-**	**CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER - INTER OFSS - ESTADO**	**47.211,49**	**47.211,49**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
11234010000	**N**	**-**	**CRÉDITOS DECORRENTES DA PARTICIPAÇÃO NAS**	**47.211,49**	**47.211,49**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Município: **CLAUDIA** Exercício: **2018**
Unidade Gestora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA** Período: **Janeiro a Abril**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
			RECEITAS DOS ESTADOS						
11234010100	S	P	COTA-PARTE DO ICMS (P)	47.211,49	47.211,49	0,00	0,00	0,00	0,00
11250000000	**N**	**-**	**DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA**	**5.253,90**	**5.253,90**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
11251000000	**N**	**-**	**DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - CONSOLIDAÇÃO**	**5.253,90**	**5.253,90**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
11251010000	**N**	**-**	**DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS**	**5.253,90**	**5.253,90**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
11251010500	S	P	DÍVIDA ATIVA DO IPTU (P)	5.253,10	5.253,10	0,00	0,00	0,00	0,00
11251010700	S	P	DÍVIDA ATIVA DO ISS (P)	0,80	0,80	0,00	0,00	0,00	0,00
11300000000	**N**	**-**	**DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO**	**37.125,27**	**37.125,27**	**13.904,35**	**13.904,35**	**0,00**	**0,00**
11310000000	**N**	**-**	**ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS**	**27.635,42**	**27.635,42**	**11.664,68**	**11.664,68**	**0,00**	**0,00**
11311000000	**N**	**-**	**ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO**	**27.635,42**	**27.635,42**	**11.664,68**	**11.664,68**	**0,00**	**0,00**
11311020000	S	P	SUPRIMENTO DE FUNDOS (P)	27.635,42	27.635,42	11.664,68	11.664,68	0,00	0,00
11320000000	**N**	**-**	**TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR**	**9.489,85**	**9.489,85**	**2.239,67**	**2.239,67**	**0,00**	**0,00**
11321000000	**N**	**-**	**TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR - CONSOLIDAÇÃO**	**9.489,85**	**9.489,85**	**2.239,67**	**2.239,67**	**0,00**	**0,00**
11321990000	S	F	OUTROS TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR (F)	9.489,85	9.489,85	2.239,67	2.239,67	0,00	0,00
11500000000	**N**	**-**	**ESTOQUES**	**995.388,86**	**132.533,52**	**361.225,63**	**0,00**	**1.224.080,97**	**0,00**
11560000000	**N**	**-**	**ALMOXARIFADO**	**995.388,86**	**132.533,52**	**361.225,63**	**0,00**	**1.224.080,97**	**0,00**
11561000000	**N**	**-**	**ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO**	**995.388,86**	**132.533,52**	**361.225,63**	**0,00**	**1.224.080,97**	**0,00**
11561010000	S	P	MATERIAL DE CONSUMO (P)	929.122,10	66.266,76	361.225,63	0,00	1.224.080,97	0,00
11561080000	S	P	MATERIAIS A CLASSIFICAR (P)	66.266,76	66.266,76	0,00	0,00	0,00	0,00
12000000000	**N**	**-**	**ATIVO NÃO CIRCULANTE**	**30.640.740,88**	**4.082.411,69**	**61.241,21**	**94.917,70**	**26.524.652,70**	**0,00**
12100000000	**N**	**-**	**ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**	**2.596.347,83**	**509.704,11**	**9.836,00**	**31.407,18**	**2.065.072,54**	**0,00**
12110000000	**N**	**-**	**CRÉDITOS A LONGO PRAZO**	**2.596.347,83**	**509.704,11**	**9.836,00**	**31.407,18**	**2.065.072,54**	**0,00**
12111000000	**N**	**-**	**CRÉDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO**	**2.596.347,83**	**509.704,11**	**9.836,00**	**31.407,18**	**2.065.072,54**	**0,00**
12111040000	**N**	**-**	**DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA**	**2.596.347,83**	**155.209,05**	**9.836,00**	**31.407,18**	**2.419.567,60**	**0,00**
12111040100	S	P	CRÉDITOS NÃO PREVIDENCIÁRIOS INSCRITOS (P)	2.596.347,83	155.209,05	9.836,00	31.407,18	2.419.567,60	0,00
12111990000	**N**	**-**	**(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO**	**0,00**	**354.495,06**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**354.495,06**
12111990400	S	P	(-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA (P)	0,00	354.495,06	0,00	0,00	0,00	354.495,06
12200000000	**N**	**-**	**INVESTIMENTOS**	**828.985,10**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**828.985,10**	**0,00**
12210000000	**N**	**-**	**PARTICIPAÇÕES PERMANENTES**	**828.985,10**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**828.985,10**	**0,00**
12211000000	**N**	**-**	**PARTICIPAÇÕES PERMANENTES - CONSOLIDAÇÃO**	**828.985,10**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**828.985,10**	**0,00**
12211010000	**N**	**-**	**PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL**	**828.985,10**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**828.985,10**	**0,00**
12211010700	S	P	PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS (P)	828.985,10	0,00	0,00	0,00	828.985,10	0,00
12300000000	**N**	**-**	**IMOBILIZADO**	**27.215.407,95**	**3.572.707,58**	**51.405,21**	**63.510,52**	**23.630.595,06**	**0,00**
12310000000	**N**	**-**	**BENS MOVEIS**	**8.812.075,70**	**3.284,75**	**46.773,64**	**2.309,50**	**8.853.255,09**	**0,00**
12311000000	**N**	**-**	**BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO**	**8.812.075,70**	**3.284,75**	**46.773,64**	**2.309,50**	**8.853.255,09**	**0,00**
12311010000	S	P	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P)	72.513,70	1.789,00	4.296,00	0,00	75.020,70	0,00
12311020000	S	P	BENS DE INFORMÁTICA (P)	398.228,39	788,00	11.961,00	1.667,50	407.733,89	0,00
12311030000	S	P	MÓVEIS E UTENSÍLIOS (P)	1.690.839,07	707,75	30.516,64	642,00	1.720.005,96	0,00
12311040000	S	P	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO (P)	3.559,68	0,00	0,00	0,00	3.559,68	0,00
12311050000	S	P	VEÍCULOS (P)	6.644.302,36	0,00	0,00	0,00	6.644.302,36	0,00

Data: 29/06/2018 02:06:05 Página: 2 de 17
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Município: **CLAUDIA** Exercício: **2018**
Unidade Gestora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA** Período: **Janeiro a Abril**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
12311990000	**N**	**-**	**DEMAIS BENS MÓVEIS**	**2.632,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.632,50**	**0,00**
12311999900	S	P	OUTROS BENS MÓVEIS (P)	2.632,50	0,00	0,00	0,00	2.632,50	0,00
12320000000	**N**	**-**	**BENS IMÓVEIS**	**18.403.096,91**	**0,00**	**3.793,28**	**0,00**	**18.406.890,19**	**0,00**
12321000000	**N**	**-**	**BENS IMOVEIS- CONSOLIDAÇÃO**	**18.403.096,91**	**0,00**	**3.793,28**	**0,00**	**18.406.890,19**	**0,00**
12321060000	S	P	BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO (P)	10.261.968,83	0,00	3.793,28	0,00	10.265.762,11	0,00
12321990000	**N**	**-**	**DEMAIS BENS IMÓVEIS**	**8.141.128,08**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**8.141.128,08**	**0,00**
12321999900	S	P	OUTROS BENS IMÓVEIS (P)	8.141.128,08	0,00	0,00	0,00	8.141.128,08	0,00
12380000000	**N**	**-**	**(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS**	**235,34**	**3.569.422,83**	**838,29**	**61.201,02**	**0,00**	**3.629.550,22**
12381000000	**N**	**-**	**(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO**	**235,34**	**3.569.422,83**	**838,29**	**61.201,02**	**0,00**	**3.629.550,22**
12381010000	S	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS (P)	235,34	3.569.422,83	838,29	61.201,02	0,00	3.629.550,22
	N	**-**	**TOTAL ATIVO (1)**	**63.066.352,98**	**26.801.002,50**	**5.405.427,09**	**5.225.522,43**	**36.445.255,14**	**0,00**
21000000000	**N**	**-**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**6.987.365,81**	**8.770.224,46**	**2.788.227,36**	**3.002.205,52**	**0,00**	**1.996.836,81**
21100000000	**N**	**-**	**OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO**	**3.653.179,90**	**3.843.903,81**	**1.369.716,41**	**1.375.269,39**	**0,00**	**196.276,89**
21110000000	**N**	**-**	**PESSOAL A PAGAR**	**3.185.121,84**	**3.196.343,06**	**1.190.150,30**	**1.197.833,59**	**0,00**	**18.904,51**
21111000000	**N**	**-**	**PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO**	**3.185.121,84**	**3.196.343,06**	**1.190.150,30**	**1.197.833,59**	**0,00**	**18.904,51**
21111010000	**N**	**-**	**PESSOAL A PAGAR**	**3.185.121,84**	**3.196.343,06**	**1.190.150,30**	**1.197.833,59**	**0,00**	**18.904,51**
21111010100	**N**	**-**	**SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS**	**3.185.121,84**	**3.196.343,06**	**1.190.150,30**	**1.197.833,59**	**0,00**	**18.904,51**
21111010101	S	F	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS (F)	3.185.121,84	3.196.343,06	1.190.150,30	1.197.833,59	0,00	18.904,51
21140000000	**N**	**-**	**ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR**	**468.058,06**	**647.560,75**	**179.566,11**	**177.435,80**	**0,00**	**177.372,38**
21141000000	**N**	**-**	**ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-CONSOLIDAÇÃO**	**170.879,76**	**232.539,87**	**61.660,11**	**62.587,59**	**0,00**	**62.587,59**
21141010000	**N**	**-**	**CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR**	**170.879,76**	**232.539,87**	**61.660,11**	**62.587,59**	**0,00**	**62.587,59**
21141010100	**N**	**-**	**CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES**	**136.967,82**	**198.627,93**	**61.660,11**	**62.587,59**	**0,00**	**62.587,59**
21141010101	S	F	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES (F)	136.967,82	198.627,93	61.660,11	62.587,59	0,00	62.587,59
21141010200	**N**	**-**	**CONTRIBUIÇÕES AO RGPS - DEBITO PARCELADO**	**33.911,94**	**33.911,94**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
21141010201	S	F	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS - DEBITO PARCELADO (F)	30.647,27	30.647,27	0,00	0,00	0,00	0,00
21141010251	S	P	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS - DEBITO PARCELADO (P)	3.264,67	3.264,67	0,00	0,00	0,00	0,00
21143000000	**N**	**-**	**ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - UNIÃO**	**297.178,30**	**415.020,88**	**117.906,00**	**114.848,21**	**0,00**	**114.784,79**
21143010000	**N**	**-**	**CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR**	**20.792,14**	**20.792,14**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
21143010200	**N**	**-**	**CONTRIBUIÇÕES AO RGPS - DEBITO PARCELADO**	**20.792,14**	**20.792,14**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
21143010201	S	F	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS - DEBITO PARCELADO (F)	13.849,11	13.849,11	0,00	0,00	0,00	0,00
21143010251	S	P	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS - DEBITO PARCELADO (P)	6.943,03	6.943,03	0,00	0,00	0,00	0,00
21143030000	**N**	**-**	**CONTRIBUIÇÃO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA (RPPS)**	**276.386,16**	**394.228,74**	**117.906,00**	**114.848,21**	**0,00**	**114.784,79**
21143030100	**N**	**-**	**CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA – PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTES**	**276.386,16**	**394.228,74**	**117.906,00**	**114.848,21**	**0,00**	**114.784,79**
21143030101	S	F	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA – PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTES (F)	276.386,16	394.228,74	117.906,00	114.848,21	0,00	114.784,79

Data: 29/06/2018 02:06:05 Página: 3 de 17
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Município: **CLAUDIA** Exercício: **2018**
Unidade Gestora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA** Período: **Janeiro a Abril**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
21300000000	N	-	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	2.240.335,71	2.732.536,69	916.993,51	1.206.255,09	0,00	781.462,56
21310000000	N	-	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	2.236.522,91	2.728.723,89	916.993,51	1.206.255,09	0,00	781.462,56
21311000000	N	-	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	2.236.522,91	2.728.723,89	916.993,51	1.206.255,09	0,00	781.462,56
21311010000	N	-	FORNECEDORES NACIONAIS	2.206.722,91	2.697.023,89	896.283,51	1.181.545,09	0,00	775.562,56
21311010100	N	-	FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR	2.198.714,68	2.435.454,25	892.490,23	1.177.751,81	0,00	522.001,15
21311010101	S	F	FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR (F)	2.198.714,68	2.435.454,25	892.490,23	1.177.751,81	0,00	522.001,15
21311019900	N	-	DEMAIS FORNECEDORES A PAGAR	8.008,23	261.569,64	3.793,28	3.793,28	0,00	253.561,41
21311019901	S	F	DEMAIS FORNECEDORES A PAGAR (F)	8.008,23	261.569,64	3.793,28	3.793,28	0,00	253.561,41
21311030000	N	-	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	29.800,00	31.700,00	20.710,00	24.710,00	0,00	5.900,00
21311030100	N	-	CONTAS NÃO PARCELADAS A PAGAR	14.000,00	14.000,00	13.310,00	19.210,00	0,00	5.900,00
21311030101	S	F	CONTAS NÃO PARCELADAS A PAGAR (F)	14.000,00	14.000,00	13.310,00	19.210,00	0,00	5.900,00
21311039900	N	-	DEMAIS CONTAS A PAGAR	15.800,00	17.700,00	7.400,00	5.500,00	0,00	0,00
21311039901	S	F	DEMAIS CONTAS A PAGAR (F)	15.800,00	17.700,00	7.400,00	5.500,00	0,00	0,00
21320000000	N	-	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR ESTRANGEIROS A CURTO PRAZO	3.812,80	3.812,80	0,00	0,00	0,00	0,00
21321000000	N	-	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR ESTRANGEIROS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	3.812,80	3.812,80	0,00	0,00	0,00	0,00
21321020000	N	-	CONTAS A PAGAR - CREDORES ESTRANGEIROS A CURTO PRAZO	3.812,80	3.812,80	0,00	0,00	0,00	0,00
21321020300	N	-	RENEGOCIAÇÃO DE CONTAS A PAGAR	3.812,80	3.812,80	0,00	0,00	0,00	0,00
21321020301	S	F	RENEGOCIAÇÃO DE CONTAS A PAGAR (F)	2.921,45	2.921,45	0,00	0,00	0,00	0,00
21321020351	S	P	RENEGOCIAÇÃO DE CONTAS A PAGAR (P)	891,35	891,35	0,00	0,00	0,00	0,00
21400000000	N	-	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	97.325,18	118.609,98	28.484,84	21.683,50	0,00	14.483,46
21410000000	N	-	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	97.325,18	118.609,98	28.484,84	21.683,50	0,00	14.483,46
21411000000	N	-	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO - CONSOLIDAÇÃO	97.325,18	118.609,98	28.484,84	21.683,50	0,00	14.483,46
21411110000	N	-	PIS/PASEP A RECOLHER	97.325,18	118.609,98	28.484,84	21.683,50	0,00	14.483,46
21411110100	S	F	PIS/PASEP A RECOLHER (F)	97.325,18	118.609,98	28.484,84	21.683,50	0,00	14.483,46
21800000000	N	-	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	996.525,02	2.075.173,98	473.032,60	398.997,54	0,00	1.004.613,90
21880000000	N	-	VALORES RESTITUÍVEIS	805.661,98	1.091.496,58	284.089,44	285.431,12	0,00	287.176,28
21881000000	N	-	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	805.661,98	1.091.496,58	284.089,44	285.431,12	0,00	287.176,28
21881010000	N	-	CONSIGNAÇÕES	805.661,98	1.091.496,58	284.089,44	285.431,12	0,00	287.176,28
21881010100	S	F	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)	175.504,88	252.023,18	76.518,30	77.526,46	0,00	77.526,46
21881010200	S	F	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)	63.880,79	94.530,73	31.170,16	30.241,12	0,00	29.720,90
21881010400	S	F	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)	257.171,47	312.913,50	54.035,19	52.920,50	0,00	54.627,34
21881011000	S	F	PENSAO ALIMENTICIA (F)	2.272,31	3.889,44	1.617,13	1.631,18	0,00	1.631,18
21881019900	S	F	OUTROS CONSIGNATARIOS (F)	306.832,53	428.139,73	120.748,66	123.111,86	0,00	123.670,40
21890000000	N	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	190.863,04	983.677,40	188.943,16	113.566,42	0,00	717.437,62
21891000000	N	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	190.863,04	983.677,40	188.943,16	113.566,42	0,00	717.437,62

Data: 29/06/2018 02:06:05 Página: 4 de 17
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Município: **CLAUDIA** Exercício: **2018**
Unidade Gestora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA** Período: **Janeiro a Abril**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
21891010000	N	-	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.936,14	10.936,14	0,00	0,00	0,00	0,00
21891010200	N	-	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DIVERSAS DO EXERCÍCIO	10.936,14	10.936,14	0,00	0,00	0,00	0,00
21891010201	S	F	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DIVERSAS DO EXERCÍCIO (F)	10.936,14	10.936,14	0,00	0,00	0,00	0,00
21891020000	N	-	DIARIAS A PAGAR	73.700,00	73.700,00	32.475,00	32.625,00	0,00	150,00
21891020100	S	F	DIARIAS A PAGAR (F)	73.700,00	73.700,00	32.475,00	32.625,00	0,00	150,00
21891030000	N	-	SUPRIMENTOS DE FUNDOS A PAGAR	27.635,42	27.635,42	11.664,68	11.664,68	0,00	0,00
21891030100	S	F	SUPRIMENTOS DE FUNDOS A PAGAR (F)	27.635,42	27.635,42	11.664,68	11.664,68	0,00	0,00
21891140000	N	-	CONSÓRCIOS A PAGAR	78.591,48	871.405,84	144.803,48	69.276,74	0,00	717.287,62
21891140100	S	F	CONSÓRCIOS A PAGAR (F)	36.170,74	42.420,74	75.526,74	69.276,74	0,00	0,00
21891145100	S	P	CONSÓRCIOS A PAGAR (P)	42.420,74	828.985,10	69.276,74	0,00	0,00	717.287,62
22000000000	N	-	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	338.050,05	474.457,60	18.530,22	0,00	0,00	117.877,33
22100000000	N	-	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	27.352,04	48.168,84	18.530,22	0,00	0,00	2.286,58
22140000000	N	-	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	27.352,04	48.168,84	18.530,22	0,00	0,00	2.286,58
22141000000	N	-	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR- CONSOLIDAÇÃO	12.067,65	12.067,65	0,00	0,00	0,00	0,00
22141010000	N	-	CONTRIBUIÇÕES PREVIDÊNCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO	12.067,65	12.067,65	0,00	0,00	0,00	0,00
22141015100	S	P	CONTRIBUIÇÕES PREVIDÊNCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO (P)	12.067,65	12.067,65	0,00	0,00	0,00	0,00
22143000000	N	-	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - UNIÃO	15.284,39	36.101,19	18.530,22	0,00	0,00	2.286,58
22143010000	N	-	INSS A PAGAR	10.396,07	28.926,29	18.530,22	0,00	0,00	0,00
22143010100	N	-	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	10.396,07	28.926,29	18.530,22	0,00	0,00	0,00
22143010151	S	P	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS - DÉBITO PARCELADO (P)	10.396,07	28.926,29	18.530,22	0,00	0,00	0,00
22143020000	N	-	CONTRIBUICÕES SOCIAIS - DÉBITOS PARCELADOS	4.888,32	7.174,90	0,00	0,00	0,00	2.286,58
22143025100	S	P	CONTRIBUICÕES SOCIAIS - DÉBITOS PARCELADOS (P)	4.888,32	7.174,90	0,00	0,00	0,00	2.286,58
22300000000	N	-	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	1.906,40	117.497,15	0,00	0,00	0,00	115.590,75
22310000000	N	-	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	1.906,40	117.497,15	0,00	0,00	0,00	115.590,75
22311000000	N	-	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	1.906,40	117.497,15	0,00	0,00	0,00	115.590,75
22311010000	N	-	FORNECEDORES NACIONAIS	1.906,40	117.497,15	0,00	0,00	0,00	115.590,75
22311010300	N	-	RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS COM FORNECEDORES	1.906,40	117.497,15	0,00	0,00	0,00	115.590,75
22311010351	S	P	RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS COM FORNECEDORES (P)	1.906,40	117.497,15	0,00	0,00	0,00	115.590,75
22700000000	N	-	PROVISÕES A LONGO PRAZO	308.791,61	308.791,61	0,00	0,00	0,00	0,00
22710000000	N	-	PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO	308.791,61	308.791,61	0,00	0,00	0,00	0,00
22711000000	N	-	PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	308.791,61	308.791,61	0,00	0,00	0,00	0,00
22711010000	S	P	PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS (P)	308.791,61	308.791,61	0,00	0,00	0,00	0,00
23000000000	N	-	PATRIMÔNIO LIQUIDO	52.321.264,62	88.023.759,63	0,00	0,00	0,00	35.702.495,01
23700000000	N	-	RESULTADOS ACUMULADOS	52.321.264,62	88.023.759,63	0,00	0,00	0,00	35.702.495,01
23710000000	N	-	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	52.321.264,62	88.023.759,63	0,00	0,00	0,00	35.702.495,01

Data: 29/06/2018 02:06:05 Página: 5 de 17
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Município: **CLAUDIA** Exercício: **2018**
Unidade Gestora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA** Período: **Janeiro a Abril**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
23711000000	**N**	**-**	**SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO**	**28.745.375,30**	**64.447.870,31**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**35.702.495,01**
23711020000	S	-	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	28.641.947,75	64.364.558,01	0,00	0,00	0,00	35.722.610,26
23711030000	S	-	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	103.427,55	83.312,30	0,00	0,00	20.115,25	0,00
23713000000	**N**	**-**	**SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO**	**13.250.013,07**	**13.250.013,07**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
23713010000	S	-	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	13.250.013,07	13.250.013,07	0,00	0,00	0,00	0,00
23714000000	**N**	**-**	**SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO**	**10.325.876,25**	**10.325.876,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
23714010000	S	-	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	10.325.876,25	10.325.876,25	0,00	0,00	0,00	0,00
	N	**-**	**TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO (2)**	**59.646.680,48**	**97.268.441,69**	**2.806.757,58**	**3.002.205,52**	**0,00**	**37.817.209,15**
31000000000	**N**	**-**	**PESSOAL E ENCARGOS**	**3.627.932,67**	**0,00**	**1.375.269,39**	**0,00**	**5.003.202,06**	**0,00**
31100000000	**N**	**-**	**REMUNERAÇÃO A PESSOAL**	**3.166.989,72**	**0,00**	**1.197.833,59**	**0,00**	**4.364.823,31**	**0,00**
31110000000	**N**	**-**	**REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL – ABRANGIDOS PELO RPPS**	**3.166.989,72**	**0,00**	**1.197.833,59**	**0,00**	**4.364.823,31**	**0,00**
31111000000	**N**	**-**	**REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL – ABRANGIDOS PELO RPPS - CONSOLIDAÇÃO**	**3.166.989,72**	**0,00**	**1.197.833,59**	**0,00**	**4.364.823,31**	**0,00**
31111010000	**N**	**-**	**VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS**	**3.166.989,72**	**0,00**	**1.197.833,59**	**0,00**	**4.364.823,31**	**0,00**
31111010100	S	-	VENCIMENTOS E SALÁRIOS	2.835.212,19	0,00	1.130.945,19	0,00	3.966.157,38	0,00
31111012100	S	-	FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	312.475,15	0,00	35.301,77	0,00	347.776,92	0,00
31111019900	S	-	OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL RPPS	19.302,38	0,00	31.586,63	0,00	50.889,01	0,00
31200000000	**N**	**-**	**ENCARGOS PATRONAIS**	**460.942,95**	**0,00**	**177.435,80**	**0,00**	**638.378,75**	**0,00**
31210000000	**N**	**-**	**ENCARGOS PATRONAIS - RPPS**	**320.484,38**	**0,00**	**114.848,21**	**0,00**	**435.332,59**	**0,00**
31212000000	**N**	**-**	**ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTRA OFSS**	**320.484,38**	**0,00**	**114.848,21**	**0,00**	**435.332,59**	**0,00**
31212010000	S	-	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS	320.484,38	0,00	114.848,21	0,00	435.332,59	0,00
31220000000	**N**	**-**	**ENCARGOS PATRONAIS - RGPS**	**140.458,57**	**0,00**	**62.587,59**	**0,00**	**203.046,16**	**0,00**
31221000000	**N**	**-**	**ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - CONSOLIDAÇÃO**	**140.458,57**	**0,00**	**62.587,59**	**0,00**	**203.046,16**	**0,00**
31221010000	S	-	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - RGPS	140.458,57	0,00	62.587,59	0,00	203.046,16	0,00
33000000000	**N**	**-**	**USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO**	**1.885.427,49**	**0,00**	**876.102,55**	**0,00**	**2.761.530,04**	**0,00**
33100000000	**N**	**-**	**USO DE MATERIAL DE CONSUMO**	**27.635,42**	**0,00**	**11.664,68**	**0,00**	**39.300,10**	**0,00**
33110000000	**N**	**-**	**CONSUMO DE MATERIAL**	**27.635,42**	**0,00**	**11.664,68**	**0,00**	**39.300,10**	**0,00**
33111000000	**N**	**-**	**CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO**	**27.635,42**	**0,00**	**11.664,68**	**0,00**	**39.300,10**	**0,00**
33111990000	S	-	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	27.635,42	0,00	11.664,68	0,00	39.300,10	0,00
33200000000	**N**	**-**	**SERVIÇOS**	**1.673.771,24**	**0,00**	**803.236,85**	**0,00**	**2.477.008,09**	**0,00**
33210000000	**N**	**-**	**DIÁRIAS**	**73.700,00**	**0,00**	**32.625,00**	**0,00**	**106.325,00**	**0,00**
33211000000	**N**	**-**	**DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO**	**73.700,00**	**0,00**	**32.625,00**	**0,00**	**106.325,00**	**0,00**
33211010000	**N**	**-**	**DIARIAS PESSOAL CIVIL**	**73.700,00**	**0,00**	**32.625,00**	**0,00**	**106.325,00**	**0,00**
33211010100	S	-	DIÁRIAS PESSOAL CIVIL – NO PAÍS	73.700,00	0,00	32.625,00	0,00	106.325,00	0,00
33220000000	**N**	**-**	**SERVIÇOS TERCEIROS - PF**	**101.550,08**	**0,00**	**48.322,89**	**0,00**	**149.872,97**	**0,00**
33221000000	**N**	**-**	**SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO**	**101.550,08**	**0,00**	**48.322,89**	**0,00**	**149.872,97**	**0,00**

Data: 29/06/2018 02:06:05 Página: 6 de 17
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Município: **CLAUDIA** Exercício: **2018**
Unidade Gestora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA** Período: **Janeiro a Abril**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
33221010000	**N**	**-**	**CONSULTORIA E ASSESSORIA**	**23.900,00**	**0,00**	**17.016,66**	**0,00**	**40.916,66**	**0,00**
33221010100	S	-	CONSULTORIA E ASSESSORIA – JURÍDICA E TÉCNICA	23.900,00	0,00	17.016,66	0,00	40.916,66	0,00
33221110000	**N**	**-**	**MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO**	**1.200,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.200,00**	**0,00**
33221119900	S	-	OUTROS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00
33221210000	S	-	LOCAÇÕES	41.801,56	0,00	14.700,52	0,00	56.502,08	0,00
33221260000	S	-	SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	34.648,52	0,00	16.605,71	0,00	51.254,23	0,00
33230000000	**N**	**-**	**SERVIÇOS TERCEIROS - PJ**	**1.498.521,16**	**0,00**	**722.288,96**	**0,00**	**2.220.810,12**	**0,00**
33231000000	**N**	**-**	**SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO**	**1.498.521,16**	**0,00**	**722.288,96**	**0,00**	**2.220.810,12**	**0,00**
33231040000	S	-	COMUNICAÇÃO	28.405,97	0,00	9.662,33	0,00	38.068,30	0,00
33231050000	**N**	**-**	**PUBLICIDADE**	**15.566,87**	**0,00**	**12.484,64**	**0,00**	**28.051,51**	**0,00**
33231059900	S	-	OUTROS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE	15.566,87	0,00	12.484,64	0,00	28.051,51	0,00
33231060000	S	-	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	123.404,67	0,00	62.405,20	0,00	185.809,87	0,00
33231070000	S	-	SERVIÇOS DE APOIO	670.277,48	0,00	242.323,72	0,00	912.601,20	0,00
33231080000	S	-	SERVIÇOS DE AGUA E ESGOTO, ENERGIA ELETRICA, GAS E OUTROS.	141.854,17	0,00	39.106,10	0,00	180.960,27	0,00
33231100000	S	-	LOCAÇÕES	44.356,00	0,00	2.520,00	0,00	46.876,00	0,00
33231120000	S	-	SERVIÇOS DE TRANSPORTE	8.604,83	0,00	3.488,62	0,00	12.093,45	0,00
33231140000	S	-	ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES	2.035,45	0,00	464,03	0,00	2.499,48	0,00
33231230000	S	-	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	18.000,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00
33231250000	S	-	HOSPEDAGENS	12.900,00	0,00	14.780,00	0,00	27.680,00	0,00
33231290000	S	-	SEGUROS EM GERAL	1.716,73	0,00	854,21	0,00	2.570,94	0,00
33231300000	S	-	SELEÇÃO E TREINAMENTO	500,00	0,00	666,67	0,00	1.166,67	0,00
33231310000	S	-	SERV.MEDICO-HOSPITALAR,ODONTOL.E LABORATORIAIS	180.072,96	0,00	80.143,82	0,00	260.216,78	0,00
33231320000	S	-	SERVIÇOS BANCARIOS	7.325,99	0,00	2.531,27	0,00	9.857,26	0,00
33231340000	S	-	SERVIÇOS DE APOIO DO ENSINO	76.560,41	0,00	143.381,52	0,00	219.941,93	0,00
33231350000	S	-	SERVIÇOS DE ASSISTENCIA SOCIAL	4.629,40	0,00	0,00	0,00	4.629,40	0,00
33231360000	S	-	SERVIÇOS DE AUDIO VIDEO E FOTO	300,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00
33231400000	S	-	SERVIÇOS DE COPIAS E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS	1.494,82	0,00	2.849,34	0,00	4.344,16	0,00
33231450000	S	-	SERVIÇOS FUNERARIOS	3.445,00	0,00	954,00	0,00	4.399,00	0,00
33231510000	S	-	SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS	144.342,20	0,00	51.652,20	0,00	195.994,40	0,00
33231520000	S	-	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	12.728,21	0,00	52.021,29	0,00	64.749,50	0,00
33300000000	**N**	**-**	**DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO**	**184.020,83**	**0,00**	**61.201,02**	**0,00**	**245.221,85**	**0,00**
33310000000	**N**	**-**	**DEPRECIAÇÃO**	**184.020,83**	**0,00**	**61.201,02**	**0,00**	**245.221,85**	**0,00**
33311000000	**N**	**-**	**DEPRECIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO**	**184.020,83**	**0,00**	**61.201,02**	**0,00**	**245.221,85**	**0,00**
33311010000	**N**	**-**	**DEPRECIAÇÃO DE IMOBILIZADO**	**184.020,83**	**0,00**	**61.201,02**	**0,00**	**245.221,85**	**0,00**
33311010100	S	-	DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	184.020,83	0,00	61.201,02	0,00	245.221,85	0,00
34000000000	**N**	**-**	**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS**	**8.527,07**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**8.527,07**	**0,00**
34100000000	**N**	**-**	**JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS**	**11,32**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11,32**	**0,00**
34190000000	**N**	**-**	**OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EXTERNOS**	**11,32**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11,32**	**0,00**
34191000000	S	-	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EXTERNOS - CONSOLIDAÇÃO	11,32	0,00	0,00	0,00	11,32	0,00

Data: 29/06/2018 02:06:05 Página: 7 de 17
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Município: **CLAUDIA** Exercício: **2018**
Unidade Gestora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA** Período: **Janeiro a Abril**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
34200000000	N	-	JUROS E ENCARGOS DE MORA	8.442,76	0,00	0,00	0,00	8.442,76	0,00
34210000000	N	-	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS OBTIDOS	8.442,76	0,00	0,00	0,00	8.442,76	0,00
34211000000	N	-	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS OBTIDOS - CONSOLIDAÇÃO	8.442,76	0,00	0,00	0,00	8.442,76	0,00
34211010000	S	-	JUROS DE MORA	8.442,76	0,00	0,00	0,00	8.442,76	0,00
34300000000	N	-	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	72,99	0,00	0,00	0,00	72,99	0,00
34390000000	N	-	OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	72,99	0,00	0,00	0,00	72,99	0,00
34391000000	N	-	OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - CONSOLIDAÇÃO	72,99	0,00	0,00	0,00	72,99	0,00
34391010000	N	-	OUTRAS VARIAÇÕES MONETARIAS	72,99	0,00	0,00	0,00	72,99	0,00
34391010200	S	-	ENCARGOS FINANCEIROS INDEDUTÍVEIS	72,99	0,00	0,00	0,00	72,99	0,00
35000000000	N	-	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	1.317.939,88	0,00	419.949,69	0,00	1.737.889,57	0,00
35100000000	N	-	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	444.999,99	0,00	148.333,33	0,00	593.333,32	0,00
35110000000	N	-	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORCAMENTARIA	444.999,99	0,00	148.333,33	0,00	593.333,32	0,00
35112000000	N	-	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	444.999,99	0,00	148.333,33	0,00	593.333,32	0,00
35112020000	N	-	REPASSE CONCEDIDO	444.999,99	0,00	148.333,33	0,00	593.333,32	0,00
35112020100	S	-	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	444.999,99	0,00	148.333,33	0,00	593.333,32	0,00
35200000000	N	-	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	848.839,89	0,00	248.806,36	0,00	1.097.646,25	0,00
35220000000	N	-	TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	848.839,89	0,00	248.806,36	0,00	1.097.646,25	0,00
35224000000	S	-	TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB - INTER-OFSS – ESTADO	848.839,89	0,00	248.806,36	0,00	1.097.646,25	0,00
35300000000	N	-	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	24.100,00	0,00	22.810,00	0,00	46.910,00	0,00
35310000000	N	-	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	24.100,00	0,00	22.810,00	0,00	46.910,00	0,00
35311000000	N	-	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	24.100,00	0,00	22.810,00	0,00	46.910,00	0,00
35311010000	S	-	CONTRIBUIÇÕES	24.100,00	0,00	10.600,00	0,00	34.700,00	0,00
35311030000	S	-	SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	12.210,00	0,00	12.210,00	0,00
36000000000	N	-	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	5.318.518,46	0,00	3.710,88	0,00	5.322.229,34	0,00
36100000000	N	-	REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	190.461,56	0,00	192,46	0,00	190.654,02	0,00
36170000000	N	-	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIOS	190.461,56	0,00	192,46	0,00	190.654,02	0,00
36171000000	N	-	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIOS- CONSOLIDAÇÃO	190.461,56	0,00	192,46	0,00	190.654,02	0,00
36171010000	S	-	AJUSTE PARA PERDAS EM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	151.906,48	0,00	192,46	0,00	152.098,94	0,00
36171020000	S	-	AJUSTE PARA PERDAS EM CLIENTES	38.555,08	0,00	0,00	0,00	38.555,08	0,00
36300000000	N	-	PERDAS INVOLUNTÁRIAS	3.049,41	0,00	1.471,21	0,00	4.520,62	0,00

Data: 29/06/2018 02:06:05 Página: 8 de 17
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Município: **CLAUDIA** Exercício: **2018**
Unidade Gestora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA** Período: **Janeiro a Abril**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
36310000000	N	-	PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM IMOBILIZADO	3.049,41	0,00	1.471,21	0,00	4.520,62	0,00
36311000000	N	-	PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO	3.049,41	0,00	1.471,21	0,00	4.520,62	0,00
36311010000	S	-	PERDAS INVOLUNTÁRIAS DE BENS MOVEIS	3.049,41	0,00	1.471,21	0,00	4.520,62	0,00
36500000000	N	-	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	5.125.007,49	0,00	2.047,21	0,00	5.127.054,70	0,00
36501000000	N	-	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	5.125.007,49	0,00	2.047,21	0,00	5.127.054,70	0,00
36501010000	N	-	DESINCORPORAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	8.509,02	0,00	2.047,21	0,00	10.556,23	0,00
36501012500	S	-	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA -ABATIMENTO/DESCONTO - PRINCIPAL	8.509,02	0,00	2.047,21	0,00	10.556,23	0,00
36501030000	S	-	DESINCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS A RECEBER	5.116.498,47	0,00	0,00	0,00	5.116.498,47	0,00
37000000000	N	-	TRIBUTÁRIAS	95.783,85	0,00	21.683,50	0,00	117.467,35	0,00
37200000000	N	-	CONTRIBUIÇÕES	95.783,85	0,00	21.683,50	0,00	117.467,35	0,00
37210000000	N	-	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	95.783,85	0,00	21.683,50	0,00	117.467,35	0,00
37211000000	N	-	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - CONSOLIDAÇÃO	95.783,85	0,00	21.683,50	0,00	117.467,35	0,00
37211020000	S	-	PIS/PASEP	95.783,85	0,00	21.683,50	0,00	117.467,35	0,00
39000000000	N	-	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	16.636,14	0,00	1.900,00	0,00	18.536,14	0,00
39400000000	N	-	INCENTIVOS	5.700,00	0,00	1.900,00	0,00	7.600,00	0,00
39490000000	N	-	OUTROS INCENTIVOS	5.700,00	0,00	1.900,00	0,00	7.600,00	0,00
39491000000	N	-	OUTROS INCENTIVOS - CONSOLIDAÇÃO	5.700,00	0,00	1.900,00	0,00	7.600,00	0,00
39491480000	S	-	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	5.700,00	0,00	1.900,00	0,00	7.600,00	0,00
39900000000	N	-	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	10.936,14	0,00	0,00	0,00	10.936,14	0,00
39960000000	N	-	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.936,14	0,00	0,00	0,00	10.936,14	0,00
39961000000	S	-	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - CONSOLIDAÇÃO	10.936,14	0,00	0,00	0,00	10.936,14	0,00
	N	-	TOTAL VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (3)	12.270.765,56	0,00	2.698.616,01	0,00	14.969.381,57	0,00
41000000000	N	-	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	3.773.026,54	0,00	361.748,90	0,00	4.134.775,44
41100000000	N	-	IMPOSTOS	0,00	3.623.103,79	0,00	355.819,30	0,00	3.978.923,09
41120000000	N	-	IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO E A RENDA	0,00	314.209,51	0,00	101.063,68	0,00	415.273,19
41121000000	N	-	IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO E A RENDA - CONSOLIDAÇÃO	0,00	314.209,51	0,00	101.063,68	0,00	415.273,19
41121020000	S	-	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	0,00	0,00	0,00	3.214,82	0,00	3.214,82
41121030000	N	-	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	0,00	276.618,56	0,00	63.241,74	0,00	339.860,30
41121030200	S	-	IR - PESSOAS JURIDICAS	0,00	276.618,56	0,00	63.241,74	0,00	339.860,30
41121040000	S	-	ITBI	0,00	37.590,95	0,00	34.607,12	0,00	72.198,07
41130000000	N	-	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	0,00	3.308.644,28	0,00	250.755,62	0,00	3.559.399,90
41131000000	N	-	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	0,00	3.308.644,28	0,00	250.755,62	0,00	3.559.399,90
41131020000	S	-	ISS	0,00	3.308.644,28	0,00	250.755,62	0,00	3.559.399,90
41190000000	N	-	OUTROS IMPOSTOS	0,00	250,00	0,00	4.000,00	0,00	4.250,00
41191000000	S	-	OUTROS IMPOSTOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	250,00	0,00	4.000,00	0,00	4.250,00
41200000000	N	-	TAXAS	0,00	149.922,75	0,00	5.929,60	0,00	155.852,35
41210000000	N	-	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	0,00	3.327,80	0,00	1.862,19	0,00	5.189,99

Data: 29/06/2018 02:06:05 Página: 9 de 17
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Município: **CLAUDIA** Exercício: **2018**
Unidade Gestora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA** Período: **Janeiro a Abril**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
41211000000	**N**	**-**	**TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00**	**3.327,80**	**0,00**	**1.862,19**	**0,00**	**5.189,99**
41211150000	**N**	**-**	**TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO**	**0,00**	**3.327,80**	**0,00**	**1.862,19**	**0,00**	**5.189,99**
41211150100	S	-	ATOS DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	0,00	3.327,80	0,00	1.862,19	0,00	5.189,99
41220000000	**N**	**-**	**TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**	**0,00**	**146.594,95**	**0,00**	**4.067,41**	**0,00**	**150.662,36**
41221000000	**N**	**-**	**TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00**	**146.594,95**	**0,00**	**4.067,41**	**0,00**	**150.662,36**
41221990000	S	-	OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	146.594,95	0,00	4.067,41	0,00	150.662,36
42000000000	**N**	**-**	**CONTRIBUIÇÕES**	**0,00**	**31.436,16**	**0,00**	**19.469,98**	**0,00**	**50.906,14**
42300000000	**N**	**-**	**CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**	**0,00**	**31.436,16**	**0,00**	**19.469,98**	**0,00**	**50.906,14**
42301000000	**N**	**-**	**CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00**	**31.436,16**	**0,00**	**19.469,98**	**0,00**	**50.906,14**
42301010000	S	-	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	31.436,16	0,00	19.469,98	0,00	50.906,14
43000000000	**N**	**-**	**EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS**	**0,00**	**2.465,00**	**0,00**	**21.164,19**	**0,00**	**23.629,19**
43300000000	**N**	**-**	**EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**	**0,00**	**2.465,00**	**0,00**	**21.164,19**	**0,00**	**23.629,19**
43310000000	**N**	**-**	**VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**	**0,00**	**2.465,00**	**0,00**	**21.164,19**	**0,00**	**23.629,19**
43311000000	S	-	VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	2.465,00	0,00	21.164,19	0,00	23.629,19
44000000000	**N**	**-**	**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS**	**0,00**	**78.566,96**	**0,00**	**27.230,47**	**0,00**	**105.797,43**
44200000000	**N**	**-**	**JUROS E ENCARGOS DE MORA**	**0,00**	**27.997,72**	**0,00**	**9.937,49**	**0,00**	**37.935,21**
44240000000	**N**	**-**	**JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**	**0,00**	**27.997,72**	**0,00**	**9.937,49**	**0,00**	**37.935,21**
44241000000	**N**	**-**	**JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00**	**27.997,72**	**0,00**	**9.937,49**	**0,00**	**37.935,21**
44241060000	S	-	MULTAS E JUROS SOBRE ITBI	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,02
44241070000	S	-	MULTAS E JUROS SOBRE ISS	0,00	444,57	0,00	61,14	0,00	505,71
44241090000	S	-	MULTAS E JUROS SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	0,00	146,29	0,00	40,33	0,00	186,62
44241160000	S	-	MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	0,00	26.816,86	0,00	9.836,00	0,00	36.652,86
44241990000	S	-	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE OUTROS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	0,00	590,00	0,00	0,00	0,00	590,00
44500000000	**N**	**-**	**REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**	**0,00**	**50.569,24**	**0,00**	**17.292,98**	**0,00**	**67.862,22**
44520000000	**N**	**-**	**REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS**	**0,00**	**50.569,24**	**0,00**	**17.292,98**	**0,00**	**67.862,22**
44521000000	S	-	REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	50.569,24	0,00	17.292,98	0,00	67.862,22
45000000000	**N**	**-**	**TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS**	**0,00**	**6.622.911,34**	**0,00**	**2.232.638,64**	**0,00**	**8.855.549,98**
45200000000	**N**	**-**	**TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS**	**0,00**	**6.622.911,34**	**0,00**	**2.232.638,64**	**0,00**	**8.855.549,98**
45210000000	**N**	**-**	**TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS**	**0,00**	**5.405.467,86**	**0,00**	**1.883.638,87**	**0,00**	**7.289.106,73**

Data: 29/06/2018 02:06:05 Página: 10 de 17
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Município: **CLAUDIA** Exercício: **2018**
Unidade Gestora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA** Período: **Janeiro a Abril**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
45213000000	**N**	**-**	**TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS - INTER OFSS – UNIÃO**	**0,00**	**3.169.284,63**	**0,00**	**1.084.225,48**	**0,00**	**4.253.510,11**
45213020000	S	-	COTA-PARTE FPM	0,00	2.388.000,41	0,00	690.750,29	0,00	3.078.750,70
45213030000	S	-	COTA-PARTE ITR	0,00	58.301,79	0,00	6.106,08	0,00	64.407,87
45213070000	S	-	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS	0,00	541.693,95	0,00	272.364,99	0,00	814.058,94
45213080000	S	-	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSITENCIA SOCIAL - FNAS	0,00	38.920,30	0,00	59.422,95	0,00	98.343,25
45213090000	S	-	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	0,00	105.898,46	0,00	44.432,21	0,00	150.330,67
45213100000	S	-	TRANSFERENCIA FINANCEIRA DO ICMS DESONERAÇÃO - LC 87/96 (LEI KANDIR)	0,00	6.116,79	0,00	2.038,93	0,00	8.155,72
45213990000	S	-	OUTRAS PARTICIPAÇÕES NA RECEITA DA UNIÃO	0,00	30.352,93	0,00	9.110,03	0,00	39.462,96
45214000000	**N**	**-**	**TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS - INTER OFSS - ESTADO**	**0,00**	**2.236.183,23**	**0,00**	**799.413,39**	**0,00**	**3.035.596,62**
45214010000	S	-	COTA-PARTE ICMS	0,00	1.560.420,94	0,00	424.321,27	0,00	1.984.742,21
45214020000	S	-	COTA-PARTE IPVA	0,00	247.473,27	0,00	120.815,62	0,00	368.288,89
45214030000	S	-	COTA-PARTE IPI-EXPORTAÇÃO	0,00	11.863,83	0,00	3.637,19	0,00	15.501,02
45214040000	S	-	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00	15.345,95	0,00	13.632,62	0,00	28.978,57
45214060000	S	-	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAÚDE – REPASSE FUNDO A FUNDO	0,00	73.641,42	0,00	36.820,71	0,00	110.462,13
45214990000	S	-	OUTRAS PARTICIPAÇÕES NA RECEITA DOS ESTADOS	0,00	327.437,82	0,00	200.185,98	0,00	527.623,80
45220000000	**N**	**-**	**TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB**	**0,00**	**1.213.450,45**	**0,00**	**348.140,46**	**0,00**	**1.561.590,91**
45224000000	S	-	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB -INTER OFSS - ESTADO	0,00	1.213.450,45	0,00	348.140,46	0,00	1.561.590,91
45230000000	**N**	**-**	**TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**859,31**	**0,00**	**859,31**
45231000000	S	-	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	0,00	0,00	859,31	0,00	859,31
45240000000	**N**	**-**	**OUTRAS TRANSFERÊNCIAS**	**0,00**	**3.993,03**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.993,03**
45241000000	S	-	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	3.993,03	0,00	0,00	0,00	3.993,03
46000000000	**N**	**-**	**VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS**	**0,00**	**83.532,20**	**0,00**	**18.530,22**	**0,00**	**102.062,42**
46100000000	**N**	**-**	**REAVALIAÇÃO DE ATIVOS**	**0,00**	**81.672,20**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**81.672,20**
46110000000	**N**	**-**	**REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO**	**0,00**	**81.672,20**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**81.672,20**
46111000000	**N**	**-**	**REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00**	**81.672,20**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**81.672,20**
46111010000	S	-	REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	81.672,20	0,00	0,00	0,00	81.672,20
46300000000	**N**	**-**	**GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS**	**0,00**	**1.860,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.860,00**
46390000000	**N**	**-**	**OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS**	**0,00**	**1.860,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.860,00**
46391000000	S	-	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	1.860,00	0,00	0,00	0,00	1.860,00
46400000000	**N**	**-**	**GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**18.530,22**	**0,00**	**18.530,22**
46401000000	**N**	**-**	**GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**18.530,22**	**0,00**	**18.530,22**
46401030000	S	-	GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS (F)	0,00	0,00	0,00	18.530,22	0,00	18.530,22
49000000000	**N**	**-**	**OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS**	**0,00**	**322.416,63**	**0,00**	**2.290,33**	**0,00**	**324.706,96**

Data: 29/06/2018 02:06:05 Página: 11 de 17
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Município: **CLAUDIA** Exercício: **2018**
Unidade Gestora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA** Período: **Janeiro a Abril**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
49700000000	**N**	**-**	**REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS**	**0,00**	**308.791,61**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**308.791,61**
49710000000	**N**	**-**	**REVERSÃO DE PROVISÕES**	**0,00**	**308.791,61**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**308.791,61**
49711000000	**N**	**-**	**REVERSÃO DE PROVISÕES – CONSOLIDAÇÃO**	**0,00**	**308.791,61**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**308.791,61**
49711990000	S	-	REVERSÃO DE OUTRAS PROVISÕES	0,00	308.791,61	0,00	0,00	0,00	308.791,61
49900000000	**N**	**-**	**DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS**	**0,00**	**13.625,02**	**0,00**	**2.290,33**	**0,00**	**15.915,35**
49960000000	**N**	**-**	**INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES**	**0,00**	**13.625,02**	**0,00**	**2.290,33**	**0,00**	**15.915,35**
49961000000	**N**	**-**	**INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00**	**13.625,02**	**0,00**	**2.290,33**	**0,00**	**15.915,35**
49961990000	S	-	OUTRAS INDENIZAÇÕES	0,00	13.625,02	0,00	2.290,33	0,00	15.915,35
	N	**-**	**TOTAL VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (4)**	**0,00**	**10.914.354,83**	**0,00**	**2.683.072,73**	**0,00**	**13.597.427,56**
	N	**-**	**TOTAL INF. DE NATUREZA PATRIMONIAL (1 a 4)**	**134.983.799,02**	**134.983.799,02**	**10.910.800,68**	**10.910.800,68**	**51.414.636,71**	**51.414.636,71**
51000000000	**N**	**-**	**PLANEJAMENTO APROVADO**	**191.968.372,84**	**111.265,00**	**456.314,44**	**244.410,00**	**192.069.012,28**	**0,00**
51100000000	**N**	**-**	**PPA - APROVADO**	**191.968.372,84**	**111.265,00**	**456.314,44**	**244.410,00**	**192.069.012,28**	**0,00**
51110000000	S	-	APROVAÇÃO INICIAL DO PPA	191.210.160,00	0,00	0,00	0,00	191.210.160,00	0,00
51120000000	S	-	REVISAO DO PPA	758.212,84	111.265,00	456.314,44	244.410,00	858.852,28	0,00
52000000000	**N**	**-**	**ORÇAMENTO APROVADO**	**74.519.190,68**	**4.572.242,84**	**1.157.038,88**	**945.134,44**	**70.158.852,28**	**0,00**
52100000000	**N**	**-**	**PREVISÃO DA RECEITA**	**39.191.500,00**	**3.651.500,00**	**0,00**	**0,00**	**35.540.000,00**	**0,00**
52110000000	**N**	**-**	**PREVISÃO INICIAL DA RECEITA**	**39.191.500,00**	**3.651.500,00**	**0,00**	**0,00**	**35.540.000,00**	**0,00**
52111000000	S	-	PREVISAO INICIAL DA RECEITA BRUTA	39.191.500,00	0,00	0,00	0,00	39.191.500,00	0,00
52112000000	**N**	**-**	**(-) PREVISÃO DE DEDUÇÕES DA RECEITA**	**0,00**	**3.651.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.651.500,00**
52112010000	**N**	**-**	**(-) DEDUÇÕES POR TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS**	**0,00**	**3.643.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.643.500,00**
52112010100	S	-	(-) FUNDEB	0,00	3.643.500,00	0,00	0,00	0,00	3.643.500,00
52112990000	S	-	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
52200000000	**N**	**-**	**FIXAÇÃO DA DESPESA**	**35.327.690,68**	**920.742,84**	**1.157.038,88**	**945.134,44**	**34.618.852,28**	**0,00**
52210000000	**N**	**-**	**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**	**35.327.690,68**	**920.742,84**	**1.157.038,88**	**945.134,44**	**34.618.852,28**	**0,00**
52211000000	**N**	**-**	**DOTAÇÃO INICIAL**	**33.760.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**33.760.000,00**	**0,00**
52211010000	S	-	CREDITO INICIAL	33.760.000,00	0,00	0,00	0,00	33.760.000,00	0,00
52212000000	**N**	**-**	**DOTAÇÃO ADICIONAL POR TIPO DE CREDITO**	**728.212,84**	**0,00**	**456.314,44**	**0,00**	**1.184.527,28**	**0,00**
52212010000	S	-	CREDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR	728.212,84	0,00	437.114,44	0,00	1.165.327,28	0,00
52212020000	**N**	**-**	**CREDITO ADICIONAL - ESPECIAL**	**0,00**	**0,00**	**19.200,00**	**0,00**	**19.200,00**	**0,00**
52212020100	S	-	CRÉDITOS ESPECIAIS ABERTOS	0,00	0,00	19.200,00	0,00	19.200,00	0,00
52213000000	**N**	**-**	**DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE**	**809.477,84**	**809.477,84**	**700.724,44**	**700.724,44**	**0,00**	**0,00**
52213010000	S	-	SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	646.947,84	0,00	211.904,44	0,00	858.852,28	0,00
52213030000	S	-	ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	81.265,00	0,00	244.410,00	0,00	325.675,00	0,00
52213090000	S	-	(-) CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES	0,00	81.265,00	0,00	244.410,00	0,00	325.675,00
52213990000	S	-	VALOR GLOBAL DA DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	81.265,00	728.212,84	244.410,00	456.314,44	0,00	858.852,28
52219000000	**N**	**-**	**CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO**	**30.000,00**	**111.265,00**	**0,00**	**244.410,00**	**0,00**	**325.675,00**
52219020000	**N**	**-**	**ALTERAÇÃO DA LEI ORCAMENTARIA**	**30.000,00**	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
52219020100	S	-	ACRESCIMO	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
52219020900	S	-	(-) REDUÇÃO	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
52219040000	S	-	(-) CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES	0,00	81.265,00	0,00	244.410,00	0,00	325.675,00
53000000000	**N**	**-**	**INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR**	**764.191,44**	**270.456,94**	**0,00**	**0,00**	**493.734,50**	**0,00**

Data: 29/06/2018 02:06:05 Página: 12 de 17
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Município: **CLAUDIA** Exercício: **2018**
Unidade Gestora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA** Período: **Janeiro a Abril**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
53100000000	**N**	**-**	**INSCRIÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS**	**43.460,00**	**21.730,00**	**0,00**	**0,00**	**21.730,00**	**0,00**
53110000000	S	-	RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	21.730,00	0,00	0,00	0,00	21.730,00	0,00
53170000000	S	-	RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	21.730,00	21.730,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53200000000	**N**	**-**	**INSCRIÇÃO DE RP PROCESSADOS**	**720.731,44**	**248.726,94**	**0,00**	**0,00**	**472.004,50**	**0,00**
53210000000	S	-	RP PROCESSADOS - INSCRITOS	248.726,94	0,00	0,00	0,00	248.726,94	0,00
53220000000	S	-	RP PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	223.277,56	0,00	0,00	0,00	223.277,56	0,00
53270000000	S	-	RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	248.726,94	248.726,94	0,00	0,00	0,00	0,00
	N	**-**	**TOTAL CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (5)**	**267.251.754,96**	**4.953.964,78**	**1.613.353,32**	**1.189.544,44**	**262.721.599,06**	**0,00**
61000000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO**	**43.799.758,73**	**235.656.866,57**	**3.805.911,24**	**4.017.815,68**	**0,00**	**192.069.012,28**
61100000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DO PPA**	**43.799.758,73**	**235.656.866,57**	**3.805.911,24**	**4.017.815,68**	**0,00**	**192.069.012,28**
61110000000	S	-	PPA A ALOCAR EM LEIS ORÇAMENTÁRIAS ANUAIS	34.629.477,84	192.079.637,84	700.724,44	700.724,44	0,00	157.450.160,00
61120000000	S	-	PPA ALOCADO EM LEIS ORÇAMENTÁRIAS ANUAIS	9.168.010,89	34.520.482,84	3.088.053,49	473.447,75	0,00	22.737.866,21
61130000000	S	-	PPA EXECUTADO	2.270,00	9.056.745,89	17.133,31	2.843.643,49	0,00	11.880.986,07
62000000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO**	**39.258.771,19**	**109.205.719,03**	**12.420.356,79**	**12.632.261,23**	**0,00**	**70.158.852,28**
62100000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DA RECEITA**	**15.392.383,00**	**50.932.383,00**	**2.938.732,09**	**2.938.732,09**	**0,00**	**35.540.000,00**
62110000000	S	-	RECEITA A REALIZAR	14.534.053,26	40.049.829,74	2.686.214,76	252.517,33	0,00	23.082.079,05
62120000000	S	-	RECEITA REALIZADA	0,00	10.882.553,26	1.471,30	2.686.214,76	0,00	13.567.296,72
62130000000	**N**	**-**	**(-) DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA**	**858.329,74**	**0,00**	**251.046,03**	**0,00**	**1.109.375,77**	**0,00**
62131000000	**N**	**-**	**(-) DEDUÇÕES POR TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS**	**848.839,89**	**0,00**	**248.806,36**	**0,00**	**1.097.646,25**	**0,00**
62131010000	S	-	(-) FUNDEB	848.839,89	0,00	248.806,36	0,00	1.097.646,25	0,00
62132000000	S	-	(-) RENÚNCIA	9.489,85	0,00	2.239,67	0,00	11.729,52	0,00
62200000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DA DESPESA**	**23.866.388,19**	**58.273.336,03**	**9.481.624,70**	**9.693.529,14**	**0,00**	**34.618.852,28**
62210000000	**N**	**-**	**DISPONIBILIDADES DE CREDITO**	**23.866.388,19**	**58.273.336,03**	**9.481.624,70**	**9.693.529,14**	**0,00**	**34.618.852,28**
62211000000	S	-	CREDITO DISPONÍVEL	9.287.128,24	34.520.482,84	3.131.310,72	473.447,75	0,00	22.575.491,63
62213000000	**N**	**-**	**CREDITO UTILIZADO**	**14.579.259,95**	**23.752.853,19**	**6.350.313,98**	**9.220.081,39**	**0,00**	**12.043.360,65**
62213010000	S	F	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	6.329.019,84	9.175.863,24	2.733.907,71	2.886.900,72	0,00	2.999.836,41
62213020000	S	-	CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	2.369.167,33	2.369.167,33	1.181.545,09	1.181.545,09	0,00	0,00
62213030000	S	-	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	5.881.072,78	6.326.749,84	2.434.861,18	2.716.774,40	0,00	727.590,28
62213040000	S	-	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00	5.881.072,78	0,00	2.434.861,18	0,00	8.315.933,96
63000000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR**	**542.868,81**	**1.036.603,31**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**493.734,50**
63100000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS**	**86.920,00**	**108.650,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**21.730,00**
63110000000	S	F	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	21.730,00	21.730,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63120000000	S	-	RP NÃO PROCESSADOS EM LIQUIDAÇÃO	21.730,00	21.730,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63130000000	S	-	RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	21.730,00	21.730,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63140000000	S	-	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	0,00	21.730,00	0,00	0,00	0,00	21.730,00
63170000000	**N**	**-**	**RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO**	**21.730,00**	**21.730,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
63171000000	S	F	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	21.730,00	21.730,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63200000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DE RP PROCESSADOS**	**455.948,81**	**927.953,31**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**472.004,50**
63210000000	S	-	RP PROCESSADOS A PAGAR	207.221,87	472.004,50	0,00	0,00	0,00	264.782,63
63220000000	S	-	RP PROCESSADOS PAGOS	0,00	207.221,87	0,00	0,00	0,00	207.221,87

Data: 29/06/2018 02:06:05 Página: 13 de 17
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Município: **CLAUDIA** Exercício: **2018**
Unidade Gestora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA** Período: **Janeiro a Abril**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
63270000000	S	-	RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	248.726,94	248.726,94	0,00	0,00	0,00	0,00
	N	**-**	**TOTAL CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (6)**	**83.601.398,73**	**345.899.188,91**	**16.226.268,03**	**16.650.076,91**	**0,00**	**262.721.599,06**
	N	**-**	**TOTAL INF. DE NATUREZA ORÇAMENTÁRIA (5 e 6)**	**350.853.153,69**	**350.853.153,69**	**17.839.621,35**	**17.839.621,35**	**262.721.599,06**	**262.721.599,06**
71000000000	**N**	**-**	**ATOS POTENCIAIS**	**18.705.604,56**	**3.458.295,40**	**222.756,51**	**1.500,00**	**15.468.565,67**	**0,00**
71100000000	**N**	**-**	**ATOS POTENCIAIS ATIVOS**	**9.067.813,42**	**1.755.436,78**	**0,00**	**0,00**	**7.312.376,64**	**0,00**
71120000000	**N**	**-**	**DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES**	**9.038.693,42**	**1.755.436,78**	**0,00**	**0,00**	**7.283.256,64**	**0,00**
71121000000	**N**	**-**	**DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES - CONSOLIDAÇÃO**	**9.038.693,42**	**1.755.436,78**	**0,00**	**0,00**	**7.283.256,64**	**0,00**
71121010000	S	-	DIREITOS CONVENIADOS	9.038.693,42	1.755.436,78	0,00	0,00	7.283.256,64	0,00
71190000000	**N**	**-**	**OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS**	**29.120,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**29.120,00**	**0,00**
71191000000	S	-	OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVO - CONSOLIDAÇÃO	29.120,00	0,00	0,00	0,00	29.120,00	0,00
71200000000	**N**	**-**	**ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**9.637.791,14**	**1.702.858,62**	**222.756,51**	**1.500,00**	**8.156.189,03**	**0,00**
71230000000	**N**	**-**	**OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**	**6.640.307,64**	**1.702.858,62**	**222.756,51**	**1.500,00**	**5.158.705,53**	**0,00**
71231000000	**N**	**-**	**OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO**	**6.640.307,64**	**1.702.858,62**	**222.756,51**	**1.500,00**	**5.158.705,53**	**0,00**
71231020000	S	-	CONTRATOS DE SERVIÇOS	5.323.690,62	1.659.076,06	218.931,51	0,00	3.883.546,07	0,00
71231030000	S	-	CONTRATOS DE ALUGUÉIS	151.086,26	0,00	0,00	0,00	151.086,26	0,00
71231040000	S	-	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	292.763,10	0,00	3.825,00	1.500,00	295.088,10	0,00
71231090000	S	-	CONTRATOS DE RATEIO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	828.985,10	0,00	0,00	0,00	828.985,10	0,00
71231990000	S	-	OUTROS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	43.782,56	43.782,56	0,00	0,00	0,00	0,00
71290000000	S	-	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2.997.483,50	0,00	0,00	0,00	2.997.483,50	0,00
72000000000	**N**	**-**	**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**	**22.157.842,00**	**6.741.399,25**	**4.596.956,02**	**2.163.258,59**	**17.850.140,18**	**0,00**
72100000000	**N**	**-**	**DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO**	**22.157.842,00**	**6.741.399,25**	**4.596.956,02**	**2.163.258,59**	**17.850.140,18**	**0,00**
72110000000	**N**	**-**	**CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS**	**22.157.842,00**	**6.741.399,25**	**4.596.956,02**	**2.163.258,59**	**17.850.140,18**	**0,00**
72111000000	S	-	RECURSOS ORDINÁRIOS	9.822.113,38	2.779.223,72	1.780.203,19	859.587,12	7.963.505,73	0,00
72112000000	S	-	RECURSOS VINCULADOS	12.335.728,62	3.962.175,53	2.816.752,83	1.303.671,47	9.886.634,45	0,00
73000000000	**N**	**-**	**DÍVIDA ATIVA**	**2.591.093,93**	**0,00**	**9.836,00**	**0,00**	**2.600.929,93**	**0,00**
73200000000	**N**	**-**	**CONTROLE DA INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA**	**2.591.093,93**	**0,00**	**9.836,00**	**0,00**	**2.600.929,93**	**0,00**
73210000000	**N**	**-**	**INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA**	**2.591.093,93**	**0,00**	**9.836,00**	**0,00**	**2.600.929,93**	**0,00**
73211000000	S	-	INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	2.591.093,93	0,00	9.836,00	0,00	2.600.929,93	0,00
75000000000	**N**	**-**	**CONSÓRCIOS PÚBLICOS**	**66.039,92**	**26.869,18**	**75.526,74**	**0,00**	**114.697,48**	**0,00**
75200000000	S	-	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	66.039,92	26.869,18	75.526,74	0,00	114.697,48	0,00
79000000000	**N**	**-**	**OUTROS CONTROLES**	**47.455,12**	**16.319,70**	**10.714,68**	**0,00**	**41.850,10**	**0,00**
79100000000	**N**	**-**	**RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS**	**47.455,12**	**16.319,70**	**10.714,68**	**0,00**	**41.850,10**	**0,00**
79110000000	**N**	**-**	**RESPONSABILIDADE COM TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS**	**500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500,00**	**0,00**
79119000000	S	-	OUTRAS RESPONSABILIDADES COM TERCEIROS	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00
79120000000	**N**	**-**	**RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS**	**46.955,12**	**16.319,70**	**10.714,68**	**0,00**	**41.350,10**	**0,00**
79121000000	S	-	CONTROLE DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDIDOS	46.955,12	16.319,70	10.714,68	0,00	41.350,10	0,00

Data: 29/06/2018 02:06:05 Página: 14 de 17
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Município: **CLAUDIA** Exercício: **2018**
Unidade Gestora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA** Período: **Janeiro a Abril**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
	N	**-**	**TOTAL CONTROLES DEVEDORES (7)**	**43.568.035,53**	**10.242.883,53**	**4.915.789,95**	**2.164.758,59**	**36.076.183,36**	**0,00**
81000000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS**	**4.868.886,25**	**20.116.195,41**	**469.801,82**	**691.058,33**	**0,00**	**15.468.565,67**
81100000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS**	**1.833.380,20**	**9.145.756,84**	**67,00**	**67,00**	**0,00**	**7.312.376,64**
81120000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES**	**1.833.380,20**	**9.116.636,84**	**67,00**	**67,00**	**0,00**	**7.283.256,64**
81121000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES - CONSOLIDAÇÃO**	**1.833.380,20**	**9.116.636,84**	**67,00**	**67,00**	**0,00**	**7.283.256,64**
81121010000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS**	**1.833.380,20**	**9.116.636,84**	**67,00**	**67,00**	**0,00**	**7.283.256,64**
81121010100	S	-	CONVÊNIOS A RECEBER	1.755.436,78	7.485.992,55	0,00	0,00	0,00	5.730.555,77
81121010200	S	-	CONVÊNIOS A COMPROVAR	77.943,42	1.548.700,87	67,00	0,00	0,00	1.470.690,45
81121010300	S	-	CONVÊNIOS A APROVAR	0,00	81.943,42	0,00	67,00	0,00	82.010,42
81190000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS**	**0,00**	**29.120,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**29.120,00**
81191000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00**	**29.120,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**29.120,00**
81191010000	S	-	EM EXECUÇÃO	0,00	29.120,00	0,00	0,00	0,00	29.120,00
81200000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**3.035.506,05**	**10.970.438,57**	**469.734,82**	**690.991,33**	**0,00**	**8.156.189,03**
81230000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**	**3.035.506,05**	**7.972.955,07**	**469.734,82**	**690.991,33**	**0,00**	**5.158.705,53**
81231000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES -CONSOLIDAÇÃO**	**3.035.506,05**	**7.972.955,07**	**469.734,82**	**690.991,33**	**0,00**	**5.158.705,53**
81231020000	**N**	**-**	**CONTRATOS DE SERVIÇOS**	**2.044.292,09**	**5.708.906,65**	**355.030,95**	**573.962,46**	**0,00**	**3.883.546,07**
81231020100	S	-	A EXECUTAR	2.044.292,09	5.323.690,62	355.030,95	218.931,51	0,00	3.143.299,09
81231020200	S	-	EXECUTADOS	0,00	385.216,03	0,00	355.030,95	0,00	740.246,98
81231030000	**N**	**-**	**CONTRATOS DE ALUGUÉIS**	**41.801,56**	**192.887,82**	**14.700,52**	**14.700,52**	**0,00**	**151.086,26**
81231030100	S	-	A EXECUTAR	41.801,56	151.086,26	14.700,52	0,00	0,00	94.584,18
81231030200	S	-	EXECUTADOS	0,00	41.801,56	0,00	14.700,52	0,00	56.502,08
81231040000	**N**	**-**	**CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS**	**40.474,00**	**333.237,10**	**24.476,61**	**26.801,61**	**0,00**	**295.088,10**
81231040100	S	-	A EXECUTAR	40.474,00	292.763,10	24.476,61	3.825,00	0,00	231.637,49
81231040200	S	-	EXECUTADOS	0,00	40.474,00	0,00	22.976,61	0,00	63.450,61
81231090000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE RATEIO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS**	**865.155,84**	**1.694.140,94**	**75.526,74**	**75.526,74**	**0,00**	**828.985,10**
81231090100	S	-	CONTRATOS DE RATEIO - A EXECUTAR	828.985,10	828.985,10	0,00	0,00	0,00	0,00
81231090200	S	-	CONTRATOS DE RATEIO - EM EXECUÇÃO	36.170,74	828.985,10	75.526,74	0,00	0,00	717.287,62
81231090300	S	-	CONTRATOS DE RATEIO - EXECUTADOS	0,00	36.170,74	0,00	75.526,74	0,00	111.697,48
81231990000	**N**	**-**	**OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**	**43.782,56**	**43.782,56**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
81231990100	S	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - A EXECUTAR	43.782,56	43.782,56	0,00	0,00	0,00	0,00
81290000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**0,00**	**2.997.483,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.997.483,50**
81291000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00**	**2.997.483,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.997.483,50**
81291010000	S	-	EM EXECUÇÃO	0,00	2.997.483,50	0,00	0,00	0,00	2.997.483,50
82000000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**	**32.818.171,83**	**48.234.614,58**	**11.832.896,06**	**14.266.593,49**	**0,00**	**17.850.140,18**
82100000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO**	**32.818.171,83**	**48.234.614,58**	**11.832.896,06**	**14.266.593,49**	**0,00**	**17.850.140,18**
82110000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS**	**32.818.171,83**	**48.234.614,58**	**11.832.896,06**	**14.266.593,49**	**0,00**	**17.850.140,18**
82111000000	**N**	**-**	**DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS**	**17.160.838,03**	**22.160.112,00**	**5.198.492,64**	**4.614.089,33**	**0,00**	**4.414.870,66**
82111010000	S	F	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXERCÍCIO	17.160.838,03	22.160.112,00	5.198.492,64	4.614.089,33	0,00	4.414.870,66

Data: 29/06/2018 02:06:05 Página: 15 de 17
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Município: **CLAUDIA** Exercício: **2018**
Unidade Gestora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA** Período: **Janeiro a Abril**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
82112000000	**N**	**-**	**DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO**	**8.741.647,17**	**11.588.490,57**	**3.915.452,80**	**4.068.445,81**	**0,00**	**2.999.836,41**
82112010000	S	F	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO - A LIQUIDAR	6.350.749,84	9.197.593,24	2.733.907,71	2.886.900,72	0,00	2.999.836,41
82112020000	S	F	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO - EM LIQUIDAÇÃO	2.390.897,33	2.390.897,33	1.181.545,09	1.181.545,09	0,00	0,00
82113000000	**N**	**-**	**DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO E ENTRADAS COMPENSATÓRIAS**	**6.915.686,63**	**7.911.980,92**	**2.718.950,62**	**3.002.205,52**	**0,00**	**1.279.549,19**
82113010000	S	F	COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	6.110.024,65	6.820.484,34	2.434.861,18	2.716.774,40	0,00	992.372,91
82113020000	S	F	COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RETENÇÕES	805.661,98	1.091.496,58	284.089,44	285.431,12	0,00	287.176,28
82114000000	S	-	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	0,00	6.574.031,09	0,00	2.581.852,83	0,00	9.155.883,92
83000000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA**	**158.464,17**	**2.749.558,10**	**33.454,39**	**43.290,39**	**0,00**	**2.600.929,93**
83200000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DA INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA**	**158.464,17**	**2.749.558,10**	**33.454,39**	**43.290,39**	**0,00**	**2.600.929,93**
83230000000	**N**	**-**	**CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA A RECEBER**	**149.955,15**	**2.591.093,93**	**31.407,18**	**9.836,00**	**0,00**	**2.419.567,60**
83231000000	**N**	**-**	**CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA A RECEBER**	**149.955,15**	**2.591.093,93**	**31.407,18**	**9.836,00**	**0,00**	**2.419.567,60**
83231010000	S	-	CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA A RECEBER EM COBRANÇA ADMINISTRATIVA	149.955,15	2.591.093,93	31.407,18	9.836,00	0,00	2.419.567,60
83240000000	**N**	**-**	**CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA RECEBIDOS**	**8.509,02**	**149.955,15**	**2.047,21**	**31.407,18**	**0,00**	**170.806,10**
83241000000	**N**	**-**	**RECEBIMENTO DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA**	**8.509,02**	**149.955,15**	**2.047,21**	**31.407,18**	**0,00**	**170.806,10**
83241010000	S	-	RECEBIMENTO DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA EM COBRANÇA ADMINISTRATIVA	8.509,02	149.955,15	2.047,21	31.407,18	0,00	170.806,10
83250000000	**N**	**-**	**BAIXA DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA**	**0,00**	**8.509,02**	**0,00**	**2.047,21**	**0,00**	**10.556,23**
83251000000	**N**	**-**	**BAIXAS DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA**	**0,00**	**8.509,02**	**0,00**	**2.047,21**	**0,00**	**10.556,23**
83251010000	S	-	BAIXAS DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - COBRANÇA ADMINISTRATIVA	0,00	8.509,02	0,00	2.047,21	0,00	10.556,23
85000000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS**	**26.869,18**	**66.039,92**	**0,00**	**75.526,74**	**0,00**	**114.697,48**
85200000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONSÓRCIO PÚBLICO**	**26.869,18**	**66.039,92**	**0,00**	**75.526,74**	**0,00**	**114.697,48**
85210000000	S	-	A COMPROVAR	0,00	36.170,74	0,00	75.526,74	0,00	111.697,48
85230000000	S	-	A APROVAR	26.869,18	29.869,18	0,00	0,00	0,00	3.000,00
89000000000	**N**	**-**	**OUTROS CONTROLES**	**65.659,66**	**96.795,08**	**19.710,40**	**30.425,08**	**0,00**	**41.850,10**
89100000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS**	**65.659,66**	**96.795,08**	**19.710,40**	**30.425,08**	**0,00**	**41.850,10**
89110000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE COM TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS**	**0,00**	**500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500,00**
89119000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DE OUTRAS RESPONSABILIDADES COM TERCEIROS**	**0,00**	**500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500,00**

Data: 29/06/2018 02:06:05 Página: 16 de 17
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Município: **CLAUDIA** Exercício: **2018**
Unidade Gestora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA** Período: **Janeiro a Abril**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
89119010000	S	-	BENS MÓVEIS DE TERCEIROS	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
89120000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS**	**65.659,66**	**96.295,08**	**19.710,40**	**30.425,08**	**0,00**	**41.350,10**
89121000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDIDOS**	**65.659,66**	**96.295,08**	**19.710,40**	**30.425,08**	**0,00**	**41.350,10**
89121010000	S	-	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A COMPROVAR	45.108,69	57.119,09	13.385,40	10.714,68	0,00	9.339,68
89121020000	S	-	ADIANTAMENTOS A APROVAR	10.387,00	10.387,00	6.325,00	6.325,00	0,00	0,00
89121030000	S	-	ADIANTAMENTOS APROVADOS	0,00	10.387,00	0,00	6.325,00	0,00	16.712,00
89121050000	S	-	ADIANTAMENTOS EM INDADIMPLENCIA	10.163,97	18.401,99	0,00	7.060,40	0,00	15.298,42
	N	**-**	**TOTAL CONTROLES CREDORES (8)**	**37.938.051,09**	**71.263.203,09**	**12.355.862,67**	**15.106.894,03**	**0,00**	**36.076.183,36**
	N	**-**	**TOTAL INF. DE CONTROLES (7 e 8)**	**81.506.086,62**	**81.506.086,62**	**17.271.652,62**	**17.271.652,62**	**36.076.183,36**	**36.076.183,36**
	N	**-**	**TOTAL GERAL**	**567.343.039,33**	**567.343.039,33**	**46.022.074,65**	**46.022.074,65**	**350.212.419,13**	**350.212.419,13**

Nota:
Ratificamos os valores contábeis apresentados neste balancete de verificação emitido pelo TCE/MT com base nas informações encaminhadas pelo(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA, por intermédio do Sistema APLIC, relativamente às prestações de contas até o mês de Abril de 2018, e confirmamos ainda, que reproduz fielmente os registros e saldos existentes em nossas bases de dados.

ADENOR BURILLE - PR 22117TMT
Contador(a)

ALTAMIR KURTEN
Titular do Órgão/Entidade

Data: 29/06/2018 02:06:05 Página: 17 de 17
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

LEI MUNICIPAL Nº 838, DE 21 DE JUNHO DE 2.018. "ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO-PROGRAMA DO MUNICÍPIO

LEI MUNICIPAL Nº 838, DE 21 DE JUNHO DE 2.018.

"*Abre crédito adicional especial no orçamento-programa do Município de Cocalinho e dá outras providências*".

DALVA MARIA DE LIMA PERES, Prefeita Municipal de Cocalinho/MT em exercício, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no orçamento vigente, um crédito adicional especial no valor de R$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

0013 – PREVI - COCALINHO

0001 – PLANO PREVIDENCIÁRIO

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0096 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0152 – RECURSOS DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO

2075 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O RPPS

3.1.71.70.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO.....R$ 1.500,00

3.3.71.70.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO.....R$ 1.500,00

4.4.71.70.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO.....R$ 1.500,00

TOTAL .....R$ 4.500,00

Art. 2º. A cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º desta lei, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

0013 – PREVI - COCALINHO

0001 – PLANO PREVIDENCIÁRIO

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0127 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA - PLANO PREVIDENCIÁRIO

0152 – RECURSOS DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO

2081 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA - FUNDO PREVIDENCIÁRIO

9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....R$ 4.500,00

TOTAL ..... R$ 4.500,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos 21 dias do mês de junho do ano de 2018.

DALVA PERES

Prefeita Municipal

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N.º 031/2018, IMPACTO CONSTRUTORA E REFORMAS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

POR TEMPO DETERMINADO

N.º 031/2018

Pelo presente Contrato, de um lado o Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia, nº. 676, Centro, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº. 00.965.145/0001-27**, neste ato representado pela sua titular, a Prefeita Municipal, **Sr.ª. DALVA MARIA DE LIMA PERES**, Brasileira, Casada, Professora, portadora da **CI nº.** 1.982.506 e inscrita no **CPF sob o nº. 556.892.561-53**, residente e domiciliada à Avenida Araguaia, nº. , Setor Centro, nesta cidade, doravante denominada CONTRATANTE**,** a Empresa **IMPACTO CONSTRUTORA E REFORMAS**, CNPJ. 27.596.997/0001-40, representada pelo senhor **CRISTIANO FERREIRA DE SOUSA,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 3582483 – SSP/GO, e do CPF nº. 868.714.201-34, residente e domiciliado Rua Sb 25, quadra 24; lote 21, residencial solar bougainville, Goiânia - GO, neste ato denominado simplesmente como **Contratado,** tem entre si justos e contratados o seguinte, o que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato – Serviços de Construir sala de Revelação Digital Raio – X, Dreno e Calçadas entre blocos do hospital (calçada concreto/Jardim), deposito GLP (Oxigênio), Sala de Urgência: Forro PVC, isolamento de duas portas, Ralo com Canaleta, Encanação de Agua e Esgoto, Assento de Bancada de Pia, Abertura de Parede Para a Sala de Higienização, Acabamento de Massa Acrílica e Pintura, Sala de Reidratação: Isolamento de duas portas e abertura de uma janela, instalação Elétrica e Correção na Retirada do foco Cirúrgico, Acabamento em massa Acrílica e Pintura, Cobertura Externa na Porta de Entrada da urgência (Desembarque da Ambulância), Fechar a Janela do banheiro da recepção e instalação de um exaustor de ar, Calçada ao Lado do Desembarque da Ambulância, Acabamento de Massa Acrílica e Pintura com Tinta Semi Brilho nas Salas: Inalação Coletiva, cons. Diferenciado, Serviço Social, Laudos e Corredores.

CLAUSULA SEGUNDA – Da Fundamentação Legal

2.1. Este contrato se fundamenta, na da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Vigência

3.1. O presente contrato será por um período de 30 (trinta) dias, com vigência do dia 25 de junho 2018 e findando em 25 de julho do ano em curso, sendo que o contrato poderá ser renovando de acordo com a conveniência de ambas as partes e nos termos da legislação pertinente, com a devida correção do valor.

CLÁUSULA QUARTA – Do Valor e da Forma de Pagamento

4.1. O preço certo e total ajustando entre as partes é de R$ 20.000,00 (Vinte Mil e Reais).

CLAÚSULA QUINTA – Da Dotação Orçamentária

5.1. As despesas decorrentes com o presente contrato correrão por conta do orçamento em vigor, Lei Municipal 810, de 29 de dezembro de 2017, na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07- Secretaria Municipal de Saúde.

Unidade: 001- Fundo Municipal de Saúde.

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0116 – Bloco de Atenção Media e Alta Complexidade.

Projeto/Atividade: 2049 – Manutenção e Encargos com o Hospital.

Natureza de Despesa: 33.90.39 Outros Serviços de Terceiros Pessoas Jurídica.

Cocalinho, - MT 29 06 2018

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 839, DE 29 DE JUNHO DE 2.018. "AUMENTA O TRAJETO DA CO-06 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEI MUNICIPAL Nº 839, DE 29 DE JUNHO DE 2.018.

"AUMENTA O TRAJETO DA CO-06 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A **CÂMARA MUNICIPAL DE COCALINHO**, nos termos do **art. 105 § 5º e art. 107 de seu Regimento Interno c/c art. 8.º, inciso I da Lei Orgânica Municipal DECRETA**, e a **PREFEITA MUNICIPAL**, no uso e gozo de suas atribuições legais, previstas na **Lei Orgânica Municipal**, **SANCIONA** a seguinte Lei:

Artigo 1.° - Fica alterado através desta Lei o art. 2.º da Lei no 460/2.004, de 08 de Junho de 2004, passando a ter a seguinte redação:

Artigo 2.° - A Estrada Municipal alterada pelo artigo primeiro desta lei, tem início na Rua 01 do Perímetro Urbano desta cidade, passando pelas Fazendas Globo, Fazenda Saudade, Fazenda Tarumã, Fazenda Rede Mix, Fazenda Dona Onça, Fazenda Rosa, Fazenda Itaipu, Fazenda Canadá, Fazenda Barreira do Cocal, Fazenda Bandeirantes, Fazenda Capão de Cedro, Fazenda Interlagos, Fazenda Disparada, Fazenda Agropemba até chegar na Fazenda Montaria; totalizando 128,85 Km de extensão, conforme Mapa do Município e Memorial Descritivo em anexo e que é parte integrante desta Emenda.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos 29 dias do mês de junho do ano de 2018.

DALVA PERES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº. 2991/2018 SUMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A UTILIZAR RECURSOS PRÓPRIOS PARA A REALIZAÇÃO DA COPA CENTRO AMÉRICA DE FUTSAL – ETAPA DE QUARTAS DE FINAL A SER SEDIADA NO MUNICÍPIO DE COLIDER

Projeto de Lei nº. 100/2018

Autoria: Poder Executivo

O Prefeito Municipal de Colider, Senhor **NOBORU TOMIYOSHI**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Colider, aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

ART. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a utilizar recurso próprios, consignados no orçamento vigente, para custear as despesas com a realização da Etapa Local da Copa Centro América de Futsal, evento esportivo estadual organizado pela Federação Mato-grossense de Futsal e Rede Centro-América de Televisão.

Art. 2º - Para atender as despesas decorrentes da execução desta lei serão utilizados recursos orçamentários consignados na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Cultura - Unidade: 001 Departamento de Esportes e Lazer Função: 27 Desporto e Lazer - Subfunção: 812 Desporto Comunitário Programa: 0013- Cidade do Esporte e Lazer - Ação: 1018 Apoio a Evento Esportivos - Fonte de Recursos: 0.1. 00.000000 Recursos Ordinários – Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 29 de junho de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder-MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
TERMO DE CONVÊNIO Nº 005/2018 CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO E ASSOCIAÇÃO SKATISTAS DE COLIDER.

Em 25 de junho de 2018, na sede do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 15.023.930/0001-38, neste ato representando por seu Prefeito Municipal, Senhor **NOBORU TOMIYOSHI,** brasileiro, casado, portador da CI/RG nº. 15.462.376 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n° 074.079.168-02, doravante denominado de **MUNICÍPIO**, e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO DOS SKATISTAS DE COLIDER,** regularmente inscrito no CNPJ/MF sob o n°. 07.445.072/0001-91, com sede na Rua machado de Assis nº551 Setor Norte, Bairro Nossa Senhora da Guia, cidade de Colíder, neste ato representado por seu Presidente, Sr. **ANDERSON MARQUES ZANOVELLO,** brasileiro, portador da CI/RG n° 16696310 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o n° 012.034.861-62 , residente e domiciliado na Rua Arinos , nº1350, Setor Sul, Bairro Centro, nesta cidade de Colíder-MT, doravante denominado de **ASSOCIAÇÃO DOS SKATISTAS DE COLIDER,** celebram o presente Convenio, observando as disposições legais vigentes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente convênio foi autorizado pela Lei Municipal n° 2990/2018, e será regido por esta, bem como pelo que dispõe a Instrução Normativa SCV SISTEMA DE CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS Nº 12, de 13 de novembro de 2009, no que couber e demais legislações aplicáveis à matéria.

CLAUSULA SEGUNDA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

A minuta do presente Convênio foi aprovada pela Assessoria Jurídica do MUNICÍPIO, após análise do Plano de Trabalho e sanção da Lei autorizativa.

CLAUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem como objeto atender às despesas de manutenção da entidade, bem como para o desenvolvimento do projeto denominado **"ONÇA PINTADA".**

CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIOse obriga a efetuar a contribuição financeira de que trata a Cláusula Terceira deste Convênio na importância de R$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais), em 06 (Seis) parcela, promovendo as transferências do recurso a ASSOCIAÇÃO DOS SKATISTAS DE COLIDER.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DOS SKATISTAS DE COLIDER

a) Associação dos Skatistas de Colider deverá apresentar o plano de trabalho, o qual uma vez aprovado fará parte integrante deste convênio.

b) Associação dos Skatistas de Colider seobriga a empregar a integralidade dos recursos que lhe são destinados por força deste Convênio, exclusivamente nas metas e objetos do presente ajuste consoante especificado na Cláusula Terceira, bem como prestar contas do valor recebido em conformidade com o que dispõe a Lei n° 2990/2018, a qual faz parte integrante do presente Convênio.

c) Associação dos Skatistas de Colider deverá prestar contas, conforme dispõe o item 4.1. da Instrução Normativa SCV SISTEMA DE CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS Nº 12, de 13 de novembro de 2009, bem como deverá no prazo de 60 (sessenta) dias, após o término do convênio, prestar as contas finais, na forma do que dispõe o item 2.2.2. da Instrução Normativa SCV SISTEMA DE CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS Nº 12, de 13 de novembro de 2009.

d) Associação dos Skatistas de Colider deverá efetuar a abertura de uma conta corrente, em banco oficial para a movimentação do recurso, objeto deste convênio.

e) Associação dos Skatistas de Colider deverá efetuar a aplicação no mercado financeiro de eventuais saldos financeiros objeto do convênio, enquanto não utilizados, quando a previsão de uso for igual ou superior a um mês.

f) Associação dos Skatistas de Colider deverá efetuar a devolução de saldos financeiros remanescentes, inclusive de encargos que não forem utilizados na execução do convênio, no prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar-se da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, acordo ou ajuste, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial.

g) Associação dos Skatistas de Colider deverá apresentar comprovantes de gastos, representados por notas fiscais, faturas ou recibos, em conformidade com o fornecedor, referentes ao respectivo período do convênio e ainda toda a documentação fiscal.

h) Associação dos Skatistas de Colider deverá apresentar a documentação institucional e sua regularidade fiscal, cujos documentos passam a fazer parte integrante deste.

i) A inexecução parcial ou total desde convênio, por parte da **Associação dos Skatistas de Colider** implicará na aplicação do que dispõe o artigo 87 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS

Para a consecução do objeto deste Convênio, o MUNICIPIO repassará a importância de R$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais), em 06 (Seis) parcelas, sendo a 1ª parcela no valor de R$ 21.347,48 (Vinte e Um mil, Trezentos e Quarenta e Sete Reais e Quarenta e Oito centavos), a 2ª parcela no valor de R$ 4.811,26 (Quatro Mil Oitocentos e Onze Reais e Vinte e Seis Centavos), a 3ª parcela no valor de R$ 4.811,26 (Quatro Mil Oitocentos e Onze Reais e Vinte e Seis Centavos),a 4ª parcela no valor de R$3.010,00 (Três Mil e Dez Reais), a 5ª parcela no valor de R$ 3.010,00 (Três Mil e Dez Reais), e a 6ª parcela no valor de R$3.010,00 (Três Mil e Dez Reais), por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Cultura

Unidade: 002 Departamento de Cultura

Função: 13 Cultura - Subfunção: 392 Difusão Cultural

Programa: 0041 – Multiculturalidade, Diversidade e Inclusão Social

Ação: 1017 Apoio a Eventos Culturais

Fonte de Recursos: 0.100.000000 – Recursos Ordinários

Parágrafo único - O valor de que trata o caput da cláusula acima, será repassado a Associação dos Skatistas de Colider,após a assinatura do Convênio e respectivo empenho, junto à Tesouraria do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO

O presente Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura e terminará em 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – DA RECISÃO

O presente Convênio poderá ser reincidido por qualquer dos participes, resguardada a responsabilidade das obrigações decorrentes do prazo em que estava em vigor, bem como os benefícios adquiridos nesse período.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

O presente Convênio poderá ser alterado a qualquer momento por mútuo consentimento entre as partes, através de instrumento aditivo, com exceção do seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO providenciará as suas expensas a publicação do extrato do presente Convênio em Jornal Oficial em conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DIVERGÊNCIAS

Os participes elegem o foro da Comarca de Colíder, Estado de Mato Grosso, sede do MUNICÍPIO, com expressa renuncia a qualquer outro por mais privilegiado que possa vir a ser, para apreciar e julgar as divergências oriundas do presente Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS COPIAS

Serão extraídas as seguintes cópias do presente Convênio.

a) Duas para o MUNICIPIO; b) Uma para a ASSOCIAÇÃO DOS SKATISTAS DE COLIDER; c) Uma em extrato, para publicação.

E por assim acordarem, os participes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas no presente Convênio que, lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes e testemunhas a seguir, a todos o ato presente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 25 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE COLÍDER ASSOCIAÇÃO DOS SKATISTAS DE COLÍDER

NOBORU TOMIYOSHI ANDERSON ZOANELO

Prefeito Municipal de Colíder-MT Presidente

Testemunhas:

_____

_____

RG: RG:

CPF: CPF:

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº. 2993/2018 "DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DA RUA B, DO JARDIM ALVORADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Projeto de Lei nº. 095/2018

Autoria: **Verª. Dóris Sguizardi**

1ª Secretária (DEM)

A CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, NOBORU TOMIYOSHI, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada **RUA IVO MOZZER**, a rua conhecida por **Rua B**, no âmbito do Bairro **Jardim Alvorada** nesta cidade de Colíder – MT.

Art. 2º A denominação atende normas legais vigentes, ouvido o setor competente da Administração Pública Municipal.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider-MT, em 29 de junho de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colider-MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº. 2992/2018 INSTITUI COMO POLÍTICA PÚBLICA O PROPUD – PROGRAMA DE PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS.

Projeto de Lei nº. 094/2018

Autoria: **Ver. José Moreira**

Líder do Prefeito (PSD)

A CÂMARA MUNICIPAL DE COLIDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, NOBORU TOMIYOSHI, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Colider o PROPUD - Programa de Prevenção do Uso de Drogas, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, com a finalidade de promover nas escolas públicas, ações voltadas à prevenção do uso de drogas lícitas e ilícitas, com a promoção da cidadania e à propagação da cultura da paz.

Parágrafo Único. O programa de que se trata o "caput" deste artigo será executado periodicamente pela Secretaria Municipal de Assistência Social em parceria com o Conselho Municipal Antidroga, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e Polícia Militar.

Art. 2º - Constituem atividades do PROPUD – Programa de Prevenção do Uso de Drogas:

I - Promoção de capacitação para professores, profissionais da educação da rede pública, assim como outros cidadãos, como multiplicadores de prevenção primária ao uso de drogas lícitas e ilícitas;

II - Promoção de campanhas e palestras de sensibilização para os pais, responsáveis, adolescentes e jovens, a respeito da prevenção do uso de drogas com o propósito de esclarecer as consequências de sua utilização;

III - Realização de atividades artísticas, culturais e desportivas no âmbito escolar para a prevenção de droga e promoção da cultura de paz e cidadania;

IV - Realização de parcerias para garantir a sustentabilidade, ampliação e aperfeiçoamento do programa.

Art. 3º - São objetivos do PROPUD – Programa de Prevenção do Uso de Drogas:

I - Desenvolver um sistema de prevenção à violência e ao esclarecimento sobre o uso de drogas lícitas e ilícitas, assim como sua dispersão entre adolescentes e jovens;

II - Desenvolver habilidades na segurança, no sentido de prevenir a utilização de drogas lícita e ilícitas;

III – Fornecer informações aos estudantes adolescentes e jovens sobre álcool, tabaco e drogas afins, ensinando-os, as formas de dizer não às drogas, a tomar decisões e as consequências de seus comportamentos;

IV - Aumentar a integração entre a Polícia Militar e a comunidade.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei ocorrerão por conta de dotações orçamentárias próprias e programas dos governos estadual e federal.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider-MT, em 29 de junho de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colider-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LICITAÇÃO
CONTRATOS - EXTRATO DO 1ª TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 024-2017

EXTRATO DO 1ª TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 024-2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: MECÂNICA NARTINS GUEDES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 00427.711/0001/47, Inscrição Estadual 422919775.00-72 MG, situada na Avenida Cataguases, nº 300, Bairro José Aragoso, Miraí/MG, CEP.: 36.790-000, tel. (31) 3497-8747

OBJETO RESUMIDO DO TERMO ADITIVO AO VALOR DO CONTRATO: alteração do item II – DO OBJETO, subitem 02.01 para a SUPRESSÃO de 19, 1117989353 % (dezenove vírgula onze por cento), o que corresponde ao valor de R$ 29.223, 33 (vinte e nove mil e duzentos e vinte e três reais e trinta e três centavos) do valor do contrato 024/2018

VALOR DA SUPRESSÃO: R$ 29.223, 33 (vinte e nove mil e duzentos e vinte e três reais e trinta e três centavos)

DATA INÍCIO DA VIGÊNCIA DA SUPRESSÃO: 29/06/2018

DATA EMISSÃO: 29/06/2018

DATA VENCIMENTO: 17/07/2018

TIPO LICITAÇÃO: Processo de Dispensa de Licitação nº. 006/2018, conforme Contrato de Repasse Nº 310289-36/2009 – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

PORTARIA N° 056 DE 18 DE JUNHO DE 2018

PORTARIA N° 056 de 18 de junho de 2018

O Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA**, **Estado de Mato Grosso**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o disposto no inciso I e II do Artigo 41 da Lei Municipal n. 505/2011;

R E S O L V E:

Art. 1° - Enquadrar, **o Sr. Elio Santos Almeida,** portador do RG nº 3.481.253-5 SSP/RO e do CPF nº. 204.731.762-20, Servidor Efetivo, ocupante do Cargo de **Motorista** da Câmara Municipal de Colniza/MT, na **Referência "16", Nível "5",** com vencimentos estabelecidos no Anexo II, Tabela I da Lei Municipal n. 739 de 20 de dezembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 14 de junho de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Colniza/MT, 18 de Junho de 2018.

Jesineison de Aguiar Brandão

Presidente

PORTARIA N° 057 DE 29 DE JUNHO DE 2018

PORTARIA N° 057 DE 29 DE JUNHO DE 2018

O Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA**, **Estado de Mato Grosso**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, de conformidade com os Arts. 120, inciso I e 121, inciso I da Lei Municipal nº 499/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Colniza/MT;

Considerando a solicitação formulada pelo Prefeito Municipal de Colniza/MT, Senhor Celso Leite Garcia, através do Ofício nº 236/GAB/2018, datado de 15/06/2018;

Considerando o *animus* favorável por parte do Servidor Sr. Elio Santos Almeida.

R E S O L V E:

Art. 1° - Ceder à PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT, o servidor **Sr. Elio Santos Almeida,** portador do RG nº 3.481.253-5 SSP/RO e do CPF nº. 204.731.762-20, Servidor Efetivo, ocupante do Cargo de **Motorista** da Câmara Municipal, sem ônus para a Câmara Municipal de Colniza/MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2018, revogando as disposições em contrário.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Colniza/MT, 29 de Junho de 2018.

JESINEISON DE AGUIAR BRANDÃO

Presidente

RESOLUÇÃO Nº. 005/2018 DE 21 DE JUNHO DE 2018

RESOLUÇÃO Nº. 005/2018 DE 21 DE JUNHO DE 2018

EMENTA:" Autoriza a Câmara Municipal efetuar doação dos bens moveis que pertencem ao patrimônio do Legislativo Municipal, para a Prefeitura Municipal Colniza – MT, e dá outras providencias".

O Sr. **JESINEISON DE AGUIAR BRANDÃO**, Presidente da Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Legislativo Municipal autorizado efetuação a doação, à Prefeitura Municipal de Colniza, dos seguintes bens móveis abaixo relacionados:

I.

PLAQUETA	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ATUAL	DATA DE VIDA UTIL ATUAL
000024	CADEIRA DE MADEIRA EM CEREJEIRA	60,00	31/12/2018
000025	CADEIRA DE MADEIRA EM CEREJEIRA	60,00	31/12/2018
000026	CADEIRA DE MADEIRA EM CEREJEIRA	60,00	31/12/2018
000027	CADEIRA DE MADEIRA EM CEREJEIRA	60,00	31/12/2018
000028	CADEIRA DE MADEIRA EM CEREJEIRA	60,00	31/12/2018
000029	CADEIRA DE MADEIRA EM CEREJEIRA	60,00	31/12/2018
000030	CADEIRA DE MADEIRA EM CEREJEIRA	60,00	31/12/2018
000031	CADEIRA DE MADEIRA EM CEREJEIRA	60,00	31/12/2018
000032	CADEIRA DE MADEIRA EM CEREJEIRA	60,00	31/12/2018
000033	CADEIRA DE MADEIRA EM CEREJEIRA	60,00	31/12/2018
000034	CADEIRA DE MADEIRA EM CEREJEIRA	60,00	31/12/2018
000097	ARMARIO INOVA COLORMAQ	50,00	31/12/2018
000117	TV 20' SEMP TOSHIBA	50,00	31/12/2018
000122	SUPORTE CPU	40,00	31/12/2018
000143	BOTIJAO DE GAS	100,00	31/12/2018
000169	EXTINTOR PQS 6 KG	25,00	31/12/2018
000170	MICROFONE SKP 2K	50,00	31/12/2018
000172	MICROFONE SKP 2K	50,00	31/12/2018
000185	PRATELEIRA EM MADEIRA	40,00	31/12/2018
000186	PRATELEIRA EM MADEIRA	40,00	31/12/2018
000197	ESTABILIZADOR	40,00	31/12/2018
000246	NOTEBOOK CELERON	50,06	31/01/2018
000247	COMPUTADOR	100,00	31/12/2018
000249	COMPUTADOR	100,00	31/12/2018
000251	MONITOR 17 POL	80,00	31/12/2018
000254	MONITOR 17 POL	80,00	31/12/2018
000255	CPU COMPLETA	50,00	31/12/2018
000257	MESA PISANI VEREDA BRC COM 04 CADEIRAS	50,00	31/12/2018
000268	MONITOR 17 POL	42,38	31/01/2018
000289	TELEFONE	25,82	31/01/2018
000314	MICROCOMPUTADOR	193,22	31/01/2018
000315	MONITOR AOC	74,44	31/01/2018
000320	BALCAO FORMICA 2,8X0,85	464,98	31/01/2018
000321	BALCAO FORMICA 2,8X0,85	464,98	31/01/2018
000322	BALCAO FORMICA 2,8X0,85	464,98	31/01/2018
000323	TRIBUNA FORMICA 1,15X0,70	193,22	31/01/2018
000347	MICROCOMPUTADOR	523,62	31/01/2018
000352	CADEIRA REMAFLEX DIRT	91,07	31/01/2018
000367	NOBREAK 700 VA	244,44	31/01/2018
000368	NOTEBOOK 15 POL	1.639,08	31/01/2018
000372	CADEIRA GIRATORIA DIRETOR	80,00	31/12/2018
000384	NOBREAK 600 VA	99,58	31/01/2018
000385	NOBREAK 600 VA	99,58	31/01/2018
000392	NOBREAK 1200 VA	491,80	31/01/2018
000393	NOBREAK 1200 VA	491,80	31/01/2018
000394	NOBREAK 1200 VA	491,80	31/01/2018
000395	NOBREAK 1200 VA	491,80	31/01/2018
000396	MONITOR AOC	301,78	31/01/2018
000402	MICRIFONE SEM FIO	798,76	31/01/2018
000489	NOBREAK 600 VA	334,30	31/01/2018
000490	NOBREAK 600 VA	334,30	31/01/2018
000491	NOBREAK 600 VA	334,30	31/01/2018

§ 1º - A doação de que trata o caput deste artigo decorre de fato que os bens não atendem as necessidades da Câmara Municipal quanto à logística e economicidade.

§ 2º - O bem ora doado deverá ser baixado do patrimônio publico da Câmara Municipal de Colniza.

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Colniza/MT, aos dias 29 de junho de 2018.

JESINEISON DE AGUIAR BRANDÃO

PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº. 006/2018 DE 29 DE JUNHO DE 2018

RESOLUÇÃO Nº. 006/2018 DE 29 DE JUNHO DE 2018

EMENTA:" Dispõe sobre a suspensão temporária do pagamento de subsidio diferenciado ao Presidente da Câmara Municipal de Colniza/MT, e dá outras providencias ".

O Sr. **JESINEISON DE AGUIAR BRANDÃO**, Presidente da Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica suspenso, temporariamente, o acréscimo de 23,71% (vinte e três vírgula setenta e um por cento) concedido ao Presidente da Câmara Municipal de Colniza/MT sobre o valor fixado aos demais vereadores através da Lei Municipal nº674/2016, como gratificação pelo exercício de sua função.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir de 01 de Julho de 2018, produzindo seus efeitos até 31 de Dezembro de 2018.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Sala de Deliberações Plenárias, Colniza/MT, aos dias 29 de Junho de 2018.

JESINEISON DE AGUIAR BRANDÃO

Presidente

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 020/2018

Procedimento nº 24.605/2018

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que foi prorrogado o procedimento de **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 020/2018.** Cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE TENDAS, MESAS PLASTICAS COM CADEIRAS, CAIXAS TÉRMICAS E SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE COLNIZA/MT, POR UM PERIODO DE 12 (DOZE) MESES**, conforme especificações constantes do anexo I, parte integrante do edital.

MOTIVO: **Readequação de Edital.**

A abertura desta licitação foi adiada e ocorrerá no dia **12/07/2018, às 08h00min (oito) horas,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza - MT, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº. 01 - Propostas de Preços e nº. 02 - Documentos de Habilitação ao Pregoeiro, bem como a Declaração, em separado dos envelopes acima mencionados, dando ciência de que preenchem plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no ato convocatório do certame. Permanecem as demais condições do Edital.

Colniza – MT, 29 de Junho de 2018.

Mauricio R. V. de Jesus

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PORTARIA N.º 021/2016

PORTARIA N.º 021/2016

“Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora Sra. MARIA HELENA ALVES BONIFACIO.”

O Sr. GUSTAVO ANDRE ROCHA, Diretor Executivo DO COMODORO - PREVI, FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais; e Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 40, § 1º, III, "a" da CF/88 com redação da EC 41/2003 e Art. 12, III, "a" da Lei nº. 1.519/2014, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, Lei Municipal n.º 1326/2011, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimentos, e Lei nº 1.329/2011 que trata do Estatuto do Servidor Publico da Educação; RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição, a servidora Sr(a). MARIA HELENA ALVES BONIFACIO, SOLTEIRA, portadora da cédula de identidade RG n.º 6232785 SSP -SP, inscrita no CPF sob o n.º 670.065.668-00, efetiva no cargo de PROFESSOR PIII, classe “C”, nível “3”, lotado(a) no FUNDEB 60%, com proventos proporcionais contidos na planilha de calculo de proventos , conforme processo administrativo do COMODORO - PREVI, n.º 2016.04.08178P, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de setembro de 2016,revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

COMODORO - MT, 30 de Janeiro de 2017.

GUSTAVO ANDRE ROCHA

Diretor do COMODORO

Homologo

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 027/2018 DE 29/06/2018

PORTARIA Nº 027/2018 DE 29/06/2018

ANTONIO CARMOS PINHEIRO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2017/2018, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

R E S O L V E

Art. 1º. EXONERAR mediante pedido, **OTTO MARQUES DE SOUZA** do cargo de **CHEFE DA PROCURADORIA LEGISLATIVA**, desta Câmara Municipal, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 011/2015 de 02/03/2015.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos vinte nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

Antonio Carmos Pinheiro de Oliveira - **Presidente Biênio 2017/2018**

Registre-se e Publique-se:

Aparecida de Almeida Dias de Sá - 1ª Secretária

PORTARIA Nº 026/2018 DE 29/06/2018

PORTARIA Nº 026/2018 DE 29/06/2018

ANTONIO CARMOS PINHEIRO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2017/2018, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

Considerando o período de Recesso Parlamentar compreendido entre os dias 01 a 31 de Julho de cada ano, conforme estabelece o Parágrafo Único do artigo 3º do Regimento Interno da Casa;

Considerando ainda a necessidade de contenção de despesas do Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E

Art. 1º *DEFINIR* o ***Horário de Expediente*** da Câmara Municipal no período do Recesso Parlamentar ***entre os dias 01 a 31 de julho de 2018, de segunda a sexta-feira, das 08:00 (oito) às 11:00 (onze) horas***.

Art. 2º. ***DETERMINAR***Expediente Especial ***no dia 02 de julho de 2018***, ***das 07:00 às 10:00 horas,*** em razão do Jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2018 às 10 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos vinte nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

Antonio Carmos Pinheiro de Oliveira - **Presidente Biênio 2017/2018**

Registre-se e Publique-se:

Aparecida de Almeida Dias de Sá - 1ª Secretária

EXTRATO AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2018

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2018

A Prefeitura Municipal de Comodoro - MT torna público aos interessados que a licitação realizada no dia 29/06/2018 às 8:00 horas, na modalidade de Pregão Presencial EDITAL n° 045/2018, tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** consagraram-se vencedoras as empresas licitantes**: DENTAL MIX COMÉRCIO DE PROD. MED. ODONTOLOGICOS LTDA e JEISON RODRIGO DE CAMPOS & CIA LTDA – ME.**

Comodoro – MT, 29 de Junho de 2018.

Aryadne Guilherme da Silva

PREGOEIRA

EXTRATO TERMO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA Nº: 004/2018

TERMO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA Nº: 004/2018

DATA: 17 de Maio de 2018.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADO: APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COMODORO-MT

OBJETO: O presente Convênio tem por objeto o repasse de recursos destinados à Cooperação Financeira para realização das finalidades e atribuições da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Comodoro-MT, conforme disciplina seu estatuto, integrante deste independentemente de sua transcrição, para o custeio das atividades objetivadas pelo conveniado, possibilitando seu funcionamento, tais como pagamentos de funcionários e aquisição de materiais didáticos e de consumo. A Prefeitura Municipal de Comodoro disponibilizará ainda: material de limpeza, combustível e lubrificantes para o veículo que transporta os alunos.

DOTAÇÃO: 08.05.1.132.3.3.50.41 (455)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONVÊNIO Nº 003/2018 UNEMAT

CONVÊNIO Nº 003/2018

CONVÊNIO DE COLABORAÇÃO EDUCACIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE CONFRESA-MT E A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO NÚCLEO PEDAGÓGICO DE CONFRESA. O MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT, entidade de Direito Público, com sede administrativa na Rua Avenida Centro Oeste , nº 286 na cidade de Confresa-MT, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº37.464.716.0001-50, neste ato representado pelo seu prefeito municipal Sr Ronio Condão Barros Milhomem, casado, residente e domiciliado na Cidade de Confresa -MT, portador do RG nº 0875190-0, SSP/MT e CPF nº535.561.191-53, doravante denominado de CONCEDENTE, e a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT, pessoa jurídica de Direito Público, criada sob a forma de Fundação pública, através da Lei Complementar nº 030, de 15 de dezembro de 1993, sediada na Av. Tancredo Neves nº 1095, Bairro Cavalhada III, em Cáceres-MT, inscrita no CNPJ sob o nº 01.367.770/0001-30, neste ato representada por sua Magnífica Reitora Prof.ª Dr.ª Ana Maria Di Renzo, brasileira, separada judicialmente, funcionária pública estadual, portadora da Cédula de Identidade sob o nº 40403990 SSP/PR e CPF nº 640.333.419-00, residente e domiciliada na cidade de Cáceres-MT, doravante denominada INTERVENIENTE, firmam o presente Convênio, com fulcro na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE/MT n° 001/2016, de 17/03/2016, e mediante as cláusulas e condições seguintes: Cláusula Primeira – DO OBJETO

O presente Convênio tem como objeto a Promoção em Colaboração da Manutenção e o Desenvolvimento Institucional da Educação Superior no Município de Confresa e região, por meio da estrutura do Núcleo Pedagógico vinculada Campus Universitário do Médio Araguaia, tendo como resultado a capacitação da comunidade ao exercício profissional com visão ampla e abrangente e com conhecimentos específicos.

Cláusula Segunda – DA EXECUÇÃO

As atividades administrativas e financeiras de manutenção e desenvolvimento institucional serão suportadas e executadas pelo MUNICÍPIO DE CONFRESA, com interveniência da UNEMAT, de acordo com a legislação vigente, no Núcleo Pedagógico de Confresa.

Sub-Cláusula Primeira: Caberá a CONVENENTE a administração financeira e administrativa do Convênio.

Sub-Cláusula Segunda:O Convênio deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas e a legislação pertinente, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Cláusula Terceira - DAS OBRIGAÇÕES:

I – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE:

a) Assegurar, os recursos financeiros necessários para a implementação e desenvolvimento do objeto do presente Convênio;

b) Promover a Divulgação das ações objeto deste convênio, citando obrigatoriamente, a participação dos participes;

c) Manter a concessão do espaço físico predial estruturado para o desenvolvimento das atividades objetivadas pelo presente convênio;

d) Disponibilizar 01 (um) servidor do Município, para desempenhar as funções de auxiliar de serviços gerais pelo prazo de execução do presente convênio;

e) Disponibilizar 02 (dois) servidores do Município, com habilitação no ensino superior, para as funções de coordenador Administrativo-pedagógico pelo prazo de execução do presente convênio;

f) Permitir o livre acesso, de servidores devidamente autorizados pelas demais partes do presente convênio, a atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o presente instrumento, quando em missão de fiscalização;

g) Permitir o livre acesso de servidores do órgão de controle interno, ao qual esteja subordinado o concedente, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria;

h) Cientificar sobre a celebração deste Convênio a Câmara Municipal, conforme determina o § 2° do art. 116 da Lei Federal n. 8.666/1993;

i) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente Convênio, observando se os recursos estão sendo aplicados na execução do objeto e de conformidade com o plano de trabalho aprovado;

j) Prorrogar de oficio o prazo de vigência, quando houver necessidade e ou interesse;

k) Publicar o extrato do presente Convênio na imprensa oficial;

II – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE:

a) Permitir o livre acesso, de servidores devidamente autorizados pelas demais partes do presente Convênio, a atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o presente instrumento, quando em missão de fiscalização ou auditoria; b) Planejar, acompanhar, gerenciar, avaliar e controlar, as ações a serem desenvolvidas, referentes à execução pedagógica do presente **Convênio**; c) Assegurar o reconhecimento da unidade regional como integrante da estrutura de ensino;

d) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente Convênio, observando se os recursos estão sendo aplicados na execução do objeto conveniado e de conformidade com o plano de trabalho aprovado;

Cláusula Quarta – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

A prestação de contas final deverá ser apresentada 90 (noventa) dias após o término do Convênio, devendo o processo ser submetido a uma análise de conformidade.

Cláusula quinta - DOS BENS REMANESCENTES:

Os bens, materiais e equipamentos adquiridos com recursos oriundos deste Convênio, e que, em razão deste, tenham sido, produzidos, transformado ou construídos, e, remanescentes na data de sua conclusão ou extinção, serão de propriedade da INTERVENIENTE.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA:

O presente convênio terá vigência de 48 (quarenta e oito) meses, a contar da data de sua assinatura, sendo que a prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de 90 (noventa) dias contados do encerramento do mesmo.

Sub-Cláusula Única: A CONCEDENTE tem a prerrogativa de prorrogar "de ofício" a vigência do presente Convênio, em caso de atraso na libe-

ração dos recursos, por parte da CONCEDENTE, pelo exato período do atraso ocorrido.

Cláusula Sétima – DA DIVULGAÇÃO:

Em qualquer ação promocional, em função do presente instrumento, deverá ser, obrigatoriamente, destacada a participação dos Convenentes, ficando vedado, em qualquer empreendimento originário deste Convênio, a utilização pelos Partícipes de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

Sub-Cláusula Única: Todo material de divulgação das ações do presente **Convênio** deve conter a logomarca dos signatários, nas cores e formatação fornecidos pelos Convenentes.

Cláusula Oitava – DAS MODIFICAÇÕES E/OU ADITAMENTOS:

Este Instrumento de Convênio poderá ser modificado e/ou aditado através de Termos Aditivos, desde que, mantido o seu objeto, tendo em vista a conveniência das partes e de acordo com as normas pertinentes em vigor.

Cláusula Nona – DOS CASOS OMISSOS:

Os casos e as dúvidas que se originarem durante a execução do presente Convênio e não previstos neste Instrumento, serão dirimidas pelas partes, mediante Termo Aditivo se necessário, ou conforme disposto em legislação vigente.

Cláusula Décima– DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado a qualquer momento, desde que a parte interessada, justificadamente, notifique a outra, por escrito, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias e no caso de descumprimento de qualquer das cláusulas ora pactuadas poderá a parte prejudicada rescindir o presente Instrumento, mediante simples comunicação escrita a parte infratora.

Sub-Cláusula Única: No caso de denúncia ou rescisão, havendo pendências ou trabalhos em execução, os signatários definirão, através de um Termo de Encerramento do Convênio, as responsabilidades relativas á conclusão ou extinção de cada um dos trabalhos e todas as demais pendências, inclusive as referentes ao destino de bens, os direitos autorais e de propriedade dos trabalhos em andamento, bem como ás restrições ao uso e divulgação de bens e informações colocadas á disposição dos Partícipes.

Cláusula Décima Primeira – ELEIÇÃO DE FORO:

Fica eleito o foro da Justiça Estadual de Mato Grosso, Comarca de Cáceres-MT, para dirimir questões oriundas deste Convênio, na esfera judicial, surgidas do presente instrumento e que não puderem ser resolvidas via administrativa, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e como prova de assim ajustados, lavra-se o presente instrumento de Convênio n° 003/2018– UNEMAT, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que passam a ser assinados por todos, na presença de 02(duas) testemunhas abaixo subscritas.

Confresa-MT, 2 de maio de 2018

MUNICÍPIO DE CONFRESA

Dr. RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Profª. Drª. ANA MARIA DI RENZO

Reitora

TESTEMUNHAS:

Nome completo: _____

CPF nº: _____ Ass.: _____

Nome completo: _____

CPF nº: _____ Ass.: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 220/2018

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando a necessidade administrativa;

RESOLVE

Art. 1º. INSTAURAR Instrução Sumária, para apuração dos fatos descritos pelos Ofícios 25/DETRAN/2018, 27/DENTRAN/2018 e 28/DETRAN/2018, os quais descrevem conduta inadequada para o serviço público do servidor **Galvane Ribeiro Macedo**, ocupante do cargo de Agente de Vigilância.

Art. 2º - Designar os servidores **Walquiria Souza Domingos Pereira**, Servidora Efetiva para o cargo de Técnico em Nível Médio, **Leda Pereira Souza Silva**, Servidora Efetiva para o cargo de Auxiliar Administrativo e **Joceli Teodoro Cândido de Jesus**, Servidora Efetiva para o cargo de Técnico Administrativo Educacional, para sob presidência da primeira, constituírem Comissão.

Art.3º - O prazo para concluir os trabalhos será de acordo com os prazos dispostos no Código Disciplinar.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.5º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 29 de Junho de 2018

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PRESENCIAL - Nº 079/ 2018 PROCESSO 119/2018

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a reabertura de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 079/2018 forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para **"FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE OURO VERDE DOS PIONEIROS (AGROVILA)"** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **24 (vinte e quatro) de julho de 2018, às 08:00 (oito horas),** na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência http://www.cotriguacu.mt.gov.br/Transparencia/Licitacao/). Cotriguaçu-MT,29 de Junho de 2018. **Edilson Vargas Charneski Pregoeiro da Comissão Especial de Licitação.**

PORTARIA 035/2018

PORTARIA N.º 035/2018

Dispõe sobre a nomeação da comissão de licitação.

A Diretora Executiva do PREVI-COTRI, Instituto Municipal de Previdência Social de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª SANDRA PARMEJANE, no uso de suas atribuições legais da Lei Municipal nº 692/2011 de 02 de maio de 2011.

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR, sem ônus, para formar a Comissão Permanente de Licitação (CPL), com a finalidade de abrir e julgar propostas referentes das Modalidades de Licitações previstas na Lei nº 8.666/93, apresentadas para o exercício de 2017, constituída com a seguinte ordem:

Presidente: Valéria de Almeida

*** 1º Secretário: Gislaine Moreira de Oliveira**

*** Membro: Luizana Mazzochio**

*** Membro Suplente: Edilson Vargas Charneski**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Cotriguaçu-MT, 29 de Junho de 2018

SANDRA PARMEJANE

Diretora Executiva do PREVI-COTRI

Portaria nº 112/2018

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PRESENCIAL - Nº 077/2018 PROCESSO 116/2018

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a reabertura de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 077/2018 forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para **"FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FILMES, REVELADORES E FIXADORES PARA ATENDER A DEMANDA DE RAIO "X" DO HOSPITAL MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT"** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 23 **(vinte e três) de julho de 2018, às 08:00 (oito horas),** na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência http://www.cotriguacu.mt.gov.br/Transparencia/Licitacao/). Cotriguaçu-MT,29 de Junho de 2018. **Edilson Vargas Charneski Pregoeiro da Comissão Especial de Licitação.**

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE DESISTÊNCIA/RENUNCIA N° 019/2018

Considerando que o Edital de Convocação n° 069/2018 de 18/06/2018, estabeleceu o prazo de 10 dias para comparecimento na Prefeitura Municipal para entrega da documentação necessária, para posse no Processo Seletivo Simplificado 03/2017.

Considerando o não comparecimento na Prefeitura Municipal de Cotriguaçu para a entrega da documentação necessária os abaixo relacionados são reconhecidos como desistentes nas vagas oferecidas, reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Convocado	Cargo
Daiane de Oliveira Berger	Agente Público

Cotriguaçu-MT, 29 de Junho de 2018.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 72/2018

JAIR KLASNER, PREFEITO DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no artigo 24 da Lei Municipal nº 019/2005.

C O N V O C A:

Os abaixo relacionados, aprovados em Processo Seletivo Simplificado 003/2017, que deverão comparecer no prazo de 10 (Dez) dias, à contar desta data, na Prefeitura Municipal, no horário de 7:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, apresentando **fotocópia** da seguinte documentação:

• Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento ou averbações, se houver;

• Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos, se tiver;

• Fotocópia da Cédula de Identidade e CPF;

• Cópia da Carteira de Trabalho e do Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP;

• Fotocópia do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição;

• Fotocópia do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa (se do sexo masculino);

• Declaração de que nunca foi demitido do serviço público por justa causa; (prefeitura fornece modelo)

• Fotocópia do comprovante de Escolaridade;

• Declaração de Bens e Direitos; (prefeitura fornece modelo da declaração);

• Declaração de não acumulo ilegal de cargo; (prefeitura tem o modelo)

• Conta bancária;

• Endereço atualizado;

• Fotocopia da CNH exigida para o exercício do cargo (quando necessário).

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 10 (Dez) dias, à partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi selecionado(a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cotriguaçu – MT, em 29 de Junho de 2018.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

DOS CONVOCADOS

CARGO: AGENTE PÚBLICO – CENTRO

REGINA SANTOS DE MATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 482 DE 29 DE JUNHO DE 2018

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento do Exercício de 2018 e da outras providências."

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento de 2018, **Crédito Adicional Especial** na Secretaria Municipal de Educação no valor total de R$ 41.682,44 (Quarenta e um mil e seiscentos e oitenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), na seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 04- Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Unidade: 02 – Gerencia de Educação

12.361.0040.11xx – Reforma de Escolas Municipais

3.3.90.30 - Material de consumo .....R$ 33.682,44

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 8.000,00

FONTE: 0.1.15.200.000 – Recursos do FNDE.

Art. 2º - Para dar cobertura nos créditos aberto no artigo anterior será utilizado os recursos definidos pelo Artigo 43, § inciso III, da Lei Federal 4. 320/64**. (Por Anulação).**

Órgão: 04- Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Unidade: 02 – Gerencia de Educação

12.365.0041.1146 – Construção de Creche

4.4.90.51 - Obras e Instalações .....R$ 41.682,44

FONTE: 0.1.15.210.006 – Recursos do FNDE.

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei 460/2017 – Plano Plurianual e na Lei nº 459/2018 – Lei de Diretrizes Orçamentário (PPA/LDO), bem como apresentá-los em audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 4º - Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar a ou remanejamento de dotação de que trata o art. 1º até o limite de 10% do seu valor total.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, 29 de Junho de 2018.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 480 DE 29 DE JUNHO DE 2018

"Revoga a Lei Municipal Nº 167 de 04 de maio de 2006 e Cria o Conselho Municipal do Turismo e Meio Ambiente – CTMA".

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1 - Fica criado o Conselho de Turismo e Meio Ambiente – CTMA, junto à Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente como órgão deliberativo, consultivo e de assessoramento, responsável pela conjunção entre o Poder Público e a sociedade civil, para implementação da política municipal de turismo e meio ambiente, elegendo a promoção e o incentivo turístico como fator de desenvolvimento sustentável, social, econômico e ambiental, nos termos do artigo 180 da Constituição Federal, bem como em assuntos referentes à proteção, a conservação, a defesa, ao equilíbrio ecológico, à melhoria do meio ambiente e ao combate as agressões ambientais em toda área do Município.

SEÇÃO I

DAS COMPETÊNCIAS DOS CONSELHOS DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Art. 2 - Ao Conselho Municipal do Turismo compete:

I. Apoiar, em nome da Prefeitura do Município de Curvelândia - MT, a realização de congressos, seminários e convenções, de relevante interesse para o implemento turístico do município;

II. Decidir sobre a destinação e aplicação dos recursos financeiros;

III. Desenvolver programas e projetos de interesse turístico visando incrementar o fluxo de turistas à cidade de Curvelândia - MT, não servindo em hipótese alguma, a algum interesse político partidário ou pessoal seja a que título for, ou mesmo notoriedade política.

IV. Elaborar e organizar seu Regimento Interno.

V. Emitir parecer relativo a financiamentos de iniciativas, planos, programas e projetos que visem ao desenvolvimento da indústria turística, na forma que for estabelecida na regulamentação desta Lei por Decreto do Poder Executivo;

VI. Estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado entre os serviços públicos municipais e os prestados pela iniciativa privada, com o objetivo de promover a infra-estrutura adequada à implantação do turismo;

VII. Estudar de forma sistemática e permanente o mercado turístico do município, a fim de contar com os dados necessários para um adequado controle técnico;

VIII. Examinar, julgar e aprovar as contas que lhe forem apresentadas referentes aos planos e programas de trabalho executados;

IX. Formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na política municipal de turismo.

X. Fiscalizar a captação, o repasse e a destinação dos recursos que lhe forem destinados;

XI. Implementar convênios com órgãos, entidades e instituições, públicas ou privadas, nacionais e internacionais de turismo, com o objetivo de proceder a intercâmbios de interesse turístico;

XII. Manter cadastro de informações turísticas de interesse do município;

XIII. Opinar na esfera do Poder Executivo quando solicitado, do Poder Legislativo, sobre Projetos de Lei que se relacionem com o turismo ou adotem medidas que neste possam ter implicações;

XIV. Programar e executar amplos debates sobre temas de interesse turístico;

XV. Promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo;

XVI. Propor planos de financiamentos e convênios com instituições financeiras, públicas ou privadas;

XVII. Propor resoluções, atos ou instruções regulamentares necessárias ao pleno exercício de suas funções, bem como modificações ou supressões de exigências administrativas ou regulamentares que dificultem as atividades de turismo;

Art. 3 - Ao Conselho Municipal do Meio Ambiente compete:

I. Acionar os órgãos competentes para localizar, reconhecer, mapear e inventariar em cadastro os recursos naturais existentes no Município, as coberturas vegetais nativas, áreas reflorestadas, estudando espécies de essências nativas, suas aplicações e utilidades, para controle das ações capazes de afetar ou destruir o meio ambiente;

II. Apresentar anualmente ao Executivo Municipal, a proposta orçamentária inerente ao seu funcionamento;

III. Atuar no sentido de estimular a formação da consciência ambiental, promovendo seminários, palestras e debates junto às escolas, aos meios de comunicação, entidades públicas e privadas e empresas;

IV. Dosar e julgar as penalidades previstas na legislação ambiental do Município, respeitando o Código Tributário Municipal;

V. Elaborar e propor leis, normas, procedimentos e ações destinadas à recuperação, à proteção, à defesa, à melhoria ou à manutenção da qualidade ambiental, observadas as legislações federal, estadual e municipal que regulam a espécie;

VI. Fiscalizar o cumprimento das leis, normas e procedimentos a que se refere o inciso anterior;

VII. Formular e fazer cumprir as diretrizes da polícia política ambiental do Município;

VIII. Fornecer informações e subsídios técnicos relativos ao conhecimento e defesa do meio ambiente.

IX. Identificar e informar a comunidade e aos órgãos públicos competentes, Federal, Estadual e Municipal, sobre a existência de áreas degradadas, de poluição, de erosões ou ameaçadas de degradação, propondo medidas para a sua recuperação;

X. Manter o controle permanente das atividades poluidoras, de modo a compatibilizá-las com as normas e padrões ambientais vigentes, denunciando qualquer alteração que provoque impacto ambiental ou desequilíbrio ecológico;

XI. Opinar sobre a realização de estudo alternativo e de possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados requisitando das atividades envolvidas as informações necessárias ao exame da matéria visando a compatibilização do desenvolvimento econômico com a proteção ambiental;

XII. Opinar sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo urbano, bem como sua urbanização, visando a adequação às exigências do meio ambiente e a preservação dos recursos naturais;

XIII. Opinar, no município, sobre a concessão de Alvará de localização e Funcionamento das atividades potencialmente poluidoras, bem como a solicitação de Certidões para licenciamento junto ao Órgão Ambiental Estadual - SEMA;

XIV. Promover, orientar programas educativos e culturais, com a participação de comunidade, que visem à preservação, conservação e a melhoria da qualidade ambiental, colaborando em sua execução;

XV. Propor a celebração de convênios, contratos e acordos com as entidades públicas e privadas de pesquisas e de atividades ligadas à defesa ambiental;

XVI. Propor ao Executivo Municipal a instituição de unidades de conservação visando à proteção de sítios de beleza excepcional dos mananciais, do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e espeleológico e das áreas representativas de ecossistemas destinados à realização de pesquisas básicas e aplicados de ecologia;

XVII. Realizar e coordenar as audiências públicas, quando for o caso visando à participação da comunidade nos processos de instalação de atividades potencialmente poluidoras;

XVIII. Receber denúncias feitas pela população, diligenciando no sentido de sua apuração, encaminhando-as aos órgãos Federais, Estaduais e Municipais as providências cabíveis;

XIX. Solicitar aos órgãos competentes o suporte técnico complementar para as ações executivas do Município na área ambiental;

XX. Subsidiar o Ministério Público, nos procedimentos previsto na Constituição Federal, com relação ao meio ambiente;

Art. 4 - A política municipal de turismo, a ser exercida em caráter prioritário pelo município compreende todas as iniciativas ligadas à indústria do turismo, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse para desenvolvimento social, econômico e cultural do município.

Art. 5 - O Executivo Municipal, através do órgão criado por esta Lei coordenará todos os programas oficiais com os da iniciativa privada, visando o estimulo às atividades turísticas no município, na forma desta Lei e das normas dela decorrentes.

SEÇÃO II

DOS MEMBROS DO CTMA

Art. 6 - O Conselho Municipal do Turismo do Meio Ambiente será composto pelos os seguintes membros, indicados para um mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, compreendendo representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente;

II. 01 (um) representante do comércio local;

III. 01 (um) representante comunitário;

IV. 01 (um) representante da Câmara Municipal de Vereadores;

V. 01 (um) representante do Clube de Serviços.

§ 1º – O Conselho Municipal do Turismo e do Meio Ambiente – CTMA poderá ter convidados especiais permanentes, quer sejam entidades ou mesmo personalidades, desde que sua indicação seja aprovada em reunião do Conselho;

§ 2º – A cada um dos membros nominados neste artigo corresponderá um suplente, igualmente indicado pelo órgão ou entidade representado.

§ 3º - Os integrantes do Conselho Municipal do Turismo e Meio Ambiente serão nomeados por ato do Prefeito.

§ 4º - O Exercício da função de conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço relevante interesse público.

Art. 7 - Sempre que se faça necessário, em função da tecnicidade dos temas em desenvolvimento, o Conselho Municipal do Turismo e Meio Ambiente poderá contar com a participação de Consultores, a serem indicados pelo Presidente e nomeados pelo Prefeito.

Art. 8 - O Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente deverá avaliar, periodicamente, a conjuntura municipal, mantendo atualizados o Executivo e o Legislativo, quanto ao resultado de suas ações.

SEÇÃO III

DA DIRETORIA

Art. 9 - A Diretoria do Conselho será constituída dos seguintes membros:

I. Presidente: Secretário Municipal de Turismo e Meio Ambiente;

II. Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário: **serão eleitos entre os seus Conselheiros (membros) na última reunião ordinária de cada exercício, através de voto nominal, para mandato de 02 (dois) ano, podendo ser reconduzidos.**

DA COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE

Art. 10 - É da competência do Presidente do Conselho Municipal do Turismo e Meio Ambiente:

I. Representar o Conselho Municipal do Turismo e Meio Ambiente em toda e qualquer circunstância;

II. Assinar as atas das reuniões, juntamente com os demais membros;

III. Cumprir as determinações deste Regimento;

IV. Ser voto de minerva em caso de empate;

V. Representar o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Turismo junto a entidades municipais, estaduais e federais;

VI. Abrir os trabalhos do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Turismo e encerrá-los.

VII. Organizar e manter o seu Regimento Interno.

DA COMPETÊNCIA DO VICE-PRESIDENTE

Art. 11 - É da competência do Vice-Presidente do Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente:

I. Substituir o Presidente nos seus impedimentos;

II. Cumprir as determinações deste Regimento.

DA COMPETÊNCIA DOS SECRETÁRIOS

Art. 12 - É da competência dos Secretários do Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente:

I- Organizar a pauta dos trabalhos para cada sessão, ouvindo o Presidente;

II- Redigir as atas das sessões;

III- Receber todo o expediente endereçado ao Conselho, registrá-lo e tomar as providências necessárias;

IV- Cumprir as determinações deste Regimento.

Parágrafo Único. Compete ao Segundo Secretário substituir o Primeiro Secretário na sua ausência, ou seja, possui as mesmas atribuições do Primeiro Secretário.

SEÇÃO IV

DA COMPETÊNCIA DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

I. Comparecer às sessões do Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente;

II. Requerer a convocação extraordinária de sessões justificando a necessidade, quando o Presidente ou seu substituto legal não o fizer;

III. Estudar e relatar os assuntos que lhe forem distribuídos emitindo o parecer;

IV. Tomar parte nas discussões e votações, apresentar emendas ou substitutivos às conclusões de pareceres e resoluções;

V. Pedir vistas de pareceres ou resoluções e solicitar andamento de discussões e votações;

VI. Requerer urgência para a discussão e votação de assuntos não incluídos na ordem do dia, bem como preferência nas votações e discussões de determinados assuntos;

VII. Assinar atas, resoluções e pareceres e colaborar para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;

VIII. Desempenhar os encargos que lhe forem atribuídos pelo Presidente;

IX. Comunicar, previamente ao Presidente quando tiverem de ausentar-se do município ou não puderem comparecer às sessões para os quais foram convocados;

X. Cumprir as determinações deste Regimento.

SEÇÃO V

DAS ATAS

Art. 13 - As atas serão lavradas em livro próprio cuja responsabilidade é do Primeiro Secretário e na sua ausência do Segundo Secretário, que nelas resumirão com clareza, os fatos relevantes ocorridos durante a sessão, constando:

I. Dia, mês, ano e hora de abertura e encerramento da sessão;

II. Nome do Presidente ou do seu substituto legal;

III. Os nomes dos membros que houverem comparecido bem como dos eventuais convidados;

IV. Os nomes dos membros que houverem faltado;

V. O registro dos fatos ocorridos, dos assuntos tratados, dos pareceres.

Art. 14 - Lido no começo de cada sessão, a ata da sessão anterior será discutida, quando for o caso.

Art. 15 - O detalhamento da organização do Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente será objeto do respectivo Regimento Interno, elaborado pelos seus conselheiros e aprovado por Decreto do Executivo Municipal.

Art. 16 - Para as despesas necessárias à instalação e ao funcionamento do CTMA, tais como: veículos, espaço físico, combustível, treinamento, viagens, folhetos educativos e mobiliários, serão consignados recursos no orçamento municipal através do Gabinete do Prefeito.

Art. 17 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando expressamente revogada a Lei Municipal **167 de 04 de maio de 2006**, assim como, ficando revogadas todas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, 29 de Junho de 2018.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 481 DE 29 DE JUNHO DE 2018

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento do Exercício de 2018 e da outras providências."

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento de 2018, **Crédito Adicional Especial** na Secretaria Municipal de Educação no valor total de R$ 340.000,00 (Trezentos e Quarenta Mil Reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 04- Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Unidade: 02 – Gerencia de Educação

12.361.0040.1145 – Aquisição de Veículo Transporte Escolar

4.4.90.52 – Equipamento e Material Permanente.....R$ 340.000,00

FONTE: 0.3.00.110.000 – Recursos Próprios de Superávit.

Art. 2º - Para dar cobertura nos créditos aberto no artigo anterior será utilizado os recursos definidos pelo Artigo 43, § inciso III, da Lei Federal 4. 320/64**. (Por Anulação).**

Órgão: 03- Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

04.122.0003.2009 – Manutenção e Encargos com a Secret. Adm. e Finanças

3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil .....R$ 38.133,95

3.3.90.39.00–Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica..... R$ 100.000,00

FONTE: 0.3.00.110.000 – Próprio – Conta (022)

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Obras Serviços Públicos

Unidade: 01 – Gerencia de Obras e Serviços Públicos

04.122.0003.2147.000 – Manutenção e Encargos com o Departamento de Obras Públicas

3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado .....R$ 31.338,03

3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil .....R$ 26.469,74

3.3.90.30.00 – Material de Consumo.....R$ 60.477,17

3.3.90.39.00–Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica..... R$ 75.000,00

FONTE: 0.3.00.110.000 – Próprio – Conta (032/031/54457-4)

Órgão: 09- Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária

Unidade: 02 –Departamento de Agricultura e Pecuária

20.606.0004.2081.000 – Manutenção e Encargos com Secretaria de Agricultura e Pecuária

3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil .....R$ 2.581,11

3.3.90.39.00–Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica..... R$ 6.000,00

FONTE: 0.3.00.110.000 – Próprio – Conta (022).

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei 460/2017 – Plano Plurianual e na Lei nº 459/2018 – Lei de Diretrizes Orçamentário (PPA/LDO), bem como apresentá-los em audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 4º - Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar a ou remanejamento de dotação de que trata o art. 1º até o limite de 10% do seu valor total.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, 29 de Junho de 2018.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 483 DE 29 DE JUNHO DE 2018.

"Dispõe sobre autorização para transpor e remanejar recursos e dá outras providências".

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam os Poderes Legislativo e Executivo Municipal autorizados a abrirem Créditos Adicionais Suplementares, através de Decreto, até o Limite de 02% (Dois por Cento) da Despesa Orçada para o corrente Exercício.

Art. 2º - Servirá como recurso para dar cobertura ao Crédito Aberto pelo Artigo Anterior, os recursos definidos pelo Artigo 43, inciso I, II ou III, da Lei Federal 4.320/64, podendo efetuar transposição, remanejamento e transferência de recursos, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite definido no artigo 1º da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, 29 de Junho de 2018.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

LICITAÇÃO
AVISO DE DESERTO E REPUBLICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018 - REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE DENISE**, torna público aos Interessados que a Licitação sob a modalidade **PREGÃO** na forma **PRESENCIAL** tipo menor preço GLOBAL, tendo como OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EEVENTUAL AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO "SUV" ZERO QUILÔMETRO, PARA ATENDE AS NECESSIDADES DO GABINETE DO PREFEITO DE DENISE/MT**. Que após sua devida publicação de Abertura de Sessão Marcada para a data de **29 de Junho de 2018** às **09h00min**, o mesmo foi **DECLARADO** integralmente como **DESERTO,** devido à ausência total de Participantes. Onde se procederá com **REPUBLICAÇÃO** do mesmo para abertura de nova sessão para o dia **12 de Julho de 2018** ás **090h00min**.

Denise/MT, 02 de Julho de 2018.

João Carlos Carneiro da Silva

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 107-18

PORTARIA Nº. 107/2018 DENISE – MT., 29 DE JUNHO DE 2018.

EMENTA – RETIFICAR A PORTARIA N.º 102/2018 DE 04/06/2018, EM SEU ARTIGO 1º.

JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DENISE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CUMPRIMENTO AS NORMAS CONSTITUCIONAIS VIGENTES QUE LHE CONFERE O CARGO,

RESOLVE:

Art. 1º - RETIFICAR o Art.1º onde lê-se: Ficam nomeados os membros **Representantes da Comissão Municipal do Transporte Escolar do Município de Denise/MT**, conforme composição abaixo:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE: ALCINERI SOUZA NASCIMENTO RODRIGUES. ASSESSORIA PEDAGÓGICA: SÉRGIO ROBERTO DE MORAES. ESCOLAS ESTADUAIS: LUIZ CARLOS DE SOUZA. REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS

REPRESENTANTE DOS ALUNOS: **RAIMUNDO NONATO DE SOUZA.**

REPRESENTANTE DOS PAIS: **MARKELI VOLTOLINI SILVA.**

REPRESENTANTE DOS PROFESSORES: **AILTON MOREIRA DE SOUZA.**

REPRESENTANTE DO FUNDEB: **EVA DE FÁTIMA BARBOSA.**

Ler-se-à: Ficam nomeados os membros **Representantes da Comissão Municipal do Transporte Escolar do Município de Denise/MT**, conforme composição abaixo:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE: ALCINERI SOUZA NASCIMENTO RODRIGUES.

REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO: **ANDERSON MENDES DE CAMPOS**

ASSESSORIA PEDAGÓGICA: SÉRGIO ROBERTO DE MORAES. ESCOLAS ESTADUAIS: LUIZ CARLOS DE SOUZA. REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS

REPRESENTANTE DOS ALUNOS: **RAIMUNDO NONATO DOS REIS COSTA.**

REPRESENTANTE DOS PAIS: **MARKELI VOLTOLINI SILVA.**

REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS: **AILTON MOREIRA DE SOUZA.**

REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS ESTADUAIS: **ELIANE ARRUDA FERREIRA ARDAIA.**

REPRESENTANTE DO FUNDEB: **EVA DE FÁTIMA BARBOSA.**

Art. 2º - O restante da Portaria n.º 102/2018 datada de 04/06/2018, permanecerá com a mesma redação.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de Junho do ano de 2018.

Registrado e publicado, na data supra, na forma da lei.

JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO, NA SEDE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, ÀS QUATORZE HORAS E VINTE MI

Ata da Quinta Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, na sede do Conselho Municipal de Saúde, às quatorze horas e vinte minutos. A Secretaria Executiva do Conselho Municipal, Rosinete Soares Silva confere o quórum e cumprimenta a todos os presentes, sendo registrada em folha de presença a participação dos conselheiros assinado no final da ata e em livro próprio do conselho de assinatura para as reuniões. Dando inicio a reunião, a secretaria executiva faz a leitura da ata da reunião anterior, assim feito à mesma foi apreciada e aprovada por unanimidade pelos presentes, sendo deliberado que devera ser encaminhada e feita às publicações e anexo aos órgãos de controle. Passando para pauta e dando continuidade nos trabalhos, a secretaria executiva do conselho municipal de saúde, informa que conforme documento já repassado para os conselheiros na reunião anterior, e feita a apresentação da conselheira Maria Claudia Ramos Cabete Pereira, repassando a mesma que parabeniza a mesma pela atitude em fazer parte do conselho Municipal de Saúde, e que após este momento a mesma já esta empossada, e o que for necessário em informações para um bom trabalho estamos a disposição. A Presidente e Conselheira Tania Maria Ferreira Rocha, fala que independente de ser suplente esta deve estar sempre presente nas reuniões do conselho e assim é também para os demais conselheiros. Os demais conselheiros presentes também parabenizaram a posse desta como conselheira. Dando andamento a pauta foi repassado a palavra para o Srº Osvaldino Gomes de Souza, onde o mesmo cumprimenta a todos e fala que a sua presença e para esta passando sobre controle e avalição na secretaria de Saúde. Qual a finalidade controle e avaliação? São processos inerentes á função de Gestão, voltados para os aspectos quantitativos, qualitativos, físicos e financeiros das politicas publicas de saúde. Em partes: Controle consiste no monitoramento de processos, ações, com objetivo de verificar a conformidade dos padrões estabelecidos e de detectar situações de alarme que requeiram uma ação avaliativa detalhada em relação a todos os lançamentos de sistema, de processos. Quando falamos em avaliação trata da analise de estrutura, processos e resultados das ações, serviços e sistemas da saúde, com objetivos de verificar sua adequação aos critérios e parâmetros de eficácia, eficiência e efetividade estabelecida para o sistema de saúde. Ou seja, função de controle e avaliação no que refere as ações de serviços de média e alta complexidade evita e corrige em tempo hábil desvios e falhas que venham a acontecer no decorrer da execução de trabalho diário como programa projetos, garantindo o sucesso do plano de relações Publicas em desenvolvimento, otimizando a comunicação interna, aprimorando os esforços em ações futuras. O conselheiro Drº Valdemar Pissolato pergunta em relação ao Siscam, recebemos material com dados do pacientes com formulários que não esta de acordo com o sistema cadweb, não estando em conformidade ao sistema não finaliza os trabalhos. O funcionário da Saúde Srº Osvaldino Gomes de Souza, informa que já esta sendo solicitado junto ao sistema Siscan o cadastro das pessoas do administrativo para que os mesmos façam o alimento no sistema com os dados das pacientes através dos formulários de solicitação para o exame CCO, lembrando que Com os dados fornecidos pelo sistema é possível acompanhar seja no rastreamento, investigação ou tratamento das ações do plano de controle do câncer de colo do útero e qual o percentual de mulheres que estão sendo tratados-acompanhadas. Esse trabalho vem facilitar o laboratório, ou seja, digita o nome já vai estar no sistema todos os dados necessários. Encerrando a fala do Osvaldino Gomes de Souza, foi repassada a fala para a conselheira Michelle Graziela de Oliveira Nobile, que repassa aos conselheiros, mas uma etapa realizada referente ao projeto Campanha Nacional Saúde Escola- Hanseníase e Verminoses, que é uma campanha nacional, que conta com a parceria das escolas,sendo publico alvo criança de 05 a 14 anos. Neste mês conforme cronograma, a atividade desenvolvidas nas escolas foi à temática do projeto-Verminoses e Hanseniase. A mesma relata não teve muita aceitação nas escolas , muitos formulários que foram entregas não retornaram. A Conselheira e Presidente Tania Maria Ferreira da Rocha fala que na unidade de saúde do bairro pedregal foram entregues as ficha preenchidas com os dados dos alunos e pais, que não foi 100% a adesão. A conselheira Michelle Graziela de Oliveira Nobile informa que foram realizadas diferentes atividades nas escolas, como por exemplo: estratégias de fazer palestras, gincanas , conversar com os alunos e professores, ir em horários alternados, em seguida a conselheira Chavely Berbel relata que trabalhou o lúdico com a Escola Braz Maimone como pintura, os cuidados com a higiene das mãos os alunos maiores foi feito gincana, e que eles foram bem participativos. Repassa que tiveram também dificuldades em aceitação com os pais acredita por ser primeiro projeto com essa finalidade talvez estudemos nova estratégia para o ano de 2019, na questão de outras escolas como Estadual não temos abertura as particulares são ótimas em aceitação . O Conselheiro Jacildo de Siqueira Pinho sugeriu fazer esse trabalho junto ao cadastro da bolsa família, e fala que não foi passado na reunião de CIR penso que deve haver uma reunião com todos os coordenadores do projeto em outros Municípios e também não atingimos índice trabalho só com particular e sim com todas, deve acontecer planejamento para trabalhar com as Escolas, acima do que foi proposto tem outra situação, ex. ação social tem mais afinidade com a população. A conselheira Michelle Graziela de Oliveira Nobili, acredita que terá melhor aceitação no ano de 2019, mas que ainda não fechou a campanha e trará os dados finais. A Conselheira Chavely Berbel relata que um dos fatos foi que quando veio o projeto para as unidades já estávamos com os trabalhos programados, e que este é uma estratégia diferenciada. Conforme Pauta foi repassado a palavra para a funcionaria e coordenadora do CTA , Elizete Lurdes Diniz que vai estar falando referente os trabalhos realizado no setor, a mesma cumprimenta a todos primeiramente quero informar que a mesma vem através do Núcleo de Educação Permanente, falar que foi realizado palestra de Capacitação Interpessoal é que continua a construção deste Plano,

sendo este primeiro momento um avanço na tentativa de organizar e institucionalizar a qualificação permanente dos trabalhadores da saúde. Informando que a Pastoral da AIDS voltou a reintegrar no grupo, que já houve movimento e vamos ter capacitação nos dias 07 e 08/06/2018 sabemos que é uma área difícil, mas que tem dado resultado. A Conselheira Chavely Berbel, questiona sobre o por que as unidades de saúde não tem acesso aos prontuários dos pacientes do CTA, pois é de suma importância, a conscientização, mas para isso devemos ter acesso. A Conselheira Karina Teixeira Rocha explica que o acesso é sim do medico e enfermeiros, mas não esta acontecendo concordando com Chavelly, que devera repassar. Dando continuidade na fala a mesma fala sobre a compra do carro do CTA, o mesmo vai atender o CTA e o CAPS. A conselheira Adelita Barros de Aguiar faz um questionamento referente as capacitações que acontecem e o PA- Pronto Atendimento esta sendo excluídos e pede que sejam convidados. A Conselheira Karina Teixeira Rocha explica que isso não é verdade que as capacitações realizadas, o PA foi convidado os que compareceram não permaneceu no evento e outros nem compareceram. . A conselheira Adelita Barros de Aguiar, acrescente que as capacitações do Nep seja realizado em dois momentos por ser uma equipe de trabalho 12x36; para que assim todos sejam comtemplados, por ser uma equipe com atendimento diferenciado das demais. Capacitação essa de plano de Núcleo de Educação Permante Municipal através do CTA. Não havendo mais pauta e nem manifestações. Nada mais eu Rosinete Soares Silva Secretária Executiva do Conselho, encerro a Reunião Ordinária contendo linhas 105 e 03 paginas com assinatura dos conselheiros participantes em anexo.

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIALNº 035/2018, COM REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03. 648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2287 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423, **TORNA PÚBLICO**, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL com REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo "**Menor Preço por Lote**", tendo como objetivo **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL DE PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO PARA PACIENTES DESTA MUNICIPALIDADE ENCAMINHADOS PARA A CIDADE DE CUIABA/MT PARA TRATAMENTO ATRAVES DE T. F. D (TRATAMENTO FORA DE DOMICILIO),**que se deu no dia 25/06/2018, onde sagrou-se vencedora do Lote nº 01 (Único) a empresa **M. A. BARBOSA DE OLIVEIRA - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 22.820.685/0001-55, perfazendo um total de **R$ 23.500,00** (vinte e três mil e quinhentos reais). A ata da sessão encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 25 de Junho de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro

LICITAÇÃO
PRORROGAÇÃO DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/ 2018/SRP

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT, torna público que ás 08:00 horas do dia 16 de Julho de 2018, estará **REABRINDO** o pregão presencial, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELETRICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM INSTALAÇÕES ELETRICAS DE BAIXA E MÉDIA TENSÃO NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.** Pelo motivo de no ato da sessão a unica empresa interessada ter sido inabilitada. Portanto considera-se prorrogado a abertura desta licitação para o dia 16/07/2018, com base no artigo 48 paragrafo terceiro da Lei nº 8.666/93, concedendo ao licitante interessado um novo prazo para a apresentação de nova documentação de habilitação. O Edital poderá ser obtido junto à Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 29 de Junho de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018, COM REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03. 648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2287 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423, **TORNA PÚBLICO**, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL com REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo "**Menor Preço por Item**", tendo como objetivo **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA FARMACIA MUNICIPAL E PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT,**que se deu no dia 26/06/2018, onde sagrou-se vencedora dos Itens nº 27834, 35750, 33768, 33767, 29049, 29000, 28980, 28101, 28093, 28079, 27612, 27580, 26927, 28884, 27764, 27720, 37096, 17260, 26758, 26772 e 26778 a empresa **MOCA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 03.233.805/0001-73, perfazendo um total de **R$ 61.030,50** (sessenta e um mil trinta reais e cinquenta centavos), a empresa **MS HOSPITALAR LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 15.224.444/ 0001-88, sagrou-se vencedora dos Itens nº 27605, 26790, 37157, 37156, 28994, 28981, 33690, 29023, 28750, 28386, 26831, 28945, 28123, 27784, 27772, 37473, 37149, 37147, 36627, 33817, 33771, 29024, 25260, 25467 e 26783, perfazendo um total de **R$ 26.052,00** (vinte e seis mil e cinquenta e dois reais), **DELTA MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 08.835.955/0001-70, sagrou-se vencedora dos Itens nº 28584, 37153, 33756, 27608, 27702, 28272, 33687, 28964, 28895, 28609, 27705, 27686, 27628, 27578, 27752, 27178, 33725, 28647, 28553, 28468, 27889, 27755, 27630, 26939, 37154, 37114, 37110, 37093, 33776, 25242, 25243, 25321, 25417, 25794, 26425, 26458, 26469, e 26545, perfazendo um total de **R$ 76.467,00** (setenta e seis mil quatrocentos e sessenta e sete reais), **PRO-SAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 21.297.758/0001-03, sagrou-se vencedora dos Itens nº 28332, 27677, 27609, 27573, 38336, 37183, 38170, 37150, 33764, 29029, 28156, 28129, 27756, 33688, 29031, 28948, 28931, 28746, 28615, 28577, 28334, 28302, 28233, 28219, 27901, 27359, 27037, 26847, 37181, 36639, 33878, 33871, 33857, 33840, 33839, 28976, 28892, 28769, 28392, 28208, 28197, 28173, 28165, 28157, 27788, 27787, 27782, 27751, 27748, 27742, 27180, 26827, 37194, 37193, 37188, 37187, 37186, 37184, 33883, 33833, 33832, 33819, 33811, 33799, 33782, 33761, 33716, 25248, 25251, 25277, 25358, 25385, 25416, 25427, 25630, 25633, 25645, 25716, 25909, 25930, 25988, 26016, 26060, 26200, 26305, 26475, 26752, 26757, 26760 e 26781, perfazendo um total de **R$ 142. 311,50** (cento e quarenta e dois mil trezentos e onze reais e cinquenta centavos) e **PREMIUM HOSPITALAR EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 27.325.768/0001-91, sagrou-se vencedora dos Itens nº 33882, 27579, 26786, 37091, 27719, 25361 e 26195, perfazendo um total de **R$ 38. 210,00** (trinta e oito mil duzentos e dez reais) Os itens de nº 28984, 28376, 33705, 37182, 28882, 45671, 27711, 27857, 27761, 45675, 45673, 26025 e 26295 foram **FRACASSADOS**. A ata da sessão encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 26 de Junho de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018, COM REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03. 648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2287 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423, **TORNA PÚBLICO**, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL com REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo "**Menor Preço por Item**", tendo como objetivo **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS E SERVIÇOS DE DIARIAS DE CAMINHÃO BASCULANTE E CAMINHÃO PIPA, COM MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO FORNECIDO PELA EMPRESA CONTRATADA PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT,**que se deu no dia 28/06/2018, onde sagrou-se vencedora dos Itens nº 33992, 33993, 47142, 47267, 47268, 47164, 47269, 47270, 47271, 45769 e 45771 a empresa **AMORIM E SILVEIRA LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 12.141.988/0001-98, perfazendo um total de **R$ 1.032.800,00** (um milhão trinta e dois mil e oitocentos reais), a empresa **FRANCIELI FERREIRA ABRANTES EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 17.933.740/0001-83, sagrou-se vencedora dos Itens nº 47266, 46109 e 45770, perfazendo um total de **R$ 391. 150,00** (trezentos e noventa e um mil cento e cinquenta reais), a empresa **A. M. DE ABREU EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 18.523.063/0001-98, sagrou-se vencedora dos Itens nº 45783, 45784, 45786, 45787 e 37781, perfazendo um total de **R$ 576.150,00** (quinhentos e setenta e seis mil cento e cinquenta reais), a empresa **PENTA SERVIÇOS DE MÁQUINAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 00.471.442/0001-16, sagrou-se vencedora do Item nº 37355, perfazendo um total de **R$ 38.000,00** (trinta e oito mil reais), a empresa **G. L. COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 26.795.021/0001-34, sagrou-se vencedora do Item nº 45785, perfazendo um total de **R$ 48.000,00** (quarenta e oito mil reais) e a empresa **ENGEMAC CONSTRUTORA EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 15.551.680/0001-09, sagrou-se vencedora dos Itens nº 33991 e 47143, perfazendo um total de **R$ 130.800,00** (cento e trinta mil e oitocentos reais). A ata da sessão encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 28 de Junho de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2018, COM REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03. 648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2287 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423, **TORNA PÚBLICO**, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL com REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo "**Menor Preço por Item**", tendo como objetivo **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ALUGUEL DE MESAS, CADEIRAS, TAMPÕES E TOALHAS DE MESA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT,**que se deu no dia 27/06/2018, onde sagrou-se vencedora dos Itens nº 47354, 46718, 46617, 46755 e 46754 a empresa **MARIA CLEIDE DE OLIVEIRA**, inscrita no CNPJ sob nº 02. 774.709/0001-70, perfazendo um total de **R$ 63.780,00** (sessenta e três mil setecentos e oitenta reais). A ata da sessão encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 27 de Junho de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO - OXIGÊNIO MEDICINAL

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 044/2018

PREGÃO PRESENCIAL /SRP - Nº 038/2018

'' PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP "

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

A Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte/MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público o **Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de RECARGAS DE CILINDRO DE OXIGÊNIO (GÁS MEDICINAL), para atender as Unidades Básicas de Saúde e o Hospital Municipal** no dia **12/07/2018 às 07h30min** (**Horário de Cuiabá/MT)** na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. A retirada do edital será disponibilizada na sede do espaço municipal das 07h00min as 11h00min e 13h00min as 17h00min, ou no site www.gauchadonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com.

Gaúcha do Norte, 29 de junho de 2018.

NEILLA F. DE SOUZA

Pregoeira Oficial

DECRETO 810 DE 29 DE JUNHO DE 2018 - PONTO FACULTATIVO DIA 02-07

DECRETO 810 DE 29 DE JUNHO DE 2018

"Dispõe sobre ponto facultativo aos Órgãos Públicos da esfera Municipal no âmbito do Poder Executivo no dia 02 (dois) de julho de 2018 (dois mil e dezoito) e dá outras providências."

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a ocorrência da Copa do Mundo, onde o jogo da Seleção Brasileira de Futebol ocorrerá no dia 02 (dois) de Julho às 09:00 hrs em horário de Cuiabá.

DECRETA

Art. 1º. Fica decretado ponto facultativo no dia 02 (dois) de julho de 2018 (dois mil e dezoito) aos órgãos públicos do Município de Gaúcha do Norte-MT no âmbito do Poder Executivo Municipal, estando suspenso expediente.

Art. 2º. Os serviços de relevante interesse social como saúde (Hospital Público Municipal) e limpeza pública irão desempenhar suas atividades normalmente, não devendo prejudicar em nada o atendimento a população.

§1º. No dia 02 (dois) estarão em funcionamento os PSF's, a Farmácia Municipal, Academia de Saúde e o Centro de Reabilitação nos termos do §4º do Art. 1º do decreto 805/2018, ou seja, das 12:00 às 18:00 quando jogos no período matutino.

Art. 3º. As aulas nas escolas do âmbito municipal e creche municipal não serão suspensas obedecendo assim o calendário escolar.

Art. 4º. O presente decreto não aplica-se ao Departamento de Licitação diante da existência de procedimento licitatório previamente agendado, ao qual deverá funcionar normalmente no período matutino.

Art. 5º. No que se refere ao departamento da Secretaria de Assistência Social, o CRAS e o POPSEC funcionarão no período vespertino nos mesmos termos do §1º do artigo 2º desde decreto.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 29 de junho de 2018.

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº. 005/2018

RESOLUÇÃO Nº. 005/2018 29 DE JUNHO DE 2018.

"AUTORIZA A BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Mesa Diretorada Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, Faz saber que o Soberano Plenário aprovou, e de acordo com o Regimento Interno desta Casa de Leis, ela promulga a seguinte **RESOLUÇÃO:**

Considerando que o bem listado se encontra em alto grau de degradação e não possui condição de restauração;

Considerando a necessidade de apresentar real do patrimônio do Poder Legislativo e cumprimento da Lei Federal 4.320/64;

Considerando o princípio da moralidade;

Considerando as novas regras de controle Patrimoniais possibilitar a baixa de patrimonial com valores abaixo de 10% do valor de mercado.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica o Presidente do Poder Legislativo Municipal autorizado a proceder à baixa do patrimônio da Câmara do bem que, por sua natureza, utilidade e estado de conservação foi considerado inservíveis na forma do anexo único.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito (29.06.2018).

_____

Heder Caio Pereira da Silva

Presidente

_____

Felix Henrik Batista de Sousa

1º Secretário

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DOS BENS INSERVÍVEIS

REGISTRO	HISTÓRICO
0540	NOBREAK (HEXUS POWER)

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 045/2018

Ratificada a *DISPENSA DE LICITAÇÃO*, nos termos do artigo 24, inciso X, da Lei Federal 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal 8.883/94, conforme parecer favorável da Assessoria Jurídica e controladoria interna. *OBJETO:* Locação de um imóvel destinado ao funcionamento da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto com construção em alvenaria com 380,00 m² (trezentos e oitenta metros quadrados) de área construída, Lote nº 08, Quadra 45, situado na Avenida Jequitibá, Centro, neste município de Guarantã do Norte/MT, destinado ao funcionamento da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. **CONTRATADA:** LUCINEI PEREIRA PINTO **VALOR:** R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais). **PRAZO:** 29/06/2018 à 29/06/2019. **FUNDAMENTO LEGAL**: Artigo 24, inciso X, da Lei Federal 8.666/93. Ratifico a presente dispensa de licitação nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, e de conformidade com o parecer jurídico e justificativa anexos ao **processo compra nº1568/2018**. Guarantã do Norte-MT, 29 de junho de 2018. **Érico Stevan Gonçalves/Prefeito Municipal**

AVISO DE ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 045/2018-SRP

AVISO DE ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2018 - SRP

A PrefeituraMunicipal de Guarantã do Nortepor intermédio de seu Prefeito Municipal o Sr. Érico Stevan Gonçalves**,** torna público aos interessados, que em estrita observância aos princípios da legalidade, da eficiência e da supremacia do interesse público fica **ANULADO** o Pregão Presencial Nº 045/2018, cujo objeto **é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO E SERVENTE DE PEDREIRO, E DE SERVIÇOS DE CARÁTER PREVENTIVO E CORRETIVO EM INSTALAÇÕES PREDIAIS,** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**). Com fundamento disposto no Artigo 49 da Lei Federal nº 8666/1993. Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas junto à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT, no endereço de e-mail licitacaogta2017.2020@gmail.com ou no telefone (66) 3552-5135. Guarantã do Norte/MT, 29 de junho de 2018. **Érico Stevan Gonçalves/Prefeito Municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 038/2018

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Rua Florianópolis, n° 200, centro – Itanhangá-MT, através de sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio, torna público que encontra-se aberta na Modalidade **Pregão Presencial n° 038/2018**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto o **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais de reabilitação de fisioterapia para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Itanhangá-MT."** Regem a presente licitação a lei Federal n° 10.520/02, subsidiariamente, a Lei n° 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **17 de julho de 2018, às 08:00hs (oito horas)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itanhangá. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, dos dias úteis, ou pelo telefone (66) 3578-2500, ou no site da prefeitura: www.itanhanga.mt.gov.br ou solicitado pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br.

Itanhangá-MT, 29 de junho de 2018.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO Nº 010/2018

DECRETO Nº 010/2018

"Dispõe sobre expediente interno no dia 02/07/2018, no âmbito da Câmara Municipal e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, na pessoa do Presidente **RONIVON SILVA MINGOTI,** no uso de suas atribuições legais que lhes confere a Lei.

CONSIDERANDO a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018, a realizar-se na Rússia;

CONSIDERANDO que no horário da realização dos jogos disputados pela Seleção Brasileira todas as atenções estarão voltadas para esse evento; e;

CONSIDERANDO contudo que o fechamento das repartições públicas estaduais e municipais nos dias de jogos, e em consonância com Decreto Estadual nº 1535 de 12 de junho de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo na Câmara Municipal de Itiquira das 07:00 as 13:00 hrs do dia 02 de julho de 2018, em virtude do jogo das oitavas de finais da Seleção Brasileira de Futebol.

Parágrafo Único. **O ponto facultativo de que trata o *caput* deste artigo não abrange os serviços essenciais, tal como a segurança da sede da Câmara Municipal, bem como os prazos licitatórios que não serão interrompidos.**

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Itiquira, 29 de junho de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

RONIVON SILVA MINGOTI,

Presidente (Gestão 2017/2018)

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO MUNICIPAL N° 038 DE 29 DE JUNHO DE 2018.

"Dispõe sobre horário de funcionamento especial nas REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, nos dias de jogos da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo FIFA 2018, e dá outras providências. "

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO que cabe ao Chefe do Poder Executivo fixar o horário de funcionamento das repartições públicas municipais;

CONSIDERANDO a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo Fifa 2018;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o horário de funcionamento das repartições públicas municipais nos dias em que são realizados os jogos da Seleção Brasileira,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado horário de funcionamento especial nos órgãos e unidades administrativas do Poder Executivo nos dias que menciona:

I – no dia **02 de julho** de 2018, segunda-feira (Brasil x México), o expediente de trabalho será das 07h00min às 10h00min;

Art. 2º – Caso a Seleção Brasileira de Futebol venha a avançar para as demais etapas da Copa do Mundo, o horário especial de expediente será estipulado em novo decreto.

Art. 3º – O disposto no artigo anterior não se aplica, às unidades que funcionam ininterruptamente que prestam serviços essenciais e de interesse público.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira/MT, aos 29 de junho de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 134, DE 01 DE JUNHO DE 2018.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez, a servidora Sra. Ana Maria de Almeida ".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 41/2003 c/c o Artigo 6-A da Emenda Constitucional n.º 41/2003, acrescentado pela Emenda Constitucional n.º 70 de 29 de março de 2012, c/c o Artigo 12, inciso I da Lei n.º 675 de 18/03/2010, que Instituiu *o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Itiquira/MT e* Lei Municipal nº 827/2014 que dispõe sobre o Plano de Cargo, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Município de Itiquira/MT; e Lei Municipal nº 1.013/2018, que dispõe sobre a Concessão da Revisão Geral Anual da Remuneração dos Servidores Públicos Municipais, no âmbito do Poder Executivo, correspondente ao Exercício de 2017 e Decreto Municipal nº 025 de 04 de maio de 2018 que Aplica a Revisão Geral Anual de 6.58% e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria por Invalidez, a servidora **Sra. Ana Maria de Almeida**, brasileira, portadora do RG n.º 407 340 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 458.392.711-87, residente e domiciliada no Município de Itiquira, servidora efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Classe "B", Nível VI, com jornada de 40 horas semanais; contando com 16 anos, 02 meses e 03 dias de tempo de contribuição; lotada na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculada sob o n.º 087, com proventos Integrais, conforme processo administrativo do **ITIPREV n.º 2018.03.00023P**, **a partir de 01/06/2018**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, 01 de junho de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 028, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

"Dispõe Sobre Convocação dos Candidatos Aprovados/Classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2017 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 888 de 08 de abril de 2015, que dispõe a autorização ao Poder Executivo Municipal a proceder à CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, visando atender necessidades de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a Homologação do resultado final Processo Seletivo Simplificado, pelo Decreto Nº. 013/2017 de 08 de fevereiro de 2018 o qual possui candidatos aprovados e classificados;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal em promover a contratação de pessoal por tempo determinado;

CONSIDERANDO a ordem rigorosa de classificação do Edital Complementar nº 014, do procedimento supracitado;

CONVOCA:

Art. 1° - Ficam convocados os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2017, para os Cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Av. Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II, em Itiquira, Estado de Mato Grosso, no período de 30 dias a contar da publicação deste, no horário de 08h00-min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, para tratarem de assuntos de seu interesse.

Art. 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

QTD	CANDIDATO	CARGO	LOCAL	CLASSIFICAÇÃO
1	MAYARA BATISTA GODEGUEZ	COLETOR DE LIXO	ITIQUIRA	3º COLOCADO APROVADO
2	ELAINE BRAZ DE OLIVEIRA	COLETOR DE LIXO	ITIQUIRA	4º COLOCADO APROVADO
3	JOSÉ OSMAR CARDOSO	COLETOR DE LIXO	ITIQUIRA	5º COLOCADO APROVADO
4	SANDRA DOS SANTOS	COLETOR DE LIXO	ITIQUIRA	6º COLOCADO APROVADO
5	EDINA ALVES DE SOUZA	COLETOR DE LIXO	ITIQUIRA	7º COLOCADO APROVADO
6	VIVIANE INÁCIO SANTOS	COLETOR DE LIXO	ITIQUIRA	8º COLOCADO APROVADO

Art. 3º - Os candidatos deverão se apresentar com os seguintes documentos originais, reproduzidos por cópias autenticadas em cartório ou cópia autenticada por servidor municipal com competência conferida por portaria;

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP;

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa fornecida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (internet) da Comarca do domicilio dos últimos 05 (cinco) anos relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido, expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

13 - 02 (duas) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21 –Conta Corrente Banco do Brasil.

22- CPF dos dependentes maiores de 14 anos

23- CPF do cônjuge, se for o caso

24- CPF do Pai e da Mãe

25- Cópia da página da Carteira de Trabalho onde consta o número e os dados pessoais

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, em 28 de junho de 2018.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 069 /2018.

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 069 /2018
DISPÕE SOBRE O RECESSO NO AMBITO DO SETOR ADMINISTRATIVO DA CÂMARA DE ITIQUIRA – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Itiquira-MT, **RONIVON SILVA MINGOTI**, no uso de suas atribuições legais que lhes confere a Lei,

Considerando o recesso parlamentar entre os dias 01 a 31 de julho;

Considerando que durante o recesso há uma diminuição no volume de trabalho;

Considerando a grave crise que atinge todos os setores da sociedade e que é papel da câmara primar pela economia sempre que puder.

RESOLVE:

Art. 1º - **INSTITUIR no âmbito da Câmara Municipal**, escala de trabalho no setor administrativo durante o recesso parlamentar, visando gerar uma maior economia aos cofres públicos, e sem prejuízo ao atendimento da população e aos serviços públicos prestados pela Câmara Municipal.

Art. 2º - A organização da escala será feita pela Secretaria de Administração conforme preconizado pelo regimento interno, observando os serviços prestados e os serviços essenciais, os quais deverão ser mantidos:

Art. 46 – Os serviços administrativos da Câmara far-se-ão através de sua secretaria e reger-se-ão através da sua secretaria e reger-se-ão por Regulamento Próprio.

Art. 3º - No caso de haver necessidade do serviço, o Secretário de Administração da Câmara Municipal poderá a qualquer tempo solicitar o retorno das atividades.

Art. 4º - As horas regulares de trabalho cada servidor serão computadas para futuras compensações se necessário.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT, 29 de junho de 2018.

Ronivon Silva Mingoti

Presidente

(Gestão 2017/2018)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 016/2018

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ÍTEM**, tendo por objeto o **"Registro de preços para contratação de empresa especializada em locação de mão de obra para limpeza de vias e logradouros públicos, varrição, raspagem, limpeza, conservação de meios fios e sarjetas, pintura de meios fios, limpeza de boca de lobo, jardinagem, podas de arvores, serviços de tapa buraco e coleta dos resíduos e serviços gerais, secretaria, auxiliar de cozinha, cozinheira, limpeza predial nas áreas de saúde (interna), limpeza de prédios (interna), asseio e conservação predial em prédios públicos, estes dois últimos itens com fornecimento de materiais de consumo e equipamentos necessários a perfeita execução dos serviços para atendimento do município de Jaciara/MT"**,nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **11 DE JULHO DE 2018 - 09:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 28 de junho de 2018.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

FÉRIAS

Concede férias ao servidor EVALDO REZENDE DUARTE, em 10/07/2018 a 08/08/2018, período aquisitivo 2016/2017, lotado na Secretaria de Planejamento, matrícula 2444, cargo Oficial Administrativo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

AVISO DE RESULTADO

Ata da Sessão Pública de Licitação Pregão Presencial nº 014/2018,
Registro de Preço nº 010/2018.
As 13:00 (treze) horas do dia 29 de Junho de 2018, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Jangada-MT, reuniram-se, o Pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pela Portaria 004/2018, composta pelo Srº Adilson Pereira Nunes - Pregoeiro, Fagner Vieira De Godoes Equipe de Apoio e o Srº Paulo Nerys De Assunção - Equipe de Apoio, com o objetivo de realizar a(o) Pregão Presencial Nº 014/2018, para **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA RADIODIFUSÃO SONORA TEMPORÁRIA DE ÁUDIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA PARA REALIZAÇÃO DOS ACONTECIMENTOS INSTITUCIONAIS E PROMOCIONAIS, COMPREENDENDO A ZONA RURAL E URBANA (PALESTRAS, CULTO ECUMENICO, SOLENIDADES, INAUGURAÇÕES, POSSES, DATAS FESTIVAS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA-MT**. A divulgação do Edital em questão se deu pela forma prevista em lei, onde foi realizado a publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso e no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - AMM e com a sua afixação no mural da Prefeitura Municipal.
Deste modo, cumpriu-se o que determina a lei, em homenagem ao princípio da competitividade e eficiência. No ato de abertura da presente sessão constatou-se o recebimento de envelopes do interessado em participar do certame, inclusive encontram-se presente a esta sessão. Dando início aos trabalhos o pregoeiro cumprimentou a todos os presentes e os membros da Comissão. Logo em seguida esclareceu sobre como os trabalhos seriam conduzidos, inclusive quanto a sua sequência.
Abaixo Segue o licitante que compareceu para participar do certame:
RADELGO LOCAÇÃO DE SOM TENDAS E PALCOS EIRELI-EPP, Inscrita no CNPJ Nº **01.890.953/0001-35**, neste ato representada pelo seu Proprietário Srº Emilio Soares De Souza, Portador do RG nº 90885 DRT/MT e CPF nº 194.288.551-20.
O Pregoeiro juntamente com a equipe de apoio Credenciou a empresa acima relacionada, constatando que cumpriu com o disposto no edital referente está fase, em seguida procedeu-se dando inicio ao recebimento dos envelopes de Proposta de Preços averiguando suas conformidades e vistando seus feches, assim fizeram também a Equipe de Apoio e o Licitante Presente, após análise e estando todos nos conformes, consequentemente passou para a fase de lances, o preço ofertado pela licitante encontram-se registrados na presente ata.

EMPRESA	***VALOR R$***
RADELGO LOCAÇÃO DE SOM TENDAS E PALCOS EIRELI-EPP	R$ 890.060,00
LANCE	R$ 889.000,00

Efetuada a negociação e alcançado os valores de referência o valor proposto atendeu os requisitos da lei Federal 10.520/2002, isto é ficou dentro do valor referência, ato contínuo passou-se para a fase de habilitação que após análise da documentação, constatou que a empresa atendeu todas as regras edilícias, feito isso o pregoeiro perguntou aos senhores participante se há intenção de interposição de recurso, com relação ao referido certame, este declara que não, ato continuo o pregoeiro e sua equipe de apoio declara a empresa vencedora do certame.

EMPRESA	***VALOR R$***
RADELGO LOCAÇÃO DE SOM TENDAS E PALCOS EIRELI-EPP	R$ 889.000,00

Será dada divulgação do resultado nos meios de comunicação Diário Oficial do Estado, Internet e quadro mural da Prefeitura. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão às 15:00 horas do dia 29/06/2018, cuja Ata foi lavrada e assinada por todos presentes e posteriormente encaminhada ao Sr. Prefeito Municipal, nos termos da lei nº 8.666/93.

Adilson Pereira Nunes *Pregoeiro*	*Paulo Neris de Assunção* *Equipe de Apoio*
Fagner Vieira De Godoes *Equipe de Apoio*	**RADELGO LOCAÇÃO DE SOM TENDAS E PALCOS EIRELI-EPP** **CNPJ Nº 01.890.953/0001-35** CPF Nº 549.907.501-87.

EXTRATO DO 3º ADITIVO AO PLANO DE TRABALHO Nº 004/2017 - TERMO DE PARCERIA Nº 001/2017

Custo do Estimado do Projeto/2018: R$ 112.480,98 – Cento e doze mil quatrocentos e oitenta reais e noventa e oito centavos.

Local da Realização do Projeto: Município de Jangada/MT.

Data de assinatura do Plano de Trabalho: 28/09/2017.

Início do Plano de Trabalho: 02/10/2017.

Data de assinatura do 3º Aditivo ao Plano de Trabalho: 14/05/2018.

Término do Plano de Trabalho: 31/12/2018.

Objeto do Plano de Trabalho: Ampliar e complementar as equipes de trabalho dos profissionais da secretaria de educação.

Nome da OSCIP: ISO BRASIL - Instituto Social e Organizacional do Brasil.

CNPJ: 20.949.690/0001-37

Endereço: Rua C-03 n. 254 Jd. Nossa Senhora Aparecida - Cuiabá/MT, Tel./Fax: (65) 3044-3155. Nome do responsável pelo projeto: Dionas Bassanezi Duim.

CPF: 019.231.401-75

Cargo/Função: Presidente da Entidade.

Jangada, 14/05/2018.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 3º ADITIVO AO PLANO DE TRABALHO Nº 001/2017 - TERMO DE PARCERIA Nº 001/2017

Custo do Estimado do Projeto - 2018: R$ 1.572.056,60 – Um milhão quinhentos e setenta e dois mil cinquenta e seis reais e sessenta centavos.

Local da Realização do Projeto: Município de Jangada/MT.

Data de assinatura do Plano de Trabalho: 28/09/2017.

Início do Plano de Trabalho: 02/10/2017.

Data de assinatura do 3º aditivo ao Plano de Trabalho: 14/05/2018.

Término do Plano de Trabalho: 31/12/2018.

Objeto do Plano de Trabalho: Ampliar e complementar as equipes de trabalho dos profissionais da saúde.

Nome da OSCIP: ISO BRASIL - Instituto Social e Organizacional do Brasil.

CNPJ: 20.949.690/0001-37

Endereço: Rua C-03 n. 254 Jd. Nossa Senhora Aparecida - Cuiabá/MT, Tel./Fax: (65) 3044-3155. Nome do responsável pelo projeto: Dionas Bassanezi Duim.

CPF: 019.231.401-75

Cargo/Função: Presidente da Entidade.

Jangada, 14/05/2018.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 3º ADITIVO AO PLANO DE TRABALHO Nº 002/2017 - TERMO DE PARCERIA Nº 001/2017

Custo do Estimado do Projeto em 2018: R$ 220.834,95 – Duzentos e vinte mil oitocentos e trinta e quatro reais e noventa e cinco centavos.

Local da Realização do Projeto: Município de Jangada/MT.

Data de assinatura do Plano de Trabalho: 28/09/2017.

Início do Plano de Trabalho: 02/10/2017.

Data de assinatura do 3º aditivo ao Plano de Trabalho: 14/05/2018.

Término do Plano de Trabalho: 31/12/2018.

Objeto do Plano de Trabalho: Ampliar e complementar as equipes de trabalho dos profissionais da secretaria de Obras.

Nome da OSCIP: ISO BRASIL - Instituto Social e Organizacional do Brasil.

CNPJ: 20.949.690/0001-37

Endereço: Rua C-03 n. 254 Jd. Nossa Senhora Aparecida - Cuiabá/MT, Tel./Fax: (65) 3044-3155. Nome do responsável pelo projeto: Dionas Bassanezi Duim.

CPF: 019.231.401-75

Cargo/Função: Presidente da Entidade.

Jangada, 14/05/2018.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 4º ADITIVO AO PLANO DE TRABALHO Nº 005/2017 - TERMO DE PARCERIA Nº 001/2017

Custo do Estimado do Projeto - 2018: R$ 1.305.033,45 – Um milhão trezentos e cinco mil trinta e três reais e quarenta e cinco centavos.

Local da Realização do Projeto: Município de Jangada/MT.

Data de assinatura do Plano de Trabalho: 28/09/2017.

Início do Plano de Trabalho: 02/10/2017.

Data de assinatura do 4º aditivo ao Plano de Trabalho: 14/05/2018.

Término do Plano de Trabalho: 31/12/2018.

Objeto do Plano de Trabalho: Ampliar e complementar as equipes de trabalho dos profissionais da secretaria de administração.

Nome da OSCIP: ISO BRASIL - Instituto Social e Organizacional do Brasil.

CNPJ: 20.949.690/0001-37

Endereço: Rua C-03 n. 254 Jd. Nossa Senhora Aparecida - Cuiabá/MT, Tel./Fax: (65) 3044-3155. Nome do responsável pelo projeto: Dionas Bassanezi Duim.

CPF: 019.231.401-75

Cargo/Função: Presidente da Entidade.

Jangada, 14/05/2018.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N. 004/2018/SECAD

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N. 004/2018/SECAD

APURAÇÃO: Menor Valor por Empreitada Global.

OBJETO: Contratação de Empresa da Área de Engenharia para Execução de Obra de Reforma do Hospital Municipal de Juara/MT, localizada na Rua João Pessoa n.600-N- Centro, com recursos do Fundo Estadual de Saúde, mediante o regime empreitada por preço global, conforme especificações constantes no Projeto Básico.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 03/07/2018, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio do site: www.juara.mt.gov.br; para impressão do Edital será cobrada taxa de custos do requisitante.

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias anteriores a data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401; E-mail: www.juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem cadastrados no Cadastro de Fornecedores do Município de Juara/MT ou que se Cadastrarem até 3 (três) dias úteis anteriores a data de entrega e abertura de envelopes.

ENTREGA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: Dia 18/07/2018 até às 09h00 local, na sala de Licitações e Contratos, no endereço indicado acima.

Juara-MT, 29 de junho de 2018.

José Roberto Pereira Alves Luciane Borba Azoia Bezerra

Coordenador de Licitações Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2018

ATA DA SESSÃO EXTRORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2018

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezoito as nove horas. Inicia-se a Sessão com o Presidente solicitando a verificação da presença dos vereadores. Feita a verificação, constatou a presença de todos. Segue-se com a leitura da Ata da Sessão anterior que foi colocada em discussão e em votação e foi aprovada. O Presidente solicitou a leitura do Parecer da Comissão de Justiça, referente ao Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado, que foi colocado em discussão. O Vereador Manoel Fagundes, disse que estará tomando uma posição justa em relação ao seu posicionamento na votação das referidas contas, entendo que tanto o Tribunal como a Prefeitura, possui uma competente assessoria para análise das referidas contas. O Vereador Adilson Novaki, ressaltou as dificuldades que os gestores enfrentam para atingir os itens exigidos pelo Governo Federal, também ressaltou, dificuldades apresentadas pelos Prefeitos com sua equipe no final de governo, faltando em muitos casos orientações. O Vereador José Quirino, ressaltou que os gestores devem cumprir com as leis, observando com atenção para os erros apontados nos exercícios anteriores. Observou que na matemática o resultado precisa ser exato para atingir o resultado final. Conclui dizendo que estará observando sempre os princípios legais, para votação de matérias dessa natureza. O Vereador Ozéas Marinho, falou das dificuldades que os gestores enfrentam na sua prestação de contas, pois em muitas vezes, não possui uma equipe preparada e que os itens apontados são de natureza técnica e por isso vota favorável à aprovação das Contas. O Vereador Lindomar Duarte, também disse votar favorável às contas, por entender que os itens apontados são de natureza técnica administrativa, não causando prejuízo ao erário público. O Vereador Sebastião Rodrigues, também disse votar favorável às contas, pois entende as dificuldades que os gestores enfrentam para o cumprimento da Legislação e que vem acompanhado a atual administração, e está confiante que os investimentos feitos estará ajudando a corrigir os itens apontados. Não tendo mais discussão, o Presidente colocou as Contas em votação, conforme Resolução nº 048/2002. Realizada a votação das contas do Exercício 2016 do Ex-Prefeito Valdecir Luiz Colle, foi aprovada com **07 (sete) votos favoráveis, 01 (um) voto contrário e 01 (uma) abstenção.** Segue-se a Sessão com a leitura do Parecer da Comissão de Justiça, referente ao Projeto de Resolução nº 002/2018, modificando o Regimento Interno no seu artigo 104, sendo que o mesmo recebeu votos favoráveis à sua aprovação, colocado o Projeto de Resolução em discussão e em votação o mesmo foi aprovado. Segue-se a sessão com a leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2018 que dispõe sobre a aprovação das contas anuais de governo do exercício 2016 da Prefeitura Municipal de Juscimeira, Gestão do Senhor Valdecir Luiz Colle. Feita a leitura e não tendo mais a tratar nesta Sessão, o Presidente encerrou a Sessão. Esta Ata após lida e aprovada será assinada por todos os vereadores presentes.

Adilson Miguel Novaki, José Quirino da Silva, Lindomar Duarte da Silva, Manoel Fagundes de Souza, Ozéas Marinho de Oliveira, Romilda José de Paula, Ronival Soares Santos, Sebastião Rodrigues Barbosa, Valdinei José da Costa.

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL N° 003/2018 CONTRATO Nº 010/2015

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL N° 003/2018 CONTRATO Nº 010/2015

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT**

CONTRATADA: CLAUDINEI DA LUZ

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais claúsulas

ASSINATURA: 28/06/2018

VIGENCIA: de 13/07/2018 ATÉ 13/07/2019

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL N° 003/2018 CONTRATO Nº 010/2017

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL N° 003/2018 CONTRATO Nº 010/2017

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT**

CONTRATADA: IVALDO ROCHA DE FREITAS & CIA LTDA ME

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais claúsulas

ASSINATURA: 25/06/2018

VIGENCIA: de 01/07/2018 ATÉ 30/09/2018

DECRETO MUNICIPAL Nº 419/2018 DE 29 DE JUNHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO ESPECIAL NOS DIAS QUE MENCIONA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA, Estado de Mato Grosso, o Sr. MOISES DOS SANTOS, no desempenho de suas atribuições legais, contidas na Lei Orgânica do Município".

Considerando: Os Jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018

Considerando: O Decreto nº 1535 de 12/06/2018 do Governo do Estado de Mato Grosso.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica decretado ponto facultativo em virtude dos Jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo da FIFA de 2018, no âmbito das repartições Publicas Municipais, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essências, em:

I – 02 de julho de 2018, segunda-feira, em virtude do jogo Brasil X México; e

II – nos demais dias úteis em que o jogo do Brasil ocorrer no período matutino.

Artigo 2º - Fica decretado horário de funcionamento especial das 07h às 12h, em virtude dos Jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo da FIFA de 2018, no âmbito das repartições Publicas Municipais, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essências, em:

I – Nos dias úteis em que o jogo do Brasil ocorrer no período vespertino.

Artigo 3º - Os órgãos/ unidades administrativas do Poder Executivo/ Prefeitura que prestam serviços de relevantes interesses público, considerados essenciais tais como: Saúde, saneamento básico, sepultamento, vigilância, etc., terão autonomia mediante seus respectivos Secretários, para estabelecerem horários alternativos no cumprimento de suas atribuições

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juscimeira/MT , em 29 de Junho de 2018.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 030/2018

DE: 28 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre **APROVAÇÃO** das Contas Anuais de Governo do Exercício de 2016 da Prefeitura Municipal de Juscimeira, Gestão do Senhor **VALDECIR LUIZ COLLE**, e dá outras providências.

O Senhor **RONIVAL SOARES SANTOS,** Presidente da Câmara Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, faz saber que o Plenário **APROVOU** e Ele **PROMULGA** o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1º - Ficam **APROVADAS** as Contas de Governo do Poder Executivo Municipal, referentes aos Balancetes e Balanço Geral do exercício financeiro de 2016, Gestão do Senhor **VALDECIR LUIZ COLLE, CONTRÁRIO** ao Parecer Prévio nº 039/2017 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Artigo 2º - Este Decreto Legislativo, entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EM: 28 DE JUNHO DE 2018

RONIVAL SOARES SANTOS

PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

TERMO DE DISTRATO Nº 002/2018.

REFERENTE CONTRATO Nº 024/2018/SMEC/PMLO

CONTRATADA: FABIANA JEAN DA SILVA

OBJETO: CONTRATO TEMPORÁRIO - Professora de Nível médio

DATA DO DISTRATO: **07/05/2018**

TERMO DE DISTRATO Nº 003/2018.

REFERENTE CONTRATO Nº 012/2018/SMEC/PMLO

CONTRATADO: JACKSON SANTOS COCHEV

OBJETO: CONTRATO TEMPORÁRIO - Professor Nível Superior

DATA DO DISTRATO: **21/05/2018**

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 100/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia em caráter temporário Membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do município e dá providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas e, com fulcro no disposto na Lei Federal N° 8.069, de 13/07/90, com a nova redação dada pela Lei N ° 8.242, de 12/10/91 e, arts 24 e 27, parágrafo único da Lei Municipal N° 15, de 30/04/93 e, Lei Nº 177 de 30/06/2004;de acordo com a Lei Municipal n° 214 de 22/08/2005.

Considerando: A portaria 86/2018 que concede férias a servidora Vera Adriana Felix dos Santos.

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear em caráter temporário Membro Suplente do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município, pelo prazo de 30 dias conforme discriminado abaixo.

MEMBRO SUPLENTE:

ELAINE BENTO VITTORAZZI DA SILVA

Conselheira Tutelar

Período: 02/07/2018 a 31/07/2018

Art. 2º - O exercício da função, a remuneração, eventual perda do mandato e impedimento dos Conselheiros Tutelares eleitos, nomeados e empossados, estão disciplinados na legislação pertinente em vigor.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações constantes na Lei Orçamentária Anual de cada exercício, operacionalizada de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias correspondentes, suplementadas, se necessário, na forma da Lei.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando efeitos a partir do dia 02 de julho de 2018.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte nove dias do mês de junho de dois mil e dezoito.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2018

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei n.º8.666/93 e alterações posteriores, em vista ao processo concluído pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Luciara.

RESOLVE:

RATIFICAR a contratação da empresa VITOR MEGARON GOMES SANTOS-ME, inscrita no CNPJ 29.886.732/0001-02, para prestação de serviço de locação de palco, som e iluminação, para as XXVIII FESTEC, processada através de DISPENSA DE LICITAÇÃO (Processo 029/2018 – Dispensa de licitação 005/2018), por falta de interessados em participar de certames anteriores, conforme Artigo 24 da Lei 8.666/93.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 28 de Junho de 2018.

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N.º 017/2018

PROCESSO N.º 029/2018

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT

FORNECEDOR: VITOR MEGARON GOMES SANTOS-ME, CNPJ nº: 29.886.732/0001-02.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE PALCO, SOM E ILUMINAÇÃO, PARA XXVIII FESTEC 2018, A SER REALIZADO NA PRAIA EM FRENTE À CIDADE DE LUCIARA NO PERIODO DE 07/07/2018 A 22/07/2018

VALOR DA DL: R$ 76.200,00 (setenta e seis mil e duzentos reais).

Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Luciara-MT, em 28 de junho de 2018.

Arilson Silva Sales

PRESIDENTE

SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 018/2018

CONTRATO N.º 018/2018

PROCESSO N.º 030/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO 006/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT

CONTRATADO: PARASSU DE SOUZA FREITAS-ME **– CNPJ** 97.482.491/0001-96

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA E FETHAB.

VALOR: R$ 598.750,00 (quinhentos e noventa e oito mil e setecentos e cinquenta reais).

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE:

2002 – MANUTENÇÃO DAS DESPESAS COM O GABINETE DO PREFEITO.

118 – 02.001 – 04.122.0003.2002 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.

2011 – MANUTENÇÃO COM AS DESPESAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

25 – 05.001 – 12.361.0042.2011 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.

2014 – MANUTENÇÃO COM TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE).

17 – 05.001 – 12.361.0042.2014 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.

2021 – MANUTENÇÃO COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

74 – 06.002 – 10.301.0012.2021 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.

2031 – MANUTENÇÃO ENCARGOS COM O CONSELHO TUTELAR.

219 – 07.0001 – 08.243.0090.2031 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.

2032 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES COM O FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL.

102 – 07.001 – 08.244.0090.2032 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.

2032 – MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA DE AGRICULTURA

160 – 08.001 – 20.602.0004.2033 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.

2036 – MANUTENÇÃO DAS DESPESAS COM A SECRETARIA E OBRAS

182 - 09.001 – 04.122.0003.2036 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.

2038 – MANUTENÇÃO COM FETHAB

176 – 09.001 – 26.782.0101.2038 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.

2040 – MANUTENÇÃO DE ESTRADAS ESTADUAIS NÃO PAVIMENTADAS

173 – 09.001 -26.782.0003.2040 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.

2041 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

190 – 10.001 - 13.392.0046.2041 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.

2043 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

206 – 12.001 – 27.812.0044.2043 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.

PRAZO: 6 meses

DATA DA ASSINATURA: 29 de junho de 2018.

Arilson Silva Sales

PRESIDENTE CPL

SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 006/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 006/2018

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei n.º8.666/93 e alterações posteriores, em vista ao processo concluído pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Luciara,

RESOLVE:

RATIFICAR a contratação da empresa PARASSU DE SOUZA FREITAS-ME, inscrita no CNPJ 97.482.491/0001-96, para fornecimento de combustíveis para as secretarias da Prefeitura Municipal de Luciara e Fethab, processada através de DISPENSA DE LICITAÇÃO (Processo 030/2018 – Dispensa de licitação 006/2018), por falta de interessados em participar de certames anteriores, conforme Artigo 24 da Lei 8.666/93.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 29 de Junho de 2018.

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
LEI COMPLEMENTAR Nº 148, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

AUTOR DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR: PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 004/2018.

SÚMULA: "Institui a definição de conduta de maus-tratos prática contra a fauna doméstica e estabelece multa e sanção administrativa a quem os praticar, seja pessoa física ou pessoa jurídica no âmbito do município de Matupá e dá outras providências".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída a lei que define a conduta de maus-tratos praticada contra a fauna doméstica, estabelecendo normas de coibição, multa e sanção administrativa a pessoas físicas ou pessoas jurídicas que violarem as normas aqui presentes, não obstante as normas constitucionais e infraconstitucionais de proteção e defesa dos direitos da fauna doméstica.

Art. 2º - Compreende-se por maus-tratos em conceito amplo contra a fauna doméstica ato comissivo ou omissivo praticado com crueldade, desleixo, ausência de alimentação essencial adequada, excesso de serviço, tortura, abandono, manutenção de animais em condições inadequadas, uso de animais feridos para qualquer atividade que não seja o de cuidado imediato e tratamento conforme condição clínica por profissional devidamente qualificado, instalações e gaiolas inadequadas ou impróprias à espécie, uso em experiências

Art. 3º - O Poder Executivo tomará todas as providências para o fiel cumprimento desta Lei, podendo atuar diretamente pelos órgãos competentes de suas secretarias ou por meio de parcerias público-privadas, parcerias com associações, convênios e similares, conforme os processos administrativo-legais constantes na legislação vigente.

Art 4º - Esta Lei se pauta nas seguintes diretrizes:

I – Promoção da fauna doméstica

II – Proteção da vida, saúde e integridade física e emocional da fauna doméstica;

III – Prevenção visando ao combate dos maus-tratos à fauna doméstica;

IV – Resgate e recuperação da fauna doméstica vítima de crueldade e maus-tratos;

V – Defesa dos direitos da fauna doméstica, conforme normas constitucionais e leis infraconstitucionais;

Art. 5º - Para os fins desta Lei, entendem-se, a título stricto sensu, os maus-tratos à fauna doméstica:

I – Não fornecer alimentação e/ou água adequadas;

II – Lesar, agredir, espancar, violentar, causando-lhe dor, danos ou morte;

III – Mutilar órgãos ou membros;

IV – Açoitar ou castigar, causando-lhe incômodo ou dor psicológica, lesão leve, grave ou morte;

V – Abandonar, não importando o local ou situação;

VI – Obrigar a realizar atividades de forma excessiva ou submeter a ambientes inadequados, resultando-

lhe dor, danos ou morte, mesmo que para fins de adestramento;

VII – Criar, manter, expor em local insalubre, sem segurança, limpeza e desinfecção,privando-lhe ou não da respiração, movimento, descanso, ar ou luz, resultando-lhe ou não lesão leve, grave ou morte;

VIII – Transportar em veículo inadequado ou gaiolas ou caixas de transporte inapropriadas para a espécie, acarretando-lhe desconforto ou lesão ao bem-estar físico e psíquico;

IX – Utilizar para “rixa de galo”, lutas, confronto entre a mesma espécie ou espécies diferentes ou incentivar tal comportamento e atitude onde estiver ou em rituais religiosos;

X – Envenenar, restando-lhe danos reversíveis ou irreversíveis ou morte;

XI – Deixar de realizar a eutanásia cujo diagnóstico foi realizado por médico veterinário competente, a saber, sendo a única alternativa;

XII – Abusar sexualmente;

XIII – Promover perturbação psicológica e comportamental, ofendendo o animal ou não;

XIV – Golpear involuntariamente, causando-lhe lesão leve, grave ou morte;

XV – Não prestar socorro ou assistência veterinária à fauna doméstica doente, ferido,atropelado ou impossibilitado de se locomover, comer ou beber água;

XVI – Privar de abrigo de chuva ou luz solar;

XVII – Abater para consumo;

XVIII – Sacrificar com métodos não humanitários ou não aconselhados pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV;

XIX – Divulgar, publicar, incentivar, expor qualquer ideia ou sugestão de maus-tratos à fauna doméstica;

XX – Promover sorteios, ação entre amigos, bingos, rifas ou eventos em que constem como prêmios animais vivos;

XXI – Vender ou doar animal doméstico para menores de idade e incapazes civilmente, senão pela presença e autorização por documento escrito do responsável legal;

XXII – Outras ações ou omissões atestadas por médico veterinário.

Parágrafo único – As ações, comportamentos, condutas e atitudes constantes nos dispositivos desse artigo não excluem outras práticas consideradas maus-tratos, não sendo apresentado exaustivo, podendo ser entendido como maus-tratos qualquer ato contra à saúde, bem-estar físico e psíquico do animal ou que acarrete seu óbito.

Art. 6º - A ação ou omissão que gera os maus-tratos ao animal vinculará objetivamente o infrator à multa administrativa, além de outras sanções legais cabíveis na legislação vigente:

§1° – Na aplicação da multa administrativa em face dos maus-tratos praticados pelo infrator,serão observados os seguintes limites:

I – Em caso de maus-tratos contra animal ou abandono em vias públicas, que não resultem lesão leve ou grave ou morte, ou resulte no recolhimento do animal, o pagamento de meio UPF-MT;

II – Em caso de maus-tratos que acarretem lesão leve ou grave ao animal o pagamento de 03

UPF-MT;

III – Em caso de maus-tratos que levem o animal a óbito o pagamento de 06 UFM.

§2° – Caso haja mais de um animal em situação de maus-tratos, portanto, a multa administrativa será majorada em até 1/3.

§3° - Caso haja reincidência de maus-tratos no mesmo exercício fiscal, portanto, a multa administrativa será duplicada por cada animal da fauna doméstica.

§3° - O infrator é obrigado a levar o animal da fauna doméstica vítima de maus-tratos à assistência veterinária qualificada, sob pena de ter a multa administrativa triplicada e o animal recolhido pela Secretaria de meio ambiente.

§3° – As despesas com a assistência veterinária correrão contra o infrator, devendo este pagar todos os trâmites de assistência de saúde ao(s) animal(is) da fauna doméstica.

Art.7º - A pessoa jurídica que incorrer em infração desta Lei não poderá por um ano participar de certame público de pregão, convênio, parceria público-privada ou outro processo que envolva contrato licitatório ou não com o Poder Público municipal e ainda arcar com as multas nesta lei estatuídas, bem como com o capitulado no § 3º da do Artigo 6º.

Art. 8º – As multas administrativas constantes nesta Lei serão recolhidas pela Prefeitura de Matupá e repassadas às atividades referentes ao bem-estar animal que estão vinculadas à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Matupá ou à associações que se destinem a acolher e cuidar desses animais.

Art. 9º - Poderão ser recolhidos os animais pela Secretaria de Meio Ambiente ou equipes destinadas a esse trabalho, ao lugar disponibilizado co-

mo Canil pela Prefeitura de Matupá ou serem entregues para associações destinadas a receber e cuidar dos mesmos, que tiverem parceria com o Poder Executivo e Secretaria de Meio Ambiente.

Art.10º - Poderão ser recolhidos cães, gatos e equídeos;

I – Que estejam pondo em perigo a segurança ou a saúde da população em vias públicas.

II – Vítimas de maus-tratos encaminhadas pela Polícia ou outro órgão público responsável.

III – Vítimas de atropelamentos.

IV – Animais sem donos, solto em vias públicas, urbanas ou rurais.

Art.11º - O recolhimento dos animais observará procedimentos protetores de manejo de transporte e de averiguação de possíveis proprietários.

Art. 12º - Os proprietários terão o prazo de 15 (quinze) dias, para buscar seu animal recolhido, e deverão arcar com as custas obtidas com tratamentos e alimentação do animal, bem como provar ser o dono. Após esse prazo o animal será disponibilizado para doação.

Art. 13º - O proprietário do animal a ser recolhido não terá direito a qualquer tipo de indenização nos casos de dano ou óbito do mesmo, ou por eventuais danos matérias ou pessoais causados pelo animal durante o recolhimento.

Art. 14º – A adoção de animais recolhidos e sem donos, poderá ocorrer durante a realização de feiras de adoção, ou nas localidades em que estiverem os animais em dias e horários definidos para o atendimento ao público, sendo os animais entregues somente depois de estarem livres de doenças ou com a assinatura do adotante se responsabilizando pelos cuidados do animal.

Art. 15º - Revogam-se as disposições ao contrário.

Art. 16° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, aos vinte oito dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezoito.

VALTER MIOTTO FERREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 045/2017

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: IURGUEN ARAI SCHWIRCK - ME

OBJETO: "**TOMADA DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT",** de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 041/2017 do respectivo **Tomada de Preço nº 09/2017.**

OBJETIVO: - Fica alterada a Cláusula Nona, e,**que passa a vigorar com a seguinte redação:**

O novo prazo de **vigência e execução** do contrato é aditado em 185 (cento e oitenta e cinco) dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **31 DE DEZEMBRO DE 2018,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 28/06/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 043/2017

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: CONSTRULOGO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME

OBJETO: "**TOMADA DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT",** de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 027/2017 do respectivo **Tomada de Preço nº 07/2017.**

OBJETIVO: Fica alterada a Cláusula Nona que passa a vigorar com a seguinte redação:

O novo prazo de **vigência** do contrato é aditado em 185 (cento e oitenta e cinco) dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **31 DE DEZEMBRO DE 2018,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 28/06/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE ENGENHARIA Nº. 070/2016

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **REBEQUI & CIA LTDA- ME**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA INFRAESTRUTURA URBANA – IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS PÚBLICAS URBANAS DO BAIRRO ZR-001 NO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 819439/2015 PROCESSO CAIXA Nº 2628.1024985-20/2015 FIRMADOS ENTRE A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT. Contidas nos anexos do Edital 092/2016, TOMADA DE PREÇO 013/2016, com fornecimento pela empresa contratada de todos** os materiais, equipamentos, peças e serviços**.**

OBJETIVO: Ficam alteradas as Cláusulas Quinta e Sexta, que passam a vigorar com as seguintes redações:

O novo prazo de **Vigência e Execução** do contrato é aditado em 185 (cento e oitenta e cinco) dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **31 DE DEZEMBRO DE 2018,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 28/06/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N. 078/2017

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **T F ENGENHARIA EIRELI – ME**

OBJETO: "**TOMADA DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT",** de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 027/2017 do respectivo **Tomada de Preço nº 07/2017.**

OBJETIVO: O novo prazo de **vigência** do presente termo de contrato é aditado em 90 (noventa) dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **29 DE SETEMBRO DE 2018,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 28/06/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N. 087/2017

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **T F ENGENHARIA EIRELI – ME**

OBJETO: "**TOMADA DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS PADRÃO ALIMENTADORA NO PROJETO ASSENTAMENTO SÃO JOSÉ UNIÃO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT",** de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 091/2017 do respectivo **Tomada de Preço nº 017/2017.**

OBJETIVO: O novo prazo de **vigência** do presente termo de contrato é aditado em 90 (noventa) dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **29 DE SETEMBRO DE 2018,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 28/06/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº 024/2016

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **C S DA ROCHA E CIA LTDA**

OBJETO: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DA CRECHE PROJETO PRÓ-INFÂNCIA TIPO 2 POR INTERMÉDIO DO TERMO DE COMPROMISSO PAC2 7282/2013 CONSOANTES AS REGRAS DEFINIDAS NA RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 13/2012 SOLICITADA PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO".**

OBJETIVO: Ficam alteradas as Cláusulas Quinta e Sexta, que passam a vigorar com as seguintes redações:

O novo prazo de **Vigência e Execução** do contrato é aditado em 90 (noventa) dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **29 DE SETEMBRO DE 2018,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 28/06/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA

PORTARIA Nº 039 DE 28 DE JUNHO DE 2018.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO E ANTECIPA HORÁRIO DA SESSÃO ORDINARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A VEREADORA MARLI ANDROMEDE FERREIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Usando de suas legais atribuições:

Considerando a classificação da seleção Brasileira para as oitavas de final, e que o jogo será realizado as 10:00 horas da manhã da segunda-feira;

Considerando o requerimento solicitando a antecipação do horário da Sessão Ordinária do dia 02/07/2018 para as 08:00 horas requerido pelos Vereadores;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º. – Fica estabelecido Ponto Facultativo na Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, no dia:

02 de julho de 2018 – no horário das 12:00 as 18:00 horas.

ARTIGO 2º. – Fica a **Sessão Ordinária do dia 02 de julho de 2018 antecipada para as 08:00 da manhã.**

ARTIGO 3º. No horário mencionado no Artigo anterior desta Portaria, ficam convocados os Servidores do Setor administrativo e serviços gerais para assessorar a Sessão Ordinária.

ARTIGO 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, em 28 de junho de 2018.

MARLI ANDROMEDE FERREIRA

PRESIDENTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 322 DE 29 DE JUNHO DE 2018

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar o servidor, DENILSON MAIA DE MELO, Gerente de Educação, matrícula nº 27181, CPF nº 025.910.618-66 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 028/2018** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D' OESTE e a Empresa BRAVA TELECOMUNICAÇÕES CÁCERES LTDA, CNPJ nº 10.400.790/0001-56, que tem como objeto a contratação de serviços de internet da Secretaria de Educação, nos termos da Dispensa nº 26/2018.

Art. 2º - Fica designada para substituta, nos impedimentos, a servidora CLEIDE MARIA DA SILVA BATISTA, Professora, Matricula nº 764, e CPF nº 025.910.618-66.

Art. 3º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 29 de junho de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 051/2018

DECRETO N.º 051/2018

"Dispõe sobre Mudança de Horário de Funcionamento da Prefeitura Municipal de Nobres/MT, na quarta-feira período do Jogo da Seleção Brasileira na Copa do Mundo, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. Leocir Hanel**,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, **DECRETA:**

Art. 1º Fica decretado que na segunda-feira data de **02 de julho de 2018,** o horário de funcionamento na Sede da Prefeitura Municipal de Nobres/MT, será das **13:00 às 18:00 hs**, e que a partir do dia **03 de julho de 2018** voltará o horário normal que é das **07:00 às 11:00** e das **13:00 às 17:00hs**.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres, 29 de junho de 2018.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DE ADITIVO.

5° ADITIVO CONTRATO Nº 97/2014 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres ea empresa **FONSECA MANFRIN & CIA LTDA,** CNPJ N° 36.933.695/0001-01. **Objeto: Contrato de Prestação de Serviço Hospitalares – Internação e Atendimento de Urgência e Emergência 24 Horas em Clinica Medica para o Atendimento aos Usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Nobres/MT**.**Valor:** R$ 1.132.951,68 (um milhão, cento e trinta e dois mil, novecentos e cinquenta e um reais e sessenta e oito centavos). **Data:** 25/06/2018. **Prazo:** 06 (seis) meses. Assinam – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres e **FONSECA MANFRIN & CIA LTDA** – Contratado.

ADMINISTRAÇÃO
PARALISAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E SIMPLIFICADO

ERRATA Nº 04

EDITAL 01/2018 PARALISAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E SIMPLIFICADO

Por sugestão do Ministério Público estadual da Comarca de Nobres, a Comissão do Processo Seletivo Público e Simplificado nº 01/2018, **TORNA PÚBLICO**, a Paralisação do mesmo, que estava previsto para realização no dia 24 de Junho de 2018.

Oportunamente será defenida uma nova data.

Publica-se 22 de Junho de 2018.

Comissão de Processo Seletivo Público e Simplificado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

JURÍDICO
PORTARIA Nº 317, DE 29 DE JUNHO DE 2018

PORTARIA Nº 317, DE 29 DE JUNHO DE 2018

NOMEIA CONSELHEIROS TITULARES E SUPLENTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Nortelândia, Sr. JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo e, com fundamentos nos Artigos 4º e 5º da Lei nº 462/2011, de 17 de maio de 2018, e no Decreto nº 279/2018, de 22 de maio de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear as pessoas abaixo relacionadas como Conselheiros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal de Turismo do Município de Nortelândia, representando os seguintes Órgãos e Entidades:

I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

a) REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AGRICULTURA

TITULAR: Benedito Hudson Monteiro e Mayer

SUPLENTE: Valdey Souto Cardoso

b) REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER.

TITULAR: Vagnir Barbosa Batista

SUPLENTE: Scarlath Rodrigues Silva

c) REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS

TITULAR: Thiago José dos Santos

SUPLENTE: Rosa Helena Dada Silva

d) REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TITULAR: Elena Regina Campanholi

SUPLENTE: Aline Galvão Itacaramby

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:

a) REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE NORTELÂNDIA-MT

TITULAR: Sidneide Delmondes Aragão

SUPLENTE: Maria Íris Lopes Mascarenhas

b) REPRESENTANTES DO SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE NORTELÂNDIA-MT

TITULAR: Sandro Bandeira dos Santos

SUPLENTE: Gonçalo Antunes de Campos

c) REPRESENTANTES DA IGREJA CATÓLICA

TITULAR: Roseli Aparecida de França

SUPLENTE: Valdina Ascari

d) REPRESENTANTES DE PROFISSIONAIS/EMPRESÁRIOS ÁREA DO TURISMO

TITULAR: Vânio Barbosa Batista

SUPLENTE: Eliezer Neto Benevides

Art. 2º Os conselheiros nomeados no art. 1º exercerão o mandato por 02 (dois) anos, sendo permitida a recondução por igual período, conforme o § 2º do art. 4º da Lei n° 462/2018, de 17 de maio de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 29º dia do mês de junho de 2018, 65º da Emancipação Político-Administrativa. (29/06/2018)

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JÚLIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2018

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2018

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, comunica aos interessados que será realizada Licitação na modalidade Pregão Presencial, com o objeto a aquisição **AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL, COLORIDO, EM MADEIRA PLÁSTICA COM COLUNAS DE ALUMÍNIO,**

FABRICADO COM MATERIAL SUPER RESISTENTE E ATÓXICO CONFORME CONSTA NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) do Edital. Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM Data de Abertura: 13 de julho **de 2018. Horário: 08:30 horas.** Local: Avenida Prefeito João Macauba, 82, Centro, Nortelândia-MT, CEP: 78430-000. O edital completo e seus anexos estarão disponíveis no site www.nortelandia.mt.gov.br/transparencia, ou na sede da Prefeitura Municipal, telefone (65) 3346-1411, ou por solicitação no e-mail: licitacaonortelandia@hotmail.com .

Nortelândia-MT, 29 de junho de 2018.

Bruna Beato de Micheli

Pregoeira Oficial

JURÍDICO
DECRETO Nº 280/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018

DECRETO Nº 280/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018

OUTORGA PERMISSÃO DE USO DO QUIOSQUE Nº 01, FRENTE PARA A AVENIDA PREFEITO JOÃO MACAÚBA, DA PRAÇA EDGAR DE ARAÚJO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, Sr. Jossimar josé Fernandes, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando que foi realizado certame licitatório para Concessão Administrativa de Direito Real de Uso sobre Quiosque localizado na Praça Edgar de Araújo, sem que socorressem participantes interessados, mesmo após ampla divulgação e prorrogação dos prazos para apresentação de propostas, conforme ata de resultado da Concorrência Pública nº 001/2018, publicada em 30/05/2018 do JOEMMT, Ano XIII, Edição nº 2.989, pág. 290;

Considerando a necessidade de o imóvel objeto deste decreto ser reformado e ter utilidade, e que o mesmo se encontra sob depreciação, sendo necessário a realização de investimentos, e que o Município de Nortelândia não tem capacidade financeira para promover tais reformas/adequações, e ainda que a exploração econômica de tal espaço pela Administração Pública é inviável;

Considerando o disposto no artigo 117, § 3º, da Lei Orgânica do Município, e os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, e que a finalidade do uso do aludido bem não está sendo atingida, e que a população se encontra desservida de espaço de lazer público e alimentação na Praça Municipal, tendo que se deslocar até mesmo para o Município vizinho em decorrência do fechamento do Quiosque objeto do presente decreto,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada à empresa **SULANY BEZERRA SAMPAIO, MEI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.430.940/0001-81**, estabelecida na Avenida Prefeito João Macaúba, s/nº, Centro, na sede deste Município de Nortelândia – MT, através de sua representante legal a Senhora Sulany Bezerra Sampaio, brasileira, convivente, empresária individual, portadora da Carteira de Identidade com RG nº 1539876-6, expedida pela SEJUSP/MT em 03/04/2012, e inscrita no CPF/MF sob o nº 002.806.11-02, residente na Rua Gonçalves Ledo, s/nº, Bairro São Mateus, Arenápolis - MT, a permissão de uso do quiosque nº 01, instalado na Praça Edgar de Araújo, frente para Avenida Prefeito João Macaúba, e respectiva área de 85 m² (oitenta e cinco metros quadrados), de propriedade do Município, para comercialização exclusiva de gêneros alimentícios e bebidas.

A permissão de uso de que trata este decreto é outorgada a título precário e por tempo indeterminado, ressalvado o direito ao uso da respectiva pelo período mínimo de 05 (cinco) anos em razão dos investimentos que serão realizados e pela natureza do tipo de comércio a ser desenvolvido.

Parágrafo único. O permissionário não poderá transferir a permissão em favor de terceiros, e caso não queira mais usufruir desta permissão, deverá protocolar termo de desistência na Prefeitura Municipal.

O permissionário pagará à Prefeitura Municipal, exclusivamente na Unidade de Arrecadação, em decorrência da permissão de uso, a importância mensal de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao de referência.

§ 1º Os valores objeto da permissão serão repassados à Conta Movimento do Município, por meio de pagamento da Guia Municipal de Arrecadação.

§ 2º O preço público estabelecido neste decreto será anualmente reajustado pelo Departamento de Tributação e Cadastro, de acordo com a legislação municipal aplicável à espécie.

§ 3º Correrão também por conta do permissionário as despesas decorrentes do fornecimento de água tratada e de energia elétrica.

§ 4º O Permissionário terá direito ao abatimento dos valores gastos com a reforma e adequações que tiver realizado no imóvel para o início do exercício de suas atividades, conforme avaliação e aprovação de profissional competente da Prefeitura Municipal de Nortelândia, e as despesas de material e serviços deverão ser aceitas se comprovadas mediante a apresentação das respectivas notas fiscais.

§ 5º Logo após abatidos os gastos efetuados pela permissionária, terá carência de 03 (três) meses para iniciar o pagamento do preço público descrito no caput deste artigo.

§ 6º Havendo necessidade de readequação do valor, o permitente e o permissionário avençarão o novo valor mediante assinatura de termo aditivo ao termo de permissão a ser assinado após a publicação do presente decreto.

Art. 4º Durante a vigência da permissão de uso, obriga-se o permissionário a cumprir, sob pena de revogação, as seguintes condições:

I - receber o imóvel com a finalidade de explorá-lo comercialmente no ramo do comércio de alimentos e bebidas (lanchonete/restaurante), devendo seu uso seguir as demais disposições existentes na legislação municipal, estadual e federal quanto à operação e condições sanitárias, não podendo aluga-lo, cedê-lo, emprestá-lo, ou, de qualquer forma, transferi-lo a terceiros;

II - promover o uso do imóvel zelosamente, mantendo-o sempre limpo e cuidado, executando às suas custas todos os serviços de reparação e conservação que se fizerem necessários. Quaisquer alterações ou benfeitorias a serem realizadas no quiosque ou em sua área dependerão de autorização prévia e por escrito do PERMITENTE e se incorporarão ao imóvel, sem que ao PERMISSIONÁRIO assista direito de indenização ou retenção;

III - efetuar o pagamento de quaisquer taxas ou impostos que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, bem como pelas tarifas de água, energia elétrica, telefone e coleta de lixo;

IV - respeitar a área objeto da presente permissão e utilizá-la rigorosamente na atividade acima mencionada;

V - prestar manutenção permanente na área, na área de circulação que integram o espaço, correndo por sua conta todas as despesas com material de consumo, limpeza, higiene e conservação;

VI - realizar limpeza diária no quiosque e área de circulação;

VII - pagar todas as despesas, taxas, alvarás, emolumentos ou tributos em geral, decorrentes da exploração da atividade comercial desenvolvida;

VIII - responsabilizar-se pelo pagamento de todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e quaisquer outros incidentes ou decorrentes da presente permissão e da atividade nela inserida;

IX - pagar mensalmente à CONCEDENTE o valor estipulado no artigo 3º, deste decreto, sujeitando-se ao seu prazo de vencimento, correção monetária, juros, multa e forma de reajustamento ali mencionada;

X - instalar às suas expensas, todos os equipamentos, móveis ou utensílios necessários à exploração de sua atividade comercial, os quais, ao final da presente concessão, deverão ser pelo mesmo retirados do local, sem qualquer ônus à PERMITENTE;

XI - responsabilizar-se junto à PERMITENTE por quaisquer danos ocasionados ao patrimônio público, quando da instalação ou retirada dos equipamentos necessários à exploração da atividade comercial desenvolvida;

XII - assegurar à PERMITENTE, por seus servidores ou prepostos, livre acesso para fiscalização da atividade comercial, bem como do cumprimento das condições ora pactuadas;

XIII - respeitar todas as normas urbanísticas e de postura da PERMITENTE;

XIV - assumir o controle mensal dos gastos com energia elétrica, água e telefone;

XV - não vender e nem permitir o consumo de bebidas alcoólicas por menores de 18 (dezoito) anos, nas dependências do quiosque, sob pena de motivar a rescisão do presente contrato, além das demais penalidades previstas em lei;

XVI - não comercializar bebidas alcoólicas contidas em recipientes de vidro ou semelhantes, apenas em lata, garrafa PET ou de plástico, excepcionando-se esta regra apenas no caso de long neck;

XVII - o PERMISSIONÁRIO só poderá utilizar aparelhos de som em volume ambiente, que não incomode a população circunvizinha;

XVIII - deverá assinar um termo se enquadrando aos requisitos estabelecidos pela PERMITENTE para o funcionamento do local;

XIX - os móveis/equipamentos (mesas, cadeiras, etc) a serem implantados na parte externa dos quiosques deverão ser padronizados pela permissionária.

XX - não usar os quiosques para fins de pornografia, jogos de azar, propaganda política e comercialização de produtos de procedência duvidosa ou fraudulenta;

XXI - o Permissionário é responsável pela conservação e manutenção do Pergolado de Madeira que se localiza no perímetro do quiosque, conforme orientações da Secretaria de Administração;

XXII - os preços que vierem a ser praticados, no comércio, deverão acompanhar os preços correntes no município, e ficarão sujeitos à fiscalização municipal;

XXIII – o Permissionário deverá dar início à exploração da atividade comercial no quiosque no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a publicação deste decreto.

XXIV – não deixar de pagar o preço público por 03 (três) meses, sob pena de revogação da permissão;

O permissionário que infringir as disposições deste decreto ficará sujeito às seguintes punições:

I - comercializar mercadorias não autorizadas no artigo anterior: multa no valor equivalente a 5 UFINORT e apreensão das mercadorias.

II - comercializar mercadorias ou produtos não relacionados no item anterior, porém incompatíveis com a atividade prevista no artigo 1º, bem como infringir as demais disposições deste decreto: multa no valor equivalente a 7 UFINORT e apreensão das mercadorias ou produtos.

§ 1º Pela apreensão de mercadorias, produtos e objetos, o infrator pagará à Municipalidade preço público de transporte e depósito no valor de 10 UFIR ao dia, independentemente da liberação ou não dos mesmos, ou do pagamento das multas;

§ 2º Na reincidência, as multas serão aplicadas em dobro;

§ 3º Somente após pagas as multas e o preço público de transporte e depósito é que serão liberados os bens apreendidos, desde que dentro dos prazos estabelecidos neste decreto, exceto os alimentos de consumo humano, cuja procedência e inspeção sanitária não estejam devidamente identificados, os quais serão inutilizados;

§ 4º Os bens perecíveis poderão ser liberados na mesma data de apreensão e os não perecíveis até o limite de dez (10) dias, desde que cumprido o parágrafo anterior, após o que serão doados às entidades filantrópicas do Município de Nortelândia, o mesmo podendo ser feito, de imediato, quando a apreensão recair aos sábados, domingos, pontos facultativos e feriados;

§ 5º As punições previstas no presente decreto serão aplicadas sem prejuízo da revogação da permissão.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Sede do Município de Nortelândia-MT, aos vinte e nove dias do mês de junho de 2018, 65º da Emancipação Político-Administrativa. (29.06.2018)

Jossimar José Fernandes

Prefeito Municipal

Marlene Julia de Oliveira Scarpat

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

ATA DE REGISTRO DE REGISTRO 022 2018

ATA DE REGISTRO DE REGISTRO 022 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL *AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE,* PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO EMPRESA LUASI PAPEIS E LIVROS LTDA, PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 0417/2018 PREGÃO ELETRONICO Nº 04/2018 SRP - 12 (DOZE) MESES, AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o **Município de Nossa Senhora do Livramento,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma Pregão Eletrônico nº 004/2018 ARP, processo administrativo n.º 00417/2018,publicado no dia 25 de Junho de 2018 na AMM/MT Edição nº 3006 **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013,

FORNECEDOR: EMPRESA LUASI PAPEIS E LIVROS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 08.371.036/0001-93, estabelecida na Rua Barão de Melgaço, 2333 Bairro Centro Sul, município de Cuiabá/MT, CEP: 78020-800, representado pelo Sócio Luís Afonso da Silva, RG:0856927-4 SSP/MT e CPF: 537.721.131-68, residente e domiciliado na Rua Cursino do Amarante, nº 60, Apto 1504-A Bairro Centro Norte, município de Cuiabá-MT, CEP: 78055-235

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual ***aquisição de Materiais de Expediente,*** para atender as necessidades das Secretarias municipais de Nossa Senhora do Livramento/MT, de acordo com as características, quantidades e especificações estabelecidas no **Processo Administrativo: Nº. 0417/2018 Pregão Eletrônico Nº 04/2018** que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**EMPRESA LUASI PAPEIS E LIVROS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 08.371.036/0001-93					
Endereço:	Rua Barão de Melgaço, 2333 Bairro Centro Sul, município de Cuiabá/MT, CEP: 78020-800					
Contatos:	**65 3023-9060 email: luasipapeis@terra.com.br**					
Representante:	Luís Afonso da Silva					
Item	**Descrição**	**Und**	**Qdade**	**MARCA**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
22	Bloco anote e cole cores diversas 76mmx76mm neon pacote com 400 fls	PCT	200	CLASSE	R$ 7. 60	R$ 1. 520,00
33	Caneta cor azul, ponta de aço inox retrátil, grip em borracha macia, esfera de 0.7 mm corpo transparente. (caixa c/50 unidades	CX	50	BIC	R$ 34,00	R$ 1. 700,00
37	Caneta esferográfica corpo sextavada, ponta média (1.00mm) ponta de latão e esfera de tungstênio, tinta à base de corante orgânico e solvente na cor preta. Caixa com 50 unidades Com certificado de segurança do INMETRO.	CX	20	COMPACTOR	R$ 20,90	R$ 418,00
38	Caneta esferográfica corpo sextavada, ponta média (1.00mm) ponta de latão e esfera de tungstênio, tinta à base de corante orgânico e solvente na cor vermelha. Caixa com 50 unidades Com certificado de segurança do INMETRO.	CX	25	COMPACTOR	R$ 21,50	R$ 537,50
40	Caneta esferográfica na cor preta corpo único em plástico transparente resistente sextavado com ponta com esfera de tungstênio escrita fina, carga e tampa conectada ao corpo por encaixe. Aprovada pelo INMETRO. Caixa com 50 unidades.	CX	50	COMPACTOR	R$ 25,60	R$ 1. 280,00
41	Caneta esferográfica na cor vermelha corpo único em plástico transparente resistente sextavado com ponta com esfera de tungstênio escrita fina, carga e tampa conectada ao corpo por encaixe. Aprovada pelo INMETRO. Caixa com 50 unidades.	CX	50	COMPACTOR	R$ 25,00	R$ 1. 280,00
86	Envelope Saco para correspondência em papel Ouro formato 240x340mm.	UN	7800	SCRITY	R$ 0,20	R$ 1. 560,00
89	Envelope Saco para correspondência em papel Ouro formato 370x470mm.	UN	2500	SCRITY	R$ 0,78	R$ 1. 950,00
94	Espiral 17 mm. Cores diversas. (pacotes c/ 100 unidades)	PCT	75	LASSENE	R$ 25,60	R$ 1. 920,00
95	Espiral 20 mm. Cores diversas. (Pacotes c/ 80 unidades)	PCT	75	LASSENE	R$ 25,10	R$ 1. 882,50
R$ 14.048,00 (Catorze Mil Quarenta e Oito Reais)						

2.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

CLAUSULA TERCEIRA VALIDADE DA ATA

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA QUARTA REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata. 4.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

4.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4 Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.7.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

4.7.6 Por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas;

4.8 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.10. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

4.11. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

4.12. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste contrato.

a. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Contratada, relativas ao fornecimento.

b. Caso a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, o seu exclusivo critério, poder suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA QUINTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 5.1.1 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. 5.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 5.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 5.4 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, conforme a seguir:

a).Secretaria de Administração – **Jodirce de Miranda**

b). Secretaria de Educação – **Marlei Tavares Leite**

c). Secretaria de Saúde – **Kathea de Oliveira**

d). Secretaria de Ação Social – **Alessandra Marcia da Silva**

e). Secretaria de Obras – **Marcos Freitas**

f). Secretaria de Desenvolvimento – **José Carlos da Silva**

5.5 . Os fiscais acima citados deverão atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO LOCAL , PRAZO DE ENTREGA DO PRODUTO

6.1 *O prazo de entrega dos bens (materiais/produtos etc.) é de 05 (cinco) dias, contados dos emissão da ordem de fornecimento pelas secretarias, os produtos deverão ser entregues em cada secretaria e/ou nos locais de eventos com embalagens de acordo com a especificação do termo de referência.*

6.2 Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de 05(cinco) dias, pelo (responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. **6.3** Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste contrato e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02(dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. **6.4** Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. CLAUSULA SETIMA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, abaixo descrito.

SECRETARIA	RECURSO	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPE-ZA	FONTE	REDUZIDO
	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
SAÚDE	PROPRIO	2305 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	33.90.30.00	100	070085
SAUDE	PROPRIO	2030 – MAN ENCARGOS DA SAÚDE	33.90.30.00	100	070006
SAÚDE	FEDERAL	2305 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	33.90.30.00	114	070086
	TOTAL				
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
EDUCAÇÃO	PROPRIO	2045 – MAN. E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO	33.90.30.00	100	050016
EDUCAÇÃO	FEDERAL	2011 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO – GESTÃO	33.90.30.00	119	050067
EDUCAÇÃO	GESTÃO FUN-DEB	2104-MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO INFANATIL PRÉ-ESCOLA- FUN-DEB 40%	33.90.30.00	119	050096
EDUCAÇÃO	GESTÃO FUN-DEB	2012-MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE – FUNDEB 40%	33.90.30.00	119	050075
TOTAL					
	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
A.SOCIAL	FEDERAL	2024-MANUT.DO PAIF	33.90.30.00	129	060018
A.SOCIAL	FEDERAL	2027-MANUTENÇÃO APOIO A PESSOA IDOSA /API	33.90.30.00	143	060021
A.SOCIAL	FEDERAL	2028-MANUTENÇÃO DO IGD - SUAS	33.90.30.00	129	060026
A.SOCIAL	FEDERAL	2082-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGDBF-MUNCIPAL	33.90.30.00	129	060033
A.SOCIAL	PROPRIO	2090-FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	33.90.30.00	100	060037
A.SOCIAL	FEDERAL	2273-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO	33.90.30.00	129	060042
TOTAL					
	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA				
OOBRAS E INFRA ESTRU-TURA	PROPRIO	2 2074-MANUTENÇÃO ENCARGOS E SALÁRIOS	33.90.30.00	1 100	080006
TOTAL					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
SAD	PROPRIO	2089- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO	33.90.30.00	100	040021
	TOTAL				
	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL				
DESENVOLVIMENTO	PROPRIO	2036- MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA	33.90.30.00	100	100005
TOTAL					

8. CLAUSULA OITAVA DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E GARANTIAS

8.1 O bem de Material de Consumo fornecido deverá possuir garantia, referente a defeitos de fabricação, desempenho ou outros, por período mínimo de 12 (doze) meses e de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor.

8.3 A entrega dos materiais serão realizadas pela empresa contratada dentro dos horários conforme prazo estabelecidos no item

8.4 .A secretaria demandante emitirá uma ordem de fornecimento para a empresa vencerá que garantirá a entrega os produtos no prazo e horário local estabelecido.

9. CLAUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preço, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: **9.2** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta Ata de Registro de Preço, acompanhado da respectiva nota fiscal.

9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta Ata de Registro de Preço, o objeto com avarias ou defeitos;

9.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.8 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preço , que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

9.9 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

9.10 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência a Secretaria Municipal de Saúde, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

9.11 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

9.12 Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos medicamentos/material Hospitalar, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

9.13 A falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

9.14 Comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

9.15 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

9.16 Fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

9.17 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.18 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pelo mesmo, no prazo de 24 horas, caso constatado divergências nas especificações.

9.19 Emitir relatório mensal dos produtoss realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos.

9.20 Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

9.21 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

9.22 Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura;

9.23 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

9.24 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

9.25 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

9.26 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos/equipamentos ou prestação dos serviços, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

9.27 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, sobre os Materiais ofertados.

9.28 É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seu produto ou serviço atenda as condições exigidas.

9.29 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9.29 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta Ata de Registro de Preço, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a:*marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

10. CLAUSULA DECIMA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações da Contratante:

10.1.1 Receber os produtos e materiais no prazo e condições estabelecidas no processo e seus anexos;

10.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos e materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes no processo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos na proposta;

10.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente Ata de Registro de Preço, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3 A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

11. CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo repasse do percentual determinado.

11.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

11.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

11.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso ou negociação.

11.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento**.

12 CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito bancário, até o 5º dia útil subseqüente ao recebimento definitivo do objeto, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93. 12.2O pagamento será efetuado conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. 12.3O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. 12.4O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos materiais do presente pregão, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011. 12.5A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. 12.6Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados. 12.7Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. 12.8Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital. 12.9A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada. 12.10 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. 12.11 A Contratante poderá recusar materiais de consumo quando: 12.12 Nota fiscal com especificação e quantidades em desacordo com o discriminado no edital; 12.13 Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos do edital. 12.14 Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de e-mail institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria. 12.15 Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe; 12.16 Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente. 12.17 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo se já houver retenção cautelar, ou garantia contratual, suficientes para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

13.CLAUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3 Fraudar na execução do contrato;

13.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5 Cometer fraude fiscal;

13.1.6 Não mantiver a proposta.

13.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.2 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.3 Multa moratória de até 05(cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10(dez) dias;

13.2.3.1 Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

13.2.3.2 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.2.3. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.4.1. Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.4.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3 Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

13.3.2 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.3.3 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.3.4 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.5 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.5.2 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14. CLAUSULA DECIMA QUARTA DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15. CLAUSULA DECIMA QUINTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº 005/2018 e seus anexos e as propostas das classificadas.

16. CLAUSULA DECIMA SEXTA - DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 29 de Junho de 2018

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

EMPRESA LUASI PAPEIS E LIVROS LTDA

CNPJ Nº 08.371.036/0001-93

Representado pelo Sócio Luís Afonso da Silva

RG:0856927-4 SSP/MT e CPF: 537.721.131-68

ATA DE REGISTRO DE REGISTRO 023 2018

ATA DE REGISTRO DE REGISTRO 023 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL *AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE,* PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO EMPRESA PAPELARIA & INFORMATICA CENTRUS LTDA, PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 0417/2018 PREGÃO ELETRONICO Nº 04/2018 SRP - 12 (DOZE) MESES, AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o **Município de Nossa Senhora do Livramento,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma Pregão Eletrônico nº 004/2018 ARP, processo administrativo n.º 00417/2018,publicado no dia 25 de Junho de 2018 na AMM/MT Edição nº 3006 **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013,

FORNECEDOR: EMPRESA PAPELARIA & INFORMATICA CENTRUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 00.539.955/0001-11, estabelecida Rua Desembargador Trigo de Loureiro nº 508, Fundo Bairro Miguel Sutil, município de Cuiabá/MT, CEP: 78.048-455, representado por Socia/Administrador, Silvana Rodrigues Moreira da Silva RG: 900.581-1 SSP/MT e CPF: 592.948.251-91, residente e domiciliado na Trigo de Loureiro nº 508, Bairro Miguel Sutil, município de Cuiabá/MT, CEP: 78.048-455.

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual ***aquisição de Materiais de Expediente,*** para atender as necessidades das Secretarias municipais de Nossa Senhora do Livramento/MT, de acordo com as características, quantidades e especificações estabelecidas no **Processo Administrativo: Nº. 0417/2018 Pregão Eletrônico Nº 04/2018** que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**EMPRESA PAPELARIA & INFORMATICA CENTRUS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 00.539.955/0001-11					
Endereço:	Desembargador Trigo de Loureiro nº 508, Fundo Bairro Miguel Sutil, município de Cuiabá/MT, CEP: 78.048-455					
Contatos:	65 3023 2880 e-mail dpcentrus@terra.com.br					
Representante:	Silvana Rodrigues Moreira da Silva					
Item	**Descrição**	**Und**	**Qdade**	**MARCA**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
90	Espiral 07 mm. Cores diversas. (pacotes c/ 100 unidades)	PCT	75	MARES	R$ 8,60	R$ 645,00
93	Espiral 14 mm. Cores diversas. (pacotes c/ 100 unidade)	PCT	75	MARES	R$ 18,00	R$ 1,350,00
128	Grampo 9/10 - 23/10 fabricado com arame de aço revestido com prazo de validade indeterminado contendo 32 pentes com 157 grampos igual a 5024 grampos	CX	50	BRW	R$ 10,55	R$ 527,50
186	Pasta plástica classificadora com grampo trilho plástico. O produto deverá obedecer às normas técnicas pertinentes como nbr 9001. Cores diversas.	UN	220	DELLO	R$ 1,60	R$ 352,00
228	Tinta p/ carimbo à base de água, sem óleo, com 42 ml, cor azul, com dados e identificação do produto e marca do fabricante. Com certificado de segurança do INMETRO. Tinta para carimbo Pilot, 42ml azul. Pode ser usado em todos os tipos de almofada, à base de água possui composição química especial. Características: - Para todos os tipos de almofadas - Composição química Esecial - Tinta á base de água.	UN	32	PILOT	R$ 5,88	R$ 188,16
231	Visores e etiquetas para pastas suspensa. Pacote com 50 unidades, Tamanho da etiqueta: 80 x 60mm, Cor: visor transparente e etiqueta branca. Material: etiqueta produzida em cartão offset (120g/m²) e visor de PVC.	UN	200	DELLO	R$ 6,25	R$ 1. 250,00
233	Caderno de desenho 48 folhas grande	UN	200	3D	R$ 3,50	R$ 700,00
235	Calculadora 08 dígitos eletronic solar + bateria tamanho médio.	UN	70	CLASSE	R$ 10,50	R$ 735,00
237	Gliter perolado transparente Partículas de PVC metalizadas. Com certificado de segurança do INMETRO. Marca brasileira. Pacote c/ 500 gramas cada.	PCT	10	LANTECOR	R$ 37,50	R$ 375,00
245	Quadro Lousa cor Verde 3.00 x 1.00	UN	5	GUEDES	R$ 171,00	R$ 855,00
Valor Total: R$ 6.977,66 (Seis Mil Novecentos e Setecentos e Sete Reais e Sessenta e Seis Centavos						

2.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

CLAUSULA TERCEIRA VALIDADE DA ATA

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA QUARTA REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata. 4.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

4.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4 Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.7.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

4.7.6 Por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas;

4.8 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.10. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

4.11. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

4.12. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste contrato.

a. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Contratada, relativas ao fornecimento.

b. Caso a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, o seu exclusivo critério, poder suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA QUINTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 5.1.1 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. 5.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 5.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 5.4 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, conforme a seguir:

a).Secretaria de Administração – **Jodirce de Miranda**

b). Secretaria de Educação – **Marlei Tavares Leite**

c). Secretaria de Saúde – **Kathea de Oliveira**

d). Secretaria de Ação Social – **Alessandra Marcia da Silva**

e). Secretaria de Obras – **Marcos Freitas**

f). Secretaria de Desenvolvimento – **José Carlos da Silva**

5.5 . Os fiscais acima citados deverão atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO LOCAL , PRAZO DE ENTREGA DO PRODUTO

6.1 *O prazo de entrega dos bens (materiais/produtos etc.) é de 05 (cinco) dias, contados dos emissão da ordem de fornecimento pelas secretarias, os produtos deverão ser entregues em cada secretaria e/ou nos locais de eventos com embalagens de acordo com a especificação do termo de referência.*

6.2 Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de 05(cinco) dias, pelo (responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. **6.3** Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste contrato e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02(dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. **6.4** Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. CLAUSULA SETIMA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, abaixo descrito.

SECRETARIA	RECURSO	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPEZA	FONTE	REDUZIDO
	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
SAÚDE	**PROPRIO**	**2305 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA**	33.90.30.00	100	070085
SAUDE	**PROPRIO**	**2030 – MAN ENCARGOS DA SAÚDE**	33.90.30.00	100	070006
SAÚDE	**FEDERAL**	**2305 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA**	33.90.30.00	114	070086
	TOTAL				
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
EDUCAÇÃO	**PROPRIO**	**2045 – MAN. E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO**	33.90.30.00	100	050016
EDUCAÇÃO	**FEDERAL**	**2011 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO – GESTÃO**	33.90.30.00	119	050067
EDUCAÇÃO	**GESTÃO FUNDEB**	**2104-MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO INFANATIL PRÉ-ESCOLA- FUNDEB 40%**	33.90.30.00	119	050096
EDUCAÇÃO	**GESTÃO FUNDEB**	**2012-MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE – FUNDEB 40%**	33.90.30.00	119	050075
TOTAL					
	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2024-MANUT.DO PAIF**	33.90.30.00	129	060018
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2027-MANUTENÇÃO APOIO A PESSOA IDOSA /API**	33.90.30.00	143	060021
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2028-MANUTENÇÃO DO IGD - SUAS**	33.90.30.00	129	060026
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2082-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGDBF-MUNCIPAL**	33.90.30.00	129	060033
A.SOCIAL	**PROPRIO**	**2090-FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA**	33.90.30.00	100	060037
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2273-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO**	33.90.30.00	129	060042
TOTAL					
	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA				
OOBRAS E INFRA ESTRUTURA	**PROPRIO**	**2 2074-MANUTENÇÃO ENCARGOS E SALÁRIOS**	33.90.30.00	1 100	080006
TOTAL					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
SAD	**PROPRIO**	**2089- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO**	33.90.30.00	100	040021
	TOTAL				
	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL				
DESENVOLVIMENTO	**PROPRIO**	**2036- MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA**	33.90.30.00	100	100005
TOTAL					

8. CLAUSULA OITAVA DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E GARANTIAS

8.1 O bem de Material de Consumo fornecido deverá possuir garantia, referente a defeitos de fabricação, desempenho ou outros, por período mínimo de 12 (doze) meses e de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor.

8.3 A entrega dos materiais serão realizadas pela empresa contratada dentro dos horários conforme prazo estabelecidos no item

8.4 .A secretaria demandante emitirá uma ordem de fornecimento para a empresa vencerá que garantirá a entrega os produtos no prazo e horário local estabelecido.

9. CLAUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preço, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: **9.2** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta Ata de Registro de Preço, acompanhado da respectiva nota fiscal.

9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta Ata de Registro de Preço, o objeto com avarias ou defeitos;

9.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.8 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preço, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

9.9 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

9.10 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência a Secretaria Municipal de Saúde, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

9.11 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

9.12 Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos medicamentos/material Hospitalar, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

9.13 A falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

9.14 Comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

9.15 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

9.16 Fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

9.17 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.18 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pelo mesmo, no prazo de 24 horas, caso constatado divergências nas especificações.

9.19 Emitir relatório mensal dos produtos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos.

9.20 Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

9.21 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

9.22 Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura;

9.23 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

9.24 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

9.25 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

9.26 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos/equipamentos ou prestação dos serviços, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

9.27 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, sobre os Materiais ofertados.

9.28 É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seu produto ou serviço atenda as condições exigidas.

9.29 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9.29 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta Ata de Registro de Preço, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a:*marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

10. CLAUSULA DECIMA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações da Contratante:

10.1.1 Receber os produtos e materiais no prazo e condições estabelecidas no processo e seus anexos;

10.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos e materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes no processo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos na proposta;

10.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente Ata de Registro de Preço, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3 A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

11. CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo repasse do percentual determinado.

11.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

11.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

11.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso ou negociação.

11.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento**.

12 CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito bancário, até o 5º dia útil subseqüente ao recebimento definitivo do objeto, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93. 12.2O pagamento será efetuado conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. 12.3O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. 12.4O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos materiais do presente pregão, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011. 12.5A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. 12.6Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados. 12.7Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. 12.8Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital. 12.9A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada. 12.10 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. 12.11 A Contratante poderá recusar materiais de consumo quando: 12.12 Nota fiscal com especificação e quantidades em desacordo com o discriminado no edital; 12.13 Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos do edital. 12.14 Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de e-mail institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria. 12.15 Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe; 12.16 Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente. 12.17 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo se já houver retenção cautelar, ou garantia contratual, suficientes para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

13.CLAUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3 Fraudar na execução do contrato;

13.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5 Cometer fraude fiscal;

13.1.6 Não mantiver a proposta.

13.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.2 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.3 Multa moratória de até 05(cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10(dez) dias;

13.2.3.1 Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

13.2.3.2 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.2.3. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.4.1. Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.4.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3 Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

13.3.2 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.3.3 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.3.4 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.5 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.5.2 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14. CLAUSULA DECIMA QUARTA DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15. CLAUSULA DECIMA QUINTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº 005/2018 e seus anexos e as propostas das classificadas.

16. CLAUSULA DECIMA SEXTA - DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 29 de Junho de 2018

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

EMPRESA PAPELARIA & INFORMATICA CENTRUS LTDA

CNPJ Nº 00.539.955/0001-11

Representado por Socia/Administrador Silvana Rodrigues Moreira da Silva

RG: 900.581-1 SSP/MT e CPF: 592.948.251-91

ATA DE REGISTRO DE REGISTRO 020/2018

ATA DE REGISTRO DE REGISTRO 020/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL *AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE,* PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO EMPRESA COMPATIVEL COMERCIO MATERIAIS PARA ESCRITORIO E INFORMATICA EIRELI ME, PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 0417/2018 PREGÃO ELETRONICO Nº 04/2018 SRP - 12 (DOZE) MESES, AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o **Município de Nossa Senhora do Livramento,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma Pregão Eletrônico nº 004/2018 ARP, processo administrativo n.º 00417/2018,publicado no dia 25 de Junho de 2018 na AMM/MT Edição nº 3006 **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013,

FORNECEDOR: EMPRESA COMPATIVEL COMERCIO MATERIAIS PARA ESCRITORIO E INFORMATICA EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 28.372.398/0001-06, com sede Rua Acácia Lot Chapéu do Sol, 18 Quadra 24 Bairro Petrópolis, município de Várzea Grande-MT CEP: 78.144-500, representado pelo Senhor Cristiano Felipe da Cruz Aragão Vasconcelos portador do RG: 1302507-4 e CPF: 974.967.151-15, residente e domiciliado na Rua Seis, Lote 18, Quadra 24, Fundos, Chapéu do Sol, município de Várzea Grande-MT

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual ***aquisição de Materiais de Expediente,*** para atender as necessidades das Secretarias municipais de Nossa Senhora do Livramento/MT, de acordo com as características, quantidades e especificações estabelecidas no **Processo Administrativo: Nº. 0417/2018 Pregão Eletronico Nº 04/2018** que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**COMPATIVEL COMERCIO MATERIAIS PARA ESCRITORIO E INFORMATICA EIRELI ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 28.372.398/0001-06					
Endereço:	Rua Acácia Lot Chapéu do Sol, 18 Quadra 24 Bairro Petrópolis, município de Várzea Grande-MT CEP: 78.144-500					
Contatos:	65 3362 0410 65 99940-3310 65 98432-9210 E MAIL: compativelcomercio@gmail.com					
Representante:	CRISTIANO FELIPE DA CRUZ ARAGÃO VASCONCELOS					
Item/Lote	**Material**	**Und**	**Qdade**	**Marca**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	Adaptador para tomada entrada 02 pinos com saída para 03 pinos Adaptador tomada 2P+T NBR/UNIV 10A-250V Aceita plugue macho dois pinos chatos, padrão NEMA, 15A-250V O lado do plugue é do tipo 2 Polos + Terra, 10A-250V, diâmetro de 4,0 mm, padrão ABNT-NBR-14136	UN	27	MULTILASER	R$ 4,70	R$ 126,90
2	Adaptador para tomada entrada 03 pinos com saída para 02 pinos - Adaptador de energia; entrada universal (3P T e padrão novo ABNT pinos); saída 2 Pinos. Aceita as tomadas antigas triplas ou duplas redondas ou chatas; atende aos pino tipo faca triplo com terra; Aceita as novas tomadas de aparelhos com o novo padrão ABNT de 3 pinos alinhados; liga qualquer dessas tomadas acima, às tomadas antigas e também nas tomadas novas ABNT; um adaptador completo; serve para ligar equipamentos com plugue novo em tomadas, nobreaks ou estabilizadores com o padrão antigo; conecta equipamentos com plugues antigos em tomadas de novo padrão; desenvolvimento em conformidade com a norma NBR 14136; corrente nominal: 10A; consumo máximo: tensão de entrada 127V/250V; composição: Gabinete em termoplástico de engenharia e partes condutoras em liga de cobre.	UN	27	MULTILASER	R$ 1,40	R$ 37,80
4	Agenda índice telefônico de mesa, capa dura, espiral, 80 folhas, dimensões 150x210mm, produto certificado FSC.	UN	10	POMBO	R$ 14,98	R$ 149,80
6	Alfinete para mapa cabeça colorida, 12 opção de cores, aço niquelado, diâmetro cabeça 6mm, diâmetro ponta 0,80mm, comprimento ponta útil 15mm, comprimento total alfinete 18mm indústria brasileira.	cx	59	GASFER	R$ 1,88	R$ 110,92
7	Almofada para carimbo nº 03, de feltro entitamento azul em estojo plástico com tampa de metal medindo 67x110mm indústria brasileira.	UN	56	RADEX	R$ 5,24	R$ 293,44
8	Apagador para quadro branco com corpo de plástico, base de feltro, medindo 60x150x45 mm (Larg.x Compr.x Altura). O produto deverá obedecer às normas técnicas pertinentes como nbr 9001.	UN	23	RADEX	R$ 3,35	R$ 77,05
9	Apontador para lápis de material metálico formato chanfrado anatômico lamina em aço inox dimensões 24x14x10 mm	UN	514	CIS	R$ 0,65	R$ 334,10
10	Arquivo Maleta sanfonada com alça, fecho com clip plástico e 31 divisões, tamanho ofício, chapa opaca e mais espessa. Possui solda interna de alta resistência. Impressos não aderem as divisões plásticas internas. Acompanha índices coloridos personalizáveis para identificação. Material leve, atóxico, bastante resistente e 100% Reciclável. Medidas: (LARGURA X ALTURA X PROFUNDIDADE) 390X260X130MM. Peso 1.250,0 G	UN	30	POLIBRAS	R$ 129,18	R$ 3. 875,40
11	Arquivo morto de polipropileno, cor azul, 360 x 245 x 133 mm, em polionda.	UN	1000	POLIBRAS	R$ 2,54	R$ 2. 540,00
12	Arquivo morto de polipropileno, cor verde, 360 x 245 x 133 mm, em polionda.	UN	1000	POLYCART	R$ 2,54	R$ 2. 540,00
13	Arquivo Morto, Grande, cor parda em papelão, com quadro de identificação contendo: Referência, mês, local, conserva até, departamento e contendo duas linhas disponíveis para descrever o conteúdo. Embalagem com identificação do produto e marca do fabricante dimensões 400x305x185mm.	UN	500	POLYCART	R$ 3,29	R$ 1. 645,00

14	Bandeja Organizadora de documentos em 2 seções em acrílico fixa dimensões 10,7x36,5x37,4 cristal ou fumê.	UN	54	ACRINEW	R$ 20,59	R$ 1. 111,86
15	Bateria alcalina, 0.9 v, portátil, não recarregável.	UN	88	MAXPRINT	R$ 6,30	R$ 554,40
16	Bateria alcalina, 0.9 v, portátil, recarregável.	UN	85	KODAK	R$ 22,90	R$ 1. 946,50
17	Blinder Clips metal 19 mm – Cx com 12 Unidades.	cx	178	IARA	R$ 1,74	R$ 309,72
18	Blinder Clips metal 25 mm – Cx com 12 Unidades.	cx	178	IARA	R$ 2,84	R$ 505,52
19	Blinder Clips metal 32 mm – Cx com 12 Unidades.	CX	178	IARA	R$ 4,54	R$ 808,12
20	Blinder Clips metal 41 mm – Cx com 12 Unidades.	CX	100	IARA	R$ 7,00	R$ 700,00
21	Blinder Clips metal 51 mm – Cx com 12 Unidades.	CX	100	IARA	R$ 11,24	R$ 1. 124,00
23	Bloco auto adesivo para recado neon, removível, tam. 38mmx50mm - cores diversas. Com 50 fls cada e 04 unidades por embalagem.	BLOCO	410	ADELBRAS	R$ 2,63	R$ 1. 078,30
24	Bloco auto adesivo para recados, removível, tam.: 76 mm x 102 mm - cores diversas. Com 100 fls.	BLOCO	200	ADELBRAS	R$ 1,70	R$ 340,00
28	Bobina de papel para relógio ponto térmica 57m x40 metros	UN	650	MAXPRINT	R$ 2,91	R$ 1. 891,50
29	Borracha plástica com capa protetora. Medida: 42 x 21 x 11 mm.	UN	275	MASTERPRINT	R$ 0,44	R$ 121,00
30	Caderno capa dura 10 matérias com 200 folhas	UM	200	TILIBRA	R$ 8,30	R$ 1. 660,00
31	Caderno costurado capa dura 1/4 96 fls	UN	200	TILIBRA	R$ 0,17	R$ 34,00
34	Caneta cor preta, ponta de aço inox retrátil, grip em borracha macia, esfera de 0.7 mm corpo transparente, (caixa c/ 50 unidades)	CX	30	FABER CASTELL	R$ 42,00	R$ 1. 260,00
35	Caneta cor vermelha, ponta de aço inox retrátil, grip em borracha macia, esfera de 0.7 mm corpo transparente, (caixa c/ 50 unidades)	CX	20	FABER CASTELL	R$ 3,40	R$ 68,00
36	Caneta esferográfica corpo sextavada, ponta média (1.00mm) ponta de latão e esfera de tungstênio, tinta á base de corante orgânico e solvente na cor azul. Caixa com 50 unidades Com certificado de segurança do INMETRO. (caixa c/ 50 unidades)	CX	50	BIC	R$ 20,85	R$ 1. 042,50
39	Caneta esferográfica na cor azul corpo único em plástico transparente resistente sextavado com ponta com esfera de tungstênio escrita fina, carga e tampa conectada ao corpo por encaixe. Aprovada pelo INMETRO. Caixa com 50 unidades.	CX	50	BIC	R$ 20,80	R$ 1. 040,00
43	Caneta para escrever em CD/DVD. Cor preta.	UN	60	FABER CASTELL	R$ 1,40	R$ 84,00
44	Canetas Para Painel Lousa, cor azul com recarga	UN	105	FABER CASTELL	R$ 3,20	R$ 336,00
45	Caneta Para Painel Lousa, cor vermelha com recarga.	UN	105	FABER CASTELL	R$ 3,20	R$ 336,00
46	Caneta Para Painel Lousa, cor verde com recarga.	UN	105	FABER CASTELL	R$ 2,80	R$ 294,00
47	Apagador para Painel Lousa, em material plástico ABC 2010 anatômico.	UN	23	RADEX	R$ 2,35	R$ 54,05
48	Capa e contra capa - transparência leitosa na cor azul, tamanho padrão – A4.	UN	830	ERJ PLAST	R$ 0,20	R$ 166,00
49	Capa e contra capa - transparência na cor azul, tamanho padrão – A4.	UN	430	ERJ PLAST	R$ 0,28	R$ 120,40
50	Capa para encadernação em PVC transparente.	UN	425	ERJ PLAST	R$ 0,20	R$ 85,00
51	Capa para encadernação em PVC.	UN	425	ERJ PLAST	R$ 0,20	R$ 85,00
53	Envelopes Brancos para Cd e Dvd Com Janela Transparente	UN	600	FORONI	R$ 0,14	R$ 84,00
56	Clipes para papel em aço niquelado n.° 3/0, fabricado em aço antiferrugem, caixa c/ 100 unidades.	CX	129	RAFA		#VALOR!
57	Clipes para papel em aço niquelado n.° 4/0, fabricado em aço antiferrugem, caixa c/ 50 unidades.q	CX	119	RAFA	R$ 1,49	R$ 177,31
58	Clipes para papel em aço niquelado n.° 6/0, fabricado em aço antiferrugem, caixa c/ 50 unidades.	CX	119	RAFA	R$ 1,99	R$ 236,81
59	Clipes para papel em aço niquelado n.° 8/0, fabricado em aço antiferrugem, caixa c/ 50 unidades.	CX	119	RAFA	R$ 2,98	R$ 354,62
60	Clipes para papel em aço niquelado n.° 10/0, fabricado em aço antiferrugem, caixa c/ 25 unidades.	CX	127	BRW	R$ 3,98	R$ 505,46
61	PRENDEDOR DE PAPEL PRETO Tamanho 32mm caixa c/ 12 UNIDADES	CX	24	ACC	R$ 5,00	R$ 120,00
62	PRENDEDOR DE PAPEL PRETO Tamanho 41mm caixa c/ 12 UNIDADES	CX	33	ACC	R$ 7,00	R$ 231,00
63	PRENDEDOR DE PAPEL PRETO Tamanho 51mm caixa c/ 12 UNIDADES	CX	33	ACC	R$ 11,00	R$ 363,00
64	Clipes para papel tipo Borboleta em aço niquelado tamanho 50mm, fabricado em aço antiferrugem, caixa c/ 50 unidades.	CX	128	NEW	R$ 5,00	R$ 640,00
66	Cola c/ gliter a base de PVA nas cores primárias com bico economizador de peso liquido 25gr cada. Com certificado de segurança do INMETRO.Marca brasileira. Caixa c/ 06 unid.	CX	145	DELTA	R$ 6,00	R$ 870,00
67	Cola em bastão, tubo plástico secagem rápida 10 gr, com glicerina, não inflamavel, não atoxica.	UN	265	CLASSE	R$ 1,00	R$ 265,00
68	Refil Cola quente fina em bastão transparente.	UN	880	CLASSE	R$ 0,46	R$ 404,80
69	Refil Cola quente grossa em bastão transparente.	UN	860	CLASSE	R$ 0,50	R$ 430,00

70	Corretivo liquido a base de água secagem rápida, atóxico, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade frasco de 18ml.Com certificado de segurança do INMETRO. Marca brasileira.	UN	295	GOLLER	R$ 0,99	R$ 292,05
71	Crachá com cordão de silicone.	UN	880	DAC	R$ 0,70	R$ 616,00
73	Creme lubrificante – molha dedo, anti bacteriano, fórmula anti-séptica e anti-alérgica com 20 gramas. Não tóxico. Selo do INMETRO.	UN	183	RADEX	R$ 1,20	R$ 219,60
74	Dvd-r 4.7gb 120 Minutos – caixa com 100 unidades	CX	40	ELGIN	R$ 65,00	R$ 2. 600,00
75	Elástico fino de borracha natural super resistente p/ dinheiro.Pct c/ 500 gr.	PCT	114	RED BOR	R$ 9,90	R$ 1. 128,60
76	Envelope de polipropileno com 4 furos, medida 240 MM X 330 MM.	UN	5000	DAC	R$ 0,20	R$ 1. 000,00
78	Envelope Saco para correspondência em papel Branco formato 170x250mm.	UN	4000	FORONI	R$ 0,15	R$ 600,00
79	Envelope Saco para correspondência em papel Branco formato 200x280mm.	UN	3600	FORONI	R$ 0,15	R$ 540,00
84	Envelope Saco para correspondência em papel Ouro formato 170x250mm.	UN	2500	FORONI	R$ 0,13	R$ 325,00
85	Envelope Saco para correspondência em papel Ouro formato 200x280mm.	UN	2600	FORONI	R$ 0,16	R$ 416,00
87	Envelope Saco para correspondência em papel Ouro formato 260x360mm.	UN	2510	FORONI	R$ 0,28	R$ 702,80
88	Envelope Saco para correspondência em papel Ouro formato 310x410mm.	UN	2700	FORONI	R$ 0,51	R$ 1. 377,00
91	Espiral 09 mm. Cores diversas. (pacotes c/ 100 unidades)	PCT	75	USA FOLIEN	R$ 10,50	R$ 787,50
92	Espiral 12 mm. Cores diversas. (pacotes c/ 100 unidades)	PCT	75	USA FOLIEN	R$ 16,20	R$ 1. 215,00
98	Espiral 45 mm. Cores diversas. (pacotes c/ 15 unidades)	PCT	100	CLASSE	R$ 25,19	R$ 2. 519,00
100	Estilete com lamina grande.	UN	100	CLASSE	R$ 1,29	R$ 129,00
101	Estilete com lamina pequena.	UN	65	MASTERPRINT	R$ 0,40	R$ 26,00
102	Estilete estreito com corpo termoplástico com proteção interna, em aço bicromatizado.	UN	77	MAXPRINT	R$ 0,68	R$ 52,36
103	Estilete profissional em INOX para lâmina de 18 mm (largo).	UN	76	PIMACO	R$ 4,50	R$ 342,00
104	Etiqueta adesiva tamanho 25,4 x 66,7 - formato carta contendo 20 etiquetas por folha – com 100 folhas.	CX	52	PIMACO	R$ 25,20	R$ 1. 310,40
105	Etiqueta adesiva tamanho 50,8 x 101,6 - formato carta contendo 10 etiquetas por folha – com 100 folhas.	CX	52	PIMACO	R$ 26,00	R$ 1. 352,00
106	Etiqueta auto-adesiva 25,4 x 101,6 x 2 carreira, com 250 folhas.	CX	48	PIMACO	R$ 14,98	R$ 719,04
107	Etiqueta auto-adesiva 33,9x101,6, com 100 folhas.	CX	48	POLYCART	R$ 26,90	R$ 1. 291,20
108	Etiquetas c/ visor para pasta suspensa caixa com 50 unidades.	CX	117	DANEVA	R$ 5,99	R$ 700,83
109	Extensão elétrica com 3 tomadas medindo 5,00 m.	UN	27	DANEVA	R$ 16,35	R$ 441,45
110	Extensão elétrica com 5 tomadas medindo 5,00 m.	UN	29	JAPAN	R$ 36,30	R$ 1. 052,70
111	Extrator de grampo tipo espátula, em aço inoxidável, ponta fina.	UN	208	ADELBRAS	R$ 1,15	R$ 239,20
112	Fita adesiva de polipropileno, medindo 12mmx30m, na cor incolor	UN	915	ADELBRAS	R$ 0,45	R$ 411,75
114	Fita adesiva larga embaladora Marrom - 45 mm x 50 M - pcte com 06 unidades - Indústria Brasileira.	PCT	120	ADELBRAS	R$ 3,77	R$ 452,40
115	Fita crepe medindo 25 x 50 mm.	UN	600	ADELBRAS	R$ 3,14	R$ 1. 884,00
117	Fita gomada dupla face de 19 x 30 mm – pcte c/ 04 unid.	UN	250	ADELBRAS	R$ 3,47	R$ 867,50
118	Fita larga transparente – 45 mm x 50 m	UN	500	ADELBRAS	R$ 2,20	R$ 1. 100,00
119	Giz de cera bastão curto e fino, atóxico, carga inerte. Composição: ceras e pigmentos. Caixa com 12 cores.	CX	110	FABER CASTELL	R$ 1,60	R$ 176,00
120	Giz de cera grosso antialérgico dimensão mínima 140x98x11mm cores diversas formato redondo e triangular, com norma da ABNT-NBR nm300. Com certificado de segurança do INMETRO.Marca brasileira – caixa c/ 12 unid.	CX	60	FABER CASTELL	R$ 2,30	R$ 138,00
121	Grampeador de parede apropriado para grampear tecido em madeira, tapeçarias, ornamentação de festas, altura 145 mm, largura 30 mm, comprimento 187 mm, peso 0,522 kg. Capacidade de carregar 63 grampos. Tipo rocama. Marca brasileira.	UN	7	ROCAMA	R$ 70,00	R$ 490,00
123	Grampeador rocama premium pistola Possui novo sistema de alimentação dos grampos, Apropriado para fixação de materiais em madeira, tais como, tecido, plástico, papel, entre outros. Utilizado para tapeçaria, estofados, montagem de cenários, decorações, serigrafia, artesanato, tela de pintura. Padrão Medidas: 14,5 x 16,5 x 3,5 mm. Cores sortidas	UN	10	ROCAMA	R$ 49,50	R$ 495,00
124	Grampeador super 100 – industrial com estrutura metálica revestimento plástico brilhante de alta resistência. Sistema ABS – Apoio da base em resina termoplástica, Base de fechamento de grampo com posição (grampo fechado), em aço, Mola resistente com retração automática grampeia até 100 folhas. Profundidade máxima de introdução de papel 55 mm.	UN	37	MASTERPRINT	R$ 27,00	R$ 999,00
125	Grampeador super 240 – industrial com estrutura metálica revestimento plástico brilhante de alta resistência. Sistema ABS –Apoio da base em resina termoplástica, Base de fechamento de grampo com posição (grampo fechado), em aço, Mola resistente com retração automática ,301x84x23, 6mm grampeia até 240 folhas.	UN	27	MASTERPRINT	R$ 74,84	R$ 2. 020,68
126	Grampo 13mm – ½' – medida 23/13 fabricado com arame de aço revestido com prazo de validade indeterminado para 100 folhas – com 5.000 unidades.	CX	100	GASFER	R$ 12,20	R$ 1. 220,00

127	Grampo 26/6, prata, fabricado com arame de aço revestido com prazo de validade indeterminado caixa com 5.000 unidades, produto de 1ª linha.	CX	700	GASFER	R$ 2,50	R$ 1. 750,00
129	Grampo galvanizado tam 106/06 8mm fabricado com arame de aço revestido com prazo de validade indeterminado cx com aproximadamente 5.000 unid.	CX	500	GASFER	R$ 12,50	R$ 6. 250,00
130	Grampo galvanizado tam 106/08 fabricado com arame de aço revestido com prazo de validade indeterminado tipo rocama cx com aproximadamente 2.500 unid.	CX	500	GASFER	R$ 6,50	R$ 3. 250,00
131	Grampo Plástico Estendido injetado em polietileno branco com capacidade para até 600fhls branco fosco haste de Como dados de identificação do produto e marca do fabricante – pcte c/ 50.Medidas: base = 30 cm (sendo 11,30 cm cada haste) / espelho = 11 cm, O produto deverá obedecer às normas técnicas pertinentes como nbr 9001.	PCT	156	IARA	R$ 8,90	R$ 1. 388,40
132	Grampo trilho de metal fabricados em folha-de-flandres (aço estanhado). Comprimento útil da lingueta (haste) 50 mm. Capacidade para prender até 300 folhas de papel 75g/m². Diâmetro do furo: Ø 5mm, Distância da furação: 80 mm, Comprimento da haste: 50 mm– caixa c/ 50 unid. O produto deverá obedecer às normas técnicas pertinentes como nbr 9001.	CX	140	IARA	R$ 4,99	R$ 698,60
133	Grampo trilho de plástico em polipropileno com capacidade para até 200fhls branco fosco haste de Como dados de identificação do produto e marca do fabricante – pcte c/ 50. Altura: 48.00 cm Largura : 19.00 cm, Profundidade:> 3.00 cm, Peso: 0.48 Kg. O produto deverá obedecer ás normas técnicas pertinentes como nbr 9001.	PCT	150	IARA	R$ 6,30	R$ 945,00
134	Grampo trilho de plástico fabricados em polipropileno branco com haste de 50 ou 100 mm. Haste de 50 mm, tem capacidade para prender até 300 folhas de papel 75g/m². Haste de 100 mm, tem capacidade para prender até 400 folhas de papel 75g/m². Distância da furação: 80 mm, Comprimento da haste: 50 mm ou 100 mm, Composição: Plástico branco. O produto deverá obedecer às normas técnicas pertinentes como nbr 9001.	PCT	150	DELLO	R$ 6,50	R$ 975,00
135	Lápis borracha 7000, ideal para apagar tinta de caneta esferográfica. Tilibra, Faber Casttel ou similar.	CX	21	LABRA	R$ 2,18	R$ 45,78
137	Lápis de cor grande redondo, com pigmentos, aglutinantes, carga inerte e ceras. Marca 100% brasileira de madeira reflorestada Com certificado de segurança do INMETRO. Caixa c/ 24.	CX	101	MULTICOLOR	R$ 7,28	R$ 735,28
138	Lápis preto sextavado nº 2 - produzido com madeira 100% reflorestada Madeira macia que garante excelente a potabilidade . Ponta MAX Resistente: formula com exclusivas microparticulas ativas que garante a mais alta resitência, maciez e apagabilidade Técnica Sekural: exclusivo processo de colagem do grafite na madeira, proporcionando maior resistencia á Graduação no 2 = B Tilibra, Faber Castel ou similar.	UN	152	FABER CASTELL	R$ 0,19	R$ 28,88
139	Livro Ata c/ 100 fls pautada, capa dura, sem margem com dimensões de 320 mm x 220 mm.	UN	222	FORONI	R$ 7,76	R$ 1. 722,72
140	Livro Ata c/ 200 fls pautada, capa dura, sem margem com dimensões de 320 mm x 220 mm.	UN	215	TILIBRA	R$ 14,60	R$ 3. 139,00
141	Livro Ata c/ 50 fls pautada, capa dura, sem margem com dimensões de 320 mm x 220 mm.	UN	140	TILIBRA	R$ 4,99	R$ 698,60
142	Livro de protocolo para correspondência c/ 100 folhas. Formato 160 x 220 mm; Capa de papelão 0,705 grs, Cor preta e azul;	UN	132	FORONI	R$ 6,00	R$ 792,00
143	Livro de protocolo para correspondência c/ 50 folhas. Dimensões aproximadas do produto: 21,5 x 15,7cm	UN	125	FORONI	R$ 3,99	R$ 498,75
144	Marca texto amarelo, ponta indeformável tinta fluorescente a base d'água gravada no corpo a marca do fabricante Não recarregável. Com certificado de segurança do INMETRO.Marca brasileira – cx c/ 12.	UN	1000	PILOT	R$ 0,70	R$ 700,00
145	Marca texto azul, ponta indeformável tinta fluorescente a base d'água gravada no corpo a marca do fabricante Não recarregável. Com certificado de segurança do INMETRO.Marca brasileira	UN	119	PILOT	R$ 0,74	R$ 88,06
146	Marca texto laranja, ponta indeformável tinta fluorescente a base d'água gravada no corpo a marca do fabricante Não recarregável. Com certificado de segurança do INMETRO.Marca brasileira	UN	199	PILOT	R$ 0,78	R$ 155,22
147	Marca texto verde, ponta indeformável tinta fluorescente a base d'água gravada no corpo a marca do fabricante Não recarregável. Com certificado de segurança do INMETRO.Marca brasileira	UN	199	PILOT	R$ 0,74	R$ 147,26
148	Marcador para quadro branco - ponta indeformável, fácil de apagar sem deixar resíduos, comprimento mínimo de 10 cm, cor azul. O produto deverá obedecer às normas técnicas pertinentes como nbr 9001. Marca brasileira	UN	65	PILOT	R$ 1,20	R$ 78,00
149	Marcador para quadro branco - ponta indeformável, fácil de apagar sem deixar resíduos, comprimento mínimo de 10 cm, cor preto. O produto deverá obedecer às normas técnicas pertinentes como nbr 9001. Marca brasileira	UN	65	PILOT	R$ 1,20	R$ 78,00
150	Marcador para quadro branco - ponta indeformável, fácil de apagar sem deixar resíduos, comprimento mínimo de 10 cm, cor vermelho. O produto deverá obedecer às normas técnicas pertinentes como nbr 9001. Marca brasileira	UN	65	PILOT	R$ 1,20	R$ 78,00
151	Numerador automático 7 dígitos e tem opção de ficar com 2 dígitos ou 3 dígitos ou 4 dígitos ou 5 dígitos ou 6 dígitos e 7 dígitos com repetição. Repetições: 0, 1, 2, 3, 4, 6 e 12.Aplicação: em qualquer documento que necessite a marcação sequencial de números. Sua configuração permite a regulagem regulagem da quantidade de repetição (0, 1, 2, 3, 4, 6 OU 12), bem como a quantidade de dígitos que aparecem na carimbagem, ideal para numeração de páginas, documentos, protocolo, controle de quantidade, etc. Acompanha 3 almofadas, 1 pinça,1 Tubo de tinta. Marca referência (KWTRIO). Apresentar amostra.	UN	10	KWTRIS	R$ 180,00	R$ 1. 800,00
152	Papel A4 100% reciclado. 75gr/m². Pcte com 500 folhas.210mm x 297mm, ideal para pintar, colar, trabalho em geral e desenhar-copiar, Produto de 1ªlinha. ISSO 9001 e ISO 14001.	PCT	1000	REPORT	R$ 15,90	R$ 15. 900,00
153	Papel A4, 75 gr/m². Cor: amarelo. Pcte com 100 folhas.210mm x 297mm, ideal para pintar, colar, trabalho em geral e desenhar-copiar, Produto de 1ªlinha. ISO 9001 e ISO 14001.	PCT	500	JANDAI	R$ 3,50	R$ 1. 750,00
154	Papel A4, 75 gr/m². Cor: azul. Pcte com 100 folhas.210mm x 297mm, ideal para pintar, colar, trabalho em geral e desenhar-copiar,) Produto de 1ªlinha. ISSO 9001 e ISO 14001.	PCT	500	JANDAI	R$ 3,87	R$ 1. 935,00
155	Papel A4, 75 gr/m². Cor: branco. Pcte com 100 folhas.210mm x 297mm, ideal para pintar, colar, trabalho em geral e desenhar-copiar, Produto de 1ªlinha. ISO 9001 e ISSO 14001.	PCT	500	JANDAI	R$ 3,80	R$ 1. 900,00
156	Papel A4, 75 gr/m². Cor: rosa. Pcte com 100 folhas.210mm x 297mm, ideal para pintar, colar, trabalho em geral e desenhar-copiar, Produto de 1ªlinha. ISO 9001 e ISO 14001.	PCT	500	JANDAI	R$ 3,80	R$ 1. 900,00

157	Papel A4, 75 gr/m². Cor: verde. Pcte com 100 folhas.210mm x 297mm, ideal para pintar, colar, trabalho em geral e desenhar-copiar, Produto de 1ªlinha. ISO 9001 e ISSO 14001.	PCT	500	JANDAI	R$ 3,80	R$ 1. 900,00
158	Papel branco A3, 75 gr/m². 297 x 420mm, Produto de 1ª linha. ISO 9001 e ISO 14001.	PCT	50	REPORT	R$ 31,00	R$ 1. 550,00
160	Papel Cartão Branco, folhas.	UN	1000	REALCE	R$ 0,70	R$ 700,00
161	Papel cartão fosco, duplex (uma superfície colorida, sendo miolo e verso escuros). Gramatura mínima: 200g/m², máxima 500g/m². Dimensões: 57 cm x 70 cm. Cores diversas.	PCT	5	WMP	R$ 14,40	R$ 72,00
162	Papel cartolina comum, nas dimensões 500 x 660 mm com gramatura 150g/m². Cores diversas.	UN	650	GB	R$ 0,30	R$ 195,00
163	Papel cartolina laminada	UN	400	GB	R$ 1,25	R$ 500,00
164	Papel Color set	UN	600	VMP	R$ 0,70	R$ 420,00
165	Papel crepom. Folha com dimensão: 48 cm x 2 m. Cores diversas.	UN	400	VMP	R$ 0,55	R$ 220,00
166	Papel diplomata branco, formato A4, gramatura 180g/m². Pacote com 50 folhas.	PCT	129	FILIPAPEL	R$ 9,98	R$ 1. 287,42
168	Papel laminado	UN	400	VMP	R$ 0,64	R$ 256,00
169	Papel lembrete neon 94x80 com 600 folhas.	PCT	116	TILIBRA	R$ 8,00	R$ 928,00
170	Papel para flip chart, tipo sulfite com serrilha para destacar dimensões 64,0x88,0 cor branco c/ 50 fls	PCT	50	TAMOIO	R$ 17,40	R$ 870,00
171	Papel pardo (Kraft). Folha de 66 cm x 96 cm aproximadas.	UN	450	VMP	R$ 0,65	R$ 292,50
172	Papel Seda	UN	510	VMP	R$ 0,12	R$ 61,20
173	Papel Sulfite formato A4 branco 75 gr 210mmx297mm resma com 500folhas. Produto de 1ª linha ISO 9001 / ISO 14001 Com certificação FSC e Cerflor.	RESMA	5000	COPIMAX	R$ 14,60	R$ 73. 000,00
174	Papel tipo verge Cinza, formato A4, gramatura 180g/m². Pacote com 50 folhas.	PCT	130	OFFPAPER	R$ 8,90	R$ 1. 157,00
175	Papel tipo verge Creme, formato A4, gramatura 180g/m². Pacote com 50 folhas.	PCT	20	OFFPAPER	R$ 9,90	R$ 198,00
176	Papel tipo verge Rosa, formato A4, gramatura 180g/m². Pacote com 50 folhas.	PCT	20	OFFPAPER	R$ 8,80	R$ 176,00
177	Papel tipo verge Rosa claro, formato A4, gramatura 180g/m². Pacote com 50 folhas.	PCT	20	OFFPAPER	R$ 9,90	R$ 198,00
178	Papel tipo verge branco, formato A4, gramatura 180g/m². Pacote com 50 folhas.	PCT	130	OFFPAPER	R$ 11,50	R$ 1. 495,00
179	Pasta aba e elástico para transportar ou guardar documentos em polipropileno translúcio, med.: 245 x 335mm.	UN	635	POLYCART	R$ 1,10	R$ 698,50
180	Pasta aba elástica em polipropileno line com E.V.A., substância que evita o ressecamento e rachaduras do material medida 24,7 x 33,5 cm, cores diversas	UN	385	POLYCART	R$ 2,50	R$ 962,50
181	Pasta Catálogo com ferragem, laminado com PP, c/ 100 envelopes e cap. Aprox. para 70 refis ou 240 folhas de papel, 0.12 micras, tam. 27,0 x 32,0 x 6,0 cm, produto 100% recliclável, produzido através de gestão florestal conforme as normas do forest Stewardship Council c/ 4 argolas. Metal - na cor preta.	UN	100	POLYCART	R$ 34,20	R$ 3. 420,00
182	Pasta de polionda com espessura de 55mm em cores variadas, PACOTE COM 10 UNIDADES	UN	475	POLYCART	R$ 2,18	R$ 1. 035,50
183	Pasta fichário fabricada em pp + cartão reciclado, com visor transparente na frente e lombada no verso, ferragem em "D" capa dobrável a 360°, bolso interno com porta cartões, ecologicamente correta conforme as normas forest stewardship council, com impresso que não se adere ao plástico e não deforma com influência de temperatura, medindo 27 x 32 cm, capacidade para 110 refis de plástico ou 420 folhas de papel, com 04 argolas de metal na cor preta.	UN	110	DAC	R$ 18,00	R$ 1. 980,00
184	Pasta papelão com gramatura 280mg/m², medida aproximada 345x250mm, com grampo trilho tipo romeu e julieta.	UN	230	POLYCART	R$ 0,90	R$ 207,00
185	Pasta plástica classificadora com grampo trilho plástico. O produto deverá obedecer às normas técnicas pertinentes como nbr 9001. Cor transparente.	UN	220	ALAPLAST	R$ 1,08	R$ 237,60
189	Pasta registradora de AZ, tamanho Oficio, lombada estreita, confeccionada em cartão maciço de alta qualidade revestida interna e externamente por PP de alta resistência, mecanismo niquelado de alta precisão e cantoneiras de proteção de metal, com etiqueta dupla face e lombada na cores diversas. O produto deverá obedecer às normas técnicas pertinentes como nbr 9001.	UN	500	POLIBRAS	R$ 6,00	R$ 3. 000,00
190	Pasta registradora de AZ, tamanho Oficio, lombada larga, confeccionada em cartão maciço de alta qualidade revestida interna e externamente por PP de alta resistência, mecanismo niquelado de alta precisão e cantoneiras de proteção de metal, com etiqueta dupla face e lombada na cores diversas. O produto deverá obedecer às normas técnicas pertinentes como nbr 9001.	UN	500	POLIBRAS	R$ 6,00	R$ 3. 000,00
191	Pasta sanfonada grande com 31 divisórias de A a Z, 31 etiquetas de papel para títulos, 100% plástica, material leve, atóxico, resistente e reciclável. Cor transparente. MEDIDAS 25x14x17 cm	UN	32	VMP	R$ 40,00	R$ 1. 280,00
193	Pasta sanfonada média com 12 divisórias, 12 etiquetas de papel para títulos, fechamento em elástico, 100% plástica (PP), Espessura 0,50mm, Textura: Super Line, Dimensões: 330 largura x 240 altura mm. Cores diversas.	UN	31	DELLO	R$ 15,00	R$ 465,00
194	Pasta sanfonada média com 12 divisórias, 12 etiquetas de papel para títulos. Fabricada em cartão Kraft. Cor marrom.	UN	29	LIVRAMENTO	R$ 14,90	R$ 432,10
195	Pasta suspensa fabricada em cartão kraft, marmorizada plastificada, tipo pendular ventro lateral, gramatura mínima 350 g/m², prendedores internos tubular de plástico, tamanho ofício, visor em plástico transparente c/ etiqueta branca p/ identificação. Cor marrom.	UN	800	FRAMA	R$ 1,73	R$ 1. 384,00
196	Pasta suspensa fabricada em polipropileno, tipo pendular ventro lateral, gramatura mínima 350 g/m², prendedores internos tubular de plástico, no tamanho ofício, visor em acetado transparente c/ etiqueta branca p/ identificação. Cores diversas.	UN	800	POLYCART	R$ 3,49	R$ 2. 792,00
198	Pendrive do tipo usb 3.0; tamanho de armazenamento de 32gb. Resistência a quedas.	UN	30	KINGSTON	R$ 44,85	R$ 1. 345,50

200	Pendrive do tipo usb 3.0; tamanho de armazenamento de 8gb. Resistência a quedas.	UN	45	KINGSTON	R$ 25,00	R$ 1.125,00
201	Percevejo metal cromado com cabeça achatada e formato anatômico, 10mm cx c/ 100 unid	CX	59	BRW	R$ 1,50	R$ 88,50
202	Perfurador de papel em aço, tamanho médio, com capacidade de no mínimo 75 folhas, 75g/m². Com 2 furadores e régua para ajuste do papel corpo de metal, sistema de trava, apoio emborrachado bandeja coletora de grande capacidade. Cor preta.	UN	28	MAXPRINT	R$ 8,55	R$ 239,40
204	Pilha alcalina, AAA, 1.5v nominal. Embalagem com 4 unid. e com dados de identificação do produto e marca do fabricante. Com certificado de segurança do INMETRO.	UN	198	ELGIN	R$ 5,10	R$ 1.009,80
209	Placa eva - material emborrachado. Atóxico, com 2 MM de espessura, formato 45X60cm. Cores diversas.	UN	600	KREATEVA	R$ 1,05	R$ 630,00
212	Porta cartão de visitas tipo catálogo com capacidade de 200 unidades. O produto deverá obedecer às normas técnicas pertinentes como nbr 9001. Tilibra ou similar.	UN	17	ACP	R$ 25,00	R$ 425,00
213	Prancheta de madeira, tamanho ofício, Com trava em metal.	UN	160	STALO	R$ 1,92	R$ 307,20
214	Quadro aviso 1,20 x 90 feltro moldura alumínio. Tipo de papelão reforçado que fica entre o Duratex e o Feltro, Duratex 3mm, revestido na parte frontal com card board (espessura 6mm) e feltro acrílico (espessura 2mm) Acabamento com moldura de alumínio natural em forma de "J".	UN	19	SOUZA	R$ 82,00	R$ 1.558,00
216	Quadro aviso 2.00 x 1.20 feltro moldura alumínio. Tipo de papelão reforçado que fica entre o Duratex e o Feltro, Duratex 3mm, revestido na parte frontal com card board (espessura 6mm) e feltro acrílico (espessura 2mm) Acabamento com moldura de alumínio natural em forma de "J".	UN	8	SOUZA	R$ 80,00	R$ 640,00
217	Quadro aviso 2.00 x 1.20 feltro moldura madeira, Card board (espessura 6mm), revestido num lado com feltro acrílico e do outro lado com cortiça aglomerada importad Acabamento com moldura de madeira	UN	9	SOUZA	R$ 151,99	R$ 1.367,91
218	Quadro Lousa cor Branca 3.00 x 1.00	UN	6	SOUZA	R$ 190,00	R$ 1.140,00
224	Tesoura com lâmina em aço inoxidável, pontas arredondadas, cabo com formato anatômico, tamanho 10 cm. Marca Brasileira. Com certificado de segurança do INMETRO.	UN	314	JAPAN	R$ 1,29	R$ 405,06
225	Tesoura de picotar com lâmina de aço inox, cabo de plástico, tamanho aproximado 21 cm. Marca brasileira. Com certificado de segurança do INMETRO.	UN	75	MASTERPRINT	R$ 20,90	R$ 1.567,50
226	Tesoura multiuso com lâmina de aço inoxidável, ponta arredondada, cabo com formato anatômico em polipropileno atóxico, tamanho 18 cm. Marca brasileira. Com certificado de segurança do INMETRO.	UN	134	TRAMONTINA	R$ 3,30	R$ 442,20
227	Tesoura multiuso com lâmina de aço inoxidável, ponta arredondada, cabo com formato anatômico em polipropileno atóxico, tamanho 21 cm. Marca brasileira. Com certificado de segurança do INMETRO.	UN	134	MASTERPRINT	R$ 3,90	R$ 522,60
229	Tinta p/ carimbo à base de água, sem óleo, com 42 ml, cor preta, com dados e identificação do produto marca do fabricante. Com certificado de segurança do INMETRO. Tinta para carimbo Pilot, 42ml azul. Pode ser usado em todos os tipos de almofada, à base de água possui composição química especial. Características: - Para todos os tipos de almofada - Composição química Especial - Tinta á base de água.	UN	28	RADEX	R$ 5,80	R$ 162,40
230	TNT - Tecido-não-tecido composto por fibras tramadas segundo um arranjo aleatório de Polipropileno. Largura 1,40. Cores variadas, tecido constituído em uma estrutura plana, flexível e porosa, constituída de véu ou manta de fibras ou filamentos, orientados direcional mente ou ao acaso, consolidados por processo mecânico (fricção) e/ou químico (adesão) e/ou térmico (coesão) e combinações destes.	ROLO	140	SUL BRASIL	R$ 40,00	R$ 5.600,00
232	Apagador c/ depósito de madeira. Medidas: 4,5 x 8 x 17,5 cm. Madeira de reflorestamento, indústria brasileira.	UN	20	SOUZA	R$ 4,30	R$ 86,00
234	Caderno universitário capa dura 96 folhas	UN	670	FORONI	R$ 4,85	R$ 3.249,50
236	Gliter perolado Partículas de PVC metalizadas de várias cores. Com certificado de segurança do INMETRO. Marca brasileira. Pacotes com 500 gamas. Cada	PCT	10	BRILHUS	R$ 38,70	R$ 387,00
238	Pincel nº 08 arredondado, pelo de esquilo em formato de ponta, amarrado e fabricado manualmente, cabo de madeira.	UN	200	CONDOR	R$ 2,15	R$ 430,00
241	Pincel nº 16 arredondado, pelo de esquilo em formato de ponta, amarrado e fabricado manualmente, cabo de madeira.	UN	200	CONDOR	R$ 2,90	R$ 580,00
242	Pincel nº 18 arredondado, pelo de esquilo em formato de ponta, amarrado e fabricado manualmente, cabo de madeira.	UN	200	CONDOR	R$ 3,40	R$ 680,00
243	Pincel para quadro branco ponta macia para não danificar o quadro, ponta de poliéster de 6.0 mm, espessura da escrita 2.3 mm, refil e ponta substituíveis cores variadas	UN	55	PILOT	R$ 0,57	R$ 31,35
244	Quadro Lousa cor Preto 3.00 x 1.00	UN	5	SOUZA	R$ 175,00	R$ 875,00
247	Tela de pintura 40x50	UN	130	GUEDES	R$ 15,00	R$ 1.950,00
248	Tinta guache 250 ml, cores diversas. Cores miscíveis entre si. Pode ser aplicada em papel, papel cartão, cartolina, gesso, madeira e cerâmica, não tóxica e solúvel em agua. Produto não indicado para pintura facial.	CX	120	KOALA	R$ 4,93	R$ 591,60
Valor Total: R$ 249.245,23 (Duzentos e Quarenta e Nove Mil Duzentos e Quarenta e Cinco Reais e Vinte e Três Centavos)						

2.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

CLAUSULA TERCEIRA VALIDADE DA ATA

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA QUARTA REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata. 4.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

4.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4 Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.7.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

4.7.6 Por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas;

4.8 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.10. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

4.11. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

4.12. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste contrato.

a. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Contratada, relativas ao fornecimento.

b. Caso a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, o seu exclusivo critério, poder suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA QUINTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 5.1.1 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. 5.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 5.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 5.4 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, conforme a seguir:

a).Secretaria de Administração – **Jodirce de Miranda**

b). Secretaria de Educação – **Marlei Tavares Leite**

c). Secretaria de Saúde – **Kathea de Oliveira**

d). Secretaria de Ação Social – **Alessandra Marcia da Silva**

e). Secretaria de Obras – **Marcos Freitas**

f). Secretaria de Desenvolvimento – **José Carlos da Silva**

5.5 . Os fiscais acima citados deverão atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO LOCAL , PRAZO DE ENTREGA DO PRODUTO

6.1 *O prazo de entrega dos bens (materiais/produtos etc.) é de 05 (cinco) dias, contados dos emissão da ordem de fornecimento pelas secretarias, os produtos deverão ser entregues em cada secretaria e/ou nos locais de eventos com embalagens de acordo com a especificação do termo de referência.*

6.2 Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de 05(cinco) dias, pelo (responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. **6.3** Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste contrato e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02(dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. **6.4** Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. CLAUSULA SETIMA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, abaixo descrito.

SECRETARIA	RECURSO	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPEZA	FONTE	REDUZIDO
	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
SAÚDE	**PROPRIO**	**2305 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA**	33.90.30.00	100	070085
SAUDE	**PROPRIO**	**2030 – MAN ENCARGOS DA SAÚDE**	33.90.30.00	100	070006
SAÚDE	**FEDERAL**	**2305 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA**	33.90.30.00	114	070086
	TOTAL				
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
EDUCAÇÃO	**PROPRIO**	**2045 – MAN. E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO**	33.90.30.00	100	050016
EDUCAÇÃO	**FEDERAL**	**2011 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO – GESTÃO**	33.90.30.00	119	050067
EDUCAÇÃO	**GESTÃO FUNDEB**	**2104-MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO INFANATIL PRÉ-ESCOLA- FUNDEB 40%**	33.90.30.00	119	050096
EDUCAÇÃO	**GESTÃO FUNDEB**	**2012-MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE – FUNDEB 40%**	33.90.30.00	119	050075
TOTAL					
	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2024-MANUT.DO PAIF**	33.90.30.00	129	060018
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2027-MANUTENÇÃO APOIO A PESSOA IDOSA /API**	33.90.30.00	143	060021
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2028-MANUTENÇÃO DO IGD - SUAS**	33.90.30.00	129	060026
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2082-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGDBF-MUNCIPAL**	33.90.30.00	129	060033
A.SOCIAL	**PROPRIO**	**2090-FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA**	33.90.30.00	100	060037
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2273-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO**	33.90.30.00	129	060042
TOTAL					
	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA				
OOBRAS E INFRA ESTRUTURA	**PROPRIO**	**2 2074-MANUTENÇÃO ENCARGOS E SALÁRIOS**	33.90.30.00	1 100	080006
TOTAL					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
SAD	**PROPRIO**	**2089- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO**	33.90.30.00	100	040021
	TOTAL				
	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL				
DESENVOLVIMENTO	**PROPRIO**	**2036- MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA**	33.90.30.00	100	100005
TOTAL					

8. CLAUSULA OITAVA DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E GARANTIAS

8.1 O bem de Material de Consumo fornecido deverá possuir garantia, referente a defeitos de fabricação, desempenho ou outros, por período mínimo de 12 (doze) meses e de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor.

8.3 A entrega dos materiais serão realizadas pela empresa contratada dentro dos horários conforme prazo estabelecidos no item

8.4 .A secretaria demandante emitirá uma ordem de fornecimento para a empresa vencerá que garantirá a entrega os produtos no prazo e horário local estabelecido.

9. CLAUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preço, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: **9.2** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta Ata de Registro de Preço, acompanhado da respectiva nota fiscal.

9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta Ata de Registro de Preço, o objeto com avarias ou defeitos;

9.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.8 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preço , que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

9.9 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

9.10 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência a Secretaria Municipal de Saúde, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

9.11 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

9.12 Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos medicamentos/material Hospitalar, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

9.13 A falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

9.14 Comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

9.15 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

9.16 Fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

9.17 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.18 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pelo mesmo, no prazo de 24 horas, caso constatado divergências nas especificações.

9.19 Emitir relatório mensal dos produtoss realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos.

9.20 Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

9.21 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

9.22 Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura;

9.23 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

9.24 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

9.25 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

9.26 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos/equipamentos ou prestação dos serviços, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

9.27 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, sobre os Materiais ofertados.

9.28 É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seu produto ou serviço atenda as condições exigidas.

9.29 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9.29 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta Ata de Registro de Preço, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a:*marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

10. CLAUSULA DECIMA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações da Contratante:

10.1.1 Receber os produtos e materiais no prazo e condições estabelecidas no processo e seus anexos;

10.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos e materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes no processo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos na proposta;

10.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente Ata de Registro de Preço, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3 A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

11. CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo repasse do percentual determinado.

11.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

11.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

11.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso ou negociação.

11.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento**.

12 CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito bancário, até o 5º dia útil subseqüente ao recebimento definitivo do objeto, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93. 12.2O pagamento será efetuado conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. 12.3O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. 12.4O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos materiais do presente pregão, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011. 12.5A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. 12.6Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados. 12.7Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. 12.8Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital. 12.9A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada. 12.10 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. 12.11 A Contratante poderá recusar materiais de consumo quando: 12.12 Nota fiscal com especificação e quantidades em desacordo com o discriminado no edital; 12.13 Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos do edital. 12.14 Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de e-mail institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria. 12.15 Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe; 12.16 Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente. 12.17 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo se já houver retenção cautelar, ou garantia contratual, suficientes para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

13.CLAUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3 Fraudar na execução do contrato;

13.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5 Cometer fraude fiscal;

13.1.6 Não mantiver a proposta.

13.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.2 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.3 Multa moratória de até 05(cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10(dez) dias;

13.2.3.1 Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

13.2.3.2 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.2.3. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.4.1. Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.4.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3 Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

13.3.2 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.3.3 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.3.4 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.5 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.5.2 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14. CLAUSULA DECIMA QUARTA DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15. CLAUSULA DECIMA QUINTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº 005/2018 e seus anexos e as propostas das classificadas.

16. CLAUSULA DECIMA SEXTA - DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 29 DE JUNHO DE 2018.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

COMPATIVEL COMERCIO MATERIAIS PARA ESCRITORIO E INFORMATICA EIRELI ME

CNPJ nº 28.372.398/0001-06

Representado pelo Senhor Cristiano Felipe da Cruz Aragão Vasconcelos

RG: 1302507-4 e CPF: 974.967.15

CONVITE

Gabinete do Prefeito

CONVITE

O Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT convida Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública no dia 04/07/2018 (quatro de julho de dois mil e dezoito) – quarta-feira às 09:00 horas na Câmara Municipal, com o seguinte Assunto:

- Discussão do Transporte Intermunicipal.

Reafirmamos a necessidade do comparecimento de Vossa Senhoria, para o engrandecimento do nosso município.

Nossa Senhora do Livramento, 28 de Junho de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 005/2018 – AUDIÊNCIA PUBLICA

Gabinete do Prefeito

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 005/2018 – AUDIÊNCIA PUBLICA

A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT, com sede nesta cidade, na Av. Coronel Botelho, 458, bairro centro, através do Prefeito Municipal Silmar de Souza Gonçalves **CONVOCA** através do presente edital, todos os munícipes para **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, para Discussão do Transporte Intermunicipal, a ser realizado na Câmara Municipal no **dia 04/07/2018 (quarta-feira) as 09:00 hs** da manhã.

Contamos com a presença de todos.

Este edital está publicado no site: nossasenhoradolivramento.mt.gov.br

Nossa Senhora do Livramento, 28 de Julho de 2018.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE REGISTRO 021/2018

ATA DE REGISTRO DE REGISTRO 021/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL *AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE,* PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO EMPRESA MARIA JOSE DOS REIS NETO ME, PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 0417/2018 PREGÃO ELETRONICO Nº 04/2018 SRP - 12 (DOZE) MESES, AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o **Município de Nossa Senhora do Livramento,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma Pregão Eletrônico nº 004/2018 ARP, processo administrativo n.º 00417/2018,publicado no dia 25 de Junho de 2018 na AMM/MT Edição nº 3006 **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013,

FORNECEDORA: Empresa: **MARIA JOSE DOS REIS NETO ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.226.940/0001-57, com sede a Rua Comandante Costa 10, Bairro Planalto Ipiranga, município de Varzea Grande/MT CEP: 78166-00, neste ato representado pelo senhor Maria José dos Reis Neto, portador RG: 2320014 FUNRURAL inscrito no CPF nº 320.455.901-78, residente e domiciliado Rua das Cerejeiras 001, Bairro Jardim Vista Alegre, município Várzea Grande/MT CEP: 78115-410.

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual ***aquisição de Materiais de Expediente,*** para atender as necessidades das Secretarias municipais de Nossa Senhora do Livramento/MT, de acordo com as características, quantidades e especificações estabelecidas no **Processo Administrativo: Nº. 0417/2018 Pregão Eletronico Nº 04/2018** que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	Empresa: **MARIA JOSE DOS REIS NETO ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.226.940/0001-57					
Endereço:	Rua Comandante Costa 10, Bairro Planalto Ipiranga, município de Varzea Grande/MT CEP: 78166-00					
Contatos:	65 3023 – 4606 e mail: mosaicoinformatica@terra.con.br					
Representante:	Maria José dos Reis Neto					
Item/Lote	**Material**	**Und**	**Quantidade**	**Marca**	**Valor Unitário**	**Valor Total**

3	Agenda Diária Ano corrente, capa em couro, 1 dia por pagina, fitilho marcador de página, mapas coloridos, plaqueta metálica, miolo em 3 idiomas, 180 folhas, dimensão 145x205mm.	UN	55	FORONI	R$ 18,14	R$ 997,70
5	Agenda Índice telefônico de mesa, espaço para 480 nomes, acompanha 20 separadores plásticos, comporta inclusão de novas folhas, índice com 60 folhas, dimensões 151x235mm.	UN	15	TILIBRA	R$ 28,72	R$ 430,80
25	Bobina de papel kraft 1,20 x 35kg.	UN	80	SAFRA	R$ 125,50	R$ 10. 040,00
26	Bobina de papel kraft 40cm x 100m.	UN	135	N.S LIBANO	R$ 27,99	R$ 3. 778,65
27	Bobina de papel para fax 216X30 metros	UN	100	ALOFORM	R$ 5,45	R$ 545,00
32	Calculadora de mesa de visor inclinado, com bateria solar de 12 dígitos com 04 operações básicas.	UN	52	WELLMIX	R$ 9,53	R$ 495,56
42	Caneta para escrever em CD/DVD. Cor azul. Tinta secagem rápida, ponta de 0,8 mm.	UN	65	MASTERPRINT	R$ 1,49	R$ 96,85
52	Cavalete flip shart , fabricado em pinus natural sem verniz, possui um quadro branco para utilização de pincéis hidrográficos, e prendedores de papel em sua parte superior para fixação de blocos de papéis de flip shart.	UN	31	STALO	R$ 77,50	R$ 2. 402,50
54	CD R agravável 700 mb box c/ 50 unid	CX	30	MAXPRINT	R$ 41,50	R$ 1. 245,00
55	Clipes para papel em aço niquelado n.° 3, fabricado em aço antiferrugem, caixa c/ 100 unidades.	CX	125	ACC	R$ 1,52	R$ 190,00
65	Cola Branca 500ml Cascorez, cola líquida à base de água, lavável, não tóxica, Adesivo vinilico de alta resistência, ideal para colagens duráveis em papel, usado para fazer caixas, maquetes e outros. Vendido por unidade.	UN	216	PIRATININGA	R$ 5,99	R$ 1. 293,84
72	Cracha Jacaré Clips com alça leitosa para prender cartões, feito em aço inoxidável, Dimensão (alt x larg x comp): 8,5 x 1,5 x 1 cm aprox Incolor.	UN	675	DAC	R$ 0,54	R$ 364,50
77	Envelope para correspondência branco medindo 114x229.	UN	4000	FORONI	R$ 0,05	R$ 200,00
80	Envelope Saco para correspondência em papel Branco formato 240x340mm.	UN	3800	FORONI	R$ 0,29	R$ 1. 102,00
81	Envelope Saco para correspondência em papel Branco formato 260x360mm.	UN	2600	FORONI	R$ 0,35	R$ 910,00
82	Envelope Saco para correspondência em papel Branco formato 310x410mm.	UN	2500	FORONI	R$ 0,50	R$ 1. 250,00
83	Envelope Saco para correspondência em papel Branco formato 370x470mm.	UN	2500	FORONI	R$ 0,56	R$ 1. 400,00
96	Espiral 25 mm. Cores diversas. (pacotes c/ 48 unidades)	PCT	80	LASSENE	R$ 25,20	R$ 2. 016,00
97	Espiral 33 mm. Cores diversas. (pacotes c/ 27 unidades)	PCT	100	LASSENE	R$ 25,20	R$ 2. 520,00
99	Espiral 50 mm. Cores diversas. (pacotes c/12 unidades)	PCT	100	LASSENE	R$ 25,45	R$ 2. 545,00
113	Fita adesiva de polipropileno, medindo 12mmx50m, na cor incolor	UN	905	ADERE	R$ 0,65	R$ 588,25
116	Fita crepe medindo 50 x 50 mm.	UN	600	ADELBRAS	R$ 6,60	R$ 3. 960,00
122	Grampeador para grampo 26/6, com base metálica, com alavanca pintada na cor cinza, com depósito de grampo em inox, capacidade para 02 (duas) barras com aproximadamente 105 grampos e grampear até 20 (vinte) folhas de papel.	UN	230	LYKE	R$ 8,81	R$ 2. 026,30
136	Lápis de Cor 12 cores - Descrição técnica: Tipo: eco lápis, Formato: sextavado, Inclui 1 cor metálica. Ponta durável e resistente. Possui o nome da cor gravada no lápis. Caixa com 12 cores, Madeira 100% Reflorestada e formato sextavado, Dimensões aproximadas da embalagem (cm) - AxLxP 21,5x9,5x1,3cm, Solúvel em água, Atóxico.	CX	140	NORMA	R$ 9,80	R$ 1. 372,00
159	Papel Carbono preto A4 Formato a4 (21 x 29,7 cm) CX 100 FL	CX	25	TRS	R$ 24,99	R$ 624,75
167	Papel fotográfico em folha A/4, em embalagem original lacrada de fábrica, na qual deve estar especificado que se trata de papel fotográfico – pcte c/50 folhas.	PCT	42	MASTERPRINT	R$ 13,49	R$ 566,58
187	Pasta plástica em "L" PP 0,15 210x297, mm, cores diversas, Pacote com 10 un.	PCT	100	ACP	R$ 5,70	R$ 570,00
188	Pasta plástica em pp transparente, modelo “L”, impresso que não gruda no plástico com o calor e também não risca, 100% reciclável. Tamanho oficio(23,0x33,0mm). Cor: cristal, c/ janela.	PCT	255	ACP	R$ 8,79	R$ 2. 241,45
192	Pasta sanfonada grande com 31 divisórias de A a Z, 31 etiquetas de papel para títulos, 100% plástica, material leve, atóxico, resistente e reciclável. Cores diversas. MEDIDAS 25x14x17 cm	UN	27	LYKE	R$ 23,50	R$ 634,50
197	Pendrive do tipo usb 3.0; tamanho de armazenamento de 16gb. Resistência a quedas.	UN	35	SANDISK	R$ 35,20	R$ 1. 232,00
199	Pendrive do tipo usb 3.0; tamanho de armazenamento de 64gb. Resistência a quedas.	UN	30	SANDISK	R$ 118,90	R$ 3. 567,00
203	Perfurador médio, perfura até 35 folhas de papel 75g/m2, corpo metálico, régua de marcação para diferentes tamanhos de folhas.	UN	36	LYKE	R$ 25,40	R$ 914,40
205	Pilha Alcalina, AA, 1,5v nominal. Embalagem com 4 unid. e com dados de identificação do produto e marca do fabricante. Com certificado de segurança do INMETRO.	UN	153	ELGIN	R$ 5,80	R$ 887,40
206	Pistola elétrica para aplicação de cola quente (fina), bivolt 110/220 volts - 10W, embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante. Com certificado de segurança do INMETRO. Marca brasileira.	UN	35	CLASSE	R$ 7,50	R$ 262,50
207	Pistola elétrica para aplicação de cola quente (grossa), bivolt 110/220 volts - 10W, embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante. Com certificado de segurança do INMETRO. Marca brasileira.	UN	35	CLASSE	R$ 24,99	R$ 874,65
208	Pistola pequena elétrica para aplicação de cola quente (fina), bivolt 110/220 volts - 40 watts, ponta com isolante térmico, embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante.	UN	15	WSTERN	R$ 14,60	R$ 219,00
210	Porta canetas/lápis, clips e lembretes, em acrílico, tamanho padrão, cor fumê, marrom ou transparente. O produto deverá obedecer às normas técnicas pertinentes como NBR 9001.	UN	68	WALLEU	R$ 5,05	R$ 343,40

211	Porta carimbos – para 12 carimbos – de boa qualidade.	UN	16	CENTRAL	R$ 14,00	R$ 224,00
215	Quadro aviso 1,20 x 90 feltro moldura madeira, Card board (espessura 6mm), revestido num lado com feltro acrílico e do outro lado com cortiça aglomerada importad Acabamento com moldura de madeira natural	UN	15	STALO	R$ 89,00	R$ 1. 335,00
219	Reforço para papel - autoadesivo, tipo transparente, para perfurações com 14,5 a 15,0 mm de diâmetro. Caixa com 150 unidades.	CX	302	PIMACO	R$ 4,49	R$ 1. 355,98
220	Régua em acrílico cristal incolor, com escalas em milímetros, espessura mín. de 3 mm e medindo 15 cm.	UN	155	WALLEU	R$ 0,74	R$ 114,70
221	Régua em acrílico cristal incolor, com escalas em milímetros, espessura mín. de 3 mm e medindo 30 cm.	UN	278	WALLEU	R$ 1,24	R$ 344,72
222	Régua em acrílico cristal incolor, com escalas em milímetros, espessura mín. de 3 mm e medindo 50 cm.	UN	68	WALLEU	R$ 2,79	R$ 189,72
223	Spray limpador de quadro branco. Frasco de 60 ml.	UN	100	RADEX	R$ 10,00	R$ 1. 000,00
239	Pincel nº 12 arredondado, pelo de esquilo em formato de ponta, amarrado e fabricado manualmente, cabo de madeira.	UN	200	LEO E LEO	R$ 2,60	R$ 520,00
240	Pincel nº 14 arredondado, pelo de esquilo em formato de ponta, amarrado e fabricado manualmente, cabo de madeira.	UN	200	LEO E LEO	R$ 2,80	R$ 560,00
246	Tela de pintura 30x40	UN	130	STALO	R$ 6,40	R$ 832,00
R$ 61.183,70 (Sessenta e Hum Mil Cento e Oitenta e Tres e Sessenta Centavo)						

2.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

CLAUSULA TERCEIRA VALIDADE DA ATA

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA QUARTA REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata. 4.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

4.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4 Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.7.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

4.7.6 Por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas;

4.8 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.10. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

4.11. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

4.12. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste contrato.

a. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Contratada, relativas ao fornecimento.

b. Caso a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, o seu exclusivo critério, poder suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA QUINTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 5.1.1 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. 5.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 5.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 5.4 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, conforme a seguir:

a).Secretaria de Administração – **Jodirce de Miranda**

b). Secretaria de Educação – **Marlei Tavares Leite**

c). Secretaria de Saúde – **Kathea de Oliveira**

d). Secretaria de Ação Social – **Alessandra Marcia da Silva**

e). Secretaria de Obras – **Marcos Freitas**

f). Secretaria de Desenvolvimento – **José Carlos da Silva**

5.5 . Os fiscais acima citados deverão atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO LOCAL , PRAZO DE ENTREGA DO PRODUTO

6.1 *O prazo de entrega dos bens (materiais/produtos etc.) é de 05 (cinco) dias, contados dos emissão da ordem de fornecimento pelas secretarias, os produtos deverão ser entregues em cada secretaria e/ou nos locais de eventos com embalagens de acordo com a especificação do termo de referência.*

6.2 Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de 05(cinco) dias, pelo (responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. **6.3** Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste contrato e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02(dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. **6.4** Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. CLAUSULA SETIMA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, abaixo descrito.

SECRETARIA	RECURSO	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPEZA	FONTE	REDUZIDO
	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
SAÚDE	**PROPRIO**	**2305 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA**	33.90.30.00	100	070085
SAUDE	**PROPRIO**	**2030 – MAN ENCARGOS DA SAÚDE**	33.90.30.00	100	070006
SAÚDE	**FEDERAL**	**2305 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA**	33.90.30.00	114	070086
	TOTAL				
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
EDUCAÇÃO	**PROPRIO**	**2045 – MAN. E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO**	33.90.30.00	100	050016
EDUCAÇÃO	**FEDERAL**	**2011 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO – GESTÃO**	33.90.30.00	119	050067
EDUCAÇÃO	**GESTÃO FUNDEB**	**2104-MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO INFANATIL PRÉ-ESCOLA- FUNDEB 40%**	33.90.30.00	119	050096
EDUCAÇÃO	**GESTÃO FUNDEB**	**2012-MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE – FUNDEB 40%**	33.90.30.00	119	050075
TOTAL					

	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2024-MANUT.DO PAIF**	33.90.30.00	129	060018
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2027-MANUTENÇÃO APOIO A PESSOA IDOSA /API**	33.90.30.00	143	060021
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2028-MANUTENÇÃO DO IGD - SUAS**	33.90.30.00	129	060026
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2082-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGDBF-MUNCIPAL**	33.90.30.00	129	060033
A.SOCIAL	**PROPRIO**	**2090-FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA**	33.90.30.00	100	060037
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2273-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO**	33.90.30.00	129	060042
TOTAL					
	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA				
OOBRAS E INFRA ESTRU-TURA	**PROPRIO**	**2 2074-MANUTENÇÃO ENCARGOS E SALÁRIOS**	33.90.30.00	1 100	080006
TOTAL					
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
SAD	**PROPRIO**	**2089- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO**	33.90.30.00	100	040021
	TOTAL				
	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL				
DESENVOLVIMENTO	**PROPRIO**	**2036- MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA**	33.90.30.00	100	100005
TOTAL					

8. CLAUSULA OITAVA DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E GARANTIAS

8.1 O bem de Material de Consumo fornecido deverá possuir garantia, referente a defeitos de fabricação, desempenho ou outros, por período mínimo de 12 (doze) meses e de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor.

8.3 A entrega dos materiais serão realizadas pela empresa contratada dentro dos horários conforme prazo estabelecidos no item

8.4 .A secretaria demandante emitirá uma ordem de fornecimento para a empresa vencerá que garantirá a entrega os produtos no prazo e horário local estabelecido.

9. CLAUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preço, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: **9.2** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta Ata de Registro de Preço, acompanhado da respectiva nota fiscal.

9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta Ata de Registro de Preço, o objeto com avarias ou defeitos;

9.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.8 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preço , que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

9.9 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

9.10 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência a Secretaria Municipal de Saúde, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

9.11 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

9.12 Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos medicamentos/material Hospitalar, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

9.13 A falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

9.14 Comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

9.15 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

9.16 Fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

9.17 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.18 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pelo mesmo, no prazo de 24 horas, caso constatado divergências nas especificações.

9.19 Emitir relatório mensal dos produtoss realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos.

9.20 Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

9.21 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

9.22 Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura;

9.23 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

9.24 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

9.25 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

9.26 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos/equipamentos ou prestação dos serviços, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

9.27 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, sobre os Materiais ofertados.

9.28 É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seu produto ou serviço atenda as condições exigidas.

9.29 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9.29 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta Ata de Registro de Preço, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a:*marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

10. CLAUSULA DECIMA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações da Contratante:

10.1.1 Receber os produtos e materiais no prazo e condições estabelecidas no processo e seus anexos;

10.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos e materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes no processo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos na proposta;

10.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente Ata de Registro de Preço, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3 A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

11. CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo repasse do percentual determinado.

11.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

11.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

11.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso ou negociação.

11.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento**.

12 CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito bancário, até o 5º dia útil subseqüente ao recebimento definitivo do objeto, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93. 12.2O pagamento será efetuado conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. 12.3O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. 12.4O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos materiais do presente pregão, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011. 12.5A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. 12.6Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados. 12.7Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. 12.8Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital. 12.9A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada. 12.10 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. 12.11 A Contratante poderá recusar materiais de consumo quando: 12.12 Nota fiscal com especificação e quantidades em desacordo com o discriminado no edital; 12.13 Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos do edital. 12.14 Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de e-mail institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria. 12.15 Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe; 12.16 Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente. 12.17 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo se já houver retenção cautelar, ou garantia contratual, suficientes para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

13.CLAUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3 Fraudar na execução do contrato;

13.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5 Cometer fraude fiscal;

13.1.6 Não mantiver a proposta.

13.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.2 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.3 Multa moratória de até 05(cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10(dez) dias;

13.2.3.1 Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

13.2.3.2 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.2.3. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.4.1. Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.4.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3 Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

13.3.2 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.3.3 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.3.4 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.5 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.5.2 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14. CLAUSULA DECIMA QUARTA DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15. CLAUSULA DECIMA QUINTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº 005/2018 e seus anexos e as propostas das classificadas.

16. CLAUSULA DECIMA SEXTA - DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento – MT,29 de Junho de 2018

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa: **MARIA JOSE DOS REIS NETO ME**

CNPJ sob o nº 10.226.940/0001-57

Representado pelo senhor Maria José dos Reis Neto

RG: 2320014 FUNRURAL e CPF nº 320.455.901-78

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 123/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representada pela Prefeita Municipal, **Sr. VALDIR PEREIRA DOS SANTOS -** Prefeito Municipal, portador da Carteira de Identidade RG nº 24137310/MT, e do CIC/CPF nº 236.135.139-00, como **CONTRATANTE** e De outro lado à empresa **COEL COMPANHIA DE OBRAS E ENGENHARIA EIRELI,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.571.257/0001-91, sediada na Rua Barão de Melgaço, nº. 2.350, 1º andar, sala 111, Bairro Centro Sul – Cuiabá – MT, CEP: 78.020-800, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **MARIO BORGES JUNQUEIRA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 13666932, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, e CPF nº 926.033.191-9, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente termo aditivo tem como objeto a:

Prorrogação do prazo de duração do Contrato original, passando o mesmo a vigorar até a data de 23/01/2019, tendo em vista que os serviços foram iniciados em 01/08/2017, com o prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias para execução, de acordo com o cronograma físico financeiro e ordem de serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57, inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93e na clausula 2ª do contrato 123/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 28 de setembro de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

COEL COMPANHIA DE OBRAS E ENGENHARIA EIRELI,

MARIO BORGES JUNQUEIRA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2014

DECIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **O MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62, centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, CEP: 78.565-000, representada neste ato pela Prefeito Municipal o **Sr. VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**,brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 24137310/MT, e do CIC/CPF nº 236. 135.139-00, doravante denominada Contratante, e de outro lado a empresa **CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME ,** Pessoa Jurídica de direito privado**,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 07.727.159/ 0001-18 situada à Avenida Mato Grosso, s/nº, CEP: 78.580-000, no Município de Nova Monte Verde/MT, neste ato representado por **VALENTINO ALVES AMANCIO,** brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 5. 698.500 SSP/SP e do CIC/CPF nº. 605.430.008-34, residente e domiciliado na Rua 412, nº 46, na cidade de Paranaíta, tendo como responsável técnico **RAFAEL ALBERTON MENON**, portador da carteira profissional N. º. 103.107/VD, expedida pelo CREA, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Os objetos do presente aditivo são os seguintes:

1.1.1 – Prorrogação do prazo de duração do Contrato original e execução da obra por mais 90 (noventa) dias, passando a vigorar de 03/ 04/2018 até a data 02/07/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93 e na clausula 4ª do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 28 de março de 2018.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

BRUNA NEIVERTH

CPF: 050.597.081-36

_____

RONALDO SANDRINI FELIPES

CPF: 001.067.831-06

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 104/2016 PREGÃO PRESENCIAL N°. 032/2016 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 048/ 2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 104/2016 que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/ 0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**,brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 24137310/MT, e do CIC/CPF nº 236.135.139-00, como **CONTRATANTE** e de outro lado à empresa **L. RICARDO MAGALHÃES - EPP**, devidamente inscrita no CNPJ. **17.922.286/0001-65**, situada na Av. da Feb (Lot. Cerrados), nº. 2222, Bairro Ponte Nova, na cidade de Várzea Grande/MT – CEP 78.115-865, neste ato representado pelo senhor **LUIS RICARDO DE MAGALHÃES**, portador do RG n°. 2013229-8 SSP/MT e inscrito sob o CPF n°. 027.181.071-89, residente e domiciliada situada na Cidade de Várzea Grande/MT, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO.

O presente Termo Aditivo tem como objeto prorrogar o prazo originalmente estabelecido por mais 05 (cinco) meses, passando o mesmo a ter sua vigência dentro do seguinte novo período: de **01/01/2018 À 31/12/2018.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor total bruto do contrato é de **R$ 14.760,00 (quatorze mil setecentos e sessenta reais),** sendo pagos em 12 (doze) parcelas mensais no valor de R$ 1.230,00 (um mil duzentos e trinta reais), podendo ser pago até o 15º dia do mês subsequente ao vencido**.**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PERÍODO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	LOCAÇÃO DE SOFTWARE COM ACESSO VIA WEB PARA PESQUISA DE PREÇOS MÉDIO DO MERCADO DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS E DE MAQUINAS.	12 meses	R$ 1. 230,00	R$ 14. 760,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO

71– Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica

CLÁUSULA QUARTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. As demais cláusulas do Contrato Original permanecem inalteradas, naquilo que não conflitarem com as disposições expressas neste instrumento.

Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde - MT. Para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Nova Bandeirantes – MT, 20 de dezembro de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

L. RICARDO MAGALHÃES - EPP

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Bruna Neiverth Nome: Ronaldo Sandrini Felipes

CPF: 050.597.081-36 CPF: 001.067.831-06

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECIMO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2014

DECIMO SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **O MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62, centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, CEP: 78.565-000, representada neste ato pela Prefeito Municipal o **Sr. VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**,brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 24137310/MT, e do CIC/CPF nº 236.135.139-00, doravante denominada Contratante, e de outro lado a empresa **CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME ,** Pessoa Jurídica de direito privado**,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 07.727.159/0001-18 situada à Avenida Mato Grosso, s/nº, CEP: 78.580-000, no Município de Nova Monte Verde/MT, neste ato representado por **VALENTINO ALVES AMANCIO,** brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 5.698.500 SSP/SP e do CIC/CPF nº. 605.430.008-34, residente e domiciliado na Rua 412, nº 46, na cidade de Paranaíta, tendo como responsável técnico **RAFAEL ALBERTON MENON**, portador da carteira profissional N.º. 103.107/VD, expedida pelo CREA, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Os objetos do presente aditivo são os seguintes:

1.1.1 – Prorrogação do prazo de duração do Contrato original e execução da obra por mais 90 (noventa) dias, passando a vigorar de 02/01/2018 até a data 02/04/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93e na clausula 4ª do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 20 de dezembro de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

BRUNA NEIVERTH

CPF: 050.597.081-36

_____

RONALDO SANDRINI FELIPES

CPF: 001.067.831-06

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECIMO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2014

DECIMO OITAVO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **O MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62, centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, CEP: 78.565-000, representada neste ato pela Prefeito Municipal o **Sr. VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**,brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 24137310/MT, e do CIC/CPF nº 236.135.139-00, doravante denominada Contratante, e de outro lado a empresa **CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME ,** Pessoa Jurídica de direito privado**,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 07.727.159/0001-18 situada à Avenida Mato Grosso, s/nº, CEP: 78.580-000, no Município de Nova Monte Verde/MT, neste ato representado por **VALENTINO ALVES AMANCIO,** brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 5.698.500 SSP/SP e do CIC/CPF nº. 605.430.008-34, residente e domiciliado na Rua 412, nº 46, na cidade de Paranaíta, tendo como responsável técnico **RAFAEL ALBERTON MENON**, portador da carteira profissional N.º. 103.107/VD, expedida pelo CREA, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Os objetos do presente aditivo são os seguintes:

1.1.1 – Prorrogação do prazo de duração do Contrato original e execução da obra por mais 90 (noventa) dias, passando a vigorar de 03/07/2018 até a data 01/10/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93 e na clausula 4ª do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 27 de junho de 2018.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

BRUNA NEIVERTH

CPF: 050.597.081-36

_____

RONALDO SANDRINI FELIPES

CPF: 001.067.831-06

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO DECIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2014

DECIMO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62, centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, CEP: 78.565-000, representada neste ato pela Prefeito Municipal o **Sr. VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**,brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 24137310/MT, e do CIC/CPF nº 236. 135.139-00, doravante denominada Contratante, e de outro lado a empresa **CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME ,** Pessoa Jurídica de direito privado**,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 07.727.159/ 0001-18 situada à Avenida Mato Grosso, s/nº, CEP: 78.580-000, no Município de Nova Monte Verde/MT, neste ato representado por **VALENTINO ALVES AMANCIO,** brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 5. 698.500 SSP/SP e do CIC/CPF nº. 605.430.008-34, residente e domiciliado na Rua 412, nº 46, na cidade de Paranaíta, tendo como responsável técnico **RAFAEL ALBERTON MENON**, portador da carteira profissional N. º. 103.107/VD, expedida pelo CREA, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Os objetos do presente aditivo são os seguintes:

1.1.1 – Prorrogação do prazo de duração do Contrato original e execução da obra por mais 90 (noventa) dias, passando a vigorar de 04/ 10/2017 até a data 01/01/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93e na clausula 4ª do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 29 de setembro de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO - LEI Nº11.250, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2005 - EC Nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA BRASILANDIA - MT EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA BRASILANDIA - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00001, de 29 de Junho de 2018.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
ANTONIO REGINALDO ROLDAO	040.360. 001-44	8981/00018/2018

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: JEOLLI CERUTTI AMORIM Matrícula: 00003141 Cargo/Portaria de Nomeação n° : SECRETARIA MUN DE ECONOMIA E FINANÇAS Assinatura:

AVISO DE PUBLICAÇÃO - DISPENSA 028/2018

AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

028/2018 de 26/06/2018.

De conformidade com o disposto no artigo 24, inciso IV, da Lei Federal n° 8.666/93 justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO DO CAIXÃO DE ATERRO – PONTE DE MADEIRA SOBRE O RIO CORGÃO NO MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIAMT EM CARACTER DE EMERGENCIA CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXAS, visando economicidade aos cofres públicos e atendimento a situação emergencial do Município.

VALOR GLOBAL: R$ 28.164,30 (Vinte e Oito Mil Cento e Sessenta e Quatro Reais e Trinta Centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

EMPRESA CONTRATADA: **L F PEREIRA ENGENHARIA - EPP,** inscrita no CNPJ: **Nº. 24.686.425/0001-64.**

Nova Brasilândia - MT, 26 de Junho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRATIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ESTADO DE MATO GROSSO

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº. 043/18/SMA/PMNG.

PROCESSO Nº. 579/2018

BASE LEGAL: DISPENSA DE LICITAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 24, II DA LEI FEDERAL 8.666/93, ATUALIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 552/2016.

PRAZO: 29/06/18 A 30/11/18

CONTRATADO: WELLINGTON RAIMUNDO DOS SANTOS ME.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2018, PARA COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA - MT, CONFORME LISTA DE VAGAS ANEXO 01.

VALOR: R$ 11.000,00 (GLOBAL)

DOTAÇÃO: ELEMENTO: 33.90.39.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 04.122.0001.2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

ADMINISTRATIVO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

DE LICITAÇÃO REFERENTE AO CONTRATO Nº. 043/2018

Objeto	Contratação de empresa especializada para realização do Concurso Público Nº. 001/2018.
Favorecido	WELLINGTON RAIMUNDO DOS SANTOS ME - CNPJ Nº. 71.358.766/0001-90
Prazo de execução	29/06/2018 a 30/11/2018
Valor global	R$ 11.000,00 (onze mil reais)
Fundamento Legal	Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, atualizado pela Lei Municipal Nº. 552/2016.
Justificativa	Anexa aos autos do processo.

Ratificamos a Dispensa de Licitação referente ao Contrato nº. 043/2018 em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico.

Nova Guarita – MT, 29 de junho de 2018.

_____

José Lair Zamoner

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 23/ 2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT, através da sua Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial n.º **23/2018**, cujo objeto é a **Seleção de melhor proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição fracionada de materiais e medicamentos para os Postos de Saúde do Município de Nova Guarita- MT**, tudo em conformidade com as características técnicas e quantitativos descritos em Edital.

Conforme Edital nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 alterações posteriores e da Lei Federal n.° 10.520, neste município de Nova Guarita - MT, com data prevista para abertura no dia 16/07/2018, às 08:30 horas. Cópias do edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada na Av. dos Migrantes, Travessa 01, N° 30, em Nova Guarita – MT, no horário das 08:30 hs as 11:00 ou através do site www.novaguarita.mt.gov.br e encaminhar o formulário/ recibo de retirada do edital devidamente preenchido para o departamento de Licitações através do fone/fax (66) 3574-1404 ou email licitacaonovaguarita@hotmail.com.

Nova Guarita – MT, em 29 de Junho de 2018.

Yana Maria Marcon

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE FAZENDA
RREO - ANEXO XI - LRF - DEMONST. RECEITAS DE ALIENACAO DE ATIVOS E APLICACAO DE RECURSOS(2 BIMESTRE 2018)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018
MATO GROSSO

Exercício: 2018
Página.: 1 de 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE - MARCO/ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS ATUALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora da Alienação	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A REALIZAR (g) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	(h)	(i) = (Ib - (IIe + IIf))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)	119,12	0,00	119,12

FONTE: Sistema ORCA, Unidade Resposável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018

Emissão: 29/05/2018 13:17:53

*** Regime Geral da Previdência Social: Essa linha apresenta valores somente no demonstrativo da União.**

Juvenal Alexandre da Silva Prefeito Municipal	Rayender Izidorio Mulinario Sec. Mun. Fazenda	Cleber Lima Souto Contabilista CRC-MT 8900/0-9

www.duralexsistemas.com.br

OR 4625B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 016/2018

EMENTA: ESTABELECE HORÁRIO DE EXPEDIENTE DIFERENCIADO PELO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA DURANTE A PARTICIPAÇÃO DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO FIFA 2018.

CONSIDERANDO a Copa do Mundo como evento tradicional apreciado pela maioria dos brasileiros em especial a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018;

CONSIDERANDO o princípio da continuidade do serviço público, a exigir a manutenção dos serviços essenciais, assim como a uniformidade na conduta entre os diversos órgãos da Administração Direta e Indireta dos entes da federação;

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, Prefeito do Município de Nova Marilândia – MT, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a Constituição Federal, com fulcro na Lei Orgânica do Município de Nova Marilândia/MT

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer horário de expediente diferenciado aos órgãos da administração pública do Município de Nova Marilândia, com início as 13:00 horas e término as 17:00 no dia 02.06.2018 (segunda - feira) em virtude do jogo Brasil x México;

Art. 2º - Fica autorizado os órgãos da administração por meio dos seus secretários a adequarem a forma de prestação dos serviços respeitando a peculiaridade de cada caso em detrimento a otimização dos serviços públicos;

Art. 3º - Esse Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário;

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Nova Marilândia, aos 29 (vinte e nove) dias de junho de 2018 (dois mil e dezoito).

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA - MT

SECRETARIA DE FAZENDA
RREO - ANEXO I - LRF - BALANCO ORCAMENTARIO (2 BIMESTRE 2018)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018
MATO GROSSO

Exercício: 2018
Página.: 1 de 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE - MARCO/ABRIL

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e p I°) 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.666.500,00	19.666.500,00	2.774.533,94	14,10	5.817.801,87	29,58	13.848.698,13
RECEITAS CORRENTES	14.913.824,98	14.913.824,98	2.644.510,02	17,73	5.606.719,86	37,59	9.307.105,12
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHOR	933.770,58	933.770,58	187.829,80	20,11	370.987,51	39,73	562.783,07
Impostos	899.172,05	899.172,05	177.440,13	19,73	351.036,92	39,04	548.135,13
Taxas	34.598,53	34.598,53	10.389,67	30,02	19.950,59	57,66	14.647,94
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	31.110,17	31.110,17	4.926,36	15,83	17.008,30	54,67	14.101,87
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Socia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação P	31.110,17	31.110,17	4.926,36	15,83	17.008,30	54,67	14.101,87
RECEITA PATRIMONIAL	27.250,00	27.250,00	9.678,12	35,51	19.981,10	73,32	7.268,90
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	27.250,00	27.250,00	9.678,12	35,51	19.981,10	73,32	7.268,90
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Pe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	280.000,00	280.000,00	47.989,30	17,13	83.572,53	29,84	196.427,47
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	280.000,00	280.000,00	47.989,30	17,13	83.572,53	29,84	196.427,47
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Tran	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.618.694,23	13.618.694,23	2.389.548,96	17,54	5.006.486,80	36,76	8.612.207,43
Transferências da União e de suas Entidades	6.348.242,28	6.348.242,28	1.116.925,90	17,59	2.330.090,98	36,70	4.018.151,30
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de su	5.509.251,95	5.509.251,95	936.762,46	17,00	1.948.705,12	35,37	3.560.546,83
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.761.200,00	1.761.200,00	335.860,60	19,06	727.690,70	41,31	1.033.509,30
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identific	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	23.000,00	23.000,00	4.537,48	19,72	108.683,62	472,53	-85.683,62
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	22.000,00	22.000,00	3.653,64	16,60	107.307,30	487,76	-85.307,30
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Pú	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	1.000,00	1.000,00	883,84	88,38	1.376,32	137,63	-376,32
RECEITAS DE CAPITAL	4.752.675,02	4.752.675,02	130.023,92	2,73	211.082,01	4,44	4.541.593,01
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	32.000,00	32.000,00	523,95	1,63	1.479,33	4,62	30.520,67
Alienação de Bens Móveis	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Alienação de Bens Imóveis	30.000,00	30.000,00	523,95	1,74	1.479,33	4,93	28.520,67
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.720.675,02	4.720.675,02	129.499,97	2,74	209.602,68	4,44	4.511.072,34
Transferências da União e de suas Entidades	4.095.675,02	4.095.675,02	129.499,97	3,16	209.602,68	5,11	3.886.072,34
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de su	625.000,00	625.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	625.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identifica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS(III) = (I+II)	19.666.500,00	19.666.500,00	2.774.533,94	14,11	5.817.801,87	29,58	13.848.698,13
OPERAÇÃO DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	19.666.500,00	19.666.500,00	2.774.533,94	14,11	5.817.801,87	29,58	13.848.698,13
DEFICT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	19.666.500,00	19.666.500,00	2.774.533,94	14,10	5.817.801,87	29,58	13.848.698,13
SALDO DE EXERCICIO ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00			0,00		
Superavit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00					
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00			0,00		

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018
MATO GROSSO

Exercício: 2018
Página.: 2 de 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE - MARCO/ABRIL

18.233.200,00

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e p I°)

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i = e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORCAMENTARIAS)(VIII)	18.238.200,00	18.233.200,00	2.894.398,98	5.935.679,91	12.297.520,09	2.869.726,25	5.194.315,05	13.038.884,95	4.842.357,10	0,00
DESPESAS CORRENTES	14.363.465,88	14.358.465,88	2.750.795,98	5.561.299,93	8.797.165,95	2.726.123,25	4.999.416,18	9.359.049,70	4.650.756,23	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.494.700,00	6.480.700,00	1.208.183,56	2.431.049,48	4.049.650,52	1.213.763,56	2.414.309,48	4.066.390,52	2.367.425,27	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.868.765,88	7.877.765,88	1.542.612,42	3.130.250,45	4.747.515,43	1.512.359,69	2.585.106,70	5.292.659,18	2.283.330,96	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	3.644.734,12	3.644.734,12	143.603,00	374.379,98	3.270.354,14	143.603,00	194.898,87	3.449.835,25	191.600,87	0,00
INVESTIMENTOS	3.614.734,12	3.614.734,12	143.603,00	374.379,98	3.240.354,14	143.603,00	194.898,87	3.419.835,25	191.600,87	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGENCIA	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00	230.000,00	0,00	0,00	230.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORCAMENTARIAS)(IX)	432.300,00	437.300,00	80.526,31	158.150,24	279.149,76	80.526,31	158.150,24	279.149,76	117.863,66	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	18.670.500,00	18.670.500,00	2.974.925,29	6.093.830,15	12.576.669,85	2.950.252,56	5.352.465,29	13.318.034,71	4.960.220,76	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DIV./ REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Divida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII) = (X +XI)	18.670.500,00	18.670.500,00	2.974.925,29	6.093.830,15	12.576.669,85	2.950.252,56	5.352.465,29	13.318.034,71	4.960.220,76	0,00
SUPERAVIT(XIII)							465.336,58			
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	18.670.500,00	465.336,58	2.974.925,29	6.093.830,15	12.576.669,85		5.817.801,87		4.960.220,76	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i = e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORCAMENTARIAS)(IX)	432.300,00	437.300,00	80.526,31	158.150,24	279.149,76	80.526,31	158.150,24	279.149,76	117.863,66	0,00
DESPESAS CORRENTES	432.300,00	437.300,00	80.526,31	158.150,24	279.149,76	80.526,31	158.150,24	279.149,76	117.863,66	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	432.300,00	437.300,00	80.526,31	158.150,24	279.149,76	80.526,31	158.150,24	279.149,76	117.863,66	0,00

FONTE: Sistema ORCA, Unidade Responsável:PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018 Emissão: 29/05/2018 13:03:46

Juvenal Alexandre da Silva Prefeito Municipal	Rayender Izidorio Mulinario Sec. Mun. Fazenda	Cleber Lima Souto Contabilista CRC-MT 8900/0-9

SECRETARIA DE FAZENDA
RREO - ANEXO II - LRF - DEMONST. EXECUCAO DA DESPESAS POR FUNCAO E SUBFUNCAO (2 BIMESTRE 2018)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018
MATO GROSSO

Exercício: 2018
Página.: 1 de 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE - MARCO/ABRIL

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORCAMENTARIAS) (I)	18.238.200,00	18.233.200,00	2.894.398,98	5.935.679,91	0,00	12.297.520,09	2.869.726,25	5.194.315,05	0,00	13.038.884,95	0,00
ADMINISTRAÇÃO	4.386.000,00	4.438.100,00	799.421,86	1.518.149,36	0,25	2.919.950,64	805.794,39	1.392.584,18	0,27	3.045.515,82	0,00
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	3.500.500,00	3.472.500,00	582.656,83	1.091.869,72	0,18	2.380.630,28	572.607,41	1.001.866,69	0,19	2.470.633,31	0,00
Administração Financeira	738.000,00	822.100,00	200.031,38	395.276,57	0,06	426.823,43	216.453,33	359.714,42	0,07	462.385,58	0,00
Controle Interno	102.000,00	102.000,00	16.733,65	31.003,07	0,01	70.996,93	16.733,65	31.003,07	0,01	70.996,93	0,00
Assistência Especial	45.500,00	41.500,00	0,00	0,00	0,00	41.500,00	0,00	0,00	0,00	41.500,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	23.000,00	23.000,00	0,00	880,00	0,00	22.120,00	0,00	880,00	0,00	22.120,00	0,00
Policiamento	23.000,00	23.000,00	0,00	880,00	0,00	22.120,00	0,00	880,00	0,00	22.120,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.438.000,00	1.442.000,00	272.840,00	480.879,40	0,08	961.120,60	268.338,29	453.418,49	0,08	988.581,51	0,00
Administração Geral	54.000,00	43.500,00	0,00	0,00	0,00	43.500,00	0,00	0,00	0,00	43.500,00	0,00
Assistência ao Idoso	752.000,00	751.780,00	165.470,12	286.233,42	0,05	465.546,58	166.641,87	277.529,97	0,05	474.250,03	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	362.000,00	366.000,00	62.900,67	127.070,87	0,02	238.929,13	63.507,21	122.693,41	0,02	243.306,59	0,00
Assistência Especial	270.000,00	280.720,00	44.469,21	67.575,11	0,01	213.144,89	38.189,21	53.195,11	0,01	227.524,89	0,00
SAÚDE	3.156.700,00	3.156.700,00	584.261,44	1.298.712,99	0,21	1.857.987,01	624.057,52	1.118.451,05	0,21	2.038.248,95	0,00
Atenção Básica	2.662.200,00	2.624.400,00	467.422,78	1.105.795,36	0,18	1.518.604,64	501.982,66	939.304,67	0,18	1.685.095,33	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	140.000,00	140.000,00	52.200,40	85.072,12	0,01	54.927,88	55.900,40	77.415,87	0,01	62.584,13	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	201.000,00	201.000,00	5.698,64	34.958,92	0,01	166.041,08	7.234,84	28.843,92	0,01	172.156,08	0,00
Vigilância Sanitária	98.000,00	135.800,00	49.110,00	53.227,35	0,01	82.572,65	49.110,00	53.227,35	0,01	82.572,65	0,00
Vigilância Epidemiológica	55.500,00	55.500,00	9.829,62	19.659,24	0,00	35.840,76	9.829,62	19.659,24	0,00	35.840,76	0,00
TRABALHO	210.000,00	210.000,00	48.136,48	71.160,55	0,01	138.839,45	16.411,11	37.817,19	0,01	172.182,81	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	210.000,00	210.000,00	48.136,48	71.160,55	0,01	138.839,45	16.411,11	37.817,19	0,01	172.182,81	0,00
EDUCAÇÃO	3.799.308,23	3.791.308,23	764.135,68	1.444.004,92	0,23	2.347.303,31	755.486,19	1.343.081,97	0,25	2.448.226,26	0,00
Alimentação e Nutrição	184.631,20	184.631,20	37.081,06	53.363,75	0,01	131.267,45	34.582,56	50.865,25	0,01	133.765,95	0,00
Ensino Fundamental	2.873.177,03	2.863.177,03	553.067,67	1.052.678,55	0,17	1.810.498,48	552.016,68	961.854,10	0,18	1.901.322,93	0,00
Educação Infantil	718.500,00	718.500,00	164.430,11	325.340,56	0,05	393.159,44	164.430,11	325.340,56	0,06	393.159,44	0,00
Educação de Jovens e Adultos	15.500,00	15.500,00	2.556,84	3.122,06	0,00	12.377,94	2.556,84	3.122,06	0,00	12.377,94	0,00
Educação Especial	7.500,00	9.500,00	7.000,00	9.500,00	0,00	0,00	1.900,00	1.900,00	0,00	7.600,00	0,00
CULTURA	525.500,00	525.500,00	26.250,86	33.215,00	0,01	492.285,00	12.250,86	19.215,00	0,00	506.285,00	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
Difusão Cultural	415.500,00	415.500,00	26.250,86	33.215,00	0,01	382.285,00	12.250,86	19.215,00	0,00	396.285,00	0,00
Lazer	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00
DIREITOS DE CIDADANIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
Infra-estrutura Urbana	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
URBANISMO	865.300,00	865.300,00	0,00	179.481,11	0,03	685.818,89	0,00	0,00	0,00	865.300,00	0,00
Infra-estrutura Urbana	725.000,00	725.000,00	0,00	179.481,11	0,03	545.518,89	0,00	0,00	0,00	725.000,00	0,00
Serviços Urbanos	140.300,00	140.300,00	0,00	0,00	0,00	140.300,00	0,00	0,00	0,00	140.300,00	0,00
HABITAÇÃO	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00
Habitação Urbana	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00
SANEAMENTO	503.841,77	506.841,77	32.405,83	107.975,97	0,02	398.865,80	35.370,27	96.138,63	0,02	410.703,14	0,00
Saneamento Básico Urbano	503.841,77	506.841,77	32.405,83	107.975,97	0,02	398.865,80	35.370,27	96.138,63	0,02	410.703,14	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	83.500,00	83.500,00	875,88	4.080,84	0,00	79.419,16	875,88	4.080,84	0,00	79.419,16	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	83.500,00	83.500,00	875,88	4.080,84	0,00	79.419,16	875,88	4.080,84	0,00	79.419,16	0,00
AGRICULTURA	835.000,00	820.000,00	140.817,67	286.898,47	0,04	533.101,53	109.340,56	234.299,70	0,05	585.700,30	0,00
Administração Geral	552.000,00	552.000,00	137.500,67	255.151,47	0,04	296.848,53	106.023,56	202.552,70	0,04	349.447,30	0,00
Controle Ambiental	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
Promoção da Produção Animal	138.000,00	128.000,00	0,00	2.055,00	0,00	125.945,00	0,00	2.055,00	0,00	125.945,00	0,00
Extensão Rural	70.000,00	65.000,00	3.317,00	29.692,00	0,00	35.308,00	3.317,00	29.692,00	0,01	35.308,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00	0,00
Reforma Agrária	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	188.750,00	188.750,00	0,00	0,00	0,00	188.750,00	0,00	0,00	0,00	188.750,00	0,00
Promoção Comercial	188.750,00	188.750,00	0,00	0,00	0,00	188.750,00	0,00	0,00	0,00	188.750,00	0,00
ENERGIA	57.000,00	57.000,00	8.289,00	17.784,00	0,00	39.216,00	8.289,00	17.784,00	0,00	39.216,00	0,00
Energia Elétrica	57.000,00	57.000,00	8.289,00	17.784,00	0,00	39.216,00	8.289,00	17.784,00	0,00	39.216,00	0,00
TRANSPORTE	1.373.000,00	1.373.000,00	197.833,69	471.370,48	0,08	901.629,52	228.381,59	469.477,18	0,09	903.522,82	0,00
Transporte Rodoviário	1.373.000,00	1.373.000,00	197.833,69	471.370,48	0,08	901.629,52	228.381,59	469.477,18	0,09	903.522,82	0,00
DESPORTO E LAZER	393.300,00	352.200,00	19.130,59	21.086,82	0,00	331.113,18	5.130,59	7.086,82	0,00	345.113,18	0,00
Turismo	200.500,00	200.500,00	0,00	0,00	0,00	200.500,00	0,00	0,00	0,00	200.500,00	0,00
Desporto Comunitário	192.800,00	151.700,00	19.130,59	21.086,82	0,00	130.613,18	5.130,59	7.086,82	0,00	144.613,18	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA LEGAL	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	230.000,00	0,00
Reserva de Contingência	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	230.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORCAMENTARIAS) (II)	432.300,00	437.300,00	80.526,31	158.150,24	0,00	279.149,76	80.526,31	158.150,24	0,00	279.149,76	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	18.670.500,00	18.670.500,00	2.974.925,29	6.093.830,15	100,00	12.576.669,85	2.950.252,56	5.352.465,29	100,00	13.318.034,71	0,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b / a)	
DESPESAS (INTRA-ORCAMENTARIAS)	432.300,00	437.300,00	80.526,31	158.150,24	80.526,31	158.150,24	0,00	36,17	279.149,76
ADMINISTRAÇÃO	125.000,00	130.000,00	16.150,75	35.276,25	16.150,75	35.276,25	0,00	0,00	0,00
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	88.500,00	88.500,00	7.461,07	18.706,95	7.461,07	18.706,95	11,83	21,14	69.793,05
Administração Financeira	26.000,00	31.000,00	6.780,58	12.778,90	6.780,58	12.778,90	8,08	41,22	18.221,10
Controle Interno	10.000,00	10.000,00	1.909,10	3.790,40	1.909,10	3.790,40	2,40	37,90	6.209,60
Assistência Especial	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	29.300,00	29.300,00	4.281,93	8.618,72	4.281,93	8.618,72	0,00	0,00	1.000,00
Administração Geral	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Assistência ao Idoso	22.000,00	22.000,00	4.281,93	8.618,72	4.281,93	8.618,72	5,45	39,18	13.381,28

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018
MATO GROSSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE - MARCO/ABRIL

ASSISTÊNCIA SOCIAL	29.300,00	29.300,00	4.281,93	8.618,72	4.281,93	8.618,72	0,00	0,00	6.300,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	6.300,00	6.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.300,00
SAÚDE	57.000,00	57.000,00	12.665,28	24.511,05	12.665,28	24.511,05	15,50	46,25	28.488,95
Atenção Básica	53.000,00	53.000,00	12.665,28	24.511,05	12.665,28	24.511,05	15,50	46,25	28.488,95
Vigilância Sanitária	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Vigilância Epidemiológica	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
EDUCAÇÃO	148.000,00	148.000,00	33.837,56	65.652,67	33.837,56	65.652,67	28,95	43,60	59.217,96
Ensino Fundamental	105.000,00	105.000,00	23.224,50	45.782,04	23.224,50	45.782,04	28,95	43,60	59.217,96
Educação Infantil	42.500,00	42.500,00	10.613,06	19.870,63	10.613,06	19.870,63	12,56	46,75	22.629,37
Educação de Jovens e Adultos	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
CULTURA	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
Difusão Cultural	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
URBANISMO	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Serviços Urbanos	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
SANEAMENTO	3.000,00	3.000,00	676,80	2.145,01	676,80	2.145,01	1,36	71,50	854,99
Saneamento Básico Urbano	3.000,00	3.000,00	676,80	2.145,01	676,80	2.145,01	1,36	71,50	854,99
GESTÃO AMBIENTAL	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Preservação e Conservação Ambiental	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
AGRICULTURA	20.000,00	20.000,00	5.102,19	9.588,29	5.102,19	9.588,29	6,06	47,94	10.411,71
Administração Geral	20.000,00	20.000,00	5.102,19	9.588,29	5.102,19	9.588,29	6,06	47,94	10.411,71
TRANSPORTE	40.000,00	40.000,00	7.811,80	12.358,25	7.811,80	12.358,25	7,81	30,90	27.641,75
Transporte Rodoviário	40.000,00	40.000,00	7.811,80	12.358,25	7.811,80	12.358,25	7,81	30,90	27.641,75
DESPORTO E LAZER	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Desporto Comunitário	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
TOTAL	432.300,00	437.300,00	80.526,31	158.150,24	80.526,31	158.150,24	100,00	0,00	279.149,76

FONTE: Sistema ORCAUnidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018 - MT

Emissão: 29/05/2018

Juvenal Alexandre da Silva Prefeito Municipal	Rayender Izidorio Mulinario Sec. Mun. Fazenda	Cleber Lima Souto Contabilista CRC-MT 8900/0-9

SECRETARIA DE FAZENDA
RREO - ANEXO III - LRF - DEMONSTRATIVO RECEITA CORRENTE LIQUIDA(2 BIMESTRE 2018)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA
MATO GROSSO

Exercício: 2017
Página.: 1 de 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2017 A ABRIL 2018

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	PREVISÃO
	Maio 17	Junho 17	Julho 17	Agosto 17	Setembro 17	Outubro 17	Novembro 17	Dezembro 17	Janeiro 18	Fevereiro 18	Março 18	Abril 18	(ÚLT. 12M.)	ATUALIZADA
RECEITAS CORRENTES (I)	**1.632.732,39**	**1.404.328,90**	**1.572.659,32**	**1.564.641,64**	**1.488.980,02**	**1.523.570,33**	**1.701.187,04**	**2.979.107,81**	**1.669.172,27**	**1.772.520,02**	**1.453.846,29**	**1.580.653,30**	**20.343.399,33**	**17.252.224,98**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhor	**81.226,35**	**47.573,21**	**64.033,97**	**145.473,50**	**106.663,58**	**78.160,18**	**114.962,24**	**323.504,20**	**49.798,03**	**133.359,68**	**73.132,06**	**114.697,74**	**1.332.584,74**	**933.770,58**
IPTU	14.296,76	8.915,95	1.781,54	711,78	341,20	185,49	305,76	403,18	1.360,71	192,35	6.379,67	7.280,76	42.155,15	47.172,05
ISS	24.090,48	33.717,86	19.975,58	23.689,56	29.317,64	19.723,44	36.334,58	75.393,57	38.861,16	17.310,77	43.169,92	34.380,86	395.965,42	300.000,00
ITBI	1.301,89	825,55	901,49	113.790,48	70.581,32	5.543,42	73.714,77	190.206,34	624,37	64.963,51	11.099,08	24.308,96	557.861,18	352.000,00
IRRF	38.708,67	3.264,05	38.665,44	3.636,91	5.650,17	52.032,81	3.843,26	57.079,49	5.200,07	45.083,85	4.992,77	45.828,11	303.985,60	200.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de M	2.828,55	849,80	2.709,92	3.644,77	773,25	675,02	763,87	421,62	3.751,72	5.809,20	7.490,62	2.899,05	32.617,39	34.598,53
Contribuições	**3.079,77**	**3.495,41**	**2.954,71**	**3.632,49**	**1.451,38**	**2.044,18**	**0,00**	**5.471,62**	**5.247,44**	**6.834,50**	**0,00**	**4.926,36**	**39.137,86**	**31.110,17**
Receita Patrimonial	**13.145,96**	**11.023,78**	**13.373,60**	**9.977,55**	**7.407,42**	**6.959,45**	**5.871,02**	**5.352,66**	**5.617,95**	**4.685,03**	**5.213,46**	**4.464,66**	**93.092,54**	**27.250,00**
Rendimentos de Aplicação Financeira	13.145,96	11.023,78	13.373,60	9.977,55	7.407,42	6.959,45	5.871,02	5.352,66	5.617,95	4.685,03	5.213,46	4.464,66	93.092,54	27.250,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita Industrial	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita de Serviços	**32.531,47**	**25.939,22**	**28.001,66**	**28.228,05**	**25.980,77**	**22.390,84**	**18.246,43**	**22.382,42**	**19.492,44**	**16.090,79**	**26.754,20**	**21.235,10**	**287.273,39**	**280.000,00**
Transferências Correntes	**1.497.407,60**	**1.313.546,09**	**1.435.939,06**	**1.373.906,61**	**1.343.435,87**	**1.406.464,23**	**1.547.349,03**	**2.619.285,95**	**1.489.181,09**	**1.607.239,20**	**1.348.271,73**	**1.431.266,80**	**18.413.293,26**	**15.957.094,23**
Cota-parte do FPM	581.835,15	536.286,61	692.428,59	469.737,94	394.421,66	447.345,15	459.762,90	884.609,68	562.076,40	734.809,64	494.114,29	518.062,73	6.775.490,74	5.778.000,00
Cota-parte do ICMS	493.306,24	422.175,64	398.064,08	548.590,84	592.974,30	426.844,37	627.367,94	604.900,00	559.668,38	472.712,15	461.087,05	407.406,66	6.015.097,65	5.500.000,00
Cota-parte do IPVA	37.332,57	19.739,11	27.035,35	28.852,90	19.782,32	12.980,87	11.883,66	4.571,47	17.040,31	28.399,06	33.195,44	32.099,48	272.912,54	240.000,00
Cota-parte do ITR	12.072,16	8.137,75	2.887,21	649,78	6.376,97	214.729,13	32.958,84	29.861,39	17.006,49	1.785,17	40,68	27,00	326.532,57	330.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.998,31	1.998,31	1.998,31	1.998,31	1.998,31	1.998,31	1.998,31	1.998,31	1.957,65	1.957,65	1.957,65	1.957,65	23.817,08	22.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	169.055,37	141.896,26	135.295,06	172.677,41	112.876,65	145.903,02	134.504,06	437.299,35	197.702,84	194.127,26	173.584,51	162.276,09	2.177.197,88	1.761.200,00
Outras Tranferências Correntes	201.807,80	183.312,41	178.230,46	151.399,43	215.005,66	156.663,38	278.873,32	656.045,75	133.729,02	173.448,27	184.292,11	309.437,19	2.822.244,80	2.325.894,23
Outras Receitas Correntes	**5.341,24**	**2.751,19**	**28.356,32**	**3.423,44**	**4.041,00**	**7.551,45**	**14.758,32**	**3.110,96**	**99.835,32**	**4.310,82**	**474,84**	**4.062,64**	**178.017,54**	**23.000,00**
DEDUÇÕES (II)	**224.471,17**	**198.428,92**	**168.834,38**	**209.964,27**	**202.415,21**	**221.061,74**	**226.794,21**	**251.226,45**	**231.549,79**	**247.932,66**	**198.078,95**	**191.910,62**	**2.572.668,37**	**2.338.400,00**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previd	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Compensação Financ. entre Regimes Previ	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Dedução de Receita para Formação do FUN	**224.471,17**	**198.428,92**	**168.834,38**	**209.964,27**	**202.415,21**	**221.061,74**	**226.794,21**	**251.226,45**	**231.549,79**	**247.932,66**	**198.078,95**	**191.910,62**	**2.572.668,37**	**2.338.400,00**
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I - II)	1.408.261,22	1.205.899,98	1.403.824,94	1.354.677,37	1.286.564,81	1.302.508,59	1.474.392,83	2.727.881,36	1.437.622,48	1.524.587,36	1.255.767,34	1.388.742,68	17.770.730,96	14.913.824,98

FONTE: Sistema ORCA Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA - MT

Emissão: 29/05/2018

Juvenal Alexandre da Silva
Prefeito Municipal

Rayender Izidorio Mulinario
Sec. Mun. Fazenda

Cleber Lima Souto
Contabilista
CRC-MT 8900/0-9

www.duralexsistemas.com.br

OR 46253

SECRETARIA DE FAZENDA
RREO - ANEXO IV - LRF - DEMONST. RECEITAS E DESPESAS DO RPPS(2 BIMESTRE 2018)



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018

MATO GROSSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE - MARCO/ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, Inciso II) — **Em Reais**

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2018	Até o Bimestre 2017
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018
MATO GROSSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE - MARCO/ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, Inciso II)

Em Reais

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre 2018	Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2018	Até o Bimestre 2017	Em 2018	Em 2017
ADMINISTRAÇÃO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCI RIO (VII) = (III - VI)	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RRPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2018	2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018
MATO GROSSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE - MARCO/ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, Inciso II) — **Em Reais**

Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2018	Até o Bimestre 2017
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018
MATO GROSSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE - MARCO/ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, Inciso II)

Em Reais

DESPESAS PREVIDENCÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre 2018	Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2018	Até o Bimestre 2017	Em 2018	Em 2017
ADMINISTRAÇÃO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCI RIO (XIV) = (X XIII)	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

FONTE: Sistema ORCA Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018 - MT Emissão: 29/05/2018

Juvenal Alexandre da Silva Prefeito Municipal	Rayender Izidorio Mulinario Sec. Mun. Fazenda	Cleber Lima Souto Contabilista CRC-MT 8900/0-9

SECRETARIA DE FAZENDA
RREO - ANEXO VI - LRF DEMOSNTRATIVO DE RESULTADO PRIMARIO E NOMINAL (2 BIMESTRE 2018)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018

MATO GROSSO

Exercício: 2018
Página.: 1 de 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE - MARCO/ABRIL

RREO - Anexo 6 (LRF, Art. 53, Inciso III) — R$ 1,00

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre 2018 RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (I)	**14.913.824,98**	**5.606.719,86**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	933.770,58	370.987,51
IPTU	47.172,05	15.213,49
ISS	300.000,00	133.722,71
ITBI	352.000,00	100.995,92
IRRF	160.000,00	84.379,29
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	74.598,53	36.676,10
Contribuições	31.110,17	17.008,30
Receita Patrimonial	27.250,00	19.981,10
Aplicações Financeiras (II)	27.250,00	19.981,10
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	13.618.694,23	5.006.486,80
Cota-Parte do FPM	4.678.000,00	1.847.250,56
Cota-Parte do ICMS	4.380.000,00	1.520.699,46
Cota-Parte do IPVA	192.000,00	88.587,50
Cota-Parte do ITR	264.000,00	15.087,51
Transferências da LC 87/1996	17.600,00	6.264,48
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	1.761.200,00	727.690,70
Outras Transferências Correntes	2.325.894,23	800.906,59
Demais Receitas Correntes	303.000,00	192.256,15
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	303.000,00	192.256,15
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	**14.886.574,98**	**5.586.738,76**
RECEITAS DE CAPITAL (V)	**4.752.675,02**	**211.082,01**
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	32.000,00	1.479,33
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	32.000,00	1.479,33
Transferências de Capital	4.720.675,02	209.602,68
Convênios	4.576.675,02	129.602,68
Outras Transferências de Capital	144.000,00	80.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	**4.752.675,02**	**211.082,01**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	**19.639.250,00**	**5.797.820,77**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre 2018 DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADO PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	**14.947.305,88**	**5.561.299,93**	**4.999.416,18**	**4.650.756,23**	**72.165,42**	**0,00**	**155.600,95**
Pessoal e Encargos Sociais	6.510.700,00	2.431.049,48	2.414.309,48	2.367.425,27	47.277,94	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	8.436.605,88	3.130.250,45	2.585.106,70	2.283.330,96	24.887,48	0,00	155.600,95
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	**14.947.305,88**	**5.561.299,93**	**4.999.416,18**	**4.650.756,23**	**72.165,42**	**0,00**	**155.600,95**
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	**11.608.534,12**	**374.379,98**	**194.898,87**	**191.600,87**	**0,00**	**0,00**	**11.255,07**
Investimentos	3.748.534,12	374.379,98	194.898,87	191.600,87	0,00	0,00	11.255,07
Inversões Financeiras	7.860.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	7.680.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII -)	**11.428.534,12**	**374.379,98**	**194.898,87**	**191.600,87**	**0,00**	**0,00**	**11.255,07**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	**0,00**						
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	**26.375.840,00**	**5.935.679,91**	**5.194.315,05**	**4.842.357,10**	**72.165,42**	**0,00**	**166.856,02**

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc)]	**-5.081.378,54**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	86.200,00

JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre 2018 VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	19.981,10
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	

RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	-5.061.397,44

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

ACIMA DA LINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018
MATO GROSSO

Exercício: 2018
Página.: 2 de 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE - MARCO/ABRIL

RREO - Anexo 6 (LRF, Art. 53, Inciso III) **R$ 1,00**

ACIMA DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2017 (a)	Até o Bimestre (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	**39.774,32**	**2.205.086,16**
DEDUÇÕES (XXIX)	**39.774,32**	**2.205.086,16**
Disponibilidade de Caixa	**39.774,32**	**2.386.266,95**
Disponibilidade de Caixa Bruta	39.774,32	2.387.042,79
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	0,00	(775,84)
Demais Haveres Financeiros	0,00	(181.180,79)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	**0,00**	**0,00**
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		0,00

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre 2018
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	775,84
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXV)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)	-775,84
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)	19.981,10

FONTE: Sistema ORCA Unidade Responsável: Label56 Emissão:

Juvenal Alexandre da Silva
Prefeito Municipal

Rayender Izidorio Mulinario
Sec. Mun. Fazenda

Cleber Lima Souto
Contabilista
CRC-MT 8900/0-9

SECRETARIA DE FAZENDA
RREO - ANEXO VII - LRF - DEMONST. RESTOS A PAGAR PODER E ORGAO(2 BIMESTRE 2018)



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018
MATO GROSSO

Exercício: 2018
Página.: 1 de 1

MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE - MARCO/ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, Art. 53, Inciso V) — R$ 1,00

PODER/ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (A + B)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (A)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (B)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2017				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2017					
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORCAMENTARIOS	0,00	109.592,47	108.816,63	0,00	775,84	1.204.674,37	164.766,93	166.856,02	166.856,02	0,00	1.202.585,28	1.203.361,12
PODER EXECUTIVO	0,00	109.592,47	108.816,63	0,00	775,84	1.204.674,37	164.766,93	166.856,02	166.856,02	0,00	1.202.585,28	1.203.361,12
Prefeitura	0,00	109.592,47	108.816,63	0,00	775,84	1.204.674,37	164.766,93	166.856,02	166.856,02	0,00	1.202.585,28	1.203.361,12
Instituto de Previdencia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ager	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Camara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORCAMENTARIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	109.592,47	108.816,63	0,00	775,84	1.204.674,37	164.766,93	166.856,02	166.856,02	0,00	1.202.585,28	1.203.361,12

FONTE: Sistema ORCA — Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018 — Emissão: 29/05/2018

Juvenal Alexandre da Silva
Prefeito Municipal

Rayender Izidorio Mulinario
Sec. Mun. Fazenda

Cleber Lima Souto
Contabilista
CRC-MT 8900/0-9

www.duralexsistemas.com.br — OR46257

SECRETARIA DE FAZENDA
RREO - ANEXO VIII - LRF DEMONST. REC E DESP MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO(2 BIMESTRE 2018)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018
MATO GROSSO

Exercício: 2018
Página.: 1 de 5

MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE - MARCO/ABRIL

RREO - Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do Art 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITA DE IMPOSTOS	**899.172,05**	**899.172,05**	**351.036,92**	**39,04**
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	**47.172,05**	**47.172,05**	**15.213,49**	**32,25**
1.1.1- IPTU	29.796,06	29.796,06	2.176,41	7,30
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	17.375,99	17.375,99	13.037,08	75,02
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	**352.000,00**	**352.000,00**	**100.995,92**	**28,69**
1.2.1- ITBI	352.000,00	352.000,00	100.995,92	28,69
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	**300.000,00**	**300.000,00**	**133.722,71**	**44,57**
1.3.1- ISS	300.000,00	300.000,00	133.682,37	44,56
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	40,34	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	200.000,00	200.000,00	101.104,80	50,55
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural – ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**11.870.000,00**	**11.870.000,00**	**4.347.361,53**	**36,62**
2.1- Cota-Parte FPM	**5.778.000,00**	**5.778.000,00**	**2.309.063,06**	**39,96**
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.500.000,00	5.500.000,00	2.309.063,06	41,98
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	278.000,00	278.000,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.500.000,00	5.500.000,00	1.900.874,24	34,56
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	22.000,00	22.000,00	7.830,60	35,59
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	330.000,00	330.000,00	18.859,34	5,71
2.6- Cota-Parte IPVA	240.000,00	240.000,00	110.734,29	46,13
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	**12.769.172,05**	**12.769.172,05**	**4.698.398,45**	**36,79**



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018
MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE - MARCO/ABRIL

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	2.100,00	2.100,00	270,99	12,90
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	**201.211,23**	**201.211,23**	**66.462,70**	**33,03**
5.1- Transferências do Salário-Educação	110.542,68	110.542,68	52.967,73	47,91
5.2- Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	69.067,40	69.067,40	13.286,40	19,23
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	15.501,15	15.501,15	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.100,00	1.100,00	208,57	18,96
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	**783.292,75**	**783.292,75**	**24.617,08**	**3,14**
6.1- Transferências de Convênios	783.292,75	783.292,75	24.617,08	3,14
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	82.318,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	**986.603,98**	**986.603,98**	**173.668,77**	**17,60**

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	**2.338.400,00**	**2.338.400,00**	**869.472,02**	**37,18**
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.100.000,00	1.100.000,00	461.812,50	41,98
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.120.000,00	1.120.000,00	380.174,78	33,94
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.400,00	4.400,00	1.566,12	35,59
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB – (20% de ((1.5 – 1.5.5) + 2.5))	66.000,00	66.000,00	3.771,83	5,71
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	48.000,00	48.000,00	22.146,79	46,13
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**1.764.000,00**	**1.764.000,00**	**728.387,92**	**41,29**
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.761.200,00	1.761.200,00	727.690,70	41,31
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.800,00	2.800,00	697,22	24,90
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	**-577.200,00**	**-577.200,00**	**-141.781,32**	**24,56**

Label60

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018
MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE - MARCO/ABRIL

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100	
13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.193.000,00	1.193.000,00	553.739,87	44,54	553.393,87	44,51	0,00
13.1 - COM EDUCACAO INFANTIL	318.000,00	318.000,00	186.226,86	58,56	186.226,86	58,56	0,00
13.2 - COM ENSINO FUNDAMENTAL	875.000,00	875.000,00	367.513,01	42,00	367.167,01	41,96	0,00
14 - OUTRAS DESPESAS	571.000,00	571.000,00	255.518,18	14,45	255.162,48	14,41	0,00
14.1 - COM EDUCACAO INFANTIL	265.000,00	265.000,00	128.832,95	48,61	128.832,95	48,61	0,00
14.2 - COM ENSINO FUNDAMENTAL	306.000,00	306.000,00	126.685,23	41,40	126.329,53	41,28	0,00
15 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.764.000,00	1.764.000,00	809.258,05	45,87	808.556,35	45,83	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1 - FUNDEB 60%	0,00
16.2 - FUNDEB 40%	0,00
17 - DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERAVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	808.556,35
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneracao do Magisterio (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	75,97
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que Não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2))/(11)x100) %	35,03
19.3 - Máximo de 5% Não Aplicado No Exercício (100 - (19.1 + 19.2))%	-11,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2017 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	489.169,65
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100	
22 - EDUCACAO INFANTIL	736.000,00	736.000,00	345.211,19	46,90	345.211,19	46,90	0,00
22.1 - Creche	418.000,00	418.000,00	158.984,33	38,03	158.984,33	38,03	0,00
22.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	265.000,00	265.000,00	128.832,95	48,61	128.832,95	48,61	0,00
22.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	153.000,00	153.000,00	30.151,38	19,70	30.151,38	19,70	0,00
22.2 - Pre-escola	318.000,00	318.000,00	186.226,86	58,56	186.226,86	58,56	0,00
22.2.1 - Despesas Custeadas com Recursos FUNDEB	318.000,00	318.000,00	186.226,86	58,56	186.226,86	58,56	0,00
22.2.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.125.834,68	2.117.834,68	940.900,98	44,42	878.707,45	41,49	0,00
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.181.000,00	1.181.000,00	494.198,24	41,84	493.496,54	41,78	0,00
23.2 - DESPESAS Custeadas com Outros Recursos de Impostos	944.834,68	936.834,68	446.702,74	47,68	385.210,91	41,11	0,00

MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE - MARCO/ABRIL

24 - ENSINO MEDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGUI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23	2.861.834,68	2.853.834,68	1.286.112,17	91,32	1.223.918,64	88,39	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
29 - RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB = (12)	-141.781,32
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTACAO DO FUNDEB NO EXERCI€IO	0,00
32 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERAVIT FINANCEIRO, DO EXERCICIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
33 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERAVIT FINANCEIRO, DO EXERCICIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
34 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCI€IO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	45.294,92
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)	0,00
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 32 + 33 + 34 + 35)	-96.486,40
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (36))	1.382.598,57
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	29,42

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100	
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	100.000,00	100.000,00	41.154,25	41,15	40.702,75	40,70	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	720.973,55	720.973,55	138.360,89	19,19	102.581,47	14,22	0,00
43- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39+40 + 41 + 42)	820.973,55	820.973,55	179.515,14	21,86	143.284,22	17,45	0,00
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 43)	3.682.808,23	3.674.808,23	1.465.627,31	39,88	1.367.202,86	37,20	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2018 (j)
45 - RESTOS A PAGAR COM DESPESAS DO MDE	2.524,94	0,00
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	2.524,94	0,00
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE	67.717,08	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	727.690,70	52.967,73
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	806.628,88	40.682,75
48.1 Orçamento do Exercício	781.176,18	40.682,75
48.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	-11.221,10	12.284,98

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018
MATO GROSSO

Exercício: 2018
Página.: 5 de 5

MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE - MARCO/ABRIL

51- (+) Ajustes	66.847,36	0,00
51.1 Retenções	59.839,69	0,00
51.2 Conciliação Bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	55.626,26	12.284,98

FONTE: Sistema ORCA Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018 - MT

Emissão: 29/05/2018

Juvenal Alexandre da Silva Prefeito Municipal	Rayender Izidorio Mulinario Sec. Mun. Fazenda	Cleber Lima Souto Contabilista CRC-MT 8900/0-9

SECRETARIA DE FAZENDA
RREO - ANEXO IX - LRF - DEMONST. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL(2 BIMESTRE 2018)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018
MATO GROSSO

Exercício: 2018
Página.: 1 de 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE - MARCO/ABRIL

RREO - Anexo 9 (LRF, Art. 53, Paragrafo 1° Inciso I)

R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERACOES DE CREDITO (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	3.644.734,12	374.379,98	194.898,87	0,00	3.270.354,14
(-) INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUICOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	3.644.734,12	374.379,98	194.898,87	0,00	3.270.354,14
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I – II)	-3.644.734,12	-374.379,98	-	-	-3.270.354,14

FONTE: Sistema ORCA Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018 - MT Emissão: 29/05/2018

Juvenal Alexandre da Silva Prefeito Municipal	Rayender Izidorio Mulinario Sec. Mun. Fazenda	Cleber Lima Souto Contabilista CRC-MT 8900/0-9

SECRETARIA DE FAZENDA
RREO - ANEXO XII - LRF DEMONST. RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS SAÚDE(2 BIMESTRE 2018)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018
MATO GROSSO

Exercício: 2018
Página.: 1 de 4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE - MARCO/ABRIL

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte FPM	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (c/d) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Provenientes da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018
MATO GROSSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE - MARCO/ABRIL

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	2.535.200,00	2.535.200,00	1.243.499,94	49,04	1.063.238,00	41,93	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.087.000,00	1.088.000,00	467.918,15	43,00	451.178,15	41,46	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.448.200,00	1.447.200,00	775.581,79	53,59	612.059,85	42,29	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	678.500,00	678.500,00	79.724,10	11,75	79.724,10	11,75	0,00
Investimentos	678.500,00	678.500,00	79.724,10	11,75	79.724,10	11,75	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.213.700,00	3.213.700,00	1.323.224,04	41,17	1.142.962,10	35,56	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.236.000,00	1.231.000,00	334.952,85	100,00	322.258,65	100,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	1.236.000,00	1.231.000,00	334.952,85	52,65	322.258,65	52,65	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	1.236.000,00	1.231.000,00	334.952,85	52,65	322.258,65	52,65	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	**1.977.700,00**	**1.982.700,00**	**988.271,19**	**0,00**	**820.703,45**	**0,00**	**0,00**

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIi / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%	**82.070.345,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018
MATO GROSSO

Exercício: 2018
Página.: 3 de 4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE - MARCO/ABRIL

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R$ 1,00

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VIi - (15 x IIIb)/100]	820.703,45

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	35.262,55	0,00	34.295,60	966,95	35.262,55
...					
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013 (SOMATORIO)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	35.262,55	0,00	34.295,60	966,95	35.262,55

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013 (SOMATORIO)	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGO 25	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferenca de limite nao cumprido em 2017	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00
Diferenca de limite nao cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferenca de limite nao cumprido em 2013 (Somatorio)	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018
MATO GROSSO

Exercício: 2018
Página.: 4 de 4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE - MARCO/ABRIL

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	2.715.200,00	2.677.400,00	1.130.306,41	85,42	963.815,72	84,32	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	140.000,00	140.000,00	85.072,12	6,42	77.415,87	6,77	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	201.000,00	201.000,00	34.958,92	2,64	28.843,92	2,52	0,00
Vigilância Sanitária	100.000,00	137.800,00	53.227,35	4,02	53.227,35	4,65	0,00
Vigilância Epidemiológica	57.500,00	57.500,00	19.659,24	1,48	19.659,24	1,72	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.213.700,00	3.213.700,00	1.323.224,04	100,00	1.142.962,10	100,00	0,00

FONTE: Sistema ORCA Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - 2018 - MT

Emissão: 29/05/2018

Juvenal Alexandre da Silva Prefeito Municipal	Rayender Izidorio Mulinario Sec. Mun. Fazenda	Cleber Lima Souto Contabilista CRC-MT 8900/0-9

www.duralexsistemas.com.br OR 4625C

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 019 /2018.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ E AILTON GUSTAVO BRAZ.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018.

Por este instrumento de Contrato e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464.831/0001-24, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, portador do CPF: 424.993.729-15 e RG n.º 3026855 SESP-PR, filiação: Eugenio Braga e Jacira Orcese Braga, natural de Cianorte/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado **AILTON GUSTAVO BRAZ,** Pessoa Física de Direito Privado,com endereço na QNP 9 Conjunto E, casa 10 em CEILANDIA- DF, inscrito no CPF: 029.553.831-71, doravante simplesmente denominado **CONTRATADO(A)**, pactuam conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – SUPORTE LEGAL

01.1 – Este Contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas das Leis 8.666/93, 10.520/2002, LC 123/2006, Decreto Municipal 001/2010 e suas alterações **posteriores e neste instrumento.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

01.1 - A presente licitação tem como Objeto a **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CAVALO MECANICO PARA SECRETARIA DE OBRAS E 02 (DOIS) ONIBUS URBANO ESCOLARES PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, USADOS EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO PARA ATENDER A NECESSIDADE DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ – MT**

CLAUSULA TERCEIRA – DO CONTRATO

3.1 - O preço, a quantidade e a especificação dos serviços/produtos contratados neste Contrato, encontram-se indicados na tabela abaixo:

LOTE: 02

Item	Quant	Und	Descrição	Marca	Valor Und	Valor Total

01	01	Und	ONIBUS URBANO USADO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MINIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2007, MOTOR DIESEL, 6 CILINDROS, COM DIREÇAO HIDRAULICA, CAMBIO DE 6 MARCHAS, COR BRANCA, CAPACIDADE DE 44 PASSAGEIROS, 2 PORTAS, 225 CV, DOCUMENTADO CONFORME NORMAS DO DETRAN.	**VOLKSWAGEN TORINO**	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00

CLÁUSULA QUARTA – DO FATO GERADOR CONTRATUAL

04.1 – Presente Instrumento contratual foi firmado em decorrência de deferimento efetuado, consubstanciado nos argumentos da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO

05.1 – O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com clausulas constantes neste instrumento e demais especificações do **CONTRATANTE,** bem como deve ser observada a legislação correspondente, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO PRODUTO E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo fornecimento do objeto ora contratado o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

6.2 - O pagamento será efetuado em pagamento único, mediante entrega do veículo e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela administração;

6.3 - Caso constatado alguma irregularidade na nota fiscal/fatura ou recibo, esta será devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo que o prazo para pagamento fluirá após a reapresentação da nota fiscal/fatura.

6.4 - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento

CLÁUSULA SETIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

07.1 – As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta de recursos do Orçamento Programa do Município à conta da seguinte rubrica orçamentária:

- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

- 05.001.12.361.0006.10017.449052.000000-78

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

08.1 – O prazo do presente instrumento contratual é de 12 (doze) meses, iniciando a vigência na data de sua assinatura em 18/06/2018, com seu término em 17/06/2019.

08.2 – O prazo de início da entrega do produto é contado a partir da assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 – Ao Contratante é atribuído as seguintes responsabilidades:

a) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações do CONTRATADO(A);

b) Intervir no fornecimento do produto, nos casos e condições previstos em lei;

c) Homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostas na forma da lei e do presente contrato;

d) Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento;

e) Fiscalizar a forma de execução dos serviços por intermédio do servidor responsável;

f) Cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº 8.666/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do contrato;

g) Efetuar os pagamentos devidos ao CONTRATADO(A) no prazo estipulado no contrato;

h) Aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato;

i) Comunicar através dos serviços de contabilidade, no ato de liquidação da despesa, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, dos Estados e do Município, nos termos do §3º do Art. 55 da Lei n°. 8.666/93;

j) Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO(A);

k) Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida Lei.

l) Providenciar a publicação do extrato do presente contrato no órgão de imprensa oficial do município, nos termos do art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO(A)

10.1 – O CONTRATADO(A) deverá entregar o produto que lhe compete com presteza absoluta, dedicação e eficiência, ao Município, sem qualquer distinção, cumprindo as obrigações assumidas no município de Nova Maringá, conforme especificações do Contratante.

10.2 – O contrato deverá ser executado fielmente de acordo com as cláusulas elencadas, sendo obrigações do CONTRATADO(A):

a) Executar o objeto do presente contrato, com absoluta diligência e perfeição.

b) Permitir e facilitar à fiscalização da Prefeitura na inspeção do produto a qualquer dia e hora, devendo prestar as informações e esclarecimentos necessários.

c) Todos os tributos e encargos legais incidentes sobre a execução do presente contrato correrão por conta do CONTRATADO(A), inclusive os inerentes a pessoal, e seus encargos.

d) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando-se, inclusive as certidões negativas em anexo ao documento fiscal que dará ensejo ao recebimento da parcela contratada.

e) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, objeto do presente instrumento, observado o Art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

10.3 – O fornecimento do produto do(A) CONTRATADO(A) será efetuada em caráter autônomo, não ensejando nenhum vínculo empregatício entre o Contratante e o CONTRATADO(A).

10.4 - O Município não se responsabilizara, pelo pagamento de despesas de transporte, hospedagem e alimentação do contatado, dentre outras despesas.

10.5 - Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos ou prejuízos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na entrega do produto.

10.6 - Dar ciência imediata e por escrito à **CONTRATANTE** sobre qualquer anormalidade que verificar na entrega do produto.

10.7 - Fornecer a **CONTRATANTE** os dados técnicos que esta achar de seu interesse e todos os elementos e informações necessárias, quando solicitados;

10.8 - Solicitar a **CONTRATANTE** os documentos imprescindíveis para execução do objeto do presente instrumento;

10.9 - Manter sigilo sobre tudo que for pertinente aos trabalhos desenvolvidos, salvo se expressamente autorizado pelo **CONTRATANTE** a agir de modo diferente.

10.10 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em partes, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de material empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - Sendo o presente contrato administrativo regido pela Lei nº 8.666/93, fica assegurada à **CONTRATANTE** a prerrogativa de:

I) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos do CONTRATADO(A);

II) Rescindir, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79, com referência que faz aos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da mesma Lei;

III) Fiscalizar lhe a execução;

IV) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato.

11.2 – Quaisquer tributos ou encargos criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta comprovada repercussão nos preços CONTRATADO(A)s, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

11.3 – Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do CONTRATADO(A), o Contratante deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos preceituados pelo parágrafo 6º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1 – As penalidades contratuais aplicáveis são:

a) Advertência escrita;

b) Multas (que poderão ser recolhidas por meio de Documento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

c) Declaração de inidoneidade e;

d) Suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.66693 e alterações posteriores.

12.2 – Caso deixe de cumprir as obrigações assumidas neste contrato, o CONTRATADO(A) ficará sujeito à aplicação pelo **CONTRATANTE, da multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor do contrato.**

a) O CONTRATADO(A) terá o limite de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de aplicação da penalidade e por ele dado ciente, para recolher a multa aos cofres do Município.

b) – Não efetuando o pagamento no prazo acima a multa a que se refere esta cláusula será descontada do pagamento que se seguir à sua aplicação.

c) - Não serão aplicadas multas contra o CONTRATADO(A) somente por motivo de força maior, se forem aceitos pelo **CONTRATANTE.**

12.3 – Também poderá o Contratante em caso de descumprimento das obrigações pelo CONTRATADO(A), cumulativamente com a multa, aplicar advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento em contratar com a Administração e declarar a inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

a) Será facultado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para o interessado apresentar defesa escrita prévia no respectivo processo.

12.4 – Os recursos contra a advertência, suspensão temporária e multa aplicada deverão ser feitos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, nas condições do art. 109, Inciso I, alínea “f“, da Lei n.º 8.666/93 e no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato para o caso de declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 – A rescisão do presente contrato poderá ser:

a) Amigável – por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE.**

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração, nos termos do artigo 77 e nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº 8.666/93.

c) Judicial – nos termos da legislação processual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

14.1 - A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pelo fiscal de contrato, **JOSE MADALENA DA CRUZ** com o CPF:358.353.381-04, cabendo o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do **CONTRATADO(A)** e fazendo cumprir as determinações legais.

14.2 -. No desempenho de suas atividades é assegurado ao fiscal de contrato o direito de verificar a perfeita execução do presente, ajuste em todos os termos e condições, acompanhamento da execução do contrato in loco, e o apontamento das irregularidades caso verificadas.

14.3 -. A fiscalização por parte do **MUNICÍPIO** não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do **CONTRATADO(A)** sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

14.4 -. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar a regular execução do objeto do presente contrato deverão ser comunicadas, imediatamente a Administração Pública, bem como o fiscal de contrato notificará a **CONTRATADO(A)** para que tome as devidas providencias.

14.5 -. **Será facultado ao CONTRATADO(A) no prazo de 05 (cinco) dias úteis apresentar defesa escrita.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. - Aplica-se ao presente Contrato a Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações, em especial aos casos omissos.

15.2. - Não será exigida garantia para a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO DOMICÍLIO E FÔRO

16.1 – As partes elegem como domicílio legal, o FORO da Comarca de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.2 - E por estarem devidamente acordados, declaram as partes contratantes aceitar as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93, bem como as demais normas complementares.

Nova Maringá – MT, 18 de Junho de 2018.

_____

Município de Nova Maringá

João Braga Neto

Contratante

_____

AILTON GUSTAVO BRAZ

CPF:029.553.831-71

Contratado

_____

José Madalena da Cruz

CPF: 358.353.381-04

Fiscal de Contrato

TESTEMUNHAS:

_____

Rosangela Melo Golarte

CPF: 036.132.621-18

_____

Welder Souza Cunha

CPF: 037.865.001-77

PROCURADORIA JURIDÍCA
DECRETO N° 015/2018 DE 29 DE JUNHO DE 2018.

Súmula: *"Dispõe sobre a fixação das datas de vencimentos do Imposto Predial e Territorial Urbano 2018 de Nova Maringá-MT, fixa descontos e dá outras providência*s".

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 47, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto pelo art. 214, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal nº 01/2013;

Considerando o disposto pelo art. 41 da Lei Municipal nº 917/2017;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam definidas as datas de vencimento das parcelas do IPTU de 2018, nos seguintes termos:

I - 1ª parcela ou Cota Única: vencimento 10 de agosto de 2018;

II - 2ª parcela: vencimento 10 de setembro de 2018;

III - 3ª parcela: vencimento 10 de outubro de 2018;

IV - 4ª parcela: vencimento 09 de novembro de 2018;

V - 5ª parcela: vencimento 10 de dezembro de 2018;

Art. 2º. Serão concedidos descontos no pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano 2018, nos termos da lei, nas seguintes proporções:

I - Na hipótese de pagamento da parcela única será concedido um desconto de 40% (quarenta por cento);

II - Na hipótese de pagamento em até 03 (três) parcelas, será concedido um desconto de 25% (vinte e cinco por cento);

III – Na hipótese de pagamento em até 05 (cinco) parcelas, será concedido um desconto de 10% (dez por cento).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Nova Maringá/MT, 29 de junho de 2018.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDÍCA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IPTU - 2018

O **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ,** pessoa jurídica de direito público devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n°. 37. 464.831/0001-24, com sede executiva localizada na Av. Bernardino Zanchet, n°. 50E, Centro, Município de Nova Maringá/MT, CEP: 78.445-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **João Braga Neto**, atendendo as disposições contidas no Código Tributário Municipal, Lei Complementar n° 01/2013 - artigos 11; 53, II e III; 201; 202; 204; 209; 210 e 213, **NOTIFICA** a todos os contribuintes que estejam enquadrados nas disposições contidas na lei anteriormente citada, ou seja, toda e qualquer pessoa que seja proprietário, titular do domínio útil ou detenha a posse de imóvel localizado no perímetro urbano do município, seja ele edificado ou não, **DO LANÇAMENTO, DISTRIBUIÇÃO, PRAZO DE IMPUGNAÇÃO E VENCIMENTO DO IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO.**

I – O valor total do imposto de que trata este Edital importa em R$ 747. 754,09 (Setecentos e quarenta e sete mil setecentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos), mais o valor referente à Contribuição de Iluminação Pública, prevista pelo art. 307 e seguintes do Código Tributário Municipal, sujeito a alterações.

II – O valor da cota parte de cada contribuinte está detalhado no Edital que se encontra afixado no mural da Prefeitura Municipal de Nova Maringá-MT, localizada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, Nova Maringá- MT.

III – Após a publicação deste edital, todos os contribuintes serão considerados notificados do lançamento do IPTU 2018, nos termos do disposto pelo art. 53, II e III da Lei Complementar nº 01/2013.

IV – A impugnação deverá ser interposta dentro do prazo de 30 (Trinta) dias, contados da publicação deste edital.

V – O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana terá os seguintes vencimentos:

1ª parcela ou Cota Única: vencimento 10 de agosto de 2018;

2ª parcela: vencimento 10 de setembro de 2018;

3ª parcela: vencimento 10 de outubro de 2018;

4ª parcela: vencimento 09 de novembro de 2018;

5ª parcela: vencimento 10 de dezembro de 2018;

VI – Os Boletos para pagamento do IPTU será entregue no Departamento de Tributação Municipal, localizado no Prédio da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, com endereço à Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, Nova Maringá – MT.

VII –Os contribuintes que **não encontrarem os boletos do IPTU no posto de atendimento citado acima até o dia 10/08/2018** ficam notificados e convocados a comparecerem junto à Secretaria Municipal de Finanças para atualizar seu cadastro e efetuar a retirada dos seus boletos.

VIII – A falta do recebimento do carnê do IPTU do exercício de 2018 ou a ausência de citação do imóvel na listagem geral de lançamento anexa ao presente Edital não desobriga o contribuinte do pagamento do IPTU no seu respectivo vencimento.

IX – Ao contribuinte que efetuar o pagamento do IPTU em COTA ÚNICA será concedido 40% (quarenta por cento) de desconto sobre o valor do imposto. O referido desconto já se encontra consignado nos respectivos boletos do recolhimento do imposto;

X – Ao contribuinte que efetuar o pagamento do IPTU em até 03 (três) vezes será concedido 25% (vinte e cinco por cento) de desconto sobre o valor do imposto. O referido desconto já se encontra consignado nos respectivos boletos do recolhimento do imposto;

XI **–** Ao contribuinte que efetuar o pagamento do IPTU em até 05 (cinco) vezes será concedido 10% (dez por cento) de desconto sobre o valor do imposto. O referido desconto já se encontra consignado nos respectivos boletos do recolhimento do imposto;

XII **–** Em homenagem ao princípio do contraditório e ampla defesa, toda e qualquer reclamação deverá ser realizada por requerimento escrito, dirigido à Secretaria Municipal de Finanças e registrado no Departamento de Tributação;

XIII **-** Caso o tributo devido não seja recolhido nos prazos previstos, sem que seja formulada qualquer reclamação, sobre o valor do débito incidirão os acréscimos legais, nos termos da legislação vigente.

Nova Maringá-MT, 29 de junho de 2018.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
PORTARIA Nº. 216/2018

*"Dispõe sobre o retorno de Licença saúde do **Sra. Tania Inês Dresch"***

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - RETORNA DA LICENÇA SAÚDE, o Sra. **TANIA INES DRESCH**, portadora do RG nº. 24403695 SSP/RS, e CPF sob o n.º 357.061.201.53, a partir do dia 28 de Junho de 2018, conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo aos seus efeitos a data de 28 de Junho de 2018 revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 29 de Junho de 2018

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 017/2018.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ E BIO RESIDUOS SOLUÇÕES AMBIENTAL-ME, **PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESIDUOS PERIGOSOS HOSPITALAR NO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2018.

Por este instrumento de Contrato e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464. 831/0001-24, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, portador do CPF: 424.993.729-15 e RG n. º 3026855 SESP-PR, filiação: Eugenio Braga e Jacira Orcese Braga, natural de Cianorte/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado **BIO RESIDUOS SOLUÇÕES AMBIENTAL-LTDA**,Pessoa Jurídica de Direito Privado,com sede na Rua Mario Rossignolo, Distrito Industrial Barracão 2 e Nº 406 em Rondonópolis - MT, inscrito no CNPJ sob nº **22.096.126/0001-44**, doravante simplesmente denominado **CONTRATADO(A)**, pactuam conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – SUPORTE LEGAL

01.1 – Este Contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/ 94 C/C com o art. 2º, inciso II da Lei Municipal 825/2015, alterações posteriores e neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

02.1 – O presente Contrato tem como objeto a à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESIDUOS PERIGOSOS HOSPITALAR NO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT**, compreendendo:

A) Recolhimento Mensal dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, em recipientes adequados, fornecidos pela licitante vencedora, licenciado pelo INMETRO, e de acordo com a legislação vigente, para a coleta, transporte dos resíduos e disposição final.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FATO GERADOR CONTRATUAL

03.1 – Presente Instrumento contratual foi firmado em decorrência de deferimento efetuado, consubstanciado nos argumentos da Secretária Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO

04.1 – O regime de execução do contrato, na forma da Lei é execução de serviços, nos termos estatuídos pelo art. 6º, inciso II, da Lei Federal nº 8. 666/93.

04.2 – O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com clausulas constantes neste instrumento e demais especificações do **CONTRATANTE,** bem como deve ser observada a legislação correspondente, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DOS SERVIÇOS

05.1 – O valor da execução do objeto do presente Contrato, importa em R$ 17.400,00 (Dezessete mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA SEXTA – DAS FORMAS DE PAGAMENTOS

06.1 - O valor será pago ao CONTRATADO(A) em 12 (doze) parcelas iguais de R$1.450,00 (Mil quatrocentos e cinquenta reais), em até 10 (dez) dias após a apresentação da NOTA FISCAL/FATURA e/ou RECIBO, diretamente na tesouraria da Prefeitura ou através de crédito em conta corrente do CONTRATADO(A).

06.2 – É condição de pagamento a apresentação do respectivo NOTA FISCAL/FATURA ou RECIBO DE QUITAÇÃO, corretamente preenchido sem rasuras ou entrelinhas.

06.3 - Nenhum pagamento isentará o CONTRATADO(A) das responsabilidades contratadas, quaisquer que sejam, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços executados, totais ou parcialmente.

06.4 - Os valores fixados neste contrato poderão ser reajustados no ato do aditamento no caso de haver prorrogação do contrato. O reajuste será efetuado com base no Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas – IGP-M/FGV de acordo com a Lei nº 9.069/95.

06.5 – O reajuste descrito no item 06.4, deverá observa a periodicidade anual a partir da data limite para apresentação da proposta, nos termos do art. 40, IX e art. 55 III da Lei n.º 8.666/93 e art.º 3º, §1º da Lei n.º 10.192/ 01.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

07.1 – As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta de recursos do Orçamento Programa do Município à conta da seguinte rubrica orçamentária:

07.002.10302.0023.2049.339039-305 - Fonte Orçamentaria **102**

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

08.1 – O prazo do presente instrumento contratual é de 12(doze) meses, iniciando a vigência na data de sua assinatura em 18/06/2018, com seu término em 17/06/2019.

08.2 – O prazo de início da execução dos serviços é contado a partir da assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

09.1 – Ao Contratante é atribuído as seguintes responsabilidades:

a) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações do CONTRATADO(A);

b) Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

c) Homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostas na forma da lei e do presente contrato;

d) Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento;

e) Fiscalizar a forma de execução dos serviços por intermédio do servidor responsável;

f) Cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº 8.666/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do contrato;

g) Efetuar os pagamentos devidos ao CONTRATADO(A) no prazo estipulado no contrato;

h) Aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato;

i) Comunicar através dos serviços de contabilidade, no ato de liquidação da despesa, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, dos Estados e do Município, nos termos do §3º do Art. 55 da Lei n°. 8.666/93;

j) Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO(A);

k) Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida Lei.

l) Providenciar a publicação do extrato do presente contrato no órgão de imprensa oficial do município, nos termos do art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO(A)

10.1 – O CONTRATADO(A) deverá prestar os serviços que lhe compete com presteza absoluta, dedicação e eficiência, ao Município, sem qualquer distinção, cumprindo as obrigações assumidas no município de Nova Maringá, conforme especificações do Contratante.

10.2 – O contrato deverá ser executado fielmente de acordo com as cláusulas elencadas, sendo obrigações do CONTRATADO(A):

a) Executar os serviços objeto do presente contrato, com absoluta diligência e perfeição.

b) Permitir e facilitar à fiscalização da Prefeitura na inspeção dos serviços a qualquer dia e hora, devendo prestar as informações e esclarecimentos necessários.

c) Todos os tributos e encargos legais incidentes sobre a execução do presente contrato correrão por conta do CONTRATADO(A), inclusive os inerentes a pessoal, e seus encargos.

d) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando-se, inclusive as certidões negativas em anexo ao documento fiscal que dará ensejo ao recebimento da parcela contratada.

e) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, objeto do presente instrumento, observado o Art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

10.3 - A execução dos serviços CONTRATADO(A)s será efetuada em caráter autônomo, não ensejando nenhum vínculo empregatício entre o Contratante e o CONTRATADO(A).

10.4 - O Município contratante fornecerá todos os materiais necessários ao desempenho dos serviços contratados, não se responsabilizando, pelo pagamento de despesas de transporte, hospedagem e alimentação do contatado, dentre outras despesas.

10.5 - Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos ou prejuízos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços.

10.6 - Dar ciência imediata e por escrito à **CONTRATANTE** sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

10.7 - Fornecer a **CONTRATANTE** os dados técnicos que esta achar de seu interesse e todos os elementos e informações necessárias, quando solicitados;

10.8 - Solicitar a **CONTRATANTE** os documentos imprescindíveis para execução do objeto do presente instrumento;

10.9 - Manter sigilo sobre tudo que for pertinente aos trabalhos desenvolvidos, salvo se expressamente autorizado pelo **CONTRATANTE** a agir de modo diferente.

10.10 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em partes, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de material empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - Sendo o presente contrato administrativo regido pela Lei nº 8.666/93, fica assegurada à **CONTRATANTE** a prerrogativa de:

I) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos do CONTRATADO(A);

II) Rescindir, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79, com referência que faz aos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da mesma Lei;

III) Fiscalizar lhe a execução;

IV) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato.

11.2 – Quaisquer tributos ou encargos criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta comprovada repercussão nos preços CONTRATADO(A)s, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

11.3 – Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do CONTRATADO(A), o Contratante deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos preceituados pelo parágrafo 6º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1 – As penalidades contratuais aplicáveis são:

a) Advertência escrita;

b) Multas (que poderão ser recolhidas por meio de Documento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

c) Declaração de inidoneidade e;

d) Suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.66693 e alterações posteriores.

12.2 – Caso deixe de cumprir as obrigações assumidas neste contrato, o CONTRATADO(A) ficará sujeito à aplicação pelo **CONTRATANTE, da multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor do contrato.**

a) O CONTRATADO(A) terá o limite de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de aplicação da penalidade e por ele dado ciente, para recolher a multa aos cofres do Município.

b) – Não efetuando o pagamento no prazo acima a multa a que se refere esta cláusula será descontada do pagamento que se seguir à sua aplicação.

c) - Não serão aplicadas multas contra o CONTRATADO(A) somente por motivo de força maior, se forem aceitos pelo **CONTRATANTE.**

12.3 – Também poderá o Contratante em caso de descumprimento das obrigações pelo CONTRATADO(A), cumulativamente com a multa, aplicar advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento em contratar com a Administração e declarar a inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

a) Será facultado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para o interessado apresentar defesa escrita prévia no respectivo processo.

12.4 – Os recursos contra a advertência, suspensão temporária e multa aplicada deverão ser feitos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, nas condições do art. 109, Inciso I, alínea "f", da Lei n.º 8.666/93 e no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato para o caso de declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 – A rescisão do presente contrato poderá ser:

a) Amigável – por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE.**

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração, nos termos do artigo 77 e nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº 8.666/93.

c) Judicial – nos termos da legislação processual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

14.1 - A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pelo fiscal de contratoSrº(A). **Maria Gardenia Da Silva**, portador do **CPF: 699.922. 234-72** designada pela administração pública municipal, cabendo o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do **CONTRATADO(A)** e fazendo cumprir as determinações legais.

14.2 -. No desempenho de suas atividades é assegurado ao fiscal de contrato o direito de verificar a perfeita execução do presente, ajuste em todos os termos e condições, acompanhamento da execução do contrato in loco, e o apontamento das irregularidades caso verificadas.

14.3 -. A fiscalização por parte do **MUNICÍPIO** não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do **CONTRATADO(A)** sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

14.4 -. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar a regular execução do objeto do presente contrato deverão ser comunicadas, imediatamente a Administração Pública, bem como o fiscal de contrato notificará a **CONTRATADO(A)** para que tome as devidas providencias.

14.5 -. **Será facultado ao CONTRATADO(A) no prazo de 05 (cinco) dias úteis apresentar defesa escrita.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. - Aplica-se ao presente Contrato a Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações, em especial aos casos omissos.

15.2. - Não será exigida garantia para a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO DOMICÍLIO E FÔRO

16.1 – As partes elegem como domicílio legal, o FORO da Comarca de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.2 - E por estarem devidamente acordados, declaram as partes contratantes aceitar as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93, bem como as demais normas complementares.

Nova Maringá – MT,18 de Junho de 2018.

_____

Município de Nova Maringá

João Braga Neto

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Bio Resíduos Sol. Ambientais LTDA

CNPJ: 22.096.126/0001-44

Contratada

_____

Maria Gardenia Da Silva

CPF:699.922.234-72

Fiscal de Contrato

TESTEMUNHAS:

_____

Rosangela Melo Golarte

CPF: 036.132.621-18

_____

Welder Souza Cunha

CPF: 037.865.001-77

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029-2018

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá torna público aos interessados a Retificação da quantidade, valor unitário e valor total do item 12 da Ata de Registro de Preços nº 029/2018, que tem como fornecedor a empresa K.O.A DREHMER-ME.

Onde se lê

Item	Quant.	Descrição	Unid	Marca	Valor Unitário	Valor Total
12	16	Notebook Processaodor Core I5 6200, MEMORIA 08gb e máxima 16gb, hard disk 1tb, gravadora dvd, tela 15.6 hd led 1366x768	UND	LENOVO	R$ 8. 070,00	R$ 129. 120,00
Total						R$ 129.120,00

Deve-se ler

Item	Quant.	Descrição	Unid	Marca	Valor Unitário	Valor Total
12	68	Notebook Processaodor Core I5 6200, MEMORIA 08gb e máxima 16gb, hard disk 1tb, gravadora dvd, tela 15.6 hd led 1366x768	UND	LENOVO	R$ 3. 135,00	R$ 213. 180,00
Total						R$ 213.180,00

Nova Maringá – MT, 29 de Junho de 2018.

As demais clausulas da Ata de Registro de Preço continuam inalteradas.

ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA

Pregoeira Oficial

LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 018 /2018.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ E INGRID OLIVEIRA HOLANDA.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018.

Por este instrumento de Contrato e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464.831/0001-24, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, portador do CPF: 424.993.729-15 e RG n.º 3026855 SESP-PR, filiação: Eugenio Braga e Jacira Orcese Braga, natural de Cianorte/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado **INGRID OLIVEIRA HOLANDA** Pessoa Física de Direito Privado,com endereço na QNP 9 Conjunto E, casa 10 em CEILANDIA- DF, inscrito no CPF: 057.530.171-69, doravante simplesmente denominado **CONTRATADO(A)**, pactuam conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – SUPORTE LEGAL

01.1 – Este Contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas das Leis 8.666/93, 10.520/2002, LC 123/2006, Decreto Municipal 001/2010 e suas alterações **posteriores e neste instrumento.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

02.1 – A presente licitação tem como Objeto a **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CAVALO MECANICO PARA SECRETARIA DE OBRAS E 02 (DOIS) ONIBUS URBANO ESCOLARES PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, USADOS EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO PARA ATENDER A NECESSIDADE DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ – MT**

CLAUSULA TERCEIRA – DO CONTRATO

3.1 - O preço, a quantidade e a especificação dos serviços/produtos contratados neste Contrato, encontram-se indicados na tabela abaixo:

LOTE: 01

Item	Quant	Und	Descrição	Marca	Valor Und	Valor Total
01	01	Und	ONIBUS URBANO USADO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MINIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2004, MOTOR DIESEL, 6 CILINDROS, COM DIREÇAO HIDRAULICA, CAMBIO DE 6 MARCHAS, COR BRANCA, CAPACIDADE DE 46 PASSAGEIROS, 2 PORTAS, 206 CV, DOCUMENTADO CONFORME NORMAS DO DETRAN.	**VOLKSWAGEN INDUCAR APACHE**	R$ 45.000,00	R$ 45.000,00

CLÁUSULA QUARTA – DO FATO GERADOR CONTRATUAL

04.1 – Presente Instrumento contratual foi firmado em decorrência de deferimento efetuado, consubstanciado nos argumentos da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO

05.1 – O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com clausulas constantes neste instrumento e demais especificações do **CONTRATANTE,** bem como deve ser observada a legislação correspondente, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO PRODUTO E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo fornecimento do objeto ora contratado o valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

6.2 - O pagamento será efetuado em pagamento único, mediante entrega do veículo e apresentação de recibo devidamente atestada pela administração;

6.3 - Caso constatado alguma irregularidade na nota fiscal/fatura ou recibo, esta será devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo que o prazo para pagamento fluirá após a reapresentação da nota fiscal/fatura.

6.4 - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento

CLÁUSULA SETIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

07.1 – As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta de recursos do Orçamento Programa do Município à conta da seguinte rubrica orçamentária:

- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

- 05.001.12.361.0006.10017.449052.000000-78

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

08.1 – O prazo do presente instrumento contratual é de 12 (doze) meses, iniciando a vigência na data de sua assinatura em 18/06/2018, com seu término em 17/06/2019.

08.2 – O prazo de início da entrega do produto é contado a partir da assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

09.1 – Ao Contratante é atribuído as seguintes responsabilidades:

a) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações do CONTRATADO(A);

b) Intervir no fornecimento do produto, nos casos e condições previstos em lei;

c) Homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostas na forma da lei e do presente contrato;

d) Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento;

e) Fiscalizar a forma de execução dos serviços por intermédio do servidor responsável;

f) Cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº 8.666/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do contrato;

g) Efetuar os pagamentos devidos ao CONTRATADO(A) no prazo estipulado no contrato;

h) Aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato;

i) Comunicar através dos serviços de contabilidade, no ato de liquidação da despesa, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, dos Estados e do Município, nos termos do §3º do Art. 55 da Lei n°. 8.666/93;

j) Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO(A);

k) Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida Lei.

l) Providenciar a publicação do extrato do presente contrato no órgão de imprensa oficial do município, nos termos do art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO(A)

10.1 – O CONTRATADO(A) deverá entregar o produto que lhe compete com presteza absoluta, dedicação e eficiência, ao Município, sem qualquer distinção, cumprindo as obrigações assumidas no município de Nova Maringá, conforme especificações do Contratante.

10.2 – O contrato deverá ser executado fielmente de acordo com as cláusulas elencadas, sendo obrigações do CONTRATADO(A):

a) Executar o objeto do presente contrato, com absoluta diligência e perfeição.

b) Permitir e facilitar à fiscalização da Prefeitura na inspeção do produto a qualquer dia e hora, devendo prestar as informações e esclarecimentos necessários.

c) Todos os tributos e encargos legais incidentes sobre a execução do presente contrato correrão por conta do CONTRATADO(A), inclusive os inerentes a pessoal, e seus encargos.

d) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando-se, inclusive as certidões negativas em anexo ao documento fiscal que dará ensejo ao recebimento da parcela contratada.

e) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, objeto do presente instrumento, observado o Art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

10.3 – O fornecimento do produto do(A) CONTRATADO(A) será efetuada em caráter autônomo, não ensejando nenhum vínculo empregatício entre o Contratante e o CONTRATADO(A).

10.4 - O Município não se responsabilizara, pelo pagamento de despesas de transporte, hospedagem e alimentação do contatado, dentre outras despesas.

10.5 - Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos ou prejuízos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na entrega do produto.

10.6 - Dar ciência imediata e por escrito à **CONTRATANTE** sobre qualquer anormalidade que verificar na entrega do produto.

10.7 - Fornecer a **CONTRATANTE** os dados técnicos que esta achar de seu interesse e todos os elementos e informações necessárias, quando solicitados;

10.8 - Solicitar a **CONTRATANTE** os documentos imprescindíveis para execução do objeto do presente instrumento;

10.9 - Manter sigilo sobre tudo que for pertinente aos trabalhos desenvolvidos, salvo se expressamente autorizado pelo **CONTRATANTE** a agir de modo diferente.

10.10 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em partes, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de material empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - Sendo o presente contrato administrativo regido pela Lei nº 8.666/93, fica assegurada à **CONTRATANTE** a prerrogativa de:

I) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos do CONTRATADO(A);

II) Rescindir, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79, com referência que faz aos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da mesma Lei;

III) Fiscalizar lhe a execução;

IV) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato.

11.2 – Quaisquer tributos ou encargos criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta comprovada repercussão nos preços CONTRATADO(A)s, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

11.3 – Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do CONTRATADO(A), o Contratante deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos preceituados pelo parágrafo 6º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1 – As penalidades contratuais aplicáveis são:

a) Advertência escrita;

b) Multas (que poderão ser recolhidas por meio de Documento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

c) Declaração de inidoneidade e;

d) Suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.66693 e alterações posteriores.

12.2 – Caso deixe de cumprir as obrigações assumidas neste contrato, o CONTRATADO(A) ficará sujeito à aplicação pelo **CONTRATANTE, da multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor do contrato.**

a) O CONTRATADO(A) terá o limite de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de aplicação da penalidade e por ele dado ciente, para recolher a multa aos cofres do Município.

b) – Não efetuando o pagamento no prazo acima a multa a que se refere esta cláusula será descontada do pagamento que se seguir à sua aplicação.

c) - Não serão aplicadas multas contra o CONTRATADO(A) somente por motivo de força maior, se forem aceitos pelo **CONTRATANTE.**

12.3 – Também poderá o Contratante em caso de descumprimento das obrigações pelo CONTRATADO(A), cumulativamente com a multa, aplicar advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento em contratar com a Administração e declarar a inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

a) Será facultado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para o interessado apresentar defesa escrita prévia no respectivo processo.

12.4 – Os recursos contra a advertência, suspensão temporária e multa aplicada deverão ser feitos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, nas condições do art. 109, Inciso I, alínea "f", da Lei n.º 8.666/93 e no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato para o caso de declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 – A rescisão do presente contrato poderá ser:

a) Amigável – por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE.**

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração, nos termos do artigo 77 e nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº 8.666/93.

c) Judicial – nos termos da legislação processual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

14.1 - A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pelo fiscal de contrato, **JOSÉ MADALENA DA CRUZ** com o CPF:358.353.381-04, cabendo o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do **CONTRATADO(A)** e fazendo cumprir as determinações legais.

14.2 -. No desempenho de suas atividades é assegurado ao fiscal de contrato o direito de verificar a perfeita execução do presente, ajuste em todos os termos e condições, acompanhamento da execução do contrato in loco, e o apontamento das irregularidades caso verificadas.

14.3 -. A fiscalização por parte do **MUNICÍPIO** não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do **CONTRATADO(A)** sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

14.4 -. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar a regular execução do objeto do presente contrato deverão ser comunicadas, imediatamente a Administração Pública, bem como o fiscal de contrato notificará a **CONTRATADO(A)** para que tome as devidas providencias.

14.5 -. **Será facultado ao CONTRATADO(A) no prazo de 05 (cinco) dias úteis apresentar defesa escrita.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. - Aplica-se ao presente Contrato a Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações, em especial aos casos omissos.

15.2. - Não será exigida garantia para a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DO DOMICÍLIO E FÔRO

16.1 – As partes elegem como domicílio legal, o FORO da Comarca de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.2 - E por estarem devidamente acordados, declaram as partes contratantes aceitar as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93, bem como as demais normas complementares.

Nova Maringá – MT, 18 de Junho de 2018.

_____

Município de Nova Maringá

João Braga Neto

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Ingrid Oliveira Holanda

CPF: 057.530.171-69

_____

José Madalena da Cruz

CPF: 358.353.381-04

Fiscal de Contrato

TESTEMUNHAS:

_____

Rosangela Melo Golarte

CPF: 036.132.621-18

_____

Welder Souza Cunha

CPF: 037.865.001-77

LICITAÇÃO
CONTRATO N° 020/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ E ART COLOR TINTAS E SERVIÇOS LTDA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE GINASIO DE ESPORTE NO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ – MT.

Por este instrumento de Contrato e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464. 831/0001-24, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 424.993.729.15, portador da Cédula de Identidade nº 3026855-DETRAN/MT, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Maringá-MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado **ART COLOR TINTAS E SERVIÇOS LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Av: Tancredo de A. Neves N°1595E Jardim Santa Rosa , inscrito no CNPJ/MF sob nº19.409.914/0001-39, representado neste ato por Victor Alfredo Pederiva, inscrito no CPF/MF sob nº365.703.111-15 e no Estado sob n°266418 SSP/MS, **doravante simplesmente denominado CONTRATADO, pactuam conforme as seguintes cláusulas e condições:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – SUPORTE LEGAL

01.1 – Este Contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94, alterações posteriores e pelas convenções estabelecidas no Edital da TOMADA DE PREÇOS 001/2018 e neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

02.1 – O presente Contrato tem por **OBJETO: CONTRATAÇÃO SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE GINASIO DE ESPORTE NO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ – MT CONFORME PROJETOS, PLANILHAS ORÇAMENTARIAS E MEMORIAL DESCRITIVO**, conforme especificações e condições do edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FATO GERADOR CONTRATUAL

03.1 – O Presente Instrumento contratual foi firmado em decorrência de deferimento efetuado, consubstanciado nos argumentos do Secretário Municipal de Educação Cultura, Esporte e Lazer.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

04.1 – O regime de execução do contrato, na forma da Lei é de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos estatuídos pelo art. 6º, inciso VIII, alínea a, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DOS SERVIÇOS

05.1 – O valor da execução dos serviços, objeto do presente Contrato, importa em R$ 511.016,58 (Quinhentos e onze mil dezesseis reais e cinquenta e oito centavos)

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

06.1 – As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta de recursos do Orçamento Programa do Município à conta da seguinte rubrica orçamentária: Dotação: **05.003.27.812.0011.1028.449051. 000000-121 – Construção de Ginásio Poliesportivo.**

06.1.1 – Convenio R$ 500.000,00 – Fonte 124.

06.1.2 – Contrapartida R$ 11.016,58 – Fonte 100.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

07.1 – O prazo para execução do objeto da presente contrato será aquele constante da proposta da licitante vencedora, e terá como termo inicial o 5° dia após a data da assinatura do contrato e/ou recebimento da Ordem de Serviços não podendo ultrapassar 120 (cento e vinte) dias.

07.2 - A Contratada deverá executar o objeto do contrato da forma e nos prazos discriminados no Cronograma Físico-financeiro.

CLÁUSULA OITAVA – DAS FORMAS DE PAGAMENTOS

8.1. O pagamento a ser efetuado pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, conforme medição a ser realizada pela equipe técnica da municipalidade, e condicionado a liberação de recursos conforme **CONVÊNIO Nº 0483-2017** celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação Esporte e Lazer e o Município de Nova Maringá – MT.

08.2 – É condição de pagamento a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, corretamente preenchida sem rasuras ou entrelinhas.

08.3 - **Nenhum pagamento isentará o contratado das responsabilidades contratadas, quaisquer que sejam, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços executados, totais ou parcialmente.**

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

09.1 - Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às sanção administrativa abaixo, garantida a prévia defesa:

I. Advertência;

II. Multas (que poderão ser recolhidas por meio de Documento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a - de 0,5 % por dia de atraso na entrega da obra, calculada sobre o valor total das etapas não concluídas até o término do prazo de execução, limitada a 10% do mesmo valor;

b - de 2,0 % sobre o valor dos serviços não executados, no caso de inexecução parcial do contrato;

c - de 0,2 % sobre o valor total do Contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato não especificada nas alíneas “a” e “b” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

d - de 2,0 % sobre o valor total do Contrato, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da Contratada, não se eximindo a mesma das demais sanções cabíveis;

e - de 2,0 % sobre o valor total da proposta, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Contratante, por prazo não superior a dois anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a sanção.

a) O Contratado terá o limite de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de aplicação da penalidade e por ele dado ciente, para recolher a multa aos cofres do Município.

b) Não efetuando o pagamento no prazo acima a multa a que se refere esta cláusula será descontada do pagamento que se seguir à sua aplicação.

09.2 – Poderá o Contratante, cumulativamente com a multa, aplicar advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento em contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos e declarar a inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

09.3 – Os recursos contra a advertência, suspensão temporária e multa aplicada deverão ser feitos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, nas condições do art. 109, Inciso I, alínea "f", da Lei n.º 8.666/93 e no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato para o caso de declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 – O contratado deverá prestar os serviços que lhe compete com presteza absoluta, dedicação e eficiência, ao Município.

10.2 - A execução dos serviços contratados serão efetuados em caráter autônomo, "in loco", não ensejando nenhum vínculo empregatício entre o Contratante e o Contratado.

10.3 - O Contratado fornecerá todos os materiais de construção da obra, bem como, se responsabiliza pelos equipamentos pessoais para a execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

a) Executar os serviços objeto do presente contrato, com absoluta diligência e perfeição.

b) Permitir e facilitar à fiscalização da Prefeitura na inspeção dos serviços a qualquer dia e hora, devendo prestar as informações e esclarecimentos necessários.

c) Todos os tributos e encargos legais incidentes sobre a execução do presente contrato correrão por conta do Contratado, inclusive os inerentes a pessoal, e seus encargos.

d) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

a) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações do Contratado;

b) Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

c) Homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostas na forma da lei e do presente contrato;

d) Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento;

e) Fiscalizar a forma de execução dos serviços por intermédio do servidor responsável;

f) Cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do contrato;

g) Efetuar os pagamentos devidos ao Contratado no prazo estipulado no contrato;

h) Aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato;

i) Efetuar a retenção do ISSQN, IR e demais tributos sobre as notas fiscais ou recibos de prestação de cada parcela no ato dos pagamentos;

j) Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do Contratado;

k) Rescindir o contrato em caso de sua inexecução total ou parcial do contrato nos termos do artigo 77 da Lei 8666/93. E se for o caso rescindir unilateralmente nas hipóteses especificadas no inciso I do artigo 79 da referida Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO.

13.1 - Sendo o presente contrato administrativo regido pela Lei nº 8.666 de 08.06.93, fica assegurada à Prefeitura a prerrogativa de:

I) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos do Contratado;

II) Reincidir, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79, com referência que faz aos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da mesma Lei;

III) Fiscalizar-lhe a execução;

IV) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato.

13.2 – Quaisquer tributos ou encargos criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

13.3 – Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do Contratado, o Contratante deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos preceituados pelo parágrafo 6º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1 – A rescisão do presente contrato poderá ser:

a) Amigável – por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a Prefeitura.

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº 8.666/93.

c) Judicial – nos termos da legislação processual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

15.1 A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pelo (a) gestor de contrato, Venicius Evangelista Ribeiro inscrito no CPF:019.695.931-48 designado pelo Secretário de Administração e/ou Departamento de Licitações, ao qual efetuará a conferência dos valores designados no nas Notas Fiscais e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Contabilidade para Liquidação para que se proceda ao pagamento.

15.2 Caberá ao gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do **CONTRATADO**.

15.3 No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

15.4 A fiscalização por parte do **MUNICÍPIO** não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do **CONTRATADO** sobre even-

tuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

15.5 Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle do cumprimento do contrato, fazendo cumprir a lei e as disposições do presente Contrato.

15.6 Todas as ocorrências que vierem a prejudicar a regular execução do objeto do presente contrato deverão ser comunicadas, imediatamente, através de ofício, ao Secretário de Administração, que tomará as providências cabíveis.

15.7 Antes de comunicar as ocorrências ao Secretário de Administração, o Gestor de Contratos a ser designado, poderá comunicar oficialmente o **CONTRATADO** sobre o problema ocorrido, estabelecendo prazo razoável para resposta. Findo esse prazo, apresentada ou não a resposta, enviará comunicação ao Secretário de Administração.

15.8 Caberá ao Gestor de contratos o acompanhamento da execução do contrato, *in loco*, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao Secretário de Administração. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

15.9 Constatando-se que os serviços não atendem as finalidades ou caso haja necessidade de readequação, cuja responsabilidade seja do CONTRATADO, o gestor de contrato, expedirá ofício à contratada, comunicando e justificando as razões e ainda notificando-a para que efetue as correções no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO DOMICÍLIO E FÔRO

16.1 – As partes elegem como domicílio legal, o FORO da Comarca de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.2 - E por estarem devidamente acordados, declaram as partes contratantes aceitar as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93, bem como as demais normas complementares.

Nova Maringá – MT, 27 de Junho 2018

_____

Município de Nova Maringá

João Braga Neto

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Art Colot Tintas e Serviços LTDA

CNPJ:19.409.914/0001-39

Contratada

_____

Venicius Evangelista Ribeiro

CPF:019.695.931-48

Fiscal de Contrato

TESTEMUNHAS:

_____

Gessica Rosiane Leite Venâncio

CPF:014.935.091-01 -18

_____

Rosangela Melo Golarte

CPF: 036.132.621

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2018

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto Nº 042/2017, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 23/2018, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM,** no dia **12/07/2018 às 08:00 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, sala de licitações, na Avenida Mato Grosso, Nº. 51, Centro, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS, À FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA DE NOVA MONTE VERDE-MT, CONFORME SOLICITAÇÕES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS EM ANEXO, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.**

Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Decreto Municipal Nº. 14/2010, Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, Lei Complementar 123/2006 e 147/2014, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, no site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Publicações - Editais - 2018 - Geral**. Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, 29 de Junho de 2018.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro Oficial do Município

Decreto 042/2017

Publique-se.

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2018

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2018

PROCESSO Nº. 3228/2018

OBJETO: *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS NOVAS Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE NOVA MONTE VERDE-MT, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.*

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, nomeado através do Decreto nº. 042/2017 de 17 de Janeiro de 2017, torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Presencial nº. 22/2018 sagrou-se vencedora do Certame Licitatório realizado no dia 28 de Junho de 2018, ás 08:00 horas á seguinte:

EMPRESA: **MÔNACO MOTOCENTER MATO GROSSO LTDA, CNPJ: 13.976.589/0001-00,** para um valor total de R$ 54.610,00 (cinquenta e quatro mil e seiscentos e dez reais), para um período de 12 meses, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Nova Monte Verde-MT, 29 de Junho de 2018.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro

Decreto 042/2017

Publique-se.

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 16/2018 - MOTOCICLETAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°16/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 22/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 3228/2018

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT,** *Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, nº 51, Centro, nesta cidade, doravante denominada PREFEITURA, neste ato devidamente representada pela Prefeita Municipal, Sra.* **BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES**, brasileira, casada, portadora da C.I. RG n.º 3.365.940 SSP/PR e CPF/MF nº. 788.664.809-91, residente e domiciliada á Rua José Joaquim Vieira Nº. 88 nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, RESOLVE registrar os preços da empresa ***MÔNACO MOTOCENTER MATO GROSSO LTDA, CNPJ: 13.976.589/0001-00,*** nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº. 22/2018 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº. 14/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS NOVAS Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETRIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE NOVA MONTE VERDE-MT, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES,*** conforme especificações e condições constantes no edital de Pregão Presencial nº. 22/2018.

1.1.1. Este instrumento **NÃO OBRIGA** a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para tal objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência da execução, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá às Secretarias Municipais participantes desse processo licitatório, através do **Departamento de Compras/Licitações**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: *MÔNACO MOTOCENTER MATO GROSSO LTDA*

CNPJ: *13.976.589/0001-00*

ENDEREÇO: Avenida Fernando Correia da Costa, Nº 1735, Bairro Jardim das Américas, Cuiabá – MT.

Seq.	Cód.	Descrição do produto	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total	Marca
1	47010	MOTOCICLETA TIPO: ONC, MONOCILINDRICO, 4 TEMPOS, ARREFECIDO A AR, CILINDRADA 162,7CC; DIAMETRO X CURSO 57,3X63,0 MM; RELAÇÃO DE COMPRESSÃO 9,5:1; POTENCIA MAXIMA GASOLINA: 14,5 CV A 8.500 RPM ETANOL: 14,7 CV A 8.500RPM TORQUE MÁXIMO: GASOLINA 1,46 KGF . M A .500 RPM ETANOL: 1,60 KGF.M A 5.500 RPM; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO INJEÇÃO ELETRONICA PGM-FI; TRANSMISSÃO 05 VELOCIDADES; SISTEMA DE PARTIDA ELETRICO; COMBUSTIVEL GASOLINA E ETANOL (ALCOOL) ; TIPO BERÇO SEMIDUPLO; SUSPENSÃO DIANTEIRA/CURSO GARFO TELESCOPICO/180MM; SUSPENSÃO TRASEIRA/CURSO MONO SCHOCK/150,3MM; FREIO DIANTEIRO/DIAMETRO A DISCO/240MM; FREIO TRASEIRO/DIAMETRO ESD: A TAMBOR/110MM ESDD: A DISCO/220 MM; PNEU DIANTEIRO 90/90 - 19M/C 52P; PNEU TRASEIRO 110/90-17M/C 60 P; CAPACIDADE: TANQUE DE COMBUSTIVEL 12.0 LITROS; OLEO DO MOTOR 1,2 LITROS; DIMENSÕES: COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA 2.067 X 810 X 1.158 MM; DISTANCIA ENTRE EIXOS 1,356 MM; DISTANCIA MINIMA DO SOLO 247MM; ALTURA DO ASSENTO 842 MM; PESO SECO ESD: 120 KG * ESDD 121 KG; SISTEMA ELETRICO: IGNIÇÃO ELETRONICA; BATERIA 12V - 4 AH; FAROL 35/35 W COR BRANCO, VERMELHO, PRETO VERSÕES: ESQ E ESDD	Und	03	R$ 14.870,00	R$ 44.610,00	Honda
2	47303	MOTOCICLETA COM 160 CILINDRADAS: MOTOR: 4 TEMPOS, OHC/SOHC, CARTER UMIDO, 2 VALVULAS; DIAMENTRO X CURSO: 57,3 X 57,84MM, TAXA DE COMPRESSÃO: 9,5 : 1, SISTEMA DE LUBRIFICAÇÃO: CARTER UMIDO, SISTEMA DE PARTIDA: ELETRICA, POTENCIA MAXIMA: 14,3 CV A 8.500 RPM, TORQUE MAXIMO: 1,45 KGF.M A 6.500 RPM, CAPACIDADE DE OLEO(SEM TROCA DE FILTRO): 1 LITROS, CAPACIDADE DE OLEO(TOTAL): 1,2 LITROS.	Und.	01	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	Honda
				TOTAL GERAL R$ 54.610,00			

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Fornecer os produtos / serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os produtos / serviços licitados deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal em Nova Monte Verde - MT, ou onde for necessário dentro do território de abrangência do Município de Nova Monte Verde – MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviço.**

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.12. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.13. Fornecer os produtos ou serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.14. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais e/ou trabalhistas previstas na legislação vigente, comprometendo-se a saldá-las em tempo oportuno, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT;

5.15. Assumir todos os encargos de possíveis demandas trabalhistas, cíveis ou penais, relacionadas à prestação dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

5.16. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Pregão.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a prestação dos serviços;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento devido será efetuado conforme emissão da nota fiscal devidamente atestada pela secretaria responsável atestando o recebimento dos produtos ou serviços.

7.2 A Nota Fiscal será paga somente após o atesto do setor competente, assegurando que os produtos ou serviços entregues estão de acordo com as exigências contidas neste edital.

7.3 A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da empresa vencedora do certame licitatório.

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº. 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir à presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

AGRICULTURA

06 – Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento

001 – Gabinete da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento

20 – Agricultura

606 – Extensão Rural

0004 – Gestão Eficiente dos Processos Administrativos

2 036 – Manutenção do Gab. Do Sec. Agric. Meio Amb. E San

215 – 44.90.52.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

OBRAS

08 – Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviço Urbano

002 – Departamento de Obras e Transporte

26 – Transportes

782 – Transporte Rodoviário

0016 – Manutenção dos Serviços de Obras, Transportes e Serviços Urbanos

2 040 – Manutenção Departamento de Obras Transportes e Serviços Urbanos

391 – 44.90.52.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

ADMINISTRAÇÃO

03 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

001 – Gabinete do Secretário de Administração e Planejamento

04 – Administração

122 – Administração Geral

0004 – Gestão Administrativas Eficientes

2 006 – Manutenção e Encargos da Secretaria de Administração Planejamento

59 – 44.90.52.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

TFVS BLOCO III

07 – Secretaria Municipal de Saúde

002 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

305 – Vigilância Epidemiológica

0036 – Bloco III – Vigilância e Promoção da Saúde

2 031 – Manutenção do Bloco Vigilância em Saúde

324 – 44.90.52.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 22/2018,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Monte Verde-MT, 29 de Junho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

PREFEITA MUNICIPAL

MÔNACO MOTOCENTER MATO GROSSO LTDA

CNPJ: 13.976.589/0001-00

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 1830 DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Prorroga prazo de validade do concurso público para provimento de cargos efetivos da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré – MT, correspondente ao Edital nº 001/2016.

O Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica do Município;

Considerando o quanto disposto na no Art. 37, III da Constituição Federal/88;

Considerando os princípios constitucionais de transparência, legalidade e impessoalidade;

Considerando que é dever da administração publica planejar suas ações;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado por 02 (dois) anos, o prazo de validade do Concurso Público para provimento de cargos efetivos da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré, correspondente ao Edital nº 001/2016, homologado em 28 de Junho de 2016.

Art. 2º - O presente Decreto passará a vigorar em 28 de Junho de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso 28 de Junho de 2018.

JOAO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 1829 DE 28 DE JUNHO DE 2.018.

"Dispõe sobre a nomeação de servidores aprovados no Processo Seletivo Público".

A Srº. *JOÃO TEODORO FILHO*,Prefeito Municipal de Nova Nazaré**,** Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o interesse público e a necessidade da Administração;

Considerando o Decreto nº. **1817 de 28** de maio **de 2018** que dispõem sobre a convocação do candidato aprovado;

Considerando que o Candidato (a) ora nomeado preenche todos os requisitos impostos pelo regulamento do Concurso e pelo Art. 2º do referido Decreto.

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados em caráter efetivo pelo Regime Estatuário, os candidatos com a respectiva função abaixo relacionada.

CARGO NOME DO CANDITADO

AGENTE DE ENDEMIAS	**HANDERSON MESAQUE RODRIGUES QUEIROZ**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso em 28 de Junho de 2.018.

João Teodoro Filho

Prefeito Municipal.

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2018

REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, torna público que o pregão presencial nº 022/2018, menor preço por ítem teve como vencedoras as empresas: **A. J. ALVES SOARES EIRELI-ME,** os **itens 05 e 08,** a empresa **IVO REIS ALVES 56101775100,** os **itens 03 e 12** a empresa**GMB DA COSTA & CIA LTDA-EPP.,** o **item 11,** a empresa **WALDIMIRO F. DE OLIVEIRA – AUTO ELÉTRICA**, os **itens 01 e 09** e a empresa **VERGINALDO MEDRADO DA SILVA 01313441104.,** o **item 04,** conforme consta no mapa de lances os valores unitários para os itens de cada empresa vencedora**. O pregoeiro declara FRACASSSADOS os itens 02, 06, 07, 10 e 12.**

Nova Nazaré-MT, 29 de Junho de 2018.

ENOQUE DE SOUSA LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO Nº 028/2018 SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 120034/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT E A EMPRESA **A.V.FLORES SANTOS**, cadastrada no CNPJ sob N.º:02.756.905/0001-11.

MOTIVO: ALTERAR A CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO, em razão do fato de que elevou o custo dos produtos, após as devidas negociações junto a fornecedor, conforme disposições contidas na alínea "d" do Inciso II do caput do art. 65 da Lei 8.666/1993.

itens realinhados.

Item	*Unid.*	*Descrição*	*Marca*	*Valor unitário*	*Valor Reajustado*
03	*1 litro*	*Leite longa vida-UHT integral*	*Lacbom*	*R$ 3,55*	*R$ 5,20*

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE GENEROS ALIMENTICIOS NAO PERECIVEIS DESTINADOS A CONFECÇAO DA MERENDA ESCOLAR E DOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA-MT.

VIGENCIA: 02/07/2018 até 30/10/2018.

Nova Olímpia-MT, 29 de junho de 2018.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N.º 042 DE 28 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO, NO DIA DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica estabelecido temporariamente, que o expediente nos órgãos do Poder Executivo, no dia **02 de julho (segunda –feira) Jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo**, ocorrerá das **13:00 às 17:00 horas .**

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica aos plantões necessários e as atividades de caráter essencial. **Creche Aparecida Portilho Bento de Azevedo e Unidade Mista de Saúde.**

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia - MT, aos 28 dias do mês de junho de 2018.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria, na data supra.

WEBER VIEIRA MARTINS

Séc. Mun. de Administração

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO Nº 027/2018 TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO N.º 027/2018 REF: AO CONTRATO Nº 022/PMNO/2016, ADESÃO Nº 007/2016, DECORRENTE DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO P

PARTES INTERESSADAS: MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MTE A EMPRESA **COGESAN COMPANHIA GERENCIADORA DE SANEAMENTO EIRELLI-ME**,INSCRITA NO CNPJ SOB N. º 22.580.606/0001-86.

MOTIVO: ALTERAR A CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA DE PRAZO.

VIGÊNCIA: 22/06/2018 ATE 22/06/2019.

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA: 12.120.0.2.17.512.0010.2289.3.3.90.39.00.00.0100000000

OBJETO: "O OBJETO DO PRESENTE TERMO DE CONTRATO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR OS SERVIÇOS: IMPLANTAÇÃO E FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO COMERCIAL COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO SERVIÇOS DE LEITURA INFORMATIZADA COM EMISSÃO E ENTREGA DE FATURA SIMULTÂNEA, LEITURA MANUAL DE HIDRÔMETRO E CORTE E RELIGAÇÃO DE LIGAÇÃO".

NOVA OLIMPIA-MT, DE 22 JUNHO DE 2018.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 033/2018

DECRETO 033/2018

ESTABELECE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE NOS ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO FIFA 2018.

TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena/MT, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a necessidade de organizar e disciplinar o funcionamento dos Órgãos da Administração Publica Municipal, em função da participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o horário de expediente nos Órgãos da Administração Publica Municipal, nos dias em que a Seleção Brasileira de Futebol jogar na Copa do Mundo de 2018, nos termos a seguir:

§ 1º - Nos dias em que os jogos se realizarem pela manha, o expediente será das 13h00min as 17h00min, e;

§ 2º - Nos dias em que os jogos se realizarem a tarde, o expediente será das 07h00min as 11h00min.

Art 2. º - O disposto no artigo anterior não se aplicará aos setores que prestam serviços essenciais, que manterão equipes permanentes de atendimento.

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena – MT, 28 de Junho de 2018.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 28/06/2018 a 28/07/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 159/2018

Dispõe sobre o Retorno de Afastamento para Tratamento de Saúde/Salário Maternidade aos Servidores Públicos que especifica.

A Exma. Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Terezinha Guedes Carrara, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe a seção VI, *da Lei 061 de 25 de fevereiro de 2. 002.*

RESOLVE:

Artigo 1º - **RETORNAR** afastamento para tratamento de saúde pelo Regime Próprio da Previdência (Santa Helena Previ), o servidor abaixo nominado, relativo ao período que menciona:

SERVIDOR	TIPO DE BENEFÍCIO	PERÍODO
Juliano Schilke	Auxilio Doença	30/05/2018 a 27/06/2018

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 29 de junho de 2018.

Terezinha Guedes Carrara

- Prefeita Municipal –

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 29/06/2018 à 29/07/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

PREVIDENCIA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 0052/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição Especial em favor da Sra. MARIA ZULEICA VOLPATO MINGONETTI".

A Diretora Executiva do UBIRATÃ - PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6º, incisos "I","II","III" e "IV", da Emenda Constitucional n.º 41/2003, de 19 de Dezembro de 2003; Art. 94 e Anexo III da Lei Municipal nº 018/2008, dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos profissionais do magistério público municipal e a reforma do estatuto do magistério do município de Nova Ubiratã - MT, alterada pela Lei 044/2011 de 28 de março de 2.011, concedido progressão funcional através da portaria 088/2018 e ainda combinado com o Art. 92, incisos "I","II", "III" e "IV" da Lei Municipal n.º 060 de 27 de maio de 2013, que rege o Regime Próprio de Previdência Social do Município de NOVA UBIRATÃ- MT.

Resolve,

Art. 1º - Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição Especial,** em favor da Sra.MARIA ZULEICA VOLPATO MINGONETTI*, portadora do RG. nº. 31545986 SSP/PR inscrita no CPF n.º 366.096.179-53,* cadastrada sob a matrícula nº 100, efetiva no cargo de **Professor III 33 HS, Classe Atuarial C, Grau de Coeficiente 15**, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a referida Servidora conta com 9.211 dias trabalhados, ou seja, 25 anos, 02 meses e 26 dias, com **Proventos Integrais**, conforme o processo do UBIRATÃ - PREVI n.º 2018.09.00000003.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 12 de Junho de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Nova Ubiratã/MT, 18 de Junho de 2018.

_____

NATHANA SIMONE RUSCH DIRETORA EXECUTIVA

HOMOLOGO:

_____

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E POSSE Nº. 012/2018 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ ESTADO DE MATO GROSSO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E POSSE Nº. 012/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2017

DATA: 29 DE JUNHO DE 2018

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Nova Ubiratã Sr. Valdenir José dos Santos, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2017;

RESOLVE:

ART. 1º. CONVOCAR os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2017 para comparecerem junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã-MT no horário das 07:00 às 13:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, munidos dos documentos pessoais e profissionais, dos exames médicos obrigatórios conforme Art. 15 do referido Edital, para fins de nomeação, posse e exercício (anexo I).

ART. 2º. Os candidatos aprovados e classificados que estão sendo convocados terão 07 (sete) dias úteis contados da publicação deste edital de convocação, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo, conforme item 14.5. do Edital.

1 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AUXILIAR ADMINISTRATIVO – SEDE – 40H/SEM

	CANDIDATO (A)	AP/RP/CLASS/ AUSENTE
3º	ALYSON PATRIK DA SILVA LEITE	CLASSIFICADO
4º	DENISE BARICHELLO	CLASSIFICADO

Nova Ubiratã, MT – 29 de Junho de 2018.

Valdenir José dos Santos

Prefeito Municipal

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA POSSE PROCESSO SELETIVO

a) 01 foto 3x4 recente.

b) FOTOCÓPIAS ACOMPANHADAS DOS ORIGINAIS DOS SEGUINTES:

c) E-Mail do Candidato

I. CPF, RG;

II. Título de Eleitor e Comprovante da última eleição ou Certidão de quitação eleitoral

III. Certificado de reservista para o sexo masculino;

IV. Certidão de Nascimento ou Casamento;

V. Certidão de nascimento dos filhos.

VI. Cartão de vacina dos filhos menores de 14 anos;

VII. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou;

VIII. Comprovante de Residência **(Em nome do Candidato)**

IX. Cartão Contendo nº. de conta no **Banco do Brasil**;

X. Carteira de Trabalho e PIS/PASEP;

XI. Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para o cargo que se habilitou;

XII. Declaração de não acúmulo de cargo público.

XIII Declaração de bens.

XIV.Negativa criminal e cível, expedida pelo Fórum Local e pelo site http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/

XV. Exame Admissional realizado pelo Médico do Trabalho.

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo, nomeada pelo Município de Nova Ubiratã, havendo necessidade pela Procuradoria Jurídica do Município, tornando a decisão de

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2.018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2.018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, através do seu Prefeito Municipal Sr. JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA, comunica a todos os interessados que após todos os procedimentos necessários e de acordo com Parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, homologa e adjudica o Processo de Dispensa de Licitação nº 008/2.018, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PU-**

BLICO MUNICIPAL, com as especificações descritas no correspondente processo de contratação.

Nova Xavantina – MT, 29 de Junho de 2018.

JOÃO BATSITA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal.

EDITAL DE RETIFICAÇÃO N 04 - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 02/2018

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 02/2018
EDITAL DE RETIFICAÇÃO N 04.
A Senhora **Bruna Ferreira da Silva**, Presidente da Comissão Interna para realização do Certame, nomeada pela Portaria nº 8.864/2018, retificada posteriormente através das Portarias de nº 8.947/2018 e Portaria de nº 9.357/2018, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a necessidade de adequação do presente instrumento editalício, **TORNA PUBLICA A RETIFICAÇÃO** do **Edital de Homologação das Inscrições Deferidas e Convocação para Provas Objetivas,** referente aoProcesso Seletivo Público Nº 02/2018, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital;
ONDE SE LÊ:
DIVULGA-SE O LOCAL DAS PROVAS ESCRITAS: serão realizadas na Escola Municipal Monteiro Lobato, cito a Rua Constantina, 113 – Novo Horizonte, Setor Nova Brasília, no dia 01 de junho de 2018, às 08h00min, horário local;
LEIA-SE:
DIVULGA-SE O LOCAL DAS PROVAS ESCRITAS: serão realizadas na Escola Municipal Monteiro Lobato, cito a Rua Constantina, 113 – Novo Horizonte, Setor Nova Brasília, no **dia 01 DE JULHO DE 2018, às 08h00min, horário local;**
Nada mais havendo a tratar, revogam-se as disposições em contrário.
Nova Xavantina- MT, 29 de junho de 2018.
BRUNA FERREIRA DA SILVA
PRESIDENTE DA COMISSÃO

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 03 - PSS Nº 03/2018

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 03

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2018

A Senhora **Bruna Ferreira da Silva**, Presidente da Comissão Interna para realização do Certame, nomeada pela Portaria nº 8.863/2018, retificada posteriormente através das Portarias de nº 8.946/2018 e Portaria de nº 9. 356/2018, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a necessidade de adequação do presente instrumento editalício, **TORNA PUBLICA A RETIFICAÇÃO** do **Edital de Homologação das Inscrições Deferidas e Convocação para Provas Objetivas,** referente aoProcesso Seletivo Simplificado Nº 03/2018, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital;

ONDE SE LÊ:

DIVULGA-SE O LOCAL DAS PROVAS ESCRITAS: serão realizadas na **Escola Municipal Monteiro Lobato, cito a Rua Constantina, 113 – Novo Horizonte, Setor Nova Brasília, no dia 01 de junho de 2018, às 08h00min, horário local**;

LEIA-SE:

DIVULGA-SE O LOCAL DAS PROVAS ESCRITAS: serão realizadas na **Escola Municipal Monteiro Lobato, cito a Rua Constantina, 113 – Novo Horizonte, Setor Nova Brasília, no dia 01 DE JULHO DE 2018, às 08h00min, horário local;**

Nada mais havendo a tratar, revogam-se as disposições em contrário.

Nova Xavantina- MT, 29 de junho de 2018.

BRUNA FERREIRA DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007/2018 DE 25 DE JUNHO DE 2018.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007/2018 DE 25 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DO GABARITO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE/MT, CONFORME ESTABELECE O EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018, PUBLICADO EM 14 DE MAIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018 da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Portaria nº 097, de 26 de abril de 2018.

R E S O L V E:

Art. 1º- Publicar o Gabarito do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018, da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, realizado no dia 24 de junho de 2018 conforme discriminação anexa.

Art. 2º- Os candidatos terão 48 horas para entrar com recursos sobre o gabarito das provas realizadas no dia 24 de junho de 2018, a partir da publicação do presente edital.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte do Norte-MT, em 25 de junho de 2018.

MARIA ALVES DOS SANTOS

Presidente da Comissão

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

.

	A	B	C	D
01				X
02				X
03	ANULADA			
04	ANULADA			
05	X			
06				X
07			X	
08			X	
09	X			
10			X	
11				X
12				X
13			X	
14				X
15				X
16				X
17	X			
18			X	
19				X
20				X

	A	B	C	D
21	X			
22		X		
23			X	
24				X
25			X	
26				X
27	X			
28				X
29			X	
30				X
31				X
32				X
33				X
34				X
35			X	
36		X		
37			X	
38				X
39		X		
40				X

CARGO: CIRURGIAO DENTISTA

	A	B	C	D
21	X			
22		X		
23			X	
24				X
25			X	
26				X
27	X			
28				X
29			X	
30				X
31		X		
32				X
33		X		
34			X	
35			X	
36	X			
37		X		
38				X
39				X
40	X			

	A	B	C	D
1				X
02				X
03	ANULADA			
04	ANULADA			
05	X			
06				X
07			X	
08			X	
09	X			
10			X	
11				X
12				X
13			X	
14				X
15				X
16				X
17	X			
18			X	
19				X
20				X

FARMACEUTICO/ BIOQUIMICO

	A	B	C	D
21	X			
22		X		
23			X	
24				X
25			X	
26				X
27	X			
28				X
29			X	
30				X
31				X
32				X
33			X	
34	X			
35		X		
36				X
37				X
38		X		
39				X
40				X

	A	B	C	D
01				X
02				X
03	ANULADA			
04	ANULADA			
05	X			
06				X
07			X	
08			X	
09	X			

	A	B	C	D
10			X	
11				X
12				X
13			X	
14				X
15				X
16				X
17	X			
18			X	
19				X
20				X

CARGO: ZELADORA

	A	B	C	D
01			X	
02				X
03		X		
04		X		
05		X		
06		X		
07		X		
08	X			
09	X			
10	X			
11		X		
12		X		
13		X		
14		X		
15		X		

	A	B	C	D
16	X			
17			X	
18				X
19		X		
20			X	
21		X		
22			X	
23			X	
24	X			
25	X			
26	X			
27		X		
28		X		
29		X		
30	X			

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 009/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 009/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DO GABARITO OFICIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE/MT, CONFORME ESTABELECE O EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018, PUBLICADO EM 14 DE MAIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018 da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Portaria nº 097, de 26 de abril de 2018.

R E S O L V E:

Art. 1º- Publicar o Gabarito Oficial do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018, da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, realizado no dia 24 de junho de 2018, conforme discriminação anexa.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte do Norte-MT, 29 de junho de 2018.

MARIA ALVES DOS SANTOS

Presidente da Comissão

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

.

	A	B	C	D
01				X
02				X
03	ANULADA			
04	ANULADA			
05	X			
06				X
07			X	
08			X	
09	X			
10			X	
11				X
12				X
13			X	
14				X
15				X
16				X
17	X			
18			X	
19				X
20				X

	A	B	C	D
21	X			
22		X		
23			X	
24				X
25			X	
26				X
27	X			
28				X
29			X	
30				X
31				X
32				X
33				X
34				X
35			X	
36		X		
37			X	
38				X
39		X		
40				X

CARGO: CIRURGIAO DENTISTA

	A	B	C	D
21	X			
22		X		
23			X	
24				X
25			X	
26				X
27	X			
28				X
29			X	
30				X
31		X		
32				X
33		X		
34			X	
35			X	
36	X			
37		X		
38				X
39				X
40	X			

	A	B	C	D
1				X
02				X
03	ANULADA			
04	ANULADA			
05	X			
06				X
07			X	
08			X	
09	X			
10			X	
11				X
12				X
13			X	
14				X
15				X
16				X
17	X			
18			X	
19				X
20				X

FARMACEUTICO/ BIOQUIMICO

	A	B	C	D
21	X			
22		X		
23			X	
24				X
25			X	
26				X
27	X			
28				X
29			X	
30				X
31				X
32				X
33			X	
34	X			
35		X		
36				X
37				X
38		X		
39				X
40				X

	A	B	C	D
01				X
02				X
03	ANULADA			
04	ANULADA			
05	X			
06				X
07			X	
08			X	
09	X			
10			X	
11				X
12				X
13			X	
14				X
15				X
16				X
17	X			
18			X	
19				X
20				X

CARGO: ZELADORA

	A	B	C	D
01			X	
02				X
03		X		
04		X		
05		X		
06		X		
07		X		
08	X			
09	X			
10	X			
11		X		
12		X		
13		X		
14		X		

15		X		

	A	B	C	D
16	X			
17			X	
18				X
19		X		
20			X	
21		X		
22			X	
23			X	
24	X			
25	X			
26	X			
27		X		
28		X		
29		X		
30	X			

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

SECRETARIA DE SAUDE
RESOLUÇÃO CMS N.º 009/2018

RESOLUÇÃO CMS N.º 009/2018

Dispõe sobre aprovação do regimento interno do CMS, para processo de eleição 2018.

O Conselho Municipal de Saúde de Novo Mundo, na Reunião Ordinária ocorrida no dia 26 de junho de 2018, na sala do conselho, no uso de suas atribuições legais e considerando que:

O Conselho Municipal de Saúde de Novo Mundo é um órgão colegiado de caráter Permanente, deliberativo consultivo e fiscalizador das ações de saúde, no âmbito Do Sistema Único de Saúde (SUS) do município.

RESOLVE

Art.1°. De acordo com Reunião Ordinária do dia 26/06/2018 ata n°006/2018 Fica aprovado regimento interno do CMS, para processo de eleição 2018.

Art.2°. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Novo Mundo MT, 26 de junho 2018.

Lucimar dos Santos

Presidente do CMS

Novo Mundo-MT

SECRETARIA DE SAUDE
RESOLUÇÃO CMS N.º 010/2018

RESOLUÇÃO CMS N.º 010/2018

Dispõe sobre prestação de conta referente ao mês de março 2018.

O Conselho Municipal de Saúde de Novo Mundo, na Reunião Ordinária ocorrida no dia 26 de junho de 2018, na sala do conselho, no uso de suas atribuições legais e considerando que:

O Conselho Municipal de Saúde de Novo Mundo é um órgão colegiado de caráter Permanente, deliberativo consultivo e fiscalizador das ações de saúde, no âmbito Do Sistema Único de Saúde (SUS) do município.

RESOLVE

Art.1°. De acordo com Reunião Ordinária do dia 26/06/2018 ata n°006/2018 Fica aprovado prestação de conta referente ao mês de março 2018.

Art.2°. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Novo Mundo MT, 26 de junho 2018.

Lucimar dos Santos

Presidente do CMS

Novo Mundo-MT

CONVENIOS E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 024/2018

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 024/2018

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**Empresa PANTANAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA -ME, CNPJ nº. 13.508.359/0001-16, com sede na Av. Caio nº 268, centro, na cidade de Arenápolis-MT, neste ato representado pelo seu sócio proprietário Sr. Luiz Carlos Marconi, portador da CI/RG nº. 2845075-2 SSP/MT e CPF/MF nº. 206.631.021-20, residente e domiciliado na cidade de Arenápolis-MT**
Objeto	**Reforma de Ponte de Madeira Tipo I – Vigamento Simples com Fundação em Estacas (Padrão SINFRA-MT) sobre o rio Nhandú, Rod. MT 389 Trecho Entrº. MT – 419(Novo Mundo) – P.A 5 MIL, Extensão 50,90 m respectivamente na região de Novo Mundo – MT, com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos nas Planilhas Orçamentárias e Projetos, anexos ao Edital de Tomada de Preços 001/2017.**
Valor	Pelos serviços do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o preço global de **R$ 412.220,77 (quatrocentos e doze mil duzentos e vinte reais e setenta e sete centavos)**,
Prazo de Vigência do Contrato	120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura do contrato
Prazo de Execução da Obra	60 (sessenta) dias a contar da emissão da ordem de serviço
Dotação Orçamentária	***190 – 09.001.26.782.0012.1064.4490.51.00 Fonte de Recursos: Convênio 879/2017, firmado entre a Prefeitura Municipal de Novo Mundo e a Secretaria de Estado de Infra Estrutura do Estado de Mato Grosso – SINFRA***
Origem	**Tomada de Preços 001/2017.**

Novo Mundo/MT, 01 de Junho de 2018.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

CONVENIOS E CONTRATOS
ORDEM DE SERVIÇO CONTRATO 024/2018

O MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, REPRESENTADO PELO SR. **ANTONIO MAFINI,** *EXMO PREFEITO MUNICIPAL, QUE NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXPEDE A SEGUINTE:*

ORDEM DE SERVIÇO

001/2018

AO CONTRATO 024/2018

D I S P O N D O

I – Fica autorizada a Empresa **PANTANAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA -ME,** CNPJ nº. 13.508.359/0001-16, com sede na Av. Caio nº 268, centro, na cidade de Arenápolis-MT, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato representado pelo seu sócio proprietário Sr. Luiz Carlos Marconi, portador da CI/RG nº. 2845075-2 SSP/MT e CPF/MF nº. 206.631.021-20, residente e domiciliado na cidade de Arenápolis-MT, empresa está **vencedora** do **Processo nº048/2017, Tomada de Preço 001/2017,** *de interesse dessa Municipalidade, que tem como Objeto a* **Reforma de Ponte de Madeira Tipo I – Vigamento Simples com Fundação em Estacas (Padrão SINFRA-MT) sobre o rio Nhandú, Rod. MT 389 Trecho Entrº. MT – 419(Novo Mundo) – P.A 5 MIL, Extensão 50,90 m respectivamente na região de Novo Mundo – MT, com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos**

nas Planilhas Orçamentárias e Projetos, conforme Edital, Contrato 020/2018 e em conformidade com a proposta de preços que também integra o competente edital**.**

II – A presente Ordem de Serviço tem caráter legal e imediato de modo que a Lei, o interesse público, para início dos serviços **Reforma de Ponte de Madeira Tipo I – Vigamento Simples com Fundação em Estacas (Padrão SINFRA-MT) sobre o rio Nhandú, Rod. MT 389 Trecho Entrº. MT – 419(Novo Mundo) – P.A 5 MIL, Extensão 50,90 m respectivamente na região de Novo Mundo – MT,** com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos nas Planilhas Orçamentárias e Projetos.

III – Critérios: Os da homologação da Licitação.

IV – Conjuntamente com esta Ordem de Serviço, o setor de finanças da Administração desta Municipalidade, apresentará o Empenho das despesas aqui ordenadas, nos termos do Edital de Licitação e Contrato 024-2018.

NOVO MUNDO / MT, EM 25 DE JUNHO DE 2018.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

ANTONIO MAFINI

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO DO RREO 2º BIMESTRE DE 2018

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	29.050.000,00	29.050.000,00	3.913.442,42	13,47	7.960.179,28	27,40	21.089.820,72
RECEITAS CORRENTES	27.528.000,00	27.528.000,00	3.913.442,42	14,22	7.940.241,72	28,84	19.587.758,28
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.120.000,00	1.120.000,00	186.987,97	16,70	417.921,41	37,31	702.078,59
Impostos	929.000,00	929.000,00	141.641,39	15,25	337.956,14	36,38	591.043,86
Taxas	85.000,00	85.000,00	31.481,98	37,04	50.626,57	59,56	34.373,43
Contribuição de Melhoria	106.000,00	106.000,00	13.864,60	13,08	29.338,70	27,68	76.661,30
CONTRIBUIÇÕES	733.000,00	733.000,00	123.287,75	16,82	184.093,71	25,12	548.906,29
Contribuições Sociais	733.000,00	733.000,00	123.287,75	16,82	184.093,71	25,12	548.906,29
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	1.920.000,00	1.920.000,00	13.373,20	0,70	28.293,57	1,47	1.891.706,43
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	1.920.000,00	1.920.000,00	13.373,20	0,70	28.293,57	1,47	1.891.706,43
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	190.000,00	190.000,00	36.125,14	19,01	67.974,40	35,78	122.025,60
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	190.000,00	190.000,00	36.125,14	19,01	67.974,40	35,78	122.025,60
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.538.000,00	23.538.000,00	3.541.213,31	15,04	7.227.875,03	30,71	16.310.124,97
Transferências da União e de suas Entidades	10.123.000,00	10.123.000,00	1.364.007,31	13,47	2.781.732,24	27,48	7.341.267,76
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	9.715.000,00	9.715.000,00	1.659.031,06	17,08	3.319.751,54	34,17	6.395.248,46
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	3.700.000,00	3.700.000,00	518.174,94	14,00	1.126.391,25	30,44	2.573.608,75
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.000,00	27.000,00	12.455,05	46,13	14.083,60	52,16	12.916,40
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	17.000,00	17.000,00	12.279,31	72,23	13.239,38	77,88	3.760,62
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes	10.000,00	10.000,00	175,74	1,76	844,22	8,44	9.155,78

Documento gerado em 30/05/2018 15:45:21

Página 1 de 15

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	1.522.000,00	1.522.000,00	0,00	0,00	19.937,56	1,31	1.502.062,44
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	300.000,00	300.000,00		0,00		0,00	300.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Alienação de Bens Móveis	12.000,00	12.000,00		0,00		0,00	12.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.210.000,00	1.210.000,00	0,00	0,00	19.937,56	1,65	1.190.062,44
Transferências da União e de suas Entidades	810.000,00	810.000,00		0,00	19.937,56	2,46	790.062,44
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	400.000,00	400.000,00		0,00		0,00	400.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.050.000,00	1.050.000,00	169.812,38	16,17	261.032,69	24,86	788.967,31
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	30.100.000,00	30.100.000,00	4.083.254,80	13,57	8.221.211,97	27,31	21.878.788,03
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	30.100.000,00	30.100.000,00	4.083.254,80	13,57	8.221.211,97	27,31	21.878.788,03
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	30.100.000,00	30.100.000,00	4.083.254,80	13,57	8.221.211,97	27,31	21.878.788,03
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 2º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	26.101.000,00	26.091.000,00	4.059.708,30	9.192.551,59	16.898.448,41	4.423.632,06	7.964.729,71	18.126.270,29	7.495.321,05	0,00
DESPESAS CORRENTES	23.873.000,00	23.976.302,00	3.824.912,73	8.887.322,83	15.088.979,17	4.186.744,49	7.659.500,95	16.316.801,05	7.262.932,05	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.767.000,00	12.265.101,00	2.268.317,72	4.311.060,25	7.954.040,75	2.268.317,72	4.311.060,25	7.954.040,75	4.256.718,97	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	20.000,00			20.000,00			20.000,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.086.000,00	11.691.201,00	1.556.595,01	4.576.262,58	7.114.938,42	1.918.426,77	3.348.440,70	8.342.760,30	3.006.213,08	
DESPESAS DE CAPITAL	1.778.000,00	1.664.698,00	234.795,57	305.228,76	1.359.469,24	236.887,57	305.228,76	1.359.469,24	232.389,00	0,00
INVESTIMENTOS	1.566.000,00	1.552.698,00	191.635,57	218.908,76	1.333.789,24	193.727,57	218.908,76	1.333.789,24	146.069,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	212.000,00	112.000,00	43.160,00	86.320,00	25.680,00	43.160,00	86.320,00	25.680,00	86.320,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	450.000,00	450.000,00			450.000,00			450.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	833.000,00	843.000,00	103.137,50	228.542,40	614.457,60	103.137,50	228.542,40	614.457,60	228.542,40	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	26.934.000,00	26.934.000,00	4.162.845,80	9.421.093,99	17.512.906,01	4.526.769,56	8.193.272,11	18.740.727,89	7.723.863,45	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	26.934.000,00	26.934.000,00	4.162.845,80	9.421.093,99	17.512.906,01	4.526.769,56	8.193.272,11	18.740.727,89	7.723.863,45	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	26.934.000,00	26.934.000,00	4.162.845,80	9.421.093,99		4.526.769,56	8.193.272,11		7.723.863,45	0,00
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.050.000,00	1.050.000,00	169.812,38	16,17	261.032,69	24,86	788.967,31
RECEITAS CORRENTES	1.050.000,00	1.050.000,00	169.812,38	16,17	261.032,69	24,86	788.967,31
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	1.050.000,00	1.050.000,00	169.812,38	16,17	261.032,69	24,86	788.967,31
Contribuições Sociais	1.050.000,00	1.050.000,00	169.812,38	16,17	261.032,69	24,86	788.967,31
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	833.000,00	843.000,00	103.137,50	228.542,40	614.457,60	103.137,50	228.542,40	614.457,60	228.542,40	0,00
DESPESAS CORRENTES	833.000,00	843.000,00	103.137,50	228.542,40	614.457,60	103.137,50	228.542,40	614.457,60	228.542,40	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	833.000,00	843.000,00	103.137,50	228.542,40	614.457,60	103.137,50	228.542,40	614.457,60	228.542,40	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.289.000,00	19.049.500,99	2.831.979,58	6.039.123,20	96,35	13.010.377,79	3.001.578,59	5.216.567,08	95,80	13.832.913,91	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	320.000,00	320.000,00	61.677,30	32.515,95	0,52	287.484,05	21.677,30	32.515,95	0,60	287.484,05	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial	320.000,00	320.000,00	61.677,30	32.515,95	0,52	287.484,05	21.677,30	32.515,95	0,60	287.484,05	
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	472.000,00	372.500,00	83.898,56	171.688,98	2,74	200.811,02	83.898,56	171.688,98	3,15	200.811,02	0,00
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral											
Administração Financeira	472.000,00	372.500,00	83.898,56	171.688,98	2,74	200.811,02	83.898,56	171.688,98	3,15	200.811,02	
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	847.000,00	847.000,00	124.806,98	214.365,01	3,42	632.634,99	126.864,12	214.330,15	3,94	632.669,85	0,00
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	71.000,00	71.000,00	2.123,43	5.348,93	0,09	65.651,07	2.123,43	5.348,93	0,10	65.651,07	
Assistência Comunitária	768.000,00	768.000,00	122.683,55	208.175,08	3,32	559.824,92	124.740,69	208.140,22	3,82	559.859,78	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções	8.000,00	8.000,00		841,00	0,01	7.159,00		841,00	0,02	7.159,00	
Previdência Social	715.000,00	715.000,00	72.155,60	187.200,88	2,99	527.799,12	78.137,42	153.823,52	2,82	561.176,48	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	715.000,00	715.000,00	72.155,60	187.200,88	2,99	527.799,12	78.137,42	153.823,52	2,82	561.176,48	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	5.732.000,00	5.921.799,98	833.805,45	2.521.446,63	40,23	3.400.353,35	1.016.803,35	1.846.430,58	33,91	4.075.369,40	0,00
Atenção Básica	5.252.000,00	5.437.799,98	780.382,22	2.259.009,06	36,04	3.178.790,92	889.741,54	1.692.799,67	31,09	3.745.000,31	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	265.000,00	269.000,00	23.578,12	206.023,36	3,29	62.976,64	97.216,70	97.216,70	1,79	171.783,30	
Suporte Profilático e Terapêutico	15.000,00	15.000,00	2.736,00	2.736,00	0,04	12.264,00	2.736,00	2.736,00	0,05	12.264,00	
Vigilância Sanitária	60.000,00	60.000,00	810,00	11.081,18	0,18	48.918,82	810,00	11.081,18	0,20	48.918,82	
Vigilância Epidemiológica	140.000,00	140.000,00	26.299,11	42.597,03	0,68	97.402,97	26.299,11	42.597,03	0,78	97.402,97	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	7.581.000,00	7.214.501,01	1.403.462,44	2.535.827,75	40,46	4.678.673,26	1.409.824,59	2.475.819,90	45,47	4.738.681,11	0,00
Ensino Fundamental	6.788.000,00	6.391.501,01	1.265.261,39	2.250.744,86	35,91	4.140.756,15	1.271.623,54	2.190.737,01	40,23	4.200.764,00	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	596.000,00	596.000,00	111.431,52	257.970,67	4,12	338.029,33	111.431,52	257.970,67	4,74	338.029,33	
Educação de Jovens e Adultos	12.000,00	12.000,00				12.000,00				12.000,00	
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções	185.000,00	215.000,00	26.769,53	27.112,22	0,43	187.887,78	26.769,53	27.112,22	0,50	187.887,78	
Cultura	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00		10.000,00	0,00	0,00		10.000,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	565.000,00	496.700,00	25.481,00	38.107,00	0,61	458.593,00	25.481,00	38.107,00	0,70	458.593,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	330.000,00	251.700,00				251.700,00				251.700,00	
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções	235.000,00	245.000,00	25.481,00	38.107,00	0,61	206.893,00	25.481,00	38.107,00	0,70	206.893,00	
Habitação	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00		65.000,00	0,00	0,00		65.000,00	0,00
Habitação Rural											

Documento gerado em 30/05/2018 15:45:21

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	65.000,00	65.000,00				65.000,00				65.000,00	
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	213.000,00	249.700,00	23.193,43	117.678,50	1,88	132.021,50	35.393,43	63.578,50	1,17	186.121,50	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	213.000,00	249.700,00	23.193,43	117.678,50	1,88	132.021,50	35.393,43	63.578,50	1,17	186.121,50	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00		15.000,00	0,00	0,00		15.000,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas	15.000,00	15.000,00				15.000,00				15.000,00	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	125.000,00	179.300,00	79.297,00	79.297,00	1,27	100.003,00	79.297,00	79.297,00	1,46	100.003,00	0,00
Abastecimento	20.000,00	20.000,00				20.000,00				20.000,00	
Extensão Rural	85.000,00	139.300,00	79.297,00	79.297,00	1,27	60.003,00	79.297,00	79.297,00	1,46	60.003,00	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções	20.000,00	20.000,00				20.000,00				20.000,00	
Organização Agrária	28.000,00	28.000,00	0,00	0,00		28.000,00	0,00	0,00		28.000,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções	28.000,00	28.000,00				28.000,00				28.000,00	
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	74.000,00	74.000,00	0,00	0,00		74.000,00	0,00	0,00		74.000,00	0,00
Promoção Comercial	26.000,00	26.000,00				26.000,00				26.000,00	
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	48.000,00	48.000,00				48.000,00				48.000,00	
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	107.000,00	107.000,00	7.570,89	9.709,90	0,15	97.290,10	7.570,89	9.709,90	0,18	97.290,10	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções	107.000,00	107.000,00	7.570,89	9.709,90	0,15	97.290,10	7.570,89	9.709,90	0,18	97.290,10	
Energia	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00		35.000,00	0,00	0,00		35.000,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	35.000,00	35.000,00				35.000,00				35.000,00	
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	1.805.000,00	1.819.000,00	110.973,31	123.318,47	1,97	1.695.681,53	110.973,31	123.318,47	2,26	1.695.681,53	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	1.805.000,00	1.819.000,00	110.973,31	123.318,47	1,97	1.695.681,53	110.973,31	123.318,47	2,26	1.695.681,53	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	130.000,00	130.000,00	5.657,62	7.967,13	0,13	122.032,87	5.657,62	7.967,13	0,15	122.032,87	0,00
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	130.000,00	130.000,00	5.657,62	7.967,13	0,13	122.032,87	5.657,62	7.967,13	0,15	122.032,87	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	450.000,00	450.000,00				450.000,00				450.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	833.000,00	843.000,00	103.137,50	228.542,40	3,65	614.457,60	103.137,50	228.542,40	4,20	614.457,60	
TOTAL (III) = (I + II)	20.122.000,00	19.892.500,99	2.935.117,08	6.267.665,60	100,00	13.624.835,39	3.104.716,09	5.445.129,48	100,00	14.447.371,51	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	833.000,00	843.000,00	103.137,50	228.542,40	3,65	614.457,60	103.137,50	228.542,40	4,20	614.457,60	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00	0,00	0,00		5.000,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/■ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/■ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00	
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral											
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	5.000,00	5.000,00	425,45	1.276,35	0,02	3.723,65	425,45	1.276,35	0,02	3.723,65	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	5.000,00	5.000,00	425,45	1.276,35	0,02	3.723,65	425,45	1.276,35	0,02	3.723,65	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	165.000,00	165.000,00	8.248,48	36.050,99	0,58	128.949,01	8.248,48	36.050,99	0,66	128.949,01	0,00
Atenção Básica	165.000,00	165.000,00	8.248,48	36.050,99	0,58	128.949,01	8.248,48	36.050,99	0,66	128.949,01	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											

Documento gerado em 30/05/2018 15:45:21

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	645.000,00	655.000,00	94.463,57	191.215,06	3,05	463.784,94	94.463,57	191.215,06	3,51	463.784,94	0,00
Ensino Fundamental	548.000,00	558.000,00	70.264,54	143.037,31	2,28	414.962,69	70.264,54	143.037,31	2,63	414.962,69	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	95.000,00	95.000,00	24.199,03	48.177,75	0,77	46.822,25	24.199,03	48.177,75	0,88	46.822,25	
Educação de Jovens e Adultos	2.000,00	2.000,00				2.000,00				2.000,00	
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00	0,00	0,00		5.000,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00		4.000,00	0,00	0,00		4.000,00	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	4.000,00	4.000,00				4.000,00				4.000,00	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

Documento gerado em 30/05/2018 15:45:21

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00		4.000,00	0,00	0,00		4.000,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções	4.000,00	4.000,00				4.000,00				4.000,00	
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/▮ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/▮ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											

Documento gerado em 30/05/2018 15:45:21

Página 14 de 15

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 005/2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 005/2017.

Às 15:00 horas do dia 29 de Agosto de 2017, na PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO, reuniram-se na sala SETOR DE LICITAÇÃO, situada à RUA 29 DE SETEMBRO, nº 77, BAIRRO CENTRO, NOVO SANTO ANTÔNIO/MT, CEP: 78674-000, Fone: (66) 3548-1081, Fax: (66) 3548-1081, inscrito no CNPJ sob o nº 04.199.966/0001-50, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ADÃO SOARES NOGUEIRA, portador da Cédula de Identidade nº 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, e a empresa **DEIJACI MOURA PAZ ME**, cadastrada no CNPJ nº 12.766.922. 0001-93, situada na Rua Sabino Pereira Costa, nº38, Bairro; Centro, CEP: 78674-000, cidade de Novo Santo Antônio, estado de Mato Grosso, neste ato representada por seu representante legal o Srº DEIJACI MOURA PAZ, portador do RG nº 2238041 SSP/GO e inscrito no CPF sob nº 612.678. 051-53, residente e domiciliado na cidade de Novo Santo Antônio, estado de Mato Grosso, CEP 78674-000, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, referente ao Pregão Presencial nº 13/2017, nas condições em que segue: que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a)***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARNE BOVINA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.*** Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da empresa	Itens
83561	DEIJACI MOURA PAZ	01 ao 04

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 011/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ/CPF	Nome do representante	CPF
DEIJACI MOURA PAZ	12.766.922/0001-93	DEIJACI MOURA PAZ	612.678.051-53

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:)***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARNE BOVINA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO***, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de **Menor Preço Por Item**, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: DEIJACI MOURA PAZ ME

ITEM	CODIGO TCE	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01	163652-9	**CARNE BOVINA** - TIPO COXAO MOLE, EM KG, RESFRIADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA LIMPA,COM ASPECTO,COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS E NO MAXIMO 10% DE SEBO OU GORDURA	550	QUILOGRAMA (cód.: 3)	3M	R$ 17,50	R$ 9.625,00
02	3826-1	**CARNE BOVINA** - TIPO ALCATRA , RESFRIADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO,COR,CHEIRO E SABOR PROPRIO KG	500	QUILOGRAMA (cód.: 3)	3M	R$ 17,50	R$ 8.750,00
03	174732-0	**CARNE BOVINA** - TIPO PALETA OU PEIXINHO, DE SEGUNDA, CONGELADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS KG	800	QUILOGRAMA (cód.: 3)	3M	R$ 13,50	R$ 10.800,00
04	421721-7	**CARNE BOVINA** - TIPO MOIDA, DIANTEIRA SEM OSSO, TIPO PALETA OU ACEM, SEM PELANCA, SEM GORDURA,CONGELADA,ISENTA DE SEBO, LIMPA, COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PROPRIOS,EMBALADA EM EMBALAGEM APROPRIADA,SEM SUJIDADES E ACAO DE MICROBIOS	1.000	QUILOGRAMA (cód.: 3)	3M	R$ 13,50	R$ 13,500

1 VALOR TOTAL R$ 42.675,00 (Quarenta e dois mil e seiscentos e setenta e cinco reais).

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DEPREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados,

obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até 10 (dez) dias no mês subsequente a entrega dos produtos e, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Félix do Araguaia-MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Novo Santo Antônio-MT, em 29 de Agosto de 2017.

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

GERENCIADOR

Empresa Participante:

_____

DEIJACI MOURA PAZ

CPF: 612.678.051-53

DETENTORA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2017.

Às 13:00 horas do dia 29 de Agosto de 2017, na PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO, reuniram-se na sala SETOR DE LICITAÇÃO, situada à RUA 29 DE SETEMBRO, nº 77, BAIRRO CENTRO, NOVO SANTO ANTÔNIO/MT, CEP: 78674-000, Fone: (66) 3548-1081, Fax: (66)

3548-1081, inscrito no CNPJ sob o nº 04.199.966/0001-50, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ADÃO SOARES NOGUEIRA, portador da Cédula de Identidade nº 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, e a empresa **M. E. FERREIRA & CIA LTDA-EPP**, cadastrada no CNPJ nº 21. 838.576/0001-00, situada na Estrada Rural Novo Santo Antônio a Serra Nova Dourada, KM 30 s/nº, Nova Trindade, CEP: 78674-000 cidade de Novo Santo Antônio, estado de Mato Grosso, neste ato representada por seu representante legal o S.r. **MANOEL EURIDES FERREIRA**, portador do RG nº 0245917100 DETRAN/GO e inscrito no CPF sob nº 158.812.531-91, residente e domiciliado na cidade de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso, CEP 78674-000, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, referente ao Pregão Presencial nº 12/2017, nas condições em que segue: que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a)***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE PESSOAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.*** Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da empresa	Itens
84516	M. E. FERREIRA & CIA LTDA-EPP	01 ao 04

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 011/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ/CPF	Nome do representante	CPF
M. E. FERREIRA & CIA LTDA-EPP	21.838.576/0001-00	MANOEL EURIDES FERREIRA	158.812.531-91

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE PESSOAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de **Menor Preço Por Item**, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: MANOEL EURIDES FERREIRA

CÓDIGO TCE	ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
151421-0	01	**AÇUCAR** - OBTIDO DA CANA DE ACUCAR, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, COM TEOR DE SACAROSE MINIMO DE COM TEOR DE SACAROSE MINIMO, SEM FERMENTACAO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, ISENTO DE SUJIDADES, ACONDICIONADO EM SACO EMBALAGEM APROPRIDADA. PACOTE OM 2 KG	200	PACOTE 2 QUILO (cód.: 309)	BARRACAL	R$ 6,20	R$ 1. 240,00
151885-2	02	**ARROZ -** AGULHINHA, TIPO 1, LONGO, CONSTITUIDOS DE GRAOS INTEIROS, COM TEOR DE UNIDADE MAXIMA 15%, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PACOTE COM 5 KG	300	PACOTE 5 QUILO (cód.: 39)	REI	R$ 15,30	R$ 4. 590,00
153343-6	03	**CAFE ESPECIAL** - TIPO EXPORTACAO, CAFE TORRADO E MOIDO, ISENTO DE GRAOS, QUALIDADE GLOBAL SUPERIOR, DISPENSADO ANALISE SE CERTIFICADO NO SISTEMA DE COM SELO DA ABIC, EMBALADO A VACUO, CONTENDO 250KG	200	PACOTE 250 GRAMA (cód.: 192)	SAM MARCO	R$ 6,00	R$ 1. 200,00
3562-9	04	**EXTRATO DE TOMATE** - SIMPLES, CONCENTRADO, PRODUTO RESULTANTE DA CONCENTRACAO DA POLPA DE TOMATE POR PROCESSO TECNOLOGICO, PREPARADO COM FRUTOS MADUROS SELECIONADOS SEM PELE, SEM SEMENTES E CORANTES ARTIFICIAIS, ISENTO DE SUJIDADES E FERMENTACAO, ACONDICIONADO EM LATA FECHADA COM 350G.	200	UNID (cód.: 1)	GOIALI	R$ 3,42	R$ 684,00
153333-9	05	**FARINHA DE MANDIOCA** - TORRADA, SECA, FINA, TIPO 1, BRANCA, ISENTA DE SUJIDADES, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO, TRANSPARENTE CONTENDO 01 KG.	180	PACOTE 1 QUILO (cód.: 2527)	MIKA	R$ 6,75	1. 350,00
255517-4	06	**FARINHA DE TRIGO** - ESPECIAL, OBTIDA DO TRIGO MOIDO, DE COR BRANCA, ISENTA DE SUJIDADE, COM FERMENTO, EMBALAGEM COM 1 KG.	200	PACOTE 1 QUILO (cód.: 2527)	PRIMOR	R$ 3,50	R$ 700,00
172512-2	07	**FEIJAO - CARIOCA**, TIPO 1, NOVO, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS E SADIOS, COM A UMIDADE PERMITIDA EM LEI, ISENTO DE MATERIAL TERROSO,SUJIDADES ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES E MISTURAS D E OUTRAS ESPECIES, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO, CONTENDO 1KG.	480	PACOTE 1 QUILO (cód.: 2527)	REI	R$ 5,25	R$ 2. 520,00

403961-0	08	**FERMENTO QUIMICO** - TIPO EM PO, COMPOSTO DE PIROFOSFATO ACIDO DE SODIO, BICARBONATO DE SODIO, FOSFATO MONOCALCICO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA POTE 100 GRAMAS.	200	UNID (cód.: 1)	PÓ ROYAL	R$ 4,85	R$ 970,00
172755-9	09	**FUBA DE MILHO** - SIMPLES, DO GRAO DO MILHO, DE COR AMARELA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, COM AUSENCIA DE UMIDADE E FERMENTACAO, ISENTO DE SUJICIDADE, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM PACOTE COM 500G	200	PACOTE 500 GRAMA (cód.: 2533)	ZAELY	R$ 2,50	R$ 500,00
122701-7	10	**LEITE EM PO** INSTANTANEO - COM TEOR DE MATERIA GORDA MINIMO DE 26%, INTEGRAL, ENVASADO EM RECIPIENTES HERMETICOS EM SACO ALUMINIZADO. PACOTE 200 GRAMAS.	30	PACOTE 200 GRAMA (cód.: 558)	ITALAC	R$ 8,25	R$ 1. 650,00
254470-9	11	**MASSA ALIMENTICIA** - TIPO SECA PARA MACARRONADA, FORMATO ESPAGUETE, COR AMARELA, OBTIDA PELO AMASSAMENTO DA COMPOSTA DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, INTEGRAL, ISENTA DE CORANTES ARTIFICIAIS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MAXIMA 13%, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE E ATOXICO. PACOTE 500 GRAMAS.	170	PACOTE 500 GRAMA (cód.: 2533)	PAULISTA	R$ 2,57	R$ 514,00
142114-0	12	**OLEO COMESTIVEL** - DE SOJA, OBTIDO DE ESPECIE VEGETAL, ISENTO DE RANCO E SUBSTANCIAS ESTRANHAS, ACONDICIONADO EM FRASCO PLASTICO COM 900 ML	200	UNID (cód.: 1)	SOYA	R$ 4,500	R$ 900,00
237578-8	13	**SAL - REFINADO**, IODADO, EXTRAIDO DE FONTES NATURAIS, AUSENCIA DE SUJIDADES IMPUREZAS ORGANICAS, COM NO MINIMO 96,95% DE CLORETO DE SODIO E SAIS DE IODO, UMIDADE MAXIMA DE 0,2%, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO DE 1 KG	200	PACOTE 1 QUILO (cód.: 2527)	PIRAMIDE	R$ 1,40	R$ 280,00

VALOR TOTAL R$: 17.098,00 (Dezessete mil e noventa e oito reais).

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DEPREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados,

obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até 10 (dez) dias no mês subsequente a entrega dos produtos e, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Félix do Araguaia-MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Novo Santo Antônio-MT, em 29 de Agosto de 2017

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

GERENCIADOR

Empresa Participante:

_____

MANOEL EURIDES FERREIRA,

CPF : 158.812.531-91

M. E. FERREIRA & CIA LTDA-EPP

DETENTORA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 50/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria nº 126 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2018**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Decreto Municipal nº 1005/2014, Decreto nº 1452/2018 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Higiene e Limpeza e utensílios domésticos,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias do Município de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Data de abertura **13/07/2018**, sexta-feira **às 08:00 h (Horário Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Em 28 de junho de 2018. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2018

Onde se lê:

Contrato nº. 51/2018 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; **J S B CORREA PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI. CNPJ: 17.214.942/0001-75**. Objeto: a Contratação de **Show artístico do cantor "João Carreiro",** que acontecerá no dia 29/06/2018 em comemoração ao 54º aniversário do Município de Paranatinga-MT**,** atendendo ao Departamento de Cultura, em conformidade com o Artigo 25, Inciso III da lei nº 8.666/93. Valor: **R$ 30.000,00**. **Vigência: 25/06/2018 A 25/06/2019**. Departamento de Licitações e Contratos, em 26 de junho de 2018.

Leia- se:

Contrato nº. 51/2018 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; **J S B CORREA PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI. CNPJ: 17.214.942/0001-75**. Objeto: a Contratação de **Show artístico do cantor "João Carreiro",** que acontecerá no dia 29/06/2018 em comemoração ao 54º aniversário do Município de Paranatinga-MT**,** atendendo ao Departamento de Cultura, em conformidade com o Artigo 25, Inciso III da lei nº 8.666/93. Valor: **R$ 30.000,00**. **Vigência: 25/06/2018 A 25/11/2018**. Departamento de Licitações e Contratos, em 26 de junho de 2018. Departamento de Licitações e Contratos, em 29 de junho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

DECISÃO ADMINISTRATIVA N.º 001-2018

DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 001/2018

DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre julgamento do Processo Administrativo n°. 002/2018 instaurado através da Portaria n°. 070/2018 de 09 de Fevereiro de 2018 e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a Portaria n°. 070/2018 de 09 de Fevereiro de 2018 que instaurou o PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2018**, para *"apuração dos fatos relacionados a apuração de irregularidades no Pregão Presencial nº 014/2017"*;**

CONSIDERANDO a conclusão dos trabalhos pela comissão nomeada, a qual exarou relatório final subscrito pelo Presidente, e respectivos membros, encaminhando-o para decisão;

CONSIDERANDO o PARECER JURÍDICO N°. 052/2018 o qual concluiu pela *"homologação dos trabalhos da comissão de sindicância (...) eis que desenvolvidos de acordo com a legislação pertinente"*;

CONSIDERANDO que a responsabilização administrativa não prejudica a judicial, pois se trata de esferas independentes e autônomas, conforme entendimento consolidado do STF (AI nº 807.190/SP-AgR e a AI nº 521.569/PE-ED);

CONSIDERANDO que o relatório final da comissão e o parecer jurídico são opinativos e que a valoração dos fatos e a competência para aplicação das sanções se encontra nos limites da discricionariedade da autoridade municipal, responsável pela instauração.

DECIDO:

1º - HOMOLOGAR os trabalhos e o relatório final da Comissão de Processo Administrativo n°. 002/2018 instaurado através da Portaria n°. 070/2018 de 09 de Fevereiro de 2018, dando por encerrado os trabalhos.

2º - RATIFICAR a Portaria n° 252/2018 que EXONEROU o Sr. JOSÉ ROBERTO DE SOUZA do cargo de Chefe do Departamento de Compras.

3º - Por fim, deixo de aplicar quaisquer outras penalidades em relação aos fatos apurados pela referida comissão, sem prejuízo da instauração de novo processo, acaso haja o surgimento de fatos supervenientes.

4° - Determino ciência aos interessados.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SMEC

Edital de Seleção nº 008/2018 – SMEC

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA no uso de suas atribuições legais, considerandoa LC - 050/98, Lei Complementar nº 16 de 11 de maio de 2011, Lei Municipal nº 378 de dezembro de 2000, torna público, para conhecimento dos interessados, EDITAL, que estabelece instruções para a realização do **PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO – PSS**, destinado a contratação temporária para exercer o cargo de AAE – Técnico em Infraestrutura Vigilância Escolar, a respectiva função condizente ao cargo em conformidade a PORTARIA Nº. 021/2017/ SMEC /PEIXOTO DE AZEVEDO/ MT, que dispões sobre os critérios e procedimentos para o processo de atribuição dos quadros das unidades escolares municipal de ensino e ainda, com a INSTRUÇÃO NORMATIVAN№ 002/2017/SMEC que rege o processo de atribuição para o exercício letivo de 2018.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS, é destinado à seleção de profissionais para atuarem em estabelecimento da Rede Pública Municipal de Ensino, exclusivamente para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, suprindo os cargos vagos existentes na Escola do Campo e Sala Anexa e na ausência de pessoal efetivo para atender a demanda, mediante, contrato temporário, com fulcro no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, bem comoLei Complementar nº 16 de 11 de maio de 2011, Lei Municipal nº 378 de dezembro de 2000 e artigo 79 da LC nº 50/98, com a redação da LC nº 104/02.

1.2 – A seleção para contratação temporária de Professores, (em suas funções no âmbito das unidades escolares), será para provimento de pessoal nos respectivos cargos/funções correlatas.

Quadro de Vagas.

Cargo Concorrido	Vaga	Escolaridade	C/H/ semanal	Remuneração Mensal	Local de trabalho
AAE – Técnico em Infraestrutura Vigilância Escolar	*	Nível Fundamental incompleto	30	R$ 954,00	Dom Benjamim – Sala Anexa da E. M. São Luiz

* Cadastro de Reserva.

1.3 – Este PSS consistira em prova de títulos referentes à escolaridade e aperfeiçoamento profissional, que será suprir a necessidades das Escolas da Zona Urbana na substituição de efetivos (atestados e licença prêmio) ou de vagas temporárias.

1.4 - Antes de inscrever-se no PSS, o candidato deve observar as normas estabelecidas neste Edital e certificar-se de que preencher ou preenchera. Até a data da atribuição, todos os requisitos exigidos para a contratação.

1.5- **A participação do candidato no PSS não implica obrigatoriedade de sua contratação,** ocorrendo apenas a expectativa de contratação, ficando reservado à Secretaria Municipal Educação Cultura, o direito de proceder às contratações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço público, obedecendo rigorosamente a ordem de Classificação Final, dentro do prazo de validade deste Edital, que confere ao exercício letivo de 2018.

1.6- O cargo de professor para compor o quadro escolar será estabelecido mediante carga horária da matriz curricular ofertada em cada unidade escolar nas etapas/modalidades, e cargos/funções estabelecidas em Portaria que dispõe sobre critérios e procedimentos a serem adotados para o processo de atribuição.

2. DOS CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DO CURRÍCULO:

2.1- Para participar do Processo Seletivo Simplificado - PSS o candidato deve ser brasileiro nato ou naturalizado;

2.2- Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos e no máximo 69 (sessenta e nove) anos, no momento da apresentação de documentos.

3 - DA FORMAÇÃO /TITULAÇÃO:

3.1. Para a inscrição, no que se refere à FORMAÇÃO/TITULAÇÃO, deve-se considerar o ponto da maior titulação que o profissional tiver concluído, não sendo permitido selecionar dois títulos ou mais para o mesmo nível de formação.

3.2 FORMAÇÃO:

a) Doutorado

b) Mestrado

c) Especialização

d) Licenciatura Plena

e) Licenciatura Curta

f) Magistério

g) Ensino Médio

3.3 DO TEMPO DE SERVIÇO

a) Apresentar declaração de tempo de serviço para cada ano trabalhado na Rede Municipal de Ensino de Peixoto de Azevedo/MT, inclusive as Escolas extintas, devidamente comprovadas.

3.4 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR:

a) apresentar certificação de Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais, realizados nos últimos três anos.

3.5 CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

a) Maior formação;

b) Tempo de serviço na unidade escolar;

c) Tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino/MT;

d) Idade

4. DO CADASTRO E DAS INSCRIÇÕES:

4.1 - A inscrição implica conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais os candidatos, não poderão alegar desconhecimento das mesmas.

4.2 - Para a seleção dos candidatos a contrato temporário, dever-se-á inicialmente constituir-se a “Comissão de Atribuição", que ficará encarregada do processo de VALIDAÇÃO, ANÁLISE DOS DOCUMENTOS, E RESPONDER A POSSÍVEIS RECURSOS INTERPOSTOS, conforme previsto INSTRUÇÃO NORMATIVA№ 002/2017/SMEC, que rege oprocesso de atribuição para o exercício letivo de 2018.

5- DAS INSCRIÇÕES PARA O PSS (EXCLUSIVO PARA CANDIDATOS A CONTRATO TEMPORÁRIOS)

5. 1 - As inscrições estarão disponíveis aos profissionais da educação, Na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sito a Rua Avenida Lions Internacional, nº 1051, Bairro Centro, fone: (66) 3575 1530 - CEP: 78530 – 000.

a). Nos **dias 02/07/18 a 06/07/2018.**

5.2 - Será publicada a RELAÇÃO DE INSCRITOS e CLASSIFICADOS, no endereço eletrônico http://www.peixotodeazevedo.mt.gov.br/ e no mural da SMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

a) **. Nos dias 10/07/2018.**

5.3 - Uma vez encerrado o período das inscrições, não será permitido realizar nova inscrição e/ou alteração no formulário de seleção.

5.4 - É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos referentes a este PSS, por meio do endereço eletrônico http://www.peixotodeazevedo.mt.gov.br/ , a partir do dia **02/07/2018.**

6- PARA A COMPROVAÇÃO DA FORMAÇÃO/TÍTULOS:

6-1 - Apresentar o Diploma emitido por Instituto Ensino Superior - IES com curso autorizado (de graduação) ou, na falta deste Atestado de Conclusão de Curso Superior acompanhado do Histórico Escolar, constando data de colação de grau, observando que o prazo de validade para os Atestados de Conclusão de Curso será de no máximo 2 (dois) anos, a contar da data de colação de grau do curso.

7 - DA ATRIBUIÇÃO DE AULAS/CARGOS E/OU JORNADA DE TRABALHO - ATRIBUIÇÃO:

7.1 - Será realizada de acordo com Portaria de Atribuição de Aulas e/ou cargos de acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA№ 002/2017/SMEC, coordenada pela Assessoria Pedagógica do município;

7.2 - Os candidatos a contrato temporário que não atribuírem, ficará no CADASTRO GERAL (listagem da Assessoria Pedagógica), de acordo com a opção de atribuição constante na listagem geral de inscrição.

7.3 - Na ocorrência de empate entre os candidatos, a decisão dar-se-á mediante os critérios:

a) maior escolaridade;

b) Tempo de serviço na unidade escolar;

c) Tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino;

c) maior idade.

8 - DA CONTRATAÇÃO:

8.1 São requisitos para contratação:

a) ter sido classificado no Processo Seletivo Simplificado - PSS;

b) apresentar a documentação legal comprovando os quesitos registrados na inscrição.

c) apresentar os documentos pessoais exigidos para contratação - originais e cópias, às suas expensas.

8.2 - O candidato, após ser contratado terá a remuneração vinculada à escolaridade exigida para a contratação respectiva ao cargo que exercerá.

8.3 – O contrato terá prazo máximo de 09 (nove) meses

8.4 - O contrato temporário deverá ser impresso em 03 (três) vias, assinadas pelas partes interessadas, sendo que a 1ª (primeira) deverá ser enviada à SMEC, a 2ª (segunda) fará parte do arquivo da escola e a 3ª (terceira) ficará sob a guarda do contratado.

7- DA NÃO CONTRATAÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL:

7.1 - Será vedada a contratação ou terá o contrato rescindido, o candidato que:

a). Não comprove a escolaridade mínima exigida para o cargo de inscrição;

b). Não comprove a pontuação referente aos cursos de formação/ aperfeiçoamento profissional;

c). Que tenha sofrido algum tipo de condenação criminal em qualquer âmbito judicial, com trânsito em julgado, nos últimos 5 anos;

d). Que tenha 69 (sessenta e nove) anos completos, de acordo com a Emenda Constitucional nº 20, de 16/12/1998, e Emenda Constitucional nº 41, de 31/12/2003;

e) Aposentado, na condição de readaptado definitivo ou por invalidez, em cargo ou função equivalente à pretendida;

f). Que mantenha histórico de constantes afastamentos por motivos de licenças saúdes, faltas injustificadas ou outros que prejudiquem o andamento pedagógico;

g) quando o candidato se recusar ao cumprimento da jornada de trabalho contratada, ou o local para onde foi designado e/ou horário estabelecido.

h). Quando o serviço do contratado não atender mais as necessidades da unidade, ou deixar de cumprir as atribuições de sua função, evidenciado por relatório da unidade escolar e CDCE, o mesmo poderá ser avisado com 30 (dias) dias de antecedência, de sua dispensa.

8- DOS RECURSOS:

8.1. DA INSCRIÇÃO/VALIDAÇÃO/ATRIBUIÇÃO: O servidor que sentir- se prejudicado quanto a sua inscrição, validação e atribuição, poderá interpor RECURSO, justificando os motivos da divergência perante a Comissão de Atribuição na Assessoria Pedagógica do Município.

a) Assessoria Pedagógica terá 24 (vinte e quatro) horas para análise e parecer;

9 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

9.1 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal / SMEC designada para esse fim através das normativas vigentes;

9.2 - Considerar para efeito de data inicial do contrato temporário, a data início do contrato.

9.3 - O servidor contratado temporariamente quando desejar rescindir seu contrato deverá avisar a unidade escolar de forma expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

9.4 - Este Edital de Seleção entra em vigor na data de sua publicação, para a organização do Processo Seletivo Simplificado - PSS, destinado a candidatos interessados em concorrer às vagas de contrato temporário/2018, para os cargos e respectivas funções de professor, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional, revogadas as disposições em contrário.

Peixoto de Azevedo/MT, 29 de junho 2018.

Maria dos Santos Lopes da Silva

Secretária Municipal de Educação e Cultura.

DECRETO Nº 45/2018

DECRETO Nº 045, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

"DECLARA PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, O DIA QUE MENCIONA. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

Considerando a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018;

Considerando os resultados dos jogos da seleção brasileira, bem como a classificação para a oitava de final;

Considerando que os órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado de Mato Grosso aderiram ponto facultativo no dia "02.07.2018 – segunda feira";

Considerando a necessidade de planejamento das atividades, para uma melhor prestação municipal;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica declarado **Ponto Facultativo** nos Órgãos da Administração Pública Municipal, o dia 02 de Julho de 2018 (segunda-feira), com suspensão automática dos expedientes, em virtude do jogo Brasil e México.

Art. 2º - O disposto no artigo anterior não se aplicará aos setores que prestam serviços essenciais, que manterão equipes permanentes de atendimento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 29 dias de Junho de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

PORTARIA N°135/2018

"DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DA SERVIDORA ZENAIDE MARQUES BASTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROSIMAR ALVES PEREIRA, Prefeito Interino do Município de Planalto da Serra-MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Remanejar a Senhora **ZENAIDE MARQUES BASTOS, brasileira, portador de RG n° 696931 SSP/MT e do CPF n° 550.706.981-68,** servidora efetiva no cargo de Assistente Social, da Secretária de Assistência Social, Gestão e Trabalho para desempenhar suas funções na Secretária de Saúde, a partir de 02 de Julho de 2018.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra-MT, em 29 de Junho de 2018.

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 024/2018

A Prefeitura Municipal de PONTAL DO ARAGUAIA-MT, torna-se publico aos interessados que no **PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2018**, cujo o objeto**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO BEM COMO EMPRESA ESPECIALIZADA EM ÁUDIO VISUAL PARA MINISTRAR CURSOS DE TÉCNICAS DE GRAVAÇÃO E PRODUÇÃO DE CURTAS-METRAGENS NOS MOLDES FICÇÃO E DOCUMENTÁRIO COM TEMAS LIGADOS AO MEIO-AMBIENTE, CULTURA E AO IMAGINÁRIO, PARA JOVENS E ADOLESCENTES DE 14 ATÉ 19 ANOS, DENOMINADO "CINEARTE", NA CIDADE DE PONTAL DO ARAGUAIA/MT**, cuja a abertura ocorreu as nove horas, do dia 29 de junho de 2018, na sede da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia, situada à Av. Padre Sebastião Teixeira, 23, Centro, Pontal do Araguaia-MT, não houve interessado para este certame, ficando assim **"DESERTA".**

Pontal do Araguaia-MT, 29 de junho de2018

ELIZA DE ALVARENGA NAVES

PREGOEIRA MUNICIPAL

LUCIANA FERREIRA LEAL

PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2018

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE CIMENTO CPO II E FERRAGENS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

A Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, o **RESULTADO**, do Pregão Presencial nº 009/2018, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, realizado no dia 29/06/2018, às 07h30min, foi declara **FRACASSADA**.

Ponte Branca - MT, 29 de Junho de 2018.

Stuart Nogueira e Silva

Pregoeiro

LEI Nº 629/2018

*Dispõe sobre a autorização de abertura de **Crédito Adicional Especial,** e inclusão de metas, ações e programas no PPA 2018/2021, e LDO/2018, e dá outras providências.*

O **Prefeito Municipal de Ponte Branca/MT**, Senhor **Humberto Luiz Nogueira de Menezes**, **faz saber** que a Câmara Municipal **aprovou** e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial para inclusão de projeto no valor de **R$ 301.419,89**

(Trezentos e Um Mil, Quatrocentos e Dezenove Reais e Oitenta e Nove Centavos), no Orçamento Municipal vigente.

Prefeitura Municipal de Ponte Branca

Órgão: 10 Secretaria Mun. de Viação e Transportes

Função: 15 Urbanismo

SubFunção: 813 Lazer

Projeto: 10___ – Construção da Praça da Rodoviária

Elemento da Despesa: 4.4.90.51.00.00.00–Obras e Instalações **R$ 301. 419,89**

Fonte: 124

Art. 2º - Os recursos para cobertura do Crédito Especial aberto no artigo anterior virão da fonte de recursos de **Convênio nº 1395/2016, Processo nº 635687/2016 da Secretaria de Estado de Cidades**, na forma do §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Fica autorizado à inclusão e atualização destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela **Lei nº 101/00, (PPA/LDO/LOA).**

Art. 4º - Os recursos orçamentários foram inseridos no orçamento de 2017, através da Lei Municipal nº. 603/2017, no entanto não foi utilizado naquele exercício financeiro.

Art. 5º- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca/MT, 28 de Junho de 2018.

Humberto Luiz Nogueira de Menezes

Prefeito Municipal

LEI Nº 628/2018

*Dispõe sobre a autorização de abertura de **Crédito Adicional Especial,** e inclusão de metas, ações e programas no PPA 2018/2021, e LDO/2018, e dá outras providências.*

O **Prefeito Municipal de Ponte Branca/MT**, Senhor **Humberto Luiz Nogueira de Menezes**, **faz saber** que a Câmara Municipal **aprovou** e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial para inclusão de projeto no valor de **R$ 302.562,20** (Trezentos e Dois, Mil Quinhentos e Sessenta e Dois Reais), no Orçamento Municipal vigente.

Prefeitura Municipal de Ponte Branca

Órgão: 02.04 Secretaria Municipal de Saúde

020490: Fundo Municipal de Saúde

10.302.7020.10XX – Reforma do Hospital Municipal Bom Jesus

Elemento da Despesa: 4.4.90.51.00.00.00 – Obras e Instalações..... **R$ 302.562,20**

Fonte: 1.23

Art. 2º - Os recursos para cobertura do Crédito Especial aberto no artigo anterior virão da fonte de Convênios nº 1036/2016, do Fundo Estadual de Saúde do Estado de Mato Grosso, na forma do §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Fica autorizado à inclusão e atualização destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela **Lei nº 101/00, (PPA/LDO/LOA).**

Art. 4º - Os recursos orçamentários foram inseridos no orçamento de 2016, através da Lei Municipal nº. 569/2016, no entanto não foi utilizado naquele exercício financeiro.

Art. 5º- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca/MT, 28 de Junho de 2018.

Humberto Luiz Nogueira de Menezes

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 27/2018 REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, nomeado pela portaria nº. 06/2018 comunica o resultado da licitação Pregão Presencial nº 27/2018 – **OBJETO:** contratação de empresa para prestação de serviço de acesso a internet por meio de transmissão de radio com link dedicado full- duplex com ip fixo freqüência mínima de 5. 8 ghz e plano compartilhado ADSL ponto a ponto. Licitação Fracassada.

Pregoeiro

Valdisson Santos Barbosa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2018-SRP.

O Município de Porto Alegre do Norte/MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeado pela portaria nº. 05/2018, torna público para conhecimento dos interessados resultado do **Pregão Presencial nº 30/2018**, do tipo menor preço por item, cujo objeto é Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa para **Fornecimento de uniformes.** Teve como vencedora as empresas: Lydianne Costa Fernandes de Souza inscrito no CNPJ: 15803.105.0001-56 valor total R$ 11.470,00; Oriovaldo Luiz Perondi Eireli-ME inscrira no CNPJ: 01.353.488/0001-01 valor total R$ 22.495,00; Giselli Mendes 05208218909 inscrito no CNPJ: 17.487.126/0001-35 valor total R$ 17.045,0

Porto Alegre do Norte/MT, 29 de Junho 2018.

Mônica Pereira da Silva

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 200/2018, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA N°. 200/2018, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre REVOGAÇÃO da Portaria nº 152/2018 que nomeia responsável pelo setor do Departamento de Trânsito do Município de Porto Esperidião-MT.

O **Prefeito Municipal** de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 52, da Lei Complementar nº 018/2003 de 15 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º - **REVOGAR**, a partir desta data (28/06/2018) a Portaria 152/2018 de 17 de maio de 2018 que nomeia o servidor **SEBASTIÃO GILVAR BONFIM,** portador do RG nº 868807 SSP/MT e do CPF nº 207.677.141-72 para ser responsável pelo setor do Departamento de Trânsito do Município de Porto Esperidião-MT, porém sem remuneração de Função Gratificada.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 28 de junho de 2018.

Martins Dias de Oliveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 198/2018, 21 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA n° 198/2018, 21 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS E A CONVERSÃO DE 10 DIAS EM ABONO PECUNIÁRIO.

O Excelentíssimo Senhor, **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 98, da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 20 dias de férias, a partir de 01 de JULHO de 2018 e converter 10 dias em abono pecuniário ao servidor **EDVALDO DA SILVA ARAUJO,** matrícula 834, referente ao período aquisitivo de 01/02/2015 A 31/01/2016.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 21 de junho de 2018.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 199/2018, DE 27 DE JUNHODE 2018.

PORTARIA n° 199/2018, DE 27 DE JUNHODE 2018.

Dispõe sobre concessão e encaminhamento a PREVIPORTO servidor de licença Maternidade.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por **Lei Complentar nº 032/2008, de 16 de Dezembro de 2008.**

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER E ENCAMINHAR A PREVIPORTO, a partir de 18/06/2018, ao (a) servidor (a), senhor (a) **ROSIMAR PEREZ DE CARVALHO**, registro 1651, portadora do CPF nº 004.303.791-70, Agente de Saúde Ambiental, Licença por periodo de 180 (cento e oitenta) dias para gozo da **Licença Maternidade**.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 27de Junhode 2018.

Martins Dias de Oliveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 200/2018, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA N°. 200/2018, DE 27 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre READAPTAÇÃO de servidor efetivo do Município de Porto Esperidião-MT.

O senhor, MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 45 e 46, da Lei Complementar nº 016/2003 de 15 de dezembro de 2003 e considerando o resultado da Pericia Médica realizada pela servidora,

RESOLVE:

Art. 1º – **READAPTAR**, a partir de (25/JUNHO/2018), a servidora **ZILDA IZIDORIO TOME CORREIA**, efetiva no cargo de Merendeira com matricula 1237, portador do CPF nº 939.057.001-82.

Art. 2º O servidor será readaptado as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, com lotação no Conselho Tutelar deste Município.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a data 25/06/2018.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 27 de junho de 2018.

Martins Dias de Oliveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 197/2018, 21 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA n° 197/2018, 21 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS E A CONVERSÃO DE 10 DIAS EM ABONO PECUNIÁRIO.

O Excelentíssimo Senhor, **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 98, da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 20 dias de férias, a partir de 01 de JULHO de 2018 e converter 10 dias em abono pecuniário ao servidor **ERIVALDO DE CAMPOS,** matrícula 508, referente ao período aquisitivo de 28/12/2016 A 27/12/2017.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 21 de junho de 2018.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 202/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA N° 202/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre transferência do servidor ocupante do cargo em comissão de Coordenador Municipal de Merenda Escolar para o cargo em comissão de Coordenador Municipal de Trânsito do Município de Porto Esperidião-MT.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 52, da Lei Complementar n.º 018/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **TRANSFERIR,** a partir desta data (01/JULHO/2018), o senhor **ANTÔNIO VINICIOS FERREIRA DA SILVA,** portador do RG nº. 16681800

SSP/MT e do CPF nº 015.298.321-01, do cargo de Coordenador Municipal de Merenda Escolar, passando a ocupar o cargo de Coordenador de Municipal de Trânsito do Município de Porto Esperidião-MT.

Art. 2° - Em razão da Nomeação acima, o ora nomeado perceberá como remuneração o valor descrito na referência DAS-4, constante do anexo II-B, da Lei Complementar n.º 018/2003, de 15 de Dezembro de 2003.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 29 de junho de 2018.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 195/2018, 21 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA N°. 195/2018, 21 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre concessão e encaminhamento a PREVIPORTO servidores efetivos em Licença Saúde do Município de Porto Esperidião-MT.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no Inciso I, art. 103, da Lei Complementar n.º 016/2003 e Inciso II, Art. 53 da Lei Complementar nº. 017/2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **CONCEDER LICENÇA SAÚDE E ENCAMINHAR PARA PREVIPORTO OS SERVIDORES COM LICENÇA SUPERIOR A 30 DIAS.**

CLEUZA PEREIRA QUEIROZ GASPAR– registro 64, periodo de 30/06/2018 A 30/08/2018

EDILSON GONÇALVES DA SILVA – registro 188, período de 30/06/2018 A 30/08/2018

MONICA APARECIDA LEAL PERES – registro 645,período de 30/06/2018 A 30/08/2018

OSMAR SMIGURA – registro 45, período de 30/06/2018 A 30/12/2018.

SILVANA GARCIA MEIRA - registro 1414, período de 30/06/2018 A 30/08/2018

SILVELI JUSTINA FRANÇA ALVES – registro 698,período de 11/06/2018 a 11/06/2019.

LUZINETE SANTIAGO DE ARAUJO – registro 103, período de 07/06/2018 a 05/09/2018

Art. 2º - Esta portaria entra em vigar a partir de sua publicação.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 21 de junho de 2018.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA.

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 203/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA n° 203/2018, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para a apuração de fato consistente em possível acúmulo ilegal de cargo público;

Excelentíssimo Senhor, MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 64, II da Lei Orgânica do Município e em consonância com o artigo 229 da LCM 016/2003;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora ROSALI AGUILAR DE SOUZA, efetiva no cargo de Auxiliar de Enfermagem, matrícula 64 para, em substituição ao membro KÁRITA FERNANDA ALMISSE MARIANO, efetiva no cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 10151, compor a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria nº 165/2018 publicado no Diario Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso (AMM) na data 06 de junho de 2018 referente ao Processo nº 001/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 29 de junho de 2018.

Martins Dias de Oliveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 196/2018, 21 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA n° 196/2018, 21 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO.

O Excelentíssimo Senhor, **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 98, da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 30 dias de férias, a partir de 01 de JUNHO de 2018 ao servidor **ADELINO AGUILAR,** matrícula 927, referente ao período aquisitivo de 12/08/2016 a 11/08/2017.

2°- Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a data 01/06/2018.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 21 de junho de 2018.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
DECRETO MUNICIPAL Nº 072/2018

DISPÕE SOBRE O PONTO FACULTATIVO CONSIDERANDO A PARTICIPAÇÃO DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO FIFA 2018.

SR. EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela, no uso das atribuições que legalmente lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

Considerando a necessidades de planejamento das atividades, para uma melhor prestação municipal, considerando a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018.

DECRETA:

Art. 1° Fica declarado **Ponto Facultativo** nos órgãos da Administração Pública Municipal, no dia **02.07.2018 (Segunda – Feira),** em virtude do jogo **Brasil x Mexico.**

Art. 2º O disposto neste Decreto não se aplica aos serviços necessários às atividades de caráter essencial, tais como: saúde, coleta de lixo, manutenção de distribuição de água.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Porto Estrela/MT, 28 de Junho de 2018.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 037/2018

REGISTRO DE PREÇOS 034/2018

Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, torna-se publico aos interessados que **no PREGÃO PRESENCIAL 037/2018, Registro de Preço n° 034/2018**, tendo como **Objeto CONTRATAÇÃO DEEMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MAQUINAS E TRATOR,** cuja a abertura ocorreu as 08h00min do dia 29 de junho de 2018 , na sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, situada à Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, Poxoréu-MT.

Sagraram-se vencedoras da presente licitação as seguintes Empresas:

1 – ITEC INDÚSTRIA TECNOLOGICA ECOLOGICAMENTE CORRETA, inscrita no CNPJ sob o nº 23.702.598/0001-60, vencedora dos itens **01, 03, 06 e 07** com o Valor global de **R$ 748.500,00** (setecentos e quarenta e oito mil e quinhentos reais);

2 – DIVANIR A. DE SOUZA-ME, inscrita no CNPJ n° 07.391.799/0001-33, vencedora do item **02** com o Valor global de **R$ 227.233,20** (duzentos e vinte e sete mil duzentos e trinta e três reais e vinte centavos);

3 - GRENCO MAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI EPP, inscrita no CNPJ n° 16.941.912/0001-06, vencedora dos itens 04 e 05 com o Valor global de **R$ 344.880,00** (trezentos e quarenta e quatro mil oitocentos e oitenta reais)

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, 29 de junho de 2018.

Maria Luíza Pio dos Reis

SECRETÁRIA CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 036/2018

REGISTRO DE PREÇOS 033/2018

Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, torna-se publico aos interessados que no **PREGÃO PRESENCIAL 036/2018, REGISTRO DE PREÇOS 033/2018** , tendo como objetopor **QUISIÇÃO FUTURA DE CARNES BOVINA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, COM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP E MEI,** cuja a abertura ocorreu as 08:00 horas, do dia 28/06/2018, na sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, situada à Av. Brasília, 809, Jardim das Américas.

Sagrou-se vencedora da presente licitação a seguinte Empresa:

1 – ADEILTON JOSE DA SILVA - ME, inscrita no CNPJ n° 17.426.523/0001-05, situada à MT 130, S/N, Vila Irantinópolis I, na Cidade de Poxoréu-MT. Com todos os itens, no valor Total Global de **R$ 197.700,00** (cento e noventa e sete mil e setecentos reais)

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu em, 29 de junho de 2018.

MARIA LUIZA PIO DOS REIS

Secretária da CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2018.

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal - MT torna público que na Licitação na modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços Nº 08/2018, tendo em vista o cumprimento de todas as exigências do Edital, e considerando o menor preço apresentado nas propostas, a comissão de Licitação ADJUDICOU e o **PREFEITO HOMOLOGA** como vencedora a empresa ALAIR RODRIGUES ALVES – MEI, inscrita pelo CNPJ nº 27. 400.585/0001-93 **.**

A empresa vencedora fica obrigada a fornecer os serviços do objeto conforme proposta apresentada.

Reserva do Cabaçal - MT, 29 de Junho de 2018.

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 035 DE 29 DE JUNHO DE 2018.

"DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 02 DE JULHO DE 2018 EM VIRTUDE DO JOGO DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO FIFA 2018".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL, Estado de Mato Grosso, Senhor TARCÍSIO FERRARI, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo no Município de Reserva do Cabaçal-MT, no dia 02 de Julho de 2018, segunda-feira, em virtude do jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, aos 29 dias do Mês de junho de 2018.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

_____

TARCÍSIO FERRARI.

Prefeito Municipal.

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2018

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT torna público que realizou no dia 26/06/2018 de junho de 2018, às 08:00 horas, em sua sede à Av. Mato Grosso nº 221, Centro, Pregão Presencial com Registro de Preços para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA E LIMPEZA DE 5. 000 METROS DE MEIO FIO NOS CANTEIROS DAS RUAS E AVENIDAS E 200 ARVORES NOS CANTEIROS CENTRAIS DAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE RESERVA DO CABAÇAL – MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO ANEXO DESTE EDITAL**, tendo com vencedora a empresa: **ALAIR RODRIGUES ALVES - MEI, cadastrada no CNPJ nº 27.400.585/0001-93.**

Reserva do Cabaçal-MT, 29 de Junho de 2018.

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

Presidente da Comissão de Licitação

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº. 09/2018.

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal - MT torna público que na Licitação na modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços Nº 09/2018, tendo em vista o cumprimento de todas as exigências do Edital, e considerando o menor preço apresentado na proposta, a comissão de Licitação **ADJUDICOU** e o **PREFEITO HOMOLOGA** como vencedora a empresa do lote 01a empresa **FABIO JUNIO NEGRIS - MEI**, inscrita pelo CNPJ Nº 21.336.504/0001-57.

A empresa vencedora fica obrigada a fornecer os serviços conforme proposta apresentada.

Reserva do Cabaçal - MT, 29 de junho de 2018.

TRACISO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2018

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT torna público que realizou no dia 26/06/2018 de junho de 2018, às 09:00 horas, em sua sede à Av. Mato Grosso nº 221, Centro, Pregão Presencial com Registro de Preços para **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FABRICAÇÃO DE BLOQUETES DE CONCRETO COM MEDIDAS DE 0.25X8CM COM REDUÇÃO DE 6CM SENDO TODO O MATERIAL FORNECIDO PELA CONTRATANTE CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO ANEXO DESTE EDITAL**, tendo com vencedora a empresa: **FABIO JUNIO NEGRIS - MEI, cadastrada no CNPJ nº 21.336.504/0001-57.**

Reserva do Cabaçal-MT, 29 de Junho de 2018.

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

Presidente da Comissão de Licitação

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
ERRATA

ERRATA

*A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, Torna público ERRATA da Retificação do processo licitatório na modalidade Pregão Presencial Nº 06/2018 publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso * ANO XIII / Nº 3.009, no dia 28 de junho de 2018.*

ONDE SE LÊ A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, RETIFICA a data da Homologação e do Resultado do processo licitatório na modalidade Pregão Presencial Nº 06/2018 publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso * ANO XII / Nº 2. 974, no dia 09 de maio de 2018, onde corrige-se as datas dos documentos citados acima, sendo os mesmos realizados no dia 08 de maio de 2018.
Reserva do Cabaçal-MT, **08 de maio de 2018.**
VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS
Presidente da Comissão de Licitação

LÊ SE A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, RETIFICA a data da Homologação e do Resultado do processo licitatório na modalidade Pregão Presencial Nº 06/2018 publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso * ANO XII / Nº 2.974, no dia 09 de maio de 2018, onde corrige-se as datas dos documentos citados acima, sendo os mesmos realizados no dia 08 de maio de 2018.
Reserva do Cabaçal-MT, **28 de junho de 2018.**
VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS
Presidente da Comissão de Licitação

Reserva do Cabaçal-MT, 29 de junho de 2018.

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

Presidente da Comissão de Licitação

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, RETIFICA a data do Resultado e de sua devida publicação referente ao processo licitatório na modalidade Inexigibilidade Nº 08/2018 publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso * ANO XIII / Nº 3.002, no dia 19 de junho de 2018, onde corrige-se as datas dos documentos citados acima, sendo os mesmos realizados no dia 18 de junho de 2018.

Reserva do Cabaçal-MT, 19 de junho de 2018.

VONISSON GOMES DOS SANTOS

Presidente da Comissão de Licitação

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, RETIFICA a data do Resultado e de sua devida publicação referente ao processo licitatório na modalidade Inexigibilidade Nº 07/2018 publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso * ANO XIII / Nº 3.000, no dia 15 de junho de 2018, onde corrige-se as datas dos documentos citados acima, sendo os mesmos realizados no dia 12 de junho de 2018.

Reserva do Cabaçal-MT, 15 de junho de 2018.

VONISSON GOMES DOS SANTOS

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
DECRETO Nº. 025/2018 EM 28 DE JUNHO DE 2018.

Decreto nº. 025/2018 Em 28 de Junho de 2018.

Regulamenta o horário de funcionamento dos serviços públicos municipais em dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol durante a Copa do Mundo de 2018.

O senhor **RONIVON PARREIRA DAS NEVES**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso**,** no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e:

Considerando a realização dos jogos da Copa do Mundo FIFA Rússia 2018, no período compreendido entre o dia 22 de junho a 27 de julho de 2018, e a participação da Seleção Brasileira de Futebol no Mundial;

Considerando tratar-se de um evento que por sua tradição possui significativa importância para o povo brasileiro;

Considerando a necessidades de planejamento das atividades, para uma melhor prestação dos serviços municipal;

DECRETA:

Art. 1° Fica declarado Ponto Facultativo nos órgãos da Administração Pública Municipal, nos dias em que os jogos do Brasil forem no período matutino.

Art. 2º Fica estabelecido o horário de expediente das 08h à 12h, nos dias em que os jogos do Brasil forem no período vespertino no âmbito da Administração Pública Municipal.

Art. 3º O disposto neste Decreto não se aplica aos plantões necessários às atividades de caráter essencial, tais como: saúde, coleta de lixo e manutenção de distribuição de água.

Art. 4º - O horário de expediente dos serviços de educação será regulamentado em ato próprio da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ronivon Parreira das Neves Deuselia Pereira de Sousa

Prefeito Municipal Secretaria de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 203 DE 19 DE JUNHO DE 2018. "DESVIO DE FUNÇÃO PARA A SERVIDORA MARIA MADALENA SILVA JUSTINO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em conformidade com o artigo 109, da Lei Complementar nº 06, de 09/04/2012.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Desvio de Função da Servidora **MARIA MADALENA SILVA JUSTINO**, no Cargo Efetivo de Professor, Classe C Nivel 08, para a sala de Leitura da Escola Manoel Tavares de Menezes, no periodo de 13/06/2018 a 20/12/2018, portadora do RG: 1031433-4– SSP/MT e do CPF: 629.342.011-04, lotada na Secretaria de Educaçao, Desporto e Lazer.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13/06/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco - MT, em 19 de Junho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 182, DE 01 DE JUNHO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA CLEIDE CASSEMIRA PEREIRA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias a Servidora ***CLEIDE CASSEMIRA PEREIRA*** portadora do RG n° 18644589 SSP/MT e do CPF n° 031.259.251-50, a partir de 01/06/18 a 30/06/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 15/16 lotada na Secretaria de Saúde, cadastrada com a matrícula de n° 1075.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de Junho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 206, DE 29 DE JUNHO DE 2018. "CONCEDER LICENÇA NÃO REMUNERADA A SERVIDORA VERA LUCIA DOS SANTOS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Licença não Remunerada, em conformidade com os artigos 135, da Lei Municipal nº 668/2015, a Servidora **VERA LUCIA DOS SANTOS**, no Cargo efetivo de **COZINHEIRA**, Classe A, Nível 01, portadora do RG n.º. 7.294.385-6 SSP/PR, e do CPF nº. 004.415.481-05 , lotada na Secretaria Municipal de Saude, no período de **29/06/2018 a 28/06/2020**.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 29 de Junho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 205 DE 19 DE JUNHO DE 2018. "CONCEDER LICENÇA SAÚDE PARA O SERVIDOR VALDEIR DE SOUZA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em conformidade com o artigo 109, da Lei Complementar nº 06, de 09/04/2012.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Concede Licença Saúde, a partir de 07/06/2018 a 08/08/2018, para o servidor, **VALDEIR DE SOUZA**,no Cargo Efetivo de APOIO ADM. NAO PROFISSIONALIZADO, Classe A, Nível 04, portador do RG: 431.436 SSP/MT e do CPF: 326.191.621-49 , lotado na Secretaria de Educaçao, Desporto e Lazer.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07/06/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco - MT, em 19 de Junho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 194, DE 18 DE JUNHO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA ROSIMEIRE TOMAZELI BIS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias a Servidora ***ROSIMEIRE TOMAZELI BIS,*** portadora do RG n° 1513819-4 SSP/MT e do CPF n° 011.158.881-29, a partir de 01/06/18 a 30/06/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 17/18 lotada na Secretaria de Educaçao, Desporto e Lazer, cadastrada com a matrícula de n° 439.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/18.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 18 de Junho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 193, DE 18 DE JUNHO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA LEONEA MARIA TOMAZELLI".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias a Servidora ***LEONEA MARIA TOMAZELLI,*** portadora do RG n° 489.234 SSP/MT e do CPF n° 536.163.081-00, a partir de 01/06/18 a 30/06/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 17/18 lotada na Secretaria de Educaçao, Desporto e Lazer, cadastrada com a matrícula de n° 89.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/18.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 18 de Junho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 192, DE 18 DE JUNHO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA EDILEUZA RANZULLI MOURA DE OLIVEIRA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias a Servidora ***EDILEUZA RANZULLI MOURA DE OLIVEIRA,*** portadora do RG n° 1675237-6 SSP/MT e do CPF n° 030.117.321-40, a partir de 04/06/18 a 03/07/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 17/18 lotada na Secretaria de Educaçao, Desporto e Lazer, cadastrada com a matrícula de n° 701.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04/06/18.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 18 de Junho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 190, DE 01 DE JUNHO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA LAURINDA LEMOS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias a Servidora ***LAURINDA LEMOS,*** portadora do RG n° 0303070-9 SSP/MT e do CPF n° 483.413.121-15, a partir de 01/06/18 a 30/06/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 16/17 lotada na Secretaria de Educaçao, Desporto e Lazer, cadastrada com a matrícula de n° 1088.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de Junho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 189, DE 01 DE JUNHO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA ILZA URSULINO DOS SANTOS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias a Servidora ***ILZA URSULINO DOS SANTOS,*** portadora do RG n° 0303070-9 SSP/MT e do CPF n° 483.413.121-15, a partir de 01/06/18 a 30/06/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 17/18 lotada na Secretaria de Educaçao, Desporto e Lazer, cadastrada com a matrícula de n° 79.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de Junho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 199, DE 18 DE JUNHO DE 2018. "CONCEDER LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR JOSE MARIA GOMES".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com a Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 90 dias de Licença Premio ao Servidor ***JOSE MARIA GOMES*** portador do RG n° 273425 SSP/MT e do CPF n° 325.944.101-87, a partir de 11/06/2018 a 08/09/2018, considerando o vencimento do seu período aquisitivo de 09/13 lotado na Secretaria de Educação, Desporto e Lazer, cadastrado com a matrícula de n° 84.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11/06/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 18 de Junho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 200, DE 18 DE JUNHO DE 2018. "CONCEDER LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR PEDRO DOMINGOS MARINS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com a Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 90 dias de Licença Premio ao Servidor ***PEDRO DOMINGOS MARINS*** portador do RG n° 274073 SSP/MT e do CPF n° 142.246.661-20, a partir de 01/06/2018 a 29/08/2018, considerando o vencimento do seu período aquisitivo de 09/13 lotado na Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento, cadastrado com a matrícula de n° 58.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 18 de Junho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 187, DE 01 DE JUNHO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA CRISTINA DE MATOS SOUZA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias a Servidora ***CRISTINA DE MATOS SOUZA,*** portadora do RG n° 12839493 SSP/MT e do CPF n° 895.308.531-49, a partir de 01/06/18 a 30/06/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 17/18 lotada na Secretaria de Ação Social, Trabalho e Cidadania, cadastrada com a matrícula de n° 1192.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de Junho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 201, DE 18 DE JUNHO DE 2018. "CONCEDER LICENÇA PREMIO A SERVIDORA FRANCISCA SANTOS DE SOUZA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com a Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30 dias de Licença Premio a Servidora ***FRANCISCA SANTOS DE SOUZA*** portadora do RG n° 04565797 SSP/MT e do CPF n° 329.616.001-97, a partir de 01/06/2018 a 30/06/2018, considerando o vencimento do seu período aquisitivo de 09/14 lotada na Secretaria de Saúde, cadastrada com a matrícula de n° 129.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 18 de Junho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 186, DE 01 DE JUNHO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA DENISE DA COSTA PREISIGKE FARIA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias a Servidora ***DENISE DA COSTA PREISIGKE FARIA*** portadora do RG n° 25458035 SEJSP/MT e do CPF n° 046.711. 581-83, a partir de 01/06/18 a 30/06/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 17/18 lotada na Secretaria de Saúde, cadastrada com a matrícula de n° 1310.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de Junho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - 2018

De ordem do Sr. Antônio Xavier de Araújo Prefeito de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, através da Comissão de Processo Seletivo Público, designada pela Portaria GP nº 82/2018 de 28 de Fevereiro de 2018, no uso de suas atribuições legais, torna público o Resultado Preliminar do Processo Seletivo Público, para provimento dos cargos temporários para Agentes Comunitários de Saúde (ACS

I **–** Divulgao Resultado Preliminar do Processo Seletivo Público 02/2018 conforme classificação em anexo.

Gabinete do Prefeito Municipal, Rio Branco - MT, 29 de Junho de 2018.

_____

Antônio Xavier de Araújo

Prefeito

CARGO : AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

NOME COMPLETO	NOTA PROVA	CLASSIFICAÇÃO
JULCINÉIA ANACLETO ALVES	50,00	**APROVADA**
REGINALDO JOSE DE LIMA	35,00	**NÃO APROVADO**
DANIELLA CLEMENTINO ROCHA	35,00	**NÃO APROVADO**

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 185, DE 01 DE JUNHO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR BENEDITO RIBEIRO LUZ NETO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias ao Servidor ***BENEDITO RIBEIRO LUZ NETO,*** portador do RG n° 208158 SSP/MT e do CPF n° 207.959.041-34 , a partir de 01/06/18 a 30/06/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 15/16, lotado na Secretaria de Infra Estrutura e Desenvolvimento, cadastrado com a matrícula de n° 67.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de Junho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 195, DE 18 DE JUNHO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR ROGERIO AUGUSTO DA SILVA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias ao Servidor ***ROGERIO AUGUSTO DA SILVA,*** portador do RG n° 6983132 SSP/MG e do CPF n° 911.622.116-87, a partir de 01/06/18 a 30/06/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 16/17 lotado na Secretaria de Educaçao, Desporto e Lazer, cadastrado com a matrícula de n° 1094.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/18.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 18 de Junho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 184, DE 01 DE JUNHO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR MARIO OMILTON BENTO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias ao Servidor ***MARIO OMILTON BENTO,*** portador do RG n° 12103543 SSP/MT e do CPF n° 238.199.751-87 , a partir de 01/06/18 a 30/06/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 16/17, lotado na Secretaria de Infra Estrutura e Desenvolvimento, cadastrado com a matrícula de n° 492.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de Junho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 207, DE 29 DE JUNHO DE 2018. "CONCEDER LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR NILSON DE OLIVEIRA PINTO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com a Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 90 dias de Licença Premio ao Servidor ***NILSON DE OLIVEIRA PINTO*** portador do RG n° 303082 SSP/MT e do CPF n° 779. 196.961-00, a partir de 20/06/2018 a 18/09/2018, considerando o vencimento do seu período aquisitivo de 09/14 lotada na Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento, cadastrado com a matrícula de n° 56.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20/06/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 29 de Junho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 196, DE 18 DE JUNHO DE 2018. "EXONERAR O SERVIDOR ADAO FERNANDES DA SILVA, EM EXERCÍCIO DO CARGO AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS". O PREFEITO

MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar nº 668/2015.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar o servidor, **ADAO FERNANDES DA SILVA,** no Cargo Efetivo de **AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS**, Nível 03 Classe A, portador do RG 489.239 SSP/MT e do CPF 354.119.961-04 , considerando a concessão do Beneficio de Aposentadoria por Invalidez, conforme o processo Administrativo do **PREVIRB** nº **2018.03.00011P**, lotado na Secretaria de Infra Estutura e Desenvolvimento, a partir de **07/06/2018**.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07/06/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 18 de Junho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 197, DE 18 DE JUNHO DE 2018. "EXONERAR RAFAELA PEREIRA DA SILVA COMO MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR.".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no Art.62, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, considerando a Lei Federal N° 8069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar a Servidora **RAFAELA PEREIRA DA SILVA**, portadora do RG n° 2034745-6 SSP/MT e do CPF n°027.820.971-80, do cargo Eletivo de Conselheira Tutelar, lotada na Secretaria de Ação Social, Trabalho e Cidadania.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos á 01/06/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 18 de Junho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 204 DE 19 DE JUNHO DE 2018. "CONCEDER LICENÇA SAÚDE PARA A SERVIDORA JOSIANA FERREIRA DE JESUS CASTELAN".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em conformidade com o artigo 109, da Lei Complementar nº 06, de 09/04/2012.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Licença Saúde, a partir de 01/06/18 a 30/07/2018 da servidora, ***JOSIANA FERREIRA DE JESUS CASTELAN***,no Cargo Efetivo de Tec. Adm. Educ. – não Profissionalizado (DI),Classe A, Nível 03, portadora do RG 1856230-2 SSP/MT e do CPF 033.359.641.28, lotada na Secretaria de Educação, Desporto e Lazer.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco - MT, em 19 de Junho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 183, DE 01 DE JUNHO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA GERALDA DA SILVA TOMAZELLI".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias a Servidora ***GERALDA DA SILVA TOMAZELLI,*** portadora do RG n° 660.460 SSP/MT e do CPF n° 536.064.851-15, a partir de 01/06/18 a 30/06/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 16/17 lotada na Secretaria de Educaçao, Desporto e Lazer, cadastrada com a matrícula de n° 77.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de Junho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 191, DE 18 JUNHO DE 2018.

"INSTITUI MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS."

O Prefeito Municipal de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, o Srº **ANTONIO XAVIER DE ARAUJO**, no uso de suas atribuições;

Considerando: a necessidade de preenchimento de vagas para Cargo Público;

Considerando: o princípio constitucional do concurso público (art. 37, inc. II, CF);

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Municipal Organizadora do Concurso Público n º 001/2018 da Prefeitura Municipal de Rio Branco-MT.

Art. 2º A Comissão de que trata o artigo primeiro desta Portaria, fica assim constituída:

Presidente: **LUCIMAR JUSTINO DOS REIS LOPES PINHEIRO**

Secretario: **MARILIA PEREIRA**

Membro: **VANDERLEIA RODRIGUES ALVES**

Art. 3º Em sendo contratada empresa especializada para a elaboração, aplicação e correção das provas, caberá a Comissão Organizadora, a coordenação, a fiscalização da aplicação das provas, bem como a decisão final sobre casos omissos não previstos no Edital de Concurso Público.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Branco-MT, 28 de Junho de 2018

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO

PREFEITO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 208, DE 29 DE JUNHO DE 2018. "REVOGAR A PORTARIA Nº 063/2018."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com a Lei Municipal nº 666, de 28 de Abril de 2015.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Revogar a Portaria nº 063 de 15 de fevereiro de 2018, do professor **RONALDO TOMAZELLI,** classe B, nível 03**,** portadora do RG n°1048698-4 SSP/MT e do CPF n° 845.195.681-53, lotada na Secretaria de Educação, Desporto e Lazer.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26/06/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 29 de Junho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 202 DE 18 DE JUNHO DE 2018. "TERMINO DE LICENÇA SAÚDE DO SERVIDOR NILSON DE OLIVEIRA PINTO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em conformidade com o artigo 109, da Lei Complementar nº 06, de 09/04/2012.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Termino de Licença Saúde, a partir de 18/06/2018 do servidor, **NILSON DE OLIVEIRA PINTO**,no Cargo Efetivo de **AUXILIAR OP. DE SERVIÇOS DIVERSOS**, Classe A, Nível 04, portador do RG: 303082 SSP/MT e do CPF: 779.196.961-00 , lotado na Secretaria de Infra Estrutura e Desenvolvimento.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposiçoes em contrario.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco - MT, em 18 de Junho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL DE Nº. 038/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de seu Pregoeiro Oficial nomeado através do Decreto nº 1.269/GAB/PMR de 12 de Janeiro de 2017, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e horadesignados para a sessão pública de recebimen-

to dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente aoprocedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL DE Nº. 038/2018**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 061/2018, cujo Objeto: **Aquisição de Máquina Tipo Pá Carregadeira e Trator Agrícola de Pneus 4x4, conforme Convenio 827653/2016 Ministério da Integração Nacional Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, não acudiram licitantes interessados, tornando se o Ato como DESERTO**.

Rondolândia – MT, 29 de Junho de 2018.

Edimar Ricarte Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 127/2018

AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT. Conforme termo de referencia.

PRAZO: 31/12/2018

AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES

EMPRESA: **CIRÚRGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - EPP**

VALOR R$ de **R$ 5.518,95 (Cinco Mil, Quinhentos e Dezoito reais e Noventa e Cinco Centavos)**

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

ROSÁRIO OESTE/MT 04 de Junho de 2018.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2018

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 03.180.924/0001-05, localizada na Avenida Otavio Costa s/n.º, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste – MT - CEP. 78.470-000, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar a abertura de procedimento licitatório, do tipo "Menor Preço Por ITEM", na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAIS AQUISIÇÃO DE 01 AMBULÂNCIA 0KM PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, de acordo com o que determina a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal 7.892/2013, bem como nas Leis Complementares 123/2006 e 128/2008, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Federal nº 8. 666/93 e suas alterações, a ser regida pelos mencionados diplomas legais e pelas cláusulas e condições do edital. Entrega das propostas serão a partir de 02/07/2018 as 10:00 hs até a Data de 12/07/2018 as 09:00 hs no site da BLL Leilões e o Inicio das disputa ocorrerá na Data de 12/07/2018 as 10:00 hs no endereço acima. Edital Completo: no site: www.rosariooeste.mt.gov.br, www.bll.org.br; duvidas pelo email: licitacaorosario@hotmail.com.

RENAN A. F. GIRALDO

Presidente da CPL

Rosário Oeste – MT, 29 de Junho de 2018.

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO 022 - 2018

DECRETO N° 022/2018,

de 29 de Junho de 2018.

*"Altera horário de expediente ao publico no paço municipal no dias **02.07.2018**, e da outras providencias."*

O PREFEITO MUNICIPAL de ROSÁRIO OESTE – MT, **JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais, e;

C O N S I D E R A N D O as datas e horários dos JOGOS da Seleção Brasileira na Copa do Mundo FIFA de 2018;

D E C R E T A:

Art. 1º - Em virtude da realização do jogo da Seleção Brasileira do dia **02.07.2018** às 10hs (horário local) fica decretado Ponto Facultativo no âmbito da Administração Publica Municipal, seus órgãos e autarquias no dia **02.07.2018**.

Art. 2º - Excluem-se da medida as unidades de serviços públicos municipais que prestam serviços considerados essenciais a população, tais como abastecimento de água, coleta de lixo, limpeza de vias publicas e serviços de saúde;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste - MT, 29 de Junho de 2018.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2018

OBJETO: Seleção de melhor proposta objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição futura e fracionada de **RECIPIENTE PARA RESÍDUOS SÓLIDOS INSTALADOS"**, do tipo **MENOR PREÇO/ITEM,** conforme especificação no **ANEXO I**, deste Edital, por um período de 12 meses.

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura de Salto do Céu, através de sua Pregoeira Oficial torna público a todos os interessados, cidadãos ou licitantes, que participou do certame licitatório supramencionado a empresa **MIRASSOL CONSTRUTORA EIRELI-ME CNPJ: 27.885.794/0001-74** vencedoradeste certame perfazendo um valor total de todos os itens em R$ 435.750,00 (quatrocentos e trinta e cinco mil e setecentos e cinquenta reais), o valor unitário de R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais); registrado na proposta e em ARP, anexos ao procedimento.

Maiores informações com a CPL.

Salto do Céu – MT, 26 de Junho de 2018.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 024-2016

CONTRATANTE: Município de Santa Cruz do Xingu – MT. CONTRATADA: Construtora Juruena LTDA, CNPJ: 04.292.274/0001-52.

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE BUEIROS CELULARES DE CONCRETO, SIMPLES, DUPLO E TRIPLO COM SEÇÃO DE CADA CÉLULA DE 2,5 X 2,5 X 9 METROS, NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT.

DO PRAZO VIGÊNCIA DE EXECUÇÃO DA OBRA: O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar a clausula 10ª, referente ao PRAZO/VIGÊN-

CIA DE EXECUÇÃO DA OBRA... A vigência do presente Contrato terá seu prazo de execução prorrogado de 29 de junho de 2018 até 26 de dezembro de 2018.

DA RATIFICAÇÃO: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57 § 1°, inciso II e § 2° da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Santa Cruz do Xingu – MT. Marcos de Sá Fernandes da Silva – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 020-2018

CONTRATANTE: Município de Santa Cruz do Xingu-MT. CONTRATADA: AILTON DA S. TAVARES - EPP, CNPJ nº 07.623.565/0001-74. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS RESIDENTES NA ZONA RURAL, ATENDENDO A DEMANDA ESCOLAR NO ÂMBITO MUNICIPAL/ESTADUAL PARA O ANO LETIVO DE 2018**.** Valor global: R$ 56.602,00. Vigência: de 12 de junho de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 021-2018

CONTRATANTE: Município de Santa Cruz do Xingu-MT. CONTRATADA: REAVEL VEÍCULOS EIRELI, CNPJ nº 30.260.538/0001-04. OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, SUV E VEICULO TIPO AMBULÂNCIA PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT. Valor global**:** R$ 247.261,50. Vigência: de 19 de junho de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 046/2018 047/2018 048/2018 049/2018

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 046/2018

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **DETENTORA: DUBAI COMERCIO E SERVIÇOS EIRELLI- ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º. 22.499.575/0001-33; **VIGÊNCIA:** 29/06/2018 até 28/06/2019; Valor R$ 805,50; **OBJETO:REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE MATERIAIS PARA COMPOSICAO DE KIT MATERNIDADE PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE, DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 027/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS DATA:** 29/06/2018

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 047/2018

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **DETENTORAJ.C BATISTA FERREIRA GARCIA - ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º. 11.073.488/0001-01; **VIGÊNCIA:** 29/06/2018 até 28/06/2019; Valor R$ 17.677,50; **OBJETO:REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE MATERIAIS PARA COMPOSICAO DE KIT MATERNIDADE PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE, DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 027/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS DATA:** 29/06/2018

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 048/2018

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **DETENTORA: K.O.A DREHMER**, inscrita no CNPJ sob o n.º. 26.897.644/0001-18; **VIGÊNCIA:** 29/06/2018 até 28/06/2019; Valor R$ 5.970,00; **OBJETO:REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE MATERIAIS PARA COMPOSICAO DE KIT MATERNIDADE PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE, DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 027/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS DATA:** 29/06/2018

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 049/2018

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **DETENTORA: R.G. DA PAZ EIRELLI- EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º. 21.058.617/0001-38; **VIGÊNCIA:** 29/06/2018 até 28/06/2019; Valor R$ 7.960,50; **OBJETO:REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE MATERIAIS PARA COMPOSICAO DE KIT MATERNIDADE PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE, DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 027/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS DATA:** 29/06/2018

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018

CONVOCAÇÃO E POSSE

EDITAL 018/2018 DO PROCESSO SELETIVO 01/2018

O Sr. **EGON HOEPERS**, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA** o candidato abaixo relacionado, aprovado no **PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2018**, realizado no dia 22/04/2018 para comparecer no prazo de 02 (dois) dias após a publicação deste edital na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, para apresentar documentos de habilitação abaixo relacionados para tomar posse no cargo em que foi classificado.

a) Exame de aptidão física e mental para o cargo;

b) Cópia da certidão de nascimento dos filhos;

c) Cópia da carteira de vacinação dos filhos;

d) Declaração de freqüência na escola dos filhos.

e) Comprovante de escolaridade.

f) Certidão negativa de antecedente criminal

g) Copia do CPF da Mãe e do Pai

AGENTE ADMINISTRATIVO

NOME	CLAS
TAMIRIS SPOLIDORO CAMPOS	*5º*
MARCUS VINICUIS CAVALCANTE DA SILVA	*6º*

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, em 29 de Junho de 2018.

_____

_____

MARILZETE AGUSTINHA DA SILVA EGON HOEPERS

Presidente da Comissão Organizadora Prefeito municipal

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2018

OBJETO **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE DIVISÓRIAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT.**

Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregão Presencial nº 038/2018 - SRP, tipo menor preço por ITEM, cuja abertura se deu em 28/06/2018, sagrou-se vencedora a empresa **CAPPELLARO & CAPPELLARO LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº. 18.168.659/0001-17,** sagrando vencedora conforme itens relacionados abaixo:

ITEM 1 - Contratação de 04 veículos tipo ônibus urbano - transporte escolar Rural				
Participante	**Proposta**	**Valor Adj.**	quant.	**valor total mensal**
VIA NOVA TRANSPORTES E FRETAMENTO LTDA	**R$ 13.000,00**	**R$ 13.000,00**	**04**	**R$ 52. 000,00**
ITEM2 - Contratação de 01 veículo tipo ônibus urbano - para futura e eventuais viagens de alunos atletas e/ou eventos culturais dentro estado de mato grosso. (mínimo 240 km a distancia)				
Participante	**Proposta**	**Valor Adj.**		
VIA NOVA TRANSPORTES E FRETAMENTO LTDA	**R$ 5,07**	**R$ 5,07**	**10.000**	**R$ 50. 700,00**

Publique-se e afixe-se.

Santa Rita do Trivelato – MT, 29 de Junho de 2018.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

PORTARIA Nº 0205/2018 DE 29 DE JUNHO DE 2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR FRANCISCO JOSÉ CARNEIRO PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 027/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o servidor Francisco José Carneiro**,** CPF sob nº 791.355. 361-87, como Fiscal do Contrato nº 027/2018, cujo objeto: processo de dispensa por emergência – compra de combustível óleo diesel S10 para atender as secretarias municipais de saúde e educação por risco de interrupção do transporte de pacientes e do transporte escolar, conforme processo de dispensa de licitação nº 012/2018 cuja vencedora do certame foi a empresa Seibel & Freitag Comercio de Combuistíveis LTDA – EPP.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 29 DE JUNHO DE 2018.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se, afixe-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 037/2018

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, designada pela Portaria nº 035/2018, no uso das prerrogativas que lhe confere a lei, comunica aos interessados que a licitação referente à Pregão Presencial 022/2018, objetivando o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REPARO EM PONTES DE MADEIRA DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT***, está SUSPENSA em virtude da necessidade de alterações no termo de Referencia do Edital supracitado.

Após serem realizadas as referidas alterações, o Aviso de Licitação e Edital serão republicados com uma nova data para abertura do certame. Informações pelo E-mail: ***licitacaosantaritadotrivelato@gmail.com***.

Santa Rita do Trivelato – MT, 29 de Junho de 2018.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

DECRETO MUNICIPAL N.º 033/2018 DE 29 DE JUNHO DE 2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **EGON HOEPERS**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve emitir o seguinte:

Considerando a realização dos Jogos da Copa do Mundo;

DECRETO:

Art. 1º - Fica decretado o horário especial de expediente das 07h00min ás 09h00min e das 13h00min as 17h00min nos Órgãos da Administração Pública Municipal no dia 02 de julho de 2018, segunda-feira, dia do jogo entre as seleções do Brasil e México.

Parágrafo Único: O disposto no caput não se aplica aos plantões necessários às atividades de caráter essencial.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO EM 29 DE JUNHO DE 2018.

_____

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 025/2018

EXTRATO DE CONTRATO 025-2018Texto:MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO.

OBJETO: CONTRATO DERIVADO DE REGISTRO DE PREÇO, PARA LOCAÇÃO FUTURA DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO - MT.

CONTRATADA: DOANNYTUR - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. VALOR R$- 48.050,00 Assinado em: 27/06/2017 SANTO AFONSO/MT, 29 DE JUNHO DE 2018.JOABE ALMEIDA DOS SANTOSPrefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 078/GP/2018

ATO Nº 078/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Exonerar o Sr. **EUGENIO VIEIRA DE FIGUEIREDO NETO**, do cargo em Comissão de Secretário Municipal de Educação, Esporte e Lazer, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, nomeado pelo Ato nº 061/GP/2018, a partir de 28 de junho de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", Santo Antonio de Leverger-MT, 28 de junho de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
LEI 1.248/GP/2018

LEI 1.248/GP/2018

"DISPÕE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

o PrefeitO Municipal de SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT, Valdir Pereira de Castro Filho, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Os honorários sucumbências nos processos em que a fazenda pública for vencedora, pertencem aos advogados públicos, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens

Parágrafo único. Entende-se por advogado público do Município o advogado efetivo, o sub procurador e o procurador geral, integrantes do quadro de servidores do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Os honorários sucumbências serão depositados em conta específica de titularidade do Município de Santo Antônio de Leverger, vinculada à Procuradoria Geral, e serão rateados de forma igualitária entre os advogados públicos.

Art. 3º. O repasse referido no artigo anterior será realizado pela Secretaria Municipal de Fazenda, até o quinto dia útil do mês.

Art. 4º. A Divisão de Cadastro e Tributação informará á Secretaria Municipal de Fazenda e ao Procurador Geral do Município, mensalmente, o montante dos honorários de sucumbência recebidos.

Parágrafo único. Os honorários de sucumbência deverão ser recolhidos mediante Guia DAM própria.

Art. 5º. Será suspensa a distribuição de honorários ao titular do direito ou beneficiário, em qualquer das seguintes condições:

I – em licença para tratamento de interesses particulares;

II – em licença para campanha eleitoral;

III – em licença para acompanhar cônjuge servidor público mandado servir em outro ponto do Estado, ou do território nacional, ou no estrangeiro;

I**V** – no exercício de mandato eletivo;

V – Preventivamente, quando afastado para averiguação de faltas cometidas no exercício do cargo;

VI – em cumprimento de penalidades;

VII- afastado para servir outro órgão público municipal, estadual ou federal;

VIII – outros afastamentos previstos em lei.

Parágrafo único. Será excluído da distribuição de honorários o titular do direito ou beneficiário que perder o cargo por exoneração, demissão, falecimento ou pela posse em outro cargo, desde que dela se verifique acumulação indevida.

Art. 6º. Os valores recebidos a título de honorários advocatícios têm natureza alimentar, não podendo de forma alguma ser retido pelo Município a qualquer título.

Art. 7º. É nula qualquer disposição, cláusula, regulamento ou ato administrativo que retire dos servidores descritos nesta Lei o direito ao recebimento dos honorários sucumbências.

Art. 8º. Fica vedada a vinculação de valores de honorários sucumbências ao advogado responsável pelo processo.

Art. 9º. Os honorários sucumbências em nenhuma hipótese integralizarão os vencimentos dos servidores mencionados nesta Lei.

Art. 10. Em caso de acordo judicial, os honorários sucumbências incidirão proporcionalmente sobre o montante acordado, não podendo ser os mesmos, objeto de negociação para sua redução.

Art.11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Marechal Rondon, Santo Antônio de Leverger, em 28 de Junho de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2018

CONVOCA DO 11º AO 12º CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O CARGO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Senhor **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, Prefeito de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, considerando o Ato de Homologação do Concurso Público nº 001/2014, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de edição nº 2007, ANO IX, pagina nº 149, datado de 04 de Julho de 2014.

Considerando o Decreto nº 33/GP/2017 de prorrogação do prazo do concurso n° 001/2014, publicado no dia 24 de maio de 2017, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, ANO XII Nº 2.735, página nº 370.

Artigo 1° - Convocar os Candidatos classificados no Concurso Público Municipal nº 001/2014 para o cargo de Assistente Administrativo - Secretaria Municipal de Saúde, conforme relação especificada no anexo I, a comparecer na Secretaria Municipal de Recursos Humanos, no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar da data desta publicação, munidos dos seguintes documentos:

- Quitação com as obrigações eleitorais (cópia do Titulo Eleitoral e comprovante de Votação da última eleição).

- Cópia da Certidão de Reservista ou Dispensa de Incorporação, se do sexo masculino.

- Certidão de antecedentes criminais (Federal e Civil).

- Atestado favorável de sanidade física e mental.

- Cópia autenticada da certidão de nascimento ou casamento, (se casado CPF do Cônjuge obrigatório).

- Cópia autenticada da certidão de nascimento do filho menor de 14 anos, se for o caso.

- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07 anos, se for o caso.

- Cópia autenticada do C.P.F.

- Cópia autenticada de Identidade (R.G.)

- Cópia autenticada do cartão PIS/PASEP (se houver).

- 02 (duas) fotografias 3x4 recente.

- Cópia de comprovante de residência.

- Declaração de Residência.

- Cópia autenticada do comprovante de escolaridade para o exercício do cargo.

- Cópia do registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade.

- Declaração de não acumulação de cargos públicos, exceto nos casos previstos em lei.

- Declaração de bens.

- Cópia do comprovante da Conta Corrente do Banco do Brasil (se houver).

- Nº do telefone para contato (se houver).

Artigo 2º Será considerado desistente e eliminado do Concurso Público o candidato convocado que não apresentar os documentos relacionados neste edital, quando do comparecimento no prazo para tomar posse.

Santo Antônio de Leverger – MT, 28 de junho de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

ANEXO I

ORDEM DE COL	NOME DO CANDIDATO	ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
11	VANIA DA CRUZ ALMEIDA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
12	KELLY CRISTINA FERREIRA RAMOS	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2018

CONVOCA DO 32º AO 34º CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O CARGO DE PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER.

O Senhor **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, Prefeito de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, considerando o Ato de Homologação do Concurso Público nº 001/2014, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de edição nº 2007, ANO IX, pagina nº 149, datado de 04 de Julho de 2014.

Considerando o Decreto nº 33/GP/2017 de prorrogação do prazo do concurso n° 001/2014, publicado no dia 24 de maio de 2017, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, ANO XII Nº 2.735, página nº 370.

Artigo 1° - Convocar os Candidatos classificados no Concurso Público Municipal nº 001/2014 para o cargo de professor - Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, conforme relação especificada no anexo I, a comparecer na Secretaria Municipal de Recursos Humanos, no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar da data desta publicação, munidos dos seguintes documentos:

- Quitação com as obrigações eleitorais (cópia do Titulo Eleitoral e comprovante de Votação da última eleição).

- Cópia da Certidão de Reservista ou Dispensa de Incorporação, se do sexo masculino.

- Certidão de antecedentes criminais (Federal e Civil).

- Atestado favorável de sanidade física e mental.

- Cópia autenticada da certidão de nascimento ou casamento, (se casado CPF do Cônjuge obrigatório).

- Cópia autenticada da certidão de nascimento do filho menor de 14 anos, se for o caso.

- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07 anos, se for o caso.

- Cópia autenticada do C.P.F.

- Cópia autenticada de Identidade (R.G.)

- Cópia autenticada do cartão PIS/PASEP (se houver).

- 02 (duas) fotografias 3x4 recente.

- Cópia de comprovante de residência.

- Declaração de Residência.

- Cópia autenticada do comprovante de escolaridade para o exercício do cargo.

- Cópia do registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade.

- Declaração de não acumulação de cargos públicos, exceto nos casos previstos em lei.

- Declaração de bens.

- Cópia do comprovante da Conta Corrente do Banco do Brasil (se houver).

- Nº do telefone para contato (se houver).

Artigo 2º Será considerado desistente e eliminado do Concurso Público o candidato convocado que não apresentar os documentos relacionados neste edital, quando do comparecimento no prazo para tomar posse.

Santo Antônio de Leverger – MT, 26 de junho de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

ANEXO I

ORDEM DE COL	NOME DO CANDIDATO	ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
32	LEIDIANE DA SILVA SALGADO	EMEB POMBINHA BRANCA
33	RUBIANNE CRISTINNY MONTEIRO DOS SANTOS	EMEB JOSE FERREIRA DA SILVA
34	DEIZE GONÇALVES DE QUEIROZ	EMEB BARTOLOMEUGONÇALVES DE QUEIROZ

RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 077/GP/2018

ATO Nº 077/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear o Sr. **EDGARD GONÇALVES NETO**, para exercer o cargo em Comissão de Secretário Municipal de Turismo e Cultura, lotando-o na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, a partir de 28 de junho de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", Santo Antônio de Leverger-MT, 27 de junho de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
LEI Nº. 1.246/GP/2018

LEI Nº. 1.246/GP/2018

"FICA DENOMINADO DE IZAIAS VIEIRA PIRES O POSTO DE SAÚDE DA LOCALIDADE DE OLHO D'AGUA."

O Prefeito Municipal Valdir Pereira de Castro Filho, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Artigo 1º - Fica denominado de **IZAIAS VIEIRA PIRES** o Posto de Saúde da Localidade de Olho D'Água.

Artigo 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Artigo 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Marechal Rondon, Santo Antonio de Leverger, em 21 de Junho de 2018

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 027/GP/2018

DECRETO N.º 027/GP/2018

"Dispõe sobre Recomposição de Salários dos Servidores Efetivos estendidos aos inativos e pensionistas da Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer".

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger, Estado de Mato Grosso, Sr. VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando ***a Lei n.º 1.131/GP/2014 e a Lei 1.162/GP/2015***,fica estabelecidoo percentual para recomposição salarial de 5,07% (cinco vírgula zero sete) por cento nas Tabelas 01, 02, 03, 04, e 05, aplicado de acordo com o Piso Salarial aos Profissionais de Educação.

DECRETA:

Artigo 1° - Fica definido a Recomposição salarial nas classes e referências das tabelas 01, 02, 03, 04 e 05 do Plano de Cargos e Carreira da Educação Esporte e Lazer, passando a vigorar conforme anexo I deste Decreto.

Artigo 2º - O reajuste de 2,07 (dois vírgula zero sete) por cento foi aplicado na folha do mês de maio/2018, os demais reajuste será aplicado em 06(seis) parcelas, sendo: 2,57% (dois vírgula cinqüenta e sete) por cento no mês de junho/2018, 3,07%, (três vírgula zero sete) por cento no mês de julho/2018, 3,57% (três vírgula cinqüenta e sete) por cento no mês de agosto/2018, 4,07% (quatro vírgula zero sete) por cento no mês de setembro/2018, 4,57% (quatro vírgula cinqüenta e sete) por cento no mês de outubro/2018 e 5,07 (cinco vírgula zero sete) por cento no mês de novembro/2018.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor a partir de 01 de junho de 2018, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal "Marechal Rondon", em Santo Antonio de Leverger-MT, 06 de junho de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

2,57% (dois virgula cinqüenta e sete) por cento - mês de junho/2018

TABELA 1- PROFESSORES - 30 HORAS SEMANAIS

Classe Nível	Coeficiente	A	B	C	D	E
		1	1,54	1,74	2,033	2,30
		Ensino Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	R$ 1.749,33	R$ 2.693,97	R$ 3.043,84	R$ 3.556,39	R$ 4.023,46
2	1,04	R$ 1.819,30	R$ 2.801,73	R$ 3.165,59	R$ 3.698,65	R$ 4.184,40
3	1,09	R$ 1.906,77	R$ 2.936,43	R$ 3.317,78	R$ 3.876,47	R$ 4.385,57
4	1,14	R$ 1.994,24	R$ 3.071,13	R$ 3.469,97	R$ 4.054,29	R$ 4.586,75
5	1,19	R$ 2.081,70	R$ 3.205,82	R$ 3.622,17	R$ 4.232,10	R$ 4.787,92
6	1,25	R$ 2.186,66	R$ 3.367,46	R$ 3.804,80	R$ 4.445,49	R$ 5.029,33
7	1,32	R$ 2.309,12	R$ 3.556,04	R$ 4.017,86	R$ 4.694,44	R$ 5.310,97
8	1,41	R$ 2.466,56	R$ 3.798,50	R$ 4.291,81	R$ 5.014,51	R$ 5.673,08
9	1,50	R$ 2.624,00	R$ 4.040,96	R$ 4.565,75	R$ 5.334,59	R$ 6.035,19
10	1,53	R$ 2.676,48	R$ 4.121,77	R$ 4.657,07	R$ 5.441,28	R$ 6.155,90
11	1,56	R$ 2.728,96	R$ 4.202,59	R$ 4.748,39	R$ 5.547,97	R$ 6.276,60
12	1,59	R$ 2.781,44	R$ 4.283,41	R$ 4.839,70	R$ 5.654,66	R$ 6.397,30

TABELA 2 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO - 30 HORAS SEMANAIS

Classe Nível	Coeficiente	A	B	C	D
		1	1,54	1,74	2,033
		Ensino Médio	Graduação	Especialização	Mestrado
		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio

1	**1,00**	R$ 1.749,33	R$ 2.693,97	R$ 3.043,84	R$ 3.556,39
2	**1,04**	R$ 1.819,30	R$ 2.801,73	R$ 3.165,59	R$ 3.698,65
3	**1,09**	R$ 1.906,77	R$ 2.936,43	R$ 3.317,78	R$ 3.876,47
4	**1,14**	R$ 1.994,24	R$ 3.071,13	R$ 3.469,97	R$ 4.054,29
5	**1,19**	R$ 2.081,70	R$ 3.205,82	R$ 3.622,17	R$ 4.232,10
6	**1,25**	R$ 2.186,66	R$ 3.367,46	R$ 3.804,80	R$ 4.445,49
7	**1,32**	R$ 2.309,12	R$ 3.556,04	R$ 4.017,86	R$ 4.694,44
8	**1,41**	R$ 2.466,56	R$ 3.798,50	R$ 4.291,81	R$ 5.014,51
9	**1,50**	R$ 2.624,00	R$ 4.040,96	R$ 4.565,75	R$ 5.334,59
10	**1,53**	R$ 2.676,48	R$ 4.121,77	R$ 4.657,07	R$ 5.441,28
11	**1,56**	R$ 2.728,96	R$ 4.202,59	R$ 4.748,39	R$ 5.547,97
12	**1,59**	R$ 2.781,44	R$ 4.283,41	R$ 4.839,70	R$ 5.654,66

TABELA 3 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO - 30 HORAS SEMANAIS

Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**
		1	**1,54**	**1,74**	**2,033**
		Ensino Médio	**Graduação**	**Especialização**	**Mestrado**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.486,97	R$ 2.289,93	R$ 2.587,32	R$ 3.023,01
2	**1,04**	R$ 1.546,45	R$ 2.381,53	R$ 2.690,82	R$ 3.143,93
3	**1,09**	R$ 1.620,79	R$ 2.496,02	R$ 2.820,18	R$ 3.295,08
4	**1,14**	R$ 1.695,14	R$ 2.610,52	R$ 2.949,55	R$ 3.446,23
5	**1,19**	R$ 1.769,49	R$ 2.725,02	R$ 3.078,92	R$ 3.597,38
6	**1,25**	R$ 1.858,71	R$ 2.862,41	R$ 3.234,15	R$ 3.778,76
7	**1,32**	R$ 1.962,80	R$ 3.022,71	R$ 3.415,27	R$ 3.990,37
8	**1,41**	R$ 2.096,62	R$ 3.228,80	R$ 3.648,13	R$ 4.262,44
9	**1,50**	R$ 2.230,45	R$ 3.434,90	R$ 3.880,99	R$ 4.534,51
10	**1,53**	R$ 2.275,06	R$ 3.503,59	R$ 3.958,61	R$ 4.625,20
11	**1,56**	R$ 2.319,67	R$ 3.572,29	R$ 4.036,22	R$ 4.715,89
12	**1,59**	R$ 2.364,28	R$ 3.640,99	R$ 4.113,84	R$ 4.806,58

TABELA 4 - APOIO ADMINISTRATIVO PROFISSIONALIZADO

Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**
		1	**1,15**	**1,50**
		Ens. Fund.	**Ens. Médio**	**Ens. Superior**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.486,97	R$ 1.710,01	R$ 2.230,45
2	**1,04**	R$ 1.546,45	R$ 1.778,41	R$ 2.319,67
3	**1,09**	R$ 1.620,79	R$ 1.863,91	R$ 2.431,19
4	**1,14**	R$ 1.695,14	R$ 1.949,41	R$ 2.542,71
5	**1,19**	R$ 1.769,49	R$ 2.034,92	R$ 2.654,24
6	**1,25**	R$ 1.858,71	R$ 2.137,52	R$ 2.788,06
7	**1,32**	R$ 1.962,80	R$ 2.257,22	R$ 2.944,20
8	**1,41**	R$ 2.096,62	R$ 2.411,12	R$ 3.144,94
9	**1,50**	R$ 2.230,45	R$ 2.565,02	R$ 3.345,68
10	**1,53**	R$ 2.275,06	R$ 2.616,32	R$ 3.412,59
11	**1,56**	R$ 2.319,67	R$ 2.667,62	R$ 3.479,50
12	**1,59**	R$ 2.364,28	R$ 2.718,92	R$ 3.546,42

TABELA 5 - APOIO ADMINISTRATIVO NÃO PROFISSIONALIZADO

Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**
		1	**1,15**	**1,50**
		Ens. Fund.	**Ens. Médio**	**Graduação**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.263,93	R$ 1.453,52	R$ 1.895,89
2	**1,04**	R$ 1.314,49	R$ 1.511,66	R$ 1.971,73
3	**1,09**	R$ 1.377,68	R$ 1.584,34	R$ 2.066,52
4	**1,14**	R$ 1.440,88	R$ 1.657,01	R$ 2.161,32
5	**1,19**	R$ 1.504,08	R$ 1.729,69	R$ 2.256,11
6	**1,25**	R$ 1.579,91	R$ 1.816,90	R$ 2.369,87
7	**1,32**	R$ 1.668,39	R$ 1.918,64	R$ 2.502,58
8	**1,41**	R$ 1.782,14	R$ 2.049,46	R$ 2.673,21
9	**1,50**	R$ 1.895,89	R$ 2.180,28	R$ 2.843,84
10	**1,53**	R$ 1.933,81	R$ 2.223,88	R$ 2.900,72
11	**1,56**	R$ 1.971,73	R$ 2.267,49	R$ 2.957,59
12	**1,59**	R$ 2.009,65	R$ 2.311,09	R$ 3.014,47

3,07%, (três vírgula zero sete) por cento - mês de julho/2018

TABELA 1- PROFESSORES - 30 HORAS SEMANAIS

Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
		1	**1,54**	**1,74**	**2,033**	**2,30**
		Ensino Médio	**Graduação**	**Especialização**	**Mestrado**	**Doutorado**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.757,86	R$ 2.707,10	R$ 3.058,67	R$ 3.573,73	R$ 4.043,08

2	**1,04**	R$ 1.828,17	R$ 2.815,39	R$ 3.181,02	R$ 3.716,68	R$ 4.204,80
3	**1,09**	R$ 1.916,07	R$ 2.950,74	R$ 3.333,96	R$ 3.895,36	R$ 4.406,95
4	**1,14**	R$ 2.003,96	R$ 3.086,10	R$ 3.486,89	R$ 4.074,05	R$ 4.609,11
5	**1,19**	R$ 2.091,85	R$ 3.221,45	R$ 3.639,82	R$ 4.252,74	R$ 4.811,26
6	**1,25**	R$ 2.197,32	R$ 3.383,88	R$ 3.823,34	R$ 4.467,16	R$ 5.053,84
7	**1,32**	R$ 2.320,37	R$ 3.573,38	R$ 4.037,45	R$ 4.717,32	R$ 5.336,86
8	**1,41**	R$ 2.478,58	R$ 3.817,01	R$ 4.312,73	R$ 5.038,96	R$ 5.700,74
9	**1,50**	R$ 2.636,79	R$ 4.060,65	R$ 4.588,01	R$ 5.360,59	R$ 6.064,61
10	**1,53**	R$ 2.689,52	R$ 4.141,87	R$ 4.679,77	R$ 5.467,80	R$ 6.185,91
11	**1,56**	R$ 2.742,26	R$ 4.223,08	R$ 4.771,53	R$ 5.575,01	R$ 6.307,20
12	**1,59**	R$ 2.795,00	R$ 4.304,29	R$ 4.863,29	R$ 5.682,23	R$ 6.428,49

TABELA 2 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO - 30 HORAS SEMANAIS

Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**
		1	**1,54**	**1,74**	**2,033**
		Ensino Médio	**Graduação**	**Especialização**	**Mestrado**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.757,86	R$ 2.707,10	R$ 3.058,67	R$ 3.573,73
2	**1,04**	R$ 1.828,17	R$ 2.815,39	R$ 3.181,02	R$ 3.716,68
3	**1,09**	R$ 1.916,07	R$ 2.950,74	R$ 3.333,96	R$ 3.895,36
4	**1,14**	R$ 2.003,96	R$ 3.086,10	R$ 3.486,89	R$ 4.074,05
5	**1,19**	R$ 2.091,85	R$ 3.221,45	R$ 3.639,82	R$ 4.252,74
6	**1,25**	R$ 2.197,32	R$ 3.383,88	R$ 3.823,34	R$ 4.467,16
7	**1,32**	R$ 2.320,37	R$ 3.573,38	R$ 4.037,45	R$ 4.717,32
8	**1,41**	R$ 2.478,58	R$ 3.817,01	R$ 4.312,73	R$ 5.038,96
9	**1,50**	R$ 2.636,79	R$ 4.060,65	R$ 4.588,01	R$ 5.360,59
10	**1,53**	R$ 2.689,52	R$ 4.141,87	R$ 4.679,77	R$ 5.467,80
11	**1,56**	R$ 2.742,26	R$ 4.223,08	R$ 4.771,53	R$ 5.575,01
12	**1,59**	R$ 2.795,00	R$ 4.304,29	R$ 4.863,29	R$ 5.682,23

TABELA 3 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO - 30 HORAS SEMANAIS

Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**
		1	**1,54**	**1,74**	**2,033**
		Ensino Médio	**Graduação**	**Especialização**	**Mestrado**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.494,22	R$ 2.301,09	R$ 2.599,94	R$ 3.037,74
2	**1,04**	R$ 1.553,98	R$ 2.393,14	R$ 2.703,93	R$ 3.159,25
3	**1,09**	R$ 1.628,70	R$ 2.508,19	R$ 2.833,93	R$ 3.311,14
4	**1,14**	R$ 1.703,41	R$ 2.623,25	R$ 2.963,93	R$ 3.463,03
5	**1,19**	R$ 1.778,12	R$ 2.738,30	R$ 3.093,92	R$ 3.614,91
6	**1,25**	R$ 1.867,77	R$ 2.876,37	R$ 3.249,92	R$ 3.797,18
7	**1,32**	R$ 1.972,37	R$ 3.037,44	R$ 3.431,92	R$ 4.009,82
8	**1,41**	R$ 2.106,84	R$ 3.244,54	R$ 3.665,91	R$ 4.283,22
9	**1,50**	R$ 2.241,32	R$ 3.451,64	R$ 3.899,90	R$ 4.556,61
10	**1,53**	R$ 2.286,15	R$ 3.520,67	R$ 3.977,90	R$ 4.647,74
11	**1,56**	R$ 2.330,98	R$ 3.589,70	R$ 4.055,90	R$ 4.738,88
12	**1,59**	R$ 2.375,80	R$ 3.658,74	R$ 4.133,90	R$ 4.830,01

TABELA 4 - APOIO ADMINISTRATIVO PROFISSIONALIZADO

Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**
		1	**1,15**	**1,50**
		Ens. Fund.	**Ens. Médio**	**Ens. Superior**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.494,22	R$ 1.718,35	R$ 2.241,32
2	**1,04**	R$ 1.553,98	R$ 1.787,08	R$ 2.330,98
3	**1,09**	R$ 1.628,70	R$ 1.873,00	R$ 2.443,04
4	**1,14**	R$ 1.703,41	R$ 1.958,92	R$ 2.555,11
5	**1,19**	R$ 1.778,12	R$ 2.044,83	R$ 2.667,18
6	**1,25**	R$ 1.867,77	R$ 2.147,94	R$ 2.801,66
7	**1,32**	R$ 1.972,37	R$ 2.268,22	R$ 2.958,55
8	**1,41**	R$ 2.106,84	R$ 2.422,87	R$ 3.160,27
9	**1,50**	R$ 2.241,32	R$ 2.577,52	R$ 3.361,99
10	**1,53**	R$ 2.286,15	R$ 2.629,07	R$ 3.429,23
11	**1,56**	R$ 2.330,98	R$ 2.680,62	R$ 3.496,47
12	**1,59**	R$ 2.375,80	R$ 2.732,17	R$ 3.563,71

TABELA 5 - APOIO ADMINISTRATIVO NÃO PROFISSIONALIZADO

Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**
		1	**1,15**	**1,50**
		Ens. Fund.	**Ens. Médio**	**Graduação**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.270,09	R$ 1.460,60	R$ 1.905,14
2	**1,04**	R$ 1.320,89	R$ 1.519,03	R$ 1.981,34
3	**1,09**	R$ 1.384,40	R$ 1.592,06	R$ 2.076,60

4	**1,14**	R$ 1.447,90	R$ 1.665,09	R$ 2.171,85
5	**1,19**	R$ 1.511,41	R$ 1.738,12	R$ 2.267,11
6	**1,25**	R$ 1.587,61	R$ 1.825,75	R$ 2.381,42
7	**1,32**	R$ 1.676,52	R$ 1.928,00	R$ 2.514,78
8	**1,41**	R$ 1.790,83	R$ 2.059,45	R$ 2.686,24
9	**1,50**	R$ 1.905,14	R$ 2.190,91	R$ 2.857,70
10	**1,53**	R$ 1.943,24	R$ 2.234,72	R$ 2.914,86
11	**1,56**	R$ 1.981,34	R$ 2.278,54	R$ 2.972,01
12	**1,59**	R$ 2.019,44	R$ 2.322,36	R$ 3.029,17

3,57% (três vírgula cinqüenta e sete) por cento - mês de agosto/2018

TABELA 1- PROFESSORES - 30 HORAS SEMANAIS

Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
		1	**1,54**	**1,74**	**2,033**	**2,30**
		Ensino Médio	**Graduação**	**Especialização**	**Mestrado**	**Doutorado**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.766,39	R$ 2.720,23	R$ 3.073,51	R$ 3.591,06	R$ 4.062,69
2	**1,04**	R$ 1.837,04	R$ 2.829,04	R$ 3.196,45	R$ 3.734,71	R$ 4.225,20
3	**1,09**	R$ 1.925,36	R$ 2.965,06	R$ 3.350,13	R$ 3.914,26	R$ 4.428,33
4	**1,14**	R$ 2.013,68	R$ 3.101,07	R$ 3.503,80	R$ 4.093,81	R$ 4.631,47
5	**1,19**	R$ 2.102,00	R$ 3.237,08	R$ 3.657,48	R$ 4.273,37	R$ 4.834,60
6	**1,25**	R$ 2.207,98	R$ 3.400,29	R$ 3.841,89	R$ 4.488,83	R$ 5.078,36
7	**1,32**	R$ 2.331,63	R$ 3.590,71	R$ 4.057,04	R$ 4.740,20	R$ 5.362,75
8	**1,41**	R$ 2.490,60	R$ 3.835,53	R$ 4.333,65	R$ 5.063,40	R$ 5.728,39
9	**1,50**	R$ 2.649,58	R$ 4.080,35	R$ 4.610,27	R$ 5.386,60	R$ 6.094,03
10	**1,53**	R$ 2.702,57	R$ 4.161,96	R$ 4.702,47	R$ 5.494,33	R$ 6.215,91
11	**1,56**	R$ 2.755,56	R$ 4.243,57	R$ 4.794,68	R$ 5.602,06	R$ 6.337,79
12	**1,59**	R$ 2.808,55	R$ 4.325,17	R$ 4.886,88	R$ 5.709,79	R$ 6.459,67

TABELA 2 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO - 30 HORAS SEMANAIS

Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**
		1	**1,54**	**1,74**	**2,033**
		Ensino Médio	**Graduação**	**Especialização**	**Mestrado**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.766,39	R$ 2.720,23	R$ 3.073,51	R$ 3.591,06
2	**1,04**	R$ 1.837,04	R$ 2.829,04	R$ 3.196,45	R$ 3.734,71
3	**1,09**	R$ 1.925,36	R$ 2.965,06	R$ 3.350,13	R$ 3.914,26
4	**1,14**	R$ 2.013,68	R$ 3.101,07	R$ 3.503,80	R$ 4.093,81
5	**1,19**	R$ 2.102,00	R$ 3.237,08	R$ 3.657,48	R$ 4.273,37
6	**1,25**	R$ 2.207,98	R$ 3.400,29	R$ 3.841,89	R$ 4.488,83
7	**1,32**	R$ 2.331,63	R$ 3.590,71	R$ 4.057,04	R$ 4.740,20
8	**1,41**	R$ 2.490,60	R$ 3.835,53	R$ 4.333,65	R$ 5.063,40
9	**1,50**	R$ 2.649,58	R$ 4.080,35	R$ 4.610,27	R$ 5.386,60
10	**1,53**	R$ 2.702,57	R$ 4.161,96	R$ 4.702,47	R$ 5.494,33
11	**1,56**	R$ 2.755,56	R$ 4.243,57	R$ 4.794,68	R$ 5.602,06
12	**1,59**	R$ 2.808,55	R$ 4.325,17	R$ 4.886,88	R$ 5.709,79

TABELA 3 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO - 30 HORAS SEMANAIS

Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**
		1	**1,54**	**1,74**	**2,033**
		Ensino Médio	**Graduação**	**Especialização**	**Mestrado**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.501,46	R$ 2.312,26	R$ 2.612,55	R$ 3.052,48
2	**1,04**	R$ 1.561,52	R$ 2.404,75	R$ 2.717,05	R$ 3.174,58
3	**1,09**	R$ 1.636,60	R$ 2.520,36	R$ 2.847,68	R$ 3.327,20
4	**1,14**	R$ 1.711,67	R$ 2.635,97	R$ 2.978,31	R$ 3.479,82
5	**1,19**	R$ 1.786,74	R$ 2.751,58	R$ 3.108,93	R$ 3.632,45
6	**1,25**	R$ 1.876,83	R$ 2.890,32	R$ 3.265,69	R$ 3.815,60
7	**1,32**	R$ 1.981,93	R$ 3.052,18	R$ 3.448,56	R$ 4.029,27
8	**1,41**	R$ 2.117,07	R$ 3.260,28	R$ 3.683,69	R$ 4.303,99
9	**1,50**	R$ 2.252,20	R$ 3.468,38	R$ 3.918,82	R$ 4.578,72
10	**1,53**	R$ 2.297,24	R$ 3.537,75	R$ 3.997,20	R$ 4.670,29
11	**1,56**	R$ 2.342,28	R$ 3.607,12	R$ 4.075,58	R$ 4.761,87
12	**1,59**	R$ 2.387,33	R$ 3.676,49	R$ 4.153,95	R$ 4.853,44

TABELA 4 - APOIO ADMINISTRATIVO PROFISSIONALIZADO

Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**
		1	**1,15**	**1,50**
		Ens. Fund.	**Ens. Médio**	**Ens. Superior**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.501,46	R$ 1.726,68	R$ 2.252,20
2	**1,04**	R$ 1.561,52	R$ 1.795,75	R$ 2.342,28
3	**1,09**	R$ 1.636,60	R$ 1.882,09	R$ 2.454,89
4	**1,14**	R$ 1.711,67	R$ 1.968,42	R$ 2.567,50

5	**1,19**	R$ 1.786,74	R$ 2.054,75	R$ 2.680,11
6	**1,25**	R$ 1.876,83	R$ 2.158,36	R$ 2.815,25
7	**1,32**	R$ 1.981,93	R$ 2.279,22	R$ 2.972,90
8	**1,41**	R$ 2.117,07	R$ 2.434,62	R$ 3.175,60
9	**1,50**	R$ 2.252,20	R$ 2.590,03	R$ 3.378,30
10	**1,53**	R$ 2.297,24	R$ 2.641,83	R$ 3.445,86
11	**1,56**	R$ 2.342,28	R$ 2.693,63	R$ 3.513,43
12	**1,59**	R$ 2.387,33	R$ 2.745,43	R$ 3.580,99

TABELA 5 - APOIO ADMINISTRATIVO NÃO PROFISSIONALIZADO				
Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**
		1	**1,15**	**1,50**
		Ens. Fund.	**Ens. Médio**	**Graduação**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.276,25	R$ 1.467,69	R$ 1.914,38
2	**1,04**	R$ 1.327,30	R$ 1.526,40	R$ 1.990,95
3	**1,09**	R$ 1.391,11	R$ 1.599,78	R$ 2.086,67
4	**1,14**	R$ 1.454,93	R$ 1.673,17	R$ 2.182,39
5	**1,19**	R$ 1.518,74	R$ 1.746,55	R$ 2.278,11
6	**1,25**	R$ 1.595,31	R$ 1.834,61	R$ 2.392,97
7	**1,32**	R$ 1.684,65	R$ 1.937,35	R$ 2.526,98
8	**1,41**	R$ 1.799,51	R$ 2.069,44	R$ 2.699,27
9	**1,50**	R$ 1.914,38	R$ 2.201,53	R$ 2.871,57
10	**1,53**	R$ 1.952,67	R$ 2.245,56	R$ 2.929,00
11	**1,56**	R$ 1.990,95	R$ 2.289,60	R$ 2.986,43
12	**1,59**	R$ 2.029,24	R$ 2.333,63	R$ 3.043,86

4,07% (quatro vírgula zero sete) por cento - mês de setembro/2018

TABELA 1- PROFESSORES - 30 HORAS SEMANAIS						
Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
		1	**1,54**	**1,74**	**2,033**	**2,30**
		Ensino Médio	**Graduação**	**Especialização**	**Mestrado**	**Doutorado**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.774,91	R$ 2.733,37	R$ 3.088,35	R$ 3.608,40	R$ 4.082,30
2	**1,04**	R$ 1.845,91	R$ 2.842,70	R$ 3.211,88	R$ 3.752,74	R$ 4.245,59
3	**1,09**	R$ 1.934,66	R$ 2.979,37	R$ 3.366,30	R$ 3.933,16	R$ 4.449,71
4	**1,14**	R$ 2.023,40	R$ 3.116,04	R$ 3.520,72	R$ 4.113,58	R$ 4.653,82
5	**1,19**	R$ 2.112,15	R$ 3.252,71	R$ 3.675,14	R$ 4.294,00	R$ 4.857,94
6	**1,25**	R$ 2.218,64	R$ 3.416,71	R$ 3.860,44	R$ 4.510,50	R$ 5.102,88
7	**1,32**	R$ 2.342,89	R$ 3.608,04	R$ 4.076,62	R$ 4.763,09	R$ 5.388,64
8	**1,41**	R$ 2.502,63	R$ 3.854,05	R$ 4.354,57	R$ 5.087,84	R$ 5.756,05
9	**1,50**	R$ 2.662,37	R$ 4.100,05	R$ 4.632,53	R$ 5.412,60	R$ 6.123,45
10	**1,53**	R$ 2.715,62	R$ 4.182,05	R$ 4.725,18	R$ 5.520,85	R$ 6.245,92
11	**1,56**	R$ 2.768,87	R$ 4.264,05	R$ 4.817,83	R$ 5.629,10	R$ 6.368,39
12	**1,59**	R$ 2.822,11	R$ 4.346,05	R$ 4.910,48	R$ 5.737,36	R$ 6.490,86

TABELA 2 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO - 30 HORAS SEMANAIS					
Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**
		1	**1,54**	**1,74**	**2,033**
		Ensino Médio	**Graduação**	**Especialização**	**Mestrado**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.774,91	R$ 2.733,37	R$ 3.088,35	R$ 3.608,40
2	**1,04**	R$ 1.845,91	R$ 2.842,70	R$ 3.211,88	R$ 3.752,74
3	**1,09**	R$ 1.934,66	R$ 2.979,37	R$ 3.366,30	R$ 3.933,16
4	**1,14**	R$ 2.023,40	R$ 3.116,04	R$ 3.520,72	R$ 4.113,58
5	**1,19**	R$ 2.112,15	R$ 3.252,71	R$ 3.675,14	R$ 4.294,00
6	**1,25**	R$ 2.218,64	R$ 3.416,71	R$ 3.860,44	R$ 4.510,50
7	**1,32**	R$ 2.342,89	R$ 3.608,04	R$ 4.076,62	R$ 4.763,09
8	**1,41**	R$ 2.502,63	R$ 3.854,05	R$ 4.354,57	R$ 5.087,84
9	**1,50**	R$ 2.662,37	R$ 4.100,05	R$ 4.632,53	R$ 5.412,60
10	**1,53**	R$ 2.715,62	R$ 4.182,05	R$ 4.725,18	R$ 5.520,85
11	**1,56**	R$ 2.768,87	R$ 4.264,05	R$ 4.817,83	R$ 5.629,10
12	**1,59**	R$ 2.822,11	R$ 4.346,05	R$ 4.910,48	R$ 5.737,36

TABELA 3 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO - 30 HORAS SEMANAIS					
Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**
		1	**1,54**	**1,74**	**2,033**
		Ensino Médio	**Graduação**	**Especialização**	**Mestrado**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.508,71	R$ 2.323,42	R$ 2.625,16	R$ 3.067,21
2	**1,04**	R$ 1.569,06	R$ 2.416,36	R$ 2.730,17	R$ 3.189,90
3	**1,09**	R$ 1.644,50	R$ 2.532,53	R$ 2.861,43	R$ 3.343,26
4	**1,14**	R$ 1.719,93	R$ 2.648,70	R$ 2.992,68	R$ 3.496,62
5	**1,19**	R$ 1.795,37	R$ 2.764,87	R$ 3.123,94	R$ 3.649,98

6	**1,25**	R$ 1.885,89	R$ 2.904,27	R$ 3.281,45	R$ 3.834,02
7	**1,32**	R$ 1.991,50	R$ 3.066,91	R$ 3.465,21	R$ 4.048,72
8	**1,41**	R$ 2.127,29	R$ 3.276,02	R$ 3.701,48	R$ 4.324,77
9	**1,50**	R$ 2.263,07	R$ 3.485,13	R$ 3.937,74	R$ 4.600,82
10	**1,53**	R$ 2.308,33	R$ 3.554,83	R$ 4.016,50	R$ 4.692,84
11	**1,56**	R$ 2.353,59	R$ 3.624,53	R$ 4.095,25	R$ 4.784,85
12	**1,59**	R$ 2.398,85	R$ 3.694,24	R$ 4.174,01	R$ 4.876,87

TABELA 4 - APOIO ADMINISTRATIVO PROFISSIONALIZADO

Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**
		1	**1,15**	**1,50**
		Ens. Fund.	**Ens. Médio**	**Ens. Superior**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.508,71	R$ 1.735,02	R$ 2.263,07
2	**1,04**	R$ 1.569,06	R$ 1.804,42	R$ 2.353,59
3	**1,09**	R$ 1.644,50	R$ 1.891,17	R$ 2.466,75
4	**1,14**	R$ 1.719,93	R$ 1.977,92	R$ 2.579,90
5	**1,19**	R$ 1.795,37	R$ 2.064,67	R$ 2.693,05
6	**1,25**	R$ 1.885,89	R$ 2.168,78	R$ 2.828,84
7	**1,32**	R$ 1.991,50	R$ 2.290,23	R$ 2.987,25
8	**1,41**	R$ 2.127,29	R$ 2.446,38	R$ 3.190,93
9	**1,50**	R$ 2.263,07	R$ 2.602,53	R$ 3.394,60
10	**1,53**	R$ 2.308,33	R$ 2.654,58	R$ 3.462,50
11	**1,56**	R$ 2.353,59	R$ 2.706,63	R$ 3.530,39
12	**1,59**	R$ 2.398,85	R$ 2.758,68	R$ 3.598,28

TABELA 5 - APOIO ADMINISTRATIVO NÃO PROFISSIONALIZADO

Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**
		1	**1,15**	**1,50**
		Ens. Fund.	**Ens. Médio**	**Graduação**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.282,41	R$ 1.474,77	R$ 1.923,62
2	**1,04**	R$ 1.333,71	R$ 1.533,77	R$ 2.000,56
3	**1,09**	R$ 1.397,83	R$ 1.607,50	R$ 2.096,75
4	**1,14**	R$ 1.461,95	R$ 1.681,24	R$ 2.192,93
5	**1,19**	R$ 1.526,07	R$ 1.754,98	R$ 2.289,11
6	**1,25**	R$ 1.603,02	R$ 1.843,47	R$ 2.404,52
7	**1,32**	R$ 1.692,79	R$ 1.946,70	R$ 2.539,18
8	**1,41**	R$ 1.808,20	R$ 2.079,43	R$ 2.712,30
9	**1,50**	R$ 1.923,62	R$ 2.212,16	R$ 2.885,43
10	**1,53**	R$ 1.962,09	R$ 2.256,41	R$ 2.943,14
11	**1,56**	R$ 2.000,56	R$ 2.300,65	R$ 3.000,85
12	**1,59**	R$ 2.039,04	R$ 2.344,89	R$ 3.058,55

4,57% (quatro virgula cinqüenta e sete) por cento - mês de outubro/2018

TABELA 1- PROFESSORES - 30 HORAS SEMANAIS

Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
		1	**1,54**	**1,74**	**2,033**	**2,30**
		Ensino Médio	**Graduação**	**Especialização**	**Mestrado**	**Doutorado**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.783,44	R$ 2.746,50	R$ 3.103,19	R$ 3.625,74	R$ 4.101,92
2	**1,04**	R$ 1.854,78	R$ 2.856,36	R$ 3.227,32	R$ 3.770,77	R$ 4.265,99
3	**1,09**	R$ 1.943,95	R$ 2.993,68	R$ 3.382,47	R$ 3.952,05	R$ 4.471,09
4	**1,14**	R$ 2.033,12	R$ 3.131,01	R$ 3.537,63	R$ 4.133,34	R$ 4.676,18
5	**1,19**	R$ 2.122,30	R$ 3.268,33	R$ 3.692,79	R$ 4.314,63	R$ 4.881,28
6	**1,25**	R$ 2.229,30	R$ 3.433,12	R$ 3.878,98	R$ 4.532,17	R$ 5.127,39
7	**1,32**	R$ 2.354,14	R$ 3.625,38	R$ 4.096,21	R$ 4.785,97	R$ 5.414,53
8	**1,41**	R$ 2.514,65	R$ 3.872,56	R$ 4.375,50	R$ 5.112,29	R$ 5.783,70
9	**1,50**	R$ 2.675,16	R$ 4.119,75	R$ 4.654,78	R$ 5.438,60	R$ 6.152,87
10	**1,53**	R$ 2.728,67	R$ 4.202,14	R$ 4.747,88	R$ 5.547,38	R$ 6.275,93
11	**1,56**	R$ 2.782,17	R$ 4.284,54	R$ 4.840,97	R$ 5.656,15	R$ 6.398,99
12	**1,59**	R$ 2.835,67	R$ 4.366,93	R$ 4.934,07	R$ 5.764,92	R$ 6.522,05

TABELA 2 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO - 30 HORAS SEMANAIS

Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**
		1	**1,54**	**1,74**	**2,033**
		Ensino Médio	**Graduação**	**Especialização**	**Mestrado**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.783,44	R$ 2.746,50	R$ 3.103,19	R$ 3.625,74
2	**1,04**	R$ 1.854,78	R$ 2.856,36	R$ 3.227,32	R$ 3.770,77
3	**1,09**	R$ 1.943,95	R$ 2.993,68	R$ 3.382,47	R$ 3.952,05
4	**1,14**	R$ 2.033,12	R$ 3.131,01	R$ 3.537,63	R$ 4.133,34
5	**1,19**	R$ 2.122,30	R$ 3.268,33	R$ 3.692,79	R$ 4.314,63

6	**1,25**	R$ 2.229,30	R$ 3.433,12	R$ 3.878,98	R$ 4.532,17
7	**1,32**	R$ 2.354,14	R$ 3.625,38	R$ 4.096,21	R$ 4.785,97
8	**1,41**	R$ 2.514,65	R$ 3.872,56	R$ 4.375,50	R$ 5.112,29
9	**1,50**	R$ 2.675,16	R$ 4.119,75	R$ 4.654,78	R$ 5.438,60
10	**1,53**	R$ 2.728,67	R$ 4.202,14	R$ 4.747,88	R$ 5.547,38
11	**1,56**	R$ 2.782,17	R$ 4.284,54	R$ 4.840,97	R$ 5.656,15
12	**1,59**	R$ 2.835,67	R$ 4.366,93	R$ 4.934,07	R$ 5.764,92

TABELA 3 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO - 30 HORAS SEMANAIS

Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**
		1	**1,54**	**1,74**	**2,033**
		Ensino Médio	**Graduação**	**Especialização**	**Mestrado**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.515,96	R$ 2.334,58	R$ 2.637,77	R$ 3.081,95
2	**1,04**	R$ 1.576,60	R$ 2.427,96	R$ 2.743,28	R$ 3.205,23
3	**1,09**	R$ 1.652,40	R$ 2.544,69	R$ 2.875,17	R$ 3.359,33
4	**1,14**	R$ 1.728,20	R$ 2.661,42	R$ 3.007,06	R$ 3.513,42
5	**1,19**	R$ 1.803,99	R$ 2.778,15	R$ 3.138,95	R$ 3.667,52
6	**1,25**	R$ 1.894,95	R$ 2.918,23	R$ 3.297,22	R$ 3.852,44
7	**1,32**	R$ 2.001,07	R$ 3.081,65	R$ 3.481,86	R$ 4.068,17
8	**1,41**	R$ 2.137,51	R$ 3.291,76	R$ 3.719,26	R$ 4.345,55
9	**1,50**	R$ 2.273,94	R$ 3.501,87	R$ 3.956,66	R$ 4.622,93
10	**1,53**	R$ 2.319,42	R$ 3.571,91	R$ 4.035,79	R$ 4.715,38
11	**1,56**	R$ 2.364,90	R$ 3.641,95	R$ 4.114,93	R$ 4.807,84
12	**1,59**	R$ 2.410,38	R$ 3.711,98	R$ 4.194,06	R$ 4.900,30

TABELA 4 - APOIO ADMINISTRATIVO PROFISSIONALIZADO

Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**
		1	**1,15**	**1,50**
		Ens. Fund.	**Ens. Médio**	**Ens. Superior**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.515,96	R$ 1.743,36	R$ 2.273,94
2	**1,04**	R$ 1.576,60	R$ 1.813,09	R$ 2.364,90
3	**1,09**	R$ 1.652,40	R$ 1.900,26	R$ 2.478,60
4	**1,14**	R$ 1.728,20	R$ 1.987,43	R$ 2.592,29
5	**1,19**	R$ 1.803,99	R$ 2.074,59	R$ 2.705,99
6	**1,25**	R$ 1.894,95	R$ 2.179,20	R$ 2.842,43
7	**1,32**	R$ 2.001,07	R$ 2.301,23	R$ 3.001,60
8	**1,41**	R$ 2.137,51	R$ 2.458,13	R$ 3.206,26
9	**1,50**	R$ 2.273,94	R$ 2.615,03	R$ 3.410,91
10	**1,53**	R$ 2.319,42	R$ 2.667,33	R$ 3.479,13
11	**1,56**	R$ 2.364,90	R$ 2.719,64	R$ 3.547,35
12	**1,59**	R$ 2.410,38	R$ 2.771,94	R$ 3.615,57

TABELA 5 - APOIO ADMINISTRATIVO NÃO PROFISSIONALIZADO

Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**
		1	**1,15**	**1,50**
		Ens. Fund.	**Ens. Médio**	**Graduação**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.288,57	R$ 1.481,86	R$ 1.932,86
2	**1,04**	R$ 1.340,12	R$ 1.541,13	R$ 2.010,18
3	**1,09**	R$ 1.404,55	R$ 1.615,23	R$ 2.106,82
4	**1,14**	R$ 1.468,97	R$ 1.689,32	R$ 2.203,46
5	**1,19**	R$ 1.533,40	R$ 1.763,41	R$ 2.300,11
6	**1,25**	R$ 1.610,72	R$ 1.852,33	R$ 2.416,08
7	**1,32**	R$ 1.700,92	R$ 1.956,06	R$ 2.551,38
8	**1,41**	R$ 1.816,89	R$ 2.089,42	R$ 2.725,33
9	**1,50**	R$ 1.932,86	R$ 2.222,79	R$ 2.899,29
10	**1,53**	R$ 1.971,52	R$ 2.267,25	R$ 2.957,28
11	**1,56**	R$ 2.010,18	R$ 2.311,70	R$ 3.015,26
12	**1,59**	R$ 2.048,83	R$ 2.356,16	R$ 3.073,25

5,07 (cinco virgula zero sete) por cento - mês de novembro/2018

TABELA 1- PROFESSORES - 30 HORAS SEMANAIS

Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
		1	**1,54**	**1,74**	**2,033**	**2,30**
		Ensino Médio	**Graduação**	**Especialização**	**Mestrado**	**Doutorado**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.791,97	R$ 2.759,63	R$ 3.118,03	R$ 3.643,07	R$ 4.121,53
2	**1,04**	R$ 1.863,65	R$ 2.870,02	R$ 3.242,75	R$ 3.788,80	R$ 4.286,39
3	**1,09**	R$ 1.953,25	R$ 3.008,00	R$ 3.398,65	R$ 3.970,95	R$ 4.492,47
4	**1,14**	R$ 2.042,84	R$ 3.145,98	R$ 3.554,55	R$ 4.153,10	R$ 4.698,54
5	**1,19**	R$ 2.132,44	R$ 3.283,96	R$ 3.710,45	R$ 4.335,26	R$ 4.904,62
6	**1,25**	R$ 2.239,96	R$ 3.449,54	R$ 3.897,53	R$ 4.553,84	R$ 5.151,91
7	**1,32**	R$ 2.365,40	R$ 3.642,71	R$ 4.115,79	R$ 4.808,86	R$ 5.440,42

8	**1,41**	R$ 2.526,68	R$ 3.891,08	R$ 4.396,42	R$ 5.136,73	R$ 5.811,35
9	**1,50**	R$ 2.687,95	R$ 4.139,45	R$ 4.677,04	R$ 5.464,61	R$ 6.182,29
10	**1,53**	R$ 2.741,71	R$ 4.222,24	R$ 4.770,58	R$ 5.573,90	R$ 6.305,94
11	**1,56**	R$ 2.795,47	R$ 4.305,03	R$ 4.864,12	R$ 5.683,19	R$ 6.429,58
12	**1,59**	R$ 2.849,23	R$ 4.387,81	R$ 4.957,66	R$ 5.792,49	R$ 6.553,23

TABELA 2 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO - 30 HORAS SEMANAIS

Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**
		1	**1,54**	**1,74**	**2,033**
		Ensino Médio	**Graduação**	**Especialização**	**Mestrado**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.791,97	R$ 2.759,63	R$ 3.118,03	R$ 3.643,07
2	**1,04**	R$ 1.863,65	R$ 2.870,02	R$ 3.242,75	R$ 3.788,80
3	**1,09**	R$ 1.953,25	R$ 3.008,00	R$ 3.398,65	R$ 3.970,95
4	**1,14**	R$ 2.042,84	R$ 3.145,98	R$ 3.554,55	R$ 4.153,10
5	**1,19**	R$ 2.132,44	R$ 3.283,96	R$ 3.710,45	R$ 4.335,26
6	**1,25**	R$ 2.239,96	R$ 3.449,54	R$ 3.897,53	R$ 4.553,84
7	**1,32**	R$ 2.365,40	R$ 3.642,71	R$ 4.115,79	R$ 4.808,86
8	**1,41**	R$ 2.526,68	R$ 3.891,08	R$ 4.396,42	R$ 5.136,73
9	**1,50**	R$ 2.687,95	R$ 4.139,45	R$ 4.677,04	R$ 5.464,61
10	**1,53**	R$ 2.741,71	R$ 4.222,24	R$ 4.770,58	R$ 5.573,90
11	**1,56**	R$ 2.795,47	R$ 4.305,03	R$ 4.864,12	R$ 5.683,19
12	**1,59**	R$ 2.849,23	R$ 4.387,81	R$ 4.957,66	R$ 5.792,49

TABELA 3 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO - 30 HORAS SEMANAIS

Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**
		1	**1,54**	**1,74**	**2,033**
		Ensino Médio	**Graduação**	**Especialização**	**Mestrado**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.523,21	R$ 2.345,74	R$ 2.650,39	R$ 3.096,69
2	**1,04**	R$ 1.584,14	R$ 2.439,57	R$ 2.756,40	R$ 3.220,55
3	**1,09**	R$ 1.660,30	R$ 2.556,86	R$ 2.888,92	R$ 3.375,39
4	**1,14**	R$ 1.736,46	R$ 2.674,15	R$ 3.021,44	R$ 3.530,22
5	**1,19**	R$ 1.812,62	R$ 2.791,44	R$ 3.153,96	R$ 3.685,06
6	**1,25**	R$ 1.904,01	R$ 2.932,18	R$ 3.312,98	R$ 3.870,86
7	**1,32**	R$ 2.010,64	R$ 3.096,38	R$ 3.498,51	R$ 4.087,63
8	**1,41**	R$ 2.147,73	R$ 3.307,50	R$ 3.737,04	R$ 4.366,33
9	**1,50**	R$ 2.284,82	R$ 3.518,62	R$ 3.975,58	R$ 4.645,03
10	**1,53**	R$ 2.330,51	R$ 3.588,99	R$ 4.055,09	R$ 4.737,93
11	**1,56**	R$ 2.376,21	R$ 3.659,36	R$ 4.134,60	R$ 4.830,83
12	**1,59**	R$ 2.421,90	R$ 3.729,73	R$ 4.214,11	R$ 4.923,73

TABELA 4 - APOIO ADMINISTRATIVO PROFISSIONALIZADO

Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**
		1	**1,15**	**1,50**
		Ens. Fund.	**Ens. Médio**	**Ens. Superior**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.523,21	R$ 1.751,69	R$ 2.284,82
2	**1,04**	R$ 1.584,14	R$ 1.821,76	R$ 2.376,21
3	**1,09**	R$ 1.660,30	R$ 1.909,34	R$ 2.490,45
4	**1,14**	R$ 1.736,46	R$ 1.996,93	R$ 2.604,69
5	**1,19**	R$ 1.812,62	R$ 2.084,51	R$ 2.718,93
6	**1,25**	R$ 1.904,01	R$ 2.189,61	R$ 2.856,02
7	**1,32**	R$ 2.010,64	R$ 2.312,23	R$ 3.015,96
8	**1,41**	R$ 2.147,73	R$ 2.469,89	R$ 3.221,59
9	**1,50**	R$ 2.284,82	R$ 2.627,54	R$ 3.427,22
10	**1,53**	R$ 2.330,51	R$ 2.680,09	R$ 3.495,77
11	**1,56**	R$ 2.376,21	R$ 2.732,64	R$ 3.564,31
12	**1,59**	R$ 2.421,90	R$ 2.785,19	R$ 3.632,86

TABELA 5 - APOIO ADMINISTRATIVO NÃO PROFISSIONALIZADO

Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**
		1	**1,15**	**1,50**
		Ens. Fund.	**Ens. Médio**	**Graduação**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 1.294,74	R$ 1.488,95	R$ 1.942,10
2	**1,04**	R$ 1.346,53	R$ 1.548,50	R$ 2.019,79
3	**1,09**	R$ 1.411,26	R$ 1.622,95	R$ 2.116,89
4	**1,14**	R$ 1.476,00	R$ 1.697,40	R$ 2.214,00
5	**1,19**	R$ 1.540,74	R$ 1.771,85	R$ 2.311,10
6	**1,25**	R$ 1.618,42	R$ 1.861,18	R$ 2.427,63
7	**1,32**	R$ 1.709,05	R$ 1.965,41	R$ 2.563,58
8	**1,41**	R$ 1.825,58	R$ 2.099,41	R$ 2.738,37
9	**1,50**	R$ 1.942,10	R$ 2.233,42	R$ 2.913,16

10	**1,53**	R$ 1.980,95	R$ 2.278,09	R$ 2.971,42
11	**1,56**	R$ 2.019,79	R$ 2.322,76	R$ 3.029,68
12	**1,59**	R$ 2.058,63	R$ 2.367,42	R$ 3.087,94

RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 068/GP/2018

ATO Nº 068/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Exonerar a pedido, o Sr. **LUCAS SANTOS DE SOUZA,** do cargo em Comissão de Núcleo de Limpeza Urbana e Rural, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, nomeado pelo Ato nº 059/GP/2018, a partir de 04 de junho de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", Santo Antonio de Leverger-MT, 04 de junho de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 071/GP/2018

ATO Nº 071/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Exonerar a Sra. **DELIA BENEDITA RIBEIRO**, do cargo em Comissão de Coordenadora de Laboratório, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, nomeada pelo Ato nº 021/GP/2017, com efeito retroativo a partir de 04 de junho de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", Santo Antônio de Leverger-MT, 18 de junho de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
LEI 1.249/GP/2018

LEI 1.249/GP/2018

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROJETO EDUCAÇÃO NÃO TEM IDADE EJA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Santo Antônio de Leverger - MT, **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Projeto Educação Não tem Idade – **EJA**, nos termos do anexo Único desta Lei.

Art. 2º São diretrizes do Projeto Educação Não Tem Idade **(EJA):**

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional e diversidade;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país.

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (das) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Marechal Rondon, Santo Antônio de Leverger, em 28 Junho de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 074/GP/2018

ATO Nº 074/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Nomear a Sra. **DAFFINNY MARIANE RIBEIRO DE SOUZA**, para exercer o cargo em Comissão de Núcleo de Projetos e Atividades, lotando-a na Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social, a partir de 20 de junho de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", Santo Antônio de Leverger-MT, 20 de junho de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 073/GP/2018

ATO Nº 073/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear a Sra. **JEANNE LIMA DO NASCIMENTO**, para exercer o cargo em Comissão de Coordenadora de Recursos Humanos, lotando-a na Secretaria Municipal de Recursos Humanos, com efeito retroativo a partir de 05 de junho de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 19 de junho de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 079/GP/2018

ATO Nº 079/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear o Sr. **PEDRO GUALBERTO RIBEIRO FILHO**, para exercer o cargo em Comissão de Secretário Municipal de Educação, Esporte e Lazer, lotando-o na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, a partir de 29 de junho de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 29 de junho de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 070/GP/2018

ATO Nº 070/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Processo nº 1167/2018;

RESOLVE:

Exonerar a pedido, o Sr. **MOISES PIRES DE MIRANDA**, efetivo no cargo de Motorista I, readaptado no cargo de Recepcionista, pela Portaria nº 038/GP/2017, lotado na Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social, nomeado pelo Ato nº 020/GP/99, matricula nº 280, a partir de 05 de junho de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 18 de junho de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 032/GP/2018

DECRETO Nº 032/GP/2018

“ALTERA O DECRETO Nº 017 DE 2018 QUE REGULAMENTA O ARTIGO 219 DA LEI MUNICIPAL Nº 433/90, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1990, CRIA A GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À PRODUTIVIDADE – GIP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LEVERGER, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1° - Fica alterado o *caput* do artigo 1º do referido diploma, nos termos a seguir:

“Art. 1º O adicional de produtividade criado na lei 433/1990, a ser pago em efetivo exercício aos fiscais de posturas, será concedido obedecendo ao critério de atribuição de pontos fixados através deste decreto, com vista a incentivar e aprimorar as atividades de fiscalização para o cumprimento do Código de Postura, no que se refere à higiene e bem estar da comunidade, aos costumes, segurança e ordem pública e ao funcionamento regular dos estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e demais posturas municipais.

(...)”

Art. 2º - Altera o Anexo III da Tabela de Atribuições de Pontos, conforme anexo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da sua data de publicação.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, em Santo Antonio de Leverger, 25 de junho de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

ANEXO III – TABELA DE ATRIBUIÇÕES DE PONTOS

CODIGO	AÇÕES EXTERNAS E INTERNAS	Pontos	LEI 433/90
01	Notificação de limpeza de terrenos baldios, com efetiva limpeza	60	
02	Notificação para retificação de passeios	30	
03	Notificação para irregularidades de publicidade	30	
04	Termo de notificação de posturas e normas urbanísticas	60	
05	Fiscalização por excesso de ruídos com notificação	30	
06	Fiscalização por excesso de ruídos sem notificação	25	
07	Fiscalização de taxi (inclusive moto taxi)	40	
08	Fiscalização de obras de drenagem pluvial (por obra)	40	
09	Auto de infração por construção irregular em via e logradouro público	60	
10	Auto de infração por corte de asfalto sem autorização	60	
11	Autorização de corte de asfalto com cobrança de taxa	30	
12	Auto de infração por manutenção de entulho em via e passeio publico	60	
13	Auto de infração por poda de arvore sem autorização	60	
14	Autorização para poda de arvores com cobrança de taxa	30	
15	Auto de infração por obstrução de via publica	60	
16	Auto de infração por manutenção de materiais de construção em via e passeio publico	60	
17	Auto de infração por despejo de resíduos e águas servidas em via publico	60	
18	Auto de infração por funcionamento irregular de estabelecimento comercial	60	
19	Autorização para funcionamento de estabelecimento comercial	60	
20	Autorização para interdição de via publica	40	
21	Autorização para festejos públicos	40	
22	Autorização para funcionamento de parque e circos	60	
23	Notificação por despejo de esgoto irregular	60	
24	Notificação por despejo irregular de lixo e entulhos	60	
25	Autorização para funcionamento de barracas durante festas publicas	30	
26	Notificação para construção de muros	60	
27	Notificação para calçamento de passeios	60	
28	Vistorias em casas de diversões publicas	60	
29	Plantão fiscal	60	
30	Recolhimento de materiais e entulho mediante taxa	60	
31	Autorização de funcionamento de barracas e afins	60	
32	Autorização para publicidade em vias, logradouros e terrenos mediante taxa	60	

33	Outras notificações	60	

RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 072/GP/2018

ATO Nº 072/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Exonerar a Sra. **JEANNE LIMA DO NASCIMENTO**, do cargo em Comissão de Chefe de Núcleo, lotada na Secretaria Municipal de Recursos Humanos, nomeada pelo Ato nº 057/GP/2018, com efeito retroativo a partir de 04 de junho de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", Santo Antonio de Leverger-MT, 18 de junho de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 076/GP/2018

ATO Nº 076/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Exonerar o Sr. **EDGARD GONÇALVES NETO**, do cargo em Comissão de Supervisor de Receita e Conciliação Bancária, nomeado pelo Ato 57/GP/2017, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", Santo Antônio de Leverger-MT, 27 de Junho de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PP 011-2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 042/2018-**PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2018 –SRP-**AVISO DE LICITAÇÃO-A Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leverger - MT, através da sua Pregoeira Oficial, torna público aos interessados, que fará licitação na modalidade Pregão Presencial, objetivando o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E/OU EVENTUAL PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRAULICO , PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER-MT, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS. A sessão será realizada às 08h00min do dia 13 de julho de 2018, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal.O referido Edital encontra-se disponível na íntegra no Setor de Licitações. Os interessados poderão retirar gratuitamente no site da prefeitura municipal, através do endereço www.*leverger.mt.gov.br*, ou solicitar ao Setor de Licitações pelo e-mail *licitacao@leverger.mt.gov.br.*Santo Antonio do Leverger – MT,28 de junho de 2018. Lidiane Batista de Rezende Pregoeira Portaria 008/GP/2017

RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 069/GP/2018

ATO Nº 069/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Exonerar a Sra.**PAMELA DE PAULA MARQUES**, do cargo em Comissão de Núcleo Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social, nomeada pelo Ato nº 031/GP/2018, a partir de 18 de junho de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", Santo Antonio de Leverger-MT, 18 de junho de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
LEI 1.247/GP/2018

LEI 1.247/GP/2018

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO-PROGRAMA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso**, Valdir Pereira de Castro Filho** faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar no valor de R$ 740.000,00 (Setecentos e Quarenta Mil Reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

0018 - FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL

0001 - FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL

0009 - PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

0272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0016 - GESTÃO DA PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0150 - RECURSO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2011 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O RPPS

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA..... R$ 80.000,00

2012 - ENCARGOS E BENEFICIOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS

3.1.90.01.00.00 – APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS..... R$ 600.000,00

3.1.90.03.00.00 – PENSÕES..... .....R$ 600.000,00

TOTAL .....R$ 740.000,00

Art. 2º. A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta lei, se dará por anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

0018 – FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL 0001 – FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL

0009 – PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0016 – GESTÃO DA PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2011 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O RPPS

3.3.93.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

.R$ 190.000,00

0099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA LEGAL DO RPPS

0997 - RESERVA DO RPPS

9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

9997 - RESERVA LEGAL DO RPPS

9.9.99.99.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA..... R$ 550.000,00

TOTAL..... R$ 740.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Marechal Rondon, Santo Antônio de Leverger, em 28 de Junho de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 075/GP/2018

ATO Nº 075/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Exonerar o Sr. **EDUARDO BELMIRO DA SILVA JUNIOR**, do cargo em Comissão de Secretário Municipal de Turismo e Cultura, nomeado pelo Ato 004/GP/2018, lotado na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 27 de junho de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATO Nº. 023/2018

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **ALECIO TAFAREL JUNIOR,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **1895614-9 SESP/MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **058.566.601-61** e residente a Rua Salgado Filho, N°104, Bairro: Centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 678/2018 de 25 de Janeiro de 2018, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO,** mediante a remuneração de R$ **1.068,66 (Hum mil e sessenta e oito reais e sessenta seis centavos),** com início em **05/04/2018** e término em **30/06/2018**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a consequente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 678/2018, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 02 (dois) meses e 25 (vinte e cinco) dias a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão a contas da Dotação Orçamentária: **04.122.5004.2011.0000.3.1.90. 04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos 05 dias do mês de Abril de 2018.

ALECIO TAFAREL JUNIOR

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

RG:

Assinatura:_____

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 009/2018

Por este instrumento particular, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, na Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, por seu representante legal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1332078-5 SSP/MT e CPF sob o nº 326.034.369.53, a seguir denominado CONTRATANTE,**ELIETE APARECIDA GOMES SOARES,** portador (a) da cédula de identidade RG sob n°. **1497133-0 SSP/MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **971.822.141-72** e residente a Rua A, N° 09, Bairro: Clarindo Antonio Roques, na cidade de Novo São Joaquim - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), acordam.

1. A CONTRATANTE e O (A) CONTRATADO (A), em 19/05/2017 firmaram o contrato Nº. 077/2017, pelo qual a primeira confiou ao segundo serviços de**TECNICO EM ENFERMAGEM,** como previsto na cláusula 1ª do Contrato por Tempo Determinado Nº 077/2017.

2. O (A) CONTRATADO (A), por força do instrumento ora distratado, vêm executando seus serviços até 30/03/2018.

3. Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos nos itens anteriores, a CONTRATANTE obrigou-se a pagar ao CONTRATADO (A) a quantia de **R$ 1.902,76 (hum mil novecentos e dois reais e setenta e seis centavos).**

4. O (A) CONTRATANTE, por razões próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato até então vigente, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADO (A) a quantia de R$ **6.269,85 (seis mil duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos).**

5. O (A) CONTRATADO (A) outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

6. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

7. As partes elegem o Foro da Comarca em Primavera do Leste para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Santo Antônio do Leste – MT, 30/03/2018.

_____

ELIETE APARECIDA GOMES SOARES

SERVIDOR (A)

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO 024/2018 TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE Nº. 023/2018

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADO: ALECIO TAFAREL JUNIOR, portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **1895614-9 SESP/MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **058.566.601-61** e residente a Rua Salgado Filho, N°104, Bairro: Centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato n°. **023/2018** sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo de Contrato de **Nº 023/2018**, original à **CLÁUSULA PRIMEIRA**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA PRIMEIRA do Contrato de **Nº 023/2018**, o prazo de 05 (cinco) meses e (21) vinte e um dias , VENCENDO EM **21/ 12/2018**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no con-

trato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADO, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 27 de junho de 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

ALECIO TAFAREL JUNIOR

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
RETIFICADO O TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 08/2018

Fica retificado o Termo de Ratificação de Dispensa de licitação publicado no dia 28 de Junho de 2018, quinta-feira, no Diário Oficial de Contas – Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – ANO 7, N° 1388, página 150, 2ª coluna, 2º aviso, no teor abaixo:

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 008/2018.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SHOW PARA A REALIZAÇÃO DA 30ª EDIÇÃO DO EVENTO TEMPORADA DE PRAIA – 2018, NO MUNICÍPIO DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA-MT, NA PRAIA DO MORRO, ATRAVÉS DE RECURSOS PRÓPRIO. ARTISTA: EDUARDO COSTA, NO DIA 13 DE JULHO DE 2018. FAVORECIDA**: **EC 13 PRODUÇÕES LTDA EPP/CNPJ Nº 07.694.286/0001-00. VALOR GLOBAL**: R$220.000,00(duzentos e vinte mil reais). **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: artigo 25, III da lei n.º 8.666/93 e suas atualizações. **JUSTIFICATIVA**: anexa ao processo de inexigibilidade de licitação nº 008/2018. Ratifico a inexigibilidade de licitação em consonância com a justificativa apresentada de acordo com o parecer constante dos autos do processo de Inexigibilidade n° 008/2018, nos termos do artigo 26 da lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

São Félix do Araguaia-MT, 25 de junho de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
EXTRATO DOS CONTRATOS Nº 0061, 63, 64, 65/2018

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0061/2018

PROCESSO Nº 045/2018

INEXIGIBILIDADE Nº 008/2018

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SHOW PARA A REALIZAÇÃO DA 30ª EDIÇÃO DO EVENTO TEMPORADA DE PRAIA – 2018, NO MUNICÍPIO DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA-MT, NA PRAIA DO MORRO, ATRAVÉS DE RECURSOS PRÓPRIO. ARTISTA: EDUARDO COSTA, NO DIA 13 DE JULHO DE 2018, com duração de 01h40min (uma hora e quarenta minutos de show).**Firmado em 25 de junho de 2018. **FAVORECIDA**: **EC 13 PRODUÇÕES LTDA EPP/CNPJ Nº 07.694.286/0001-00. PRAZO DE EXECUÇÃO**: 30(trinta) dias. **VIGÊNCIA**: 30(trinta) dias. **VALOR GLOBAL:** R$220.000,00 (duzentos e vinte mil reais). **FUNDAMENTO LEGAL**: Artigo 25, III da LEI Nº 8.666/1993.

São Félix do Araguaia - MT, 25 de junho de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0063/2018

PROCESSO Nº 046/2018

INEXIGIBILIDADE Nº 009/2018

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SHOW PARA A REALIZAÇÃO DA 30ª EDIÇÃO DO EVENTO TEMPORADA DE PRAIA – 2018, NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, NA PRAIA DO MORRO, ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA – SEC, E CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO. ARTISTA: THIAGO JHONATHAN, DIA 21 DE JULHO DE 2018, COM DURAÇÃO DE 02h00-min (DUAS HORAS DE SHOW).**Firmado em 28 de junho de 2018. **FAVORECIDA**: **GARRA ENTRETENIMENTOS LTDA/CNPJ Nº 19.200.116/0001-00. PRAZO DE EXECUÇÃO**: 12 (dose) meses. **VIGÊNCIA**: 12 (dose) meses. **VALOR GLOBAL:** R$60.000,00 (sessenta mil reais). **FUNDAMENTO LEGAL**: Artigo 25, III da LEI Nº 8.666/1993.

São Félix do Araguaia - MT, 28 de junho de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0064/2018

PROCESSO Nº 047/2018

INEXIGIBILIDADE Nº 010/2018

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SHOW PARA A REALIZAÇÃO DA 30ª EDIÇÃO DO EVENTO TEMPORADA DE PRAIA – 2018, NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, NA PRAIA DO MORRO, ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA – SEC, E CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO. ARTISTAS: LUÍZA E MAURÍLIO, DIA 27 DE JULHO DE 2018, COM DURAÇÃO DE 01h30-min (UMA HORA E TRINTA MINUTOS DE SHOW).**Firmado em 28 de junho de 2018. **FAVORECIDA**: **TO BEM PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA/CNPJ nº 29.810.693/0001-60. PRAZO DE EXECUÇÃO**: 12 (dose) meses. **VIGÊNCIA**: 12 (dose) meses. **VALOR GLOBAL:** R$40.000,00 (quarenta mil reais). **FUNDAMENTO LEGAL**: Artigo 25, III da LEI Nº 8.666/1993.

São Félix do Araguaia - MT, 28 de junho de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0065/2018

PROCESSO Nº 048/2018

INEXIGIBILIDADE Nº 011/2018

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SHOW PARA A REALIZAÇÃO DA 30ª EDIÇÃO DO EVENTO TEMPORADA DE PRAIA – 2018, NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, NA PRAIA DO MORRO, ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA – SEC, E CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO. ARTISTA: KOIOTY LUXÚRIA, DIA 07 DE JULHO DE 2018, COM DURAÇÃO DE 02:00h (DU-**

AS HORAS DE SHOW). Firmado em 28 de junho de 2018. **FAVORECIDA**: **M.S. CLÁUDIO – ME, inscrita no CNPJ n.º 11.455.181/0001-67. PRAZO DE EXECUÇÃO**: 12 (dose) meses. **VIGÊNCIA**: 12 (dose) meses. **VALOR GLOBAL:** R$70.000,00 (setenta mil reais). **FUNDAMENTO LEGAL**: Artigo 25, III da LEI Nº 8.666/1993.

São Félix do Araguaia - MT, 28 de junho de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2018

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **3/2018**, por ordem do Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) a **Pessoa Jurídica 1ª vencedora: TUNA CONSTRUCOES RURAIS LTDA - ME, CNPJ nº 23.288.416/0001-52, no valor TOTAL DOS ITENS de R$ 34.750,00 (Trinta e Quatro Mil, e Setecentos e Cinquenta Reais.)**.

PUBLIQUE-SE

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 29 de Junho de 2018

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

MARIA IRANDI DUARTE

Presidente da Comissão de Licitação

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2018

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **3/2018**, por ordem do Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) a **Pessoa Jurídica 1ª vencedora: MATO GROSSO SUSPENSOES LTDA - ME , CNPJ nº 21.352.750/0001-00, no valor TOTAL DOS ITENS e de R$ 31.880,00 (Trinta e Um Mil, e Oitocentos e Oitenta Reais.)**.

PUBLIQUE-SE

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 29 de Junho de 2018.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO
MARIA IRANDI DUARTE
Presidente da Comissão de Licitação

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2018

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **3/2018**, por ordem do Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) a **Pessoa Jurídica 1ª vencedora: MATO GROSSO SUSPENSOES LTDA - ME , CNPJ nº 21.352.750/0001-00, no valor TOTAL DOS ITENS de R$ 18.548,00 (Dezoito Mil, e Quinhentos e Quarenta e Oito Reais.)**.

PUBLIQUE-SE

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 29 de Junho de 2018.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

MARIA IRANDI DUARTE
Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

DECRETO N° 065/2018

DECRETO N° 065/2018

SÃO JOSÉ DO XINGU-MT, 28 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE REGULAMENTAÇÃO DAS PREMIAÇÕES COM FULCRO NA LEI MUNICIPAL DE N° 420/2010.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte ***DECRETO:***

Art. 1 – Fica regulamentado a premiação conforme Lei Municipal 420/2010, relativa à ***"10ª COPA FONTOURA DE FUTEBOL SOCIETY***", realizada nos dias 07 e 08 de julho de 2018 no Distrito de Santo Antonio do Fontoura, município de São José do Xingu - MT.

A**rt. 2º -** A Secretaria Municipal de Esportes, através do Departamento Municipal de Desporto, Cultura e Lazer destinará prêmios para colocados e divulgará os respectivos trabalhos para a rede municipal.

Parágrafo único. Os prêmios referidos no *caput* consistirão em:

Futebol Society Masculino

.1°. Lugar R$ 5.000,00 (Cinco mil reais)

.2º. Lugar R$ 2.000,00 (Dois mil reais)

Futebol Society Feminino

.1º. Lugar R$ 2.000,00 (Dois mil Reais)

. 2º. Lugar R$ 1.000,00 (Mil reais)

Futebol de Futsal Mirim

.1º. Lugar R$ 2.000,00 (Dois mil Reais)

. 2º. Lugar R$ 1.000,00 (Mil reais)

Art. 3 - A premiação será realizada no dia 08 de julho de 2018, em local a serem comunicados oportunamente.

Art. 4 - Ao se inscreverem para participação do evento, os participantes autorizam automaticamente a Secretaria Municipal de Educação a utilizar, editar, publicar, reproduzir, por meio de jornais, revistas, televisão, rádio e *internet*, imagens, conteúdos e qualquer informação, sem restrição de espécie alguma.

§ 1º - No ato da Inscrição de cada equipe se define o representante legal da equipe com identificação, nome, CPF, RG e número de conta bancaria para eventual deposito da Premiação total ou parcial, conforme o caso.

Art. 5 -A participação na "***10ª COPA FONTOURA DE FUTEBOL SOCIETY***" implica a aceitação. irrestrita deste decreto.

Art. 6 - Este decreto entra em vigor na data da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de junho de 2018.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeita Municipal

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

LEI MUNICIPAL Nº 738/2018

LEI MUNICIPAL Nº 738/2018 DE 29 DE JUNHO DE 2018

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS NUNES CASTELO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGÚ, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. São estabelecidas em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, e no que couber, as disposições contidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar nº 101, de quatro de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes para a elaboração e execução dos Orçamentos do Município para o exercício de 2019, compreendendo:

I – as metas fiscais;

II – as prioridades e metas da administração municipal serão extraídas do Plano Plurianual do quadriênio de 2018/2021;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do município;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VIII – as disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS METAS FISCAIS

Art. 2º – As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2019, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº101/2000, a denominada lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, estão identificadas nos Anexos que compõe esta Lei.

Art. 3º – O Poder Executivo cumprirá com todas as determinações do art. 63 da LRF e sua demonstração e avaliação do seu cumprimento em audiência pública na forma estabelecido no art. 9º, § 4º da mesma Lei.

CAPÍTULO II DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 4º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são aquelas definidas e demonstradas no anexo I - Metas e Prioridades desta Lei (art., 165, §2º da Constituição Federal).

§ 1º – A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estará condicionada ao equilíbrio entre receitas e despesas, especificadas através do Anexo II - Metas Fiscais e do Anexo III - Riscos Fiscais, partes integrantes desta Lei.

§ 2º – Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas-financeiras estabelecidas nesta Lei e identificadas nos anexos a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 5º. A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo obedecerá às seguintes diretrizes:

I - As obras em execução terão prioridade sobre novos projetos;

II - As despesas com o pagamento da Dívida Pública e de Pessoal e Encargos Sociais terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 6º. A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I - Orçamento Fiscal;

II - Orçamento da Seguridade Social.

Art. 7º. Os orçamentos, fiscal e da seguridade social, discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminados, indicando, para cada categoria, a modalidade de aplicação:

1. Pessoal e Encargos Sociais;

2. Juros e Encargos da Dívida;

3. Outras Despesas Correntes;

4. Investimentos;

5. Inversões Financeiras;

6. Amortização da Dívida;

7. Outras Despesas de Capital.

Art. 8º. A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação dos orçamentos fiscais e da seguridade social, na qual a discriminação da despesa far-se-á de acordo com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, bem como da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

Art. 9º. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto na Constituição Estadual e contará, dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este orçamento.

Art. 10º. O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de:

I – Mensagem;

II - Texto da lei;

III - Tabelas explicativas da receita e da despesa referente aos três últimos exercícios;

§ 1º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I – Situação econômica do Município

II – Demonstrativo da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos exigíveis;

III – Exposição da receita e despesa.

§ 2º. Acompanharão o projeto de lei orçamentária, além dos definidos no parágrafo 1º deste artigo, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I - Programação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 212 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007;

II - Programação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 198, § 2º da Constituição Federal.

§ 3º. Integrarão a lei orçamentária anual, os seguintes demonstrativos:

I – Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo 1, da Lei N. 4.320/64;

II – Quadro demonstrativo da Receita e Despesas, segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo 2, da Lei N. 4.320/64;

III - Quadro demonstrativo por Programa de Trabalho, das dotações por órgãos do governo e da administração, Anexo 6, da Lei nº 4.320/64;

IV - Quadro demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, Anexo 7, da Lei nº 4.320/64;

V - Quadro demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, conforme vínculo com os recursos, Anexo 8, da Lei nº 4.320/64;

VI - Quadro demonstrativo por Órgão e Função, Anexo IX, da Lei nº 4.320/64;

VII - Quadro demonstrativo de Realização de Obras e Prestação de Serviços;

VIII – Tabela Explicativa da Evolução da Receita e Despesa, Art. 22, III, da Lei Nº 4.320/64;

IX – Quadro demonstrativo da receita por fontes e respectiva legislação;

X - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;

XI – Quadro de Detalhamento de Despesas.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS

ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art.11º. No projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2019 as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes.

Art. 12. A lei orçamentária priorizará, na estimativa da receita e na fixação da despesa, os seguintes princípios:

I – prioridade de investimentos para as áreas sociais;

II – modernização da ação governamental;

III - equilíbrio entre receitas e despesas;

IV – austeridade na gestão dos recursos públicos.

Art. 13. As receitas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação conforme determina o Art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000 e as despesas serão fixadas de acordo com as metas e prioridades da administração, compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º. Na estimativa da receita serão consideradas as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

I - atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - atualização da planta genérica de valores;

III - a expansão do número de contribuintes;

IV – as projeções do crescimento econômico.

§ 2º. As taxas pelo exercício do poder de polícia e de prestação de serviços deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º. Caso os parâmetros utilizados na estimativa das receitas sofram alterações significativas que impliquem na margem de expansão da despesa, o Anexo de Metas Fiscais será atualizado por ocasião da elaboração da proposta orçamentária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal fixadas no Anexo II, desta lei;

§ 4º. Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso;

§ 5°. A Lei Orçamentária poderá conter dispositivo que autorize a abertura de créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% do total da despesa, em obediência aos incisos V e VI do artigo 167, da Constituição Federal;

§ 6º. Na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais somente se incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento, bem como contempladas as despesas de conservação do patrimônio público;

§ 7º. Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.

§ 8º. A inclusão de dotações para o pagamento de precatórios na Lei Orçamentária de 2019 obedecerá ao disposto no art. 100 da Constituição Federal e no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

Art. 14. A proposta orçamentária do Poder Legislativo será encaminhada ao Poder Executivo até o dia 31 de julho de 2018, na forma da Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 15. A proposta orçamentária do município, para o ano de 2019, observará o que dispõe esta lei e será encaminhada pelo Poder Executiva a Câmara Municipal até 31 de outubro de 2018.

CAPITULO V

DA DISPOSIÇÃO SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 16. As operações de crédito deverão ter autorização legislativa, obedecer aos limites e procedimentos estabelecidos em resoluções do Senado Federal, não podendo ser superior ao montante das despesas de capital.

Art. 17. Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Art. 18. É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios” para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos.

Parágrafo Único. No caso das entidades sem fins lucrativos, deverá ser cumprido o disposto no art. 26, da Lei Complementar n° 101/2000 e as exigências contidas na Instrução Normativa n° 001/97-STN e alterações posteriores.

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência do Estado de Mato Grosso, nos termos do Art.62, da Lei Complementar nº 101/2000, bem como a realizar transferências voluntárias àquele ente, nos casos de relevante interesse municipal, devendo o favorecido atender ao disposto no Art. 25, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 20. O Município aplicará no mínimo, os percentuais constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como nas ações e serviços de saúde, nos termos dos arts. 198, § 2º e 212, da Constituição Federal.

Art. 21. A lei orçamentária assegurará a aplicação dos recursos reservados para PASEP, nos termos do art. 8°, III, da Lei 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Art. 22. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de modo a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º. Os custos serão apurados através dos relatórios da execução orçamentária, tomando-se por base as metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício, de modo a atender o disposto no art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº 101/2000, de modo a demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

§ 2º. Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2019 serão objeto de avaliação permanente, de modo a acom-

panhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas estabelecidas, em cumprimento ao citado art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23. A lei orçamentária conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída por valor equivalente de no mínimo 0,50 % (meio por cento) da receita corrente líquida e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais não previstos.

Art. 24. As despesas deverão ser classificadas em relevantes e irrelevantes.

Parágrafo único - Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras, combinando com a Lei municipal de atualizou os valores .dos incisos citados, em caso de aplicação de valores oriundos do Tesouro Municipal e com a Lei Estadual em casos de recursos oriundos do Tesouro Estadual.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 25. Os Poderes Legislativo e Executivo observação, na fixação das despesas de pessoal, as limitações estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, e ainda ao seguinte:

I - as despesas serão calculadas com base no quadro de servidores relativo ao mês de agosto de 2018;

II - serão incluídas dotações para treinamento, desenvolvimento, capacitação, aperfeiçoamento, reciclagem, provas e concurso, tendo em vista as disposições legais relativas à promoção e acesso;

§ 1º. Fica o Poder Executivo autorizado, mediante lei específica a promover a alteração na estrutura organizacional e de cargos e carreiras da Prefeitura Municipal, podendo para isso, extinguir ou transformar cargos, criar novos cargos e também realizar concurso público de provas e títulos, ou processo seletivo, visando ao preenchimento dos cargos e funções.

§ 2º. No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2019, fica autorizada a fixação de um índice de reajuste de vencimento dos servidores públicos, caso seja constatado excesso efetivo de arrecadação que eleve a Receita Corrente Líquida, sem prejuízo à manutenção do equilíbrio fiscal.

Art. 26 – Na execução orçamentária de 2019, caso a despesa de pessoal extrapolar noventa e cinco por cento do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal o Executivo Municipal adotará as seguintes medidas:

I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas-extras;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPÍTULO VII

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 27. Ocorrendo alterações na legislação tributária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários.

§ 1º. Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do Município, mediante abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, observada a legislação vigente;

§ 2º. Os casos de renúncia de receita a qualquer título dependerão de lei específica, devendo ser cumprido o disposto no Art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPITULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2019, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

§ 1º. O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento do bimestre, os Anexos I e II, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e demais informações, conforme determinações da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º. Até o final dos meses de maio e setembro de 2019, e de fevereiro de 2020, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Câmara Municipal.

Art. 29. O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2019, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da lei orçamentária.

§ 1º. Caso seja necessária à limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no anexo II, do art. 2º, desta Lei, esta será feita de forma proporcional ao montante necessário à preservação do resultado estabelecido.

§ 2º. O chefe do Poder Executivo, conforme o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada unidade administrativa terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 30. As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2019, poderão ser expandidas em até 05%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2018 (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 31. Na hipótese de, até 31 de dezembro de 2018, o autógrafo da Lei orçamentária para o exercício de 2019 não ser devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante do Projeto de Lei por ele elaborado, em cada mês e até o mês seguinte a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I – no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida;

II – 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 32. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 33. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM, 29 DE JUNHO DE 2018.

_____

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

TERMO ADITIVO DE CONTRATO TEMPORARIO

1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. ° 16/2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 16/2016, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL N.º 648/2016.

Considerando que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que “as servidoras públicas e empregadas gestantes, inclusive as contratadas a título precário, independentemente do regime jurídi-

co de trabalho, têm direito à licença-maternidade de cento e oitenta dias e à estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, nos termos do art. 7º, XVII da Constituição do Brasil e do art. 10, II, "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

Considerando o cumprimento do teor da Súmula n.º 244 do TST, relacionada à estabilidade da gestante;

Considerando o parecer da Assessoria jurídica do Município, o qual, juntou-se aos autos informações, relatando o Estado de gravidez da servidora conforme documentos juntados pela requerente contendo, exame de BHCG, cartão da gestante e atestado médico com gestacional de cerca de 07 (sete) semanas e 03 (três) dias com previsão do nascimento da criança para o dia 29/01/2019, com emissão assinada pelo Drº Felipe Machado Tostes e apresentação de Requerimento da servidora de Estabilidade Provisória após o término do contrato temporário a contar de 13/06/2018 até cinco meses após parto;

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o prazo de vigência constante da Cláusula Primeira do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato original, **para o dia 13/06/2018**, conforme reconhecimento de estabilidade provisória à gestante, baseada em data provável de parto, de acordo com a documentação em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em caso de interrupção da gestação, a contratada deverá encaminhar o laudo médico ao Departamento de Pessoal do Município contratante, para que seja efetuada a alteração da data fim da estabilidade concedida neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato, que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Xingu/MT, 13 de junho de 2018

_____ _____

Luiz Carlos Nunes Castelo Deuzivânia Rodrigues Cunha

Prefeito Municipal- Contratante Contratada

PORTARIA Nº. 089/2018

PORTARIA Nº. 089/2018

São Jose do Xingu, 28 de junho de 2018.

DISPÕE SOBRE A LICENÇA SAÚDE PARA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL ROSA DOS SANTOS FREITAS.

CONSIDERANDO a apresentação, por parte e iniciativa da servidora pública municipal ROSA DOS SANTOS FREITAS, matrícula funcional nº 0142, portadora do CPF nº 555.108.331-49, efetiva no cargo de PROFESSORA, de **ATESTADO MÉDICO**, firmado pelo Doutor Iron Marques Parreira CRM 2580-MT, que impossibilita a servidora acima ao exercício de suas funções laborais por 15(quinze) dias a partir de 12 de junho de 2018.

CONSIDERANDO a Legislação pertinente que preceitua o pagamento dos primeiros quinze dias de afastamento pelo empregador e a partir do 16º dia pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social);

CONSIDERANDO o agendamento da **PERÍCIA INICIAL**, por parte do INSS, para o dia **02 de julho de 2018, às 07:20h,** na sede do órgão na cidade de Confresa-MT, tendo recebido o benefício pretendido o **nº 6237313960.**

CONSIDERANDO a necessidade de se respaldar juridicamente os direitos do servidor e da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação vigente, bem como o Art. 77 do Estatuto dos Servidores, públicos municipais, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedido a LICENÇA SAÚDE para a Servidora ROSA DOS SANTOS FREITAS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, exercendo o cargo de Professora, neste município de São Jose do Xingu – MT, no período de 28 de junho de 2018 a 02 de julho de 2018.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 28 de junho de 2018.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 12º Termo Aditivo do Contrato **Nº 136/2013**, firmado em 29/06/2018; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa **CONSTRUMANA CONSTRUÇÕES LTDA; Alteração de prazo:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato até 30/12/2018.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 11º Termo Aditivo do Contrato **Nº 45/2014**, firmado em 29/06/2018; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa **RODRIGUES DOS SANTOS & ABREU SANTOS LTDA; Objeto:** Mão de obra na construção de um reservatório de água potável no Bairro Jardim Popular e construção de banheiros no Bairro Jardim Zeferino I**; Alteração de prazo:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato até 30/12/2018.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 11º Termo Aditivo do Contrato **Nº 46/2014**, firmado em 29/06/2018; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa **RODRIGUES DOS SANTOS & ABREU SANTOS LTDA; Objeto:** Construção de uma Academia de Saúde**; Alteração de prazo:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato até 30/12/2018.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 11º Termo Aditivo do Contrato **Nº 47/2014**, firmado em 29/06/2018; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa **RODRIGUES DOS SANTOS & ABREU SANTOS LTDA**; **Objeto:** Construção decalçada; **Alteração de prazo:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato até 30/12/2018.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 10º Termo Aditivo do Contrato **Nº 23/2015**, firmado em 29/06/2018; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa **RODRIGUES DOS SANTOS & ABREU SANTOS LTDA**; **Alteração de prazo:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato até 30/12/2018.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 9º Termo Aditivo do Contrato **Nº 55/2015**, firmado em 29/06/2018; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa **CONSTRUMANA CONSTRUÇÕES LTDA**; **Alteração de prazo:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato até 30/12/2018.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 8º Termo Aditivo do Contrato **Nº 57/2015**, firmado em 29/06/2018; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa **RODRIGUES DOS SANTOS & ABREU SANTOS LTDA**; **Alteração de prazo:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato até 30/12/2018.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 5º Termo Aditivo do Contrato **Nº 87/2015**, firmado em 29/06/2018; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa **N. RANZULA-ME**; **Alteração de prazo:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato até 30/12/2018.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 6º Termo Aditivo do Contrato **Nº 95/2015**, firmado em 29/06/2018; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa **CONSTRUMANA CONSTRUÇOES LTDA**; **Alteração de prazo:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato até 30/12/2018.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 21º Termo Aditivo do Contrato **Nº 63/2011**, firmado em 29/06/2018; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa **CONSTRUTORA UNIVERSO LTDA**; **Alteração de prazo:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato até 30/12/2018.

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro da PMSJQM/MT. Torna Público que com referência ao **Processo de Licitação 27/2018 na Modalidade Pregão Presencial RP 18/2018**, Objeto: **AQUISIÇÃO MOBILIÁRIO, BRINQUEDOS E EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NAS CRECHES DO MUNICIPIO''** Teve as Empresas vencedoras: **ATI COMÉRCIO DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA - EPP, CNPJ: 12.544.341/0001-07,** perfazendo um valor de **R$ 55.354,**00 (Cinquenta e Cinco Mil Trezentos e Cinquenta e Quatro Reais). **WANDA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA – EPP, CNPJ: 12.358.170/00001-22,** perfazendo um valor de **R$ 30.102,00** (Trinta Mil Cento e Dois Reais). EVANDO DE SOUZA VENTUROLLI, Pregoeiro.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Senhor **RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos-MT, no uso de suas atribuições legais **HOMOLOGA o processo de Licitação 19/2018 na Modalidade Pregão Presencial RP 15/2018**, Objeto: "**AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO''** Teve as Empresas vencedoras: **MARIA JOSÉ DOS REIS NETO-ME, CNPJ, 10.226.940/0001-57**, perfazendo um valor de **R$ 351.943,69** (Trezentos e Cinquenta e Um Mil Novecentos e Quarenta e Três Reais e Sessenta e Nove Centavos). **ARENA MIX COMÉRCIO E SERVIÇOS-EIRELI, CNPJ, 15.337.202/0001-09** perfazendo um valor de **R$ 17.457,24** (Dezessete Mil Quatrocentos e Cinquenta e Sete Reais e Vinte e Quatro Reais). **MERCADÃO DA LIMPEZA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME, CNPJ, 14.689.405/0001-93**, perfazendo um valor de **R$ 42.858,04** (Quarenta e Dois Mil Oitocentos e Cinquenta e Oito Reais e Quatro Centavos). **O valor total desta Ata é R$ 412.258,97** (Quatrocentos e Doze Mil Duzentos e Cinquenta e Oito Reais e Noventa e Sete Centavos). Para que produza todos os efeitos legais previsto no Inciso VI do Art. 43 da Lei Federal 8.666/93.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 012/2018

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL DO CONTRATO DE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 012/2018

Objeto do presente contrato: Monitora para Oficina de Pinturas e Bordados em Geral-PAIF (CRAS). O valor global é de R$ 10.732,50 (Dez mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), sendo em 09 (nove) parcelas mensais de R$ 1.192,50 (Um mil cento e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

Distratante: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT

Distratada: Katiana Souza de Aquino Balbino

São José dos Quatro Marcos – MT, 28 de junho de 2018.

Simone Paula de Arruda Floreano

Secretária Municipal de Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 007/2018.

PROCESSO N.º 023/2018.

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 007/2018.

RECONHEÇO a contratação por meio de Dispensa de Licitação, considerando a orientação exposta no Parecer do Procurador Jurídico do Município, presente aos autos do processo, que está fundamentado no artigo 24, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

PROCESSO: 023/2018.

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMISSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL PARA O CEMITÉRIO MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA - MT.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: 06 (seis) meses.

FAVORECIDO: J. M. NASCIMENTO & CIA LTDA.

CNPJ DE N.º: 09.395.072/0001-50**.**

Valor Total: R$ 17.500,00(dezessete mil e quinhentos reais).

Serra Nova Dourada - MT, em 29 de junho de 2018.

Jean Flávio dos Santos Milhomem

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria n.º 012/2017.

P.M.S.N.D.

ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

Ratifico a dispensa do certame licitatório em consonância com a JUSTIFICATIVA apresentada, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Serra Nova Dourada - MT, em 29 de junho de 2018.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR.

PREFEITO MUNICIPAL.

MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA – MT.

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 013/2018.

AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Serra nova Dourada - MT torna público aos interessados o resultado da Licitação realizada na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018, cujo objeto e a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ELETICISTA PARA A MANUTENÇÃO E REPAROS DAS EDIFICAÇÕES E VIAS PUBLICAS DO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA - MT, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.** Aberto no dia 25 de junho de 2018, às 09h00min (horário oficial de Brasília - DF), tendo como vencedores as empresas abaixo:

Valores Registrados.

CLEYTON PEREIRA DE MELO - ELETRIFICAÇÃO, inscrito no CNPJ n.º 10.414.728/0001-13.						
Item	**Código do Item (TCE-MT).**	**Descrição**	**Quant.**	**Unid.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
01	219638-7	**Serviço de eletricista para manutenção e reparos das edificações e vias publica do município de Serra Nova Dourada – MT**. Especificação do TCE-MT: **SERVICO DE PROFISSIONAL TEMPORARIO - DO TIPO ELETRICISTA.**	12	Mês.	***R$ 3. 600,00***	***R$ 43. 200,00***

Os interessados poderão obter informações referentes ao processo na sede da Prefeitura Municipal no horário das 08h00min às 12h00min e as 14h00min às 18h00min ou pelo telefone (66) 3473-1008 e também pelo e-mail – licitacao_snd@hotmail.com.

Serra Nova Dourada - MT, em 29 de junho de 2018.

Atenciosamente,

Jean Flávio dos Santos Milhomem.

Pregoeiro.

Portaria n.º 011/2017.

P.M.S.N.D.

DECRETO Nº. 028/2018 DE 29 DE JUNHO DE 2018 "DECRETA PARALISAÇÃO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

DECRETO Nº. 028/2018 DE 29 DE JUNHO DE 2018

"DECRETA PARALISAÇÃO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR, Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º-Fica decretada a paralisação nas repartições públicas municipais, no período de 02 de julho de 2018 a 31 de julho de 2018.

Parágrafo Primeiro – Os Secretários Municipais deverão definir a programação dos trabalhos de cada Secretaria, independente do definido no caput deste artigo, para que não ocorra descontinuidade dos trabalhos da administração pública municipal.

Parágrafo Segundo – Os servidores continuarão à disposição da administração, o recesso Administrativo não pode ser entendido como férias e que, neste período, poderão ser convocados para trabalhar tantos servidores quanto necessário para o fiel cumprimento das obrigações de prestação de serviços públicos de qualidade.

Art. 2º - Ficam mantidos os serviços essenciais, tais como: saúde, educação, coleta de lixo urbano e distribuição de água.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra Nova Dourada, 29 de junho de 2018.

JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITOMUNICIPAL

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 009/2018.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº 015/2018.

PREGAO PRESENCIAL Nº 010/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 009/2018.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JURIDICA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ASSESSORIOS, GENUINAS E ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA PARA OS VEICULOS DO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA - MT.

DETENTORES DA ATA:

ALMEIDA FILHO E CHAVES MARTINS LTDA - ME, inscrito no CNPJ n.º 27.331.614/0001-02;

AUTO PEÇAS REGIONAL EIRELI - ME, inscrito no CNPJ n.º 04.353.939/0001-90;

CECILIA PINTO DA SILVA EIRELI - ME, inscrito no CNPJ n.º 15.593.959/0001-55;

DIMAQ CAMPOTRAT CUIABA COMERCIAL LTDA, inscrito no CNPJ n.º 05.220.404/0001-04;

NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA - ME, inscrito no CNPJ n.º 09.619.626/0001-55;

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) Meses;

DATA DE ASSINATURA: 26/06/2018.

VALORES REGISTRADOS:

ALMEIDA FILHO E CHAVES MARTINS LTDA - ME, inscrito no CNPJ n.º 27.331.614/0001-02.				
EQUIPAMENTOS / MATERIAL PERMANENTE				
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Maior Percentual de Desconto.**

12	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ASSESSORIOS – MERCEDES BENS 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	16,5%
25	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA MECANICA - CHEVROLET - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	36%
26	AUTOMOVEI LEVES - LINHA MECANICA - CHEVROLET 2 -(BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) – Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	18,5%
27	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ELETRICA - CHEVROLET - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	36%
28	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ELETRICA - CHEVROLET 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) – Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	18,5%
29	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ASSESSORIOS - CHEVROLET - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	36%
30	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ASSESSORIOS - CHEVROLET 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) – Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	18,5%
31	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA MECANICA - FIAT - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	37%
32	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA MECANICA - FIAT 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	18,5%
33	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ELETRICA - FIAT - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	37%
34	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ELETRICA - FIAT 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	18,5%
35	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ASSESSORIO - FIAT - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	37,5%
36	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ASSESSORIOS - FIAT 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	18,5%

AUTO PEÇAS REGIONAL EIRELI - ME, inscrito no CNPJ n.º 04.353.939/0001-90.

EQUIPAMENTOS / MATERIAL PERMANENTE

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Maior Percentual de Desconto.
02	AUTOMÓVEIS PESADOS - LINHA MECÂNICA – MERCEDES BENS 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	15,2%
51	PEÇAS E ASSESSORIOS - BUDNY - PEÇAS GENUINAS. – Peças e acessórios sendo genuínas dos equipamentos rodoviários da linha "BUDNY" que compõe a frota de máquinas pesadas e tratores do Município de Serra Nova Dourada - MT, com garantia do fabricante estampada na embalagem do produto. PEÇAS GENUINAS.	%	01	5,10%
52	PEÇAS E ASSESSORIOS - BUDNY - PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LINHA. - Peças e acessórios sendo originais de 1º linha dos equipamentos rodoviários da linha "BUDNY" que compõe a frota de máquinas pesadas e tratores do Município de Serra Nova Dourada - MT, com garantia do fabricante estampada na embalagem do produto. PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LINHA.	%	01	10%

CECILIA PINTO DA SILVA EIRELI - ME, inscrito no CNPJ n.º 15.593.959/0001-55.

EQUIPAMENTOS / MATERIAL PERMANENTE

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Maior Percentual de Desconto.
01	AUTOMÓVEIS PESADOS - LINHA MECÂNICA – MARCA MERCEDES BENS - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	45%
03	AUTOMÓVEIS PESADOS - LINHA ELÉTRICA – MERCEDES BENS - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	45,2%
04	AUTOMÓVEIS PESADOS - LINHA ELÉTRICA – MERCEDES BENS 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	15,25%
05	AUTOMÓVEIS PESADOS - LINHA ASSESSÓRIOS – MERCEDES BENS - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	45%
06	AUTOMÓVEIS PESADOS - LINHA ASSESSÓRIOS – MERCEDES BENS 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	15%
07	AUTOMÓVEIS LEVES - LINHA MECÂNICA - MERCEDES BENS - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	36,5%
08	AUTOMÓVEIS LEVES - LINHA MECÂNICA - MERCEDES BENS 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) – Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	16,1%
09	AUTOMÓVEIS LEVES - LINHA ELÉTRICA - MERCEDES BENS - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	36%
10	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ELETRICA - MERCEDES BENS 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) – Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	16,1%
11	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ASSESSORIOS – MERCEDES BENS - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	36%
13	AUTOMOVEIS PESADOS - LINHA MECANICA - IVECO - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	45%
14	AUTOMOVEIS PESADOS - LINHA MECANICA - IVECO 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	15,5%
15	AUTOMOVEIS PESADOS - LINHA ELÉTRICA - IVECO - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	45%
16	AUTOMOVEIS PESADOS - LINHA ELETRICA - IVECO 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	15,5%
17	AUTOMOVEIS PESADOS - LINHA ASSESSORIOS - IVECO - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	45%
18	AUTOMOVEIS PESADOS - LINHA ASSESSORIOS - IVECO 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) – Fornecimento	%	01	15%

	de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.			
19	AUTOMOVEIS PESADOS - LINHA MECANICA - VOLKSWAGEN - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	45%
20	AUTOMOVEIS PESADOS - LINHA MECANICA - VOLKSWAGEN 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) – Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	15%
21	AUTOMOVEIS PESADOS - LINHA ELETRICA - VOLKSWAGEN - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	45%
22	AUTOMOVEIS PESADOS - LINHA ELETRICA - VOLKSWAGEN 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) – Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	15,2%
23	AUTOMOVEIS PESADOS - LINHA ASSESSORIOS - VOLKSWAGEN - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	45%
24	AUTOMOVEIS PESADOS - LINHA ASSESSORIOS - VOLKSWAGEN 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	15%
41	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA MECANICA - TOYOTA - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	35,6%
42	AOTOMOVEIS LEVES - LINHA MECANICA - TOYOTA 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	15,1%
43	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ELETRICA - TOYOTA - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	35%
44	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ELETRICA - TOYOTA 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	15,1%
45	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ASSESSORIOS - TOYOTA - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	35%
46	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ASSESSORIOS - TOYOTA 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) – Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	15,1%

DIMAQ CAMPOTRAT CUIABA COMERCIAL LTDA, inscrito no CNPJ n.º 05. 220.404/0001-04.

EQUIPAMENTOS / MATERIAL PERMANENTE

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Maior Percentual de Desconto.
48	PEÇAS E ASSESSORIOS - CATERPILLAR - PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LINHA - Peças e acessórios sendo originais de 1º linha dos equipamentos rodoviários da linha "CATERPILLAR" que compõe a frota de máquinas pesadas e tratores do Município de Serra Nova Dourada - MT, com garantia do fabricante estampada na embalagem do produto. PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LINHA.	%	01	16%
50	PEÇAS E ASSESSORIOS - FIATALLIS - PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LINHA - Peças e acessórios sendo originais de 1º linha dos equipamentos rodoviários da linha "FIATALLIS" que compõe a frota de máquinas pesadas e tratores do Município de Serra Nova Dourada - MT, com garantia do fabricante estampada na embalagem do produto. PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LINHA.	%	01	16%
54	PEÇAS E ASSESSORIOS - KOMATSU - PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LINHA. - Peças e acessórios sendo originais de 1º linha dos equipamentos rodoviários da linha "KOMATSU" que compõe a frota de máquinas pesadas e tratores do Município de Serra Nova Dourada - MT, com garantia do fabricante estampada na embalagem do produto. PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LINHA.	%	01	16%

NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA - ME, inscrito no CNPJ n.º 09.619.626/0001-55.

EQUIPAMENTOS / MATERIAL PERMANENTE

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Maior Percentual de Desconto.
37	PEÇAS E ASSESSORIOS - MASSEY FERGUSON – PEÇAS GENUÍNAS - Peças e acessórios sendo genuínas dos equipamentos rodoviários da linha "MASSEY FERGUSON" que compõe a frota de máquinas pesadas e tratores do Município de Serra Nova Dourada - MT, com garantia do fabricante estampada na embalagem do produto. PEÇAS GENUÍNAS.	%	01	11,5%
38	PEÇAS E ASSESSORIOS - MASSEY FERGUSON – PEÇAS ORIGINAIS DE 1 - Peças e acessórios sendo originais de 1º linha dos equipamentos rodoviários da linha "MASSEY FERGUSON" que compõe a frota de máquinas pesadas e tratores do Município de Serra Nova Dourada - MT, com garantia do fabricante estampada na embalagem do produto. PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LINHA.	%	01	16%
39	PEÇAS E ASSESSORIOS - CASE - PEÇAS GENUÍNAS - Peças e acessórios sendo genuínas dos equipamentos rodoviários da linha "CASE" que compõe a frota de máquinas pesadas e tratores do Município de Serra Nova Dourada - MT, com garantia do fabricante estampada na embalagem do produto. PEÇAS GENUÍNAS.	%	01	11%
40	PEÇAS E ASSESSORIOS - CASE - PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LINHA - Peças e acessórios sendo originais de 1º linha dos equipamentos rodoviários da linha "CASE" que compõe a frota de máquinas pesadas e tratores do Município de Serra Nova Dourada - MT, com garantia do fabricante estampada na embalagem do produto. PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LINHA.	%	01	16,1%
47	PEÇAS E ASSESSORIOS - CATERPILLAR - PEÇAS GENUÍNAS - Peças e acessórios sendo genuínas dos equipamentos rodoviários da linha "CATERPILLAR" que compõe a frota de máquinas pesadas e tratores do Município de Serra Nova Dourada - MT, com garantia do fabricante estampada na embalagem do produto. PEÇAS GENUÍNAS.	%	01	11%
49	PEÇAS E ASSESSORIOS - FIATALLIS - PEÇAS GENUÍNAS - Peças e acessórios sendo genuínas dos equipamentos rodoviários da linha "FIATALLIS" que compõe a frota de máquinas pesadas e tratores do Município de Serra Nova Dourada - MT, com garantia do fabricante estampada na embalagem do produto. PEÇAS GENUÍNAS.	%	01	11%
53	PEÇAS E ASSESSORIOS - KOMATSU - PEÇAS GENUÍNAS. - Peças e acessórios sendo genuínas dos equipamentos rodoviários da linha "KOMATSU" que compõe a frota de máquinas pesadas e tratores do Município de Serra Nova Dourada - MT, com garantia do fabricante estampada na embalagem do produto. PEÇAS GENUÍNAS.	%	01	11%

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2000 e Lei nº 8.666/93 e alterações, Decreto 7.892/13.

Serra Nova Dourada - MT, em 29 de junho de 2018.

Jean Flávio dos Santos Milhomem.

Pregoeiro.

Portaria n.º 011/2017.

P.M.S.N.D.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 010/2018.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº 017/2018.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2018.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS DE AR, ÓLEOS LUBRIFICANTES, FITÃO, BATERIAS, GRAXAS PARA OS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DO MUNICÍPIO DE SERRA NOVA DOURADA - MT.

DETENTORES DA ATA:

VERA CELITA PALUDO - ME, inscrito no CNPJ n.º 04.905.357/0001-70;

ALMEIDA FILHO E CHAVES MARTINS LTDA - ME, inscrito no CNPJ n.º 27.331.614/0001-02;

HEBBERTH MOREIRA DA SILVA EIRELI – EPP, inscrito no CNPJ n.º 17.621.040/0001-53;

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) Meses;

DATA DE ASSINATURA: 11/05/2018.

VALORES REGISTRADOS:

VERA CELITA PALUDO - ME, inscrito no CNPJ n.º 04.905.357/0001-70.						
Item	**Código do Item (TCE-MT).**	**Descrição**	**Quant.**	**Unid.**	**Valor Unit.**	**Valor Total.**
01	234850-0	Pneu 225/75 R16.	24	Unid.	R$ 477,00	***R$ 11.448,00***
03	108286-8	Pneu 175/70 R13.	32	Unid.	R$ 161,00	***R$ 5.152,00***
04	108288-4	Pneu 175/70 R14.	32	Unid.	R$ 225,00	***R$ 7.200,00***
05	109713-0	Pneu 215/65 R16.	12	Unid.	R$ 346,00	***R$ 4.152,00***
08	158060-4	Câmara de ar 900/20.	70	Unid.	R$ 70,00	***R$ 4.900,00***
10	193457-0	Câmara de ar Aro 16, Borracha.	70	Unid.	R$ 37,50	***R$ 2.625,00***
12	109921-3	Pneu 205/75 R16.	50	Unid.	R$ 401,00	***R$ 20.050,00***
14	381828-4	Pneu 245/70 R16.	50	Unid.	R$ 445,00	***R$ 22.250,00***
15	0001827	Pneu 265/65 R17.	50	Unid.	R$ 497,00	***R$ 24.850,00***
16	244763-0	Pneu 31 x 10,5 R15 L109.	50	Unid.	R$ 493,00	***R$ 24.650,00***
19	111918-4	Pneu 10.5/80 – 18.	20	Unid.	R$ 702,00	***R$ 14.040,00***
20	158062-0	Pneu 1000-20 CT65.	20	Unid.	R$ 1.209,00	***R$ 24.180,00***
21	0002515	Pneu 1100-22 TG85.	20	Unid.	R$ 1.338,00	***R$ 26.760,00***
23	0001880	Pneu 17.5–25 12L.	20	Unid.	R$ 3.133,00	***R$ 62.660,00***
24	236874-9	Pneu 185/70 R14.	20	Unid.	R$ 244,50	***R$ 4.890,00***
25	173132-7	Pneu 205/65 R15.	20	Unid.	R$ 304,00	***R$ 6.080,00***
27	110038-6	Pneu 275/80 R22,5 FD.	20	Unid.	R$ 1.179,00	***R$ 23.580,00***
28	110037-8	Pneu 275/80 R22,5 FG.	20	Unid.	R$ 1.249,00	***R$ 24.980,00***
29	186140-9	Pneu 700-16 10L.	50	Unid.	R$ 408,00	***R$ 20.400,00***
30	148049-9	Pneu 750-16 10L.	50	Unid.	R$ 475,00	***R$ 23.750,00***
33	325930-7	Pneu 1300-24 12L.	20	Unid.	R$ 1.970,00	***R$ 39.400,00***
34	111661-4	Pneu 18.4-30TT.	10	Unid.	R$ 2.343,00	***R$ 23.430,00***
35	272501-0	Pneu 265/75 R16 AT.	20	Unid.	R$ 594,00	***R$ 11.880,00***
36	151600-0	Pneu 14.00-24.	10	Unid.	R$ 1.861,00	***R$ 18.610,00***
37	0001880	Pneu 17.5-25 16L.	10	Unid.	R$ 3.369,00	***R$ 33.690,00***
41	190716-6	Acumulador Elétrico (Bateria) 150AH.	10	Unid.	R$ 600,00	***R$ 6.000,00***
43	375464-2	Balde de Óleo 15W40 – 20 Litros.	200	Unid.	R$ 239,50	***R$ 47.900,00***
44	154877-8	Balde de Óleo WBF 100/TDH 433.	20	Unid.	R$ 313,00	***R$ 6.260,00***
48	17220-0	Shampoo automotivo – 05 Litros.	20	Unid.	R$ 15,00	***R$ 300,00***
49	113996-7	Silicone Alta temperatura, tubo preto – 50g.	50	Unid.	R$ 16,90	***R$ 845,00***
50	186161-1	Acumulador Elétrico (Bateria) 45AH.	10	Unid.	R$ 259,00	***R$ 2.590,00***
51	286960-8	Acumulador Elétrico (Bateria) 60AH.	10	Unid.	R$ 284,00	***R$ 2.840,00***
55	194409-6	Balde de Óleo 40R2 – 20 Litros.	20	Unid.	R$ 156,00	***R$ 3.120,00***
57	438141-6	Desengraxante (tipo Solupan) – 05 Litros.	20	Unid.	R$ 33,00	***R$ 660,00***
58	228700-5	Fardo de Estopa Colorida – 25 Kg.	10	Unid.	R$ 102,00	***R$ 1.020,00***
59	228700-5	Fardo de Estopa de pano costurado – 25 Kg.	10	Unid.	R$ 234,00	***R$ 2.340,00***
61	174410-0	Graxa para Chassis CA2 – 20 Kg.	50	Unid.	R$ 184,50	***R$ 9.225,00***
65	196501-8	Super Ativado SL-200 – 05 Litros.	20	Unid.	R$ 17,00	***R$ 340,00***
TOTAL					***R$ 569.047,00***	

ALMEIDA FILHO E CHAVES MARTINS LTDA - ME, inscrito no CNPJ n.º 27.331.614/0001-02.						
Item	**Código do Item (TCE-MT).**	**Descrição**	**Quant.**	**Unid.**	**Valor Unit.**	**Valor Total.**
42	267895-0	Acumulador Elétrico (Bateria) 100AH.	10	Unid.	R$ 457,00	***R$ 4.570,00***
45	0005242	Balde de Óleo EP 140 – 20 Litros.	20	Unid.	R$ 233,00	***R$ 4.660,00***
46	200174-8	Balde de Óleo Hidráulico HD 68 – 20 Litros.	150	Unid.	R$ 146,00	***R$ 21.900,00***
47	375464-2	Óleo para Motor 15W40 – 01 Litro.	30	Unid.	R$ 16,50	***R$ 495,00***
52	179130-3	Acumulador Elétrico (Bateria) 70AH.	10	Unid.	R$ 369,00	***R$ 3.690,00***
53	430044-0	Acumulador Elétrico (Bateria) 80AH.	10	Unid.	R$ 473,00	***R$ 4.730,00***
54	148608-0	Balde de Óleo 10W40 R5 – 20 Litros.	20	Unid.	R$ 515,00	***R$ 10.300,00***
56	26199-8	Balde de Óleo EP 90 – 20 Litros.	20	Unid.	R$ 179,00	***R$ 3.580,00***

60	174410-0	Graxa – Balde de 20 Kg.	50	Unid.	R$ 272,00	***R$ 13.600,00***
62	0005241	Óleo Cambio 80W – 01 Litro.	30	Unid.	R$ 16,50	***R$ 495,00***
63	233809-2	Óleo de Direção Hidráulico ATF – 01 Litro.	30	Unid.	R$ 13,50	***R$ 405,00***
64	390577-2	Óleo de Motor 5W30 – 01 Litro.	30	Unid.	R$ 27,50	***R$ 825,00***
TOTAL						***R$ 69.250,00***

HEBBERTH MOREIRA DA SILVA EIRELI – EPP, inscrito no CNPJ n.º 17.621.040/0001-53.						
Item	**Código do Item (TCE-MT).**	**Descrição**	**Quant.**	**Unid.**	**Valor Unit.**	**Valor Total.**
02	120324-0	Pneu 235/75 R15.	12	Unid.	R$ 467,00	***R$ 5.604,00***
06	161-9	Câmara de ar 1000/20, Caminhão.	70	Unid.	R$ 116,00	***R$ 8.120,00***
07	148210-6	Câmara de ar 275/80 R22,5.	70	Unid.	R$ 82,00	***R$ 5.740,00***
09	193455-4	Câmara de ar 13/14.	70	Unid.	R$ 33,00	***R$ 2.310,00***
11	167027-1	Câmara de ar 750-16 L 415.	70	Unid.	R$ 52,00	***R$ 3.640,00***
13	362590-7	Pneu 235/70 R16.	50	Unid.	R$ 455,00	***R$ 22.750,00***
17	111633-9	Pneu 14.9 26TT 12L.	20	Unid.	R$ 2.355,00	***R$ 47.100,00***
18	148049-9	Pneu 750-16 10L.	20	Unid.	R$ 539,00	***R$ 10.780,00***
22	0001879	Pneu 12-16,5 TL.	20	Unid.	R$ 972,00	***R$ 19.440,00***
26	158069-8	Pneu 215/75 R17,5.	20	Unid.	R$ 603,70	***R$ 12.074,00***
31	165731-3	Pneu 900-20 14L.	20	Unid.	R$ 1.120,00	***R$ 22.400,00***
32	111664-9	Pneu 18.4–34 10L.	20	Unid.	R$ 3.224,50	***R$ 64.490,00***
38	360806-9	Protetor Fitão Aro 20.	70	Unid.	R$ 32,00	***R$ 2.240,00***
39	0002927	Protetor Fitão Aro 22.	50	Unid.	R$ 38,00	***R$ 1.900,00***
40	0010168	Protetor Fitão Aro 16.	70	Unid.	R$ 22,00	***R$ 1.540,00***
TOTAL						***R$ 230.128,00***

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2000 e Lei nº 8.666/93 e alterações, Decreto 7.892/13.

Serra Nova Dourada - MT, em 28 de junho de 2018.

Jean Flávio dos Santos Milhomem.

Pregoeiro.

Portaria n.º 011/2017.

P.M.S.N.D.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR 079/2018 - P.S.003/2017

EDITAL COMPLEMENTAR 079/2018

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, **Prof. Fábio Martins Junqueira**

, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no **Processo Seletivo nº 003/2017,** destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Administração.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada a Avenida Brasil nº 2351-N Jardim Europa, conforme abaixo relacionados:

Cargo.:		**879 -ENTREVISTADOR SOCIAL**						
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Acertos**	**Prova Objetiva**	**Prova de Títulos**	**Total**	**Resultado**
6	4625	ANNE KAROLINE SILVA DUARTE	19/09/1996	16	48	4,15	52,15	Classificado
7	5167	PAULO CESAR SAVIOLI VENDRAMIM	25/04/1983	17	51	0,50	51,50	Classificado

Cargo.:		**770 -ORIENTADOR SOCIAL - SEC. ASSISTENCIA SOCIAL**						
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Acertos**	**Prova Objetiva**	**Prova de Títulos**	**Total**	**Resultado**
7	4350	PAULO ROBERTO DE JESUS SANTOS	18/04/1975	18	54	0,00	54,00	Classificado

Cargo.:		**732 -PSICOLOGO-ASSISTENCIA SOCIAL**						
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Acertos**	**Prova Objetiva**	**Prova de Títulos**	**Total**	**Resultado**
1	2781	CAIO FERNANDO FERNANDES FELISBERTO	16/11/1995	25	75	0,00	75,00	Classificado
2	4684	ÉRICA LOPES DE BARROS	13/01/1984	23	69	0,00	69,00	Classificado

2. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2351-N no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra - MT, nos dias **02/07/2018 das 13h00 às 17h00**, **03/07/2018 das 08:00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00 e no** dia **04/07/2018** das 0**8:00 às 11**h00 munidos com **ORIGINAIS E CÓPIAS** os documentos abaixo relacionados:

2.1 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho, com data igual ou posterior a data de convocação;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Os candidatos para o cargo de Motorista deveram apresentar:

h.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

h.2) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

h.3) possuir curso de transporte de passageiros (Movimento Operações de Produtor Especiais – MOPE) e Transporte Escolar;

h.4) não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses.

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Comprovante de residência;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

o) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

r) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

s) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2017/Ano - Calendário 2016 ou mais recente);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

v) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 29 de junho de 2018.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Aguinaldo Garrido

Secretário Municipal de Assistência Social

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR 078/2018 - P.S.003/2017

EDITAL COMPLEMENTAR 078/2018

PROCESSO SELETIVO N.º 003/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO o presente Edital para CONVOCAR os candidatos classificados e/ou aprovados no Processo Seletivo nº 003/2017**, destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Administração.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no Departamento de Gestão de Pessoas e Processos (DGPP), situada a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados para **atribuição de local de trabalho e atribuição de horas aulas**:

1.1 – Para Atribuição: Dia 02/07/2018 às 13h30min para atribuição de local de trabalho e/ou atribuição de horas aulas para todos os cargos relacionados abaixo:

Cargo.:	660 -PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA						
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Prova de Títulos	Total	Resultado
77	1263	LEDILIAN RAMOS DE SOUZA	18/01/1991	20	60	8,00	68,00	Classificado
78	3751	BRUNA ROSSI CARVALHO DE OLIVEIRA	12/11/1992	20	60	8,00	68,00	Classificado
79	4549	PATRICIA VENTURA MIRANDA	26/02/1993	20	60	8,00	68,00	Classificado

Cargo.:	790 -AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC					
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Resultado
38	4994	CLARICE CASSIA BECKER GOMES	22/09/1982	23	77	Classificado

Cargo.:	573 -MOTORISTA-ZONA RURAL LEI 126/07						
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Prova de Prática	Total	Resultado
29	2847	GILSON DA CRUZ	02/11/1979	18	54	10,00	64,00	Classificado

2. Para entrega de documentos: Dia 02/07/2018 das 13h00 às 17h00, 03/07/2018 das 08:00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00 e no dia 04/07/2018 das 08:00 às 11h00.

2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com **ORIGINAIS E CÓPIAS** dos documentos abaixo relacionados:

2.2 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho, com data igual ou posterior a data de convocação;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Os candidatos para o cargo de Motorista deveram apresentar:

h.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

h.2) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

h.3) possuir curso de transporte de passageiros (Movimento Operações de Produtor Especiais – MOPE) e Transporte Escolar;

h.4) não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses.

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Comprovante de residência;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

o) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

r) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangarada-serra.mt.gov.br**;

s) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2017/Ano - Calendário 2016 ou mais recente);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

v) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

3. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 29 de junho de 2018

Prof. Fabio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

ADRIANO ALVES FERNANDES

Secretário Municipal de Educação e Cultura

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR 077/2018 - P.S.003/2017

EDITAL COMPLEMENTAR 077/2018

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor Prof. **FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no **Processo Seletivo nº 003/2017,** destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Administração.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Saúde, situada a Avenida Brasil nº 2351-N Jardim Europa, conforme abaixo relacionados:

Cargo.:	382 -RECEPCIONISTA - PSF					
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Resultado
10	2852	CLEIDE APARECIDA LEITE DE CASTRO	09/08/1975	26	88	Classificado
11	3302	ALINE APARECIDA REIS SANTOS	16/01/1995	26	88	Classificado

Cargo.:	701 -AUXILIAR ADMINISTRATIVO - LEI 3340/2010					
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Resultado
10	5065	AMANDA PAIXÃO DE SANTANA	06/11/1998	19	63	Classificado
11	409	ANDRESSA DE OLIVEIRA FONSECA	13/08/1999	19	63	Classificado

Cargo.:	625 -ENFERMEIRA-UMS CONTRATADA TEMPORARIA					
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Resultado
17	5403	VALÉRIA COSAC RIBEIRO	07/10/1989	25	82	Classificado
18	3791	GRACIANE CORDEIRO CORREA MEDRADO	13/06/1991	23	82	Classificado
19	170	PAMELA NEVES DE OLIVEIRA	07/11/1991	24	82	Classificado

Cargo.:	733 -TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS					
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Resultado
42	3510	ALEALDO SAMPAIO BARRETO	12/07/1980	15	52	Classificado
43	335	CLAUDINEIA SANTOS LEMES DE PASSOS	08/06/1985	15	52	Classificado
44	1107	ANA PAULA MAGALHAES	14/06/1987	16	52	Classificado

2. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2351-N no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra - MT, nos dias **02/07/2018 das 13h00 às 17h00**, **03/07/2018 das 08:00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00 e no** dia **04/07/2018** das 0**8:00 às 11**h00 munidos com **ORIGINAIS E CÓPIAS** os documentos abaixo relacionados:

2.1 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho, com data igual ou posterior a data de convocação;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Os candidatos para o cargo de Motorista deveram apresentar:

h.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

h.2) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

h.3) possuir curso de transporte de passageiros (Movimento Operações de Produtor Especiais – MOPE) e Transporte Escolar;

h.4) não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses.

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Comprovante de residência;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

o) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

r) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

s) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2017/Ano - Calendário 2016 ou mais recente);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

v) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 29 de Junho de 2018.

Prof. Fábio Martins Junqueira Maria das Graças Souto

Prefeito Municipal Secretária Municipal de Administração

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 012/2018 - P.S.002/2017

EDITAL COMPLEMENTAR 012/2018

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no **Processo Seletivo nº 002/2017,** destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Saúde.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Saúde, situada a Avenida Brasil nº 2350-E, Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para informação sobre a contratação e local de trabalho.

Cargo:	381 -AJ. SERV. GERAIS - PSF					
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Nº Guia	Prova Objetiva	Resultado
17	1051	ODAISA FERNANDES DA ROCHA	04/04/1987	30027805	80	Classificado

Cargo:	706 -MEDICO REGULADOR - SAMU					
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Nº Guia	Prova Objetiva	Resultado
10	943	DENISE LIMA DE OLIVERIA	17/06/1980	30027698	75	Classificado
11	146	DAIANE SCHILO	22/11/1981	30026906	75	Classificado

Cargo:	711 -TELEFONISTA AUX. REG. MÉDICA (TARMS)					
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Nº Guia	Prova Objetiva	Resultado
7	351	PATRICIA DOS SANTOS SOUZA	05/05/1990	30027110	90	Classificado

I. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 02/07/2018 das 13h00 às 17h00, 03/07/2018 das 08:00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00 e no dia 04/07/2018 das 08:00 às 11h00 munidos com **cópia e original** os documentos abaixo relacionados:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física, mental e psicológica), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho;

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

e) Certidão de Reservista, (quando do sexo masculino);

f) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

g) Comprovante de residência;

h) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho), Carteira de registro profissional e certidão negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence;

i) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

j) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

k) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

l) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

m) CPF dos filhos maiores de 14 anos, do pai, mãe e cônjuge;

n) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

o) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

p) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2017/Ano - Calendário 2016);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos municipais (Setor de Tributação);

r) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

s) Para o cargo da zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar.

t) Carteira de registro profissional e certidão negativa de débitos do respectivo conselho de classe ao qual pertence;

u) Carteira Nacional de Habilitação – CNH categoria D ou E, exigida pelo cargo.

2. O prazo de apresentação para atribuição do local de trabalho segue no item I, deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subseqüente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item I do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 29 de Junho de 2018.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 018/2018 - P.S.001/2017

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 018/2018

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor Prof. **FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA**, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente edital para convocar os candidatos aprovados / classificados Processo Seletivo nº. 001/2017, Homologado através do Edital Complementar nº. 012/2017, destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional desta municipalidade.

RESOLVE:

Art. 1° - CONVOCAR oscandidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo nº. 001/2017, conforme o cargo abaixo relacionado, para que compareça no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde **dia 02/07/2018** às 13h00, situada a Avenida Brasil nº. 2350-E Jardim Europa, para informação sobre a contratação e local de trabalho:

Cargo.:703 -RECEPCIONISTA							
Ordem	**Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Pontos Obtidos**	**Notas**	**Classificação**
4	208	WELIDA CORREIA SARAIVA	08/07/1989	10920161 SSP/MT	25	100	Classificado

Art. 2º. Os candidatos acima relacionados deverão comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias **02/07/2018 das 13h00 às 17h00**, **03/07/2018 das 08:00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00 e no dia 04/07/2018** das 0**8:00 às 11**h00 munidos com cópia e original dos documentos abaixo relacionados:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Cópia do CPF do pai, mãe e cônjuge;

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;

l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda 2018 (ano base 2017);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Carteira Profissional para Profissão regulamentada pelo Conselho da respectiva categoria.

v) Cartão do SUS;

x) Cartão de Vacina.

Art. 3. O prazo de apresentação segue o art. 2 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

Art. 4. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada;

b) – não apresentar a documentação exigida no art. 2. do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 29 de Junho de 2018

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 52 DE 21 DE JUNHO DE 2018

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE HORÁRIO ESPECIAL NA DATA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **VALTER KUHN**, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que, no dia 14 de junho de 2018, teve início na Federação da Rússia, o Campeonato Mundial de Futebol - 2018;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica decretado horário especial nas repartições públicas municipais no dia 02 de julho de 2018 (segunda-feira), da maneira que segue:

I. O expediente no Período Matutino será das 07h00min às 09h45min. **II.** O expediente no Período Vespertino será das 13h30min às 17h00min.

Parágrafo Único Excetuam-se do disposto no caput as escolas da rede pública do Município, a Secretaria Municipal de Saúde, cujos horários de funcionamento serão estabelecidos pelas respectivas Secretarias.

Artigo 2º As unidades responsáveis por atendimentos essenciais aos cidadãos deverão garantir a prestação ininterrupta dos serviços.

Artigo 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos vinte e nove dias do ano de dois mil e dezoito.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

VALTER KUHN Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 143/2018

EXTRATO DO CONTRATO: 143/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: **F. VACHILESKI &CIA LTDA**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS**

VALOR: 4.915,00

VIGÊNCIA: 29/06/2018 até 31/12/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 258/120

FISCAL DO CONTRATO: ROBSON HELFENSTEIN

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

PREGÃO PRESENCIAL– DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 53/2018

PREGÃO PRESENCIAL– DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 53/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT, ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA, TORNA PUBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N°. 53/2018, TENDO COMO OBJETO: PREGAO PRESENCIAL VISANDO LOCAÇÃO DE CAMINHÃO SEMINOVO, OU COM MENOS DE 10 (DEZ) ANOS DE USO, ACOPLADO COM COMPACTADOR DE LIXO DE NO MÍNIMO 19 METROS CÚBICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO NESTE EDITAL, COM REALIZAÇÃO PREVISTA PARA O DIA 23 DE JULHO DE 2018, ÀS 14:00 H00MIN (QUATORZE HORAS), HORÁRIO DE MATO GROSSO. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 26 DE JUNHO DE 2018.

ELIZANGELA DE OLIVEIRA AZEVEDO DO SANTOS

PREGOEIRA

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 71/2017

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 71/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE E A EMPREZA SRV CONSTRUTORA LTDA-ME

O Município de Terra Nova do Norte, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.978.212/0001/00, sediado na Av. Cloves Felício Vettorato, n.º 101, Centro, em Terra Nova do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SR. VALTER KUHN,** *brasileiro, casado, agente político, portador do RG. N. º 0844733-0 SSP/SC e inscrito no CPF sob n.º 790356041-72, residente e domiciliado na rua Teotônio Vilela, n° 167, Centro, Terra Nova do Norte - MT*; doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado, como CONTRATADO, **SRV CONSTRUTORA LTDA-ME,** com sede à rua Agata, n.º55, Centro, na Cidade de Terra Nova do Norte-MT, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º06.135.972/0001-70 Inscrição Estadual n.º 13246288-5, ora representada na forma de seus atos constitutivos pelo Sr° SERGIO VINICIUS VALDAMERI REINA, residente à rua Agata, n.º55, Centro, na Cidade de Terra Nova do Norte-MT, Portador da cédula de Identidade RG n.º SSP-SC 11/R2.820.812 e do CPF n.º839.161.481-68 As partes, assim nomeadas e qualificadas, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, têm, entre si, ajustado o presente, subordinado à Lei Federal n.º 8.666/93 e 8.883/94, bem como vinculado ao Edital de **Pregão Presencial n.º 43/2017**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto suprimir o valor de 21.364,00 do Contrato número **71/2017,** datado de 04 de agosto de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

A celebração deste Termo Aditivo decorre em razão de não houve demanda para o serviço de Pá carregadeira como tinha sido solicitado inicialmente.

CLÁUSULA TERÇA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Aditivo, em 03 (tres) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Terra Nova do Norte/MT, 04 de junho de 2018.

_____

MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

SR. VALTER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

SRV CONSTRUTORA LTDA-ME SERGIO VINICIUS VALDAMERI REINA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

ELAINE MAISA MACIEL TALITA CANDIOTTI

CPF: 581.769.181-72 CPF: 001.654.571-04

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 71/2017

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 71/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE E A EMPREZA SRV CONSTRUTORA LTDA-ME

O Município de Terra Nova do Norte, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.978.212/0001/00, sediado na Av. Cloves Felício Vettorato, n.º 101, Centro, em Terra Nova do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SR. VALTER KUHN,** *brasileiro, casado, agente político, portador do RG. N. º 0844733-0 SSP/SC e inscrito no CPF sob n.º 790356041-72, residente e domiciliado na rua Teotônio Vilela, n° 167, Centro, Terra Nova do Norte - MT*; doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado, como CONTRATADO, **SRV CONSTRUTORA LTDA-ME,** com sede à rua Agata, n.º55, Centro, na Cidade de Terra Nova do Norte-MT, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º06.135.972/0001-70 Inscrição Estadual n.º 13246288-5, ora representada na forma de seus atos constitutivos pelo Sr° SERGIO VINICIUS VALDAMERI REINA, residente à rua Agata, n.º55, Centro, na Cidade de Terra Nova do Norte-MT, Portador da cédula de Identidade RG n.º SSP-SC 11/R2.820.812 e do CPF n.º839.161.481-68 As partes, assim nomeadas e qualificadas, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, têm, entre si, ajustado o presente, subordinado à Lei Federal n.º 8.666/93 e 8.883/94, bem como vinculado ao Edital de **Pregão Presencial n.º 43/2017**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto aditivar o valor de 18.975,00 do Contrato número **71/2017,** datado de 04 de agosto de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

A celebração deste Termo Aditivo decorre em razão da necessidade de aditivar horas de caminhão reboque prancha, e mínima caminhão reboque prancha por haver em nosso município grande extensão rural com necessidade de transporte das maquinas, sendo necessária maior quantidade que inicialmente solicitado.

CLÁUSULA TERÇA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Aditivo, em 03 (tres) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Terra Nova do Norte/MT, 04 de junho de 2018.

_____

MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

SR. VALTER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

SRV CONSTRUTORA LTDA-ME SERGIO VINICIUS VALDAMERI REINA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

ELAINE MAISA MACIEL TALITA CANDIOTTI

CPF: 581.769.181-72 CPF: 001.654.571-04

CONTRATOS
EXTRATO DO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 22/2017

EXTRATO DO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 22/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO:J D ANDRADE DROGARIA -ME

OBJETO DESTE TERMO ADITIVO É REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DA ATA NOS ITENS ABAIXO RELACIONADOS DE ACORDO COM A CLAUSULA SEXTA

Produto	Preço na licitação	Preço da compra anterior	Preço da Compra Atual	Preço de venda com Reajuste
ALIMENTO NUTRICIONAL COMPRETO INFANTIL	32,00	29,78	33,81	36,03

DATA:29/06/2018

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO

Por determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal**, Sr. Valter Kuhn,** sirvo-me do presente para Notificar Vossa Senhoria do inteiro teor da decisão que segue abaixo transcrita, podendo dela manifestar-se no prazo legal. **DECISÃO PROCESSO NÚMERO 02/2018 ESPÉCIE: PEDIDO DE RESCISÃO DE CONTRATO LICITATÓRIO – DECISÃO: Considerando a Manifestação da Empresa GUIOMAR LUIS MOLOSSI- EPP em Rescindir o Contrato nº 106/2014 em razão de não possuir condições de finalizar o contrato; Considerando o Parecer Jurídico nº 94/2018, que concluiu pela legalidade da rescisão amigável, reduzida à termo no processo de licitação, conforme permissivo legal dos artigos 78 e 79, II, da Lei Federal 8.666/93; DETERMINO que se proceda a rescisão amigável do contrato de prestação de serviços, e em caráter de URGÊNCIA, bem como que se confeccione Termo de Rescisão de Contrato Amigável. Nesse ponto, entendo por bem que a rescisão do Contrato nº 104/2014, seja feita de forma amigável, sem aplicação de qualquer penalidade ao contratado, uma vez, que requer a rescisão contratual justificando que não há possibilidade em continuar com o serviço. Determino a imediata abertura de processo licitatório para a contratação de empresa a fim de executar o remanescente da obra. Cumpra-se; Notifique-se; Registre-se; Publique-se.Terra Nova do Norte/MT, 28 de Junho de 2018. Valter Kuhn Prefeito Municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25-2018

Extrato de Contrato: **25/2018**
Contratantes: PMT/ REAVEL VEICULOS EIRELE-EPP
Objeto: Aquisição de Veículos, conforme detalhado no Anexo I - Termo de Referência e demais Anexos, parte integrante do Edital
Vigência: 04/06/2018 a 04/09/2018
Valor Global: R$: 44.099,00
Data da Assinatura: 04/06/2018

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23-2018

Extrato de Contrato: **23/2018**
Contratantes: PMT/ C.M COMERCIO DE AUTOPEÇAS LTDA-ME
Objeto: Contratação de Prestação de serviços/horas para manutenção preventiva e corretiva dos veículos, maquinas e equipamentos do Município de Tesouro - MT, conforme termo de referência, anexo III
Vigência: 07/06/2018 a 07/06/2019
Valor Global: R$: 526.020,05
Data da Assinatura: 07/06/2018

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22-2018

Extrato de Contrato: **22/2018**
Contratantes: PMT/ **D.P. DE SOUZA COMERCIO DE PNEUS E BORRACHAS-EPP**
Objeto: Aquisição de Pneus, câmaras e protetores conforme detalhado no Termo de Referência III do Processo Licitatório.
Vigência: 23/05/2018 a 23/05/2019
Valor Global: R$: 283.227,00
Data da Assinatura: 23/05/2018

EXTRATO DO CONTRATO Nº 24-2018

Extrato de Contrato: **24/2018**
Contratantes: PMT/ CONSTRUTORA AMIL LTDA
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECUPERAÇÃO, RESTAURAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS BETUMINOSOS PARA O PAVIMENTO URBANO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE TESOURO – MT.
Vigência: 07/06/2018 a 07/09/2018
Valor Global: R$: 897.963,55
Data da Assinatura: 07/06/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 005/2018
MENOR PREÇO POR ITEM

REAVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 005/2018

MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Torixoréu – MT, TORNA PÚBLICO, que será reaberto o processo licitatório para o dia 13 de julho de 2018 às 09:00 horas (horário de Brasília), no prédio da Prefeitura, situada à Rua XV de Novembro, nº16, Setor Aeroporto, para os **ITENS** que ficaram desertos e fracassados do **LOTE I, 38 e 50, DO LOTE 2, 02, 03, 05, 06, 07, 08, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 28, 29,31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 69, 70, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81 e 82,** cujo objeto é a contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais de limpeza e gêneros alimentícios. O edital completo e seus anexos com está disponível no si-

tio: www.prefeituratorixoreu.com.br, esclarecimentos poderão ser solicitados somente por e-mail: licitacaotxu@gmail.com. Maiores informações pelo telefone (66) 3406-1021.

Torixoréu – MT, 29 de junho de 2018.

EUQUÊNIA GOUVEIA PEREIRA

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº014/2018 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº0009/2018

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº014/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº0009/2018

Às 09hs. E 15min do dia 29 de junho de 2018 no Prédio da Prefeitura Municipal de Torixoréu - MT, sito à Rua XV de Novembro, nº16, Setor Aeroporto, Torixoréu – MT, para a sessão pública de recebimento e abertura das propostas de preços e da documentação de habilitação apresentada ao Pregão Presencial Para Registro De Preços 009/2018. Presentes a Pregoeira Euquênia Gouveia Pereira e equipe de apoio Eurice dos Santos de Freitas e Carlos Cesar Inácio de Carvalho nomeados pela Portaria nº 140/2017, bem como, foi acompanhada pelo Procurador do Município o Sr. Antônio Nunes de Sousa Filho. O aviso do presente certame foi divulgado no Diário Oficial da AMM no dia 18 de junho de 2018, Diário do Tribunal de Contas do Estado no dia 19 de junho de 2018 e ainda disponibilizada a integra do Edital no Sitio do Município de Torixoréu – MT, na data de 15 de junho de 2018. Aberta a sessão e decorrido o tempo de 30 minutos, para o credenciamento, nenhum interessado em participar do certame apresentou-se, prorrogado o tempo para até as 10h. Às dez horas, a pregoeira abriu a sessão e declarou DESERTO o pregão. Mesmo não havendo comparecimento o Procurador do Município apresentou parecer quanto as Impugnações apresentadas pelas empresas Maxima Ambiental e Bio Resíduos. A primeira Impugnante aduziu o seguinte: **IMPUGNAÇÃO 1**- Limitar os efeitos da punição da penalidade de suspensão, com vistas a possibilitar a participação de empresas que por quaisquer motivos tenham sido punidos com suspensão do direito de licitar nos termos do artigo 87 inciso III da Lei de Licitações, como é o caso da Impugnante, tendo em vista ser esse o entendimento doutrinário e jurisprudencial vigentes; A sanção administrativa de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, prevista no artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93, tem alcance restrito, isto é, aplica-se tão somente no âmbito do Poder ou Órgão autônomo sancionador, estendendo-se a todos os órgãos e entidades a ele vinculados.É assim o entendimento do Tribunal de Contas do Estado, *in verbis:Nesses termos: LICITAÇÕES E CONTRATOS. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS. ARTIGO 87, III E IV, DA LEI Nº 8.666/93. ALCANCE. a) A sanção administrativa de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, prevista no artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93, tem alcance restrito, isto é, aplica-se tão somente no âmbito do Poder ou Órgão autônomo sancionador, estendendo-se a todos os órgãos e entidades a ele vinculados. b) A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no artigo 87, IV, da Lei nº 8.666/93, tem alcance amplo, ou seja, aplica-se à toda a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.(Processo nº 16.089-0/2013 Interessado TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO Assunto Prejulgado Relator Conselheiro DOMINGOS NETO Sessão de Julgamento 19-5-2015 – Tribunal Pleno PREJULGADO Nº 1).* Pelas razões acima delineadas, opino pela procedência da impugnação. b) **IMPUGNAÇÃO 2** – que seja exigida a comprovação da qualificação técnica da empresa subcontratada para a destinação final, além da carta de anuência emitida pela empresa proprietária do aterro. *Consta do edital 9.5.5. Apresentar Alvará de funcionamento do município onde esta instalada a unidade de tratamento e destinação final da empresa.*

9.5.6. Apresentar Alvará de vigilância sanitária em validade expedido pelo município onde esta instalada a unidade de tratamento e destinação final da empresa ou outro órgão competente;

*9.5.10. Após a coleta, os resíduos deverão ser transportados até o local de tratamento e destinação final, devidamente licenciados, de acordo com o especificado na Resolução CONAMA Nº 358/2005 e Resolução RDC ANVISA Nº 306/2004;*c), portanto improcede a impugnação. **IMPUGNAÇÃO 3** – exigir que as empresas apresentem Certificado de Movimentação e Operação par Produtos Perigosos e Certificado de Inspeção Veicular emitida pelo INMETRO. **Consta do Termo de** Referência; *2.3 – A coleta, transporte, tratamento e disposição final dos Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde (RSS), serão realizados de acordo com a legislação pertinente e com os atos normativos expedidos pelos órgãos ambientais e públicos competentes. E do Edital 9.5.4. Certificado para movimentação e operação de produtos perigosos (MOOP), do motorista responsável pela coleta, emitida pelo órgão competente, acompanhado de comprovante de vinculo empregatício com a empresa licitante,* portanto improcede a impugnação. d) **IMPUGNAÇÃO 4** – Retificar o Termo de Referência para informar de forma expressa:

I – a frequência da realização das coletas;

II – os locais ou ponto onde os resíduos serão realizados, e

*III – os equipamentos (bombonas), e a quantidade necessários para a prestação eficiente dos serviços, caso esses não sejam fornecidos pelo Município. Consta do Termo de Referência**: 2.2 – DESCRIÇÕES DE QUANTIDADE:** Quantidade mínima de até 150 Kg por mês e quantidade máxima de até 200 Kg por mês. Quantidade mínima de até 1.800 Kg por ano e quantidade máxima de até 2.400 Kg por ano. Os serviços serão prestados conforme requisitados pela Secretaria Municipal de Saúde, sempre em conformidade com o Edital e seus anexos**, portanto improcede a impugnação**.

A segunda Impugnante aduziu o seguinte: DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA: *Desnecessidade para os contratos de Prestação de serviços Direito Discricionário da Administração. A)* SUBCONTRATAÇAO *: a fim de ilidir qualquer questionamento a pregoeira optou por retificar esse ponto do edital, de modo, a permitir a subcontratação de até 25% do montante objeto do contrato, permanecendo inalteradas as demais regras, portanto procede a impugnação.*

a) DAS CONDIÇÕES DE COMPROVAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO PARA TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS Consta do Edital: *9.5.5. Apresentar Alvará de funcionamento do município onde esta instalada a unidade de tratamento e destinação final da empresa. 9.5.6. Apresentar Alvará de vigilância sanitária em validade expedido pelo município onde esta instalada a unidade de tratamento e destinação final da empresa ou outro órgão competente; 9.5.10. Após a coleta, os resíduos deverão ser transportados até o local de tratamento e destinação final, devidamente licenciados, de acordo com o especificado na Resolução CONAMA Nº 358/2005 e Resolução RDC ANVISA Nº 306/2004, portanto improcede a impugnação. b)* DA INCLUSÃO DOS VALORES BASE PARA PROPOSTA: *Os valores estimados servem tão somente para guiar a comissão, jamais se aplicando para subsidiar a elaboração da proposta.*

Na oportunidade, a pregoeira decidiu remarcar nova sessão para repetição deste pregão para o 13/07/2013, às 14:00 (horário de Brasília) no mesmo local. Por fim, registrou que a presente Ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios e disponibilizado no sítio: www.prefeituratorixoreu.com.br, portanto improcede a impugnação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente sessão lavrando-se a presente ata que vai assinada pela pregoeira, equipe de apoio e o Procurador do Município.

Euquênia Gouveia Pereira

Pregoeira

Eurice dos Santos de Freitas

Membro

Carlos Cesar Inácio de Carvalho

Membro

PROCURADOR: ANTONIO NUNES DE SOUSA FILHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MENOR PREÇO POR ITEM

REAVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Torixoréu – MT**,** TORNA PÚBLICO que será republicado uma nova data para reabertura do certame, que realizará no dia 13 de julho de 2018 às 16:00 horas (horário de Brasília) devido ao não comparecimento de nenhum interessado ficando deserto os itens, será realizado no prédio da Prefeitura Municipal, situado à Rua XV de Novembro, 16 Setor Aeroporto, licitação na modalidade Pregão Presencial para registro de Preços, cujo objeto é a futura e eventual Contratação de empresa para Serviços de transporte escolar de alunos da Zona Rural do Município. O edital completo e seus anexos estarão disponíveis no sitio: www.prefeituratorixoreu.com.br, esclarecimentos poderão ser solicitados pelo e-mail: licitacaotxu@gmail.com. Maiores informações pelo telefone (66) 3406-1021.

Torixoréu – MT, 29 de junho de 2018.

EUQUÊNIA GOUVEIA PEREIRA

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2018
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MENOR PREÇO POR ITEM

REAVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Torixoréu – MT**,** TORNA PÚBLICO que devido ao não comparecimento de nenhum interessado, será republicado uma nova data para reabertura do certame que será no dia 13 de julho de 2018 às 14:00 horas (horário de Brasília), no prédio da Prefeitura Municipal, situado à Rua XV de Novembro, 16 Setor Aeroporto, licitação na modalidade Pregão Presencial para registro de Preços, cujo objeto é a futura e eventual Contratação de empresa para realização de serviços com coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde das Unidades de Saúde do Município. O edital completo e seus anexos estarão disponíveis no sitio: www.prefeituratorixoreu.com.br, esclarecimentos poderão ser solicitados pelo e-mail: licitacaotxu@gmail.com. Maiores informações pelo telefone (66) 3406-1021.

Torixoréu – MT, 29 de junho de 2018.

EUQUÊNIA GOUVEIA PEREIRA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 013/2018-C

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.614.538/0001-59, estabelecido à Av.Curitiba nº 94 – centro – União do Sul – MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, brasileiro, maior, empresário, portador do RG nº 5.753.325-0 SSP/PR e do CPF nº 784.082.539-72, residente e domiciliado neste município, e a Empresa: **CLÁUDIO PETRI - ME**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.781.195/0001-48, estabelecida à Rua Maravilha nº 159, bairro Imperatriz, Cidade de União do Sul/MT, neste ato representada pelo Sr. CLÁUDIO PETRI, brasileiro, maior, portador do RG nº03184358 SEJSP/MT e inscrito no CPF sob nº 209.510.781-00, de acordo com o disposto na Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, com aplicação subsidiária no que couber da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal nº. 901, de 24/03/2014, e conforme o Processo Licitatório sob nº 020/2018, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018 – REGISTRO DE PREÇOS, as partes firmam esta **Ata de Registro de Preços**, com previsão de execução de 12 (doze) meses, para aquisições eventuais e futuras de UTENSÍLIOS DIVERSOS, de conformidade com a descrição da Cláusula I desta Ata.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços, o registro dos preços, por parte da empresa acima identificada, dos produtos (utensílios diversos), observadas as quantidades, especificações e respectivos preços, estabelecidos no demonstrativo abaixo, visando aquisições eventuais e futuras pelos órgãos relacionados no Anexo II do Edital do Pregão acima mencionado:

Item	Unid.	Cod.	Quant.	Descrição	Marca	R$ Unit.	R$ Total
21	UNID	8707	395	CARGA GAS GLP PARA BOTIJÃO COM CAPACIDADE DE 13 QUILOS	COPAGAS	114,00	45.030,00
122	UNID	16686	22	CASCO BUTIJÃO DE GAS 13 QUILOS	COPAGAS	140,00	3.080,00

CLÁUSULA II - DO VALOR GLOBAL

1. O Valor Global estimado da presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 48.110,00 (quarenta e oito mil e cento e dez reais).**

CLÁUSULA III – DO REAJUSTAMENTO

1. Os preços serão fixos e irreajustáveis, salvo mudanças nas medidas econômicas do Governo Federal.

2. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custos que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 65, II, “d”, da Lei 8.666/93, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, a empresa contratada em hipótese nenhuma poderá paralisar o fornecimento dos produtos e/ou serviços.

CLÁUSULA IV - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O prazo de validade do registro de preços será de *12 (doze)* meses, contado a partir da publicação da presente Ata.

CLÁUSULA V - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO:

1. Os Produtos objeto desta Ata serão fornecidos em etapas no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

2. A empresa detentora da Ata de Registro de Preços (licitante vencedora) deverá entregar os produtos de forma continuada e parcelada, conforme a solicitação do Departamento competente, com as características exigidas na licitação. Todas as despesas, impostos, taxas, etc, correrão por conta única e exclusiva da fornecedora.

3. Os produtos serão previamente requisitados pelos órgãos solicitantes da Prefeitura de União do Sul – MT, com antecedência para que seja entregue dentro do prazo estabelecido no Edital.

4. A entrega/retirada dos produtos deverá estar em conformidade com o requerido pelo Órgão Participante e acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceito após a verificação do cumprimento das especificações contidas no edital do pregão e nesta ata.

CLÁUSULA VI – DA FORMA DE PAGAMENTO:

1. Os pagamentos serão efetuados após a comprovação da entrega dos produtos, em até 30 (trinta) dias.

2. O Detentor da Ata deverá encaminhar as Notas Fiscais ao Departamento Competente que as receberá provisoriamente, para posterior comprovação de conformidade dos produtos de acordo com as especificações constantes do edital e da proposta apresentada.

3. Nenhuma fatura que contrarie as especificações contidas nas propostas será liberada antes de executadas as devidas correções e antes que seja apresentada a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

4. Nenhum pagamento será efetuado à Detentora da Ata sem que esta apresente, previamente, a Certidão Negativa de Débito de Contribuições Previdenciárias (INSS) e o Certificado de Regularidade do FGTS, em original ou cópia autenticada, salvo se as certidões apresentadas anteriormente ainda se encontrarem em validade.

5. Em hipótese alguma será feito o pagamento antecipado.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA:

1. Entregar os produtos de forma parcelada, em diversas etapas, conforme necessidade da Contratante, no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação da Ata de Registro de Preços.

2. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre os produtos e serviços objeto desta ata, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de UNIÃO DO SUL;

3. Responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao Município de UNIÃO DO SUL ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos.

4. Atender a Ordem de Fornecimento, entregando os produtos constantes de sua proposta em conformidade com as especificações estipuladas no ANEXO I - (UTENSÍLIOS DIVERSOS), em no máximo 04 (quatro) dias úteis, após a emissão do pedido/requisição/ordem de fornecimento, devendo ser obedecidos os valores e condições propostas;

5. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;

7. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor para o fornecimento do objeto deste edital;

9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

10. Entregar produtos de boa qualidade devidamente embalados sem avarias, embalagem rompida entre outros;

11. Outras obrigações constantes da Minuta da Ata de Registro de Preços

CLÁUSULA VIII - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO:

1. Utilizar-se dos Produtos observando os aspectos da qualidade e durabilidade;

2. Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos nesta ata e no edital do respectivo pregão;

3. Informar à Detentora da Ata o nome do funcionário responsável pela assinatura das Ordens de Fornecimento ou requisições.

4. Fiscalizar e acompanhar a execução da presente Ata de Registro de Preços, e seus adendos, se houver, através de servidor designado por Ato normativo do senhor Prefeito.

CLÁUSULA IX - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

1. De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA (empresa detentora de Ata de Registro de Preços), a juízo da Administração do Município de União do Sul/MT, à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento);

2. A multa prevista no item “1” desta cláusula será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista na alínea “b” do item “3”.

3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada posteriormente, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a. advertência por escrito;

b. aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d. declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93;

4. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

5. Em se tratando de detentora de ata que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica;

6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA X - DA RESCISÃO

a) Pelo descumprimento total ou parcial por parte da CONTRATADA do compromisso assumido em virtude da Ata de Registro de Preços, de contrato ou instrumento equivalente, é assegurado ao Município de União do Sul (Contratante) o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito;

b) A rescisão do Contrato ou documento equivalente nos termos do art. 79 da Lei nº 8.666/93, poderá ser:

1) determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

2) amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no respectivo processo, desde que haja conveniência para a Administração;

3) judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA XI – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

1. As efetivas aquisições do objeto (utensílios diversos) quando houver, serão empenhadas nas dotações orçamentárias do(s) orçamento(s) vigente(s) durante o período de validade desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA XII – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1. O presente instrumento é regido pela Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, pelo Decreto Municipal nº 901 de 24/03/2014, e legislação complementar, bem como pelas cláusulas e condições constantes do PREGÃO N.º 015/2018 – REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA XIII – DAS OMISSÕES:

1. Para solucionar situações ou casos omissos nesta Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador poderá recorrer ao texto do Edital do Pregão Presencial nº 015/2018, ao qual esta Ata encontra-se vinculada.

CLÁUSULA XIV– DO FORO:

1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes desta ata, elegem as partes o foro da Comarca de CLÁUDIA, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada esta Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que assinam na presença das testemunhas abaixo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL-MT.

Av. Curitiba nº 94 – centro - CEP 78.543-000-Fone-3540-1283-União do Sul-MT.

CNPJ Nº 01.614.538/0001-59.

UNIÃO DO SUL/MT, 28 de Junho de 2018.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL/MT

Claudiomiro Jacinto de Queiroz - Prefeito Municipal

CLAUDIO PETRI - ME

(Empresa Detentora da Ata)

Cláudio Petri - Proprietário

Testemunhas:

Nome: Cesar Itamar Guergoleti

CPF: 000.082.911-01

Nome: Keila Alves de Abreu

CPF: 016.182.261-42

PORTARIA Nº 107/2018

Dispõe sobre prorrogação da licença para tratamento de saúde da servidora que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 100, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando o teor do comunicado de decisão do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Agência de Sinop/MT;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida prorrogação da licença para tratamento de saúde da servidora efetiva Sra. ELENICE APARECIDA SILVA DE LIMA – Zeladora, Vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, portadora do RG nº 1.605.150-5 SSP/MT e CPF nº 006.655.741-00, pelo período de 26 de junho de 2018 a 30 de agosto de 2018, sem prejuízo da remuneração, mediante auxílio-doença a cargo do INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito a 26 de junho de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 30 de junho de 2018.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 108/2018

Dispõe sobre exoneração, a pedido, de servidor de cargo efetivo e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul; e

Considerando o teor do requerimento subscrito pelo servidor abaixo identificado;

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar nesta data, a pedido, a servidora ALESSANDRA GOMES PAIÃO, portador do RG nº 2.450.599-4 SSP/MT e do CPF nº 500. 212.731-20, do cargo efetivo de *Técnica de Enfermagem*, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a 28 de junho de 2018.

Art. 3º - Revoga-se a Portaria nº 112/2008, de 28 de junho de 2008, e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 30 de junho de 2018.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 106/2018

Dispõe sobre licença para tratamento de saúde da servidora que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 100, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando o teor da Ação Previdenciária protocolada em 18/junho/2018 junto ao Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Sinop-MT;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida licença para tratamento de saúde à servidora efetiva Sra. MARIA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES CARLOS, ocupante do cargo de *Zeladora*,vinculada à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, portadora do RG nº 1989437-6 SSP/MT e CPF nº 007.534.661-39, pelo período de 18 de junho de 2018 até 30 de setembro de 2018, sem prejuízo da remuneração, mediante auxílio-doença a cargo do INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 18 de junho de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 30 de junho de 2018.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018 - REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 020/2018

A Prefeitura Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 002/2018 de 02 de janeiro de 2018, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e nos termos do Decreto nº 593 de 12/01/2010 e do Decreto nº 901 de 24/03/2014, torna público que, conforme a Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018 - REGISTRO DE PREÇOS, relativo ao Processo de Licitação sob Nº 020/2018, emitido em 14/06/2018, aberto e julgado no dia 28/06/2018, cujo objeto refere-se à Registro de Preços para eventuais e futuras aquisições de produtos de higiene, limpeza e utensílios diversos, para atender as necessidades das Secretarias Municipais descritas no Anexo II, durante o prazo de vigência da ata de registro de preços, de conformidade com a descrição detalhada no Anexo I - Termo de Referência do Edital da licitação, sagraram-se vencedoras do certame e registraram seus preços conforme o mapa da licitação, as proponentes: SETE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. – EPP, inscrita no CNPJ sob nº 04.578.067/0001-69, com 43 itens do objeto, no valor total de R$ 96.160,84 (noventa e seis mil, cento e sessenta reais e oitenta e quatro centavos); CLAUDIO PETRI – ME, inscrita no CNPJ sob nº 26.781.195/0001-48, com 02 itens do objeto, no valor total de R$ 48. 110,00 (quarenta e oito mil e cento e dez reais); BELA FORTE COMERCIAL LTDA. ME, inscrita no CPNJ sob nº 24.296.486/0001-15, com 43 itens do objeto, no valor total de R$ 93.642,44 (noventa e três mil, seiscentos e quarenta e dois reais e quarenta e quatro centavos); RG DA PAZ EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ sob nº 21.058.617/0001-38, com 38 itens do objeto, no valor total de R$ 81.776,87 (oitenta e um mil, setecentos e setenta e seis reais e oitenta e sete centavos) e MERCADÃO DA LIMPEZA LTDA. ME, inscrita no CNPJ sob nº 14.689.405/0001-93, com 76 itens do objeto, no valor total de R$ 101.478,65 (cento e um mil, quatrocentos e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos), sob o critério de menor preço por item.

Publique-se – Afixe-se.

União do Sul/MT, 28 de Junho de 2018.

CESAR ITAMAR GUERGOLETI

Pregoeiro

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 104/2018

Dispõe sobre conversão em pecúnia de parcela da Licença Prêmio do servidor que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando o teor do Requerimento subscrito pela servidora abaixo identificada, devidamente justificado e enquadrando-se nos termos dispostos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

R E S O L V E:

Art. 1º - Por força desta Portaria, fica convertida em pecúnia uma parcela de 30 (trinta) dias da Licença Prêmio por Assiduidade da servidora efetiva LUCIANA WERNER BILHALVA – Advogada, vinculada à Secretaria Municipal de Governo, portadora do RG nº 308.330.456-2 SSP/RS e do CPF nº 001.011.640-09, compreendendo para efeito de conversão em pecúnia o período de 01 a 30 de junho de 2018.

Parágrafo Único – A conversão em pecúnia compreende o vencimento do cargo efetivo em que a servidora encontra-se enquadrada.

Art. 2º - A licença prêmio ora convertida em pecúnia refere-se ao período aquisitivo de 07 de maio de 2012 a 06 de maio de 2017, e está respaldada pelo § 5º do art. 122 da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de junho de 2018 e efeito financeiro sobre a folha de pagamento do mês de junho de 2018.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 30 de junho de 2018.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 102/2018

Dispõe sobre prorrogação de licença para tratamento de saúde da servidora que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 100, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida prorrogação da licença para tratamento de saúde da servidora efetiva Srª. EVAILDES MARIA DE JESUS – Zeladora, Vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, portadora do RG nº 1. 531.437 SSP/GO e CPF nº 315.813.661-91, pelo período de 30 de junho de 2018 a 31 de dezembro de 2018, sem prejuízo da remuneração, mediante concessão de auxílio-doença (Aposentadoria por Invalidez), a cargo do INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 30 de junho de 2018.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 013/2018-B

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.614.538/0001-59, estabelecido à Av. Curitiba nº 94 – centro – União do Sul – MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, brasileiro, maior, empresário, portador do RG nº 5.753.325-0 SSP/PR e do CPF nº 784.082.539-72, residente e domiciliado neste município, e a Empresa: **SETE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. - EPP**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.578.067/0001-69, estabelecida à Av. Mario Correa, nº 246, bairro Porto, Cidade de Cuiabá/MT, neste ato representada pelo Sr. Pedro Del Bianco Pereira Lopes, brasileiro, maior, portador do RG nº 19257694 SSP/MT e inscritono CPF sob nº 051.427.651-76, de acordo com o disposto na Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, com aplicação subsidiária no que couber da Lei Federal nº. 8. 666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal nº. 901, de 24/03/2014, e conforme o Processo Licitatório sob nº 020/2018, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018 – REGISTRO DE PREÇOS, as partes firmam esta **Ata de Registro de Preços**, com previsão de execução de 12 (doze) meses, para aquisições eventuais e futuras de PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E UTENSÍLIOS DIVERSOS, de conformidade com a descrição da Cláusula I desta Ata.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços, o registro dos preços, por parte da empresa acima identificada, dos produtos (higiene, limpeza e utensílios diversos), observadas as quantidades, especificações e respectivos preços, estabelecidos no demonstrativo abaixo, visando aquisições eventuais e futuras pelos órgãos relacionados no Anexo II do Edital do Pregão acima mencionado:

Item	Unid.	Cod.	Quant.	Descrição	Marca	R$ Unit.	R$ Total
1	UNID	2523	129	RODO PLASTICO 60CM 02 LAMINAS BORRACHA CABO MADEIRA OU FERRO – UNIDADE	DSR	9,50	1. 225,50
4	UNID	3145	21	BACIA PLASTICA RESISTENTE 30 LITROS, COM DIAMETRO DE 60CM, NA ALTURA DE 20CM – UNIDADE	INPLAST	12,60	264,60
14	UNID	5381	21	RALADOR ALIMENTO 4 FACES EM ACO INOX COM ALCA MINIMO 23CM	BIOMETAL	8,00	168,00
15	UNID	7410	21	CANECA ALUMINIO 03 LITROS COM ALCA	ASJ	28,00	588,00
17	UNID	8701	660	ALCOOL ETILICO GEL HIDRATADO A 70% GRAUS INPM, EMBALAGEM CONTENDO 500 ML	START	6,60	4. 356,00
23	UNID	8714	30	CHOCALHO PLASTICO INFANTIL, MATERIAL ATOXICO E LAVAVEL. COM REGISTRO NO IMNETRO. UNIDADE.	PICA PAU	7,80	234,00
24	UNID	8715	65	COADOR CAFE 100% ALGODAO MINIMO 20CM (DIAMETRO) X 30 CM (PROFUNDIDADE), CABO COM 16 CM DE COMPRIMENTO, COM VARIACAO DE +/- 1CM. UNIDADE	MARTINS	4,00	260,00
25	UNID	8716	69	COADOR CAFE 100% ALGODAO MINIMO 12CM(DIAMETRO) X 20 CM (PROFUNDIDADE), CABO COM 12 CM DE COMPRIMENTO, COM VARIACAO DE +/- 1CM. UNIDADE.	MARTINS	3,76	259,44
28	UNID	8721	1005	DESINFETANTE LIQUIDO PARA USO GERAL 02 LITROS ESSENCIAS DIVERSAS, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, GERMICIDA E BACTERICIDA	PROEZA	4,00	4. 020,00
29	UNID	8722	577	DESODORIZADOR DE AMBIENTE EM SPRAY 400ML, ESSENCIAS DIVERSAS, FORMATO CILINDRICO	ULTRA FLEX	8,20	4. 731,40

36	UNID	8732	1162	ESPONJA MULTIUSO DUPLA FACE SINTETICA 110 X 75 X 20MM A BASE DE ESPUMA DE POLIURETANO COM BACTERICIDA E FIBRA SINTETICA COM ABRASIVO – UNIDADE	BETTANIN	0,65	755,30
49	UNID	8751	168	RODO ALUMINIO 60CM 02 LAMINAS DE BORRACHA CABO ALUMINIO - UNIDADE	KIK	24,00	4.032,00
50	UNID	8755	224	SABONETE BARRA BACTERICIDA, BARRA DE NO MÍNIMO 90 GRAMAS. FRAGANCIA SUAVE, EMBALAGEM INDIVIDUAL CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA E PRAZO DE VALIDADE. UNIDADE.	NIPS	1,50	336,00
51	UNID	8757	310	SABONETE BARRA USO PESSOAL FRAGRANCIA AGRADAVEL MÍNIMO 90G, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, PRÓPRIO PARA BEBÊ, CONTENDO MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E VALIDADE. UNIDADE.	NIPS	2,30	713,00
52	PCT	8758	1260	SACO PLASTICO LIXO 100 LITROS EMBALADOS COM 100 UNIDADES RESIDUO NORMAL CLASSE 1 TIPO E COR PRETA LARGURA 75 ALTURA 105 DE POLIPROPILENO. APLICACAO: USO DOMESTICO. DEVERA ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	LIPLAST	34,00	42.840,00
69	PCT	8779	80	SACO PLASTICO GELADINHO 06X24 CM. PACOTE COM 100 UNIDADES. PACOTE	LIPLAST	7,00	560,00
72	UNID	8787	53	PA LIXO PLASTICA E LAMINA DE BORRACHA ENCAIXADA NO CORPO DA PA, CABO ANATOMICO EM ALUMINIO COM DIMENSAO DE 70 CM. UNIDADE	DSR	15,80	837,40
81	ROLO	11119	60	FILME PLASTICO PVC TRANSPARENTE PELICULA ADERENTE ROLO DE 30 MT 28 CM	GUARA FILME	3,50	210,00
83	UNID	11125	26	POTE PLASTICO 10 LITROS RESISTENTE TRANSPARENTE COM TAMPA FECHAMENTO SOB PRESSAO	ERCA	36,00	936,00
90	UNID	12707	25	CORDA ACO REVESTIDA DE PLASTICO 4,0MM X 12M, PARA CONFECCAO DE VARAL. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DO FABRICANTE, ESPECIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE VALIDADE E REISTRO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	PVARAL	2,80	70,00
91	UNID	12746	12	LANTERNA COR PRETA COMP, APROXIMADO DE 15 CM A PROVA D´AGUA E DE CHOQUE, DUA BATERIAS AA COM LAMPADA TORCHE DE 3 VOLTS, LAMPADA RESERVA E FOCAGEM REGULAVEL	IANG	45,00	540,00
99	UNID	14673	11	PANELA PRESSAO 15 LITROS, EM ALUMINIO, POLIDA, VALCULA SEGURANCA DE SILICONE, VALCULA CENTRAL CONTROLADORA PRESSÃO	ASJ	280,00	3.080,00
100	UNID	14677	201	COPO DE VIDRO 350 ML – UNIDADE	WHEATON	3,20	643,20
113	UNID	16659	415	PEDRA SANITARIA DIVERSAS FRAGANCIAS EMBALADAS UMA A UMA, APRESENTADA EM CARTELAS COM 12 UNIDADES	HIGIE PLUS	13,20	5.478,00
115	UNID	16666	480	CERA LIQUIDA INCOLOR 750ML. COMPOSIÇÃO: PARAFINA, CERA DE CARNAÚBA, EMULSIFICANTES, ADJUVANTES, TENSOATIVO NÃO IÔNICO, CONSERVANTES, NEUTRALIZANTE, ADITIVO, AGENTE NIVELADOR, FRAGRÂNCIA E VEÍCULO. ASPECTO FÍSICO LEITOSO. PH 7,5 – 8,5.	COM BRILHO	3,30	1.584,00
117	KILO	16668	125	EMBALAGEM TIPO SACOLAS PLASTICAS, COM CAPACIDADE MINIMA PARA 5KG, TAMANHO 30X40 – KG	PLASMEL	54,00	6.750,00
123	UNID	16696	29	JARRA COM ALCA 03 LITROS EM POLIPROPILENO ATOXICA TAMPA VEDANTE, RESISTENTE	JAGUAR	14,00	406,00
125	UNID	20345	245	COADOR CAFE PAPEL DESCARTAVEL, COM 30 UNIDADES N 103 – CAIXA	JOVITTA	4,00	980,00
128	UNID	20349	34	GARRAFA TERMICA TAMPA ROLHA 05 LITROS COM ALCA E TAMPA CORPO REVESTIDO EM PLASTICO RESISTENTE A IMPACTO	OBBA	28,00	952,00
131	UNID	21948	14	ESCUMADEIRA CABO DE 50 CM, BASE AREDONDADO DE APROX. 15 CM	ASJ	23,50	329,00
134	UNID	21952	18	LEITERA ALUMINIO 2,5 ML	ERCA	24,00	432,00
138	UNID	21957	12	PANELA PRESSAO 07 LITROS, EM ALUMINIO, POLIDA, VALVULA SEGURANCA DE SILICONE, VALVULA CENTRAL CONTROLADORA PRESSÃO	ASJ	60,00	720,00
147	UNID	22762	23	GARRAFA TERMICA TAMPA ROLHA 12 LITROS RECIPIENTE TERMOPLÁSTICO, COM DESIGN COMPACTO E FUNCIONAL, COM TRIPE, ALCA, BOCAL LARGO, IDEAL PARA LIQUIDOS QUENTES E FRIOS, COM CONSERVACAO DE ATE 6 HORAS, ISOLAMENTO COM ESPUMA DE POLIUTERANO E DUPLA CAMADA DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE	INVICTA	100,00	2.300,00
152	UNID	23377	16	CONCHA CABO APROXIMADO 25 CM BASE APROX. 10 CM	YANG	11,00	176,00
154	UNID	23379	14	FACA PAO INOX Nº 8. APROX 35 CM	DISSOLE	15,00	210,00
155	UNID	23380	24	FACA COZINHA 30CM EM ACO INOX CABO PLASTICO FATIAR E PICAR	LAUREL	13,50	324,00
175	UNID	25833	50	LUVA DE PROCEDIMENTO, COMPOSTAS DE LÁTEX 100% NATURAL; NÃO ESTÉRIL; AMBIDESTRAS; LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL. CAIXA COM 10 UNIDADES. TAMANNHOS P, M, G.		16,50	660,00
183	UNID	25841	20	POTE EM POLIPROPILENO, ATOXICO COM TAMPA, APROXIMADAMENTE 20X20CM DE LARGURA E 10 CM DE ALTURA, RESISTENTE, SEM AVARIAS	ERCA	11,00	220,00
184	UNID	25842	20	POTE EM POLIPROPILENO, ATOXICO SEM TAMPA APROXIMADAMENTE 36X36CM DE LARGURA E 12 CM DE ALTURA, DISIGN QUADRADA, RESISTENTE, SEM AVARIAS.	ERCA	25,00	500,00
186	UNID	25844	20	POTE EM POLIPROPILENO, ATOXICO, COM TAMPA, APROXIMADAMENTE 10 CM DE LARGULA E 20 CM DE ALTURA, DISIGN REDONDO, RESISTENTE, SEM AVARIAS.	ERCA	14,00	280,00
189	UNID	25847	350	PRATO DESCARTAVEL 21 CM, PACOTE COM 10 UNIDADES.	MINAPLAST	2,00	700,00
191	UNID	25849	6	TOALHA DE MESA RETANGULAR, 75% ALGODAO, 25% POLIÉSTER, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1.40X2.10	MARTINS	65,00	390,00
206	UNID	25877	10	ASSADEIRA LASANHEIRA RETANGULAR FUNDA CAPACIDADE 5,3 LITROS		52,00	520,00

CLÁUSULA II - DO VALOR GLOBAL

1. O Valor Global estimado da presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 96.160,84 (noventa e seis mil, cento e sessenta reais e oitenta e quatro centavos).**

CLÁUSULA III – DO REAJUSTAMENTO

1. Os preços serão fixos e irreajustáveis, salvo mudanças nas medidas econômicas do Governo Federal.

2. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custos que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 65, II, “d”, da Lei 8.666/93, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, a empresa contratada em hipótese nenhuma poderá paralisar o fornecimento dos produtos e/ou serviços.

CLÁUSULA IV - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O prazo de validade do registro de preços será de *12 (doze)* meses, contado a partir da publicação da presente Ata.

CLÁUSULA V - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO:

1. Os Produtos objeto desta Ata serão fornecidos em etapas no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

2. A empresa detentora da Ata de Registro de Preços (licitante vencedora) deverá entregar os produtos de forma continuada e parcelada, conforme a solicitação do Departamento competente, com as características exigidas na licitação. Todas as despesas, impostos, taxas, etc, correrão por conta única e exclusiva da fornecedora.

3. Os produtos serão previamente requisitados pelos órgãos solicitantes da Prefeitura de União do Sul – MT, com antecedência para que seja entregue dentro do prazo estabelecido no Edital.

4. A entrega/retirada dos produtos deverá estar em conformidade com o requerido pelo Órgão Participante e acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceito após a verificação do cumprimento das especificações contidas no edital do pregão e nesta ata.

CLÁUSULA VI – DA FORMA DE PAGAMENTO:

1. Os pagamentos serão efetuados após a comprovação da entrega dos produtos, em até 30 (trinta) dias.

2. O Detentor da Ata deverá encaminhar as Notas Fiscais ao Departamento Competente que as receberá provisoriamente, para posterior comprovação de conformidade dos produtos de acordo com as especificações constantes do edital e da proposta apresentada.

3. Nenhuma fatura que contrarie as especificações contidas nas propostas será liberada antes de executadas as devidas correções e antes que seja apresentada a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

4. Nenhum pagamento será efetuado à Detentora da Ata sem que esta apresente, previamente, a Certidão Negativa de Débito de Contribuições Previdenciárias (INSS) e o Certificado de Regularidade do FGTS, em original ou cópia autenticada, salvo se as certidões apresentadas anteriormente ainda se encontrarem em validade.

5. Em hipótese alguma será feito o pagamento antecipado.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA:

1. Entregar os produtos de forma parcelada, em diversas etapas, conforme necessidade da Contratante, no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação da Ata de Registro de Preços.

2. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre os produtos e serviços objeto desta ata, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de UNIÃO DO SUL;

3. Responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao Município de UNIÃO DO SUL ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos.

4. Atender a Ordem de Fornecimento, entregando os produtos constantes de sua proposta em conformidade com as especificações estipuladas no ANEXO I - (HIGIENE, LIMPEZA E UTENSILIOS DIVERSOS), em no máximo 04 (quatro) dias úteis, após a emissão do pedido/requisição/ordem de fornecimento, devendo ser obedecidos os valores e condições propostas;

5. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;

7. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor para o fornecimento do objeto deste edital;

9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

10. Entregar produtos de boa qualidade devidamente embalados sem avarias, embalagem rompida entre outros;

11. Outras obrigações constantes da Minuta da Ata de Registro de Preços

CLÁUSULA VIII - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO:

1. Utilizar-se dos Produtos observando os aspectos da qualidade e durabilidade;

2. Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos nesta ata e no edital do respectivo pregão;

3. Informar à Detentora da Ata o nome do funcionário responsável pela assinatura das Ordens de Fornecimento ou requisições.

4. Fiscalizar e acompanhar a execução da presente Ata de Registro de Preços, e seus adendos, se houver, através de servidor designado por Ato normativo do senhor Prefeito.

CLÁUSULA IX - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

1. De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA (empresa detentora de Ata de Registro de Preços), a juízo da Administração do Município de União do Sul/MT, à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento);

2. A multa prevista no item “1” desta cláusula será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista na alínea “b” do item “3”.

3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada posteriormente, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a. advertência por escrito;

b. aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d. declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93;

4. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

5. Em se tratando de detentora de ata que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica;

6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA X - DA RESCISÃO

a) Pelo descumprimento total ou parcial por parte da CONTRATADA do compromisso assumido em virtude da Ata de Registro de Preços, de contrato ou instrumento equivalente, é assegurado ao Município de União do Sul (Contratante) o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito;

b) A rescisão do Contrato ou documento equivalente nos termos do art. 79 da Lei nº 8.666/93, poderá ser:

1) determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

2) amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no respectivo processo, desde que haja conveniência para a Administração;

3) judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA XI – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

1. As efetivas aquisições do objeto (produtos de higiene, limpeza e utensílios diversos) quando houver, serão empenhadas nas dotações orçamentárias do(s) orçamento(s) vigente(s) durante o período de validade desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA XII – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1. O presente instrumento é regido pela Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, pelo Decreto Municipal nº 901 de 24/03/2014, e legislação complementar, bem como pelas cláusulas e condições constantes do PREGÃO N.º 015/2018 – REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA XIII – DAS OMISSÕES:

1. Para solucionar situações ou casos omissos nesta Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador poderá recorrer ao texto do Edital do Pregão Presencial nº 015/2018, ao qual esta Ata encontra-se vinculada.

CLÁUSULA XIV– DO FORO:

1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes desta ata, elegem as partes o foro da Comarca de CLÁUDIA, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que assinam na presença das testemunhas abaixo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL-MT.

Av. Curitiba nº 94 – centro - CEP 78.543-000-Fone-3540-1283-União do Sul-MT.

CNPJ Nº 01.614.538/0001-59.

UNIÃO DO SUL/MT, 28 de Junho de 2018.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL/MT

Claudiomiro Jacinto de Queiroz - Prefeito Municipal

SETE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE

INFORMÁTICA LTDA. EPP

(Empresa Detentora da Ata)

Pedro Del Bianco Pereira Lopes - Proprietário

Testemunhas:

Nome: Cesar Itamar Guergoleti

CPF: 000.082.911-01

Nome: Keila Alves de Abreu

CPF: 016.182.261-42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 013/2018-A

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.614.538/0001-59, estabelecido à Av.Curitiba nº 94 – centro – União do Sul – MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, brasileiro, maior, empresário, portador do RG nº 5.753.325-0 SSP/PR e do CPF nº 784.082.539-72, residente e domiciliado neste município, e a Empresa: **RG DA PAZ EIRELI - EPP**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.058.617/0001-38, estabelecida à Av. Alzira Santana, Loteamento São Jorge, s/nº, bairro Ikaray, Cidade de Várzea Grande/MT, neste ato representada pelo Sr. Rodrigo Garcia da Paz, brasileiro, maior, portador do RG nº 1477296-5 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 731.341.201-00, de acordo com o disposto na Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, com aplicação subsidiária no que couber da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal nº. 901, de 24/03/2014, e conforme o Processo Licitatório sob nº 020/2018, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018 – REGISTRO DE PREÇOS, as partes firmam esta **Ata de Registro de Preços**, com previsão de execução de 12 (doze) meses, para aquisições eventuais e futuras de PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E UTENSÍLIOS DIVERSOS, de conformidade com a descrição da Cláusula I desta Ata.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços, o registro dos preços, por parte da empresa acima identificada, dos produtos (higiene, limpeza e utensílios diversos), observadas as quantidades, especificações e respectivos preços, estabelecidos no demonstrativo abaixo, visando aquisições eventuais e futuras pelos órgãos relacionados no Anexo II do Edital do Pregão acima mencionado:

Item	Unid.	Cód.	Quant.	Descrição	Marca	R$ Unit.	R$ Total
8	UNID	4281	540	PRATO DESCARTAVEL 15 CM, PACOTE COM 10 UNIDADES.	COPOSUL	1,25	675,00
20	UNID	8706	39	BOTA BORRACHA FORRADA ANTIDERRAPANTE CANO ALTO COR BRANCA NUMERACAO DE 35 A 42 A ESCOLHER PARA SERVICOS GERAIS DE LIMPEZA ORIGINAL DE FABRICA, COM CA DO MINISTERIO DO TRABALHO EMBALAGEM LACRADA DATA DE FABRICACAO NA EMBALAGEM. UNIDADE (PAR)	CALFOR	41,00	1.599,00
27	UNID	8720	30	CREME HIDRATANTE CABELO POTE 1KG.	KANECHON	7,56	226,80
31	UNID	8726	70	ESCOVA CABELO COM CERDAS EXTRAMACIAS APROPRIADA PARA BEBES BASE EM POLIPROPILENO, DIMENSOES APROXIMADAS: 3,5X9X19,5CM (AXLXP). EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE. UNIDADE	CONDOR	16,50	1.155,00
40	UNID	8738	345	LIMPA PEDRAS 02 LITROS PARA REMOCAO DE LIMO, LODO, FERRUGENS E INCRUSTACOES; COMPOSTO DE TENSOATIVO ANIONICO, MISTURA ACIDA, CONSERVANTE; PIGMENTO E VEICULO AQUOSO CONCENTRADO	KLYN	7,67	2.646,15
41	UNID	8739	231	LIMPA VIDRO, TIPO LIQUIDO. COR INCOLOR/AZUL. FRASCO PLASTICO DE 500ML, COM GATILHO. A EMBALAGEM DEVERAONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, NUMERO DO LOTE, VALIDADE E NUMERO DE REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	AUDAX	6,30	1.455,30
42	UNID	8740	745	LIMPADOR DILUIVEL 500ML PARA LIMPEZA PESADA, PARA REMOCAO DE GORDURAS, FULIGEM, POEIRA, ETC. COMPOSICAO: ALQUIL BENZENO, SULFONTO DE SODIO, COADJUVANTES, SEQUESTRANTES, CONSERVANTE, CORANTE, FRAGRANCIA, AGUA	AUDAX	2,71	2.018,95
43	UNID	8741	297	LUSTRA MOVEIS A BASE DE CERAS NATURAIS, SECAGEM RAPIDA, ESSENCIAS VARIADAS, EMBALAGEM PLASTICA CONTENDO 500ML, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE. UNIDADE.	SOLAR	3,76	1.116,72
44	PAR	8742	462	LUVA BORRACHA 100% LATEX PARA LIMPEZA REVESTIMENTO INTERNO AVELUDADO PALMA ANTIDERRAPANTE E REFORCADA NOS TAMANHOS P M E G A ESCOLHER EMBALAGEM INTEGRA CONFORME PRAXES DO FABRICANTE CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO.	TALGE	2,79	1.288,98
47	PCT	8749	1280	PAPEL HIGIENICO FOLHA SIMPLES 8X60 METROS PICOTADA ALTA ABSORSAO COR BRANCO	BRISA	9,45	12.096,00
53	PCT	8759	870	SACO PLASTICO LIXO 30 LITROS EMBALADOS COM 100 UNIDADES RESIDUO NORMAL, CLASSE 1, TIPO E, COR PRETA, LARGURA 59, ALTURA 62, DE POLIPROPILENO. APLICACAO: USO DOMESTICO. DEVERA ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	RC PLASTICOS	14,07	12.240,90
60	UNID	8767	243	VASSOURA NYLON BASE RETANGULAR 250MM, COM CABO	GUIRADO	6,50	1.579,50
62	UNID	8769	275	VENENO PARA INSETOS AEROSOL 300ML. A EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, NUMERO DO LOTE, VALIDADE E NUMERO DE REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	ULTRA	7,99	2.197,25
64	UNID	8772	525	LIMPA ALUMINIO 500ML A BASE DE TENSOATIVOS NAO IONICOS, ABRASIVOS, CORANTES E AGUA	KIM	2,00	1.050,00
66	UNID	8775	2250	ESCOVA DENTAL INFANTIL CERDAS DE NYLON MACIAS E PONTAS ARREDONDADAS, CABECA PEQUENA, TRIANGULAR E CABO RETO. EMBALAGEM COM DADOS DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE. UNIDADE	MED FIO	1,05	2.362,50
68	UNID	8777	91	ESCOVA LIMPEZA COM CERDAS EM NYLON BASE DE MADEIRA DIMENSOES MINIMAS 13 CM X 6 CM X 1CM. ETIQUETA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	GUIRADO	2,10	191,10
71	UNID	8781	270	PILHA, ALCALINA, TAMANHO AAA, 1,5 VOLTS. EMBALAGEM COM 02 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. PAR	ELGIN	4,20	1.134,00
86	UNID	11129	60	GEL FIXADOR PARA CABELO EMBALAGEM 250G	KANECHON	4,83	289,80
93	UNID	12762	40	ESCOVA CABELO COM CERDAS FIRMES BASE EM POLIPROPILENO, DIMENSOES APROXIMADAS: 3,5X9X19,5cm (AXLXP). EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE. UNIDADE.	CONDOR	16,50	660,00
95	UNID	13002	300	EMBALAGEM PLASTICA PARA PRESENTE TAMANHO 60X90	CROMOS	2,10	630,00
105	UNID	16643	1630	AGUA SANITARIA 02 LITROS, PARA LIMPEZA GERAL BACTERICIDA E GERMICIDA, SOLUCAO HIPOCLORITO DE SODIO 2,5 P/P, NACIO, HIDROXIDO DE SODIO. IGUAL OU SUPERIOR A MARCA IPE	YPE	5,80	9.454,00
106	PCT	16645	124	FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL TAMANHO M, G E GG, SEM PERFUME, FORMA DE APRESENTACAO EM PACOTE, EMBALAGEM CONTENDO PROCEDENCIA, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DE SAUDE.	DESCARPACK	12,15	1.822,50

108	PACOTE	16650	2650	COPO DESCARTAVEL 180ML EM POLIESTIRENO ATÓXICO MASSA MÍNIMA DE 2,20 GRAMAS; RESISTÊNCIA MÍNIMA DE 0,85N; SEM TAMPA. COMPLEMENTO: OS COPOS DEVEM ESTAR EMBALADOS EM MANGAS INVIOLAVEIS. NA EMBALAGEM DEVEM ESTAR IDENTIFICADOS	BELLO COPO	3,39	8.983,50
118	UNID	16669	139	RODO PLASTICO 40CM 02 LAMINAS DE BORRACHA CABO MADEIRA OU FERRO - UNIDADE.	GUIRADO	6,50	903,50
119	UNID	16671	370	PANO CHAO EM ALGODAO ALVEJADO TIPO SACO, PARA LIMPEZA, DIMENSOES MINIMAS DE 49X76CM. EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. UNIDADE.	MARTINS	5,50	2.035,00
120	PCT	16674	150	FRALDA GERIATRICA DESCARTAVEL TAMANHOS M/G/GG, SEM PERFUME, FORMA DE APRESENTACAO EM PACOTE	DESCARPACK	5,46	677,04
129	UNID	21940	190	CREME DENTAL INFANTIL 100GR GEL COM BAIXA ABRASIVIDADE, SABOR TUTTI-FRUTTI OU MORANGO, SEM FLUOR E CORANTE.	DENTIL	5,39	1.024,10
144	UNID.	22744	29	CAIXA PLASTICA MATERIAL VIRGEM 09 LITROS DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM TAMPA, RESISTENTE, TRANSPARENTE, COM FECHOS NA TAMPA, MEDINDO 26X38X14, CAPACIDADE 9 LITROS, PARA ARMAZENAR ALIMENTOS.	PARAMOUNT	24,50	710,50
148	UNID	22773	137	PRATO VIDRO FUNDO 22 CM DE DIAMETRO TRANSPARENTE EM VIDRO TEMPERADO	NADIR	5,70	675,00
153	UNID	23378	16	ESCUMADEIRA CABO DE 25 CM, BASE DE APROX. 10 CM	ASJ	14,90	238,40
160	UNID	23548	24	BATERIA 9 VOLTS ALCALINA COM POTENCIA CONFIAVEL DURABILIDADE PILHA DE ZINCO - ENCARTELADA	ELGIN	8,00	192,00
172	UNID	25830	12	FORMA DE PAO, EM ALUMINIO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 28CM DE COMPRIMENTO X 12 CM DE LARGURA X 5CM DE ALTURA.	ASJ	12,99	155,88
177	UNID	25835	32	PA LIXO PLASTICA CABO CURTO. PROCEDIMENTO MANUAL	GUIRADO	3,15	100,80
179	UNID	25837	240	PILHA, ALCALINA, TAMANHO AA 1,5 VOLTS. EMBALAGEM COM 04 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. PAR	ELGIN	8,40	2.016,00
180	UNID	25838	20	POTE EM POLIPROPILENO, ATOXICO CAPACIDADE APROXIMADA DE 3,5 LITROS, RESISTENTE, DISIGN QUADRADA, COM TAMPA, SEM AVARIAS	PARAMOUNT	15,49	309,80
185	UNID	25843	20	POTE EM POLIPROPILENO, ATOXICO, CAPACIDADE APROXIMADA DE 350 ML, RESISTENTE, DISIGN QUADRADA, COM TAMPA, SEM AVARIAS.	PARAMOUNT	4,50	90,00
188	UNID	25846	520	POTE EM POLIPROPILENO, CAPACIDADE APROXIMADA DE 1500 ML, RESISTENTE, DISIGN QUADRADA, COM TAMPA, SEM AVARIAS	PARAMOUNT	9,66	5.023,20
205	UNID	25875	40	TOALHA DE BANHO CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO FIO PENTEADO. MEDINDO 70CM X 135CM	MARTINS	16,17	646,80

CLÁUSULA II - DO VALOR GLOBAL

1. O Valor Global estimado da presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 81.776,87 (oitenta e um mil, setecentos e setenta e seis reais e oitenta e sete centavos).**

CLÁUSULA III – DO REAJUSTAMENTO

1. Os preços serão fixos e irreajustáveis, salvo mudanças nas medidas econômicas do Governo Federal.

2. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custos que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 65, II, “d”, da Lei 8.666/93, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, a empresa contratada em hipótese nenhuma poderá paralisar o fornecimento dos produtos e/ou serviços.

CLÁUSULA IV - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O prazo de validade do registro de preços será de *12 (doze)* meses, contado a partir da publicação da presente Ata.

CLÁUSULA V - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO:

1. Os Produtos objeto desta Ata serão fornecidos em etapas no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

2. A empresa detentora da Ata de Registro de Preços (licitante vencedora) deverá entregar os produtos de forma continuada e parcelada, conforme a solicitação do Departamento competente, com as características exigidas na licitação. Todas as despesas, impostos, taxas, etc, correrão por conta única e exclusiva da fornecedora.

3. Os produtos serão previamente requisitados pelos órgãos solicitantes da Prefeitura de União do Sul – MT, com antecedência para que seja entregue dentro do prazo estabelecido no Edital.

4. A entrega/retirada dos produtos deverá estar em conformidade com o requerido pelo Órgão Participante e acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceito após a verificação do cumprimento das especificações contidas no edital do pregão e nesta ata.

CLÁUSULA VI – DA FORMA DE PAGAMENTO:

1. Os pagamentos serão efetuados após a comprovação da entrega dos produtos, em até 30 (trinta) dias.

2. O Detentor da Ata deverá encaminhar as Notas Fiscais ao Departamento Competente que as receberá provisoriamente, para posterior comprovação de conformidade dos produtos de acordo com as especificações constantes do edital e da proposta apresentada.

3. Nenhuma fatura que contrarie as especificações contidas nas propostas será liberada antes de executadas as devidas correções e antes que seja apresentada a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

4. Nenhum pagamento será efetuado à Detentora da Ata sem que esta apresente, previamente, a Certidão Negativa de Débito de Contribuições Previdenciárias (INSS) e o Certificado de Regularidade do FGTS, em original ou cópia autenticada, salvo se as certidões apresentadas anteriormente ainda se encontrarem em validade.

5. Em hipótese alguma será feito o pagamento antecipado.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA:

1. Entregar os produtos de forma parcelada, em diversas etapas, conforme necessidade da Contratante, no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação da Ata de Registro de Preços.

2. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre os produtos e serviços objeto desta ata, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de UNIÃO DO SUL;

3. Responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao Município de UNIÃO DO SUL ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos.

4. Atender a Ordem de Fornecimento, entregando os produtos constantes de sua proposta em conformidade com as especificações estipuladas no ANEXO I - (HIGIENE, LIMPEZA E UTENSILIOS DIVERSOS), em no máximo 04 (quatro) dias úteis, após a emissão do pedido/requisição/ordem de fornecimento, devendo ser obedecidos os valores e condições propostas;

5. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;

7. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor para o fornecimento do objeto deste edital;

9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

10. Entregar produtos de boa qualidade devidamente embalados sem avarias, embalagem rompida entre outros;

11. Outras obrigações constantes da Minuta da Ata de Registro de Preços

CLÁUSULA VIII - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO:

1. Utilizar-se dos Produtos observando os aspectos da qualidade e durabilidade;

2. Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos nesta ata e no edital do respectivo pregão;

3. Informar à Detentora da Ata o nome do funcionário responsável pela assinatura das Ordens de Fornecimento ou requisições.

4. Fiscalizar e acompanhar a execução da presente Ata de Registro de Preços, e seus adendos, se houver, através de servidor designado por Ato normativo do senhor Prefeito.

CLÁUSULA IX - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

1. De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA (empresa detentora de Ata de Registro de Preços), a juízo da Administração do Município de União do Sul/MT, à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento);

2. A multa prevista no item “1” desta cláusula será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista na alínea “b” do item “3”.

3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada posteriormente, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a. advertência por escrito;

b. aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d. declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93;

4. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

5. Em se tratando de detentora de ata que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica;

6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA X - DA RESCISÃO

a) Pelo descumprimento total ou parcial por parte da CONTRATADA do compromisso assumido em virtude da Ata de Registro de Preços, de contrato ou instrumento equivalente, é assegurado ao Município de União do Sul (Contratante) o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito;

b) A rescisão do Contrato ou documento equivalente nos termos do art. 79 da Lei nº 8.666/93, poderá ser:

1) determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

2) amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no respectivo processo, desde que haja conveniência para a Administração;

3) judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA XI – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

1. As efetivas aquisições do objeto (produtos de higiene, limpeza e utensílios diversos) quando houver, serão empenhadas nas dotações orçamentárias do(s) orçamento(s) vigente(s) durante o período de validade desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA XII – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1. O presente instrumento é regido pela Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, pelo Decreto Municipal nº 901 de 24/03/2014, e legislação complementar, bem como pelas cláusulas e condições constantes do PREGÃO Nº 015/2018 – REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA XIII – DAS OMISSÕES:

1. Para solucionar situações ou casos omissos nesta Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador poderá recorrer ao texto do Edital do Pregão Presencial nº 015/2018, ao qual esta Ata encontra-se vinculada.

CLÁUSULA XIV – DO FORO:

1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes desta ata, elegem as partes o foro da Comarca de CLÁUDIA, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que assinam na presença das testemunhas abaixo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL-MT.

Av. Curitiba nº 94 – centro - CEP 78.543-000-Fone-3540-1283-União do Sul-MT.

CNPJ Nº 01.614.538/0001-59.

UNIÃO DO SUL/MT, 28 de Junho de 2018.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL/MT

Claudiomiro Jacinto de Queiroz - Prefeito Municipal

RG DA PAZ EIRELI - EPP

(Empresa Detentora da Ata)

Rodrigo Garcia da Paz – Proprietário

Testemunhas:

Nome: Cesar Itamar Guergoleti

CPF: 000.082.911-01

Nome: Keila Alves de Abreu

CPF: 016.182.261-42

PORTARIA Nº 103/2018

Dispõe sobre licença para tratamento de saúde da servidora que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 100, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida licença para tratamento de saúde, à servidora efetiva Sra. ELZA APARECIDA DE SOUZA – Condutora de Veículo Escolar, Vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, portadora do RG nº 1.456.528-5 SSP/MT e CPF nº 365.464.619-00, pelo período de 30 de junho de 2018 a 30 de setembro de 2018, sem prejuízo da remuneração, mediante processo do TRF-1 nº 0004096-55.2017.4.01.3603 em anexo, impetrado pela servidora acima designada contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 30 de junho de 2018.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 013/2018-D

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.614.538/0001-59, estabelecido à Av.Curitiba nº 94 – centro – União do Sul – MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, brasileiro, maior, empresário, portador do RG nº 5.753.325-0 SSP/PR e do CPF nº 784.082.539-72, residente e domiciliado neste município, e a Empresa: **BELAFORTE COMERCIAL LTDA. ME**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 24.296.486/0001-15, estabelecida à Rua Genésio Roberto Baggio, nº 155, Sala 02, bairro Centro, Cidade de Sorriso/MT, neste ato representada pelo Sr. Pedro Ivo Pacheco Agustini, brasileiro, maior, portador do RG nº 1759019 SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 707.703. 529-87, de acordo com o disposto na Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, com aplicação subsidiária no que couber da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal nº. 901, de 24/03/2014, e conforme o Processo Licitatório sob nº 020/2018, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018 – REGISTRO DE PREÇOS, as partes firmam esta **Ata de Registro de Preços**, com previsão de execução de 12 (doze) meses, para aquisições eventuais e futuras de PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E UTENSÍLIOS DIVERSOS, de conformidade com a descrição da Cláusula I desta Ata.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços, o registro dos preços, por parte da empresa acima identificada, dos produtos (higiene, limpeza e utensílios diversos), observadas as quantidades, especificações e respectivos preços, estabelecidos no demonstrativo abaixo, visando aquisições eventuais e futuras pelos órgãos relacionados no Anexo II do Edital do Pregão acima mencionado:

Item	Unid.	Cod.	Quant.	Descrição	Marca	R$ Unit.	R$ Total
5	UNI	3156	110	SHAMPOO INFANTIL FRAGANCIA SUAVE TESTADO DERMATOLOGICAMENTE EMBALAGEM CONTENDO NO MINIMO 200ML CONTENDO GLICERRINA ESPECIALMENTE PARA BEBES	TRALALA	10,20	1.122,00
6	PCT	3329	164	PRENDEDOR ROUPAS EM PLASTICO GRANDE EMBALADOS COM 12 UNIDADES	ARQPLAST	2,73	447,72
10	UNID	4397	650	AROMATIZANTE AMBIENTE 120 ML AROMA SUAVE, COMPOSTO DE ESSENCIA, CLORETO DE AQUIL DIMETIL, AMONIA E CONSERVANTE. APLICACAO: PARA VASO SANITARIO	TRIEX	7,50	4.875,00
12	UNID	4753	147	AVENTAL PVC FORRADO DE 1,20 X 70CM, IMPERMEAVEL	NAICOL	7,85	1.153,95
13	UNID	5029	72	XICARA CAFÉ 250 ML COM PIRES, VIDRO TRANSPARENTE	NADIR	9,80	705,60
18	UNID	8704	122	BALDE PLASTICO 10 LITROS DE ALTA DENSIDADE, RESISTETE A IMPACTO COM PAREDES E FUNDOS REFORCADOS COM REFORCO NO ENCAIXE DA ALCA, ALCA DE ACO ZINCADO COM A MARCA DO FABRICANTE. TIPO PEDREIRO	ARQPLAST	5,90	719,80
30	UNID	8724	360	AROMATIZANTE AMBIENTE 140ML PARA VASO SANITÁRIO	TRIEX	7,00	2.520,00
32	UNID	8727	36	ESCOVA LAVAR MAMADEIRAS FORMATO EM CURVA COM HASTES FLEXIVEIS DE NYLON PARA ALCANCAR OS CANTOS DA MAMADEIRA, PODE SER ESTERILIZADA EM AGUA FERVENTE POR 2 A 5 MINUTOS, DIMENSOES APROXIMADAS: LARGURA: 5 CM X COMPRIMENTO: 28 CM, UNIDADE.	CEFISA	8,50	306,00
34	UNID	8730	230	PALHA DE AÇO INOX, PACOTE CONTENDO 01 UNIDADE DE 10g. 100% INOX.	VEJA	0,81	186,30
38	PCT	8734	82	FOSFORO 1 MASSO, COM 10 CAIXAS DE 40 PALITOS CADA COMPOSTO EM VEGETAL E MINERAL.	SABIA	3,06	250,92
54	PCT	8760	980	SACO PLASTICO LIXO 50 LITROS EMBALADOS COM 100 UNIDADES RESIDUO NORMAL, CLASSE 1, TIPO E, COR PRETA, LARGURA 63, ALTURA 80, DE POLIPROPILENO. APLICACAO: USO DOMESTICO DEVERA ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	ITAQUI	18,50	18.130,00
58	UNID	8764	50	TALCO INFANTIL COM TENSOATIVO BIODEGRADAVEL CONTENDO NA COMPOSICAO AGUA, CORANTE E BRONQUEADOR OPTICO. EMBALGEM COM NO MINIMO 200G, COM DADOS DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E COMPOSICAO QUIMICA. UNIDADE.	TRALALA	13,40	670,00
61	UNID	8768	237	VASSOURA PALHA TIPO CAIPIRA 05 FIOS, AMARRACAO COM ARAME, CABO MADEIRA MEDINDO 1,20M, COMPRIMENTO CERDAS 60CM.	RAFAEL	18,00	4.266,00
63	UNID	8770	155	BLOQUEADOR SOLAR 120ML FATOR DE PROTECAO SOLAR FPS>30 UV-AB, LOCAO CREMOSA.	SUNBRISA	25,50	3.952,50
67	UNID	8776	65	ESCOVA LIMPEZA DE UNHAS CERDAS EM NYLON SUPORTE ANATOMICO DIMENSOES MINIMAS 9,5 CM X 4,5 CM X 4MM. ETIQUETA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. UNIDADE	GUIRADO	1,80	117,00
75	UNID	10761	430	PANO CHAO TIPO TOALHA DE BANHO COM MEDIDAS DE 60 X 1,20M. EMBALAGEM COM EDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. UNIDADE	MARTINS	9,10	3.913,00
78	UNID	11114	51	BOTA BORRACHA FORRADA ANTIDERRAPANTE CANO CURTO COR BRANCA NUMERACAO DE 35 A 42 A ESCOLHER PARA SERVICOS GERAIS DE LIMPEZA ORIGINAL DE FABRICA, COM CA DO MINISTERIO DO TRABALHO EMBALAGEM LACRADA DATA DE FABRICACAO NA EMBALAGEM. UNIDADE (PAR)	ITALBOTAS	39,90	2.034,90
82	ROLO	11120	102	FOLHA ALUMINIO 45 CM X 65 MT PARA ASSAR PROTEGER E EMBALAR - ROLO	SUPREMO	4,40	448,80
85	CAIXA	11128	26	GRAMPO DE CABELO RAMONA. CAIXA COM 40 UNIDADES.	QUADRADINHO	7,50	195,00
88	UNID	11138	15	BACIA PLASTICA RESISTENTE 80 LITROS, COM DIAMETRO DE DIAMETRO DE 64CM, NA ALTURA DE ALTURA DE 28CM - UNIDADES	ARQPLAST	37,00	555,00
97	UNID	14670	12	PANELA ALUMINIO TIPO CACAROLA, Nº 5O, COM TAMPA, 50 CM DE DIAMETRO E 21 CM DE ALTURA COM CAPACIDADE PARA 41,2 LITROS.	ASJ	210,00	2.520,00
98	UNID	14671	12	PANELA ALUMINIO TIPO CACAROLA, Nº 6O, COM TAMPA, 60 CM DE DIAMETRO E 26 CM DE ALTURA COM CAPACIDADE PARA 73,6 LITROS.	AJS	347,00	4.164,00
109	UNID	16653	70	GUARDA CHUVA 120 CM FORRADO PARA PROTECAO DA CHUVA E DO SOL. NÃO DOBRAVEL. UNIDADE	ZEIN	23,00	1.610,00
116	UNID	16667	25	CAIXA TERMICA POLIURETANO 50 LITROS ATOXICACOM ALCA E TAMPA QUE PROMOVA VEDACAO PARA EVITAR VAZAMENTOS, RESISTENTE A CHOQUES MECANICOS E A QUEDAS BRUSCAS, COM CERTIFICADO DE AFERICAO, IMPERMEAVEL, DE FACIL HIGIENIZACAO, RESISTENTE A MANCHAS	INVICTA	200,00	5.000,00
126	UNID	20346	110	CREME DENTAL USO ADULTO 90GR, S/ AROMA COMPOSTO DE FLUOR, LAURIL SULFATO DE SODIO, SACARINA, AGUA, SORBITOL, COMPOSICAO AROMATICA, POLIETILENOGLICOL, CARBOXIMETICULOSE, METILPARABENO, CARBONATO CALCIO, PIROFOSFATO TETRASSODICO, PROPILPARABENO, SILICATO DE SODIO, MONOFLUORFOSFATO DE SODICO, SILICATO DE SODIO, EMBALADO EM CAIXA PAPEL CARTAO PLASTIFICADA.	ULTRAFRESH	2,50	275,00
130	UNID	21946	43	SUPORTE PLASTICO PARA COADOR CAFÉ GRANDE N 103	JOVITA	5,95	255,85
132	UNID	21950	6	FORMA ALUMINIO N. 4 TAM 43 X 31 X 06 CM C/ ABA	ASJ	35,80	214,80
136	UNID	21955	11	PANELA ALUMINIO BATIDO CAPACIDADE PARA 05 LITROS	ASJ	50,00	550,00
137	UNID	21956	11	PANELA ALUMINIO BATIDO CAPACIDADE PARA 10 LITROS	ASJ	75,00	825,00
139	UNID	21958	13	PANELA PIPOQUEIRA GRANDE CAPACIDADE 05 LITROS	ASJ	79,00	1.027,00
142	UNID	22741	34	CAIXA ORGANIZADORA 20 LITROS, MEDINDO 41X29X25CM, TRANSPARENTE, COM TAMPA E TRAVA	PLASUTIL	34,00	1.156,00
151	UNID	23376	18	CONCHA CABO APROXIMADO 50 CM CAPACIDADE DE 500 ML	ASJ	27,50	495,00
159	PCT	23452	2010	PAPEL INTER FLOHA COMPACTO DIMENSES 23X20CM 100% CELULOSE EMBALAGEM COM 1.000 FLS	PROPEL	11,85	23.818,50
168	UNID	25823	32	BANDEJA PLÁSTICA MULTI-USO 12,0 LITROS. DIMENSÕES: 53,2×37,3×8,6	PLASUTIL	39,50	1.264,00
170	JOGO	25827	8	CONJUNTO PORTA CONDIMENTOS, EM PLASTICO RESISTENTE, CONTENDO 6 POTES COM TAMPA, APROXIMADAMENTE DE 150GR CADA POTE, ATOXICO, COM BASE SUPORTE.	PLASUTIL	45,00	360,00
171	UNID	25829	4	ESCORREDOR DE MACARRAO, EM ALUMINIO, COM ALÇAS, NUMERO 40, CAPACIDADE APROXIMADA DE 7 KG.	ASJ	47,80	191,20

174	UNID	25832	8	JARRA COM ALÇA 05 LITROS EM POLIPROPILENO, ATOXICA TAMPA VEDANTE, RESISTENTE	PLASUTIL	22,20	177,60
178	UNID	25836	16	PENEIRA EM ALUMINIO, COM CABO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 CM DE DIAMETRO.	HERCULES	19,00	304,00
187	UNID	25845	20	POTE EM POLIPROPILENO, ATOXICO, COM TAMPA, APROXIMADAMENTE 20 CM DE LARGURA E 30CM DE ALTURA, DISIGN REDONDO, RESISTENTE, SEM AVARIAS.	PLASUTIL	16,50	330,00
199	UNID	25863	40	LIXEIRA 60 LITROS EM PLASTICO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE RESISTENTE A IMPACTO COM TAMPA E ALCAS LATERAIS IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, UNIDADE.	ARQPLAST	34,00	1.360,00
201	UNID	25866	50	PRATO RASO EM VIDRO OPALINO PETALA COR BRANCA 25,5 CM DE DIAMETRO	NADIR	8,70	435,00
203	UNID	25869	50	TACA PARA AGUA EM VIDRO COM CAPACIDADE DE 340 ML	MOR	9,00	450,00
207	UNID	25878	20	COLHER PARA SERVIR EM AÇO 100% INOX, COM CABO DE 30 CM	TRAMONTINA	14,50	290,00

CLÁUSULA II - DO VALOR GLOBAL

1. O Valor Global estimado da presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 93.642,44 (noventa e três mil, seiscentos e quarenta e dois reais e quarenta e quatro centavos).**

CLÁUSULA III – DO REAJUSTAMENTO

1. Os preços serão fixos e irreajustáveis, salvo mudanças nas medidas econômicas do Governo Federal.

2. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custos que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 65, II, “d”, da Lei 8.666/93, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, a empresa contratada em hipótese nenhuma poderá paralisar o fornecimento dos produtos e/ou serviços.

CLÁUSULA IV - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O prazo de validade do registro de preços será de *12 (doze)* meses, contado a partir da publicação da presente Ata.

CLÁUSULA V - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO:

1. Os Produtos objeto desta Ata serão fornecidos em etapas no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

2. A empresa detentora da Ata de Registro de Preços (licitante vencedora) deverá entregar os produtos de forma continuada e parcelada, conforme a solicitação do Departamento competente, com as características exigidas na licitação. Todas as despesas, impostos, taxas, etc, correrão por conta única e exclusiva da fornecedora.

3. Os produtos serão previamente requisitados pelos órgãos solicitantes da Prefeitura de União do Sul – MT, com antecedência para que seja entregue dentro do prazo estabelecido no Edital.

4. A entrega/retirada dos produtos deverá estar em conformidade com o requerido pelo Órgão Participante e acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceito após a verificação do cumprimento das especificações contidas no edital do pregão e nesta ata.

CLÁUSULA VI – DA FORMA DE PAGAMENTO:

1. Os pagamentos serão efetuados após a comprovação da entrega dos produtos, em até 30 (trinta) dias.

2. O Detentor da Ata deverá encaminhar as Notas Fiscais ao Departamento Competente que as receberá provisoriamente, para posterior comprovação de conformidade dos produtos de acordo com as especificações constantes do edital e da proposta apresentada.

3. Nenhuma fatura que contrarie as especificações contidas nas propostas será liberada antes de executadas as devidas correções e antes que seja apresentada a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

4. Nenhum pagamento será efetuado à Detentora da Ata sem que esta apresente, previamente, a Certidão Negativa de Débito de Contribuições Previdenciárias (INSS) e o Certificado de Regularidade do FGTS, em original ou cópia autenticada, salvo se as certidões apresentadas anteriormente ainda se encontrarem em validade.

5. Em hipótese alguma será feito o pagamento antecipado.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA:

1. Entregar os produtos de forma parcelada, em diversas etapas, conforme necessidade da Contratante, no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação da Ata de Registro de Preços.

2. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre os produtos e serviços objeto desta ata, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de UNIÃO DO SUL;

3. Responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao Município de UNIÃO DO SUL ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos.

4. Atender a Ordem de Fornecimento, entregando os produtos constantes de sua proposta em conformidade com as especificações estipuladas no ANEXO I - (HIGIENE, LIMPEZA E UTENSILIOS DIVERSOS), em no máximo 04 (quatro) dias úteis, após a emissão do pedido/requisição/ordem de fornecimento, devendo ser obedecidos os valores e condições propostas;

5. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;

7. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor para o fornecimento do objeto deste edital;

9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

10. Entregar produtos de boa qualidade devidamente embalados sem avarias, embalagem rompida entre outros;

11. Outras obrigações constantes da Minuta da Ata de Registro de Preços

CLÁUSULA VIII - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO:

1. Utilizar-se dos Produtos observando os aspectos da qualidade e durabilidade;

2. Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos nesta ata e no edital do respectivo pregão;

3. Informar à Detentora da Ata o nome do funcionário responsável pela assinatura das Ordens de Fornecimento ou requisições.

4. Fiscalizar e acompanhar a execução da presente Ata de Registro de Preços, e seus adendos, se houver, através de servidor designado por Ato normativo do senhor Prefeito.

CLÁUSULA IX - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

1. De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA (empresa detentora de Ata de Registro de Preços), a juízo da Administração do Município de União do Sul/MT, à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento);

2. A multa prevista no item “1” desta cláusula será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista na alínea “b” do item “3”.

3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada posteriormente, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a. advertência por escrito;

b. aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d. declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93;

4. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

5. Em se tratando de detentora de ata que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica;

6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA X - DA RESCISÃO

a) Pelo descumprimento total ou parcial por parte da CONTRATADA do compromisso assumido em virtude da Ata de Registro de Preços, de contrato ou instrumento equivalente, é assegurado ao Município de União do Sul (Contratante) o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito;

b) A rescisão do Contrato ou documento equivalente nos termos do art. 79 da Lei nº 8.666/93, poderá ser:

1) determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

2) amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no respectivo processo, desde que haja conveniência para a Administração;

3) judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA XI – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

1. As efetivas aquisições do objeto (produtos de higiene, limpeza e utensílios diversos) quando houver, serão empenhadas nas dotações orçamentárias do(s) orçamento(s) vigente(s) durante o período de validade desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA XII – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1. O presente instrumento é regido pela Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, pelo Decreto Municipal nº 901 de 24/03/2014, e legislação complementar, bem como pelas cláusulas e condições constantes do PREGÃO N.º 015/2018 – REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA XIII – DAS OMISSÕES:

1. Para solucionar situações ou casos omissos nesta Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador poderá recorrer ao texto do Edital do Pregão Presencial nº 015/2018, ao qual esta Ata encontra-se vinculada.

CLÁUSULA XIV – DO FORO:

1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes desta ata, elegem as partes o Foro da Comarca de CLÁUDIA, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que assinam na presença das testemunhas abaixo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL-MT.

Av. Curitiba nº 94 – centro - CEP 78.543-000-Fone-3540-1283-União do Sul-MT.

CNPJ Nº 01.614.538/0001-59.

UNIÃO DO SUL/MT, 28 de Junho de 2018.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL/MT

Claudiomiro Jacinto de Queiroz - Prefeito Municipal

BELAFORTE COMERCIAL LTDA

(Empresa Detentora da Ata)

Pedro Ivo Pacheco Agustini – Proprietário

Testemunhas:

Nome: Cesar Itamar Guergoleti

CPF: 000.082.911-01

Nome: Keila Alves de Abreu

CPF: 016.182.261-42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 013/2018-E

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.614.538/0001-59, estabelecido à Av.Curitiba nº 94 – centro – União do Sul – MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, brasileiro, maior, empresário, portador do RG nº 5.753.325-0 SSP/PR e do CPF nº 784.082.539-72, residente e domiciliado neste município, e a Empresa: **MERCADÃO DA LIMPEZA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.689.405/0001-93, estabelecida à Av. Agrícola Paes de Barro, nº 1294, bairro Verdão, Cidade de Cuiabá/MT, neste ato representada pela Sra. Natalli Carrer, brasileira, maior, portadora do RG nº 41.985.918-4 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 332.310.908-22, de acordo com o disposto na Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, com aplicação subsidiária no que couber da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal nº. 901, de 24/03/2014, e conforme o Processo Licitatório sob nº 020/2018, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018 – REGISTRO DE PREÇOS, as partes firmam esta **Ata de Registro de Preços**, com previsão de execução de 12 (doze) meses, para aquisições eventuais e futuras de PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E UTENSÍLIOS DIVERSOS, de conformidade com a descrição da Cláusula I desta Ata.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços, o registro dos preços, por parte da empresa acima identificada, dos produtos (higiene, limpeza e utensílios diversos), observadas as quantidades, especificações e respectivos preços, estabelecidos no demonstrativo abaixo, visando aquisições eventuais e futuras pelos órgãos relacionados no Anexo II do Edital do Pregão acima mencionado:

Item	Unid.	Cód.	Quant.	Descrição	Marca	R$ Unit.	R$ Total
2	UNID	2994	150	APARELHO BARBEAR DESCARTAVEL CONFECCIONADO EM PLASTICO RESISTENTE, CONTENDO 02 (DUAS) LAMINAS PARALELAS FABRICADAS EM ACO INOXIDAVEL E AFIADAS, SEM SINAIS DE OXIDACAO OU REBARBAS. EMBALAGEM COM 02 (DUAS) UNIDADES	BIC	3,35	502,50
3	UNID	3103	39	GARRAFA TERMICA PRESSAO 02 LITROS COM ALCA E TAMPA CORPO REVESTIDO EM ACO INOX RESISTENTE A IMPACTO	ALLADIM	97,00	3.783,00
7	UNID	3511	105	RODO PASSAR CERA LIMPAR VIDROS COM ESPUMA, TAMANHO APROX. DE 27X06X09 CM, COM CABO	PLAST	8,00	840,00
9	UNID	4315	23	CHALEIRA ACO INOX 02 LITROS. UNIDADE	ARTNOX	70,00	1.610,00
11	UND	4570	52	CANECA PLASTICO 200ML COM ALCA	YABGZI	4,15	215,80
16	UNID	7414	12	FRIGIDEIRA N 22 ANTI ADERRENTE CAPACIDADE 900 ML	PANELUX	32,00	384,00
19	UNID	8705	62	BALDE PLASTICO 20 LITROS ALCA EM ACO ZINCADO ALTA DENSIDADE (PEAD) E RESISTENCIA A IMPACTO, PAREDES, FUNDO E ENCAIXE DA ALCA REFORCADOS, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	ARQ	10,00	620,00
22	UNID	8713	26	LIXEIRA 20 LITROS EM PLASTICO TELADO, FORMATO CILINDRICO, FUNDO PLANO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	ARQ	7,00	182,00
26	UNID	8719	130	COTONETE HASTES FLEXIVEIS CX 75 UNIDADES EM POLIPROPILENO, ALGODAO E SOLUCAO ANTI – MICROBIANA (CLORETO DE BENZALCONIO), HIDROXIMETILCELULOSE.	COTONELA	1,70	221,00
33	UNID	8728	67	ESCOVA VASO SANITARIO EM NYLON, COM SUPORTE PLASTICO, ETIQUETA COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	PLAST	6,20	415,40
35	UNID	8731	525	ESPONJA ACO CARBONO 1X8X50GR UNIDADES ABRASIVIDADE FINA PARA LIMPEZA E BRILHO	INOVE	1,80	945,00
37	UNID	8733	430	FLANELA LIMPEZA EM 100% ALGODAO 60 X 40CM BORDAS OVERLOCADAS. COR BRANCA	ROSA BELA	2,20	946,00
39	UNID	8736	68	ISQUEIRO GAS GRANDE ENCARTELADO	BIC	5,10	346,80
45	UNID	8744	176	OLEO DE PEROBA, FRASCO COM NO MÍNIMO 200 ML. FRASCO.	KING	12,50	2.200,00
46	UNID	8747	230	PANO DE PRATO FELPUDO, MATERIAL MACIO, ABSORVENTE E RESISTENTE, MEDINDO 45 X 70. UNIDADE.	MARTINS	3,20	736,00
48	UNID	8750	50	PENTE DE PLASTICO COM CERDAS LARGAS DE CABO. UNIDADE	ESCOBEL	1,80	90,00

55	UNID	8761	775	SAPONACEO CREMOSO. FRASCO PLASTICO DE 300ML. A EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, NUMERO DO LOTE, VALIDADE E NUMERO DE REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE. IGUAL OU SEMELHANTE A MARCA ASSOLAN	ASSOLAN	7,40	5.735,00
56	UNID	8762	112	SHAMPOO INFANTIL FRAGANCIA SUAVE TESTADO DERMATOLOGICAMENTE EMBALAGEM CONTENDO NO MINIMO 480ML COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE. UNIDADE.	TRALALA	9,00	1.008,00
57	UNID	8763	158	SODA CAUSTICA 01 KG EM ESCAMAS, ALTA CONCENTRACAO, ATE 99% DE ESCAMAS, EMBALADA EM POTE	INDAIA	12,50	1.975,00
59	UNID	8765	201	TOALHA DE ROSTO CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, GRAMATURA 500 GR/M². MEDINDO 50CM X 80CM	MARTINS	7,50	1.507,50
65	UNID	8773	26	GARRAFA TERMICA TAMPA ROLHA 01 LITRO COM ALCA E TAMPA CORPO REVESTIDO EM PLASTICO RESISTENTE A IMPACTO	INVICTA	26,00	676,00
70	ROLO	8780	410	PAPEL TOALHA MULTI USO EM ROLO 2 X 60MTS FOLHA SIMPLES ABSORVENTE, PICOTADA, DE FIBRAS CELULOSICAS, DIMENSOES 22,0 X 19,0 CM, COM VARIACAO DE +/- 1 CM. IGUAL OU SUPERIOR A MARCA SNOB	SNOB	6,00	2.460,00
74	UNID	10759	85	ESPONJA BANHO SINTETICA A BASE DE ESPUMA DE POLIURETANO COM BACTERICIDA E FIBRA SINTÉTICA COM ABRASIVO DIMENSOES APROXIMADAS DE 110X75X20MM. EMBALAGEM PLASTICA INDIVIDUAL CONTENDO O NOME DO FABRICANTE. UNIDADE.	FRESCH	1,60	136,00
76	PCT	10948	880	COPO DESCARTAVEL 50ML EM POLIESTIRENO NAO TOXICO QUE SUPORTE CALOR ATE 100° C. PESO MINIMO DE ACORDO COM NORMA NBR 14.865. MARCA, PROCEDÊNCIA E NORMA (NBR) IMPRESSAS NA EMBALAGEM DO PRODUTO.	COPOSUL	1,76	1.548,80
77	PCT	10953	845	PAPEL TOALHA GUARDANAPO ABSORVENTE BRANCO 23 X 23CM DE ALTA ALVURA EMBALADO EM PACOTES COM 50 UNIDADES	JULLY	0,90	760,50
79	UNID	11115	12	CAPA PARA CHUVA EM PLASTICO (MATERIAL RESISTENTE), COMPRIDA COM CAPUZ MANGA LONGA , INCOLOR, COM ABA NO PESCOÇO, TAM P,	PLAST	14,40	216,00
80	UNID	11116	12	CAPA PARA CHUVA EM PLASTICO (MATERIAL RESISTENTE), COMPRIDA COM CAPUZ MANGA LONGA , INCOLOR, COM ABA NO PESCOÇO, TAM M,	PLAST	14,40	172,80
84	UNID	11126	10	RODO PARA LAVAGEM DE VIDRAÇAS COM CABO DE FERRO TAMANHO MÉDIO DE UM LADO BORRACHA DO OUTRO CONTENDO ESPUMA RESISTENTE	BETANIN	50,00	500,00
87	UNID	11130	51	DESENTUPIDOR LIQUIDO PARA PIAS E RALOS 01 LITRO GRAMAS	START	8,20	418,20
92	UNID	12761	22	CAIXA TERMICA POLIURETANO 12 LITROS ATOXICA COM ALCA E TAMPA QUE PROMOVA VEDACAO PARA EVITAR VAZAMENTOS, RESISTENTE A CHOQUES MECANICOS E A QUEDAS BRUSCAS, COM CERTIFICADO DE AFERICAO, IMPERMEAVEL, DE FACIL HIGIENIZACAO, RESISTENTE A MANCHAS, COM ISOLAMENTO TERMICO EM ESPUMA DE POLIURETANO	ANTARES	70,00	1.540,00
94	UNID	12764	80	PENTE FINO DE PLASTICO E CABO UNIDADE (EXTRATOR DE PIOHOS)	BRISA	0,60	48,00
96	UNID	14657	15	CAPA PARA CHUVA EM PLASTICO (MATERIAL RESISTENTE), COMPRIDA COM CAPUZ MANGA LONGA , INCOLOR, COM ABA NO PESCOÇO, TAM G	PLAST	14,40	172,80
101	UNID	14682	14	ESPATULA BOLO EM ACO INOX APROX 30 CM	MIMO	9,50	133,00
102	UNID	14685	90	CONDICIONADOR INFANTIL DESEMBARACADOR PARA CABELOS ESPECIALMENTE PARA BEBES, ANTIALÉRGICO COM VÁRIOS AROMAS CONTENDO NO MÍNIMO 200 ML COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DA FABRICACAO E VALIDADE. UNIDADE.	RELVAZON	9,00	810,00
103	UNID	15098	90	CONDICIONADOR INFANTIL DESEMBARACADOR, PARA CABELOS, ANTIALERGICO, COM VARIOS AROMAS, CONTENDO NO MINIMO 480 ML, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DA FABRICACAO E VALIDADE. UNIDADE.	TRALALA	9,80	882,00
104	UNID	15180	337	PANO CHAO, TIPO TOALHA DE ROSTO COM MEDIDAS DE 30 X 60CM. ETIQUETA COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. UNIDADE	MARTINS	6,40	2.156,80
107	PCT	16646	842	PAPEL HIGIENICO FOLHA DUPLA 4X30 METROS, PICOTADO, COR BRANCA, EXTRA MACIO, OTIMA ABSORÇÃO, SEM RESIDUOS, NEUTRO, TOQUE DE SEDA	CLARA	5,35	4.504,70
110	UNID	16654	406	LIMPADOR INSTANTANEO MULTIUSO 500ML CLORO ATIVO COMPOSTO DE TENSOATIVO NÃO IONICO, COADJUVANTES.	START	2,35	954,10
111	UNID	16655	610	ALCOOL ETILICO HIDRATADO A 70% GRAUS INPM, EMBALAGEM CONTENDO 1000 ML,	START	6,10	3.721,00
112	UNID	16656	695	AMACIANTE ROUPAS 02 LITROS COMPOSTO DE HIDROCERAMIDAS. COM FRAGRANCIA.	START	4,10	2.849,50
114	UNID	16664	83	BANDEJA EM PLASTICO RESISTENTE 30 X 20CM RETANGULAR	SUPERCOM	14,00	1.162,00
121	UNID	16676	140	FACA MESA 100% INOX MINIMO 19CM	MARTINAZO	3,90	546,00
124	PCT	20344	110	TOUCA DESCARTAVEL PCT COM 100 UNIDADES	TAUGE	8,30	913,00
127	UNID	20347	21	BACIA PLASTICA RESISTENTE 15 LITROS COM DIAMETRO DE 44CM, NA ALTURA DE 15CM – UNIDADES	ARQ	8,60	180,60
133	UNID	21951	56	GARFO COZINHA INOX COM CABO DE PLASTICO	ARTNOX	1,55	86,80
135	UNID	21953	10	TABUA CARNE EM VIDRO TAMANHO 40 X30 VIDRO 8 MM	YANGZI	26,00	260,00
140	UNID	22034	135	REPELENTE CORPORAL LOCAO HIDRATANTE EM FRASCO MINIMO 200ML – ACAO CONTRA DENGUE, ZIKA, CHIKINGUNIA, LICENCIADO NO MINISTERIO DA SAUDE	REPELEX	19,00	2.565,00
141	UNID	22727	10	ABRIDOR DE LATA EM AÇO INOX PROFISSIONAL COM 22 CM DE COMPRIMENTO	VIEL	2,60	26,00
143	UNID	22742	44	CAIXA ORGANIZADORA 68 LITROS, MEDINDO 63,1X44,1X33,1CM, TRANSPARENTE, COM TRAVA	RAINHA	90,00	3.960,00
145	UNID	22748	215	COLHER MESA EM ACO 100% INOX, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,0 MM, COMPRIMENTO MINIMO 19CM, CABO, PRIMEIRA LINHA.	MARTINAZO	1,60	344,00
146	UNID	22760	140	GARFO MESA 100% INOX ESPESSURA MINIMA DE 1,0 MM E 19CM	MARTINAZO	1,95	273,00
149	UNID	23371	344	CERA EM PASTA PARA PISO 400 GRAMAS COMPOSICAO BASICA CARNAUBA, CERA POLIETILENO, PARAFINA, CONSERVANTE, FRAGRANCIA, OLEO DE PINHO, SOLVENTES ASFALTICOS, EMULSIFICANTE, AGUA, COADJUVANTES, NA CATEGORIA PRONTO USO.	CANARIO	18,50	6.364,00
150	UNID	23372	24	ACENDEDOR AUTOMATICO PARA FOGAO	LUME	9,00	216,00
156	UNID	23381	28	FACA COZINHA 40CM EM ACO INOX CABO PLASTICO PARA CARNES	MOR	20,00	560,00
158	UNID	23451	222	LIMPA VIDRO 500ML (REFIL)	START	3,40	754,80
161	PAR	24452	34	CALCADO FEMININO FECHADO. MATERIAL: TPE TERMOPLASTICO DE POLIMERICO, FLEXIVEL, COM O SELO IBTEC – INSTITUTO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA DO COURO, CALCADO E ARTEFATOS E O CERTIFICADO DE APROVACAO (25479) DO MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO. MODELO SEGUE ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NR-32, NAO E DESCARTAVEL E NAO DESENVOLVE BACTERIAS POR NAO SER POROSO. ANATOMICO E ORTOPEDICO.	FIJUWARA	75,60	2.570,40

162	PAR	24453	10	CALCADO MASCULINO FECHADO. MATERIAL: TPE- TERMOPLASTICO DE POLIMERICO, FLEXIVEL, COM O SELO IBTEC – INSTITUTO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA DO COURO, CALCADO E ARTEFATOS E O CERTIFICADO DE APROVACAO (25479) DO MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO. MODELO SEGUE AS ESPECIFICACOES DA NR-32, NAO E DESCARTAVEL E NAO DESENVOLVE BACTERIAS POR NAO SER POROSO. ANATOMICO E ORTOPEDICO	FUJIWARA	75,60	756,00
163	UNID	25817	20	BACIA EM POLIPROPILENO CAPACIDADE APROXIMADA DE 3 LITROS, ATOXICO, RESISTENTE, DISIGN REDONDO, SEM AVARIAS.	ARQ	3,00	60,00
164	UNID	25818	20	BACIA EM POLIPROPILENO CAPACIDADE APROXIMADA DE 5 LITROS, ATOXICO, RESISTENTE, DISIGN REDONDO, SEM AVARIAS.	ARQ	4,90	98,00
165	UNID	25819	20	BACIA EM POLIPROPILENO, CAPACIDADE APROXIMADA 750 ML, COM TAMPA, ATOXICO, RESISTENTE, DISIGN REDONDO, SEM AVARIAS.	ARQ	0,90	18,00
166	UNID	25820	15	BACIA EM POLIPROPILENO, CAPACIDADE APROXIMADA DE 10 LITROS, ATOXICO, RESISTENTE, DISIGN REDONDO, SEM AVARIAS.	ARQ	6,60	99,00
167	UNID	25821	15	BACIA EM POLIPROPILENO, CAPACIDADE APROXIMADA DE 14 LITROS, ATOXICO, RESISTENTE, REDONDA, SEM AVARIAS.	ARQ	8,00	120,00
169	PCT	25826	90	COLHER DESCARTAVEL, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 15CM. PACOTE COM 50UNID.	SERTPLAST	2,60	234,00
173	PACOTE	25831	40	GARFO DESCARTÁVEL, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 15CM. PACOTE COM 50UNID.	SERTPLAST	2,60	104,00
181	UNID	25839	46	POTE EM POLIPROPILENO, ATOXICO CAPACIDADE APROXIMADA DE 5 LITROS, RESISTENTE, DISIGN QUADRADA, COM TAMPA, SEM AVARIAS	MB	12,00	552,00
182	UNID	25840	20	POTE EM POLIPROPILENO, ATOXICO CAPACIDADE APROXIMADA DE 750 ML, RESISTENTE, DISIGN QUADRADA, COM TAMPA, SEM AVARIAS	JR	4,10	82,00
192	UNID	25853	93	SABONETE LIQUIDO ANTISPTICO, AROMA SUAVE OU SEM FRAGANCIA, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE REALIZA UM A LIMPEZA SUAVE COM PH FISIOLOGICO. 5 LITROS	START	24,00	2.232,00
193	UNID	25855	2165	DETERGENTE LIQUIDO CONCENTRADO 500ML COMPOSICAO TENSOATIVOS IONICO, SAIS INORGÂNICOS, SEQUESTRE, NEUTRALIZANTE, CONSERVANTE COADJUVANTE, ESSENCIA E VEICULO, EMBALAGEM EM POLIETILENO COM TAMPA PUSH POOL, FRAGRANCIA NEUTRA. IGUAL OU SUPERIOR A MARCA YPE	YPE	1,95	4.221,75
194	PCT	25856	570	SABAO BARRA GLICERINADO 5X200G, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE NEUTRO EMBALAGEM DE PLASTICO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE. QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR À MARCA YPÊ.	YPE	6,58	3.750,60
195	PCT	25857	1185	SABAO PO 01KG PARA LIMPEZA PESADA EM UTILIZACAO E DIVERSAS COM TENSOATIVO ANIONICO TAMPONANTES COADJUVANTES, SINERGISTA, CORANTES, ENZIMAS ATIVAS, BRANQUEADOR OPTICO, ESSENCIA AGUA, ALVEJANTE E CARGA. ACONDICIONADO CAIXA, ROTULO COM INFORMACOES SOBRE O SABAO EM PO. QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR À MARCA TIXAN	TIXAN	6,90	8.176,50
196	UND	25858	10	CESTO PARA LIXO CONFECCIONADO EM PLASTICO POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE RESISTENTE A IMPACTO COM TAMPA E ALÇAS LATERIAIS IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, CAPACIDADE PARA 60 LITROS. UNIDADE	ARQ	32,00	320,00
197	UNID	25861	52	LIXEIRA 35 LITROS COM PEDAL EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE COM PAREDES E FUNDO REFORÇADO RESISTENTES AO IMPACTO.	ARQ	48,00	2.496,00
198	UNID	25862	54	LIXEIRA 50 LITROS COM PEDAL EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE COM PAREDES E FUNDO REFORÇADO RESISTENTES AO IMPACTO.	ARQ	150,00	8.100,00
200	UNID	25864	20	PEGADOR PARA MASSAS EM ACO INOX COM CABO DE 20 CM DE COMPRIMENTO E 5 CM DE LARGURA	YANGZI	10,00	200,00
208	UNID	25879	10	DESCASCADOR DE LEGUMES 100% ACO INOX COM 21 CM	SIMONAGIO	5,40	54,00
209	UNID	25880	10	GARFO PARA SERVIR CARNE TRINCHANTE 100% ACO INOX COMPRIMENTO TOTAL 21 CM	CASA BELA	10,00	100,00

CLÁUSULA II - DO VALOR GLOBAL

1. O Valor Global estimado da presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 101.478,65 (cento e um mil, quatrocentos e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos).**

CLÁUSULA III – DO REAJUSTAMENTO

1. Os preços serão fixos e irreajustáveis, salvo mudanças nas medidas econômicas do Governo Federal.

2. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custos que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 65, II, “d”, da Lei 8.666/93, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, a empresa contratada em hipótese nenhuma poderá paralisar o fornecimento dos produtos e/ou serviços.

CLÁUSULA IV- DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O prazo de validade do registro de preços será de *12 (doze)* meses, contado a partir da publicação da presente Ata.

CLÁUSULA V - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO:

1. Os Produtos objeto desta Ata serão fornecidos em etapas no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

2. A empresa detentora da Ata de Registro de Preços (licitante vencedora) deverá entregar os produtos de forma continuada e parcelada, conforme a solicitação do Departamento competente, com as características exigidas na licitação. Todas as despesas, impostos, taxas, etc, correrão por conta única e exclusiva da fornecedora.

3. Os produtos serão previamente requisitados pelos órgãos solicitantes da Prefeitura de União do Sul – MT, com antecedência para que seja entregue dentro do prazo estabelecido no Edital.

4. A entrega/retirada dos produtos deverá estar em conformidade com o requerido pelo Órgão Participante e acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceito após a verificação do cumprimento das especificações contidas no edital do pregão e nesta ata.

CLÁUSULA VI – DA FORMA DE PAGAMENTO:

1. Os pagamentos serão efetuados após a comprovação da entrega dos produtos, em até 30 (trinta) dias.

2. O Detentor da Ata deverá encaminhar as Notas Fiscais ao Departamento Competente que as receberá provisoriamente, para posterior comprovação de conformidade dos produtos de acordo com as especificações constantes do edital e da proposta apresentada.

3. Nenhuma fatura que contrarie as especificações contidas nas propostas será liberada antes de executadas as devidas correções e antes que seja apresentada a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

4. Nenhum pagamento será efetuado à Detentora da Ata sem que esta apresente, previamente, a Certidão Negativa de Débito de Contribuições Previdenciárias (INSS) e o Certificado de Regularidade do FGTS, em original ou cópia autenticada, salvo se as certidões apresentadas anteriormente ainda se encontrarem em validade.

5. Em hipótese alguma será feito o pagamento antecipado.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA:

1. Entregar os produtos de forma parcelada, em diversas etapas, conforme necessidade da Contratante, no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação da Ata de Registro de Preços.

2. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre os produtos e serviços objeto desta ata, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de UNIÃO DO SUL;

3. Responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao Município de UNIÃO DO SUL ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos.

4. Atender a Ordem de Fornecimento, entregando os produtos constantes de sua proposta em conformidade com as especificações estipuladas no ANEXO I - (HIGIENE, LIMPEZA E UTENSILIOS DIVERSOS), em no máximo 04 (quatro) dias úteis, após a emissão do pedido/requisição/ordem de fornecimento, devendo ser obedecidos os valores e condições propostas;

5. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;

7. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor para o fornecimento do objeto deste edital;

9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

10. Entregar produtos de boa qualidade devidamente embalados sem avarias, embalagem rompida entre outros;

11. Outras obrigações constantes da Minuta da Ata de Registro de Preços

CLÁUSULA VIII - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO:

1. Utilizar-se dos Produtos observando os aspectos da qualidade e durabilidade;

2. Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos nesta ata e no edital do respectivo pregão;

3. Informar à Detentora da Ata o nome do funcionário responsável pela assinatura das Ordens de Fornecimento ou requisições.

4. Fiscalizar e acompanhar a execução da presente Ata de Registro de Preços, e seus adendos, se houver, através de servidor designado por Ato normativo do senhor Prefeito.

CLÁUSULA IX - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

1. De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA (empresa detentora de Ata de Registro de Preços), a juízo da Administração do Município de União do Sul/MT, à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento);

2. A multa prevista no item “1” desta cláusula será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista na alínea “b” do item “3”.

3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada posteriormente, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a. advertência por escrito;

b. aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d. declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93;

4. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

5. Em se tratando de detentora de ata que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica;

6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA X - DA RESCISÃO

a) Pelo descumprimento total ou parcial por parte da CONTRATADA do compromisso assumido em virtude da Ata de Registro de Preços, de contrato ou instrumento equivalente, é assegurado ao Município de União do Sul (Contratante) o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito;

b) A rescisão do Contrato ou documento equivalente nos termos do art. 79 da Lei nº 8.666/93, poderá ser:

1) determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

2) amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no respectivo processo, desde que haja conveniência para a Administração;

3) judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA XI – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

1. As efetivas aquisições do objeto (produtos de higiene, limpeza e utensílios diversos) quando houver, serão empenhadas nas dotações orçamentárias do(s) orçamento(s) vigente(s) durante o período de validade desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA XII – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1. O presente instrumento é regido pela Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, pelo Decreto Municipal nº 901 de 24/03/2014, e legislação complementar, bem como pelas cláusulas e condições constantes do PREGÃO N.º 015/2018 – REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA XIII – DAS OMISSÕES:

1. Para solucionar situações ou casos omissos nesta Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador poderá recorrer ao texto do Edital do Pregão Presencial nº 015/2018, ao qual esta Ata encontra-se vinculada.

CLÁUSULA XIV – DO FORO:

1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes desta ata, elegem as partes o foro da Comarca de CLÁUDIA, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada esta Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que assinam na presença das testemunhas abaixo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL-MT.

Av. Curitiba nº 94 – centro - CEP 78.543-000-Fone-3540-1283-União do Sul-MT.

CNPJ Nº 01.614.538/0001-59.

UNIÃO DO SUL/MT, 28 de Junho de 2018.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL/MT

Claudiomiro Jacinto de Queiroz - Prefeito Municipal

MERCADÃO DA LIMPEZA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.

(Empresa Detentora da Ata)

Natalli Carrer - Proprietária

Testemunhas:

Nome: Cesar Itamar Guergoleti

CPF: 000.082.911-01

Nome: Keila Alves de Abreu

CPF: 016.182.261-42

PORTARIA Nº 105/2018

Dispõe sobre conversão em abono pecuniário, de 10 (dez) dias de férias do servidor que menciona e dá outras providências.

CLAUDIMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto no art. 71, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais); e

Considerando o teor do Requerimento subscrito pelo servidor abaixo identificado;

R E S O L V E:

Art. 1º - Por força desta Portaria fica convertida em abono pecuniário, uma parcela de 10 (dez) dias das férias a que faz jus o servidor EDINALDO CARDOSO DE SOUSA, ocupante do cargo de efetivo de Agente de Combate as Endemias, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, cedido temporariamente a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Parágrafo Único – As férias mencionadas no *caput* são referentes ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2016 a 31 de julho de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro sobre a folha de pagamento do mês de junho de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 30 de Junho de 2018.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

TERMO DE "RATIFICAÇÃO" DE ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 06/2018

Objeto: Prestação de serviços, pela CONTRATADA, de publicação no Diário Oficial da União, de atos oficiais e demais matérias de interesse do CONTRATANTE, conforme estabelecido no Decreto nº 9.215, de 29/11/2017, combinado com a Portaria nº 268, de 5/10/2009 e Portaria nº 35, de 17/02/2017.

Fundamento legal: Artigo 25, Inciso I da Lei Federal 8.666/93 com posteriores alterações. E obedecendo ao que estabelece o Artigo 26, publica no diário oficial para o prazo de 05 (cinco) dias, como condição para eficácia dos atos.

FORNECEDOR: IMPRENSA NACIONAL

Inscrito no CNPJ; 04.196.645/0001-00

VALOR ESTIMADO: R$ 10.000,00

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico desta Prefeitura Dr. Thucydides Francisco Conceição Alvares, OAB MT 4552.

PUBLIQUE-SE ARQUIVE-SE

Vale de São Domingos, MT, 29 de Junho de 2018.

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito do Mun. De V. S. Domingos/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 94, DE 29 DE JUNHO DE 2.018.

Designa o servidor para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 020/2018 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **JACKSON ALVES LOPES SOUZA**, brasileiro, Farmacêutico, Portador da Cédula de Identidade RG nº 1028523-3 SSP/MT e inscrito no CPF nº 875.203.891-20, Matrícula nº 130009, em substituição da servidora, **EDNÉIA MENEZES ALVES**, brasileira, Farmacêutica do Cadim, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 841074 SSP/MT e inscrita no CPF nº 536.019.801-00, Matrícula nº 126389, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 020/2018, firmado com a empresa, **MISSNER & MISSNER LTDA**, inscrita sob o CNPJ nº 03.225.411//0001-73, cujo objeto é Aquisição de materiais/insumos hospitalares em caráter de urgência para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande (HPSM/VG), e Unidade de Pronto Atendimento (UPA/IPASE) e demais Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04/06/2018.

Art. 2º - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 29 de junho de 2.018.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

PORTARIA Nº 693/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 499823/2018,

RESOLVE:

Averbar em favor da servidora **RENATA EMY SEMOTO**, Matrícula 100420, lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e Sustentável, exercendo o cargo de Fiscal Municipal, o tempo de serviço constante na Certidão de Tempo de Contribuição do INSS n° 10001100.1.00289/17-9**,** prestado à iniciativa privada, empresas: OESTE PROJETOS AMBIENTAIS LTDA-ME e GUARDIAN SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA-ME**, nos períodos de 17.06.2013 a 30.06.2013 e 01.07.2013 a 21.12.2013,** respectivamente, **correspondendo a 188 (cento e oitenta e oito) dias líquidos,** no total de **00 (zero) anos, 06 (seis) meses e 08 (oito) dias, para efeitos de APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE.**

E ainda, **Reconhecer** em favor da servidora **RENATA EMY SEMOTO**, Matrícula 100420, lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e Sustentável, exercendo o cargo de Fiscal Municipal, o tempo de serviço constante na Certidão de Tempo de Contribuição do INSS n° 10001100.1.00289/17-9**,** prestados ao município de Várzea Grande, **nos períodos de 01.02.2009 a 30.12.2009; 04.01.2010 a 16.03.2011 e 28.04.2011 a 23.12.2011, correspondendo a 1.010 (Um mil e dez) dias líquidos,** no total de **02 (dois) anos, 09 (nove) meses e 10 (dez) dias, para TODOS OS EFEITOS LEGAIS.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 29 de junho de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.36/2018

Processo n.515999/2018. O Município de Várzea Grande-MT/Secretaria Municipal de Administração torna público aos interessados que o Pregão Eletrônico n.36/2018: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo: açúcar cristal, água mineral em copo, café, chá de erva mate tostado, coador para café de pano, copo descartável 180 ml, copo descartável 50 ml, filtro para café descartável, fósforo, garrafão vazio e suporte em plástico para filtro de café para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. **ADJUDICADO** e **HOMOLOGADO 26/06/2018**, sagrando-se vencedora a empresa: **FRUTA SUL COMERCIO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA – EPP,** inscrita no CNPJ sob o n° 10.264.502/0001-83, vencedora dos itens 01, 02 e 03, com valor total **R$ 137.247,30** (cento e trinta e sete mil, duzentos e quarenta e sete reais e trinta centavos), à empresa **MOREIRA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ERELI - EPP**, inscrita no CNPJ sob o n° 08.436.811/0001-41, vencedora do item 04**,** com valor total **R$ 5.699,00** (Cinco Mil Seiscentos e Noventa e Nove Reais), à empresa **MARIA JOSÉ DOS REIS NETO - EPP**, inscrita no CNPJ sob o n° 10.226.940/0001-57, vencedora dos itens 05, 06 e 11**,** com valor total **R$ 27.120,00** (Vinte e Sete Mil Cento e Vinte Reais), à empresa **BRIVIA COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS ERELI - ME**, inscrita no CNPJ sob o n° 11.618.579/0001-77, vencedora dos itens 07 e 09 com valor total **R$ 5.232,30** (Cinco Mil duzentos e Trinta e Dois Reais e Trinta Centavos) e à empresa **ATIVA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o n° 10.469.118/0001-17, vencedora dos itens 08 e 10,com valor total **VALOR TOTAL R$ 3.042,00** (Três Mil e Quarenta e Dois Reais),Várzea Grande-MT, 26 de junho de 2018. **Pablo Gustavo Moraes Pereira- Secretaria Municipal de Administração.**

ATO Nº. 232/2018

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

R E S O L V E:

NOMEAR Ivete de Queiroz Porto, no cargo em Comissão de Diretor Escolar – EMEB Salvelina Ferreira da Silva, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 09 de julho de 2018.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 28 de Junho de 2018.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 93, DE 29 DE JUNHO DE 2.018.

Designa o servidor para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 019/2018 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **JACKSON ALVES LOPES SOUZA**, brasileiro, Farmacêutico, Portador da Cédula de Identidade RG nº 1028523-3 SSP/MT e inscrito no CPF nº 875.203.891-20, Matrícula nº 130009, em substituição da servidora, **EDNÉIA MENEZES ALVES**, brasileira, Farmacêutica do Cadim, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 841074 SSP/MT e inscrita no CPF nº 536.019.801-00, Matrícula nº 126389, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 019/2018, firmado com a empresa, **MEDSONDA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES DESCARTÁVEIS LTDA**, inscrita sob o CNPJ nº 05.150.338/0001-43, sob o NIRE nº 41204834051, cujo objeto é Aquisição de materiais/insumos hospitalares em caráter de urgência para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande (HPSM/VG), e Unidade de Pronto Atendimento (UPA/IPASE) e demais Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04/06/2018.

Art. 2º - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 29 de junho de 2.018

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 91, DE 29 DE JUNHO DE 2.018.

Designa o servidor para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 011/2018 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **JACKSON ALVES LOPES SOUZA**, brasileiro, Farmacêutico, Portador da Cédula de Identidade RG nº 1028523-3 SSP/MT e inscrito no CPF nº 875.203.891-20, Matrícula nº 130009, em substituição da servidora, **EDNÉIA MENEZES ALVES**, brasileira, Farmacêutica do Cadim, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 841074 SSP/

MT e inscrita no CPF nº 536.019.801-00, Matrícula nº 126389, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 011/2018, firmado com a empresa, **HALEX INSTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A**, inscrita sob o CNPJ nº 01.571.702/0001-98, cujo objeto é Aquisição de medicamentos hospitalares em caráter de urgência para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande (HPSM/VG), e Unidade de Pronto Atendimento (UPA/IPASE) e demais Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04/06/2018.

Art. 2º - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 29 de junho de 2.018.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

CONSELHO DA CIDADE DE VÁRZEA GRANDE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DA CIDADE CONCIDADE

DIA 03 DE JULHO DE 2.018

O Presidente do Conselho da Cidade, nos termos das Leis Municipais ns. 3.112/2.007 (dispõe sobre o Plano Diretor do Município) e 4.151/2.016 (dispõe sobre o Conselho da Cidade de Várzea Grande), **CONVOCA os integrantes do Conselho da Cidade - CONCIDADE a fazerem-se presentes na 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA, a se realizar no dia 03 de julho de 2.018, às 08:00horas, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN**, localizada no Paço Couto Magalhães, em Várzea Grande/MT, para tratar da seguinte Ordem do Dia:

1. Análise e parecer técnico dos instrumentos de Estudo de Impacto de Vizinhança e Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIV, pertencente à empresa **RODOBENS Incorporadora Imobiliária 405 SPE Ltda**., para implantação de um condomínio residencial horizontal integrado à edificação; 2. Entre outros assuntos correlatos ao Colegiado.

Várzea Grande-MT, 29 de junho de 2018

EDSON ROBERTO SILVA

Presidente do Conselho da Cidade de Várzea Grande e

Secretário Municipal de Planejamento

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 90, DE 29 DE JUNHO DE 2.018.

Designa a servidora para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 034/2018 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora, **ELANA SOL SOL DE AMORIM GABRIEL**, brasileira, Enfermeira da Equipe Técnica de Atenção Secundária, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 1971726-1 SSP/MT e inscrita no CPF nº 025.201.691-25, Matrícula nº 120788, para atender exclusivamente a Atenção Secundária, em substituição da servidora, **EDIANE RAMALHO GOMES**, brasileira, Enfermeira da Equipe Técnica de Atenção Secundária, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 1750110-5 SSP/MT e inscrita no CPF nº 019.697.381-38, Matrícula nº 120791, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 034/2018, firmado com a empresa, **A.W.G COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP,** inscrita sob o CNPJ nº 14.049.599/0001-62 e NIRE nº 51201261733, cujo objeto Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva e/ou preventiva, a ser realizada em aparelhos de ar condicionado, refrigerador, freezer e bebedouros instalados, para atender as necessidades da toda a Rede da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande/MT, partir de 01/06/2018.

Art. 2º - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - A servidora ora designada declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 29 de junho de 2.018.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

PORTARIA Nº 691/2018

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Retificar a **Portaria nº 683/2018,** referente à servidora, **MARIA GUIMARÃES ECKART,** matrícula nº **84674,** exercendo o cargo de Enfermeiro,lotado na Secretaria Municipal de Saúde, que tornou sem efeito a Licença Prêmio, referente ao qüinqüênio **01.08.2009/2014,** período de gozo a partir de **01.06.2018 à 29.08.2018.**

Onde se lê: tendo em vista o servidor estar em afastamento médico nesse período...

Leia-se: tendo em vista a servidora retornou às suas atividades laborais devido acúmulo de trabalho.

Paço Municipal “Couto Magalhães” Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 28 de Junho de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 695/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE

Retificar a Portaria nº 573/2018 somente com relação a servidora **CINTIA DA SILVA SERRANO,** matrícula n° 86897, exercendo o cargo efetivo de Técnico de Desenvolvimento Econômico e Social, lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, que concedeu **15 (quinze) dias** de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo **2016/2017**, com período de gozo em 15.06.2018 a 29.06.2018**.** Conforme a Portaria Nº 573/2018,publicada noJornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM**,** no dia 30/05/2018, pagina 552, edição nº2.989.

Onde se lê :Período de gozo em 15.06.2018 a 29.06.2018..

Leia-se :Período de gozo em **16.07.2018 a 30.07.2018.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 29 de junho de 2018.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 696/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE

Retificar a Portaria nº 575/2018 somente com relação ao servidor **ELECILDES FORTES DA SILVA,** matrícula n° 12919, exercendo o cargo efetivo de Agente de Apoio dos Serviços do SUS, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, que concedeu 30 (trinta) dia**s** de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo 2017/2018, com período de gozo em **01.06. 2018 a 30.06.2018.** Conforme a Portaria Nº 575/2018**,** publicada noJornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM**,** no dia 30/05/2018, pagina 605, edição nº2.989.

Onde se lê :Período aquisitivo 2017/2018.

Leia-se :Período aquisitivo **2016/2017**.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 29 de junho de 2018.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 89, DE 29 DE JUNHO DE 2.018.

Designa a servidora para exercer a função de Fiscal do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 066/2015 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora, **LAURA TOCANTINS DA SILVA**, brasileira, Gestor Público, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 2008761-6 SSP/MT e inscrita no CPF nº 016.139.621-69, Matrícula nº 130011, em substituição ao servidor **WELLYNGTON ALESSANDRO DOLCE,** portador da Cédula de identidadeRG nº 924741-3 SSP/MT **e** inscrito sob o CPF nº 603. 794.131-91, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 066/2015, firmado com a empresa, **ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO Á PESQUISA – AFIP,** inscrita sob o CNPJ nº 47.673.793/0040-80, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de saúde laboratoriais, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, nas unidades ambulatoriais e hospitalares conforme as especificações contidas no termo de referencia e determinações da Portaria Ministerial nº 1034 de 05 de maio de 2010, mediante a celebração de Contrato de Prestação de Serviços, a partir de 01/06/2018.

Art. 2º - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - A servidora ora designada declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 29 de junho de 2.018.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

PORTARIA Nº 694/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 522050/2018,

RESOLVE:

Averbar em favor do servidor, ***ANTONIO CARLOS ARRUDA OLIVEIRA***, matrícula 4106, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de Médico, conforme Certidãode Tempo de Contribuição do Cuiabá – PREV – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CUIABÁ-MT nº 000716/2017, tempo de serviço prestado junto à Secretaria Municipal de Saúde/MT, nos períodos de **01.01.1991 a 05.08. 1994**, que totalizam **1.278 (Um mil duzentos e setenta e oito) dias líquidos**, correspondendo a **03 (três) anos, 06 (seis) meses e 03 (três) dias, para efeitos de APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 29 de junho de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA GAB/PREF/PMVG 21 /2018

Dispõe sobre designação de Conselheiro Suplente para compor o Conselho Tutelar de Várzea Grande, no período de férias de Conselheiro Tutelar, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO ao Edital nº 05/2017/CMDCA/VG que Dispõe sobre a Convocação para Apresentação do Suplente do Conselho Tutelar;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Conselheiro Suplente **EDINEIA MARIA DE ALMEIDA**, que substituirá a Sra. CAROLINA CURVO PIOVEZAN, Conselheiro Tutelar – DNS 5, que encontra em gozo de férias no período de **02/07/2018 á 31/07/2018**, com ônus para Secretaria Municipal de Assistência Social.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 28 de Junho de 2018.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES

Secretária Municipal de Assistência Social

EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 082/2013

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a CONSÓRCIO MOBILIDADE PP N 001/2012 – MT, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 17.462.392/0001-03. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra fundamentado legal no art. 57, II da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, na justificativa da Secretaria Gestora do Contrato nº. 082/2013, bem como nos demais documentos acostados ao PROCESSO GESPRO Nº 524858/2018. OBJETO: Tem por objeto, aditar o 4.1 da “CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA”, o item 5.1 e 5.2 da “CLÁUSULA QUINTA–DO VALOR, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA FORMA DE PAGAMENTO”, e o item 15.1 “CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA–DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO”, referente a contratação de Empresa Especializada da Prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), na Mobilidade Local, Serviços Telefônicos Comutado de Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), Originadas de Terminais Móveis e Conexão Remota, visando atender Órgãos/Entidade do Poder Executivo Municipal. O VALOR GLOBAL: O valor global estimado de R$ 231. 539,66 (duzentos e trinta e um mil, quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e seis centavos). UO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO: 04. 01.04.122.0101. P/A: 2.295. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0100. VIGÊNCIA: Termo fica prorrogado pelo período de 109 (cento e nove) dias, o prazo de vigência do Contrato principal, produzindo seus efeitos a partir de seu vencimento. FISCAL DE CONTRATO: Ficará designada pela **Secretaria de Administração** para este ato, a servidora **FERNANDA DEITOS DE ALMEIDA PEREIRA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 8.607.650-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob nº. 006.860.761-09, Matrícula 108878; com a **Secretaria de Gestão Fazendária**, que designa a servidora **RAIZA CAMPOS ANTONIACOMI**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG Nº. 1993417-3 e inscrita no CPF nº. 035.845.301-13; com a **Secretaria de Viação e Obras**, que designa o servidor **ROBERTO DAVI DE SOUZA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº. 1089559-00 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 793.044.191-15, Matrícula 6583; com a **Secretaria de Comunicação Social**, que designa a servidora **JANE CÁSSIA DUARTE LIMA BARROS**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG Nº. 0802016-7 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 459. 523.881-91; com a **Secretaria de Serviço Públicos e Mobilidade Urbana**, que designa a servidora **CATARINA MARQUES DE ASSIS**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG Nº. 16254619 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 009.921.791-06, Matrícula 109001; com a **Procuradoria Geral do Município**, que designa a servidora **PAULIENE FERRAZ**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG Nº. 2094026-2 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 032.216.551-26; com a **Secretaria de Defesa Social**, que designa o servidor **ROBERTO AUGUSTO DIAS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº. 1061192-4 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 795.472. 981-53, Matrícula 40105; com a **Secretaria de Controladoria Geral do Município**, que designa o servidor **SERGIO FREITAS DA SILVA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº. 715210 SSP/RO e inscrito no CPF nº. 722.679.762-34, Matricula 98154; **com a Secretaria de Governo**, que designa o servidor **GUSTAVO LUIZ MESQUITA CORRÊA DA COSTA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº. 10392297 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 695.817.541-72, Matrícula 18845; com a **Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável**, que de-

signa a servidora **ELLEN CRISTINA MORENO DO NASCIMENTO**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG Nº. 15871134 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 013.612.851-33, Matrícula 110103; com a **Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo,** que designa o servidor **GONÇALO SOARES DE LIMA FILHO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº. 267950 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 230.133. 971-87; com a **Secretaria de Saúde**, que designa a servidora **CLAUDIA MARA MENDES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG Nº. 10977961 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 816.621.731-72 Matrícula 8240; com a **Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,** que designa o servidor **AROLDO PASCOAL DE MORAES JÚNIOR**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº. 824105 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 487.309.551-49, Matrícula 5012; com a **Secretaria de Assistência Social**, que designa o servidor **ADRIANO MARCELO FERREIRA**, brasileiro, portadora da Cédula de Identidade RG Nº. 595824 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 571.945.721-68, Matrícula 0946

ASSINATURA: 20.06.2018.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretaria Municipal de Administração – PMVG/MT

CONSÓRCIO MOBILIDADE PP N 001/2012 - MT

Contratada

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 92, DE 29 DE JUNHO DE 2.018.

Designa o servidor para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 017/ 2018 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **JACKSON ALVES LOPES SOUZA**, brasileiro, Farmacêutico, Portador da Cédula de Identidade RG nº 1028523-3 SSP/MT e inscrito no CPF nº 875.203.891-20, Matrícula nº 130009, em substituição da servidora, **EDNÉIA MENEZES ALVES**, brasileira, Farmacêutica do Cadim, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 841074 SSP/MT e inscrita no CPF nº 536.019.801-00, Matrícula nº 126389, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 017/2018, firmado com a empresa, **INJEX INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA**, inscrita sob o CNPJ nº 59.309.302/0001-99, sob o NIRE nº 3520815397-6, cujo objeto é Aquisição de materiais/insumos hospitalares em caráter de urgência para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande (HPSM/VG), e Unidade de Pronto Atendimento (UPA/IPASE) e demais Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04/ 06//2018.

Art. 2º - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 29 de junho de 2.018.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 103, DE 29 DE JUNHO DE 2.018.

Designa o servidor para exercer a função de Fiscal do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2016 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor, **OSMARINO TEÓFILO LARA**, brasileiro, Auxiliar de Serviços Gerais, Portador da Cédula de Identidade RG nº 1064867-4 SSP/MT, Data de Emissão 14/10/2015, e inscrito no CPF sob o nº 782.534.461-87, Matrícula 38012, em substituição ao servidor, **OTACILIO VALENTIM DA MATTA GOMES**, brasileiro, Agente Administrativo, portador da Cédula de Identidade RG nº 463.400-4 SSP/MT, Data de Emissão: 10/01/1994 e inscrito no CPF sob o nº 468.403.461-53, Matrícula 84739, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2016, firmado com o Locatário **NELÇO SANTOS**, brasileiro, casado, Portador da Cédula de Identidade RG nº 243531 e inscrito no CPF sob nº 621.674.481-04, cujo objeto é a locação de um imóvel urbano comercial, localizado na Rua Salim Nadaf nº 480, Bairro Centro, Município de Várzea Grande – MT, destinada única e exclusivamente para alojar o almoxarifado da Secretaria de Saúde do Município de Várzea Grande/MT, a partir de 01/06/2018.

Art. 2º - Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e con-

ferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 29 de junho de 2.018.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

PORTARIA Nº. 702/2018

Designa os membros para compor Comissão que realizará a elaboração do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP dos servidores efetivos e contratados no âmbito da Administração Direta do Município de Várzea Grande – MT.

O Secretário Municipal de Administração da Prefeitura de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os servidores abaixo relacionados para elaboração do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, dos (as) servidores (as) efetivos (as) e contratados (as) da Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT.

I – Marcos Rodrigues da Silva -Matrícula 31375 – Superintendente de Gestão de Pessoas – Secretaria Municipal de Administração.

II - Diego Francisco Carvalho da Costa - Matricula 118324 – Coordenador de Gestão de Pessoas – Secretaria Municipal de Administração.

III – Danielle Cristina Lorenzon – Matricula 9847 – Assistente Social – Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, em Várzea Grande, 29 de Junho de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 120/2017

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS EIRELI - EPP, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 25.165.749/0001-10. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado aos termos e condições do art. 57, II da Lei nº. 8.666/93, na justificativa exarada pela Secretaria gerenciadora do Contrato nº. 053/2016, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 523848/2018. OBJETO: Tem por objeto aditar a CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO e a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, referente a contratação de empresa capacitada na prestação de serviços de administração, gerenciamento e controle de frota com implantação e operação de sistema informatizado e integrado, via internet, com tecnologia para pagamento por meio de cartão magnético ou micro processado (chip), nas redes de estabelecimentos credenciados pela contratada para manutenção operacional preventiva e corretiva, incluído o fornecimento de peças de reposição, acessórios, socorro mecânico e transporte por guincho dos veículos que compõem a frota da Prefeitura de Várzea Grande. VALOR GLOBAL: Fica aditado em R$ 263.138,50 (duzentos e sessenta e três mil, cento e trinta e oito reais e cinquenta centavos). o item 01, e em R$ 242.580,25 (duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e oitenta reais e vinte e cinco centavos) o item 02, referente ao acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos contratados, passando o contrato ao valor de estimado global de R$ 2.528.593,75 (dois milhões quinhentos e vinte e oito mil quinhentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos). UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.209. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MAT. CONSUMO. FONTE: 0101. DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.209. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0101.

DATA: 21.06.2018

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração – PMVG/MT

BRENO GOMES

Secretário Municipal de Serviço Públicos – PMVG/MT

DIOGENES MARCONDES

Secretário Municipal de Saúde – PMVG/MT

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES

Secretário Municipal de Assistência Social – PMVG/MT

SILVIO APARECIDO FIDELIS

##CAR Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer– PMVG/MT

SADORA XAVIER FONSECA CHAVES

Procuradora Geral – PMVG/MT

HELLEN FARIAS FERREIRA

Secretário Municipal de Meio Ambiente – PMVG/MT

LUCINÉIA DOS SANTOS RIBEIRO

Secretário Municipal de Gestão Fazendária – PMVG/MT

EVANDRO HOMERO DIAS

Secretário Municipal de Defesa Social – PMVG/MT

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Viação e Obras – PMVG/MT

JOSÉ ROBERTO AMARAL DE CASTRO PINTO

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano – PMVG/MT

NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS EIRELI - EPP

PORTARIA Nº 692/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo

Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 522190/2018,

RESOLVE:

Reconhecer em favor da servidora, **MARIA ELIZA DOS REIS**, matrícula 32681, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de TSAE – Técnico em Manutenção, conforme Declaraçãode Tempo de Serviço emitida pela SAD/PMVG, o tempo de serviço prestado junto ao Município de Várzea Grande, no período de **22.02. 1988 a 29.10.1992**, que totalizam **1.712 (Um mil setecentos e doze) dias líquidos**, correspondendo a **04 (quatro) anos, 08 (oito) meses e 12 (doze) dias, para TODOS OS EFEITOS LEGAIS.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 29 de junho de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 102, DE 29 DE JUNHO DE 2.018.

Designa o servidor para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 031/2018 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **JACKSON ALVES LOPES SOUZA**, brasileiro, Farmacêutico, Portador da Cédula de Identidade RG nº 1028523-3 SSP/MT e inscrito no CPF nº 875.203.891-20, Matrícula nº 130009, em substituição da servidora, **EDNÉIA MENEZES ALVES**, brasileira, Farmacêutica do Cadim, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 841074 SSP/MT e inscrita no CPF nº 536.019.801-00, Matrícula nº 126389, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 031/2018, firmado com a empresa, **DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**, inscrita sob o CNPJ nº 26.792.580/0001-90, sob o NIRE nº 51200399693, cujo objeto é Aquisição de medicamentos em caráter de urgência para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande (HPSM/VG), e Unidade de Pronto Atendimento (UPA/IPASE) e demais Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04/06/2018.

Art. 2º - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 29 de junho de 2.018.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 101, DE 29 DE JUNHO DE 2.018.

Designa o servidor para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 030/2018 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **JACKSON ALVES LOPES SOUZA**, brasileiro, Farmacêutico, Portador da Cédula de Identidade RG nº 1028523-3 SSP/MT e inscrito no CPF nº 875.203.891-20, Matrícula nº 130009, em substituição da servidora, **EDNÉIA MENEZES ALVES**, brasileira, Farmacêutica do Cadim, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 841074 SSP/MT e inscrita no CPF nº 536.019.801-00, Matrícula nº 126389, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 030/2018, firmado com a empresa, **DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**, inscrita sob o CNPJ nº 26.792.580/0001-90, sob o NIRE nº 51200399693, cujo objeto é Aquisição de materiais/insumos em caráter de urgência para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande (HPSM/VG), e Unidade de Pronto Atendimento (UPA/IPASE) e demais Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04/06/2018.

Art. 2º - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 29 de junho de 2.018.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 100, DE 29 DE JUNHO DE 2.018.

Designa o servidor para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 029/2018 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **JACKSON ALVES LOPES SOUZA**, brasileiro, Farmacêutico, Portador da Cédula de Identidade RG nº 1028523-3 SSP/MT e inscrito no CPF nº 875.203.891-20, Matrícula nº 130009, em substituição da servidora, **EDNÉIA MENEZES ALVES**, brasileira, Farmacêutica do Cadim, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 841074 SSP/MT e inscrita no CPF nº 536.019.801-00, Matrícula nº 126389, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 029/2018, firmado com a empresa, **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME,** inscrita sob o CNPJ nº 03.250.803/0001-92, cujo objeto é Aquisição de materiais/insumos hospitalares em caráter de urgência para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande (HPSM/VG), e Unidade de Pronto Atendimento (UPA/IPASE) e demais Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04/06/2018.

Art. 2º - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 29 de junho de 2.018.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 99, DE 29 DE JUNHO DE 2.018.

Designa o servidor para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 028/2018 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **JACKSON ALVES LOPES SOUZA**, brasileiro, Farmacêutico, Portador da Cédula de Identidade RG nº 1028523-3 SSP/MT e inscrito no CPF nº 875.203.891-20, Matrícula nº 130009, em substituição da servidora, **EDNÉIA MENEZES ALVES**, brasileira, Farmacêutica do Cadim, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 841074 SSP/MT e inscrita no CPF nº 536.019.801-00, Matrícula nº 126389, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 028/2018, firmado com a empresa, **CARMO DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME**, inscrita sob o CNPJ nº 22.684.331/0001-20, cujo objeto é Aquisição de medicamentos em caráter de urgência para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande (HPSM/VG), e Unidade de Pronto Atendimento (UPA/IPASE) e demais Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04/06/2018.

Art. 2º - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 29 de junho de 2.018.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 98, DE 29 DE JUNHO DE 2.018.

Designa o servidor para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 027/2018 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **JACKSON ALVES LOPES SOUZA**, brasileiro, Farmacêutico, Portador da Cédula de Identidade RG nº 1028523-3 SSP/MT e inscrito no CPF nº 875.203.891-20, Matrícula nº 130009, em substituição da servidora, **EDNÉIA MENEZES ALVES**, brasileira, Farmacêutica do Cadim, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 841074 SSP/MT e inscrita no CPF nº 536.019.801-00, Matrícula nº 126389, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 027/2018, firmado com a empresa, **DISNORMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita sob o CNPJ nº 01.326.495/0001-06, sob o NIRE nº 51200157169, cujo objeto é Aquisição de materiais/insumos hospitalares em caráter de urgência para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande (HPSM/VG), e Unidade de Pronto Atendimento (UPA/IPASE) e demais Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04/06/2018.

Art. 2º - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 29 de junho de 2.018.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2018

O Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará **realizar** licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2018,** tendo como objeto**: Registro de preço para f**utura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de material permanente (conjunto moto bomba submersa, aeradores e quadros de comando para poços tubulares profundos e estações de tratamento de esgoto), para atender as necessidades do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

Fica marcada a data do Pregão para o **dia 13 de julho de 2018, às 09h00-min (horário de Mato Grosso).** O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - Comissão de Licitação, situado na Av. Gov. Júlio Campos, 2.599, Jardim dos Estados – Várzea Grande/MT e no site: **www.daevg.com.br.**

Várzea Grande-MT, 28 de junho de 2018.

CRISTIANE PEREIRA MARTINS

PREGOEIRA - DAE/VG

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 97, DE 29 DE JUNHO DE 2.018.

Designa o servidor para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 026/2018 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **JACKSON ALVES LOPES SOUZA**, brasileiro, Farmacêutico, Portador da Cédula de Identidade RG nº 1028523-3 SSP/MT e inscrito no CPF nº 875.203.891-20, Matrícula nº 130009, em substituição da servidora, **EDNÉIA MENEZES ALVES**, brasileira, Farmacêutica do Cadim, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 841074 SSP/MT e inscrita no CPF nº 536.019.801-00, Matrícula nº 126389, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 026/2018, firmado com a empresa, **DISNORMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita sob o CNPJ nº 01.326.495/0001-06, sob o NIRE nº 51200157169,

cujo objeto é Aquisição de medicamentos em caráter de urgência para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande (HPSM/VG), e Unidade de Pronto Atendimento (UPA/IPASE) e demais Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04/06/2018.

Art. 2º - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 29 de junho de 2.018.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

ATO EXTRATO CONTRATO N. 077/2018

PARTES INTERESSADAS: Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e a Empresa

DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 26.792.580/0001-90. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado aos termos e condições do art. 24, IV da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, no Comunicado de Dispensa de Licitação n. 13/2018, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo nº 153/2018, no Termo de Referência nº 023/2018 da Secretaria de Saúde. GRESPO nº 524925/2018. OBJETO: Tem por objeto aquisição de materiais hospitalares/insumos em caráter de urgência para atender as necessidades da Rede da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande-MT. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global no montante de R$ 45.261,00 (quarenta e cinco mil duzentos e sessenta e um reais). SECRETARIA DE SAÚDE DO: 09.02.10.122.0015 - P/A: 2.305. ND. 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ FONTE: 0102/0114/0142. DO: 09.02.10.302.0012. P/A: 2.304. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ FONTE: 0114/0142. DO: 09.02.10.301.0003. P/A: 2.303. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE: 0114/0142. DO: 09.02.10.303.0020. P/A: 2.307. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE: 0114/0142/0102. VIGÊNCIA: Terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que a CONTRATADA deverá entregar o objeto de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação, conforme art. 24, IV da Lei n. 8.666/1993.

DATA DE ASSINATURA: 26.06.2018.

DIOGENES MARCONDES

Secretária Municipal de Saúde – PMVG/MT

DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

Contratada

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº 057/2018

Ricardo Azevedo Araújo – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e

Considerando os termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

Considerando os termos do Acórdão n. 731/2012 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2018 – SM GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA-EPP

PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2018 – POR LOTE.

Objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada em confecções de uniformes, para atender os funcionários do Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea grande – DAE/VG.

Fiscal: Mario Cezar de Carvalho

RG N. º 10520244 SS/MT CPF N. º 690.716.081-15

END.º: Rua Ministro Licínio Monteiro n: 145 Bairro: Jardim Gloria I Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 1.916

Suplente de Fiscal: Daniel Lira

RG N. º 0350570-7 SSP/MT CPF N. º 327.897.931-15

END.º: Rua Jaciara Nº 199 Bairro: COHAB Nova Cidade: Cuiabá/MT

Matricula N. º 2.065

Art. 2°. Essa Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições anteriores.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 28 de junho de 2018.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 96, DE 29 DE JUNHO DE 2.018.

Designa o servidor para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 022/2018 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **JACKSON ALVES LOPES SOUZA**, brasileiro, Farmacêutico, Portador da Cédula de Identidade RG nº 1028523-3 SSP/MT e inscrito no CPF nº 875.203.891-20, Matrícula nº 130009, em substituição da servidora, **EDNÉIA MENEZES ALVES**, brasileira, Farmacêutica do Cadim, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 841074 SSP/MT e inscrita no CPF nº 536.019.801-00, Matrícula nº 126389, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 022/2018, firmado com a empresa, **SHALON FIOS CIRÚRGICOS LTDA**, inscrita sob o CNPJ nº 33.348.467/0004-29, sob o NIRE nº 5220077493-2, cujo objeto é Aquisição de materiais/insumos hospitalares em caráter de urgência para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande (HPSM/VG), e Unidade de Pronto Atendimento (UPA/IPASE) e demais Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04/06/2018.

Art. 2º - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 29 de junho de 2.018.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

PORTARIA GAB/PREF/PMVG 024/2.018

Dispõe sobre a delegação e designação do Secretário Municipal de Gestão Fazendária, para cumprimento e efetivação da atribuição do artigo 8.º da Lei Municipal n.º 3313/2009, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 3313/2009 - Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivos fiscais às pessoas jurídicas que atuam no ramo da construção/incorporação imobiliária abrangido pelo PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV; e;

CONSIDERANDO que o artigo 8.º da referida Lei leciona que o deferimento do processo de isenção se dá por intermédio da Prefeita Municipal e do Secretário de Gestão Fazendária.

RESOLVE:

Art. 1º Designa e delega ao Secretário Municipal de Gestão Fazendária e para que em conjunto com o Superintendente de Receita, exerçam os poderes exclusivos para o cumprimento e efetivação dos atos previsto no artigo 8.º da Lei Municipal n.º 3313/2009.

Art. 2º Após a verificação regular do processo e sendo observados os requisitos legais, o processo administrativo poderá ser deferido ou indeferido, devendo ser publicado o ato junto ao Diário Oficial.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 29 de Junho de 2.018.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 95, DE 29 DE JUNHO DE 2.018.

Designa o servidor para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 021/2018 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **JACKSON ALVES LOPES SOUZA**, brasileiro, Farmacêutico, Portador da Cédula de Identidade RG nº 1028523-3 SSP/MT e inscrito no CPF nº 875.203.891-20, Matrícula nº 130009, em substituição da servidora, **EDNÉIA MENEZES ALVES**, brasileira, Farmacêutica do Cadim, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 841074 SSP/MT e inscrita no CPF nº 536.019.801-00, Matrícula nº 126389, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 021/2018, firmado com a empresa, **CARMO DISTRIBUIDORA HOSPITALAR – EIRELI – ME**, inscrita sob o CNPJ nº 22.684.331/0001- 20, cujo objeto é Aquisição de materiais/insumos hospitalares em caráter de urgência para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande (HPSM/VG), e Unidade de Pronto Atendimento (UPA/IPASE) e demais Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04/06/2018.

Art. 2º - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 29 de junho de 2.018.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

ATO Nº. 231/2018

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Neila Batista de Almeida do cargo em Comissão de Diretor Escolar – EMEB Professora Salvelina Ferreira da Silva, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 06 de julho de 2018.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 28 de Junho de 2018.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

PORTARIA GAB/PREF/PMVG 22 /2018

Dispõe sobre designação de Conselheiro Suplente para compor o Conselho Tutelar de Várzea Grande, no período de férias de Conselheiro Tutelar, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO ao Edital nº 05/2017/CMDCA/VG que Dispõe sobre a Convocação para Apresentação do Suplente do Conselho Tutelar;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Conselheiro Suplente **ALCICLEI DOS SANTOS**, que substituirá a Sra. NEILA MARIA DE CAMPOS, Conselheiro Tutelar – DNS 5, que encontra em gozo de férias no período de **02/07/2018 á 31/07/2018**, com ônus para Secretaria Municipal de Assistência Social.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 28 de Junho de 2018.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES

Secretária Municipal de Assistência Social

ATO Nº. 233/2018

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Darlene Cristiane Orlando Lisboa do cargo em Comissão de Superintendente - DNS 3, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 02 de julho de 2018.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 29 de Junho de 2018.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 104, DE 29 DE JUNHO DE 2.018.

Designa a servidora para exercer a função de Fiscal do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 02/2017 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora, **GABRIELLE TAQUES SILVA DE ALMEIDA**, brasileira, Gestor Público, portadora da Cédula de Identidade RG nº1460130-3 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 021.716.551-60, Matrícula n°130021, em substituição a servidora, **LEONICE PEREIRA DO NASCIMENTO**, brasileira, Técnica de Nível Superior, portadora da Cédula de Identidade RG nº115361-79 SSP/SJ e inscrita no CPF sob o nº 882.794. 301-30, Matrícula n°117387, para acompanhar e fiscalizar a execução do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 02/2017, firmado com a empresa **SOCIEDADE MATOGROSSENSSE DE ASSISTÊNCIA EM MEDICINA INTERNA LTDA**, inscrita sob o CNPJ nº 08.734.721/0001-37, NIRE nº 51. 201.009.180 e CNES nº 5469732, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de **SERVIÇOS MÉDICOS** em atendimento de urgência e emergência para suprir as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal e Unidade de Pronto Atendimento - UPA – IPASE de Várzea Grande/MT, para atender exclusivamente o Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande/MT, a partir de 01/06/2018.

Art. 2º - Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - A servidora ora designada declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 29 de junho de 2.018.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N.196/2018

"DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - **Designar** a servidora FRANCISCA ANA DA SILVA, brasileira, residente e domiciliada no município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade RG: n. 161669-2 SSP/MT e CPF nº 826. 591.094-00, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade N. 097/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO N. 072/2016

TOMADA DE PREÇOS N. 009/2016, QUE ENTRE SI FAZEM À EMPRESA SÃO PAULO TERRAPLENAGEM LTDA E O MUNICIPIO DE VILA BELA DA SS. TRINDADE/MT.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro no inciso IV, do § 1º, do art. 57, na **Lei Federal nº 8.666/93,** e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo tem por objeto a supressão do valor a ser pago à Contratada;

O valor total de **R$ 909.578,51** (novecentos e nove mil quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e um centavos) inserido na **CLÁUSULA TERCEIRA** do contrato **n. 072/2016,** *será suprimido para* ***R$ 898,890,64*** *(oitocentos e noventa e oito mil, oitocentos e noventa reais e sessenta e quatro centavos).*

A presente supressão se dá em virtude de readequação da Planilha Orçamentária conforme apontamentos descritos no Parecer técnico 0588/2017 da CEF, e em comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL - A supressão contratual é necessária para readequar o contrato visando a redução de custos do Município e fundamenta-se no artigo 65, inciso II, alínea "b", §1º, da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no **Contrato n. 072/2016**, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em três (03) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da SS. Trindade – MT, 23 de outubro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

SÃO PAULO TERRAPLENAGEM LTDA

CNPJ/MF sob n. 10.335.350/0001-62

José Macelio da Silva

RG n. 0356900-4 SSP/MT

CPF/MF sob n. 396.153.401-20

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 .	2.
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF: 487.364.491-72	CPF: 972.790.991-49
R.G.: 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS N. 006/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 114/2018

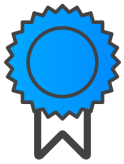
Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS NA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL PARA PREFEITURA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO EDITAL.**

Abertura dia **19 de Julho de 2018, às 14:30 horas**, na sede da Prefeitura à Av. Dr. Mário Corrêa, nº 205. Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/...

- Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br. – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

ROSEMAR DA SILVA- Presidente CPL.

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Sun Jul 01 22:32:09 UTC 2018
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)